This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.

+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.

+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.

+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

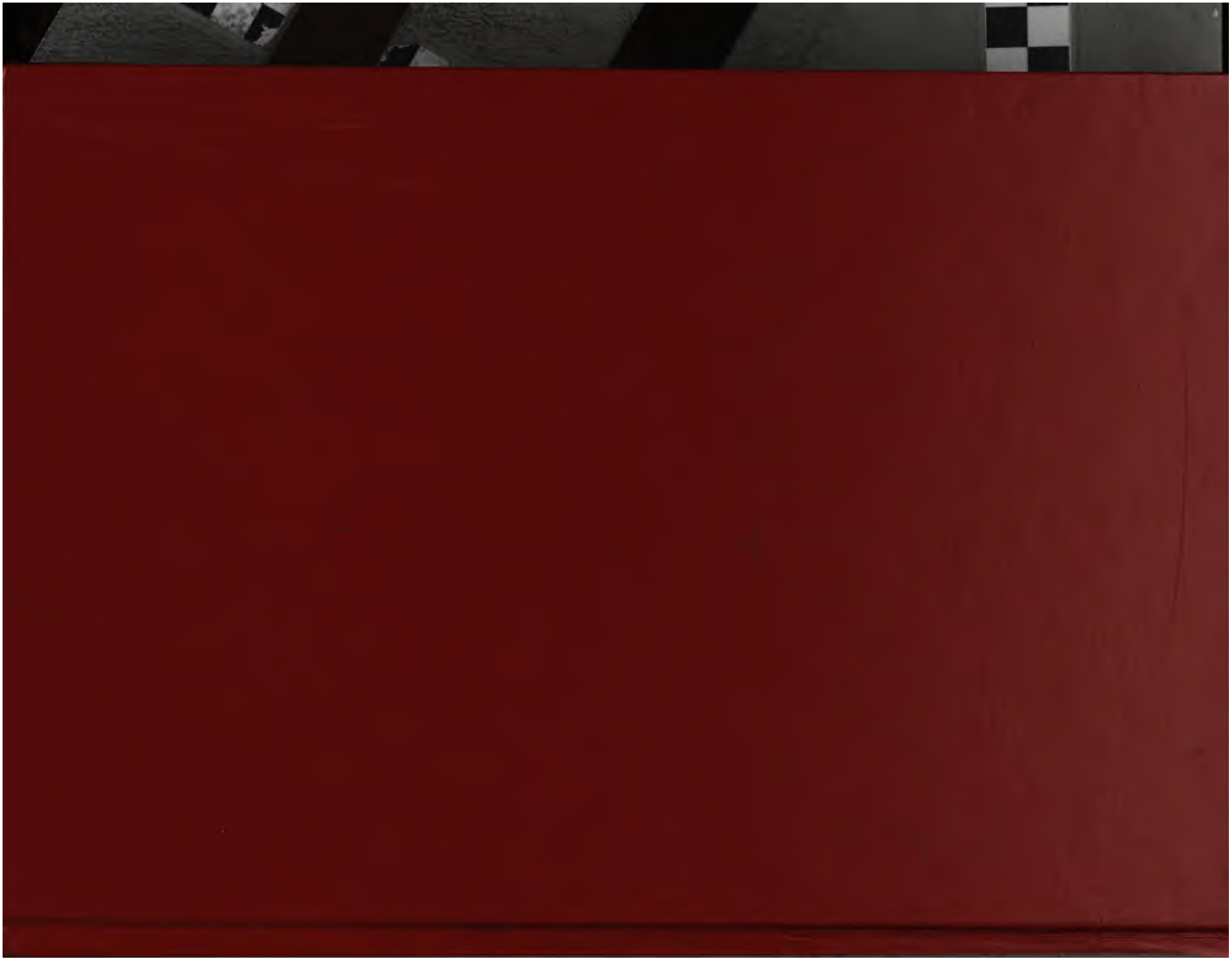
- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`



STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

CONTENDO

OS ACTOS E RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE PORTUGAL

COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

DESDE O SECULO XVI ATÉ OS NOSSOS DIAS

PUBLICADO

DE

ORDEM DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

POR

JAYME CONSTANTINO DE FREITAS MONIZ

STANFORD UNIV.
MAR 1900
LIB.

TOMO XII

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
M DCCCC II

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

CONTENDO

OS ACTOS E RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE PORTUGAL

COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

GENERAL BOOKBINDING CO.

QUALITY CONTROL MARK

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

CONTENDO

OS ACTOS E RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE PORTUGAL

COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

DESDE O SECULO XVI ATÉ OS NOSSOS DIAS

PUBLICADO

DE

ORDEM DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

POR

JAYME CONSTANTINO DE FREITAS MONIZ

STANFORD UNIVERSITY
STA
MAR 1900
LIBR

TOMO XII

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
M DCCCC II

2

JX891
A4
V. [illegible]
1902

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

RELAÇÕES COM A CURIA ROMANA

REINADOS DE D. FILIPPE I, D. FILIPPE II, D. FILIPPE III E D. JOÃO IV

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

RELAÇÕES COM A CURIA ROMANA

Edicto do legado de latere Alexandre Riario

1581 — Fevereiro 11

Alexandre Riario pella divina misericordia presbitero cardeal do titulo de Sancta Maria in Ara Caeli, pello Sanctissimo em Christo Padre ò Papa Gregorio decimotercio nosso senhor, ao Serenissimo Catholico Dom Phelippe rey das Espanhas, è aos Reynos de Espanha è Portugal, è seus senhorios Legado de latere etc. Tendo nos emtendido nom sem grande dor de nosso coração, que muytos pregadores, assi regulares, como seculares nas suas pregações tratarão no tempo passado, è no presente tratão de pregar cousas que pertencem ao estado temporal, è especialmente ao estado deste Reyno de Portugal, havendo puramente de tratar à palavra de Deos, è do caminho, que os fieis christãos ham de seguir pera viver bem, è salvarem suas almas, movendo nos coraçõis do povo alteraçõis, è alevantamentos. E da mesma maneira muytos Confessores havendo d'alimpar as almas dos penitentes de seus peccados com à mezinha do sacramento da penitencia, se lanção à tratar das sobreditas cousas do estado deste Reyno, criando maos conceptos, è alteraçõis, d'onde poderão socceder guerras, muytos males, è inconvenientes. E querendo nos atalhar à taes escandalos, mandamos em vertude de obediencia, è sob pena de excomunhão, *ipso facto incurrenda*, em estes presentes escritos declarada, è sob outras penas à nosso arbitrio, que nenhum pregador, nem confes-

sor, depois de em qualquer modo ter noticia deste nosso publico edicto não ouse, nem presuma debaixo de qualquer cor que seja assi em pregaçõis, como nas confissõis tratar algũa cousa tocante à mateira *(sic)* do estado deste Reyno de Portugal, salvo aquillo que pertençer à paz, è quietação delle, pera mayor serviço de Deos, sendo certos que contra os desobedientes se procedera à aggravação, è reaggravação das penas, è çensuras, cuja absolvição reservamos à nos, è à nosso superior. E queremos que ao treslado desta, ainda que seja imprimido assinado per qualquer Prelado, è sellado de seu sello se dee à mesma fee, è credito, que se da à esta propria original assinada de nosso sinal, è sello. Dada em Elvas em nossa Corte aos onze dias do mes de Fevreiro de M. D. LXXXI Annos.—*A. Cardinalis Legatus.*—*Dominicus Carettus Secretarius.*

Por lettra de mão: O Bispo de Tripoli.—*Logar do sello*[1].

Carta monitoria do legado de latere Alexandre Riario

1581—Fevereiro 11

Alexandre Riario pella divina misericordia presbitero cardeal do titulo de Sancta Maria in Ara Caeli, pello Sanctissimo em Christo Padre ò Papa Gregorio decimotercio nosso senhor, ao Serenissimo Catholico Dom Phelippe Rey das Espanhas, è aos Reynos de Espanha, è de Portugal, è seus senhorios Legado de Latere etc. Entendendo (nom sem grande dor, è desprazer de nossa alma) que muytos Religiosos Frades, è Clerigos, assi seculares, como regulares, sem temor de Deos, è em grave dano, è perigo de suas almas, è escandalo de muytos deste Reyno de Portugal, è dos Algarves, saindo se de seus mosteiros, è igrejas, tomarão armas, è muytos delles (com deixar seu habito regular) assistirão nas guerras, è perturbaçõis deste Reyno em favor de Dom Antonio Prior do Crato, è indagora andão vagabundos, è alguns (estando nos seus conventos) assistem, è acompanhão ao dito Dom Antonio, dandolhe ajuda, è favor, con

[1] *Impresso, no* ARCH. NAC., Maç. 9 de Bullas, num. 7.

Breve do papa Gregorio XIII a Jorge, arcebispo de Lisboa

1581—Fevereiro 16

Gregorius Papa XIII—Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem. Nuper ad aures nostras non sine animi nostri molestia pervenit, venerabilem fratrem Bartholomeum episcopum Insulae Sancti Jacobi de Capite viridi muneris, et officii sui prorsus immemorem, in impudicitiae sordibus cum solutis, et coniugatis, ac etiam ex hibreorum genere descendentibus mulieribus turpiter versari, ac in suis colloquiis, conversationibus, et vestibus inhonestè, necnon in administratione iustitiae, non tantum remisse sed etiam iniquè se gerere, subditorum excessus dissimulare, illosque humano respectu adductum impunitos relinquere, seminarii, et fabricarum ecclesiarum redditus inproprios, et inhonestos usus convertere, parrochiales ecclesias indignis conferre, et denique vitam dissolutam agere non .....ere in animae suae periculum, et illarum partium christifidelium scandalum non modicum, praesertim eorum qui illic noviter ad fidem catholicam conversi fuerunt, quique innoxia, et inculpata superiorum suorum vita, ac laudabili exemplo adduci, et cum bonis conversari deberent. Quare volentes, si narrata vera sunt, pro nostro pastorali officio praemissis maturè occurrere, cumque id per nos ipsos ob loci distantiam exequi non valeamus, hoc ipsum negotium tibi cui dictus Bartholomeus episcopus metropolitico iure subest duximus committendum, Itaque volumus, tibique per presentes mandamus, ut super omnibus, et singulis praemissis, et aliis quibuscunque vitam, mores, et malam administrationem eiusdem Bartholomei episcopi concernentibus, diligentes informationes capias, testes examines, omniaque in scriptis redigas, processumque informativum conficias, caeteraque facias, agas, et exequaris, quae super his necessaria fuerint, seu quomodolibet opportuna, super quibus tibi plenam, et liberam per easdem presentes concedimus facultatem. Ita tamen quod dictum processum per te absolutum, sive eius copiam auctenticam clausam, et tuo sigillo obsignatam ad nos quamprimum per fide-

lem personam transmittere cures contrariis non obstantibus quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die xvj Februarii M. D. LXXXj. Pontificatus nostri anno nono [1].

Bulla do papa Gregorio XIII

1581—Novembro 6

Gregorius episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem. Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares principes ecclesiarum prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Bracharensi tunc ex eo quod venerabilis frater noster Bartholomeus Archiepiscopus Bracharensis regimini et administrationi dicte ecclesie cui tunc preerat in manibus nostris sponte et libere cessit Nosque cessionem ipsam duximus admittendam apud sedem apostolicam pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Joannis Alphonsi electi Bracharensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorumdem consilio apostolica auctoritate providimus ipsumque illi in archiepiscopum prefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Joannem Alphonsum electum ac ecclesiam prefatam sue cure commissam habens pro nostra et dicte sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Joannes Alphonsus electus tue celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure pastoralis officio possit Deo propi-

[1] ARCH. NAC., Papeis varios do Santo Officio (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 261.—*Sobrescrito:* Venerabili fratri Georgio Archiepiscopo Ulixbonensi.

tio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo octuagesimo primo octavo idus novembris Pontificatus nostri anno decimo [1].

Breve do papa Gregorio XIII a D. Filippe I

1581—Dezembro 23

Gregorius Papa XIII—Charissime in Christo Fili noster salutem et apostolicam benedictionem. Exposuit nobis Magestatis Tuae nomine dilectus filius Antonius Pintus quod licet statutis apostolica auctoritate roboratis Militiarum Jesu Christi, Sancti Jacobi, et de Avis in regno Portugalliae institutarum quarum perpetuus administrator existis caveatur expresse ne cuiquam habitus aut praeceptoriae Militiarum earundem exhiberi aut concedi valeant, nisi prius in Africa seu forsan in Indiarum Orientalium partibus contra infideles triennio, aut forsan longiori tempore, vel in triremibus militaverit seu inservierit nihilominus quia acceperas praedecessores tuos clarae memoriae Portugalliae Reges dictarum Militiarum administratores similiter alioquin fecisse habitum dictarum Militiarum nonnullis personis, quae statuto tempore et in locis predictis minime militaverant nec inservierant exhiberi fecisti, ac etiam praeceptorias earundem contulisti, et sicut eadem subiungebat expositio cupiebas tuae et praedictarum personarum conscientiae tranquilitati prospicere, et insuper quia in Portugalliae et Algarbiorum regnis multae reperiebantur personae de te ac etiam de praedecessoribus antedictis optime meritae, quae tamen juxta statuta praedicta non militaverunt nec inservierunt, quae merita non poteras aliunde gratificare commode, desiderabas eisdem personis praeceptorias earundem Militiarum concedere, et habitum exhiberi facere posse, si super eo tecum per Sedem Apostolicam dispensaretur, quare supplicari humiliter nobis fecisti quatenus in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui vota tua benigno favore prosequi solemus, sta-

[1] Arch. Nac., Maç. 33 de Bullas, num. 21.

tutorum praedictorum tenores pro expressis habentes, tuis in hac parte supplicationibus inclinati praeceptoriarum praedictarum Militiarum collationes et habitus exhibitiones personis primo dictis per te vel praedecessores tuos seu tuo, aut eorum nominibus hactenus factas, apostolica auctoritate tenore presentium approbamus, et confirmamus, ac juris et facti defectus si qui forsan intervenerint in eisdem supplemus. Ac insuper Magestati Tuae, ut praeceptorias quascunque praedictarum Militiarum nunc vacantes, et quas infra sex menses proximos vacare contigerit personis bene meritis et tibi gratis quanvis juris formam statutorum praedictorum in Africa aut in locis praedictis non militaverint nec inservierint concedere, illisque prius habitum illius Militiae cuius praeceptoriae ipsae fuerint exhiberi facere libere et licite possis et valeas eisdem auctoritate et tenore indulgemus. Non obstantibus statutis praedictis quibus hac vice duntaxat illis aliás in suo robore permansuris specialiter et expresse derogamus aliisque constitutionibus et ordinationibus apostolicis et Militiarum praedictarum stabilimentis usibus et naturis caeterisque contrariis quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die XXIII Decembris M. D. LXXXI Pontificatus nostri anno decimo [1].

Breve do papa Gregorio XIII a el-Rei

1582—Janeiro 23

Consueverunt superiores Portugalliae Reges sacerdotibus Sodalitatis Jesu, qui in Indiis Orientalibus, ac praesertim Goae, ubi eorum Provincialis habitat, commorantur affluenter eorum victui, ac necessitatibus providere. Intelligebant enim non posse illos aliter sese sustentare. Et quamquam non dubitamus Majestatem Tuam pro sua eximia, et perpetua pietate et charitate nulla in re defuturam, qui *(sic)* etiam superiorum Regum benignitatem superaturam esse in elemosynam tam bene collocatam, tamque necessariam, nihil que hac in re nostra cohortatione indigere, ta-

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., *Liv. mss.*, n.° 1122, fol. 330.—*A tergo*: Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico.

men quia non possumus nostro muneri non adesse, et quia multae, gravissimaeque curae, et occupationes tuae possent aliquid dilationis offerre voluimus tantum significare quam gratum, atque acceptum sit Deo, quamque tuis Regnis, in primis verò indicis illis utile conservari illis in locis religionem tam piam, tamque et propter doctrinam, et propter vitae innocentiam fructuosam. Cujus verò necessitatibus Majestatem Tuam nullo pacto defuturam esse certissimum habemus. Datam etc. *(sic)* XXII Januarii 1582: anno X[1].

Breve do papa Gregorio XIII a Antonio, bispo de Leiria

1582 — Março 18

Gregorius Papa XIII — Venerabilis frater salutem, et apostolicam benedictionem. Pro parte Charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici fuit nobis expositum, quòd postquam nos dudum venerabili fratri episcopo Placentino nostro et apostolicae Sedis in Regnis Hispaniarum Nuntio dedimus in mandatis, ut de certis criminibus, et excessibus tunc expressis contra Joannem à Portugallia episcopum Egitaniensem propositis et obiectis se informaret, et contra illum procederet, usque ad definitivam exclusive sententiam illius prolatione nobis et Sedi Apostolicae reservata; et si post ceptum iudicium contingeret Episcopum et Nuntium praedictum ab ipsius Regis curia recedere, vices suas venerabili fratri Georgio Episcopo olim Visensi eiusdem Regis Capellano maiori committeret, et delegaret, prout in nostris desuper confectis literis plenius continebatur: dictus Episcopus Placentinensis forma literarum praedictarum minime observata ante ceptum ab eo iudicium, et ante eius à dicta curia recessum vices suas praefato Georgio Episcopo demandavit, qui praemissis minimè attentis in negotio ipso ad libelli contra dictum Joannem Episcopum receptionem processit, licet nulliter, et de facto. Et ipse Rex habita de praemissis notitia iuditium huiusmodi

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 110.— *Sobrescrito*: Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi illustri etc.

ulterius prosequi non curavit; et sicut eadem subiungebat expositio crimina, excessus, et delicta per dictum Joannem Episcopum commissa et patrata adeo sunt gravia, et enormia, ut iuxta canonicas sanctiones non solum privatione ecclesiae, et beneficiorum, quae obtinet, verum etiam depositione ab ordinibus, et degradatione, aliisque gravioribus poenis condigna sint, et Reipublicae praesertim illius Regni maximè intersit crimina et excessus huiusmodi celeri animadversione puniri et castigari. Quare ipsius Regis nomine fuit nobis humiliter supplicatum, quatenus causam et causas coram dicto Georgio Episcopo ut praefertur ceptas in statu, et terminis, in quibus reperiuntur, necnon quam, et quas ipsius Regis, et Regni antedicti Procurator fiscalis habet, et movet, habereque et movere vult, et intendit contra dictum Joannem Episcopum de et super criminibus, excessibus, et delictis per ipsum Joannem Episcopum commissis et perpetratis in actis causae et causarum huiusmodi latius deducendis, et specificandis cum omnibus, et singulis earum incidentibus, dependentibus, annexis, et connexis fraternitati tuae summariè simpliciter, et de plano, ac sine strepitu, et figura iudicii sola facti veritate inspecta audiendas, cognoscendas, decidendas, ac fine debito terminandas cum potestate dictum Joannem Episcopum etiam per edictum publicum constito etiam summariè, ac alias ut praefertur de non tuto accessu citandi et ad personaliter comparendum sub poenis arbitrio tuo apponendis monendi, et quibusvis iudicibus, et personis quavis etiam apostolica auctoritate fungentibus sub censuris et poenis arbitrio etiam tuo applicandis, et moderandis inhibendi, et in eventum non comparitionis, vel non paritionis censuras et poenas huiusmodi incurrisse declarandi, aggravandi, et quoad ipsum Joannem Episcopum usque ad privationem, depositionem, degradationem, et alias graviores poenas procedendi, illumque carceribus mancipandi, et iuxta demerita puniendi, et castigandi, ecclesia Egitaniensi, aliisque ecclesiasticis beneficiis privandi, et ab episcopali, aliisque sacris ordinibus deponendi, et absque alicuius censurae, vel poenae, aut notae irregularitatis incursu curiae seculari tradendi, caeteraque omnia et singula in praemissis et circa ea necessaria et quomodolibet opportuna faciendi, et exequendi, et iustitiae ministerio providendi, felicis recordationis Bonifacii papae viij, praedecessoris nostri de una, et concilii generalis de duabus dietis, quòdque causae criminales graviores contra episcopos, quae depositione, aut privatione dignae erunt, à summo tantum Romano Pontifice cognosci, et terminari debeant, aliisque constitutioni-

bus, et ordinationibus apostolicis, caeterisque contrariis non obstantibus quibuscunque, committere, et mandare dignaremur. Nos qui ex iniuncti nobis muneris debito subditorum nostrorum excessus tenemur iustitia mediante corripere, literarum praedictarum tenores praesentibus pro expressis habentes fraternitati tuae apostolica auctoritate tenore praesentium committimus, et mandamus, quatenus vocatis dicto Joanne Episcopo, et aliis, qui fuerint evocandi etiam per edictum publicum ut praefertur, de omnibus et singulis praemissis, et aliis coram te deducendis te informes, ac causam et causas praedictas in statu et terminis, in quibus reperiuntur ad te avocando summariè simpliciter, et de plano, ac sine strepitu, et figura iudicii sola facti veritate inspecta auctoritate nostra audias, et cognoscas, et super illis procedas, prout de iure fuerit faciendum, et quod canonicum erit iudices, decernas, et exequaris, faciendo quod decreveris, et exequendum duxeris per similes censuras, et poenas quacunque appellatione postposita firmiter observari. Nos enim tibi dictum Joannem Episcopum ut praemittitur, citandi, monendi, necnon inhibendi, declarandi, aggravandi, procedendi, privandi, deponendi, ac si in potestatem Regis deveniet carcerandi, et tunc prout iuris fuerit, puniendi, castigandi etiam per degradationem, ac traditionem curiae seculari, et alia ut etiam praemittitur faciendi, et quacunque appellatione remota exequendi iisdem auctoritate, et tenore facultatem concedimus, et impartimur. Non obstantibus omnibus supradictis, aliisque constitutionibus, et ordinationibus apostolicis, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem quod si infirmitatis, aut alio legitimo impedimento detentus praemissa omnia exequi non potueris praefatus Georgius Episcopus illorum executionem omnimodam prosequatur. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die xviij Martii M. D. LXXXij. Pontificatus nostri anno decimo [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 35 de Bullas, num. 6.— *Sobrescrito:* Venerabili fratri Antonio Episcopo Leiriensi.

Bulla do papa Gregorio XIII a Vicente da Fonseca, eleito arcebispo de Goa

1583—Janeiro 31

Dilecto filio Vincentio de Fonsequa electo Goanensi salutem etc. *(sic)*.

Divina disponente clementia cuius inscrutabili providentia ordinationem suscipiunt universa in Apostolicae Sedis specula meritis licet impariibus constituti ad universas orbis ecclesias aciem nostrae considerationis extendimus ac pro earum statu salubriter dirigendo apostolici favoris auxilium adhibemus; sed de illis propensius nos cogitare convenit quas propriis carere pastoribus intuimur ut eis iuxta cor nostrum pastores praeficiant idonei qui commissos sibi populos per suam circunspectionem providam et providentiam circunspectam salubriter dirigant et informent ac ecclesiarum ipsarum bona non solum gubernent utiliter sed etiam multimodis efferant incrementis. Sanè ecclesia Goanensis in partibus Indiarum consistente quae caeterarum ecclesiarum in illis partibus consistentium primam ac de jure patronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio apostolico cui non est hactenus in aliquo derogatum esse dignoscitur ac cui bonae memoriae Henricus archiepiscopus Goanensis dum viveret presidebat per obitum eiusdem Henrici archiepiscopi qui extra Romanam curiam debitum naturae persolvit pastoris solatio destituta nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta ad provisionem eiusdem ecclesiae celerem et felicem ne illa longae vacationis exponatur incommodis paternis et sollicitis studiis intendentes post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesiae personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem Demum ad te professorem ordinis fratrum praedicatorum in aetate legitima ac praesbyteratus ordine constitutum in theologia bacchalaureum egregiumque verbi Dei concionatorem et iuxta testimonium tui superioris ad alios docendum idoneum et ipsum ordinem expresse professum quem praefatus Philippus Rex prout iuxta privilegium huiusmodi poterat nobis ad hoc per suas litteras presentavit cuique apud nos

de vitae munditia honestate morum spiritualium providentia et temporalium circunspectione aliisque multiplicum virtutum donis fidedigna testimonia perhibentur direximus oculos nostrae mentis Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et fratribus ipsis ob tuorum exigentiam meritorum accepta praefatae ecclesiae de eorundem fratrum consilio apostolica auctoritate providemus Teque illi in archiepiscopum preficimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo in illo qui dat gratias et largitur praemia confidentes quod dirigente Domino actus tuos praefata ecclesia sub tuo felici regimine regetur utiliter et prosperè dirigetur. Ac *(sic)* grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam et administrationem praefatas sic exercere studeas solicitè fideliter et prudenter quod ecclesia ipsa gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam Tuque preter aeternae retributionis praemium nostram et dictae Sedis benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis Datum Romae apud Sanctum Petrum anno etc. *(sic)* 1582 pridie kalendas februarii Pontificatus nostri anno xj [1].

Bulla do papa Gregorio XIII a el-Rei

1582—Janeiro 31

Charissimo in Christo filio Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico salutem etc. *(sic)*.

Gratiae divinae premium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum praelatis presertim pontificali dignitate praeditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesiae Goanensis tunc per obitum bonae memoriae Henrici olim Archiepiscopi Goanensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitutae de persona dilecti filii Vincentii electi Goanensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de eorundem fratrum consilio apo-

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 169. *Ms.*

stolica auctoritate providimus ipsumque illi in Archiepiscopum preficimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae sibi in spiritualibus et temporalibus plenariè committendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis aeterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Vincentium electum et praefatam ecclesiam suae curae commissam habens pro nostra et Sedis Apostolicae reverentia propensius commendatos in ampliandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Vincentius electus tuae celsitudinis fultus praesidio in commisso sibi dictae ecclesiae regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vitae premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum. Datum ut supra *(sic)* [1].

Bulla do papa Gregorio XIII a el-Rei

1583—Junho 3

Gregorius episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares principes ecclesiarum prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem venerabilem fratrem nostrum Petrum Episcopum Leiriensem nuper Angrensem a vinculo quo ecclesie Angrensi cui tunc preerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes ipsum ad ecclesiam Leiriensem tunc per obitum bone memorie Antonii olim Episcopi Leiriensis extra Romanam curiam defuncti pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie Leiriensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde con-

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 171 v. *Ms.*

fectis litteris plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Petrum Episcopum et ecclesiam Leiriensem sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Petrus Episcopus celsitudinis tue fultus presidio in commisso sibi eiusdem ecclesie Leiriensis regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo octuagesimo tertio Tertio nonas junii Pontificatus nostri anno duodecimo [1].

Breve do papa Gregorio XIII

1583—Junho 28

Gregorius Papa XIII—Ad perpetuam rei memoriam. Ex iniuncti nobis apostolici muneris debito inducimur, et rationis ordine suadente curare tenemur, ut his, qui pro fidei catholicae conservatione, puritate, ac haeresum extirpatione iugiter laborare non cessant, pro eorum commoda sustentatione, ac necessitatibus sublevandis. et onerum illis incumbentium supportatione, congruae subventionis auxilia ex Christi Domini patrimonio ministrentur. Cùm itaque sicut charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae, et Algarbiorum Rex Catholicus suo, et dilectorum filiorum Generalis, et aliorum Inquisitorum haereticae pravitatis in Portugalliae et Algarbiorum regnis existentium nominibus exponi nobis fecit, officium Sanctae Inquisitionis in dictis regnis institutum gravium impensarum mole ita gravatum existat, ut ad Generalis, et aliorum Inquisitorum praedictorum, ministrorumque, et officialium congruam sustentationem, onerumque ipsi officio diversimodè incumbentium supportationem, annuus redditus quatuordecim millium cruciatorum non sufficiant: redditus au-

[1] Arch. Nac., Maç. 35 de Bullas, num. 27.

tem et proventus ipsius officii ad decem mille ducatos annuatim non ascendant; ac proinde officium ipsum non parvo subventionis auxilio indigere noscatur. Nos, qui aliàs procurante clarae memoriae Sebastiano regnorum praedictorum Rege, asserente redditus, et proventus annuos officii praedicti summam quinque millium cruciatorum non excedere, ab uno, et una ex Ulixbonensi, et Elborensi, ac Colimbriensi duas tertias partes; ex singularum verò aliarum cathedralium, etiam metropolitanarum ecclesiarum regnorum praedictorum canonicatibus, et praebendis quibusdam exceptis etiam tunc vacantibus, seu qui prius quovismodo vacare contingeret, medietatem omnium et singulorum fructuum, reddituum, et proventuum, iurium, obventionum, et emolumentorum, ac distributionum quotidianarum solis praesentibus, et divinis interessentibus dari, et per eos lucrari solitarum, ab ipsis canonicatibus, et praebendis dismembravimus, et separavimus, illaque eidem officio perpetùo applicavimus, et appropriavimus; prout in nostris desuper in forma Brevis confectis litteris plenius continetur. Et sicut accepimus dismembratio, et applicatio huiusmodi effectum sortitae non sunt, eiusdemque fidei catholicae conservationem, et puritatem summopere affectamus, officii praedicti indemnitati in parte saltem consulere; et ut impensas praedictas commodius perferre valeat, de aliquo subventionis auxilio providere volentes; necnon fructuum, reddituum, et proventuum eidem officio aliàs quomodolibet apostolica, vel alia auctoritate applicatorum, seu unitorum quantitates, qualitates, verosque annuos valores, ac praedictarum, seu quarumcunque aliarum literarum unionum, seu applicationum huiusmodi tenores, continentias, et formas praesentibus pro expressis habentes, ac posteriores dismembrationem, separationem, applicationem penitus abrogantes, cassantes, irritantes, et annullantes, Philippi Regis, et Inquisitorum praedictorum nobis super eo porrectis supplicationibus inclinati, ab uno et una ex Ulixbonensi, et Elborensi, ac Colimbriensi medietatem; ex singularum verò aliarum cathedralium etiam metropolitanarum ecclesiarum regnorum praedictorum ab uno etiam, et una canonicatibus, et praebendis theologalibus, doctoralibus, et poenitentialibus tamen exceptis, etiam nunc actu vacantibus, seu qui primo per cessum, vel decessum, aut quamvis aliam dimissionem, vel amissionem, aut privationem illos ad praesens obtinentium, seu aliàs quovis modo, et ex quorumcunque personis, etiam apud sedem apostolicam, etiam in aliquo ex mensibus nobis, aut Romano Pontifici pro tempore existenti, et sedi huiusmodi reservatis, etiam ordinariis collatoribus per

constitutiones apostolicas nunc et pro tempore editas, seu literas alternativarum, aut etiam alia privilegia, et indulta hactenus concessa, vel in posterum concedenda, vacare contigerit, et tanto tempore vacaverint, quòd eorum collatio iuxtà Lateranensis statuta Concilii ad praedictam sedem legitimè devoluta, ipsique canonicatus, et praebenda dispositioni apostolicae specialiter vel ratione cuiusvis etiam nostrae, vel alicuius cardinalis viventis, et in Romana Cúria praesentis familiaritatis, continuae commensalitatis, aut aliàs ex quavis causa, non tamen ex causa resignationis, generaliter reservati existant, et super eis lis inter aliquos, cuius statum, et merita, nominaque et cognomina judicum, et collitigantium, necnon singulorum canonicatuum, et praebendarum praedictorum fructuum, reddituum, et proventuum veros annuos valores praesentibus pro expressis etiam habentes, tertiam partem omnium et singulorum fructuum, reddituum, et proventuum, iurium, obventionum, et emolumentorum, ac etiam distributionum quotidianarum solis praesentibus, et divinis officiis interessentibus dari, et per eos lucrifieri solitarum, auctoritate apostolica tenore praesentium perpetuò separamus et dismembramus, illasque sic separatas, et dismembratas eidem officio, ita quòd liceat modernis, et pro tempore existentibus Generali, et aliis Inquisitoribus ministris, et officialibus praedictis singulas partes dismembratas, et separatas praedictas per se, vel alium, seu alios propria auctoritate etiam ex integris fructibus mensarum capitularium percipere, exigere, levare, locare, dislocare, arrendare, atque in suos, et dicti officii usus, et utilitatem convertere, diocesani loci, vel cuiusvis alterius licentia desuper minime requisita, auctoritate et tenore praedictis etiam perpetuò applicamus, et appropriamus. Decernentes praesentes literas de subreptionis, vel obreptionis, aut intentionis nostrae, seu quovis alio praetextu, seu causa annullari, invalidari, vel impugnari, aut per loci ordinarios, aut capitula ecclesiarum praedictarum, seu alios quoscunque revideri, vel examinari nullatenus posse; minusque sub similium, vel dissimilium separationum, dismembrationum, applicationum, appropriationum, concessionum, assignationum, aut aliarum gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, aut aliis contrariis dispositionibus minimè comprehendi posse; sed tanquam in fidei favorem emanatas ab illis semper exceptas, et quoties illae emanabunt, toties in pristinum statum restitutas, repositas, et reintegratas esse, et censeri; irritum quoque et inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus

Breve do papa Gregorio XIII aos arcebispos e bispos

1583 — Outubro 15

Gregorius Papa XIII. Venerabiles fratres salutem et apostolicam benedictionem. Exponi nobis fecit dilectus filius Promotor fiscalis curiae saecularis charissimi in Christo filii nostri Philiphi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici quod non desunt in Portugalliae et Algarbiorum regnis iniquitatis filii clerici saeculares et regulares etiam in sacris et probatis ordinibus constituti qui eorum officii et professionis immemores sub ecclesiasticae immunitatis fiducia, fidelem populum comovere aliaque graviora crimina et excessus in regnorum eorumdem statum et Regiae Maiestatis perniciem et offensionem attentare non verentur qui nisi poenae severitate comprimantur gravia posset scandala seminare et sicut eadem subiungebat expositio plurimum expediat pravorum hominum huiusmodi delicta non remanere impunita ut iustitiae rigor in illos executus aliis terroris fiat exemplum pro parte eiusdem Promotoris dicti Regis nomine nobis fuit humiliter supplicatum quatenus in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui ex officii nostri debito zelatores iustitiae esse tenemur improbos et sceleratos homines ecclesiastica libertate et immunitate indignos censentes huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati vestrae nostrisque *(sic)* successoribus ut absque alicuius censurae vel poenae ecclesiasticae seu irregularitatis notae incursu quascumque ecclesiasticas personas tam saeculares quam cuiusvis ordinis regulares etiam in sacris et presbyteratus ordinibus constitutas quas in regnorum praedictorum statum aut Regiae Maiestatis offensionem conspirasse et ad id populum commovere, et de huiusmodi crimine legitime convictas aut confessas vobis in sua videlicet vestrum cuiusque civitate vel diocesi esse constiterit, cuiuscumque qualitatis fuerint iuxta canonicas sanctiones condignis poenis affectas, servata iuris forma curiae saeculuri tradere puniendas libere et licite possitis et valeatis, apostolica auctoritate tenore praesentium licentiam et facultatem concedimus et impartimur et

ob traditionem huiusmodi, etiam si ex illa membrorum mutilatio aut hominum caedes subsequantur nullas censuras aut poenas ecclesiasticas vel irregularitatis notam per vestrum aut successorum praedictorum quemque incurri posse vel debere, eisdem auctoritate et tenore decernimus. Non obstantibus quibusvis apostolicis ac in provincialibus et synodalibus conciliis editis generalibus et specialibus constitutionibus et ordinationibus et ordinum quorumlibet quorum regulares personae professae forsan fuerint etiam iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque indultis et litteris apostolicis illis illorumque superioribus et personis quomodolibet concessis confirmatis et innovatis. Quibus omnibus etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis illorumque totis tenoribus in praesentibus litteris specialis specifica et individua mentio, seu quaevis alia exquisita forma observanda foret tenores huiusmodi pro expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctum Marcum sub annulo Piscatoris die XV Octobris MDLXXXIII. Pontificatus nostri anno duodecimo [1].

Breve do papa Gregorio XIII ao inquisidor geral e aos outros inquisidores

1584 — Agosto 8

Gregorius Papa XIII.—Dilecti filii salutem, et apostolicam benedictionem. Alias precibus charissimi in Christo filii Philippi Portugalliae, et Algarbiorum Regis Catholici vestro etiam nomine nobis porrectis adducti, à primo vacaturis canonicatu et praebenda singularum Ulixbonensis, Elborensis, et Colimbriensis dimidiam, reliquarum vero metropolitanarum et aliarum cathedralium ecclesiarum regnorum Portugalliae, et Algarbiorum, tertiam partem omnium fructuum, reddituum, proventuum, iurium, obventionum, emolumentorum, ac distributionum quotidianarum, etiam

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., *Liv. mss.*, num. 419, fol. 62.— *Sobrescrito:* Venerabilibus Archiepiscopis et Episcopis in Portugalliae et Algarbiorum regnis eorumque provinciis et dominiis constitutis.

solis praesentibus, et divinis officiis interessentibus debitorum praestarique solitorum perpetuo separavimus, illaque officio Inquisitionis huiusmodi in dictis regnis etiam perpetuò applicavimus, decreto irritanti desuper apposito, prout nostris *(sic)* literis desuper in forma brevis confectis plenius continetur. Et deinde canonicatu, et praebenda dictae ecclesiae Ulixbonensis morte quondam Pauli Munez extra Romanam Curiam defuncti vacantibus dilectus filius noster Albertus tituli Sanctae Crucis in Hierusalem presbyter cardinalis Archidux Austriae nuncupatus noster et Apostolicae Sedis in dictis regnis legatus separationis, et applicationis, ac decreti, et literarum praedictarum nondum vobis redditarum ignarus illos sic vacantes praetextu indulti apostolici illi super hoc concessi dilecto filio Alphonso Colonna clerico apostolica auctoritate contulit, et providit etiam de eisdem, ipseque Alphonsus collationis et provisionis huiusmodi praetextu illorum possessionem apprehendit, et quamvis haec de facto processerint, nos nihilominus ad evitanda litium inde oriturarum dispendia commodis utrinque rationibus providere volentes, ac etiam supplicationibus dicti Philippi Regis inclinati volumus, et apostolica auctoritate statuimus, ut vobis à prosecutione dictae gratiae vestrae quoad ipsos canonicatum, et praebendam omnino desistentibus, dictus Alphonsus accepta à nobis nova de illis provisione eos illius vigore obtineat, nec illi desuper à vobis ulla prorsus molestia inferatur, gratia tamen et literis nostris praedictis quoad dismembrationem et separationem dimidiae partis fructuum et aliorum praedictorum canonicatus, et praebendae eiusdem ecclesiae Ulixbonensis, qui primo vacabunt effectum sortituris. Vobis insuper concedentes, ut si in primo vacaturis tam Ulixbonensis, quam caeterarum ecclesiarum praedictarum canonicatibus, et praebendis gratia ipsa suum non consequatur effectum, illa in secundo, et deinceps vacaturis locum obtineat, quoad ipsa illum integre sortiatur. Non obstantibus nostra de non tollendo iure quaesito, ac aliis apostolicis constitutionibus, necnon omnibus illis, quae in dictis literis voluimus non obstare, caeterisque contrariis quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Marcum sub annulo Piscatoris die viij Augusti M. D. lxxxiiij. Pontificatus nostri anno tertiodecimo [1].

[1] Arch. Nac., Papeis varios do Santo Officio, (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 263.— *Sobrescrito:* Dilectis filiis Generali, et aliis Inquisitoribus haereticae pravitatis in Portugalliae, et Algarbiorum regnis apostolica auctoritate constitutis.

Bulla do papa Xisto V

1585—Junho 3

Sixtus episcopus servus servorum Dei Ad futuram rei memoriam. Romani Pontificis providentia circumspecta circa ea libenter intendit per quae pensionum reservationes et aliae gratiae per illum mensis episcopalibus pro tempore factae sublatis quibusvis obstaculis suum sortiantur effectum. Cum itaque nos hodie postquam venerabilem fratrem nostrum Hieronymum episcopum Faraonensem alias Silvensem olim Funchalensem a vinculo quo ecclesiae Funchalensi cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolicae potestatis plenitudine absolventes illum ad ecclesiam Faraonensem alias Silvensem certo tunc expresso modo vacantem de consilio et potestatis plenitudine similibus per quasdam etiam hodie transtuleramus, ipsumque Hieronymum episcopum eidem ecclesiae Faraonensi in episcopum praefeceramus et pastorem mensae episcopali ecclesiarum Septensis et Tingensis invicem unitarum certo tunc expresso modo liberam immunem et exemptam mille et ducentorum ac quinquaginta cruciatorum monetae in regno Portugalliae cursum habentis super mensae episcopalis dictae ecclesiae Faraonensis fructibus redditibus et proventibus pro tempore existentibus episcopo Septensi et Tingensi vel eius procuratori ad id ab eo speciale mandatum habenti per dictum Hieronymum episcopum et successores suos ipsius ecclesiae Faraonensis praesules seu administratores pro tempore existentes annis singulis in certis terminis etiam tunc expressis sub interdicti ingressus ecclesiae et deinde suspensionis a regimine et administratione dictae ecclesiae Faraonensis sententiis perpetuò persolvendam et per episcopum Septensem et Tingensem prefatum percipiendam motu proprio per alias nostras literas in quibus expressum fuit quod dicti Hieronymi episcopi expressus tunc accedebat assensus licet non accederet reservaverimus, constituerimus et assignaverimus prout in singulis literis praedictis plenius continetur. Nos qui dudum inter alia voluimus et ordinavimus quod literae reservationis vel assignationis cuiusvis pensionis annuae super alicuius beneficii fructibus

etiam motu proprio expediri non possent nisi de consensu illius qui dictam pensionem persolvere tunc haberet cupientes ut reservatio constitutio et assignatio pensionis huiusmodi ac literae desuper confectae suum plenarium sortiantur effectum motu simili non ad alicuius nobis super hoc oblatae petitionis instantiam sed de nostra mera liberalitate reservationem constitutionem et assignationem pensionis huiusmodi et literas desuper confectas praedictas voluntate et ordinatione nostris praedictis ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon prefatae ecclesiae Faraonensis juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus quodque eiusdem Hieronymi episcopi ad id expressus assensus non accederet, caeterisque contrariis nequaquam obstantibus apostolica auctoritate tenore praesentium suum plenarium effectum sortiri volumus ac decernimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrae voluntatis et decreti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare praesumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo octuagesimo quinto tertio nonas junii Pontificatus nostri anno primo[1].

Bulla do papa Xisto V a el-Rei

1585—Julho 15

Sixtus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi illustri salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares principes ecclesiarum prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesiis Septensi et Tingensi invicem perpetuo unitis tunc ex eo quod venerabilis frater noster Emanuel Episcopus nuper Septensis et Tingensis regimini et administrationi dictarum ecclesiarum

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 214. *Ms.*

sincera, et ab omni haeresis contagione, et labe incorrupta serventur, ipsaeque haereses omnino exterminentur. Cum itaque nuper officium Inquisitoris Generalis haereticae pravitatis in Portugalliae, et Algarbiorum regnis, caeterisque dominiis, et provinciis pro tempore existentis Regis ditioni mediatè, vel immediatè subiectis apostolica auctoritate institutum, quòd primo clarae memoriae Henricus Portugalliae et Algarbiorum Rex, et Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalis usque ad regalis dignitatis assumptionem obtinuerat, et deinde bonae memoriae Georgius archiepiscopus Ulixbonensis, ac in dictis regnis, et locis generalis Inquisitor, dum viveret ex concessione apostolica obtinebat per obitum eiusdem Georgii archiepiscopi, qui extra Romanam Curiam debitum naturae persolvit, vacaverit, et vacet ad praesens; Nos ne officium praedictum diutinae vacationis exponatur incommodis, tuam potissimum personam, quam divina bonitas, et summa generis claritate, et archiducali dignitate, cardinalatus etiam sublimitate, atque apostolicae legationis, qua in regnis istis fungeris auctoritate, sanguinis praeterea cum charissimo in Christo filio Philippo regnorum praedictorum Rege, cui nepos charus, et acceptus existis, coniunctione, aliisque multiplicibus virtutum, et gratiarum donis, atque muneribus illustravit, ad id munus duximus eligendam, firma spe, fiduciaque concepta, quòd, gratia tibi assistente divina, per tuae circumspectionis industriam fructuosam, et operosae solicitudinis studium, christiana, catholicaque fides, et religio in regnis, et dominiis praedictis non solum praeservabitur, et tuebitur à noxiis, verum etiam multiplicia suscipiet incrementa. Circumspectionem igitur tuam, licet vigesimum quintum suae aetatis annum non excedat, Inquisitorem generalem judaicae perfidiae, et apostasiae à dicta fide, ac lutheranae, et cuiusvis alterius haeresis ad nostrum, et Sedis Apostolicae beneplacitum in eisdem regnis, et dominiis auctoritate apostolica tenore presentium constituimus, et deputamus, tibique ut ex nunc per te, vel alium, seu alios nomine tuo possessionem eiusdem officii generalis Inquisitoris, et illi forsan annexorum, iuriumque, iurisdictionum, bonorum, et pertinentiarum suorum quorumcunque propria auctoritate apprehendere, et retinere, illorumque fructus, redditus, et proventus, iura, obventiones, ét emolumenta quaecunque percipere, exigere, et levare, ac in eiusdem officii Inquisitionis usum, et utilitatem, cuiusvis licentia desuper minimè requisita, convertere, necnon omnibus, et quibuscunque privilegiis, indultis, facultatibus, prerogativis, superioritatibus, praeeminentiis, iurisdictionibus, et auctoritatibus etiam forsan specialem,

mandata, et decreta per te, seu illorum aliquem pro tempore lata, aut promulgata plenariae executioni ut par est quacunque appellatione remota demandandi plenam, liberam, et omnimodam facultatem tribuimus, decernentes praesentes literas de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostrae, vel quovis alio defectu notari, vel impugnari, seu in controversiam revocari, aut contra illas aliquod iuris, vel facti remedium impetrari minimè posse, minusve sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, aut aliis contrariis dispositionibus comprehendi, sed semper ab illis exceptas, et quoties illae emanabunt toties in pristinum statum restitutas, et plenariè reintegratas, et de novo concessas existere, sicque per quoscunque judices, et commissarios quavis auctoritate fungentes etiam causarum Palatii Apostolici auditores, et eiusdem Sanctae Romanae ecclesiae cardinales sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi, et interpretandi facultate, et auctoritate iudicari, et diffiniri debere, irritumque et inane si secus super his à quoquàm quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus praemissis, ac foelicis recordationis Bonifacii Papae viij etiam praedecessoris nostri de una et concilii generalis de duabus dietis, et personis ultra certum numerum ad iudicium non vocandis, et quibusvis aliis apostolicis, necnon in synodalibus, provincialibus, aut generalibus conciliis editis generalibus, vel specialibus constitutionibus, et ordinationibus, ac etiam iuramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et consuetudinibus, privilegiis quoque indultis, facultatibus conservatoriis, ac literis apostolicis sub quibuscunque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis per nos, seu praedecessores nostros praedictos, ac dictam Sedem quibusvis personis cuiuscunque qualitatis, gradus, ordinis, et conditionis existentibus etiam ad Imperatoris, Regum, Reginarum, Ducum, vel aliorum Principum instantiam, seu etiam motu proprio, et ex certa scientia, ac de apostolicae potestatis plenitudine, ac consistorialiter in genere, vel in specie, aut aliàs quomodolibet etiam iteratis vicibus concessis, approbatis, et innovatis, quibus omnibus, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, et expressa, ac individua, et de verbo ad verbum non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quaevis alia expressio habenda, aliave exquisita forma servanda esset tenores huiusmodi, ac si de verbo ad verbum inserti, et forma in illis tradita observati forent, pro expressis habentes, hac vice duntaxat specialiter, et expressè

Breve do papa Xisto V a el-Rei

1588—Janeiro 25

Charissime in Christo fili noster salutem et Apostolicam benedictionem. In uno stesso tempo il Protonotario Antonio Pinto ci ha dato due lettere di Vostra Maestà, una di 14 di Novembre, l'altra di 12 di Decembre prossimi passati. Quanto all'unione che la Maestà Vostra vorrebbe si facesse delli Frati di S. Girolamo di Portogallo alli Frati del medesimo ordine di Castiglia, non vediamo alcun buon modo di poterla fare. Imperoche essendo queste due Congregazioni dalla fondazione loro state sempre separate, e governate ciascheduna da per se dal suo proprio Provinciale, chi tentasse ora di unirle insieme non ne cavarebbe altro frutto che partorire una perpetua molestia alla Maestà Vostra, et anco a noi per la poca concordia che si trovarebbe tra loro. E se bene la Maestà Vostra è Rè e signore cosi di Portogallo, come di Castiglia, non seguita però (come vorrebbe il Pinto) che le Congregazioni de Fratri di S. Girolamo di Portogallo e di Castiglia si debbano incorporare insieme; percioche Vostra Maestà è anco Rè di Aragona, di Valenza, e di altri Regni, e non per questo le Congregazioni de Fratri del medesimo Ordine sparse per li suoi Regni, stanno unite sotto un capo solo in Castiglia. Pigli dunque la Maestà Vostra in buona parte se non potemo condescendere a questo suo desiderio, perche per la lunga prattica che noi abbiamo delle persone regolari, le possiamo affermare, che questa unione non sarebbe ne con servizio di Dio, ne con quiete della Maestà Vostra. E quando ella giudichi essere espediente che la disciplina relassata in quelle Congregazioni per via di riforma si riduca alli pristini istituti, non mancheremo di consolarla, si come l'abbiamo voluto sodisfare a pieno nell'altra sua petitione col comandare che sia spedito un breve al Cardinale Arciduca Legato nostro in Portugallo, in virtù del quale possa commettere a tutti gli Ordinarii di quel Regno che non lascino passare provisione alcuna beneficiale, eziandio nostra, e massime nelle cattedrali in favore di quelli che discendono da cristiani nuovi, se prima li medesimi Ordinarii non ne danno conto a

noi. E pregando alla Maestà Vostra da Nostro Signore Dio vita e vittoria le mandiamo la nostra paterna et Apostolica benedizione. Data in Roma alli 25 di Gennaro 1588 [1].

Breve do papa Xisto V ao cardeal archiduque Alberto

1588—Janeiro 25

Sixtus Papa v.—Dilecte fili noster Salutem, et Apostolicam benedictionem. Dudum charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae, et Algarbiorum Regis supplicationibus nobis instanter porrectis adducti statuimus, et decrevimus, ne aliqua collatio, seu provisio de beneficiis ecclesiasticis dispositioni Apostolicae reservatis, vel affectis in praedictis Regnis pro tempore vacantibus, praesertim in cathedralibus ecclesiis consistentibus personis ex stirpe novorum christianorum procedentibus fieret. Quoniàm verò difficile admodum est hic in urbe eas personas ab aliis discerni, et distingui, ne contingat vel ipsarum personarum arte, vel industria, aut petentium importunitate mentem, et voluntatem nostram fraudari, volumus, et Circumspectioni tuae presentium auctoritate iniungimus, quatenùs singulos Ordinarios Regnorum praefatorum admonere cures, ut si quae literae Apostolicae super provisionibus, seu aliis dispositionibus beneficiorum praefatorum in favorem personarum earundem à nobis forsàn emanatae adhuc executioni demandatae non sint, vel in posterum emanaverint in illarum executione supersedeant, et ab aliis executoribus opportunis remediis supersederi faciant, donec nos ab ipsis Ordinariis de qualitatibus impetrantium huiusmodi certiores effecti, quid super his à te, vel eis agendum sit, rescribamus. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris, die xxv Januarii m. d. lxxxviij. Pontificatus nostri anno tertio [2].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 142.

[2] Arch. Nac., Maç. 37 de Bullas, num. 72.—*Sobrescrito:* Dilecto filio nostro Alberto tituli Sanctae Crucis in Hierusalem Presbytero Cardinali Archiduci Austriae nostro *(sic)*, et Apostolicae sedis in Portugalliae, et Algarbiorum Regnis de latere Legato.

Bulla do papa Xisto V a Matheus, eleito arcebispo de Goa

1588—Fevereiro 20

Sixtus episcopus etc. *(sic)* Venerabili fratri Mattheo episcopo nuper Cocchinensi in archiepiscopum Goanensem electo salutem etc. *(sic)* Romani Pontificis quem pastor ille coelestis et episcopus animarum potestatis plenitudine sibi tradita ecclesiis praesulit universis solicitudo requirit ut circa cuiuslibet ecclesiae statum, sic vigilanter excogitet, sicque prospiciat diligenter, quod per eius providentiam circumspectam nunc per simplicis provisionis officium, quandoque verò per ministerium translationis accommodè prout personarum locorum et temporum qualitas exigit, ac ecclesiarum utilitas persuadet ecclesiis singulis pastor accedat idoneus et Rector providus deputetur, qui populum sibi commissum salubriter dirigat et bona ecclesiae sibi commissae, non solum gubernet utiliter, sed etiam multimodis efferat incrementis. Sanè ecclesia Goanensis in partibus Indiarum Orientalium consistens, quae de jure patronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum fore dignoscitur, et cui bonae memoriae Vincentius archiepiscopus Goanensis dum viveret praesidebat per obitum dicti Vincentii archiepiscopi, qui extra Romanam Curiam debitum naturae persolvit pastoris solatio destituta, Nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta, ad provisionem eiusdem ecclesiae coelerem et foelicem ne ecclesia ipsa longe vacationis exponatur incommodis, paternis et sollicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de praeficiendo eidem ecclesiae personam utilem, et etiam fructuosam, cum fratribus nostris habuimus diligentem. Demum ad te episcopum nuper Cocchinensem consideratis grandium virtutum donis quibus personam tuam illarum largitor altissimus multipliciter insignivit, et quod tu qui ecclesiae Cocchinensi in praefatis Indiis consistenti, hactenus laudabiliter praefuisti praefatam ecclesiam Goanensem scies, voles, et poteris, auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare direximus

Bulla do papa Xisto V a el-Rei

1588—Fevereiro 20

Charissimo in Christo filio Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico salutem *(sic)*.

Gratiae divinae proemium et humanae laudis praeconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum praelatis praesertim pontificali dignitate praeditis opportuni favoris praesidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem venerabilem fratrem nostrum Mattheum episcopum nuper Cocchinensem in partibus Indiarum in archiepiscopo Goanensi electum à vinculo quo ecclesiae Cocchinensi, cui tunc praeerat tenebatur, de fratrum nostrorum consilio, et Apostolicae potestatis plenitudine absolventes ipsum ad ecclesiam Goanensem tunc per obitum bonae memoriae Vincentii archiepiscopi Goanensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitutam de simili consilio Apostolica auctoritate transtulimus, ipsumque illi in archiepiscopum praefecimus, et pastorem curam et administrationem praefatae ecclesiae Goanensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenariè continetur *(sic)*. Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis aeterni gloria venerari, Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attentè, quatenus eundem Mattheum electum, et praefatam ecclesiam Goanensem suae curae commissam habens pro nostra et Apostolicae Sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis juribus suis, sic eos tui favoris auxilio prosequaris, quod idem Mattheus electus tuae Celsitudinis suffultus praesidio possit in commisso sibi pastoralis officii debito Deo propitio prosperari, ac tibi exinde a Deo peremnis vitae proemium, et a nobis condigna proveniat actio gratiarum. Datum ut supra *(sic)* [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 199 v. *Ms.*

Bulla do papa Xisto V a el-Rei

1588—Fevereiro 20

Charissimo in Christo filio Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico salutem etc. *(sic)* Gratiae divinae premium et humanae laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum prelatis praesertim pontificali dignitati preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesiae Cocchinensis etc. ut supra usque continetur *(sic)*. Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis aeterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attentè quatenus eundem Andream electum et predictam ecclesiam Cocchinensem suae curae commissam habens pro nostra et Sedis Apostolicae reverentia propentius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigne favoris auxilio prosequaris quod idem Andreas electus tuae celsitudinis fultus presidio in commisso sibi predictae ecclesiae Cocchinensis regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vitae praemium et à nobis condigna proveniat actio gratiarum. Datum ut supra *(sic)* [1].

Bulla do papa Xisto V a frei Matheus, arcebispo eleito de Goa

1588—Fevereiro 20

Venerabili fratri Mattheo nuper episcopo Cochinensi in archiepiscopum Goanensi electo *(sic)*.

Cum Nos hodie te à vinculo quo ecclesiae Cocchinensi cui tunc prae-

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 189 v. *Ms.*

eras tenebaris de fratrum nostrorum consilio et apostolicae potestatis plenitudine absolventes ad ecclesiam Goanensem metropolitanam certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulerimus praeficiendo te illi in archiepiscopum et pastorem prout in nostris inde confectis literis plenius continetur; cumque propter maximam locorum distantiam pallium insigne videlicet pontificalis officii à Nobis per proprium nuntium tuum, non nisi maximo temporis intervallo, cum ea qua decet instantia petere possis, Nos tuis commoditatibus consulere volentes, motu proprio et ex certa scientia nostra, deque apostolicae potestatis plenitunide, pallium ipsum de corpore beati Petri sumptum per dilectos filios decanum et cantorem dictae ecclesiae Goanensis, cum sicut accepimus in illis partibus non adsint episcopi qui pallium huiusmodi tibi assignent, tibi assignandum duximus, destinandum ut iidem decanus et cantor, vel eorum alter illud tibi assignent vel assignet ea forma, quam illis sub bulla nostra mittimus introclusam, et à te nostro et Romanae Ecclesiae nomine fidelitatis debitae sub forma quam illis sub bulla nostra mittimus introclusam, et à te nostro et Romanae Ecclesiae nomine fidelitatis debitae sub forma quam illis sub alia nostra bulla dirigimus solitum recipiant juramentum *(sic)*. Tu autem illo intra ecclesiam tuam Goanensem illis diebus dumtaxat utaris, qui expressi in eiusdem ecclesiae Goanensis privilegiis continetur, ut autem signum non discrepet à signato sed quod geris exterius interius serves in mente fraternitatem tuam monemus et hortamur attentè tibi per apostolica scripta mandantes quatenus humilitatem et justitiam dante Domino qui dat pecunia et munera largitur observare studeas quae suum servent et promoveant servitorem ac praefatam ecclesiam Goanensem sponsam tuam cures sollicitè eodem auctore Domino spiritualiter et temporaliter augmentare. Datum ut supra *(sic)* [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Litro* Diversas Bullas, fol. 201 v. *Ms.*

Bulla do papa Xisto V ao arcebispo de Goa

1588—Fevereiro 20

Venerabili fratri archiepiscopo Goanensi salutem et apostolicam benedictionem *(sic)*. Ad cumulum tuae cedit salutis et famae si personas ecclesiasticas presertim pontificali dignitate preditas divine propitiationis intuitu opportuni presidii et favoris gratia prosequaris. Hodie siquidem ecclesiae Cocchinensis, prout supra usque continetur *(sic)*. Cum igitur ut idem Andreas electus in commissa sibi cura dictae ecclesiae Cocchinensis facilius proficere valeat tuus favor ei fore noscatur plurimum opportunus fraternitatem tuam rogamus et hortamur attente per apostolica scripta tibi mandantes quatenus eundem Andream electum et predictam ecclesiam Cocchinensem sibi commissam suffraganeam tuam habens pro nostra et Sedis Apostolicae reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos tui favoris presidio prosequaris quod ipse Andreas electus per tuae auxilium gratiae se possit in commisso sibi eiusdem ecclesiae Cocchinensis regimine utilius exercere tuque divinam misericordiam ac nostram et dictae Sedis benedictionem et gratiam exinde valeas uberius promereri. Datum ut supra *(sic)* [1].

Bulla do papa Xisto V a André de Santa Maria, eleito bispo de Cochim

1588—Fevereiro 20

Sixtus episcopus etc. *(sic)* Dilecto filio Andreae de Sancta Maria electo Cocchinēnsi salutem et apostolicam benedictionem. Apostolatus offitium meritis licet imparibus nobis ex alto commissum quo ecclesiarum

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 189. *Ms.*

omnium regimini divina dispositione presidemus utiliter exequi coadiuvante Domino Cupientes solliciti corde reddimur et solertes ut cum de ecclesiarum ipsarum regiminibus agitur committendis tales eis in pastores preficere studeamus qui populum suae curae creditum sciant non solum doctrina verbi sed etiam exemplo boni operis informare commissasque sibi ecclesias in statu pacifico et tranquillo velent et valeant authore Domino salubriter regere et feliciter gubernare Sane ecclesia Cocchinensi in partibus Indiarum orientalium consistente quae de jure patronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum fore dignoscitur, ex eo quod nos hodie venerabilem fratrem nostrum Matheum episcopum nuper Cocchinensem in archiepiscopum Goanensem electum à vinculo quo dictae ecclesiae cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolicae potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Goanensem absolvimus tunc certo modo pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica authoritate transtulimus preficiendo ipsum illi in archiepiscopum et pastorem per translationem eandem pastoris solatio destituta Nos ad provisionem eiusdem ecclesiae Cocchinensis ne ecclesia ipsa longe vacationis exponatur incommodis paternis et sollicitis studiis intendentes post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesiae Cocchinensi personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem demum ad te ordinis Fratrum Minorum de Observantia nuncupatorum provinciae Sancti Antonii regni Portugalliae professorem in presbyteratus ordine et aetate legitima constitutum quem predictus Philippus Rex nobis ad hoc per suas literas presentavit et cui apud nos de religionis zelo vitae munditia honestate morum spiritualium providentia et temporalium circunspectione aliisque multiplicum virtutum donis fidedigna testimonia perhibentur direximus oculos nostrae mentis, Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et eisdem fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta predictae ecclesiae Cocchinensi de ipsorum fratrum consilio apostolica authoritate providemus teque illi in episcopum preficimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae Cocchinensis tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo in illo qui dat gratias et largitur premia confidentes quod dirigente Domino actus tuos predicta ecclesia Cocchinensis sub tuo felici regimine regeretur utiliter et prosperè dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incre-

menta. Volumus autem quod antequam possessionem seu quasi regiminis et administrationis dictae ecclesiae Cocchinensis seu illius bonorum aut maioris partis eorum assequaris vel in illis te in aliquo immisceas in manibus venerabilis fratris nostri archiepiscopi et dilecti filii decani ecclesiae Goanensis aut alterius ipsorum fidem catholicam iuxta articulos pridem à Sede Apostolica propositos expresse profiteri ac formam quam sub bulla nostra mittimus introclusam quibus et eorum cuilibet per alias nostras literas mandamus ut ipsi vel eorum alter à te nostro et Romanae ecclesiae nomine huiusmodi professionem recipiant seu recipiat et formam professionis à te facienda huiusmodi per tuas patentes literas tuo sigillo munitas ad Sedem eandem per proprium nuntium quanto citius destinare tenearis Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam et administrationem predictas sic exercere studeas sollicite fideliter et prudenter quod ecclesia ipsa Cocchinensis gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam tuque preter eternae retributionis premium nostram et dictae Sedis benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo octuagesimo septimo undecimo kalendas Martii Pontificatus nostri anno tertio [1].

Bulla do papa Xisto V a André de Santa Maria, eleito bispo de Cochim

1588—Fevereiro 20

Sixtus etc. *(sic)* Dilecto filio Andreae de Sancta Maria electo Cocchinensi salutem et apostolicam benedictionem. Cum Nos pridem ecclesiae Cocchinensis tunc certo modo pastoris solatio destitutae de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta de ipsorum fratrum consilio apostolica authoritate duxerimus providendum preficiendum te illi in episcopum et pastorem prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Nos ad ea quae ad tuae commoditatis au-

[1] *Copia, no* Archi. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 183. *Ms.*

gmentum cedere valeant favorabiliter intendentes tuis in hac parte supplicationibus inclinati tibi presbitero ut à quocunque malueris catholico antistite gratiam et communionem Apostolicae Sedis habente accitis et in hoc sibi assistentibus duobus vel tribus aliis catholicis episcopis si isthic adsint alias personis in dignitate ecclesiastica constitutis munus consecrationis suscipere valeas ac eidem antistiti ut recepto prius per eum à te nostro et Romanae Ecclesiae nomine fidelitatis debitae solito iuramento iuxta formam presentibus annotatam munus predictum authoritate nostra impendere licite tibi possit plenam et liberam concedimus tenore presentium facultatem Volumus autem et dicta authoritate decernimus quod si non recepto à te per dictum antistitem predicto iuramento idem antistes munus ipsum tibi impendere et tu illud suscipere presumpseritis dictus antistes à pontificalis offitii exercitio et tam ipse quam tu ab administratione tam spiritualium quam temporalium ecclesiarum vestrarum suspensi sitis eo ipso Preterea etiam volumus quod formam à te tunc prestiti iuramenti nobis de verbo ad verbum per tuas patentes literas tuo sigillo munitas per proprium nuntium quanto citius destinare procures quodque per hoc venerabili fratri nostro archiepiscopo Goanensi cui predicta ecclesia metropolitico iure subesse dignoscitur nullum in posterum preiuditium generetur Forma autem iuramenti quod prestabis talis est: Ego Andreas de Sancta Maria electus Cocchinensis ab hac hora in antea fidelis et obediens ero Beato Petro Sanctaeque Apostolicae Romanae Ecclesiae et Domino nostro Domino Sixto Papae Quinto eiusque successoribus canonice intrantibus non ero in consilio aut consensu vel facto ut vitam perdant aut membrum seu capiantur aut in eos violenter manus quomodolibet ingerantur vel iniuriae aliquae inferantur quovis quesito colore consilium vero quod mihi credituri sunt per se aut nuntium seu literas ad eorum damnum me sciente nemini pandam Papatum Romanum et regalia Sancti Petri adiutor eis ero ad retinendum et defendendum contra omnem hominem legatum Apostolicae Sedis in eundo et redeundo honorificè tractabo et in suis necessitatibus adiuvabo iura honores privilegia et authoritatem Romanae Ecclesiae Domini nostri Papae et successorum predictorum conservare defendere augere et promovere curabo, nec ero in consilio facto vel tractatu in quibus contra ipsum Dominum nostrum vel eandem Romanam Ecclesiam aliqua sinistra vel preiuditialia personae iuris honoris status et potestatis eorum machinentur et si talia à quibuscunque procurari novero vel tractari impediam hoc pro posse et quanto

citius potero commode significabo eidem Domino nostro vel alteri per quem ad ipsius notitiam poterit pervenire regulas Sanctorum Patrum decreta ordinationes, sententias, dispositiones, reservationes, provisiones, et mandata apostolica totis viribus observabo et faciam ab aliis observari, haereticos scismaticos et rebelles, Domino nostro et successoribus prefatis pro posse prosequar et impugnabo vocatus ad synodum veniam nisi prepeditus fuero canonica prepeditione Apostolorum limina singulis quadrienniis personaliter ac per me ipsum visitabo et Domino nostro ac successoribus prefatis rationem reddam de toto meo pastorali offitio deque rebus omnibus ad meae ecclesiae statum ad cleri et populi disciplinam animarum denique quae meae fidei creditae sunt salutem quovis modo pertinentibus et vicissim mandata apostolica prefata humiliter recipiam et quàm diligentissime exequar. Quod si legitimo impedimento detentus fuero praedicta omnia adimplebo per certum nuntium ad hoc speciale mandatum habentem de gremio mei capituli aut alium in dignitate ecclesiastica constitutum seu alias personatum habentem, aut his mihi deficientibus per diocesanum sacerdotem et clero deficiente omnino per aliquem alium presbyterum secularem vel regularem spectatae religionis et probitatis de supradictis plene instructum De huiusmodi autem impedimento docebo per legitimas probationes ad Sanctae Romanae Ecclesiae diaconum cardinalem ordine priorem per supradictum nuntium transmittendas possessiones vero ad mensam pertinentes non vendam neque donabo neque impignorabo neque de novo infeudabo vel aliquo modo alienabo etiam cum consensu capituli ecclesiae meae inconsulto Romano Pontifici: et si ad aliquam alienationem devenero poenas in quadam super hoc edita constitutione contentas eo ipso incurrere volo Sic me Deus adiuvet et haec Sancta Dei Evangelia. Datum Romae ut supra *(sic)* [1].

[1] *Copia, no* Arch Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 185. *Ms.*

Bulla do papa Xisto V ao deão e ao chantre da Sé de Goa

1588 — Fevereiro 20

Dilectis filiis Decano et Cantori ecclesiae Goanensi salutem *(sic)*.

Hodie venerabilem fratrem nostrum Mattheum nuper Cocchinensem in archiepiscopum Goanensem electum, quem Nos hodie à vinculo quo ecclesiae Cocchinensi, cui tunc praeerat tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolicae plenitudine potestatis absolventes ad ecclesiam Goanensem metropolitanam certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutam, de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus praeficiendo ipsum illi in archiepiscopum et pastorem prout in literis inde confectis plenius continetur. Cumque dictus Mattheus electus propter maximam locorum distantiam pallium insigne videlicet plenitudinis pontificalis officii à Nobis per proprium nuntium non nisi maximo temporis intervallo cum ea qua decet instantia petere possis *(sic)*, motu proprio, et ex certa scientia nostra, deque apostolicae potestatis plenitudine pallium ipsum de corpore Beati Petri sumptum, per vos seu alterum vestrum eidem Mattheo electo iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus introclusam assignandum duximus destinandum prout in nostris inde confectis literis plenius continetur. Quocirca discretioni vestrae cum sicut accepimus in illis partibus non adsint episcopi qui pallium huiusmodi eidem electo assignent motu simili etc. *(sic)* mandamus quatenus vos vel alter vestrum pallium ipsum iuxta formam huiusmodi eidem Mattheo electo assignetis, seu assignare curetis, et ab eo modo et Sedis Apostolicae nomine fidelitatis debitè sub forma quam vobis sub alia nostra bulla dirigimus solitum recipiatis, vel alter vestrum recipiat iuramentum, forma autem iuramenti quod dictus Mattheus electus praestabit Nobis de verbo ad verbum per eius patentes literas suo sigillo munitas, per proprium nuntium quanto citius destinare curetis. Volumus autem quod dictus Mattheus episcopus quanto citius Sanctitatem Suam *(sic)* de receptione pallii cum gratiarum actione, certiorem reddere teneatur. Datum ut supra *(sic)* [1].

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., *Livro* Diversas Bullas, fol. 203. *Ms.*

Breve do papa Xisto V a el-Rei

1588—Setembro 26

Sixtus Papa v—Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* A questi giorni passati ci sono state presentate tre lettere di Vostra Maestà, la prima vecchia di 21 di Giugno, che parla dell'archidiaconato e canonicati di Balbastro, la seconda di 22 di Luglio sopra il canonicato di Miranda conferito a Gaspare Mendez cristiano nuovo; la terza di 7 di Agosto che dimanda la cruciata per cinque anni nel Regno di Portogallo. Con questa risponderemo a tutte. La prima lettera di 21 di Giugno arrivò tanto tardi, che già era fatta la spedizione di Barbastro *(sic)*, e noi non sapevamo che fusse suo dispationato, il che se ci fusse stato detto, ne averessimo tenuto quel conto, che si conviene, essendo nostra intenzione non di derogare, ma di augumentare le ragioni di Vostra Maestà; ora si cercarà via, che la Maestà Vostra resti sodisfatta. Quanto alla seconda abbiamo dato ordine, che si scriva al Legato nostro di Portogallo, che eseguisca il breve concesso a Vostra Maestà contro li cristiani nuovi, e che il canonicato di Gaspare Mendez si dia qui ad uno, che sia cristiano vecchio. Alla terza della cruciata essendo materia nuova e grave è necessario considerarla con gran maturità, e perciò avemo dato ordine al Cardinal Lancillotto, che ne tratti con l'Ambasciatore di Vostra Maestà, et inteso che si sarà bene il negozio, non si mancherà di fare tutto quello, che ragionevolmente si potrà per sodisfare alla Maestà Vostra. Ci siamo molto rallegrati per aver inteso dalle lettere dei 6 del presente dal nostro Nunzio, che la Maestà Vostra dopo un poco di infermità, già si trovava con intiera sanità. E preghiamo Nostro Signore Dio, che la conservi lungamente per conto nostro particolare, e per servizio universale di tutta la cristianità. E con questo fine le mandiamo la nostra paterna et apostolica benedizione. Data in Roma alli 26 di Settembre 1588 [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 143 v.

Breve do papa Xisto V a el-Rei

1589—Maio 15

Xistus Papa v—Charissime in Christo fili noster salutem et Apostolicam benedictionem. Exponi nobis nuper fecit Majestas tua quod postquàm alias procurante clarae memoriae Sebastiano Portugalliae, et Algarbiorum Rege militiarum Jesu Christi, S. Jacobi, et de Avis in Regno Portugalliae institutarum perpetuo Administratore Apostolica auctoritate deputato felicis recordationis Pius v et Gregorius xiii Praedecessores nostri certa statuta, ordinationes et stabilimenta earumdem Militiarum ab eodem Sebastiano Rege factae confirmarunt, et approbarunt, concedentes etiam eidem, et illius successoribus dictarum militiarum Administratoribus, ut prò eorumdem statutorum executione, et stabilimento, quaecumque alia prò temporum, locorum, et personarum conditione, et qualitate, sivè in universum, sive in specie convenire viderentur statuere, noxia, vel inutilia emendare, dubia quaecumque ex praedictis fortè oritura declarare, caeteraque omnia facere, et exequi liberè, et licitè valeret, quae ad ipsarum Militiarum prosperitatem, incrementum, et conservationem necessaria forent, et quomodolibet opportuna, proùt in diversis à praedictis Pontificibus emanatis litteris pleniùs continetur. Idem Sebastianus Rex, et similis memoriae Henricus illius praedictis Regnis immediatus successor considerantes nonnulla ex praedictis statutis, ordinationibus, et stabilimentis confirmatis, et approbatis nullo modo, aut cum difficultate observari, et retineri posse, sive ut ea observarentur, et retinerentur nullo modo convenire, tàm Sebastianus, quàm Henricus Reges praedicti quampluribus personis tàm in dictis Regnis, quàm extrà illa earumdem militiarum habitus, et nonnullis commendas, et aliis etiam super earumdem commendarum fructibus, redditibus, et proventibus, pensiones exhibuerunt, dederunt et assignarunt, aliosque actus, et gesta forma dictorum statutorum forsàn juratorum non servata, ac contrà illam, absque etiam quod in hujusmodi habituum exhibitionibus, commendarum provisionibus, assignationibus pensionum, aliisque gestis ullam facerent mentionem,

quod vigore dictarum facultatum sibi per praedictos Pontifices concessarum, et contrà formam dictorum statutorum confirmatorum operabantur, et absque illorum sufficienti derogatione; et postmodum tu, qui praedictis Regibus in dictis Regnis successor extitisti de dictis statutis, ac eorum confirmationîbus, et approbationibus non plenè informatus, praedictorum Regum vestigiis inhaerendo, illorumque usus, et consuetudines in hac parte sequendo, plures quoque dictarum militiarum habitus, commendas, et pensiones quamplurimis personis exibuisti, contulisti, et assignasti, aliosque actus, et gesta fecisti, similiter contrà, aut praeter formam dictorum statutorum forsan juratorum, et confirmatorum absque illorum plena, et sufficienti derogatione, nullaque praemissa declaratione esse tuae intentionis vigore praedictarum facultatum eadem facere, et operari Ac propterèa admodùm dubites de validitate dictorum actuum tàm a Sebastiano, et Henrico Regibus, quàm a te gestorum, illaque minùs firma, et valida fuisse, et existere ex eo, quod in praedictis statutis confirmatis adest decretum irritans, et annullans omnia et quaecumque contra illorum formam gesta, et attentata Et ideò sicùt eadem expositio subiungebat, si praedicta omnia suum plenum, et omnimodum non sortiantur effectum, maximae exinde orirentur difficultates in multorum nobilium, et principalium personarum praejudicium, imò, et pro conciliandis sibi animis dictorum nobilium, illisque, et aliis personis, quibus hujusmodi gratiae factae fuerunt, in officio continendis plurimum expediat praedicta omnia adimpleri, et substineri, nobis humiliter maxima cum instantia supplicari fecisti, ut tàm Sebastiani et Henrici Regum praedictorum, quàm Tuae, et personarum interesse habentium conscientiae tranquilitati paterna affectione consulentes, praedicta omnia tàm a Sebastiano et Henrico Regibus praedictis, quàm a Te contrà, aut praeter formam dictorum statutorum, ordinationum, et stabilimentorum, ac forsan juramenti facta, declarata, et executa Apostolica auctoritate confirmare, et approbare, omnesque, et quoscumque tàm juris, quàm facti, et solemnitatum, ac non servatae formae defectus supplere, quia temporum varietas, et dictorum Regnorum mutationes praesens status plenè ostendit, prout etiam praedicti Sebastiani Regis dictorum statutorum conditoris temporibus jàm tùm manifestè compertum extitit, quamplura ex praedictis statutis, ordinationibus, stabilimentis, usibus, et naturis, aut nullo modo, aut difficilè admodùm observari posse, nec ut observentur expedire, imò prò dictarum Militiarum regimine, et felici progressui plurimum conveniat nonnulla ex iis cassare, annullare,

alia etiam immutare, et emendare, et quamplurima de novo condere, statuere, et ordinare; nobis etiam instantissimè supplicari fecisti, ut super his omnibus opportunè providere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur, qui singulis petitionibus tuis, illis praesertim quas ex sincero pietatis affectu prodire conspicuimus, paterno correspondere exoptamus affectu, quique Religionis cultum, Regulariumque Militiarum disciplinam ubiquè florere cupimus, veros institutionum Militiarum earumdem, illarumque constitutionum, statutorum, et definitionum, necnon quarumcumque Apostolicarum, et aliarum literarum desuper confectarum tenores praesentibus prò sufficientèr expressis habentes, Teque a quibusvis sententiis, censuris, poenis, ac forsàn perjurio propterèa incursis absolventes, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, supradicta omnia tàm per Sebastianum et Henricum Reges praedictos, quàm a Te circa praemissa contrà, aut praeter dictarum Militiarum statuta, ordinationes, definitiones, stabilimenta, usus, consuetudines, et naturas, facta, gesta, et executa confirmamus, et approbamus, et quatenus opus sit, revalidamus; ac nihilominus dictarum Militiarum prosperis successibus consulentes Majestati tuae, ut cum consilio nonnullorum antianorum dictarum Militiarum, et illarum etiam personarum eorumdem Ordinum minimè professorum, ad id per Te eligendarum, statuta, consuetudines, regulas, diffinitiones, stabilimenta, ordinationes dictarum Militiarum etiam si Apostolica auctoritate confirmata, et approbata fuerint pro praesentis temporis necessitate, et qualitate alterare, reducere, declarare, cassare, et annullare, ac in meliùs reformare, et alias diffinitiones, ordinationes, et statuta Militiarum praedictarum, ac illarum personarum, rerum, et bonorum regimen, administrationem, et gubernium concernentia condere, statuere, et ordinare liberè etc., *(sic)* et licitè valeas facultatem concedimus. Ità tamen ut hujusmodi reformationes, ac etiam nova statuta, antequàm executioni demandentur priùs per nos, et Sedem Apostolicam confirmentur, et approbentur, non obstantibus praemissis, ac constitutionibus, et ordinationibus Apostolicis, ac earumdemque Militiarum etc. *(sic)* caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 15 Maii 1589. Pontificatus nostri anno 5 [1].

[1] *Impresso, na* Biblioth. d'Ajuda, Collecção Geral, tomo 151. *Mss.*

Breve do papa Gregorio XIV a el-Rei

1591—Março 16

Gregorius Papa XIII—Charissime in Christo fili noster salutem, et apostolicam benedictionem. Permittimus Maiestati tuae Militiarum Jesu Christi, Sancti Jacobi, et de Avis in Portugalliae, et Algarbiorum Regnis institutarum Administratori apostolica auctoritate deputato, ut dilecto filio Ferdinando Carillo, qui tibi in bellis contra christiani nominis hostes susceptis per plures annos fideliter, strenueque inservivit, unam in qualibet dictarum Militiarum tunc vacantem, aut cum vacabit, praeceptoriam etiam si ille iuxta formam statutorum earundem Militiarum in unum ex locis Africae, aut in triremibus per triennium non inservierit, conferre, et assignare possis, et valeas. Non obstantibus praemissis, ac constitutionibus, et ordinationibus apostolicis, dictarumque Militiarum iuramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et consuetudinibus, stabilimentis, usibus et naturis: quibus omnibus eorum tenores pro expressis habentes, ad effectum specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die XVJ Martii M. D. LXXXXJ. Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 37 de Bullas, num. 28.— *Sobrescrito:* Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae, et Algarbiorum Regi Catholico.

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1599—Maio 21

Clemens episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi illustri salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem venerabilem fratrem nostrum Hieronymum Episcopum Portugalensem nuper Mirandensem a vinculo quo ecclesie Mirandensi cui tunc preerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes ad ecclesiam Portugalensem tunc per obitum bone memorie Marci olim Episcopi Portugalensis extra Romanam Curiam defuncti Pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie Portugalensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Hieronymum Episcopum et prefatam ecclesiam Portugalensem sue cure commissam habens pro nostra et sedis apostolice reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Hieronymus Episcopus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure Pastoralis officio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo nonagesimo secundo duodecimo kalendas Junii Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 18 de Bullas, num. 42.

Breve do papa Clemente VIII a el-Rei

1592 — Outubro 1

Clemens Papa VIII — Carissime in Christo fili noster, salutem, et apostolicam benedictionem. Mandavimus venerabili fratri Fabio Patriarchae Jerosolymitano, quem mittimus collectorem in tuum Regnum Portugalliae, ut ad tuam Majestatem iret, teque nostris verbis salutaret, tibique has literas redderet. Commendamus illum Maiestati tuae, quia dignum tua gratia iudicamus. Is in suo munere arbitrabitur se tuae quoque Maiestati inservire, idque faciet summa fide, et diligentia. Quae praeterea exponet nostris verbis, de iis cupimus, ut ei fidem tribuas. Datum Tusculi sub annulo Piscatoris die primo Octobris M. D. LXXXXij. Pontificatus nostri anno primo [1].

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1593 — Janeiro 29

Clemens episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Illustri Salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem dilectum filium Ludovicum Electum Tiberiadensem venerabili fratri nostro Petro Episcopo Funayensi Coadiutorem in regimine et administratione ecclesie Funayensis que in partibus Jappo-

[1] ARCH. NAC., Maç. 37 de Bullas, num. 8.— *Sobrescrito:* Carissimo in Christo filio nostro Philippo, Hispaniarum Regi Catholico.

nensibus consistit et cui idem Petrus Episcopus etiam tunc preerat quamdiu illi preesset in spiritualibus et temporalibus cum plena libera et omnimoda potestate facultate et auctoritate omnia et singula que ad huiusmodi Coadiutoris officium aut alias quomodolibet pertinent gerendi et exercendi ipsius Petri Episcopi ad id tunc expresso accedente consensu de fratrum nostrorum consilio apostolica auctoritate constituimus et deputavimus ac eodem Petro Episcopo cedente vel decedente seu dicte ecclesie alias quomodolibet preesse desinente et illa quovis modo etiam apud sedem apostolicam vacante ex tunc prout ex ea die et e contra de ipsius Ludovici Electi persona eidem ecclesie de simili consilio dicta auctoritate providimus ipsumque in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Ludovicum Electum Coadiutorem et futurum Episcopum Funayensem etiam Coadiutoris officio huiusmodi durante et ecclesiam prefatam sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Ludovicus Electus Coadiutor et futurus Episcopus Funayensis tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi dicte ecclesie regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo nonagesimo secundo quarto kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 18 de Bullas, num. 39.

Bulla do papa Clemente VIII ao arcebispo de Lisboa, e aos bispos de Elvas e de Leiria

1593 — Janeiro 29

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Ulixbonensi et Elvensi ac Leyriensi episcopis salutem et apostolicam benedictionem. Cum nos hodie dilectum filium Ludovicum electum Tiberiadensem de cuius persona nuper ecclesiae Tiberiadensi certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutae de fratrum nostrorum consilio apostolica auctoritate provideramus ipsumque illi in episcopum praefeceramus et pastorem venerabili fratri nostro Petro episcopo Funayensi coadiutorem in regimine et administratione ecclesiae Funayensis cui dictus Petrus episcopus et tunc praeerat quandiu illi praeesset in spiritualibus et temporalibus ipsius Petri episcopi expresso ad id accedente consensu de simili consilio dicta auctoritate constituerimus et deputaverimus ac eodem Petro episcopo cedente vel decedente seu dictae ecclesiae Funayensi praeesse desinente et illa quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacante ex tunc prout ex ea die et è contra de pari consilio dicta auctoritate providerimus praeficiendo ipsum illi in episcopum et pastorem prout in diversis nostris inde confectis literis plenius continetur. Nos igitur ipsius Ludovici electi coadiutoris et futuri episcopi Funayensis in remotis partibus degentis ne ipse propter hoc ad Sedem praedictam accedendo personaliter laborare cogatur volentes parcere laboribus et expensis fraternitati vestrae per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel alter vestrum ab eodem Ludovico electo coadiutore et futuro episcopo Funayensi nostro et Romanae Ecclesiae nomine fidelitatis debitae ratione posteriorum provisionis et praefectionis praefatarum solitum recipiatis seu recipiat iuramentum iuxta formam quam sub bulla nostra mittimus introclusam, ac formam iuramenti huiusmodi quod dictus Ludovicus electus coadiutor et futurus episcopus Funayensis praestabit nobis de verbo ad verbum per eius patentes literas suo sigillo munitas per proprium Nun-

cium quanto citius destinare curetis. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae 1592, 4.° kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

Bulla do papa Clemente VIII a Luiz Cerqueira, bispo eleito de Tiberiades

1593—Janeiro 29

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Ludovico Cerqueira electo Tiberiadensi salutem et apostolicam benedictionem. Romanus Pontifex in potestatis plenitudine à coelesti Pastore constitutus ad statum ecclesiarum quarumlibet praesertim cathedralium ne aliquibus praegraventur incommodis more pii patris prospicit diligenter et ut ecclesiae ipsae quarum pastores aliquibus corporalibus detinentur impedimentis in spiritualibus et temporalibus valeant salubriter gubernari iuxta datam sibi a Domino intelligentiam de congruae provisionis auxilio providet opportuno prout temporum qualitas exigit et ecclesiarum ipsarum utilitas persuadet ad hoc quoque exactae diligentiae studium adhibet ut ecclesiarum earundem regimini illarum occurrente vacatione ministri deputentur providi et idonei qui populum suae curae creditum sciant non solum doctrina verbi sed etiam exemplo bonis *(sic)* informare commissasque sibi ecclesias velint et valeant auctore Domino in spiritualibus et temporalibus salubriter regere et feliciter gubernare Sane cum venerabilis frater noster Petrus episcopus Funayensis pro faciliori cura et regimine ecclesiae Funayensis quae in insulis Japponensibus existit et de iure patronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio apostolico cui non est hactenus in aliquo derogatum esse dignoscitur cuique idem Petrus episcopus praeesse dignoscitur sibi de coadiutore idoneo in regimine et administratione dictae ecclesiae in eisdem spiritualibus et temporalibus provideri desideret Nos cupientes profectui et felici successui eiusdem ecclesiae con-

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 229. *Ms.*

sulere et ne ecclesia ipsa propter quaevis ipsius Petri episcopi impedimenta neve quando illam ex eiusdem Petri episcopi persona vacare contigerit ob diutinam eius vacationem aliquibus exponatur incommodis paternis et solicitis studiis intendentes post deliberationem quam de deputando Petro episcopo coadiutorem et ecclesiae Funayensi praefatis cum illa vacabit praeficiendo personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem demum ad te electum Tiberiadensem in presbyteratus ordine constitutum consideratis grandium virtutum meritis quibus personam tuam illarum largitor Altissimus multipliciter insignivit et quod tu de cuius persona hodie ecclesiae Tiberiadensi certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutae de ipsorum fratrum consilio apostolica auctoritate providimus teque illi in episcopum praefecimus et pastorem volentes quod postquam literas super provisione et praefectione huiusmodi expeditas haberes ad praefatam ecclesiam Tiberiadensem te conferres et resideres personaliter apud illam quodque extra tuas civitatem et diocesem Tiberiadensem pontificalia officia nequires exercere prout in diversis nostris inde confectis literis plenius continetur eandem ecclesiam Funayensem scies voles et poteris auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare direximus oculos nostrae mentis Quibus omnibus debita meditatione pensatis tibi quod ad dictam ecclesiam Tiberiadensem quae in partibus infidelium consistit accedere et apud eam personaliter residere minime tenearis harum serie indulgentes te praefato Petro episcopo quoad vixerit et eidem ecclesiae Funayensi praefueret coadiutorem perpetuum et irrevocabilem in regimine et administratione ecclesiae Funayensis huiusmodi in eisdem spiritualibus et temporalibus cum plena libera et omnimoda facultate et auctoritate omnia et singula ad huiusmodi coadiutoris officium de iure vel consuetudine aut alias quomodolibet pertinentia etiam postquam munus consecrationis susceperis pontificalia officia in civitate et diocesi Funayensi gerendi ordinandi et exercendi ipsius Petri episcopi ad hoc expresso accedente consensu de fratrum eorundem consilio dicta auctoritate apostolica constituimus et deputamus et nihilominus praefato Petro episcopo cedente vel decedente seu praefatae ecclesiae Funayensi quomodolibet praeesse desinente aut illas alias quovismodo etiam apud Sedem Apostolicam vacante ex nunc prout ex tunc et e contra de eadem persona tua quem idem Rex nobis ad hoc per suas literas presentavit eidem ecclesiae Funayensi de simili consilio dicta auctoritate providemus teque illi in episcopum prefecimus et pastorem ac de eadem

persona tua ipse ecclesiae Funayensi provisum teque illi in episcopum et pastorem prefectum fore decernimus curam et administrationem eiusdem ecclesiae Funayensis tibi in eisdem spiritualibus ac temporalibus ita tamen quod cum primum tu in vim posteriorum provisionis et prefectionis praefatarum pacificam possessionem seu quasi regiminis et administrationis ecclesiae Funayensis huiusmodi ac illius bonorum seu maioris partis eorum assequutus fueris ita ecclesia Tiberiadensis eo ipso vacet et vacare censeatur plenarie committendo in illo qui dat gratias et largitur premia confidentes quod dirigente Domino actus tuos praefata ecclesia Tiberiadensis per tue circumspectionis industriam et studium fructuosum regetur utiliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa Volumus autem quod ab alienatione qualibet bonorum immobilium et preciosorum mobilium mense episcopalis Funayensis penitus abstineas *(sic)* et quod de gestis et administratis per te ratione huiusmodi coadiutoris officii iuxta tenorem constitutionis felicis recordationis Bonifacii papae viij praedecessoris nostri super hoc edite quae incipit Pastoralis rationem reddere tenearis quodque officio coadiutoris huiusmodi cessante et antequam regimini et administrationi ecclesiae Funayensis huiusmodi te in aliquo immisceas constitutionis et deputationis in coadiutorem huiusmodi ratione de ipso coadiutoris officio iuste et fideliter exercendi in manibus venerabilium fratrum nostrorum archiepiscopi Ulixbonensis et Elvensis ac Leyriensis episcoporum seu alicuius eorum ac fidelitatis debite solutus prestes iuramentum *(sic)* iuxta formam quam sub bulla nostra mittimus introclusam quibus et eorum cuilibet per alias nostras literas mandamus ut ipsi vel alter eorum a te nostro et Romanae Ecclesiae nomine huiusmodi recipiant seu recipiat iuramentum Quocirca Discretioni tuae etc. *(sic)* mandamus quatenus curam et administrationem praefatas sic solicite geras et fideliter exequaris quod exinde sperati fructus adveniant et tuae bonae famae odor ex tuis laudabilibus actibus huiusmodi latius diffundatur ipsaque ecclesia Funayensis gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam tuque praeter eternae etc. *(sic)* Datum etc. *(sic)* anno Incarnationis Dominicae 1592 quarto kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., *Livro* Diversas Bullas, fol. 222. *Ms.*

Bulla do papa Clemente VIII a Luiz Cerqueira, bispo eleito de Tiberiades

1593 — Janeiro 29

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Ludovico Cerqueira electo Tiberiadensi salutem et apostolicam benedictionem. Apostolatus officium meritis licet imparibus nobis ex alto commissum quo ecclesiarum omnium regimini divina dispositione praesidemus utiliter exequi coadiuvante Domino cupientes soliciti corde reddimur et solertes ut cum de ecclesiarum ipsarum regiminibus agitur committendis tales eis in pastores praeficere studeamus qui populum suae curae creditum non solum doctrina verbi sed etiam exemplo boni operis informare commissasque sibi ecclesias in statu pacifico et tranquillo velint et valeant auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare. Dudum siquidem provisiones ecclesiarum omnium tunc vacantium et in antea vacaturarum ordinationi et dispositioni nostrae reservavimus decernentes ex tunc irritum et inane si secus super his per quoscunque quavis auctoritate scienter vel ignoranter contingeret attentari. Postmodum vero ecclesia Tiberiadensis quae in partibus infidelium consistit tunc ex eo quod nos venerabilem fratrem nostrum Joannem episcopum Calinensem nuper Tiberiadensem à vinculo quo dictae ecclesiae cui tunc praeerat tenebatur de venerabilium fratrum nostrorum Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalium consilio et apostolicae potestatis plenitudine absolventes illum ad ecclesiam Calinensem tunc certo modo vacantem transtulimus ipsumque illi in episcopum praefecimus et pastorem per translationem huiusmodi pastoris solatio destituta Nos vacatione huiusmodi fide dignis relatibus intellecta ad provisionem eiusdem ecclesiae Tiberiadensis celerem et felicem de qua nullus praeter nos se intromittere potuit sive potest reservatione et decreto obsistentibus supradictis ne ecclesia ipsa Tiberiadensis longe vacationis exponatur incommodis paternis et solicitis studiis intendentes post deliberationem quam de praeficiendo eidem ecclesiae Tiberiadensi personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem

demum ad te presbyterum Elborensis diocesis ex congregatione presbyterorum Societatis Jesu ex legitimo matrimonio nobilibusque et catholicis parentibus procreatum in aetate legitima constitutum qui alias fidem catholicam iuxta articulos pridem a Sede Apostolica propositos in manibus dilecti filii officialis Elborensis expresse professus es cuique apud nos de literarum scientia vitae munditia honestate morum spiritualium providentia et temporalium circunspectione aliisque multiplicum virtutum donis fide digna testimonia perhibentur direximus oculos nostrae mentis Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et fratribus ipsis ob tuorum exigentiam meritorum accepta praedictae ecclesiae Tiberiadensi de ipsorum fratrum consilio apostolica auctoritate providemus teque illi in episcopum praeficimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae Tiberiadensis tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo in illo qui dat gratias et largitur praemia confidentes quod dirigente Domino actus tuos praefata ecclesia Tiberiadensis sub tuo felici regimine regetur utiliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam et administrationem praedictas sic exercere studeas solicite fideliter et prudenter quod ecclesia ipsa Tiberiadensis gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam tuque praeter aeternae retributionis premium nostram et Apostolicae Sedis benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis. Volumus autem quod postquam presentes literas habueris expeditas ad praefatam ecclesiam Tiberiadensem te conferas et resideas personaliter in eadem quodque extra tuas civitatem et diocesem Tiberiadenses pontificalia officia nequeas exercere. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae 1592 quarto kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 225. *Ms.*

Bulla do papa Clemente VIII a Luiz Cerqueira, bispo eleito de Tiberiades

1593—Janeiro 29

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Ludovico electo Tiberiadensi salutem et apostolicam benedictionem. Sincerae devotionis affectus quo nos et Romanam revereris ecclesiam non indigne promeretur ut votis tuis quantum cum Deo possumus favorabiliter annuamus. Hodie siquidem ecclesiae Tiberiadensis tunc certo modo pastoris solatio destitutae de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate duximus providendum praeficiendo te illi in episcopum et pastorem volentes inter caetera quod postquam literas super provisione huiusmodi habere expeditas ad praefatam ecclesiam te conferres et personaliter resideres in eadem quodque extra civitatem et tuam diocesem Tiberiadensem pontificalia officia exercere nequires prout in nostris inde confectis literis plenius continetur. Cum autem sicut accepimus tu ad eandem ecclesiam Tiberiadensem quae in partibus infidelium consistit commode nequeas te conferre et apud illam personaliter residere Nos volentes te praemissorum meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratioso tuis in hac parte supplicationibus inclinati tibi quod ad dictam ecclesiam Tiberiadensem accedere et apud eam personaliter residere minime tenearis quodque postquam munus consecrationis susceperis in civitate et diocesi Funayensibus duntaxat si ad id per venerabilem fratrem nostrum Petrum et pro tempore existentem episcopum Funayensem requisitus fueris ac de eius speciali licentia eadem pontificalia officia exercere libere et licite valeas priori nostra voluntate praefata ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis caeterisque contrariis nequaquam obstantibus dicta auctoritate tenore presentium de speciali gratia indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri indulti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare praesumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius

se noverit incursurum. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae 1592 4.° kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

Bulla do papa Clemente VIII

1592—Janeiro 29

Clemens etc. *(sic)* Venerabili fratri archiepiscopo Goanensi salutem etc. *(sic)* Ad cumulum tuae cedit salutis et famae si personas ecclesiasticas praesertim pontificali dignitate preditas divinae propitiationis intuitu opportuni presidii et favoris gratia prosequaris Hodie siquidem dilectum filium Ludovicum electum Tiberiadensem venerabili fratri nostro Petro episcopo Funayensi coadiutorem in regimine et administratione ecclesiae Funayensis quae in partibus Japponensibus consistit et cui idem Petrus episcopus etiam tunc praeerat quandiu illi praeesset in spiritualibus et temporalibus cum plena libera et omnimoda potestate facultate et auctoritate omnia et singula quae ad huiusmodi coadiutoris officium aut alias quomodolibet pertinent gerendi et exercendi ipsius Petri episcopi ad id expresso tunc accedente consensu de fratrum nostrorum consilio apostolica auctoritate constituimus et deputavimus ac eodem Petro episcopo cedente vel decedente seu dictae ecclesiae alias quomodolibet praeesse desinente et illa quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacante ex tunc prout ex ea die et e contra de ipsius Ludovici electi persona eidem ecclesiae de simili consilio dicta auctoritate providimus ipsumque illi in episcopum prefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur. Cum igitur ut idem Ludovicus electus coadiutor et futurus episcopus Funayensis in commissa sibi ecclesiae cura facilius proficere valeat tuus favor ei fore noscatur plurimum opportunus fraternitatem tuam roganus et hortamur attente tibi per apostolica scripta mandantes quatenus eundem Ludovicum electum coadiutorem et

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 227. *Ms.*

futurum episcopum Funayensem etiam coadiutoris officio huiusmodi durante et praefatam ecclesiam sibi commissam suffraganeam tuam habens pro nostra et Apostolicae Sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos tui favoris presidio prosequaris quod ipse Ludovicus electus coadiutor et futurus episcopus Funayensis per tuae auxilium gratiae se possit in commisso sibi eiusdem ecclesiae regimine utilius exercere tuque divinam misericordiam ac nostram et dictae Sedis benedictionem et gratiam valeas exinde uberius promereri Datum Romae apud Sanctum Petrum anno 1592 quarto kalendas Februarii Pontificatus nostri anno primo [1].

Breve do papa Clemente VIII a el-Rei

1594 — Agosto 3

Clemens Papa VIII. Carissime in Christo fili noster, salutem et apostolicam benedictionem. Clamor gravium incommodorum, que in Regno Portugalliae magna cum Dei offensione, et animarum detrimento, quotidie magis excrescunt venit ad nos, ut ea in nobis diutius dissimulare non liceat, neque a Maiestate Tua Catholico Rege tanta erga Deum pietate, tanta erga Apostolicam Sedem observantia ullo modo sint amplius tolleranda. Jurisdictio ecclesiastica in Regno Portugalliae palam violatur, sacrosanctae Sedis Apostolicae auctoritas, quam christianissimi Reges et Principes, ab omni antiquitatis memoria, suo et populorum suorum sanguine defendere non dubitarunt, passim et publice in Regno Portugalliae imminuitur, in Regno, inquam, christiano et catholico, et quidem te Rege, per Dei gratiam vivo, atque incolumi; nam ut multa silentio pretereamus, illa certè, nec silere possumus, nec sine multo dolore referre, quod venerabiles fratres nostri Archiepiscopi cum rei ecclesiasticae controversia agitur a laicis hominibus ad seculares iudices pertrahuntur, quasi noster et Apostolicae Sedis Legatus in eo Regno non esset, aut nullus omnino

[1] *Copia*, no Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 239. *Ms.*

Apostolicus Minister existeret, ad quem iustitiae consequendae gratia confugere liceat; quid, quod ecclesiasticae sententiae ecclesiastico iudici iterum et tertio confirmatae, a prophano iudice revocantur, et ne inspectis quidem causae actis nullae atque irritae declarantur? Quin etiam, quod dictum horribile est, eo progressa est saecularium iudicum audacia, ut censuras ecclesiasticas, ab ecclesiastico iudice, rectè, atque ordine latas, et excommunicationis sententiam non esse servandam pronuntient et declarent; denique eo res redacta est, ut dum plerique omnes ecclesiastici iudicis sententia damnati iudicem Regiae rei appellant, et illud contumaciae suae, sive laici, sive clerici praefugium habent, iam omnia fere ecclesiastica iudicia, et ipsa etiam Apostolica decreta in Portugallia eludantur, nulla enim in re magis hoc tempore videtur pervigilare Judicum et Gubernatorum Regni illius industria et diligentia, quàm in opprimenda iurisdictione ecclesiastica, et tunc maximè se egregiam laudem reportare, et de Maiestate Tua benemereri arbitrantur cum quo simulato iure, quave iniuria, sive astu, sive vi aliquid de iure, et auctoritate ecclesiastica detrahunt, et imminuunt, ad se pertrahunt, et adiungunt, pessimo sane consilio, et detestabili; nihil enim alienius a tua non solum pietate, sed vera utilitate, et recta Regni illius gubernandi et conservandi ratione; quid enim boni expectandum, aut quid non potius metuendum mali, cum sacrorum canonum disciplina infringitur, cum Summorum Pontificum constitutiones, et veneranda conciliorum decreta violantur, cum termini, quos posuere Patres Nostri revelluntur, cum ecclesiasticae auctoritati et dignitati, quae antiquissima esse debet derogatur, *(sic)* denique quod animus horret cogitare, cum Rex Regum Deus ipse contemnitur in Ministris suis? De quibus illud est insigne Christi Domini pronunciatum: Qui vos audit me audit, qui vos spernit me spernit; audi igitur nos fili carissime, qui te vere in Domino amamus, qui te in visceribus Christi gerimus, qui te in hoc saeculo, et multo maximè in futuro omni gloria et felicitate florentem esse cupimus, qui pro tua, et Principis filii tui, nobis dilectissimi salute et incolumitate assiduè Deum precamur, qui nihil magis optamus, quàm ut tot Regna et ditiones, quae a Deo bonorum omnium auctore habes, pacatas et tranquillas unico filio tuo et nepotibus tradas et relinquas, audi non tam blanda et benevolentiae specie fucata, quàm vera et salutaria fallunt et falluntur, qui ecclesiastica iurisdictione imminuenda ius tuum retinere, et utilitati tuae servire se iactant erraverunt, ab utero locuti sunt falsa, et sive scientes, sive impudentes magnis malis, et quod

dicere necesse est Regno evertendo viam muniunt; nemo te magis Christianae Reipublicae calamitates novit, nemo prudentius de illis te uno iudicare potest, qui abundas, et diuturno maximarum rerum usu excellis, revoca quaesumus ad animum tuum superiorum memoriam; an non haec semina ingentem altrum segetem ediderunt? an non per has rimas et per hos cuniculos haereses ingressae longè latèque pervagatae sunt? an non ex his velut favillis maxima sunt incendia excitata, quibus Regna et Provinciae complures miserandum in modum conflagrarunt? Nimium iam nos experientia docuit ubi ius ecclesiasticum laeditur, ubi Apostolicae Sedis auctoritas labefactatur, ubi Dei Ministris debitus honor et reverentia non adhibetur, ubi denique quae Dei sunt Deo non redduntur ibi Regum potestatem, Regnorum quietem, populorum obedientiam, Religionis integritatem diu consistere non posse. Age igitur fili carissime pro tua aequitate et pietate, proque tua perpetua erga hanc Sanctam Apostolicam Sedem observantia, cuius te obedientissimum filium esse ad haec Beatorum Apostolorum sacra corpora, tamquam in totius orbis terrae theatro per Legatos et Oratores tuos toties professus es, cura et effice omnino ut Ministri tui se intra suos limites contineant neve in ecclesiastici iuris fines irrumpant, neque verbo tantum et lingua sed opere et veritate se catholicos praestent et obedientes Romanae Ecclesiae, ne forte aliquando illud de eis merito dicatur populus hic labiis me honorat, cor autem eorum longevum est a me; neque enim Deus irrideri potest, quod si animadvertimus eos obdurare corda sua, et nos mitioribus medicamentis, et spiritu laenitatis parum (quod absit) proficere cogemur virgam arripere, et ea potestate uti, quam dedit nobis Deus in aedificationem Ecclesiae Catholicae, ut in die tremendi iudicii ante Tribunal Christi, et Pastoralis officii nostri, et animarum nobis creditarum, et tuae in primis fili Rex, cuius salutem ex intimo corde concupiscimus rationem reddere possimus, sed quemadmodum facile de Tua Maiestate nobis persuadeamus multa te inscio fieri a Ministris tuis ita confidimus, ea tibi nequaquam probari, ac propterea ea statim mandata hoc de genere daturum, quibus tam gravia incommoda penitus removeantur, neque a nobis necessario aviora sint remedia adhibenda scripsimus de hoc item negotio, quod nobis valde cordi est dilecto filio nostro Alberto Cardinali nostro et Apostolicae Sedis, in eodem Portugalliae Regno de Latere Legato, et praeterea ad venerabilem fratrem Camillum Patriarcham Alexandrinum nostrum Apostolicum Nuntium apud Maiestatem Tuam, qui tecum coram uberius aget, cui propterea, ut fidem

cumulatam habeas a te requirimus. Datum Romae apud Sanctos Apostolos sub annulo Piscatoris die secunda Augusti MDXCIII. Pontificatus nostri anno tertio [1].

Breve do papa Clemente VIII ao Conde de Portalegre, Governador de Portugal

1594 — Agosto 2

Qui Reipublicae administrandae, et Regno alicui gubernando praefecti sunt magnoperè cavere oportet ne falsas terrenae, et carnalis prudentiae sectantes humanas rationes divinis praeceptis anteponant, neve specie utilitatis inani decepti a vera et solida utilitate aberrent. Nihil enim verè utile esse potest, quod cum Dei offensione, et Sanctae Ecclesiae injuria conjunctus est, imò vero hoc omnium ferè malorum est seminarium Ecclesiam Dei contemnere, et iis debitum honorem et obedientiam non deferre, qui Christi Domini ministri sunt, et dispensatores mysteriorum Dei, quae cum ità se habeant, magno sanè dolore afficimur, cum in isto Regno Portugalliae, quod pietatis, et Religionis laude semper floruit jurisdictionem ecclesiasticam palam opprimi, Apostolicae Sedis auctoritatem negligi, fratres nostros Episcopos, et Archiepiscopos ad saecularia tribunalia trahi in iis etiam causis, in quibus rei ecclesiasticae controversia est illorum sententias iterum et tertio confirmatas à saeculari judice abrogari, ac irritas pronuntiari, nervos disciplinae christianae, ecclesiasticas censuras ità praecidi, et spiritualem Ecclesiae gladium, excommunicationem ità contemni, ut quod etiam dictu horrendum est, laicus, et prophanus homo edicere audeat ne excommunicationes ab ecclesiastico judice indictae serventur, neque illud interea miseri ad animum revocantur, qui Ecclesiam non audierit, sit sicut ethnicus, et publicanus, denique Sathanae astutia, et quorumdam hominum, qui terrena tantùm sapiunt infelici solertia eo res redacta esse dicitur, ut per appellationes, et perfugia ad judicem Regie rei omnia tandem ecclesiastica judicia, ac Apostolica etiam

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 36, fol. 345.

decreta eludantur, et haec in Regno christiano et catholico fiunt, quae ne apud gentes quidem fierent, quae Deum ignorant, et à Catholici Regis charissimi filii nostri ministris, et Regni Gubernatoribus tolerantur ne quid gravius dicamus, neque justi Judicis Dei ultricem iram pertimescunt etc. (et paulò post) *(sic)* quare te fili valdè in Domino hortamur, ac monemus, vide quid agas, salva animam tuam, et noli consentire operibus iniquitatis quin potius pro eo, quod geris munere cura et effice quantum potes ut tua et collegarum tuorum auctoritate Ecclesiastica jurisdictio, et Apostolicae Sedis potestas salva, et inviolata conserventur. Sic enim de Rege et Regno optimè mereberis, alioquin antè tribunal Christi reus eris, et hic quoque Christum in ministris suis praesentem esse intelliges. Datum Romae etc. *(sic)* 2 Augusti 1594 anno 2 [1].

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1595—Fevereiro 13

Clemens episcopus servus servorum Dei. Charissimo in Christo filio Philippo Hispaniarum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem. Gratiae divinae praemium et humanae laudis praeconium acquiritur si per seculares principes ecclesiarum praelatis praesertim pontificali dignitate praeditis opportuni favoris praesidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesiae Goanensi tunc per obitum bonae memoriae Matthaei archiepiscopi Goanensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitutae de persona dilecti filii Alexii electi Goanensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de eorundem fratrum consilio apostolica auctoritate providimus, ipsumque illi in archiepiscopum praefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur. Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi, ac eos verbis

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Symm. Lus., tomo 39, fol. 146.—*Sobrescrito:* Dilecto filio nobili viro Joanni de Silva Comiti Portugalliensi et Regni Portugalliae Gubernatori.

et operibus pro Regis aeterni gloria venerari Majestatem tuam Regiam cum tu etiam Portugalliae Rex existas rogamus et hortamur attentè quatenus eundem Alexium electum et praedictam ecclesiam suae curae commissam habens pro nostra et Sedis Apostolicae reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Alexius electus tuae Celsitudinis fultus praesidio in commisso sibi curae pastoralis officio possit Deo propitio prosperari, ac tibi exinde a Deo perennis vitae praemium, et a nobis condigna proveniat actio gratiarum. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo nonagesimo quarto Idus februarii Pontificatus nostri anno quarto [1].

Bulla do papa Clemente VIII a Aleixo de Jesus, arcebispo eleito de Goa

1595—Fevereiro 13

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Alexio de Jesu electo Goanensi salutem et apostolicam benedictionem. Divina disponente clementia cuius inscrutabili providentia ordinationem suscipiunt universa in Apostolicae Sedis specula licet immeriti constituti ad universas orbis ecclesias aciem nostrae considerationis extendimus, et pro earum statu salubriter dirigendo apostolici favoris auxilium adhibemus, sed de illis nos propensius cogitare convenit, quas propriis carere pastoribus intuemur, ut eis iuxta cor nostrum pastores praeficiantur idonei qui commissos sibi populos per suam circumspectionem providam et providentiam circumspectam salubriter dirigant et informent, ac ecclesiarum ipsarum bona non solum gubernent utiliter, sed etiam multimodis efferant incrementis. Sane ecclesia Goanensis in Indiis orientalibus quae de jurepatronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Hispaniarum Regis Catholico ratione regni Portugalliae, cuius ipse Philippus etiam Rex existit ex privilegio apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum fore dignoscitur, et cui

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 255. *Ms.*

bonae memoriae Mattheus archiepiscopus Goanensis dum viveret praesidebat per obitum dicti Matthei archiepiscopi qui extra romanam curiam debitum naturae persolvit, pastoris solatio destituta, nos vacatione huiusmodi fide dignis relatibus intellecta ad provisionem eiusdem ecclesiae celerem et felicem ne ecclesia ipsa longae vacationis exponatur incommodis paternis et sollicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de praeficiendo eidem ecclesiae personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te ordinis fratrum eremitarum Sancti Augustini ordinem ipsum expresse professum in presbyteratus ordine constitutum egregium verbi Dei concionatorem, et ad alios docendos tui superioris testimonio idoneum quem praedictus Philippus Rex nobis ad id per suas literas presentavit, et cui apud nos de religionis zelo, vitae munditia, honestate morum spiritualium providentia et temporalium circumspectione fide digna testimonia perhibentur direximus oculos nostrae mentis. Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et eisdem fratribus ob tuorum exigentiam meritorum accepta praedictae ecclesiae de ipsorum fratrum consilio apostolica auctoritate providemus, teque illi in archiepiscopum praeficimus et pastorem curam et administrationem dictae ecclesiae tibi in spiritualibus et temporalibus plenariè committendo in illo, qui dat gratias et largitur praemia confidentes quod dirigente Domino actus tuos praedicta ecclesia sub tuo felici regimine regetur utiliter et prospere dirigetur, ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiat incrementa. Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam et administrationem praefatas sic exercere studeas sollicite fideliter et prudenter quod ecclesia ipsa gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam, tuque praeter aeternae retributionis praemium nostram et dictae Sedis benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo nonagesimo quarto Idus februarii Pontificatus nostri anno quarto [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Livro* Diversas Bullas, fol. 250. *Ms.*

Breve do papa Clemente VIII ao bispo de Lamego

1595—Julho 4

Venerabilis frater, salutem etc. *(sic)* Bellum hoc grave, et periculosum, quod à charissimo filio nostro Rodulpho Imperatore electo necessariò susceptum contra infensissimos nominis christiani hostes Turcas geritur, quàm anxios, et sollicitos nos habeat, et nullam quietis partem dies noctesque capere nos sinat fraternitas tua pro sua prudentia, et rerum usu facile etiam nobis tacentibus, extimare potest, nam, et praesentibus christianae reipublicae malis, et impendentibus periculis commovemur, quandoquidem res est cum hoste potentissimo et veteribus, et recentibus victoriis insolente cujus dominandi aviditas, et christiani sanguinis hauriendi sitis nunquam expletur. Quare tanto major urget necessitas primum quidem ut puras manus in coelum omnes qui zelum Dei habent ad Patrem misericordiarum sublevent, ejusque clementiam implorent, ut placatus populo suo ipse pro nobis pugnet, sine quo nihil potest mortalis infirmitas, deindè, et humanae providentiae remedia adhibenda nimirùm communi studio, et conatu communis hostis furori est obsistendum, eidemque Imperatori electo, qui solus tanti belli molem sustinere nequit opportuna sunt auxilia praebendae, ne uno superato, quod absit, ad omnium perniciem, quod Tyrannus ille foedifragus jampridem molitur aditus patefiat. Et nos quidem cum omni officii genere apud filios nostros Catholicos Reges et Principes hoc ipsum diù multumque curare non destitimus tum nos ipsi nostro exemplo eos efficiamus permovere conati sumus, nam licet nostrae, et Apostolicae Sedis temporales facultates per se tenues sint, nunc etiam ob graves, et multiplices impensas, quas reipublicae christianae causa subimus, sint extenuatissimae tamen tam difficili, et necessario tempore causam Dei nullo modo deserere volentes, pro quo vitam, et sanguinem, si ità opus esset, libenter profunderemus supra vires connixi exercitum conscripsimus, et nepotem nostrum secundum carnem, quem in primis conjunctum, et charum habemus, et praeferimus nobilem virum Joannem Franciscum Aldobrandinum Sanctae Romanae Ecclesiae et ejusdem

ecclesiastici exercitus Capitaneum generalem, eumque vix dum ex hispaniensi legatione reversum statim in Hungariam traducere copias jussimus nullum enim nostrum, aut nostrorum discrimen refugimus dummodo Ecclesiae Dei serviamus. Sed quoniam tantis sumptibus perferendis nequaquam sufficimus, nisi et ipsi aliena ope substentemur ad eorum potissimum subsidium confugimus, qui nobiscum vinculo charitatis sunt magis adstricti quique zelo Dei magis fervere, et omni virtutis exemplo aliis praeire, et prelucere debent; hoc est ad venerabiles fratres nostros Episcopos, qui substantiam hujus mundi Dei benignitate, et fidelium beneficentia habent, ut eam in ejusmodi opera erogent, atque insumant. Te igitur frater in Christo charissime hortamur, et requirimus ut templo Dei, et nobis oblationem pecuniarum offeras quam in corde tuo statueris, et quam tuam, et istius ecclesiae dignitatem, et causae gravitatem postulare intelligis, te enim ista pietate, et prudentia praeditum admonere satis est etc. *(sic)* Datum Romae apud Sanctum Marcum die quarta Julii millesimo quingentesimo nonagesimo quinto. Anno 4.° [1].

Bulla do papa Clemente VIII

1596—Maio 20

Clemens Episcopus servus servorum Dei Ad perpetuam rei memoriam. Super specula militantis Ecclesiae, eo disponente Domino, qui cunctis imperat, et cui omnia obediunt, licet immeriti constituti, ad universas orbis ecclesias, locorum illorum praesertim in quibus Fides Catholica ad laudem et gloriam Domini nominis majus indies incrementum suscipere dignoscitur aciem nostrae meditationis, more vigilis pastoris qui locorum eorumdem felici statui, et decori, quidve illorum incolarum, et ad illas confluentium personarum, animarum saluti congruat contemplaturi frequenter reflectimus: ac in locis ipsis prout eorum necessitas postulat, et salus exigit animarum catholicorumque Regum vota exposcunt, novas

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 150 v.— *Sobrescrito:* Venerabili fratri Antonio Episcopo Lamacensi.

Episcopales Sedes, Ecclesiasque pro excellenti Sedis Apostolicae praeeminentia plantamus: ut per novas plantationes huiusmodi nova populorum adhaesio eidem militanti Ecclesiae accrescat, religionisque christianae, et Catholicae Fidei professio inibi validius consurgat, dilatetur et effloreat, ac humilia loca dignioribus titulis illustrentur, et condignis favoribus attolantur, illorumque incoles et persone honorabilium Praesulum assistentia, regimine et doctrina suffulti proficiant semper in Fide, et quod in temporalibus sint adepti, non careant in spiritualibus incremento.

Sanè cum sicut ex insinuatione charissimi in Christo filii nostri Philippi Hispaniarum, ac Portugalliae, et Algarbiorum Regis Catholici, nobis nuper facta accepimus in toto vastissimo, et amplissimo Regno Congi et Angollae in Ethiopia, nulla in Cathedralem Ecclesia adhuc erecta ipsumque Regnum sub dioecesi Sancti Thomae existat, et ob maximam itineris longitudinem, et sacerdotum penuriam, qua dictum Regnum, in quo triginta millia oppida circiter connumerantur, laborat, pro tempore existens Episcopus Sancti Thomae tanti gregis sibi commissi curam nequaquam perferre valeat, in eodem autem Regno oppidum Sancti Salvatoris admodum insigne et primarium, ac in illo Parochialis Ecclesia sub invocatione eiusdem Sancti Salvatoris etiam existat: necnon oppidum et Parochialis Ecclesia huiusmodi omnes qualitates requisitas ita abundè habeat, ut meritò in civitatem, et in Cathedralem respectivè erigi possint et debeant.

Nos his, et aliis rationabilibus causis adducti, et tàm ipsius Philippi Regis, quàm (qui ut etiam accepimus Fidem Catholicam in dicto Regno ab hinc centum circiter annis plantatam non modo conservari, sed etiam magis augeri, ac oppidum ipsum pro dicti Regni, et dilectorum filiorum eius Cleri, ac universitatis, et hominum decore, et amplitudine, divinique cultus incremento, ac animarum salute, civitatis nomine, illiusque Parochialem Ecclesiam praedictam Cathedralis titulo et honore decorari exoptat) charissimi in Christo filii nostri Alvari Congi Regis illustris, habita super his contemplatione cum venerabilibus fratribus nostris Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus, matura deliberatione, motu proprio, non ad alicuius nobis super hoc oblatae petitionis instantiam, sed de nostra mera deliberatione, et fratrum eorumdem consilio, et assensu, deque Apostolicae potestatis plenitudine ad omnipotentis Dei, eiusque gloriosissimae Genitricis Virginis Mariae, ac totius Curiae Celestis laudem, gloriam et honorem, ac Fidei Catholicae exaltationem, et habitatorum, ac incolarum dicti Regni Congi et Angollae animarum salutem, oppidum Sancti Salva-

toris, ac Regnum Congi et Angóllae praedicta cum omnibus et singulis illius oppidis, castris, villis, locis, districtibus, ac cleris, personis, Ecclesiis, Monasteriis, prioratibus, praesituris, et aliis piis locis, ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura saecularibus, et quorumvis ordinum regularibus à praedicta dioecesi Sancti Thomae, Apostolica auctoritate tenore praesentium perpetuo separamus, et dismembramus, et ab omni iurisdictione, superioritate, correctione, visitatione, dominio, et potestate, nunc et pro tempore existentis Episcopi Sancti Thomae, eorumque officialibus, et vicariis, et quorumcunque iurium Episcopo et Capitulo huiusmodi per eos ratione iurisdictionis et superioritatis praedictarum respectivè debitorum auctoritate et tenore praemissis penitus perpetuò eximimus, et totaliter liberamus.

Ac oppidum Sancti Salvatoris praedictum in civitatem Sancti Salvatoris nuncupandam, ipsamque Parochialem Ecclesiam, cuius fructus nulli sunt, in Cathedralem Ecclesiam sub invocatione eiusdem Sancti Salvatoris Archiepiscopi Ulixbonensis pro tempore existentis suffraganeam futuram, ac in ea dignitatem, sedem, et mensam Episcopales cum omnibus et singulis privilegiis, honoribus, et insignibus debitis et consuetis pro uno Episcopo Sancti Salvatoris nuncupando, qui illi praesideat, ac iurisdictionem Episcopalem, aliaque omnia et singula, quae ordinis, iurisdictionis, ac cuiuscunque alterius muneris Episcopalis sunt, habeat, et exerceat, praedictoque Archiepiscopo Ulixbonensi metropolitico iure subsit, ac decanatum, et cantoriam, necnon archidiaconatum, ac novem canonicatos, et totidem praebendas, pro uno decano et cantori, necnon archidiacono ac novem canonicis, qui in eadem Ecclesia Sancti Salvatoris inserviant, ac divinis intersint, aliaque ecclesiastica munera et functiones exerceant: ac in dicta Ecclesia Sancti Salvatoris capitulum cum mensa, arca, sigillo, et aliis capitularibus insignibus constituant, ac habitu canonicali ad instar dignitates obtinentium, et canonicorum aliarum Cathedralium Ecclesiarum illarum partium utantur, eisdem auctoritate, et tenore simili perpetuo erigimus, et instituimus: necnon oppidum civitatis, et Parochialem Ecclesiam Cathedralis, ac totum Regnum huiusmodi dioecesis, incolas vero, et habitatores dicti oppidi civium nomine et honore decoramus, ac Episcopo, capitulo, clero, civitati, et dioecesi Sancti Salvatoris huiusmodi, ipsarumque civitatis et dioecesis incolis et habitatoribus nunc, et pro tempore existentibus, ut omnibus et singulis privilegiis, exemptionibus, libertatibus, immunitatibus, gratiis, favoribus et indultis, quibus alii Episcopi,

ac aliarum Cathedralium Ecclesiarum capitula, aliaeque civitates, et dioeceses, ac eorum clerus, incolae et habitatores in genere utuntur, potiuntur et gaudent, ac uti, potiri, et gaudere libere et licite valeant auctoritate et tenore praedictis indulgemus.

Praeterea eidem Ecclesiae Sancti Salvatoris, oppidum praedictum sic in civitatem erectum huiusmodi incolas et habitatores pro civitate et civibus ac dictum Regnum Congi et Angollae pro dioecesi: necnon illius cleros et populos pro clero et populo iuxta divisionem per dilectum filium nostrum Albertum tituli Sanctae Crucis in Hierusalem Diaconum Cardinalem ab Austria nuncupatum modernum, et pro tempore existentem Apostolicae Sedis in Regno Portugalliae Legatum, vel Vicelegatum, aut Nuntium, seu Legati, vel Vicelegati eiusdem Sedis facultates habentem, seu ab eorum aliquo toties quoties opus fuerit, subdelegandos faciendam, specificandam, et certis limitibus distinguendam ex nunc prout ex tunc, et contra postquam facta, specificata, et distincta fuerit, assignamus, ipsi quique Alberto Cardinali, et moderno, ac pro tempore existenti Legato, vel Vicelegato, aut Nuntio, seu Legati, vel Nuntii eiusdem Sedis facultates habenti plenam et liberam divisionem praedictam faciendi auctoritatem et potestatem, etiam auctoritate et tenore praemissis concedimus.

Et insuper mensae capituli Sancti Salvatoris quingentos cruciatos ducentorum millium regalium monetae Regni Portugalliae, ac quadringentorum ducatorum de Camera, et singulis dignitatibus centum et duodecim cruciatos quadraginta quinque millium regalium, et nonaginta ducatorum similium: singulis vero canonicatibus et praebendis praedictis centum cruciatos quadraginta millium regalium, et octoginta ducatorum parium summas respective constituentes pro eorum dote respectivè super redditibus Regiis dicti Regni Portugalliae per dictum Philippum, et pro tempore existentem Portugalliae et Algarbiorum Regem annis singulis, donec alia aequivalens assignatio dotis fiat, integrè persolvendos, auctoritate et tenore similibus, et perpetuo applicamus et appropriamus.

Postremò ipsi Philippo, et pro tempore existenti Portugalliae et Algarbiorum Regi ius patronatus et praesentandi personam idoneam, etiam hac prima vice ad dictam Ecclesiam Sancti Salvatoris Romano Pontifici pro tempore existenti, cui per eumdem Pontificem de persona ad Ecclesiam Sancti Salvatoris praesentata huiusmodi eidem Ecclesiae Sancti Salvatoris providere debeat. Necnon, et praesentandi personas idoneas, etiam

Breve do papa Clemente VIII a Antonio, bispo de Elvas

1596—Julho 12

Clemens Papa VIII—Venerabilis Frater, salutem, et apostolicam benedictionem. Cum nuper officium generalis Inquisitoris contra haereticam pravitatem, in Portugalliae, et Algarbiorum regnis, et ab eis dependentibus dominiis, charissimo in Christo filio nostro Philippo Regi Catholico, mediate, vel immediate, subiectis, per recessum filii nostri Alberti Cardinalis, Archiducis Austriae Generalis Inquisitoris ab eisdem regnis, vacaverit, et vacet ad praesens. Nos, quibus potissima, et summa cura est ut Sancta fides Catholica ubique floreat, et augeatur, atque omnis haeretica pravitas è cunctorum mentibus depellatur, nostrae sollicitudinis studium diligenter, adhibemus; ut quae à caula Dominici gregis, diabolica fraude, seducuntur, ad eam, adspirante Deo reducantur; vel si in eorum damnato proposito, ac obstinato animo, pertinaciter perseverare contendant; ita debita animadversione puniatur, ut eorum poena, aliis transeat in exemplum: ac sollicite providentes, ne, per huiusmodi Generalis Inquisitoris officii diutinam vacationem, eadem sancta fides, aliquam iacturam, aut gravia exinde damna, sustineat, in perniciem animarum Christi fidelium, et dispendium salutis aeternae, de praeficiendo huic muneri Ecclesiastici Ordinis viro, religione, prudentia, atque experientia praestanti, sollicite cogitantes; ad fraternitatem tuam mentis nostrae aciem convertimus, firma spe freti, te, praecipuum hoc munus, dirigente Domino consilia, et actiones tuas ad ipsius gloriam, atque Catholicae fidei exaltationem, atque ad populorum, eidem Philippo Regi in praefatis regnis, et dominiis, subditorum, salutem, feliciter obiturum. Te igitur, ex certa nostra scientia, et mera deliberatione, Generalem Inquisitorem, adversus omnem haereticam, et apostaticam, à Sancta Fide Christiana, pravitatem, in eisdem regnis, et ab eis dependentibus dominiis, eidem Philippo Regi mediate, vel immediate, subiectis, cum potestate, et authoritate, contra omnes, et quoscunque haereticos, et quibusvis haeresibus, et erroribus infectos, ac eorum,

et cuiuscunque damnatae haeresis sectatores, et dogmatistas, ac ab eadem Sancta fide Apostatas, etiam defunctos, et eorum memoriam necnon de haeresi, seu Apostasia à fide suspectos, sortilegia manifestam haeresim sapientia, divinationes, et incantationes, aliaque diabolica maleficia, et praestigia, commitentes, aut Magicas, et Nicromanticas artes exercentes, illorumque credentes, sequaces, defensores, fautores, vel receptatores, vel eis opem, auxilium, consilium, vel favorem, directe, vel indirecte, publicè, vel occultè praestantes, atque eorum libros, et scripta ementes, legentes, et retinentes, cuiuscunque status, gradus, dignitatis, conditionis, et praeeminentiae existant, tam laicos, quam ecclesiasticos, saeculares, et cuiuscunque ordinis regulares, ac in aliis causis, de iure, vel consuetudine, ad officium Inquisitionis, spectantibus, et pertinentibus, per te, vel alium, seu alios, prout iuris fuerit, inquirendi, procedendi, et exequendi, seu inquiri, procedi, et exequi faciendi, contradictores quoslibet, et rebelles, ac tibi in praemissis non parentes, per censuras ecclesiasticas, et alias poenas, etiam pecuniarias, ac aliis iuris, et facti remediis opportunis, compescendi, coercendi, multandi, et puniendi, atque in his, et praedictis omnibus, et singulis, si et quoties opus fuerit, auxilium brachii saecularis implorandi, et invocandi. Praeterea, in quibusvis civitatibus, et dioecesibus Regnorum, et Dominiorum praedictorum, unum, vel plures, dictae haereticae, et apostaticae pravitatis, Inquisitores, providos, et idoneos, ac bonae famae, et sanae conscientiae viros, Catholicae fidei zelo, doctrina, et experientia pollentes, cum simili, vel limitata potestate, necnon dicti officii consiliarios, procuratores, tabeliones et alios ministros, et officiales opportunos, quoties tibi placuerit, per te, vel alium, seu alios instituendi, et deputandi, ac tam hactenus institutos, et deputatos per praedictum Albertum Cardinalem Archiducem, et alios quoscunque, quam etiam per te instituendos, et deputandos, quandocunque tibi videbitur revocandi, et amovendi, aliosque in eorum locum subrogandi, et substituendi, illos visitandi, ac de gestis, et administratis ab eis, rationem petendi, et exigendi; et quos culpabiles, in officiis eis commissis repereris, iuxta excessuum, et delictorum quantitatem, tuo arbitrio corrigendi, et puniendi, ipsasque perpetuo, vel ad tempus, impositas poenas, in toto vel in parte moderandi, et remittendi, ac quibuscunque iudicibus, et personis, quavis, etiam Episcopali, et Archiepiscopali dignitate, fulgentibus, quibus tibi inhibendum videbitur, etiam sub censuris ecclesiasticis, et poenis etiam pecuniariis inhibendi, atque ipsos non obedientes, in eas incidisse declarandi, aggra-

vandi, et reaggravandi, usque ad invocationem auxilii brachii saecularis inclusivè, et ab eis, postquam mandatis tuis paruerint, et obediverint, vel parere, et obedire promiserint, absolvendi, in forma ecclesiae consueta, ac omnia alia, et singula in praemissis, et circa ea necessaria, et quomodolibet opportuna, necnon quae ad officium Generalis Inquisitoris huiusmodi de iure, vel consuetudine, pertinent, aut pertinere noscuntur, faciendi, gerendi, exercendi, et exequendi, authoritate Apostolica, tenore praesentium, ad nostrum, et sedis Apostolicae beneplacitum creamus, facimus, constituimus et deputamus; ita ut fraternitas tua, omnibus, et singulis honoribus, et oneribus, emolumentis, gratiis, facultatibus, privilegiis, indultis, praerogativis, superioritate, et praeeminentia, quibus alii Generales Inquisitores, qui pro tempore fuerunt, uti, et gavisi sunt, ac uti, frui, et gaudere potuerunt, et consueverunt, quorum omnium, et singulorum tenores, praesentibus pro expressis haberi volumus, uti, frui, et gaudere possis, et valeas: statuentes insuper, appellationes, seu provocationes, et recursus à quibuscunque sententiis et decretis, per quoscunque Inquisitores dictorum regnorum, et dominiorum, tam à praedicto Alberto Cardinali, seu ab aliis Inquisitoribus Generalibus praedecessoribus tuis, hactenus deputatos, quam à te in posterum deputandos, occasione praemissorum promulgatis, et promulgandis, et gravaminibus illatis, et inferendis, ad te interponi, teque causas appellationum, seu provocationum, et recursuum huiusmodi, una cum omnibus, et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, et connexis, per te, vel alios audire, cognoscere, et fine debito terminare posse, et debere: ac decernentes irritum, et innane quidquid secus super his, à quoquam, quavis authoritate, scienter, vel ignoranter, contigerit attentari. Non obstantibus praemissis, ac foelicis recordationis Bonifacii Papae Octavi, de una, et in Concilio Generali, edita, de duabus dietis, et aliis Apostolicis constitutionibus, et ordinationibus, atque etiam in Provincialibus, et synodalibus conciliis editis generalibus, vel specialibus ac statutis, et consuetudinibus, etiam iuramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia, roboratis, privilegiis quoque, indultis, et literis Apostolicis, per praedecessores nostros quibusvis personis, cuiuscunque qualitatis, gradus, ordinis, et conditionis existentibus, ac capitulis, collegiis, congregationibus, universitatibus, et confraternitatibus, sub quibuscunque tenoribus, et formis, concessis: quibus omnibus, illorum tenores praesentibus, ac si ad verbum insererentur, pro sufficienter expressis, et insertis, habentes, hac vice dun-

taxat, specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem, ut praesentium literarum transumptis, manu Notarii publici subscriptis, et tuo, vel alicuius alterius personae, in dignitate Ecclesiastica constitutae sigillo munitis, plena fides, ubique gentium, et locorum, in iudicio, et extra, aeque ac ipsismet praesentibus, adhibeatur. Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo Piscatoris, die xij Julii MDLXXXXVI. Pontificatus nostri anno quinto [1].

Breve do papa Clemente VIII ao bispo de Silves

1596 — Outubro 16

Venerabilis frater, Salutem et Apostolicam benedictionem *(sic)*. Accepimus tum aliundè, tum à venerabili fratre Archiepiscopo Elborensi, et à Patriarcha nostro Hierosolymitano quantam calamitatem, et vastitatem intulerint Ecclesiae tuae filii perditionis haeretici ex Austria, et ex intimis charitatis visceribus doluimus dolorem tuum, qui ea praesens oculis habuisti quae nos etiam tanto locorum intervallo disiunctos solo auditu vehementer commoverunt, sed charitati nihil longinquum, et quia fraternitatem tuam paternè diligimus, et quia in Christo unum sumus, et oves illae nostrae sunt, quae tibi acerba, et tuis acciderunt nostra ducimus. Iti *(sic)* nimirum sunt fructus calamitosi hujus saeculi. Sed quis occulta Dei judicia scrutetur, humiliemur frater sub potenti manu ejus, et in corde contrito dicamus omnia, quae fecisti nobis Domine in vero judicio fecisti, quia peccavimus tibi excipiamus plagas ab amantissimo Patre immissas omni cum obedientia, et tanto magis ad eum confugiemus, et illi arctissimè adstringamur, qui est salus, et consolatio nostra. Tu verò serve Dei noli animo pusillo esse, sed confortare, et esto robustus in Domino, qui tuam, et populi tui fidelis patientiam ad aeternitatis coronam exercet non enim coronabitur, nisi qui legitimè certaverit. Nunc ergò tantò diligentius congrega oves tuas dissipatas, et consolare afflictas, et pasce eas

[1] Collectorio das Bullas *etc.* do Santo Officio, fol. 21 v.— *Sobrescrito:* Venerabili Fratri Antonio Episcopo Elvensi.

salutaribus sacramentis et doctrina, ut poenitentiam agentes convertantur in corde perfecto ad patrem misericordiarum, qui finis est optimus tribulationum, non ut contristemur solum, sed ut contristemur ad poenitentiam, ut in novitate vitae ambulemus. Nos verò Deum totius consolationis oramus, ut vos consoletur, cujus vices licet immeriti in terris gerentes tibi, et populo tuo fideli nostram paternam, et Apostolicam benedictionem impartimur. Datum Tusculi 16 Octobris 1596: anno v [1].

Bulla do papa Clemente VIII a Jeronymo, bispo eleito Calamense

1598 — Março 11

Clemens episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Hieronymo electo Calamensi salutem et apostolicam benedictionem Personam tuam Nobis et Apostolice Sedi devotam tuis exigentibus meritis paterna benevolentia prosequentes illa tibi libenter concedimus quae tuis commoditatibus fore conspicimus opportuna Cum itaque Nos hodie ecclesiae Calamensis certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutae de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorumdem consilio apostolica auctoritate providerimus teque illi in episcopum praefecerimus et pastorem ac tibi quod postquam munus consecrationis suscepisses in civitate et diocesi Goanensi de venerabilis fratris nostri moderni et pro tempore existentis archiepiscopi Goanensis consensu et licentia speciali pontificalia officia exercere valeres indulserimus prout in diversis nostris inde confectis literis plenius continetur Nos tibi ut statum tuum iuxta pontificalis dignitatis exigentiam decentius tenere valeas de alicuius subventionis auxilio providere ac premissorum meritorum tuorum intuitu specialem gratiam facere volentes teque a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et poenis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 153 v.— *Sobrescrito:* Venerabili fratri Episcopo Silvensi.

latis si quibus quomodolibet innodatus existis ad effectum presentium duntaxat consequendum harum serie absolventes et absolutum fore censentes motu proprio non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblatae petitionis instantiam sed de nostra mera liberalitate tibi annuum redditum quingentorum cruciatorum monetae illarum partium summam quadringentorum ducatorum auri de camera vel circa ut accepimus constituentium ex redditibus ad charissimum in Christo filium nostrum Philippum Hispaniarum ac modernum et pro tempore existentem Portugalliae et Algarbiorum Regem Catholicum in dictis partibus spectantibus et super quibus assignata existit dos ecclesiae Goanensis que de jure patronatus dicti Philippi Regis ex fundatione vel dotatione existit donec eidem ecclesiae Goanensi in supradictis inservieris per te steterit quominus illi inservias aut aliunde tibi de congrua sustentatione provisum extiterit annis singulis integre persolvendum apostolica auctoritate vigore presentium reservamus et assignamus Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis posterioris reservationis et assignationis infringere vel ei ausu temerario contraire si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo nonagesimo septimo Quinto idus martii Pontificatus nostri anno septimo [1].

Bulla do papa Clemente VIII

1598—Março 11

Clemens episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Hieronymo Carrerio electo Calamensi salutem, et apostolicam benedictionem Apostolatus officium meritis licet imparibus nobis ex alto commissum, quo ecclesiarum omnium regimen divina dispositione presidemus utiliter exequi coadiu-

[1] Archi. Nac., Maç. 34 de Bullas, num. 5.— *Inserta n'um instrumento publico passado em nome de Marcello Lantes, protonotario apostolico.*

vante Domino cupientes solliciti corde reddimus, et solertes, utrum de ecclesiarum ipsarum regiminibus agitur committendis tales eis in pastores praeficere studeamus qui populum, sive curae creditum sciant non solum doctrina verbi sed etiam exemplo boni operis informare, commissasque sibi ecclesias in statu pacifico, et tranquillo velint, et valeant duce Domino salubriter regere, et feliciter gubernare Dudum siquidem provisiones ecclesiarum omnium tunc vacantium, et in antea vacaturarum ordinationi et dispositioni nostrae reservavimus, decernentes ex tunc irritum, et inane se secus super his per quoscunque quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attemptari, postmodum vero ecclesia Calamensis in partibus infidelium, cui bonae memoriae Didacus Episcopus Calamensis dum viveret presidebat per obitum dicti Didaci Episcopi qui extra Romanam Curiam debitum naturae persolvit Pastoris solatio destituta Nos vacatione huiusmodi fidedignis relationibus intellecta ad provisionem eiusdem ecclesiae celerem, et felicem, de qua nullus preter nos hac vice se intromittere potuit sive potest reservatione et decreto obsistentibus supradictis, ne ecclesia ipsa longe vacationis exponatur incommodis paternis, et sollicitis studiis intendentes post deliberationem quam de praeficiendo eidem ecclesiae personam utilem, et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem demum ad te ordinis fratrum heremitarum Sancti Augustini ordinem ipsum expresse professum ex legitimo matrimonio, ac honestis, et catholicis parentibus procreatum in etate legitima, et à duodecim annis, et ultra in presbiteratus ordine constitutum, ac in sacra theologia peritissimum insignem verbi Dei concionatorem, de cuius religionis zelo vite munditia honestate morum spiritualium providentia, et temporalium circumspectione, aliisque multiplicum virtutum donis apud nos fidedigna testimonia perhibentur direximus oculos nostrae mentis Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et eisdem fratribus ob tuorum exigentiam meritorum accepta praefatae ecclesiae de simili consilio apostolica auctoritate providemus, teque illi in episcopum praefecimus, et pastorem curam, et administrationem ipsius ecclesiae tibi in spiritualibus, et temporalibus plenarie committendo in illo qui dat gratias, et largitur praemia, confidentes quod dirigente Domino actus tuos praefata ecclesia regetur utiliter, et prospere dirigetur ex gratia in eisdem spiritualibus, et temporalibus suscipiet incrementa Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam, et administrationem praefatas sic exercere studeas, sollicite, fideliter, et pru-

denter quod ecclesia ipsa gubernatori provido et fructuoso administratore gaudeat se commissam, tuque praeter aeternae retributionis premium nostram, et apostolicae sedis benedictionem et gratiam exinde plenius exequi merearis Volumus autem quod postquam presentes literas habueris expeditas ad dictam ecclesiam te conferas, et resideas presencialiter in eadem, quodque extra tuas civitatem et diocesim Calamensem pontificalia officia nequeas exercere Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo nonagesimo septimo Quinto idus martii Pontificatus nostri anno septimo [1].

Breve do papa Clemente VIII ao bispo de Elvas

1599—Janeiro 22

Clemens Papa VIII—Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem. Sedes Apostolica pia Mater Sanctorum Apostolorum qui pastoralis officii formam tradentes nascentis Ecclesiae infantiam lactè, provectam vero eius aetatem solido cibo nutriverunt verbo, et exemplo edocta neophitorum omnium à suscepta Christi fide deviantium statui, et imbecilitati libenter compatitur, ac illos tanquam *(?)* parvulos, et teneras dictae Ecclesiae plantas pietatis, et benignitatis suae uberibus confovendo nonnulla eis etiam post relapsum condonat, et remittit, quae in provectioribus merito essent acerbius corrigenda, et punienda. Cum itaque sicut charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae, et Algarbiorum Rex nobis nuper exponi fecit, quamplures provinciarum, et insularum transmarinarum pro tempore existentis Portugalliae, et Algarbiorum Regis temporali ditioni subiectarum incolae, et habitatores de gentilitatis, et infidelitatis errorum tenebris ad veri luminis, qui est Christus, cognitionem noviter conversi, ac sacri baptismatis lavacro abluti, ex mutua inter se, ac etiam indiscreta eorum cum aliis gentilibus, et infidelibus conversatione vel aliàs humani generis antiqui hostis fraude à fide catholica in suis cor-

[1] Archi. Nac., Maç. 13 de Bullas, num. 28.—*Copia incorrecta inserta n'um instrumento publico passado em nome de Marcello Lantes, protonotario apostolico.*

dibus nondùm firmiter radicata deficiant, et quandoque ad eam reducti tamquam simplices, et rudes in pristinos gentilitatis, seu infidelitatis errores, ac etiam in alias à Sancta Ecclesia damnatas, et reprobatas haereses, atque superstitiones relabantur, Sed postmodum cognitis suis erroribus maximae contritionis signa, ac firmam nunquam amplius ab eiusdem fidei sinceritate discedendi propositum prae se ferentes eidem Sanctae Matri Ecclesiae reconciliari summoperè desiderent, et pro eorum salute plurimùm expediat, ut sic poenitentes benignè recipiantur, nec curiae seculari propter eorum relapsum iuxtà juris vigorem debita animadversione puniendi relinquantur *(?)*, ne desperatio veniae eos ad pristinam perditionem faciat recidivos, ipsique ac alii gentiles, et infideles metu corporalis supplicii ab eorum futura ad Christi fidem conversione retrahantur, Nos illius qui misericors et miserator existens *(?)* non vult mortem peccatoris, sed magis ut convertatur, et vivat vices gerentes in terris pro ea potestate quam ab eo per sanguinem filii sui partam habemus juris rigorem mansuetudine temperando noviter conversos praedictos ne *(?)* iacta in eis fidei praedictae semina arescant, aut diaboli malitia eradicentur, sed benignitatis dictae Sedis rore aspersa coalescant, ac firmis radicibus stabilita incrementum suscipiant, et usque ad perfectionem perdurent, omni qua possumus misericordia, et clementia prosequi, et confovere volentes piis ipsius Philippi Regis in hac parte supplicationibus inclinati fraternitati tuae cum tu haereticae pravitatis in regnis praedictis generalis Inquisitor existas, ac pro tempore existenti in regnis huiusmodi generali Inquisitori ut durante quinquennio à die quo presentes literae tibi fuerint praesentatae computando per se vel alium seu alios haereticae pravitatis in eisdem regnis, provinciis, et insulis pro tempore deputatos Inquisitores, adiunctis etiam locorum ordinariis, vel illorum officialibus seu vicariis in spiritualibus generalibus, aut illis recusantibus seu negligentibus et absque illis omnes, et quoscunque utriusque sexus regnorum, provinciarum, et insularum huiusmodi neophitos ex gentilibus, et infidelibus originem ducentes, qui post Christi fidem per eos susceptam in crimen apostasiae ab ipsa fide, vel in damnatas, et reprobatas haereses, et errores semel, et iterum, vel etiam tertio, non tamen ulterius relapsi fuerint, cognita in eis vera, et non ficta, aut simulata poenitentia, necnon apostasia à fide, ac haeresibus, et erroribus huiusmodi prius per eos publicè, vel privatim prout tibi, et pro tempore existentibus generali seu aliis Inquisitoribus praedictis videbitur detestatis *(?)*, abiuratis, et anathematizatis à sententia excommu-

nicationis aliisque ecclesiasticis censuris, et poenis quas propterea quomodolibet incurrerint, vel quae contra ipsos per sacras constitutiones tàm generales, quàm particolares quomodocunque statutae *(?)*, ac aliàs promulgatae fuerint iniuncta eisdem pro modo culpae aliqua poena arbitraria, vel alia poenitentia salutari auctoritate nostra in utroque foro in forma Ecclesiae consueta absolvere, et liberare, atque ad eiusdem Ecclesiae gremium recipere, et admittere, ac tam eos tradendi curiae saeculari propter primum, secundum, et tertium relapsum huiusmodi à jure statutam, quàm etiam alias, etiam corporales, et capitales, ac confiscationis omnium bonorum *(?)*, et caeteras quascunque talibus delinquentibus inflictas, et irrogatas poenas ipsis misericorditer remittere, et condonare liberè, et licitè possitis, et valeatis apostolica auctoritate tenore presentium de speciali gratia indulgemus tibique ac generali, et aliis Inquisitoribus praedictis plenam, et liberam desuper facultatem auctoritatem, et potestatem ad dictum quinquennium duntaxat duraturam tribuimus, et impartimur. Non obstantibus praemissis, et apostolicis ac in synodalibus, provincialibus, et generalibus conciliis editis constitutionibus, et ordinationibus, necnon legibus etiam municipalibus et imperialibus, ac officii Inquisitionis regnorum, provinciarum, et insularum praedictorum etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et consuetudinibus, privilegiis quoque indultis, et literis apostolicis sub quibuscunque tenoribus et formis, necnon cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis ac. . . tis, et irritantibus in genere, vel in specie etiam motu proprio, et ex certa scientia, ac de apostolicae potestatis plenitudine, etiam consistorialiter, et aliàs quomodolibet concessis, approbatis, et innovatis, quibus omnibus illorum tenores, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, et forma in illis tradita observata inserti forent presentibus pro expressis, et insertis habentes illis aliàs in suo robore permansuris hac vice duntaxat specialiter, et expressè derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque presentibus post dictum quinquennium minimè valituris. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die xxij Januarii M. D. xcviiij Pontificatus nostri anno septimo [1].

[1] *Documento lacerado, no* Arch. Nac., Papeis varios do Santo Officio (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 267.— *Sobrescrito:* Venerabili fratri Antonio Episcopo Elvensi.

Breve do papa Clemente VIII ao arcebispo de Goa

1599—Abril 1

Venerabilis frater, salutem, et Apostolicam benedictionem *(sic)*. Multam in Domino voluptatem cepimus ex iis quae de tuae fraternitatis pietate, et pastorali vigilantia gravi nobis testimonio relata sunt nominatim, quod zelo honoris Dei, et salutis animarum accensus in convertendis gentilibus istis ad lucem evangelicam, et evangelicae veritatis strenuè laboras gratulamur tibi frater piam hanc sedulitatem, qua animas immaculati agni sanguine redemptas Deo lucrari studeas id nobis pergratum est, idque, ut ex nostris literis cognosceres, voluimus ut tanto ardentius opus Dei ipsius divina adjutrice gratia, urgeas, et persequaris. Benedicat Deus piis laboribus tuis, tibique tribuat ut ex tam magna messe manipulos multos inferas in horreum coeleste, et nos fraternitati tuae, et clero, ac populo tuo fideli nostram Apostolicam benedictionem benignè impertimur. Datum Romae apud Sanctum Petrum prima Aprilis 1599: anno 8.° [1].

Breve do papa Clemente VIII

1600—Agosto 4

Clemens Papa VIII—Ad perpetuam rei memoriam. In supremo militantis ecclesiae solio, et apostolicae potestatis plenitudine summa Redemptoris nostri benignitate constituti circa prosperum statum ecclesiarum quarumlibet propensis studiis intendimus, et ne ecclesiae ipsae rerum temporalium defectu in temporalibus detrimenta sustineant, earum-

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 155.— *Sobrescrito*: Venerabili fratri Archiepiscopo Goae in Indiis Orientis.

que praesulum auctoritas vilescat, opportuna remedia adhiberi curamus, ac catholicorum Regum in sublevandis ecclesiarum et praesulum huiusmodi necessitatibus opem et operam liberaliter conferentium vota condignis favoribus et gratiis benigne prosequimur prout locorum, rerum, et personarum, qualitatibus debitè pensatis conspicimus in Domino salubriter expedire. Cum itaque Nos nuper in ecclesia Angamalensi, quae in partibus Indiarum Orientalium sub dominio regis gentilis, videlicèt Cochini, consistit, ac dote caret per obitum bonae memoriae Marabraham olim archiepiscopi Angamalensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destituta, nomen, et titulum archiepiscopi, ac metropolitanae ecclesiae, necnon sedem, dignitatem, superioritatem, et praeeminentiam archiepiscopales, universumque jus metropoliticum de fratrum nostrorum consilio per alias nostras literas perpetùo suppresserimus, et extinxerimus, ipsamque ecclesiam ad statum simplicis cathedralis ecclesiae pro uno episcopo futuro suffraganeo archiepiscopi Goanensi pro tempore existentis reduxerimus, ac ecclesiae Goanensi metropolitico iure subiecerimus prout in dictis literis plenius continetur, et sicut charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae, et Algarbiorum Rex Catholicus nobis nuper significari fecit, ipse exemplo praedecessorum suorum Portugalliae, et Algarbiorum Regum qui pro summa eorum pietate in praefatis partibus diversas cathedrales ecclesias ad catholicae religionis propagationem erigi, et institui curarunt, ac de propriis suis facultatibus dotarunt, exemplo adductus mensae episcopali dictae ecclesiae Angamalensis ad hoc ut illius praesul pro tempore existens statum suum iuxta pontificalis dignitatis exigentiam decentiùs tenere, et onera sibi incumbentia commodiùs perferre valeat redditum annuum quingentorum cruciatorum monetae in regno Portugalliae cursum habentis summam trecentorum septuaginta quinque ducatorum auri de camera vel circa constituentium ex Indiarum huiusmodi proventibus ad eundem Philippum, ac pro tempore existentem Portugalliae et Algarbiorum Regem spectantibus, et pertinentibus episcopo Angamalensi pro tempore existenti, vel procuratori suo legitimo per eundem Philippum Regem, ac successores suos Portugalliae, et Algarbiorum Reges pro tempore existentes annis singulis, donec eidem ecclesiae Angamalensi de alia competenti et aequivalenti dote per Philippum Regem, aut aliquem ex successoribus suis huiusmodi realiter, et cum effectu provisum fuerit integrè persolvendum assignare intendat, et iam forsan assignaverit. Nos aequum, et conveniens esse censentes, ut tam

pium, ac propensum ipsius Philippi Regis erga episcopum, et ecclesiam Angamalensem huiusmodi affectum specialis gratiae favore confoveamus, et prosequamur eiusdem Philippi Regis supplicationibus in hac parte inclinati, eidem mensae redditum annuum praefatum ex nunc si sit, alioquin ex nunc prout ex tunc, et è contra postquàm assignatus fuerit, ut praefertur, apostolica auctoritate tenore presentium applicamus, et appropriamus, ac Philippo Regi, eiusque successoribus praefatis ratione, et intuitu assignationis huiusmodi juspatronatus, et praesentandi nobis, et Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad dictam ecclesiam Angamalensem quavis illius deinceps quandocunque, quomodocunque et ubicunque etiam apud Sedem Apostolicam occurrente vacatione per Nos, et pro tempore existentem Romanum Pontificem in eiusdem ecclesiae Angamalensis episcopum, et pastorem ad praesentationem huiusmodi, et non aliàs praeficiendam auctoritate, et tenore praefatis perpetuò reservamus, concedimus, et assignamus, decernentes juspatronatus, et praesentandi huiusmodi Philippo Regi, eiusque successoribus praefatis ex vera, mera, et reali ipsius ecclesiae Angamalensis dotatione competere, illique per Sedem praefatam quacunque ratione, nisi de ipsius Philippi, et pro tempore existentis Regis huiusmodi expresso consensu derogari non posse, nec derogatum censeri, et si aliter quovis modo derogari contingat, derogationem huiusmodi cum inde secutis nullius roboris, et momenti fore. Non obstantibus constitutionibus, et ordinationibus apostolicis, ac dictae ecclesiae Angamalensis etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et consuetudinibus, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem, ac eisdem auctoritate, et tenore declaramus quod in defectum assignationis, vel solutionis dicti redditus annui, ut praefertur faciendae reservatio, et concessio jurispatronatus huiusmodi nullius roboris, vel momenti sint, ac esse censeantur, nec Philippo, et pro tempore existenti Regi praefato amplius suffragentur. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die quarta Augusti M.DC. Pontificatus nostri anno nono [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 20 de Bullas, num. 12.

Breve do papa Clemente VIII a el-Rei

1600—Setembro 4

Regum Catholicorum ea in primis insignis est laus, *(sic)* Pontificum studia, labores, sollicitudines ad fidei propagationem omni ope, et opera adjuvare, et propterea Majestatem tuam potissimùm tanta potentia, tantis viribus, tanta regnorum, et ditionis amplitudine extulet Deus, ut lex Evangelii ab hac Sancta Romana Ecclesia, ecclesiarum omnium matre et Magistra te strenuè adjuvante in nationes etiam à nobis remotissimas, quàm latissimè diffundatur, neque etiam dubitamus Majestatem tuam pro sua prudentia intelligere, et pro sua praestanti pietate velle jure, ac merito, à te Deum postulare, ut quae tibi ipsi tribuit, tu ad ejus gloriam et honorem praecipuè conferas, et convertas, sed quae nunc à te petimus nec magna, nec difficilia sunt, sed quae tamen, benedicente Domino, ad res planè maximas aditum aperire, et viam munire facilè poterunt. Audivimus saepe quod et Majestatem tuam audisse arbitramur, Regem Persarum multis, ac non obscuris indiciis prae se ferre se animo propenso esse erga christianam religionem; sed nuper id multò certius cognovimus ex lusitano sacerdote Francisco Costa, qui ex India per Persidem Romam venit, quem vir nobilis Dux Suesa orator tuus ad nos introduxit. Is mira quaedam, et quae vias Domini cogitanti lachrymas prae gaudio elicere possint, de Rege illo narrat habere eum apud se aulicos, ac viros primarios complures christianos, quos ipsemet palàm per occasionem christianos esse cum multa voluptate indicat sacerdotes, et praesbyteros à nobis, et à Romana Ecclesia valde expetere ejus rei causa certam ad nos legationem misisse, seque etiam amoris, et amicitiae nostrae providum ostendere, ecclesiam praetereà edificari jussisse, ut ibi christiano ritu Deo serviatur, quae et alia quamplura cum attentius consideraremus, adhibitis etiam in consilium dilectis filiis Cardinalibus Congregationis Fidei Propagandae à nobis praefectis non minus piis, quàm prudentibus memores in Christo Domino dictum esse B. Petro, et nobis in eo Duc in altum, et laxate retiam vestram

in capturam, et denique scientes nullum verbum esse impossibile apud Deum statuimus tantam occasionem divinitus oblatam nullatenùs praetermittendam, sed litteras ad Regem Persarum dare, ita accuratè scriptas quemadmodum tanti negotii gravitas requirit. Ac licet ejusdem Regis legati nondum ad nos pervenerint, ac propter viae longinquitatem, et varia pericula valdè incertum sit an et quando sint venturi placet ad eum nihilominus celeriter praesbyteros mittere ne qua in nobis mora sit, quominus semen Divinae gratiae in magni illius Regis corde per evangelii praedicationem, ipso Deo dante, incrementum coalescat, et populis illis, qui in tenebris, et in umbra mortis sunt vita, et veritas, si Deo omnipotenti placuerit illucescat et denique cum tàm potenti, et Turcarum tyranno tàm infenso principe ea amicitia, et benevolentia concilietur, quae Christianae Reipublicae universae, et tuae Majestati, atque inclitae Domui vestrae Austriacae, ut tu optime intelligis, multiplices utilitates est allatura. Cum igitur de praesbyteris idoneis mittendis cogitaremus, statim oculos conjecimus in Societatem Jesu, quae veluti perpetuum seminarium est fortium fidelium operariorum vineae Domini, quique huic muneri ex nostra, et Apostolicae Sedis obedientia praecipuè addicti, ex ipso potissimum Oriente, atque India magnam Evangelii praedicationis laudem sunt consequuti. Itaque mandavimus dilecto filio Claudio ejusdem Societatis Jesu Praeposito Generali ut ex ipsa India Orientali, atque ex ea Provincia, quae Persarum regno propinquior est aliquot praesbyteros et operarios mittat ad Regem, qui Spiritu Sancto auctore Regis ipsius, et populorum illorum corda veluti agros, ratione praeditos, evangelico aratro proscindant, et sementem verbi Dei faciant. Potens est autem Dominus, eorum animos sic praeparare, et mollire, ut non solum semen accipiant, sed fructum multum etiam ferant, quod Divinae bonitatis, et potentiae proprium est, et nos certè laboris, et diligentiae nostrae nunquam poenitebit. Optimum autem visum est ex finitimis provinciis operarios accipere, qui praeter doctrinam, et zelum salutis animarum multis aliis ad hanc missionem necessariis adjumentis sunt instructi, nam et regionis, et notitiam habent nationum, et linguarum usum, et diuturnam etiam ad ejusmodi functiones obeundas exercitationem cum ex locorum propinquitate brevi quod summoperè optamus in Persidem, et in ipsius Regis conspectum pervenient, summam enim quoad fieri poterit celeritatem adhibere cupimus ne antiqui humani generis hostis Sathanas, cujus astutias non ignoramus difficultates aliquas interponat, et opus Dei impediat. Quo ma-

gis Majestatem tuam hortamur, et efficassissimè in Domino requirimus, ut ad Viceregem Indiae, atque ad capitaneum Ormuzii regias sùas litteras quamdiligentissimè scribas, eisque seriò mandes, ut hujus missionis promovendae omnem curam et cogitationem suscipiant, et quae in navigiis parandis ad iter, et navigationem expediendam opportuna aut necessaria erunt omni alacritate et celeritate curent ut operarii illi quos dilectus filius Provincialis Societatis in India et sui Generalis praescripto delegerit, ut in Persidem proficiscantur, ipsius Viceregis et capitanei consensu Ormuzium petant, et deinde recta in Persidem, atque adeò ad ipsius Regis aulam tutò commodè, et expeditè quantum licuerit, pergant, cum multum omninò in celeritate sit positum. Postremo sic eos accendat Majestas tua, ut in re gravissima, quae ad Dei gloriam tantoperè pertinet, et Catholici Regis catholicos ministros verè se ostendant. Mandavimus autem venerabili fratri Archiepiscopo Sipontino nostro Apostolico Nuntio, ut de pluribus litteris eodem exemplo conscribendis, et ad nos omni cum festinatione transmittendis, et demum de toto hoc negocio cum Majestate tua sic agat, ut de re, quae nobis cordi est, maximè ut sanè esse debet, et tibi quoque fili charissime fore confidimus, nescit enim tarda molimina gratia Spiritus Sancti, quam tibi copiosam à Deo precamur, et Majestati tuae Apostolicam nostram benedictionem amantissimè impartimur. Datum Romae, apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 4 Septembris anno Jubilei 1600: Pontificatus nostri anno IX [1].

Breve do papa Clemente VIII

1600—Outubro 14

Clemens Papa VIII—Ad perpetuam rei memoriam. Honestis Catholicorum Regum votis, quantum cum Domino possumus, libenter annuimus, ac eorum intuitu Praedecessorum nostrum constitutiones pro temporum

[1] *Copia, na* BIBLIOTH. D'AJUDA, Sym. Lus., tomo 39, fol. 156.—*Sobrescrito:* Charissimo in Christo filio nostro Philippo Hispaniarum Regi Catholico.

locorum et personarum qualitate moderamur, prout in Domino salubriter conspicimus expedire. Sane pro parte charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae et Algarbiorum Regis Catholici Militiarum Domini Nostri Jesu Christi Sancti Jacobi de Spata, et Sancti Benedicti de Avis sub regulis Sancti Benedicti, et Sancti Augustini respective Militantium perpetui Administratoris Apostolica auctoritate deputati ac etiam pro parte dilectorum filiorum Magnorum Priorum, Vicariorum, Capellanorum, Rectorum, Portionariorum, Beneficiatorum, caeterorumque Religiosorum, seu Clericorum, in ipsis Militiis Professorum nobis nuper expositum fuit, quod alias cum praefati Magni Priores, aliisque Priores, Vicarii, Rectores, Capellani, Portionarii, Beneficiati, caeterique Clerici, quocumque nomine nuncupati, quicquam proprium habere, nisi de Magnorum Magistrorum licentia, aut de bonis suis testari, aut aliquo modo in morte disponere non possent, sed omnia eorum bona post mortem ad conventum, unde eis prevenerant, pertinerent, cumque ut experientia demonstravit, non solum dicta bona à consanguineis et domesticis morientium Clericorum usurpantur, sed quod magis dolendum erat praefati Clerici cum magno animarum suarum periculo, variisque conscientiarum scrupulose vivis discedebant, proterea a felicis recordationis Julio Papa II Praedecessore nostro Apostolica auctoritate indultum fuit, ut Clerici praefati non solum in vita proprium habere, sed etiam in morte de bonis suis mobilibus et immobilibus, et semoventibus, undecumque, quomodocumque et qualitercumque licite tamen acquisitis libere testari, et ad arb'trium suum in morte disponere possent, ea tamen conditione, ut de redditibus Prioratuum, Beneficiorum, Praeceptoriarum, Portionum seu Praestimoniorum a dictis Militiis emanantium mediam annatam reddituum unius anni in favorem fabricarum conventuum earumdem respective Militiarum persolverent, ita et eodem modo, quo earumdem Militiarum Praeceptoribus, Commendatariis, et Equitibus concessum erat, ac alias prout in ejusdem Julii Praedecessoris literis plenius continetur. Verum cum post ea recolendae memoriae Pius Papa V etiam praedecessor noster quadam ejus perpetuò valitura constitutione inter alia omnes et quascumque licentias et facultates testandi, et alias quomodolibet disponendi quibuscumque Regularibus seu Militaribus personis concessas revocaverit, eorumque testamenta facta, et facienda quae nondum effectum fuisset sortita, seu executioni demandata annullaverit, nulliusque roboris, aut momenti esse declaraverit, prout in praefata constitutione pariter plenius continetur quia tamen ut eadem

subjungebat expositio, cum dictarum Militiarum Regni Portugalliae personis specialiter, et in comuni erat dispensatum, atque per tot annorum spatium praefata Julii II dispensatio in usu, et actu practice fuerat, et justa eam, ejusque tenorem praedictarum Militiarum Clerici et personae omnes suam professionem emmitebant immò dictis Clericis quando ad habitum dictarum Militiarum admittebantur per Magnos Priores, seu alios ad quos spectabat, eos habitum induere expresse declarabatur, quod solventes dictis conventibus mediam annatam de redditibus Prioratuum, Beneficiorum, Portionum, seu quorumcumque aliorum reddituum à dictis Militiis emanantium, non solum in vita quaecumque bona possidere, sed etiam in morte libere de eis disponere poterant: proterea praefata Pii V constitutio in praedictis Regnorum Portugalliae Militiis observata non fuit, sed dicti Clerici justa praedictum Julii II indultum, et privilegium, absque alia innovatione seu mutatione per multos annos permanserunt, sed cum annis elapsis occasione testamenti à quodam Clerico Ordinis Sancti Jacobi conditi de praefato Julii II indulto controverti coeperit, et causa coram dilecto filio Bartholomeo de Valle Vieira, tunc dictarum Militiarum Generali Conservatore, et judice Apostolica auctoritate deputato ageretur, ille per suam sententiam pronuntiavit dicti Clerici testamentum esse nullum, et praefatae Militiae, aliarumque dicti Regni Militiarum Clericos, justa praefatam Pii V constitutionem nequaquam testamenta condere posse, neque de bonis suis aliquo modo disponere, à qua sententia statim fuit appellatum, illaque in secunda instantia fuit revocata quoniam tamen interea ex una parte Ministri, seu exactores dictarum Militiarum à praefatis clericis Militaribus de suis Prioratibus, Beneficiis, Portionibus, Praeceptoriis, Praestimoniis, et redditibus medias annatas ut prius in favorem fabricarum conventuum, etiam ipsis invitis, et nolentibus exigebant, ex altera vero alii earumdem Militiarum exactores, seu executores bona praefatorum clericorum morientium sequestrabant unde in dicto Regno, et Militiis, ac personis earum generalis confusio, et varia quotidie oriebantur scandala, et quaestiones; proterea praefatus Philippus Rex earumdem Militiarum perpetuus Administrator re maturiùs considerata, et cum dilectis filiis Presidente, et deputatis Mensae Conscientiae et Ordinum, aliisque doctis viris consultata, videlicet dictas Militias aliter non posse conservari, quia si dicta Pii V constitutio in eisdem Militiis esset observanda, dictumque Julii II privilegium abrogandum, id in maximam dictarum Militiarum jacturam et detrimentum vergeret, quia viri docti, quibus ipsae

Militiae indigent, de caetero in eis professionem emittere nollent et praeterea non solum ipsarum Militiarum conventus maiora damna recipient, quia Clericorum ut praefatur, morientium bona facile à consanguineis, et domesticis, ut olim fiebat, usurpantur, sed quod maius est, praedicti Clerici cum maximis scrupulis et salutis suae periculis morerentur, ac praefatis scandalis, et aliis forsan in futurum emanandis obviare cupiens, nobis per dilectum filium Damianum Vas Militaris Ordinis de Avis professum ejusdem Catholicae Majestatis Capellanum, ac pro eisdem Militiis Procuratorem in Romana Curia existentem, tam suo, quam praefatorum Magnorum Priorem *(sic)*, aliorumque Priorum, Vicariorum Rectorum, Portionariorum, Capellanorum Beneficiatorum caeterorumque Clericorum in dictis Militiis Domini Nostri Jesu Christi, Sancti Jacobi de Spata, et Sancti Benedicti de Avis professorum nomine supplicavit, ut dictis quaestionibus, litibus, et scandalis obviantes praedictas personas circa testandi jus et modum, et conditiones ad eum statum in quo erant, quando praedicta Pii v revocatoria constitutio emanavit, reducere, dictumque Julii II indultum, et generalem facultatem testandi sub iisdem conditionibus approbare, et Apostolica auctoritate confirmare de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur attentis praemissis dictarum Militiarum utilitati, et augmento consulere, et ipsius Catholici Regis votis annuere, quantum cum Domino possumus, cupientes, et exemplo pie memoriae Gregorii XIII Praedecessoris nostri, qui per suas literas in forma Brevis sub datum Romae die sesta Octobris M. D. LXXVI Pontificatus sui anno quarto instante clarae memoriae Philipo Hispaniarum Rege II praefatam Pii v constitutionem moderans personas Militiarum Calatravae, Alcantarae, et Sancti Jacobi de Spata regnorum Castellae circa facultates modos, et conditiones testandi restituit, et reduxit ad statum in quo erant antequam praedicta Pii v constitutio emanasset, adducti, cum praesertim, ut pariter accepimus praedictae Militiae Portugalliae justa diversas Romanorum Pontificum concessiones omnibus privilegiis Militiis Castellae concessis, et concedendis perfruantur praefatas Militias regnorum Portugalliae videlicet Domini Nostri Jesu Christi, Sancti Jacobi de Spata, et Sancti Benedicti de Avis, earumque Magnos et alios Priores, Vicarios, Capellanos, Rectores, Portionarios, Beneficiatos, et alios quoscumque Clericos in dictis Militiis professos, similibus favoribus, et gratiis prosequi volentes, et quemlibet eorum à quibusvis excommunicationis, suspensionis, et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et poenis a jure vel ab homine quavis occa-

eis et eorum quilibet quavis aliter judicandi et interpretandi facultate, et auctoritate, judicari, et definiri debere, ac irritum et inane, quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate, scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Quocirca venerabili fratri Episcopo Colimbriensi, et dilectis filiis Decano et Thesaurario Ulixbonensis per presentes committimus et mandamus quatenus ipsi vel duo, aut unus eorum per se, vel alium seu alios presentes literas, et in eis contenta quaecumque ubi et quando opus fuerit, ut quoties pro parte dictorum Priorum, Vicariorum Rectorum, Capellanorum, Portionariorum, Beneficiatorum, caeterorumque Clericorum praedictarum Militiarum fuerint requisiti, presentes literas, et in eis contenta quaecumque solemniter publicantes, eisque in praemissis eficacis defensionis presidio assistentes, faciant auctoritate nostra eos praemissorum quoscumque omnium et singulorum effectu pacifice frui, et gaudere non permittentes dictos Priores, Vicarios, Rectores, Capellanos, Portionarios, Beneficiatos, caeterosque Clericos praedictarum Militiarum, et quemlibet eorum a quocumque desuper quomodolibet indebite molestari, perturbari, vel inquietari contradictores quoscumque, eisque auxilium, consilium, vel favorem publice, vel occulte, directe, seu indirecte quomodolibet praestantes per censuras, et poenas ecclesiasticas aliasque opportuna juris et facti remedia appellatione postposita compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii saecularis. Non obstantibus praedicta Pii v ac recolendae memoriae Bonifacii Papae viii etiam Praedecessoris de una, et in Concilio Generali edita de duabus dietis, dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate praesentium ad indicium *(sic)* non trahatur aliisque constitutionibus, et ordinibus *(sic)* Apostolicis, ac dictarum Militiarum etiam juramento confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, stabilimentis, usibus, et naturis privilegiis quoque indultis, et literis Apostolicis eisdem Militiis, aut quibusvis superioribus, et personis, sub quibuscumque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis et decretis in genere, vel in specie, ac alias quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium praemissorum concessis, confirmatis, et aprobatis. Quibus omnibus et singulis etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica et ad verbum inserta mentio habenda esset, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum insererentur, praesentibus pro sufficienter expressis, et insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris hac vice duntaxat specialiter et ex-

rem personarum earundem ab ipso praedecessore forsan emanatae adhuc executioni demandatae non essent vel in posterum emanarent in illarum executione supersederent ac ab aliis executoribus opportunis remediis supersederi facerent donec dictus praedecessor ab ipsis ordinariis de qualitatibus impetrantium huiusmodi certior effectus quid super his ab eo vel eis agendum foret rescriberetur prout in literis praedictis sub Datum Romae die XXV Januarii M. D. LXXXVIII. expeditis plenius continetur. Cum autem sicut charissimus in Christo filius noster Philippus modernus dictorum regnorum Portugalliae et et *(sic)* Algarbiorum Rex Catholicus nobis exponi fecit ab aliquibus vertatur in dubium an statutum et decretum ac literae Sixti praedecessoris huiusmodi stante eiusdem Sixti obitu adhuc durent et observari debeant. Nos omnem in praemissis dubitandi materiam praecidere volentes habita desuper matura deliberatione Apostolica auctoritate tenore praesentium decernimus et declaramus statutum et decretum ac literas Sixti praedecessoris huiusmodi per eius obitum expirasse nulliusque roboris vel momenti à die obitus praefati fuisse et esse ac viribus et effectu carere neque amplius attendi debere et nihilominus supplicationibus eiusdem Philippi Regis ac nonnullorum illius regni prelatorum arbitrantium ad publicam dictorum regnorum quietem et salutem non parum pertinere si personis ex Haebreorum praedictorum genere seu stirpe descendentibus quae sicut in orthodoxae fidei susceptione recentiores ita ut plurimum in illa retinenda fragiliores existunt ad dignitates et certa alia praesertim animarum curam habentia beneficia ecclesiastica aditus precludatur donec in christiana pietate fortius roborentur et auctorum suorum memoria temporis progressu aboleatur inclinati hac nostra constitutione perpetuo duratura statuimus et ordinamus ut ex nunc canonicatus et prebendae ac dignitates in cathedralibus dignitatesque ipsae principales in collegiatis ecclesiis nec non parrochiales ecclesiae et earum perpetuae vicariae caeteràque curam animarum habentia beneficia ecclesiastica dictorum regnorum quoties illa per cessum etiam ex causa permutationis vel decessum vel privationem aut quamvis aliam dimissionem vel amissionem ea pro tempore obtinentium seu ius in illis vel ad illa habentium aut alias quovis modo etiam apud Sedem praedictam ac etiam in aliquo ex mensibus in quibus vacantium beneficiorum ecclesiasticorum dispositio nobis et eidem Sedi etiam per constitutiones Apostolicas seu Cancellariae Apostolicae regulas est vel pro tempore fuerit reservata vel affecta seu etiam ordinariis collatoribus per easdem constitutiones seu regulas vel

huiusmodi canonicatibus praebendis dignitatibus parrochialibus ecclesiis vicariis et aliis curatis beneficiis huiusmodi neque etiam constitutiones de annali et triennali possessore nec omnino aliud ius vel beneficium eisdem personis suffragari sed eas ad canonicatus praebendas dignitates parochiales ecclesias vicarias et curata beneficia huiusmodi omnino inhabiles et incapaces fore et esse illaque ut prius vacare et quae ex illis tempore dispositionis Apostolicae personis praedictis factae eidem dispositioni reservata seu affecta fuerint sub eadem reservatione seu affectione remanere ac tam illa quam etiam omnia alia non reservata neque affecta de quibus à Sede praedicta seu illius legatis vel nuntiis aut aliis ius et facultatem conferendi à dicta Sede ut praefertur habentibus in huiusmodi personas quandocunque dispositum fuerit ad novam Romani Pontificis pro tempore existentis dispositionem dumtaxat pertinere ab ordinariis vero et aliis inferioribus collatoribus cessantibus reservationibus seu affectionibus Apostolicis eisdem personis pro tempore collata ac etiam quae de iure patronatus huiusmodi fuerint si contingat ad illa quenquam contra presentis nostrae constitutionis formam presentari vel institui devolutioni ad Sedem Apostolicam immediatè eo ipso subiacere ac ab ipsa Sede dumtaxat impetrari posse nec ullum ius ad resignantes seu cedentes etiamsi in triennali et quantumvis divina possessione remanserint et resignationes seu cessiones huiusmodi seu publicatae sive non publicatae fuerint redire vel penes eos remanere. Impetrationes verò ac etiam motu proprio et ex certa scientia concessiones quae de canonicatibus praebendis dignitatibus parochialibus ecclesiis vicariis et aliis curatis beneficii huiusmodi post hac fient quibuscunque derogationibus fuerint suffultae nunquam sub clausulis generalibus aut vacationum modis conditionalibus vel implicitis comprehendi sed specialiter et expressae ob non servatam presentis nostrae constitutionis formam cum declaratione nominum et cognominum personarum praedictarum dispositivè et non conditionaliter nec per aequipollens omnino fieri debere praesentibus quoque literis per quascunque alias literas Apostolicas etiam quasvis generales vel speciales etiam derogatoriarum derogatorias aliasque efficaciores et insolitas clausulas ac irritantia et alia decreta sub quibuscunque verborum formis concepta in se continentes nullatenus derogari nec derogatum censeri nisi in illis de impuritate generis stirpis et sanguinis personarum huiusmodi specialis mentio fiat ipsaque derogatio in supplicatione sive prima concessione gratiae eis de canonicatibus praebendis dignitatibus parochialibus

ecclesiis vicariis et aliis curatis beneficiis huiusmodi faciendae dumtaxat facta fuerit quae in literis quoque provisionis exprimatur nec in literis Apostolicis desuper conficiendis quicquam ultra id quod in supplicationibus concessionibus et gratiis huiusmodi specificè circa premissa fuerit expressum narrari posse quas literas Apostolicas ita ut supra factas plenarium suum sortiri debere effectum et nullatenus huic constitutioni et ordinationi nostrae subiacere aut aliquo modo impediri volumus et decernimus alioqui *(sic)* presentes literae eo ipse *(sic)* revocatae sint et esse censeantur. Sicque in praemissis omnibus et singulis per quoscunque iudices ordinarios et delegatos etiam causarum Palatii Apostolici auditores et eiusdem Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales etiam de latere legatos sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate iudicari et deffiniri debere irritum quoque et inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus praemissis ac etiam Apostolicis et in provincialibus synodalibus et universalibus Conciliis editis specialibus vel generalibus constitutionibus et ordinationibus nec non ecclesiarum in quibus beneficia ipsa fuerint et regnorum huiusmodi iuramento confirmatione Apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque gratiis declaratoriis et indultis hactenus eisdem personis sub quibuscunque tenoribus et formis et cum quibusvis derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus clausulis ac irritantibus et aliis etiam decretis in contrarium praemissorum quomodolibet forsan concessis confirmatis et approbatis quae eorum tenores praesentibus pro expressis et insertis habentes in provisionibus de caetero faciendis contra praesentium tenorem nulli volumus suffragari caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem ut praesentium exemplis etiam impressis notarii publici manu subscriptis et sigillo alicuius personae in dignitate ecclesiastica constitutae munitis eadem prorsus fides ubique in iudicio et extra illud adhibeatur quae eisdem presentibus adhiberetur si forent exhibitae et ostensae. Datum Romae apud Sanctum Marcum sub annulo Piscatoris die XVIII Octobris M. D. C. Pontificatus nostri anno nono [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 9 de Bullas, num. 5.

Breve do papa Clemente VIII

1600—Dezembro 20

Clemens papa VIII—Ad perpetuam rei memoriam. Exponi nobis nuper fecit Charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae et Algarbiorum Rex Catholicus quod aliàs foelicis recordationis Pius Papa Quartus praedecessor noster ut restaurationi et ornamentorum renovationi ac aliis necessariis pro visitatione ecclesiarum singularum praeceptoriarum ordinum militiarum Jesu Christi Sancti Jacobi de Spata et Sancti Benecti *(sic)* de Aviis dictorum regnorum Portugalliae et Algarbiorum èisque annexarum consuleret nec non dissensionibus inter perceptores et visitatores obviaret per suas in forma Brevis litteras clarae memoriae Henrico tunc Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinali (qui postea eorundem regnorum Rex fuit) commisit ut ex redditibus singularum praeceptoriarum huiusmodi aliquam partem ad praemissa destinaret ut ita ecclesiarum utilitati et necessitati commodius inserviretur et dubia inter perceptores et visitatores praefatos cessarent prout latius in praedictis litteris continetur. Ipse vero Henricus in executionem dictarum litterarum quandam taxam constituit mandando ut ex redditibus singularum praeceptoriarum huiusmodi ubi illarum perceptores ad expensas fabricae corporis ecclesiae non tenerentur sex ubi vero tenerentur octo pro quolibet centenario et insuper pro qualibet annexa si perceptores ad illius fabricam tenerentur ex tota massa praeceptoriae huiusmodi summam trium millium regalium (sex ducatos auri de camara instituentium) ubi vero fructus excederent annuatim quadringentos mille regales summa viginti quinque millium regalium duntaxat (ultra tres mille pro qualibet annexa) ad usum praemissorum converterentur: Ita tamen ut si ecclesiae matrices maiori aliqua summa indigerent posset ex assignatione annexarum suppleri et è contra ubi maior urgeret necessitas annexarum quam aliarum ex qua quidem summa sic assignata deberent in ecclesiis fieri omnes expensae ornamentorum calicum thuribulorum navicularum librorum sacrorum et aliorum similium. Quod vero ad nova aedificia et nova sola ac nova reta-

bola quae sunt opera magnae impensae voluit ante omnia consummi quicquid ex tali assignatione reperiretur residuum autem suppleri ex redditibus praeceptoriarum facta repartitione per singulos annos ad beneplacitum visitatoris. Prohibuit autem ex tali assignatione persolvi onera (antiqua nuncupata) olei scilicet pro manutentione lampadis ante Sanctissimum Sacramentum Eucharistiae vini ad usum missarum et similium quae communiter apponi solent quando praedictae praeceptoriae locantur ad quae perceptores prout iam tenebantur ultra praemissa teneri voluit et hanc taxam per certum tunc expressum tempus observari mandavit sed ob temporum iniuriam talis taxae impositio effectum sortita non fuit. Cum autem (sicut eadem expositio subiungebat) idem Philippus Rex et militiarum praedictarum administrator Apostolica auctoritate deputatus supradictam assignationem ecclesiis dictarum praeceptoriarum non solum utilem sed omnino necessariam esse compererit illamque in usum deduci et deinceps in perpetuum observari cupiat propterea nobis humiliter supplicari fecit ut in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui honestis catholicorum Regum votis quantum cum Domino possumus libenter annuimus Pii praedecessoris litterarum ac illarum vigore factae (per dictum Henricum tunc Cardinalem) praefatae taxae impositionis et assignationis tenores aliaque necessaria praesentibus pro expressis habentes huiusmodi supplicationibus inclinati taxam supradictam sicut praefertur impositam auctoritate apostolica tenore praesentium perpetuo confirmamus et approbamus ac illi perpetuae et inviolabilis Apostolicae firmitatis robur adiicimus ac omnes et singulos tam juris quam facti defectus si qui in eadem intervenerint supplemus. Et nihilominus ut ex redditibus singularum huiusmodi praeceptoriarum quarum perceptores ad expensas fabricae corporis ecclesiae non tenentur sex earum vero praeceptoriarum quarum perceptores ad huiusmodi fabricae expensas tenentur octo pro centennario et insuper pro qualibet ecclesia annexa si perceptores ad illius fabricam tenentur ex tota massa reddituum praeceptoriae huiusmodi summa trium millium regalium (sex ducatos auri de Camara) constituentium. Sed ubi fructus annuatim excedant quadringentos mille regales summa viginti quinque millium regalium duntaxat (ultra tres mille pro qualibet annexa) singulis annis deduci et in praemissorum usum converti debeat. Ita tamen ut si ecclesiae matrices maiori aliqua summa indigebunt possit ex assignatione annexarum suppleri et è contra si maior dictarum annexarum necessitas urgeret ex assignatione ecclesia-

rum matricum suppleri valeat. Ac ex praedicta summa sic ut praefertur assignata debeant in ecclesiis fieri omnes expensae ornamentorum calicum thuribulorum navicularum librorum sacrorum et similium. Quo vero ad nova aedificia et nova sola ac nova retabula quae sunt opera magnae impensae volumus ut ante omnia consummatur quicquid ex tali assignatione congestum reperiretur residuum vero ex redditibus praeceptoriarum facta repartitione per singulos annos ad beneplacitum visitatoris suppleatur auctoritate et tenore praedictis perpetuo statuimus et ordinamus ac per singulos earumdem militiarum perceptores ita in perpetuum observari debere volumus et mandamus. Ex huiusmodi autem assignatione onera (antiqua nuncupata) olei nimirum pro manutentione lampadis ante Sanctissimum Eucharistiae Sacramentum vini pro celebratione missarum et aliorum similium (ad quae ipsos perceptores prout antea tenebantur ultra praemissa teneri volumus) fieri prohibemus. Volumus tamen ut omnes pecuniae supradictae in libro annotari et in arca ad hunc effectum in qualibet ecclesia constituenda deponantur et illius claves penes rectorum eiusdem ecclesiae et personas ecclesiasticas serventur arbitrio visitatoris militiarum nec expensae sine licentia et mandato visitatoris fabricae illius ecclesiae fieri possint. Decernentes sic et non aliter per quoscunque dictarum militiarum perceptores ut praefertur omnino fieri et observari perpetuo debere. Praesentes vero litteras etiam ex eo quod ipsi perceptores aut quicunque illorum et alii forsan interesse habentes vel praetendentes ad hoc vocati et auditi non fuerint neque praemissis consenserint aut alio quovis praetextu de subreptionis vel obreptionis aut nullitatis vitio seu intentionis nostrae vel quopiam alio defectu notari impugnari aut invalidari infringi retractari revocari annullari seu in jus vel controversiam revocari aut ad terminos juris reduci aut contra illas aliquod gratiae vel iustitiae remedium impetrari nullatenus posse sed semper ac perpetuo validas firmas et efficaces existere et fore suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere. Sicque per quoscunque judices ordinarios et delegatos etiam causarum Palatii Apostolici auditores iudicari et definiri debere ac irritum et inane quicquid secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Quocirca venerabili fratri episcopo Colimbriensi ac dilectis filiis decano Ulixbonensi ac spoliorum ac jurium Camerae nostrae Apostolicae debitorum in Portugalliae et Algarbiorum regnis collectori generali per praesentes committimus et mandamus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum praesentes litteras et

in eis contenta quaecunque ubi et quando opus fuerit ac quoties pro parte Philippi Regis et administratoris ac visitatorum praedictorum seu alicuius eorum fuerint requisiti solemniter publicantes praemissa omnia et singula per eos ad quos spectat et in futurum spectabit inviolatè perpetuò observari auctoritate nostra faciant contradictores quoscunque per censuras et poenas ecclesiasticas aliaque opportuna juris et facti remedia appellatione postposita compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii saecularis. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii papae octavi praedecessoris nostri de una et in Concilio generali edita de duabus dietis dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate praesentium ad judicium non trahatur aliisque constitutionibus et ordinationibus Apostolicis nec non militiarum praedictarum etiam iuramento confirmatione Apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus stabellimentis usibus et naturis privilegiis quoque indultis et litteris Apostolicis militiis administratori et perceptoribus praefatis seu quibusvis aliis in contrarium praemissorum quomodolibet concessis confirmatis et approbatis. Quibus omnibus et singulis eorum tenores praesentibus pro expressis et ad verbum insertis habentes hac vice duntaxat specialiter et expresse derogamus caeterisque contrariis quibuscunque. Datae Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die vigesima decembris Millesimo sexcentesimo. Pontificatus nostri anno nono [1].

Breve do papa Clemente VIII ao bispo de Angamale, etc.

1601 — Maio 19

Venerabilis frater, et dilecte fili, salutem et Apostolicam benedictionem. *(sic)* Divinam Dei omnipotentis providentiam, cui omnia serviunt, et cujus ordinatione dies praeservat, in ecclesiae suae Sanctae, totoque terrarum orbe diffusae gubernatione contemplantes ab ipsis ejus videntur devenisse primordiis ad nostra usque tempora, et dies novissi-

[1] *Impresso, no* ARCH. NAC., *Liv. mss.*, n.° 1122, fol. 422.

mos, in quos fines saeculorum eandem summi Dei providentiam et bonitatem in vobis potissimum filii dilecti, et magnopere agnoscimus, et non mediocriter admiramur. Etenim non solum vos, hoc est majores vestros in ipso nascentis Ecclesiae initio, et salutaris Evangelii recenti promulgatione vocavit Deus ex tenebris infidelitatis in admirabile lumen suum, et in adoptionem filiorum, in Jesu Christo filio suo per doctrinam, et praedicationem S. Thomae gloriosi Apostoli Christi, et martyris fortissimi, sed etiam idem Deus pater misericordiarum eosdem avos, et majores vestros, eorumque filios, et nepotes, et denique vos ipsos ita sua coelesti gratia communivit, et protexit, ut per tot saeculorum succedentium aetates, quamvis essetis in medio nationum, et gentium, quae Deum ignorant, et gravi earum jugo subiecti, atque oppressi fidem suam, et professionem christianam retineretis. Magnum certè hoc Dei donum, sed ipse, qui dives est in misericordiam novam illud et majori cumulavit. Neque enim satis erat ad aeternam salutem christiano vos nomine censeri, nisi etiam catholici essetis Christo capiti invisibili, et immortali conjuncti, et copulati sub visibili capite Romano Pontifice, ejus in terris vicario, et Beatissimi Apostolorum Principis Petri successore, cujus nos sedem, ac locum nunc tenemus, quamvis immeriti, et indigni, ejus tamen benignitate roborati, qui portat omnia verbo virtutis suae, et qui infirma eligit ut fortia confundant. Itaque, cum olim fuissetis veluti oves absque pastore aberrantes, ac vestrum, et totius universalis Ecclesiae Patrem et Pastorem non agnosceretis, multisque aerumnis, et calamitatibus essetis afflicti facile doctri-

nis variis abducti estis Sathanae astutia, et dolis hominum perversorum, qui pietatis specie animas deceperunt, et errores multiplices, et perniciosos inter vos disseminarunt, et fidei Catholicae puritatem, quam à B. Thoma Apostolo majores illi vestri acceperant suis mendaciis violarunt, et corruperunt. Sed in hoc Dei providentia, et in vos clementia singularis mirificè eluxit, qui vos ex densa illa errorum caligine eduxit, et in viam perfectae veritatis iterum reduxit, nàm a praedecessoribus nostris Summis Pontificibus, et a nobis ipsis, et ab hac Sancta Romana Ecclesia, omnìumque Ecclesiarum matre, et magistra, in qua fidei Catholicae integritas sicut ab initio tradita est pura et incorrupta perpetuò conservatur, missi sunt justa, et legitima missione doctores et magistri, qui vos, et populos multos in Orientis, et Indiae remotissimis regionibus viam salutis, et veritatis, divina auxilio *(?)* gratia docuerunt, sed praecipuè dilecti filii clerici et praesbyteri Societatis Jesu, quos in Christo complectimur, quorum ubique laus

est in praedicatione Evangelii, qui ut operarii christifideles, et strenui vos tanquam vineam Domini multa cum diligentia excoluerunt, et purgaverunt, ut fructum multum in Domino afferatis. Sed praecipuè laborarit tunc dilectus filius, nunc autem venerabilis frater noster, quem a vobis meritò expetitum Episcopum vestrum creavimus, qui vestrae salutis percupidus diu vos parturivit[1] donec Christus perfectè formaretur in vobis, et vos ab omni vetustate erroris, et fermento nequitiae expurgatos, et jam azymis sinceritatis, et veritatis enutritos unitati Ecclesiae Catholicae extra quam nulla est salus feliciter restitueret. Quare magno gaudio magna in Domino voluptate repleti sumus, cum ex litteris hoc de genere copiosè scriptis audivimus et cognovimus venerabilem fratrem Archiepiscopum Goae pro sua pietate, et zelo Divini honoris, et salutis animarum vestrarum synodum apud vos frequentem celebrasse sacerdotum vestrorum, praesentibus etiam viris primariis ex natione vestra, quae in synodo Spiritus Sanctus instinctu magno animarum consensu impii errores Nestorii à vobis rejecti, et anathemate condemnati sunt, quemadmodum jam pridem ab hac Sancta Apostolica Sede ab Oecumenicis Conciliis hujus quoque Sanctae Sedis congregatis reiecti, damnati, et anathematizati sunt, tùm libri haereticorum peste, ac veneno infecti ne animas interficerent, igne sunt exusti, aliique ab erroribus expurgati, sed illud maximi momenti, quod Romanum Pontificem comunem fidelium Patrem totius Ecclesiae caput agnovistis, et professi estis, eique debitam obedientiam detulistis quam ei Reges, et Principes, et omnes christiani catholici unanimes praestant et deferunt, non enim esse possunt ex ovibus Christi, qui tebro *(sic)* non obediunt, cui Christus ipse aeternus Pastor agnos, et oves suas pascendas tradidit, cui claves Regni coelorum, et summam ligandi, et solvendi potestatem dedit, quem denique firmam, et immobilem Dei petram, et Ecclesiae aedificationem constituit, cujus authoritas, et dignitas in successoribus ejus semper viget, et in nobis ipsis quamvis indignis haeredibus nulla ex parte deficit, nec decrescit. Quamobrem vobis filii dilecti gratulamur hanc tam piam, sanctam et salutarem deliberationem, sed vobis in primis sacerdotes et clerici gratulamur, qui in sortem Domini vocati eique peculiaribus vinculis adstricti estis, et omni virtutis, religionis, et pietatis exemplo illi praeire, et praelucere debetis, quod vos re ipsa nunc fecisse gaudemus, et deinceps, Deo juvante,

[1] *Sublinhado, e por cima:* nutrivit.

semper facturos speramus, nostrae verò gratulationis nostri paterni amoris erga vos omnes tàm clerum, quàm populum universum, has nostras litteras testes esse volumus, nam quamvis longissimo terrarum intervallo a nobis disjuncti sitis, tamen in vinculo charitatis Christi non solum nobis propinqui estis, sed nobiscum copulati, et unum in Christo effecti: jam enim vos ut oves nostras, ut filios, atque etiam ut membra nostra amplectimur, amamus, et favemus, et pro vobis quemadmodum, et pro caeteris filiis nostris ad Sanctissimum B. Petri Apostoli corpus oramus, et hostiam immaculatam Deo offerimus in unitate fidei, et communione sacramentorum Catholicae Ecclesiae, quae vos materno suo gremio excipit, et nutrit, et nos parati sumus quantum cum Domino poterimus vos, et nationem vestram nostra Apostolica authoritate tueri, vestrisque spiritualibus, et temporalibus commodis consulere, propterea Episcopum vobis dedimus, qui vices nostras apud vos gerat, et solicitudinem nostram vobis repraesentet, cui obedite, ut facitis, tanquam patri, et pastori, ipse enim pervigilat pro vobis, et rationem redditurus pro animabus vestris. Sic igitur state in Domino charissimi, et permanete in sancto proposito vestro, et in unione matris vestrae Ecclesiae Catholicae fortes in fide, et in omni opere bono fructificantes supportate cum patientia afflictiones vestras, quia nobiscum *(sic)* Deus est in tribulatione, qui servis suis fidelibus post breves caducae hujus vitae labores, aeterna praemia praeparavit in coelo, et tu vicissim frater Episcope confortare in Domino, et esto robustus, et sta in custodia gregis tui et pasce eum verbo, et exemplo, et pabulo salutari coelestium mysteriorum, quorum es dispensator, quod te pro tuo pastorali zelo, et vigilantia, et fecisse, et facere non dubitamus. Deus autem pacis, et consolationis vos omnes filii dilecti in pace custodiat, et consoletur, et divinae gratiae suae abundantiam vobis tribuat, et pastorem, et oves, et clerum, et populum in Christo unanimes et concordes ad sempiterna beatitudinis pascua perducat, et nos toto paternae charitatis affectu nostram paternam, et Apostolicam benedictionem vobis impartimur. Datum Romae apud Sanctos Apostolos *(sic)* sub annulo Piscatoris die 19 maii 1601. Pontificatus nostri anno x [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 170.—*Sobrescrito:* Venerabili fratri Episcopo Angamalae, et clero, ac populo christianorum à S. Apostolo Thoma conversorum Provinciae Serrae.

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1602—Junho 27

Clemens episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico Salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes Ecclesiarum Prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Portugalensi tunc per obitum bone memorie Hieronymi olim Episcopi Portugalensis extra Romanam Curiam defuncti Pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Gundisalvi Electi Portugalensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate providimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili Charissime sit virtutis opus Dei Ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Gundisalvum Electum et prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Gundisalvus Electus tue Celsitudinis fultus presidio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Marcum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo secundo Sexto kalendas julii Pontificatus nostri anno undecimo [1].

[1] Archi. Nac., Maç. 18 de Bullas, num. 16.

Breve do papa Clemente VIII a D. Alexandre

1602—Julho 29

Clemens Papa VIII.—Dilecte fili, salutem, et Apostolicam benedictionem. Cum venerabilis Georgius Episcopus olim Visensis, quem nos aliàs Portugalliae, et Algarbiorum regnis supremum contra haereticam pravitatem Inquisitorem ad nostrum, et sedis Apostolicae beneplacitum deputavimus, ex nonnullis causis nobis notis muneri praedicto vacare non possit. Nos quibus potissima, et summa cura est, ut sancta fides Catholica ubique floreat, et augeatur, atque omnis haeretica pravitas, è cunctorum mentibus depellatur, nostrae solicitudinis studium diligenter adhibemus, ut qui à caula dominici gregis, diabolica fraude seducuntur, ad eam aspirante Domino, reducantur; vel si in eorum damnato proposito, et obstinato animo pertinaciter perseverare contendant, ita debita animadversione puniantur, ut eorum poena aliis transeat in exemplum; ac solicitè providentes, ne propterea in dictis regnis eadem sancta fides aliquam jacturam, aut gravia inde damna sustineat, in perniciem animarum Christi fidelium, et dispendium salutis aeternae, de praeficiendo in locum dicti Georgii Episcopi huic muneri Ecclesiastici Ordinis viro, religione, prudentia, atque experientia praestanti solicite cogitantes: ad te, de cuius generis nobilitate, doctrina, fide, pietate, et Catholicae fidei zelo, fide digna, apud nos testimonia perhibentur, mentis nostrae aciem convertimus; firma spe freti, te, precipuum hoc munus, dirigente Domino, consilia, et actiones tuas ad ipsius gloriam, et Catholicae fidei exaltationem, atque ad populorum charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico subditorum salutem feliciter obiturum. Motu igitur proprio, ac ex certa scientia, et mera deliberatione, beneplacitum nostrum primum expirare declarantes, ipsumque Georgium à dicto munere absolventes; te in illius locum, Apostolica authoritate, tenore praesentium, Generalem Inquisitorem adversus omnem haereticam, et apostaticam à sancta fide christiana pravitatem, in Portugalliae, et Algarbiorum, et ab eis dependentibus Regnis, Principatibus, et Dominiis eidem Philippo Regi mediate, vel immediatè subiectis, cum potestate, et authoritate contra omnes,

et quoscunque haereticos, et cuiuscunque damnatae haeresis sectatores, et dogmatistas, atque ab eadem sancta fide Apostatas, etiam defunctos, et eorum memoriam, nec non de haeresi, seu Apostasia a fide suspectos, sortilegia manifestam haeresim sapientia, divinationes, et incantationes, aliaque diabolica maleficia, etiam praestigia committentes, aut magicas, et nicromanticas artes exercentes, illorumque credentes, sequaces, defensores, fautores, et receptatores, vel eis opem, auxilium, consilium, vel favorem directè vel indirectè, publicè, vel occultè praestantes, atque eorum libros, et scripta ementes, legentes, et retinentes, cuiuscunque status, gradus, et conditionis, dignitatis, et praeeminentiae existant, tam laicos, quam Ecclesiasticos, saeculares, et cuiuscunque ordinis regulares, ac in aliis causis de iure, vel consuetudine ad officium Inquisitionis spectantibus, et pertinentibus, per te, vel alium, seu alios, prout iuris fuerit, inquirendi, procedendi, et exequendi, seu inquiri, procedi, et exequi faciendi: contradictores quoslibet, et rebelles, ac tibi in praemissis non parentes per censuras ecclesiasticas, et alias poenas, etiam pecuniarias, ac alia juris, et facti remedia opportuna compellendi, compescendi, coercendi, mulctandi, et puniendi; atque in his, et praedictis omnibus, et singulis, si et quoties opus fuerit, auxilium brachii saecularis invocandi, et implorandi. Praeterea, in quibusvis civitatibus Regnorum, Principatuum, et Dominiorum praedictorum, unum vel plures dictae haereticae, et apostaticae pravitatis Inquisitores providos, et idoneos, ac bonae famae, et sanae conscientiae viros, catholicae fidei zelo, doctrina, et experientia, pollentes, cum simili, vel limitata potestate, nec non dicti officii consiliarios, procuratores, tabeliones, et alios ministros, et officiales opportunos, quoties tibi placuerit, per te, vel alium, seu aliós instituendi, et deputandi, ac tam hactenus institutos, et deputatos per praedictum Georgium Episcopum, et alios quoscunque; quam etiam per te instituendos, et deputandos, quandocunque tibi videbitur, revocandi, et amovendi, aliosque in eorum locum subrogandi, et substituendi, illos visitandi, ac de gestis, et administratis ab eis rationem petendi, et exigendi; ac quos culpabiles in officiis eis commissis repereris, iuxta excessuum, ac delictorum qualitatem, tuo arbitrio corrigendi, et puniendi, ipsasque per te perpetuo, vel ad tempus impositas poenas, in toto vel in parte moderandi, et remittendi, ac quibuscunque iudicibus et personis, quavis, etiam Episcopali, vel Archiepiscopali dignitate, fulgentibus, quibus tibi inhibendum videbitur, etiam sub censuris ecclesiasticis, et poenis etiam pecuniariis inhibendi, atque ipsos inobedien-

tes, in eas incidisse declarandi, aggravandi, et reaggravandi, usque ad invocationem auxilii brachii saecularis inclusivè, et ab eis, postquam mandatis tuis paruerint, et obediverint, vel parere, et obedire promiserint, absolvendi, in forma ecclesiae consueta, ac omnia alia, et singula in praemissis, circa ea necessaria, et quomodolibet opportuna, nec non quae ad officium Generalis Inquisitoris huiusmodi de iure, vel consuetudine, pertinent, aut pertinere noscuntur, faciendi, gerendi, exercendi, et exequendi, authoritate Apostolica, tenore praesentium, ad nostrum et sedis Apostolicae beneplacitum creamus, facimus, constituimus, et deputamus; ita ut tu omnibus, et singulis honoribus, et oneribus, emolumentis, gratiis, facultatibus, privilegiis, indultis praerogativis, superioritate, et praeeminentia, quibus alii Generales Inquisitores, qui pro tempore fuerunt, usi, et gavisi sunt, ac uti, frui, et gaudere potuerunt, et consueverunt, uti, frui, et gaudere possis, et valeas: statuentes insuper, appellationes, seu provocationes, et recursus à quibusvis sententiis, et decretis, per quoscunque Inquisitores dictorum regnorum, Principatuum, et dominiorum, tam à praefato Georgio Episcopo, seu ab aliis Inquisitoribus Generalibus praedecessoribus tuis, hactenus deputatos, quam à te in posterum deputandos, occasione praemissorum promulgatis, et promulgandis, ac gravaminibus illatis, et inferendis, ad te interponi, teque causas appellationum, seu provocationum, et recursuum huiusmodi, una cum omnibus, et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, et connexis, per te, vel alios audire, cognoscere, et fine debito terminare posse, et debere: ac decernentes irritum, et inane quidquid secus super his, à quoquam, quavis authoritate, scienter, vel ignoranter, contigerit attentari. Non obstantibus praemissis, ac foelicis recordationis Bonifacii Papae Octavi, praedecessoris nostri, de una, et in Concilio Generali, edita, de duabus dietis, et aliis Apostolicis constitutionibus, et ordinationibus, atque etiam in Provincialibus, et synodalibus conciliis editis generalibus, vel specialibus, ac statutis, et consuetudinibus, etiam iuramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia, roboratis, privilegiis quoque, indultis, et literis Apostolicis, per praedecessores nostros quibusvis personis, cuiuscunque qualitatis, gradus, ordinis, et conditionis existentibus, ac capitulis, collegiis, congregationibus, universitatibus, et confraternitatibus, sub quibuscunque tenoribus, et formis, concessis: quibus omnibus, illorum tenores praesentibus, ac si ad verbum inserercntur, pro sufficienter expressis et insertis habentes, hac vice dumtaxat specialiter, et expresse de-

rogamus, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem, ut praesentium literarum transumptis, manu Notarii publici subscriptis, et tuo, vel alicuius alterius personae, in dignitate Ecclesiastica constitutae sigillo munitis, plena fides, ubique gentium, et locorum, in iudicio, et extra, aeque ac ipsismet praesentibus adhibeatur. Insuper harum serie decernimus, et declaramus, ut si te alicui Metropolitanae, aut cathedrali Ecclesiae in Archiepiscopum, vel Episcopum praefici, aut si forsan in coadiutorem in regimine, et administratione alicuius similis Ecclesiae cum futura successione deputati contigerit, cessante coadiutoria huiusmodi, et facto loco successioni praefatae, tu ab officio Inquisitoris Generalis huiusmodi absolutus existas, et esse censearis; ipsumque officium vaccet, et vaccare censeatur eo ipso. Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die XXIX Julii M.DC.II. Pontificatus nostri anno undecimo [1].

Breve do papa Clemente VIII

1602—Agosto 9

Clemens Papa VIII—Dilecte fili salutem etc. *(sic)* Alias a nobis emanarunt literae tibi directe tenoris sequentis videlicet Quoniam ut ad nos perlatum est Conservator seu Conservatores militiarum Regnorum Portugalliae et Algarbiorum praetendunt te non posse vigore facultatum tibi per nos concessarum in causis appellationum ab ejus, seu eorum sententiis, decretis et mandatis interpositarum, et interponendarum quoquo modo te immiscere. Nos ad omne dubium super hoc removendum,, tibi omnes et quascumque causas appellationum a sententiis, decretis et mandatis quibuscumque Conservatoris seu Conservatores *(sic)* praefatorum ad nos, et Apostolicam Sedem tam hucusque interpositarum, quam deinceps quandocumque interponendarum auctoritate nostra audiendas, cognoscendas, et prout visum fuerit terminandas committimus, atque tibi in praemissis, ac etiam quos, et quibus opus fuerit etiam sub censuris, et poenis ecclesiasticis arbitrio tuo infligendis, moderandis, et aggravandis, et etiam

[1] Collectorio de Bullas *etc.* do Sancto Officio, fol. 23 v.— *Sobrescrito:* Dilecto Filio Alexandro, ex Ducibus Bragantiae, in sacra Theologia Magistro, Priori Collegiatae Ecclesiae Oppidi de Guimaraens Bracharensis Dioecesis.

per edictum publicum constito summarie et extra judicialiter de non tuto ad illos accessu citandi, et inhibendi interdictum ecclesiasticum apponendi, auxiliumque brachii saecularis invocandi, aliaque in praemissis, et circa illa necessaria, seu quomodolibet opportuna faciendi, gerendi, et exequendi plenam et liberam facultatem, et auctoritatem concedimus et impartimur. Non obstantibus constitutionibus, et ordinationibus apostolicis, ac earundem militiarum etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque indultis, et literis apostolicis eisdem militiis, earumque Conservatori, seu Conservatoribus praefatis sub quibuscunque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis, ac irritantibus, et aliis decretis in genere, vel in specie, ac alias in contrarium praemissorum quomodolibet concessis, confirmatis, et approbatis: quibus omnibus et singulis eorum tenores praesentibus pro expressis, et ad verbum insertis habentes, hac vice dumtaxat specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die XXIII februarii Pontificatus nostri anno decimo. Cum autem, sicut accepimus a nonnulis temere asseratur, praeinsertas literas nostras subreptionis, aut obreptionis vitio subjacere, aut saltem invalidas existere ex eo quod militiis supradictis, ipsisque earum Conservatoribus, amplissima privilegia, immunitates, et exemptiones per diversos Romanos Pontifices praedecessores nostros, ac praesertim felicis recordationis Nicolaum V, Julium II, Paulum III, Pium V, et Gregorium XIII etiam per viam communicationis, seu extensionis, et ad clarae memoriae Portugalliae et Algarbiorum Regnorum Regum, qui pro tempore fuerunt, instantiam, seu etiam motu proprio, et cum derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis, ac irritantibus, et aliis decretis concessa extiterint, quibus minime, aut saltem non sufficienter in praeinsertis literis derogatum fuit, et propterea te non posse illarum vigore in causis appellationum hujusmodi procedere, aut quovis modo in illis te immiscere nos volentes, ut par est literas nostras praedictas debitae executioni demandari, ac suum effectum omnino sortiri motu proprio, et ex certa nostra scientia, ac matura deliberatione, deque apostolicae potestatis plenitudine, omnibus, et singulis privilegiis, indultis, exemptionibus, libertatibus, immunitatibus, gratiis Militiis Regularibus Sancti Jacobi de Spata, Jesu Christi, et de Avis Regnorum Portugalliae, et Algarbiorum nominatim, aut per modum exten-

sionis, et communicationis per supradictos, et quoscumque alios Romanos Pontifices praedecessores nostros, ac nos, et Apostolicam Sedem, etiam ad quorumcumque Regum instantiam, ac motu proprio, et consistorialiter, vel alias quomodolibet concessis, confirmatis, et approbatis, etiam si in illis caveatur expresse, quod eis nullatenus, aut non nisi de expresso ipsorum Regum consensu, ac illorum tenoribus ad verbum insertis, certaque in eis prescripta forma observata derogari posset, tenores hujusmodi perinde, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, et forma in illis tradita observata inserti forent, praesentibus pro sufficienter expressis habentes, ad effectum ut illis minime obstantibus tu causas quascumque appellationum a sententiis, decretis, et mandatis quibuscumque Conservatoris, seu Conservatorum praedictarum Militiarum ad nos, et Apostolicam Sedem tam hucusque interpositarum, quam deinceps interponendarum juxta praeinsertarum literarum tenorem audire, cognoscere, et terminare, ac ipsosmet Conservatores, et quoscumque alios contradictores, et rebelles, eisque auxilium, consilium, vel favorem publicè, vel occultè, directè, vel indirectè quomodolibet praestantes per censuras, et poenas ecclesiasticas etiam saepius, et iteratis vicibus aggravandas, et reaggravandas compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis, liberè et licitè possis, et valeas auctoritate apostolica tenore praesentium specialiter et expressè, ac latissimè derogamus, et derogatum esse volumus, ac praeinsertas et praesentes literas nostras de subreptionis aut obreptionis vel nullitatis vitio, aut intentionis nostrae, vel quocumquè alio defectu, ex quovis capite, causa, vel occasione notari, impugnari, redargui, aut infringi, annullari, revocari, retractari, in vis *(sic)* vel controversiam vocari minimè posse, sed semper validas, et efficaces existere, et fore, suosque plenarios, et integros effectus sortiri, et obtinere, sicque per quoscumque judices ordinarios, et delegatos etiam causarum Palatii Apostolici auditores, sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter judicandi, et interpretandi facultate, et auctoritate judicari, et diffiniri debere, ac irritum etc. *(sic)* attentari, motu, scientia et potestatis plenitudine similibus decernimus, et declaramus. Non obstantibus supradictis, ac omnibus aliis quae in praeinsertis literis voluimus non obstare, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctum Marcum etc. *(sic)* die 7ª Augusti 1602 anno XI [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 28, fol. 1.

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1602—Setembro 28

Clemens episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Hispaniarum Regi Catholico Salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesiae Brasiliensi tunc per obitum bone memorie Antonii olim Episcopi Brasiliensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Constantini electi Brasiliensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorumdem consilio apostolica auctoritate providimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam cum tu etiam Portugalie Rex existas rogamus et hortamur attente quatenus eundem Constantinum electum et prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis iuribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Constantinus electus tue celsitudinis fultus presidio in commisso sibi dicte ecclesie regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctumarcum *(sic)* anno Incarnationis Dominice Millesimo sexcentesimo secundo Nono kalendas octobris Pontificatus nostri anno undecimo [1].

[1] Archi. Nac., Maç. 18 de Bullas, num. 25.

Instrucções a D. José de Mello

1604—Janeiro 31

Dom Joseph de Mello amiguo pella confiança que de vos tenho ey por meu serviço de vos inviar por meu Agente a Corte de Roma para entenderdes nos negocios e cousas que tocarem aos meus Reinos e senhorios da Coroa de Portugal em que fareis o seguinte.

Partireis logo trabalhando de ser em Roma com a maior brevidade que puder ser pella necessidade que ha de vossa assistencia por aver tanto tempo que aquelle cargo está vago, e tanto que chegardes falareis ao Duque de Escalona meu embaxador a quem dareis a minha carta que pera elle levais, e conta de vossa ida e do que por esta instrução vos mando e o dia e tempo que a elle e a vos parecer ireis a Sua Santidade e lhe dareis a carta que por vos lhe escrevo, e lhe direis como vos mando por meu Agente dos negocios da Coroa de Portugal conforme ao que na mesma carta digo a Sua Santidade e tambem dareis aos Cardeaes a que escrevo as cartas que pera elles levais dizendo lhes o mesmo e para vossa instrução levareis as copias dellas.

De todas as cousas principaes e de sustancia que ouverdes de tratar primeiro que nellas facaes cousa alguma dareis conta ao dito meu embaxador, que ora he e ao diante for, porque posto que as ajaes de fazer conforme á ordem que vos eu de qua para isso mandar; ey por meu serviço que no modo e procedimento dellas consulteis o ditto embaxador para terdes nellas o seu parecer e ajuda no que for necessario como lhe mando que vola dê, e vos assista nos negocios que pedirem esta particularidade para eu ser tam bem servido de vos como confio.

De nenhum negocio geral nem particular tratareis senão somente daquelles que Eu expressamente vos mandar que façaes, e querendo algũas pessoas de vos favor e ajuda inda que vola peção como a pessoa particular ey por meu serviço que vos escuzeis disso por serdes meu ministro, alem de assy cumprir para me melhor poderdes servir vendo Sua Santidade e seus ministros que soomente trataes das cousas do vosso

cargo e tambem tenho nisto respeito a vos fazer merce para terdes menos trabalho, e ficardes mais desocupado para meu serviço e com mais merecimento nelle.

E com a mesma consideração vos mando que não fieis a pessoa algũa de qualquer qualidade que seja porque não convem a meu serviço que esteis em obrigação aos mercadores da Corte de Roma.

Os Embaxadores dos senhores Reis meus predecessores levarão sempre por instrução e mandado expresso não tratarem de adquirir rendas eclesiasticas emquanto residissem em Roma para assi ficarem mais livres para tratarem de sua obrigação e meu serviço, e com esta mesma consideração o prohibi e mandei a vossos antecessores que assy o cumprissem pello que vos mando que não peçais nem recebais renda algũa eclesiastica emquanto residirdes em Roma, e confio de vos que o cumprireis tão inteiramente que Eu me aja por bem servido de vos, e folgue de vos fazer merce.

Tereis sempre cuidado de saber por via de Ludovico Lopez Consul destes meus Reinos em Veneza, ou por qualquer outra que puderdes alcanssar o que se souber da India continuando nisto com a inteligencia e pello modo que tiverão os embaxadores e Agentes desta Coroa.

Sua Santidade concedeo a minha instancia hum breve em que excluhio das igrejas cathedraes e curadas os descendentes de judeus per linha paterna e materna ou per qualquer dellas com clausulas mui efficazes para ter effeito a execução delle, e porque ella he de tanta importancia como sabeis, avereis a copia delle e tereis muita vigilancia para que se guarde, fazendo a Sua Santidade e ao seu datario as lembranças necessarias e avisandome do que nesta materia se fizer.

Os Cristãos novos que destes Reinos fogem para Italia para encubrirem suas culpas, custumão impor muitas aos ministros do Santo Officio, e ao seu procedimento pello que tereis cuidado de continuar com o secretario do Santo Officio por quem correm as pitiçõis e papeis que se presentão no Santo Officio universal de Roma para averdes as copias dos que derem os da nação pella ordem que as avia vosso antecessor satisfazendo a suas calumnias informandovos quando o caso o pedir do Inquisidor geral destes Reinos.

A Roma concurrião estes annos atras muitos homens a ordenarsse especialmente aquelles a quem os seos ordinarios não querião ordenar por deffeitos, e fundandosse em inquirições que levavão de moribus et

vita, tiravão breves que chamão a quocunque chamando falsamente ás dittas inquirições letras dimmissoriaes, com o qual breve e inquirições se hião ordenar a diversas partes de Italia, e de feito se ordenavão tornando ao Reino com muito escandalo dos que o conhecião.

E porque Sua Santidade está oje bem informado nesta materia, e tem mandado que se não passem os dittos breves, fareis nisto sempre instantia por redundar em tanto bem universal destes Reinos.

Por entender o muito que importa ao serviço de Deus e meu mandei pedir a Sua Santidade breve para que nenhum religioso entrasse pellas Indias ocidentaes Philipinas ou qualquer outra parte tocante a ellas, no Japão China e mais Reinos e Ilhas adjacentes ao districto e conquista da India oriental, o que Sua Santidade concedeo como vereis pella copia delle; e sou informado que diversos religiosos recorrem a Sua Santidade a pedir derogação deste breve com relações não verdadeiras em deserviço de Deus e meu, estareis muito advirtido para saber do que en contrario deste breve se pede para o impedirdes e me avisardes.

Alguns homens inquietos impetrão em Roma benefficios do meu padroado e outros os de padroado de meus vassalos, estareis muito vigilante para o impedir, e saber quem são avisandome sempre para eu mandar acudir como convem pello muito que isto se tem introduzido por alguns homens, fazendo litigiosos muitos benefficios em cuja posse pacifica e boa estavão padroeiros leigos.

E pella mesma maneira me dareis conta de quaesquer vassalos meus que nessa corte procedem mal contra meu serviço impedindovos as obrigações de vosso cargo ou faltando com a correspondencia que vos devem como a ministro meu.

Estes e outros homens inquietos, e mal intencionados tem dado a Sua Santidade algũas informações contrarias da verdade dizendo que em Portugal se defrauda a jurisdição eclesiastica, e ha leis contra ella, e contra a exempção das pessoas eclesiasticas, e posto que se tem respondido a Sua Santidade que nenhũa cousa se faz de novo e que soomente se executa o que sempre se fez do principio do Reino ategora com fama de privilegio apostolico.

Estareis vigilante para saber se vão a Sua Santidade outras informações semelhantes e quem as dá e avisarmoeis, e se fordes preguntado respondereis a ellas com as palavras geraes que ficão ditas.

E porque se vai introduzindo citarensse pessoas para Roma da pri-

meira instancia contra o Concilio, e contra privilegios apostolicos que tem o Reino, e isto a requerimento do fiscal da Camara apostolica encobrindo com seu nome as partes que fazem e requerem as dittas citações pera com isso evadirem as penas que as leis lhe dão.

E tambem se passão breves a que chamão cameraes para se tomar posse dos benefficios em nome da Camara apostolica, e se tirão della os possuidores delles sem serem ouvidos ou ficando citados para hir responder a Roma dentro de breve tempo o que demais de ser contra o Concilio e privilegios do Reino, em benefficios de pouca renda he impossivel, e assy perdem as partes seu direito e se dão as posses a outros que em Roma os impetrão do que se me fazem muitas queixas por parte dos prelados do Reino e pessoas eclesiasticas pello que tereis cuidado de saber de semelhantes citações e breves que se passarem e acudireis a Sua Santidade pedindolhe que não premitta que se passem pera que tambem se escuze mandar eu acudir á força que as partes agravadas requerem como sou obrigado ao fazer, e avisarmeis dos breves que se passarem, e das pessoas em cujo favor se passarem e que os requerem para mandar prover nisso com justiça, e porque sou informado que Sua Santidade está inclinado a que se evitem estas molestias entrareis nesta materia com destreza precedendo ocassião.

E da mesma maneira estareis vigilante para saber se se provem alguns beneficios e pensões em estrangeiros contra os privilegios apostolicos concedidos ao Reino e as leis e previlegios dos senhores Reis meus predecessores, e avisarmoeis para mandar acudir a isso.

Fareis as expedições e despezas necessarias tocantes a essa agencia na forma que fizerão vossos antecessores e vos serão levadas em conta quando a derdes do dito cargo.

Ao advogado que em Roma faz os negocios desta Coroa mandareis cada anno paguar seu ordenado, e a Ludovico Lopez que em Veneza serve o officio de consul e tem á sua conta informarvos do que souber da India pella via de Levante mandareis tambem paguar na forma que o fizerão vossos antecessores aos que servirão naquella diligencia.

De Martim Afonso Mexia vosso antecessor sabereis os negocios que ficarão pendentes em Roma, para que os que não forem concluidos continueis com elles, e vos dara as relações que forem necessarias para vossa instrução.

Levareis hũa cifra para por ella me escreverdes as cousas que forem de qualidade para isso.

Eu ouve por bem que ouvesseis de vosso ordenado tres mil cruzados cada anno emquanto me servisseis em Roma neste cargo e pello tempo que gastasseis em ir e tornar per caminho direito, os quaes vos serão paguos ao preço e pella maneira que a vossos antecessores, e tambem vos fiz merce de mil cruzados pera o caminho e de hũa e outra cousa vos serão dadas as provisões necessarias.

Não vos mando dar mais larga instrução porque a mais particular hão de ser as cartas que vos mandar escrever sobre os negocios que ouver por meu serviço que façaes de que sereis avisado para entenderdes nelles assi como se forem offerecendo, e me avisareis sempre de tudo o que entenderdes que cumpre a meu serviço fazendo tudo com aquelle cuidado e diligencia que Eu de vos confio. Escrita em Valhedolid a 31 de Janeiro 1604.—E eu Martim afonso mexia Secretairo de estado o fis escrever.—Rey. : . —O Conde de Villanova.

Instrução para dom Joseph de mello que Vossa Magestade envia por Agente a Roma para Vossa Magestade ver [1].

Breve do papa Clemente VIII ao Vice-rei D. Affonso, bispo de Coimbra

1604—Maio 22

Clemens Papa VIII—Venerabilis Frater salutem etc. *(sic)* Exponi nuper fecisti quod propter leges Regni Portugalliae ipsimet Reges quibusdam temporibus intervenire solebant in carceribus publicis Ulixbonensibus cuidam congregationi judicum vulgo nuncupatae Relatione, ubi non solum causae civiles, sed etiam criminales, et forsan usque ad sententiam inclusivè tractantur. Cum autem, sicut eadem expositio subjungebat, te, qui ejusdem Regni Prorex existis, hujusmodi muneris ratione dictae Relatione, aut aliis locis, ubi ejusdem Regni causae criminales tractantur, assistere oporteat, cupiasque in tuta conscientia facere posse:

[1] Archi. Nac., Collecção de S. Vicente, Liv. 14, fol. 196.—*Nas costas:* Instrução que Sua Magestade me mandou dar.

nobis propterea humiliter supplicari fecisti, ut in praemissis tuae conscientiae securitati consulere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur te specialibus favoribus et gratiis prosequi volentes, hujusmodi supplicationibus inclinati, tecum super irregularitate, in quam praemissorum occasione forsan contraxeris, auctoritate Apostolica, tenore praesentium dispensamus; tibique ut in posterum ad biennium proximum a data praesentium computandum, Congregationi, seu Relationi hujusmodi, aut aliis locis, in quibus hujusmodi causae criminales tractantur, assistendo, in eisdem causis criminalibus, occasione hujusmodi Proregis muneris, quandocumque opus fuerit, te immiscere, ac in illis etiam votum dare, ac mandata, et jussiones, tam verbo, quam per literas dare, et debitae executioni demandare liberè, et licite valeas, absque alicujus poenae, vel censurae ecclesiasticae, aut irregularitatis incursu, etiam si sanguinis effusio, membrorumque mutilatio, seu mors inde sequatur, dummodo tamen sententiam sanguinis per te ipsum non feras, auctoritate, et tenore praesentium concedimus, et indulgemus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus Apostolicis, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctum Marcum etc. *(sic)* die 22 Maii 1604. Anno XIII [1].

Carta do Rei do Congo ao papa Clemente VIII

1604—Julho 13

Io il Rè Don Alvaro secondo per la Dio grazia Rè di Congo, Angola, Mattamba, Occanga, Signore delli Ambundi, e di sette Regni di Congoria, Mulazza, e di quà, e di là del spaventevol fiume Zaire etc. Doppo di baciare à Vostra Santità i suoi santissimi piedi, e per la presente rendergli ubidienza del modo, che lo fanno li Rè, e Principi Cristiani, mi raccomando me, e questo mio popolo à suoi santissimi sacrificii, supplicandola raccomandi, e facci raccomandare questa Cristianità à Nostro Signore per dilazione, e propagazione del suo santo nome. E secondo il

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 51, fol. 146.—*Sobrescrito:* Venerabili Fratri Alphonso, Episcopo Colimbriensi Regni Portugalliae Proregi.

tenore d'una lettera da Vostra Santità scrittami, che ricevei per mano del mio Ambasciatore venuto allora di Spagna, intesi con molto amore, mi domandava un Ambasciatore per questa Curia di Roma, e che saria là molto accetto; per il che ora mando il mio Ambasciatore à Filippo *(sic)* Rè delle Spagne, mio dilettissimo fratello, volsi ancora mandare à Vostra Santità un altro Ambasciatore di questa mia Corte, il quale è Don Antonio Emanuele nobile della Corte mia, portatore della presente per averlo trovato sufficiente, avendo le parti perciò necessarie, al quale Vostra Santità darà intiera fede, e credito in tutto quello, che con lei tratterà, e supplicherà tanto per le mie informazioni, che porta, come di fuori, perche và molto bene instrutto, e supplico Vostra Santità quanto posso, e con molta umiltà li conceda quanto egli supplica, perche sono materie molto necessarie à questa Cristianità, et à me come ancora à questa nuova cathedrale, che Vostra Santità mi fece grazia di concedere ad instanza del Rè di Portogallo, che stia in gloria. E conciosia che questa mia Corte sia così distante dà cotesta Romana, deve Vostra Santità applicare i rimedii conveniente, acciò io e mio stato non riceviamo tanti aggravii et affronti da Vescovi, e Capitolari, come fanno, et io non posso impedirglielo, perche sono Ministri di Dio, senza autorità di Vostra Santità.

Hò in questa mia Corte un Padre per nome Diego Rodriguez Pestana mio cappellano, nobile mio confessore, e della Regina mia moglie, il quale ha fatto di molti servizii à Dio Nostro Signore, et à me in questi Regni. Vostra Santità mi farà carità di dargli buono spaccio, e spero ricevere molte altre grazie da Vostra Santità, et ancora i miei cappellani del numero, e lui in particolare, tanto per aversi portato bene nel toccante all'augumento di questa Cristianità, come in tutto il resto del suo obbligo. Ora non dico altro per rispetto, che il mio Ambasciatore potrà più à pieno informare Vostra Santità, fò fine, domandando à Vostra Santità, che sin di là mi dia la sua santissima benedizione, et à tutte queste pecorelle del suo gregge, accioche con questo mezzo otteniamo la grazia di Dio Nostro Signore. In Congo in questa Città del Salvatore alli 13 di Luglio 1604.

Don Giovanni Battista mio secretario, e scrivano de miei secreti.== Rè Don Alvaro [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 184.— *Sobrescrito:* Santissimo in Christo Padre Clemente viii hora Presidente nella Chiesa di Dio.

Breve do papa Clemente VIII a Pedro, bispo de Leiria

1604—Agosto 28

Clemens Papa VIII—Venerabilis Frater, salutem et Apostolicam benedictionem. Cum officium generalis Inquisitoris, contra haereticam pravitatem, in Portugalliae et Algarbiorum regnis, quod venerabili Fratri Alexandro Archiepiscopo Elborensi, antequam dictae Ecclesiae Elborensi de illius persona provisum extitisset, cum decreto, quod si ipse alicui Metropolitanae, aut Cathedrali Ecclesiae in Archiepiscopum, vel Episcopum profici contigisset, ipse ab officio Inquisitoris Generalis huiusmodi absolutus esset, ipsumque officium vaccaret eo ipso concesseramus, per provisionem de illius persona praefatae Ecclesiae Elborensi per nos factam iuxta dicti decreti tenorem vaccaverit, et vaccet ad praesens. Nos quibus potissima, et summa cura est, ut Sancta Fides Catholica ubique floreat, et augeatur, atque omnis haeretica pravitas è cunctorum mentibus depellatur, nostrae sollicitudinis studium diligenter, adhibemus; ut qui à caula Dominici gregis, diabolica fraude, seducuntur, ad eam, adspirante Deo reducantur; vel si in eorum damnato proposito, ac obstinato animo, pertinaciter perseverare contendant; ita debita animadversione puniatur, ut eorum poena, aliis transeat in exemplum: ac sollicite providentes, ne, propterea in dictis regnis eadem sancta fides, aliquam jacturam, aut gravia inde damna, sustineat, in perniciem animarum Christi fidelium, et dispendium salutis aeternae, de praeficiendo in locum dicti Alexandri Archiepiscopi huic muneri Ecclesiastici Ordinis viro, religione, prudentia, atque experientia praestanti, sollicite cogitantes; ad fraternitatem tuam, quae ad cedendum sponte, et libere in manibus nostris regimini, et administrationi Ecclesiae Leyriensis, cui praesse dignoscitur, speciale dedit mandatum, et de cuius generis nobilitate, doctrina, fide, pietate, et Catholicae fidei zelo, fide digna, apud nos testimonia perhibentur, mentis nostrae aciem convertimus; firma spe freti, te, praecipuum hoc munus, dirigente Domino, consilia, et actiones tuas ad ipsius gloriam, et Catholicae fidei

exaltationem, atque ad populorum charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico subditorum salutem, feliciter obiturum. Motu igitur proprio, ac ex certa nostra scientia, et mera deliberatione, quantum opus sit de novo, beneplacitum nostrum praefatum expirare declarantes, ipsumque Alexandrum Archiepiscopum, a dicto munere absolutum esse declarantes, te ex nunc prout ex tunc, postquam per supradictam cessionem per nos admittendam à vinculo dictae Ecclesiae Leyriensis, absolutus fueris, ut praefertur; et è contra in praefati Alexandri locum, Apostolica authoritate, tenore praesentium, Generalem Inquisitorem adversus omnem haereticam, et apostaticam à sancta fide christiana pravitatem, in Portugalliae, et Algarbiorum regnis, et ab eis dependentibus Principatibus, et Dominiis eidem Philippo Regi mediate, vel immediate subiectis, cum potestate, et authoritate contra omnes, et quoscunque haereticos, et quibusvis haeresibus, et erroribus infectos, ac eorum, et cuiuscunque damnatae haeresis sectatores, et dogmatistas, atque ab eadem Sancta Fide Apostatas, etiam defunctos, et eorum memoriam, nec non de haeresi, seu Apostasia a fide suspectos, sortilegia manifestam haeresim sapientia, divinationes, et incantationes, aliaque diabolica maleficia, etiam praestigia committentes, aut magicas, et nicromanticas artes exercentes, illorumque credentes, sequaces, defensores, fautores, et receptatores, vel eis opem, auxilium, consilium, vel favorem directè, vel indirectè, publicè, vel occultè praestantes, atque eorum libros, et scripta emen-

tes, legentes, et retinentes, cuiuscunque status, gradus, et conditionis, dignitatis, et praeeminentiae existant, tam laicos quam Ecclesiasticos, saeculares, et cuiusvis ordinis regulares, ac in aliis causis de iure, vel consuetudine ad officium Inquisitionis spectantibus, et pertinentibus, per te, vel alium, seu alios, prout iuris fuerit, inquirendi, procedendi, et exequendi, seu inquiri, procedi, et exequi faciendi: contradictores quoslibet, et rebelles, ac tibi in praemissis non parentes, per censuras ecclesiasticas, et alias poenas, etiam pecuniarias, ac alia juris, ac facti remedia opportuna compellendi, compescendi, coercendi, mulctandi, et puniendi; atque in his, et praefatis omnibus, et singulis, si et quoties opus fuerit, auxilium brachii saecularis invocandi, et implorandi. Praeterea, in quibusvis civitatibus, et Dioecesibus Regnorum, Principatuum, et Dominiorum praefatorum, unum, vel plures dictae haereticae, et apostaticae pravitatis Inquisitores providos, et idoneos, ac bonae famae, et sanae conscientiae viros, catholicae fidei zelo, et doctrina, atque experientia, pollentes, cum

simili, vel limitata potestate, nec non dicti officii consiliarios, procuratores, tabeliones, et alios ministros, et officiales opportunos, quoties tibi placuerit, per te, vel alium, seu alios instituendi, et deputandi, ac tam hactenus institutos, et deputatos per predictum Alexandrum, et alios quoscunque quam etiam per te instituendos, et deputandos, quandocunque tibi videbitur, revocandi, et amovendi, aliosque in eorum locum subrogandi, et substituendi, illos visitandi, ac de gestis, et administratis ab eis rationem petendi, et exigendi; ac quos culpabiles in officiis eis commissis repereris, iuxta excessuum, et delictorum qualitatem, tuo arbitrio corrigendi, et puniendi, ipsasque per te perpetuò, vel ad tempus impositas poenas, in toto vel in parte moderandi, et remittendi, ac quibuscunque iudicibus, et personis, quavis, etiam Episcopali, vel Archiepiscopali dignitate, fulgentibus, quibus tibi inhibendum videbitur, etiam sub censuris ecclesiasticis, et poenis etiam pecuniariis inhibendi, ac ipsos inobedientes, in eas incidisse declarandi, aggravandi, et reaggravandi, usque ad invocationem auxilii brachii saecularis inclusivè, et ab eis, postquam mandatis tuis paruerint, et obediverint, vel parere, et obedire promiserint, absolvendi, in forma ecclesiae consueta, ac omnia alia, et singula in praemissis, et circa ea necessaria, et quomodolibet opportuna, nec non quae ad officium Generalis Inquisitoris huiusmodi de iure, vel consuetudine, pertinent, et pertinere noscuntur, faciendi, gerendi, exercendi, et exequendi, authoritate Apostolica, tenore praesentium, ad nostrum, et sedis Apostolicae beneplacitum creamus, facimus, constituimus, et deputamus; ita ut in omnibus, et singulis, honoribus et oneribus, emolumentis, gratiis, facultatibus, privilegiis, indultis, praerogativis, superioritate, et praeeminentia, quibus alii Generales Inquisitores, qui pro tempore fuerunt, usi, et gavisi sunt, aut uti, frui, et gaudere potuerunt, et consueverunt, uti, frui, et gaudere possis, et valeas: statuentes insuper, appellationes, seu provocationes, et recursus à quibusvis sententiis, et decretis, per quoscunque Inquisitores dictorum regnorum, Principatuum, et dominiorum, tam à praefato Alexandro seu ab aliis Inquisitoribus Generalibus praedecessoribus tuis, hactenus deputatos, occasione praemissorum promulgatis, et promulgandis, ac gravaminibus illatis, et inferendis, ad te interponi, teque causas appellationum, seu provocationum, et recursuum huiusmodi, una cum omnibus, et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, et connexis, per te, vel alios, audire, cognoscere, et fine debito terminare posse, et debere: ac decernentes irritum,

simo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae, et Algarbiorum Regi Catholico, et eorundem regnorum coronae subiectis, post editas à felicis recordationis Clemente vij, et deinde à Paulo iij Romanis Pontificibus Praedecessoribus nostris literas super generali venia, et absolutione per eosdem Praedecessores nostros omnibus et singulis utriusque sexus ex hebraica perfidia ad Christi fidem conversis, eorumque filiis, et descendentibus ex regnis praefatis Portugalliae, et Algarbiorum oriundis, ac in eis degentibus, forensibus, exteris, et alienigenis super apostasia à fide, haeresibus, et aliis quibuscunque criminibus, excessibus, et delictis contra catholicam fidem per eos commissis, modo et forma in eisdem literis contentis attributa, et concessa, nonnulli ex genere huiusmodi oriundi hebraicam perfidiam rursus sectari aliaque contra fidem catholicam crimina et delicta committere non dubitaverint, in Dei offensam, christifidelium scandalum, et suarum perniciem animarum. Cumque ii omnes, tum quia graves contra haec delicta perpetrantes poenae sunt inflictae, ac per Tribunal Inquisitionis haereticae pravitatis eorundem regnorum adversus delinquentes severe, et absque remissione executioni damandantur, tum quia omnem ulterioris veniae spem sibi praeclusam esse existimant, in deteriùs prolabantur, et peccata quotidie peccatis cumulent, unde graviora non solum eisdem regnis, et dominiis, sed aliis damna inferri possent, nisi huic malo salutari, ac benigno aliquo remedio quamprimum occurratur, imo si eisdem novae alterius, et generalis remissionis obtinendae ratio proponatur, procul dubio sperandum est, brevi fore, ut hi omnes ad cor reversi, saniora consilia suscipiant, et ad eadem regna cultu catholicae fidei retento, sub eiusdem Philippi Regis id summopere desiderantis, et à nobis enixè postulantis obedientia revertantur. Idcirco Nos eius vestigiis inhaerentes, qui miserator et longanimis, et multum misericors est, quique interdum eo consilio dissimulat peccata hominum, ut resipiscant, et salutarem poenitentiam amplectantur, ac gravissimis etiam causis ad fidei catholicae conservationem, et dictorum regnorum tranquillitatem pertinentibus, atque eorundem Praedecessorum nostrorum exemplo adducti: motu proprio, et ex certa scientia, ac matura deliberatione nostris omnes, et singulos utriusque sexus de huiusmodi genere quovismodo ex dictis regnis, et dominiis oriundos, qui sive in eisdem regnis, et dominiis nunc degant, sive ab illis iam recesserint, et in quacunque mundi parte tam in terris christianorum, quàm etiam in locis infidelium et haereticorum, aliorumque christianae, et catholicae fidei hostium commercii,

seu negotiationis, vel quacunque alia causa commorantur, dummodo tamen habitum et nomen christianorum retineant, et pro christianis se gerant, alioquin si constiterit eos habitum et nomen christianorum, ubicunque commorati fuerint, non retinuisse, et pro christianis se non gessisse, sed palam et publicè à fide christiana apostatasse, in hisce nostris literis comprehensi minime sint, et presenti gratia perfrui minime valeant, etiam si eorum aliqui ex dictis regnis, et dominiis coronae Portugalliae occasione praefatorum delictorum, seu metu poenarum in eos, qui haec delicta committunt, inflictarum, aut alia quavis de causa recesserint, et ex dictis regnis exules fuerint, necnon etiam alios quoscunque noviter conversos, et de huiusmodi haebreorum, ut praefertur, genere procreatos, vel ab eis quovismodo originem trahentes, etiam forenses, exteros, et alienigenas in praefatis tamen Portugalliae, et Algarbiorum regnis, aliisque provinciis, dominiis, et locis eidem Philippo Regi, et coronae Portugalliae praefatis subiectis commorantes, ac in illis domicilium, vel habitationem quomodolibet habentes, aut illorum filios, nepotes, et descendentes, quoad praesentes videlicet in regnis, et dominiis praefatis, ex nunc, prout ex tunc, cum primum praesentes literae in eisdem regnis, et dominiis modo et forma infrascriptis publicatae fuerint, quo verò ad absentes, ex nunc pariter, prout ex tunc cum primum ad regna et dominia praefata in illis de caetero mansuri, reverti fuerint, dummodo illi scilicet, qui in Italia, Gallia, Germania, et aliis Europae regionibus, provinciis, et locis quibuscunque commorantur, intra annum, qui verò extra Europam, intra biennium ad summum à die publicationis praesentium in eisdem regnis, et dominiis faciendae, computandum ad regna, et dominia praefata revertantur, cuiuscunque illi status, ordinis, et conditionis fuerint, tam laici quàm clerici, etiam in sacris ordinibus constituti, saeculares, vel cuiusvis ordinis, etiam militaris regulares, et in quacunque dignitate constituti fuerint, etiam si presentes in dictis regnis, et dominiis, usque in diem praefatae publicationis, aut ab illis absentes etiam deinceps, supradictis respectivè annis durantibus, in regnis, et dominiis praefatis, vel extra illa pro haereticis habiti, et ut tales declarati, ac pro talibus accusati, inquisiti, diffamati, publicè, vel occultè extiterint, ac etiam si eorum aliqui iudicialiter abinverint, necnon etiam carcerati, non tamen ex causa secundi lapsus, vel sub cautionibus relaxati reperiantur, et etiam si contra illos sit lata sententia cum bonorum confiscatione, dummodo talis sententia non sit publicata, et executioni demandata, et dummodo etiam dicti carcerati, vel

sub cautionibus relaxati, qui de haeresi, vel apostasia à fide, condemnati fuerint, aut confessi, vel convicti extiterint, abiurationem coram Inquisitoribus haereticae pravitatis dictorum regnorum, et illorum notario, ac duobus saltem testibus in illorum tribunali facere teneantur, qua abiuratione facta, etiam absque aliqua publica poenitentia per eos facienda, relaxari, et presenti gratia, etiam quoad remissionem poenarum temporalium, et bonorum, ut praefertur, gaudere debeant, ab omnibus, et singulis per eosdem hactenus, et quoad absentes, deinceps dictis annis respectivè durantibus perpetratis, etiam haereses, et ab eadem fide apostasias, et alios quoscunque impios errores redolentibus, caeterisque quantumvis gravibus, gravissimis, enormibus, et enormissimis, et aliàs qualificatis peccatis, criminibus, delictis, et excessibus huiusmodi, etiam si illa sub generali expressione non venirent, et specialem notam requirerent, necnon à quibusvis excommunicationum, suspensionum, interdictorum, et aliis ecclesiasticis temporalibus, corporalibus, etiam capitalibus, sententiis, censuris, et poenis à iure, vel ab homine, et à quibuscunque contra haereticam pravitatem Inquisitoribus praemissorum, et alia quavis occasione, vel causa latis, et promulgatis, etiam si in illis per plures annos insorduerint, et eorum absolutio nobis, et Apostolicae Sedi per quascunque constitutiones apostolicas, ac etiam per literas die coenae Domini legi solitas specialiter, vel aliàs quomodolibet generaliter reservata existat, quorum omnium, et singulorum qualitates, quantitates, et circunstantias, etiam aggravantes, pro expressis haberi volumus; ab haereticae videlicet pravitatis huiusmodi in foro civili, criminali, et contentioso, ut praefertur, penitus, et plenariè; in foro autem conscientiae tàm à praedictis, quàm à reliquis etiam criminibus, aliisque excessibus, haereticam pravitatem huiusmodi minimè redolentibus, ex nunc, prout ex tunc, postquam, ut infradicetur, sacramentaliter confessi fuerint, ac haereses, et apostasias à fide in eadem sacramentali confessione anathematizaverint, et detestati fuerint, iniunctis poenitentiis salutaribus, et aliis quae de iure fuerint iniungenda, et è contra, auctoritate apostolica tenore presentium gratiose absolvimus, et liberamus, ac huiusmodi sententias censuras, et poenas illis, et cuilibet eorum remittimus, et condonamus, ac illis universis, et singulis generalem à praemissis omnibus, et quibuscunque peccatis, excessibus criminibus et delictis veniam, absolutionem, et remissionem concedimus, et impartimur. Necnon eosdem carceratos, et alios detentos, ac etiam exules à carceribus, et exiliis, quibus occasione criminum haeresis,

et apostasiae huiusmodi detenti, et condemnati existunt, ac, quoad absentes in futurum dictis annis respectivè durantibus extiterint, relaxamus, liberamus, ac liberos dimittimus, ac relaxari, liberari, et liberos . . . . . mandamus, necnon omnem infamiae maculam, sive notam contra eos praemissorum occasione tam ex propriis quàm ex parentum consanguineorum, et affinium culpis, et aliàs quovis modo insurgentes ab eis penitus, et omnino abstergimus, et abolemus, et ulteriùs bonorum confiscationes hactenus factas, quorum tamen possessio pro eodem fisco apprehensa non fuerit, necnon processus contra eos formatos, et sententias latas, non tamen publicatas, et executioni demandatas, et quoad absentes, dictis annis respectivè durantibus formandas, et ferendas etiam quoad bona quorum possessio per fiscum apprehensa non fuerit, necnon informationes, et alia quaecunque acta, et gesta ordinaria, et extraordinaria in iudicio, et extra contra eos hactenus facta, et quoad absentes eisdem annis, ut praefertur, respectivè durantibus facienda, quorum omnium tenores, status, ac merita similiter haberi volumus pro expressis, cassamus, irritamus abolemus et annullamus, atque cassa, irrita, abolita, et annullata fore et esse decernimus, ipsaque bona sic confiscata, et confiscanda si, ut dictum est, illorum possessio per fiscum apprehensa non fuerit, illis quibus fuerint confiscata, remittimus, donamus, et restituimus, illos tamen ad dignitates, beneficia, et officia tàm ecclesiastica, quàm temporalia obtinenda dispensare, aut habilitare per presentes nullo modo intendimus. Praeterea illorum conscientiarum securitati consulere volentes, universis et singulis confessoribus in praefatis regnis, et dominiis existentibus ex approbatis ab ordinariis locorum per supradictos eligendis, eorum singulos à praemissis excessibus, criminibus, peccatis, et delictis, confessionibus illorum diligenter auditis ac iniuncta cuilibet, eorum arbitrio, poenitentia salutari, ut praefertur, in foro conscientiae absolvendi plenariam et generalem facultatem, et potestatem concedimus, et impartimur. Decernentes, quod omnes qui in singulis casibus supradictis respectivè praemissa adimpleverint, in foro temporali, civili, et criminali etiam contentioso, à quibuscunque criminibus supradictis plenariè absoluti sint, et esse intelligantur. Ac volentes quantum ad forum fori, quod illi ad aliquam publicam confessionem, abiurationem, renunciationem, purgationem, poenitentiam, paritionem, et diligentiam faciendam non teneantur, et nihilominus praesens gratia illis, quoad haeresis, apostasiae à fide, et alia praefata crimina, etiam in foro civili, criminali, et contentioso, et etiam quoad omnia alia

delicta, et excessus pravitatem huiusmodi non redolentia, quaecunque, quotcunque, et qualiacunque fuerint in foro conscientiae tantum, dummodo eorum errata, et excessus alicui per eos eligendo confessario, ut supradictum est, in dictis regnis, et dominiis existenti ex approbatis per ordinarios locorum, ut praefertur, sacramentaliter corde contriti, et ore confessi fuerint, absque aliqua publica poenitentia illis iniungenda, in omnibus, et per omnia plenissime suffragetur. Atque statuentes ut illi omnes, qui iudicialiter, ut praefertur, haereses non abiuraverint, reconciliati non censeantur etiam ex eo quòd presenti venia generali potiti fuerint, nec etiam si forsan in aliquem praefatorum errorum, quod absit, iterum postea insiderint, vel aliàs quomodolibet incidisse deprehensi fuerint, relapsi reputentur, vel pro relapsis habeantur, nec inde aliquod indicium deinceps, etiam minimum contra eos oriri, allegari, vel deduci, in iudicio, vel extrà illud valeat, ac indulgentia, remissio, et alia praedicta in damnum, notam, iniuriam vel aliud incommodum illorum retorqueri nequeant: caeteri verò carcerati nimium, vel sub cautionibus relaxati, confessi, vel convicti, qui, ut praesenti gratia potiantur, ut dictum est, coram Inquisitoribus abiurationem fecerint, necnon alii etiam omnes, qui, ut praefertur, aliàs iudicialiter abiuraverint, et ob haereses, in quas de novo incurrerunt, presenti venia generali potiti fuerint, si postea iterum (quod absit) in haereses labantur, relapsi sint, et poenis relapsorum puniantur. Districtius inhibentes omnibus et singulis etiam iudicibus ecclesiasticis, et saecularibus, ac praelatis, Inquisitoribus, ordinariis, seu delegatis quacunque auctoritate, potestate, et dignitate, etiam pontificali, archiepiscopali, primitiali, et patriarchali, ac statu, gradu, conditione, ac praeeminentia etiam cardinalatus honore fulgentibus, et tali qualitate, de qua expressa mentio fieri deberet, pollentibus etiàm à Nobis, seu Sede praefata, etiam ad instantiam eiusdem Regis deputatis, et pro tempore deputandis sub excommunicationis, suspensionis, et interdicti sententiis, ac beneficiorum, et officiorum per eos obtentorum privationis poenis, eo ipso, nisi p.....currendis, ne aliquos de haeresi, apostasia à fide, et aliis praemissis culpabiles, aut suspectos, qui gratiis praefatis iuxta presentium tenorem gaudere debent, si quos sub aliqua custodia, vel carcere teneant, ampliùs in carcere detineant, aut contra eos ad ulteriora procedant, imo captos relaxent, et exules ad patriam, et in eum statum, in quo fuerunt, et ante accusationes, condemnationes, carcerationes, et exilia huiusmodi existebant, reponant, et plenariè restituant. Accusatoribus verò, denunciatori-

bus, testibus, Inquisitoribus, judicibus, promotoribus, et aliis quibuscunque sub similibus censuris, et poenis, ne contra supradictos, occasione, seu pretextu delictorum, haeresim, à fide apostasiam redolentium hactenus commissorum, aut, quoad absentes deinceps, dictis respectivè annis, ut praefertur, durantibus committendorum, se intromittere, nec aliquos ad testificandum, vel accusandum, seu denunciandum inducere, vel illos super praemissis aliàs molestare quoquomodo audeant, seu praesumant. Ac decernentes omnes et singulos in praemissis inobedientes, vel contravenientes easdem sententias, censuras, et poenas eo ipso incurrere, ac beneficia per eos obtenta vacare, et à Nobis, et quibusvis illorum ordinariis collatoribus impetrari, et conferri posse ipsasque impetrationes, collationes, ac alias dispositiones alioquin legitime factas valere, plenamque roboris firmitatem obtinere, ac easdem presentes literas de subreptionis, vel obreptionis vitio, seu intentionis nostrae defectu notari, vel impugnari non posse, nec sub quibusvis revocationibus, modificationibus, limitationibus, et suspensionibus quarumcunque similium, vel dissimilium literarum, ac etiam per Nos, et Sedem eandem factis et faciendis ullatenus comprehendi, sed ab illis semper exceptas esse, et quoties revocatae, vel limitatae fuerint, toties in pristinum, et eum, in quo in presenti existunt, statum restitutas, et reintegratas existere, necnon illarum transumptis manu notarii publici subscriptis, eandem prorsus tam in iudicio, quàm extra illud fidem adhiberi debere, quae ipsis presentibus adhiberetur, si forent exhibitae, vel ostensae, sicque in praemissis omnibus per praedictos, et alios quoscunque Inquisitores, et judices, etiam Sanctae Romanae Ecclesiae cardinales in quacunque instantia, et iudicio coram eis, etiam nunc et in futurum pendente iudicari, sententiari, et definiri debere, sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi, sententiandi, et definiendi facultate, ac irritum et inane quicquid secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Quocirca venerabili fratri archiepiscopo Ulixbonensi, ac dilectis filiis Inquisitori generali contra haereticam pravitatem in eisdem regnis, necnon spoliorum, ac iurium Camerae Apostolicae debitorum in dictis regnis Collectori generali per praesentes committimus, et mandamus quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios easdem praesentes pro maiori praefatorum notitia, et in eis contenta quaecunque ubi, et quando, ac quoties opus fuerit, publicantes, et in praemissis efficaciter assistentes, faciant praesentes, et in eis contenta quaecunque firmiter

observari, ac singulos, quos ipsae praesentes concernunt, illorum effectu pacificè gaudere. Non permittentes eos desuper per Inquisitores et judices praefatos, seu quoscunque alios quomodolibet impediri, molestari, vel perturbari, contradictores quoslibet, et rebelles per censuras, et poenas ecclesiasticas, et alia iuris opportuna remedia, appellatione postposita compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis. Non obstantibus praemissis, ac etiam felicis recordationis Bonifacii Papae viij, et aliorum Romanorum Pontificum Praedecessorum nostrorum, et aliis apostolicis necnon in generalibus, et provincialibus, ac synodalibus conciliis editis generalibus, vel specialibus constitutionibus et ordinationibus, etiam ab eisdem Praedecessoribus, vel à Nobis etiam pluries emanatis, legibus quoque imperialibus, et regiis, necnon iuramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis officii Inquisitionis, et ecclesiarum, ac regnorum, et dominiorum praefatorum, illorumque civitatum, et locorum etiam municipalibus statutis, et consuetudinibus, sententiis quoque, ac privilegiis, in indultis, in corpore iuris clausis, ac etiam in forma Brevis, et aliis apostolicis literis etiam per Nos, et Praedecessores nostros, ac Sedem huiusmodi etiam Inquisitoribus praefatis, etiam ad instantiam ipsius Philippi, et aliorum quorumcunque Regum, vel Reginarum, aut etiam motu proprio, et de Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalium consilio, etiam de apostolicae potestatis plenitudine, ac cum quibusvis derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis, ac irritantibus, et aliis decretis concessis, approbatis, et innovatis, etiam si in eis caveatur expresse, quod illis nullatenus, aut non nisi sub certis inibi expressis modis, et formis derogari possit; quibus omnibus, etiam si pro illorum sufficienti derogatione, de illis, illorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, et individua, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quaevis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores huiusmodi, ac si de verbo ad verbum, et forma in illis tradita observata inserti forent, pro sufficienter expressis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, hac vice duntaxat harum serie, motu scientia, et potestatis plenitudine praefatis specialiter, et expresse derogamus, contrariis quibuscunque, seu si Inquisitoribus, et judicibus praefatis, vel quibusvis aliis communiter, vel divisim ab eadem sit Sede indultum, quòd interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per literas apostolicas non facientes plenam, et expressam, ac de verbo ad verbum de indulto

huiusmodi mentionem. Ut autem praesentes literae ad omnium, quos concernunt, notitiam faciliùs deducantur, volumus, ac eisdem Archiepiscopo Ulixbonensi, ac Inquisitori, et Collectori generalibus in virtute sanctae obedientiae districtè praecipiendo mandamus, ut ipsi, vel quilibet eorum per se, vel alium, seu alios cum praesentium earundem transumpta, aut exempla acceperint, illa statim absque ulla mora, retardatione, vel impedimento, aut limitatione in dicta civitate Ulixbonensi in ecclesia metropolitana intra missarum solemnia, dum populi multitudo ad divina officia convenerit, et per affixionem exempli, seu transumpti earundem praesentium ad valvas dictae ecclesiae metropolitanae publicent, et divulgent, ac publicari et divulgari faciant, ipsarum quoque praesentium transumptis, vel exemplis etiam impressis manu notarii publici subscriptis, et sigillo personae in dignitate ecclesiastica constitutae munitis, eandem fidem habendam esse decernimus, quae ipsismet originalibus literis haberetur, si forent exhibitae, et ostensae. Datum Romae apud Sanctum Marcum, sub annulo Piscatoris, die vigesima tertia Augusti. Millesimo sexcentesimo quarto. Pontificatus nostri anno decimo tertio [1].

Bulla do papa Clemente VIII a el-Rei

1604—Agosto 30

Clemens episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Malachanensi tunc per obitum bone memorie Joannis olim episcopi Malachanensis extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Christophori electi Malachanensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meri-

[1] Arch. Nac., Papeis varios do Santo Officio, (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 266.

torum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate providimus ipsumque illi in episcopum prefecimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Christophorum electum et prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et sedis apostolice reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Christophorus electus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure pastoralis officio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctum Marcum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quarto tertio kalendas septembris Pontificatus nostri anno tertio decimo [1].

Bulla do papa Clemente VIII

1604 — Dezembro 13

Clemens episcopus servus servorum Dei Ad perpetuam rei memoriam Ecclesiarum ac Capellarum omnium persertim Regiarum decorem sinceris desiderantes affectibus ea illarum ministris pro augmento distributionum quotidianarum libenter concedimus que suis commoditatibus fore conspicimus opportuna volentes Itaque Capelle regie Ulixbonensi ut illi maiori cum decoro imposterum in divinis deserviatur prospicere ac illius capellanis de alicuius subventionis auxilio providere ipsosque capellanos necnon dicte Capelle administratores et alios officiales a quibusvis excomunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis si quibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dun-

[1] Arch. Nac., Maç. 19 de Bullas, num. 29.

emolumentis ad summam sexcentorum ducatorum similium secundum communem extimationem annuatim ut etiam asseritur ascendentibus thesaurario aut economo pro tempore existenti dicte Capelle seu eius procuratori ad id ab eo speciale mandantum habenti per dictum Lupum cuius ad hoc expressus accedit assensus et successores suos dictam ecclesiam pro tempore quomodolibet obtinentes annis singulis imperpetuum pro una videlicet in Domini nostri Jesu Christi et altera medietatibus pensionis huiusmodi in beati Joannis Baptiste nativitatum festivitatibus in civitate Ulixbonensi aut alio quocunque loco ad quem ipsam Capellam pro tempore transferri contigerit expensis Lupi et successorum praefatorum etiam presentibus Lupo et successoribus praefatis minime intimatis integre et absque ulla diminuitione aut defalcatione aut deductione vigore earundem presentium nec alias alioquin presens reservatio nulla sit eo ipso persolvendam apostolica auctoritate praefata earundem tenore presentium reservamus constituimus et assignamus Decernentes pensionem huiusmodi ullo unquam tempore ex quavis causa quantumvis iuridica urgenti ac legitima etiam ad successorum praefatorum instantiam seu motu simili ad minorem summam reduci annullari vel invalidari presentesque litteras huiusmodi de subreptionis vel obreptionis seu nullitatis vitio aut intentionis nostre seu quovis alio defectu notari impugnari et retractari non posse sed illas semper validas et efficaces fore necnon Capelle ac officialibus et capellanis praefatis perpetuo suffragari perinde ac si ipsa pensio in consistorio secreto nostro de sancte Romane ecclesie cardinalium consilio ac omnium interesse habentium expresso consensu et ex iusta ac rationabili causa reservata constituta et assignata fuisset Sicque per quoscunque judices et commissarios quavis auctoritate fungentes etiam Causarum Palatii apostolici auditores sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate ubique judicari et diffiniri debere necnon irritum et inane si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attemptari Necnon Lupum et successores praefatos ad integram solutionem pensionis huiusmodi eidem thesaurario seu economo praefato faciendam iuxta reservationis constitutionis et assignationis praefatarum tenorem fore efficaciter obligatos Ac volentes et eadem auctoritate apostolica statuentes quod ille ex Lupo et successoribus praefatis qui in dictis festivitatibus vel saltem infra triginta dies illarum singulas immediate sequentes pensionem praefatam per eum Capelle ac officialibus et capellanis praefatis tunc debitam

dati infringere vel ei ausu temerario contraire Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quarto Idus decembris Pontificatus nostri anno tertio decimo [1].

Bulla do papa Clemente VIII

1605 — Fevereiro 4

Clemens episcopus servus servorum Dei Ad perpetuam rei memoriam Ex debito pastoralis officii ad ea per que in ecclesiis et Capellis Regiis quibuslibet divinus cultus cum divinorum officiorum celebratione ad Dei laudem augeatur libenter intendimus et ut id facilius subsequatur ea ecclesiis et Capellis ipsis pro augmento distributionum quotidianarum ac personarum illis in divinis huiusmodi deservientium libenter concedimus que eorum commoditatibus fore conspicimus opportuna Hinc est quod nos Collegio capellanorum cantorum et ministrorum Capelle Regie Ulixbonensis ut ipsi capellani cantores et ministri commodius sustentari valeant de alicuius subventionis auxilio providere volentes ipsosque capellanos cantores et ministros ac eorum singulos a quibusvis excomunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis si quibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium duntaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes eidem Collegio ac illius nunc et pro tempore existentibus capellanis cantoribus et ministris pro augmento distributionum quotidianarum dicte Capelle inter eosdem capellanos cantores et ministros dividi solitarum pensionem annuam et perpetuam ducentorum et quinquaginta scutorum ad rationem decem regalium pro quolibet scuto huiusmodi summam ducentorum ducatorum auri de Camera vel circa constituentium super parrochialis ecclesie abbatie nuncupate Sancti Michaelis de Pera Lamacensis diocesis que

[1] Archi. Nac., Maç. 10 de Bullas, num. 1.

curatori praefatis de pensione huiusmodi per eum tunc debita integre satisfactum aut alias cum eis super hoc amicabiliter concordatum fuerit preterquam in mortis articulo constitutus absolutionis beneficium nequeat obtinere Si vero per sex menses dictos triginta dies immediate sequentes sententiam ipsam animo quod absit sustinuerit indurato ex tunc effluxis mensibus eisdem dicta ecclesia perpetuo privatus existat illaque vacare censeatur eo ipso Quocirca dilectis filiis Curie Causarum Camere apostolice generali auditori ac decano ecclesie Ulixbonensis et officiali Ulixbonensi per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios faciant auctoritate nostra pensionem praefatam Collegio capellanis cantoribus et ministris seu procuratori praefatis iuxta reservationis constitutionis assignationis et decreti huiusmodi continentiam et tenorem integre persolvi Et nihilominus quemlibet ex Simone et successoribus praefatis quem huiusmodi excomunicationis sententiam incurrisse eis constiterit quoties super hoc pro parte capellanorum cantorum et ministrorum praefatorum fuerint requisiti tamdiu dominicis et aliis festivis diebus in ecclesiis dum maior inibi populi multitudo ad divina convenerit excomunicatum publice nuncient et faciant ab aliis nunciari ac ab omnibus arctius evitari donec Collegio capellanis cantoribus et ministris vel procuratori praefatis de dicta pensione tunc debita fuerit integre satisfactum ipseque excomunicatus ab huiusmodi excomunicationis sententia absolutionis beneficium meruerit obtinere contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis quibuscumque Aut si Simoni et successoribus praefatis vel quibusvis aliis communiter aut divisim ab eadem sit sede indultum quod ad prestationem vel solutionem pensionis alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici suspendi vel excomunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem Et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscumque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis reservationis constitutionis assignationis decreti voluntatis statuti et mandati infringere vel ei ausu temerario contraire Si quis autem hoc attentare presumpserit indigna-

tione vel dotatione seu privilegio apostolico cui non est hactenus in aliquo derogatum esse dignoscitur et quam nos hodie tunc per obitum illius ultimi possessoris extra Romanam Curiam defuncti aut alias certo modo vacante dilecto filio Ferdinando Novoes de Quiroga presbytero Mirandensis diocesis per alias nostras litteras conferri et assignari mandavimus prout in dictis litteris plenius continetur fructibus redditibus proventibus juribus obventionibus et emolumentis universis quorum tertiam partem pensio ipsa non excedit ut capellani cantores et ministri huiusmodi asserunt Collegio capellanis cantoribus et ministris praefatis vel eorum procuratori ad hoc ab eis speciale mandatum habenti per dictum Ferdinandum cuius ad hoc expressus accedit assensus et successores suos dictam ecclesiam pro tempore quomodolibet obtinentes annis singulis in civitate Ulixbonensi pro una videlicet in beati Joannis Baptiste et altera medietatibus pensionis huiusmodi in domini nostri Jesu Christi nativitatum festivitatibus integre ac sumptibus et expensis Ferdinandi et successorum praefatorum vigore tamen presentium nec alias alioquin presens reservatio nulla sit eo ipso persolvendam ac in usus et augmentum distributionum quotidianarum huiusmodi convertenda dicto Philippo Rege nobis super hoc supplicante apostolica auctoritate earundem tenore presentium reservamus constituimus et assignamus Decernentes pensionem prefatam illiusque reservationem huiusmodi ex quocunque capite vel ex quavis causa quantumvis legitima et juridica etiam ad instantiam Ferdinandi et successorum praefatorum ad minorem summam reduci annullari vel invalidari seu nullam et invalidam ac reducibilem dici et censeri vel allegari aut adversus illam quicquam opponi vel obiici seu attentari non posse ac irritum et inane si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari Et nihilominus Ferdinandum et successores praefatos ad integram solutionem pensionis huiusmodi Collegio capellanis cantoribus et ministris praefatis faciendam iuxta reservationis constitutionis et assignationis praefatarum tenorem perpetuis futuris temporibus fore efficaciter obligatos Ac volentes et eadem auctoritate statuentes quod ille ex Ferdinando et successoribus praefatis qui in dictis festivitatibus vel saltem infra triginta dies illarum singulas immediate sequentes pensionem praefatam per eum tunc debitam non persolverit cum effectu lapsis diebus eisdem excomunicationis sententiam incurrat a qua donec Collegio capellanis cantoribus et ministris vel procuratori praefatis de pensione huiusmodi per eum tunc debita integre satisfactum aut

alias cum eis super hoc amicabiliter concordatum fuerit preterquam in mortis articulo constitutus absolutionis beneficium nequeat obtinere Si vero per sex menses dictos triginta dies immediate sequentes sententiam ipsam animo quod absit sustinuerit indurato ex tunc effluxis mensibus eisdem dicta ecclesia perpetuo privatus existat illaque vacare censeatur eo ipso Quocirca dilectis filiis Curie Causarum Camere apostolice generali auditori ac decano ecclesie Ulixbonensis et officiali Ulixbonensi per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios faciant auctoritate nostra pensionem praefatam Collegio capellanis cantoribus et ministris aut procuratori praefatis iuxta reservationis constitutionis et assignationis ac decreti praedictorum continentiam et tenorem integre persolvi Et nihilominus quemlibet ex Ferdinando et successoribus praefatis quem huiusmodi excomunicationis sententiam incurrisse eis constiterit quoties super hoc pro parte capellanorum cantorum et ministrorum praefatorum fuerint requisiti tandiu dominicis et aliis festivis diebus in ecclesiis dum maior inibi populi multitudo ad divina convenerit excomunicatum publice nuncient et faciant ab aliis nunciari ac ab omnibus arctius evitari donec Collegio capellanis cantoribus et ministris vel procuratori praefatis de pensione huiusmodi tunc debita fuerit integre satisfactum ipseque excomunicatus ab huiusmodi excomunicationis sententia absolutionis beneficium meruerit obtinere contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis quibuscunque Aut si Ferdinando et successoribus praefatis vel quibusvis aliis comuniter aut divisim ab eadem sit sede indultum quod ad prestationem vel solutionem pensionis alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici suspendi vel excomunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem Et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscunque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis reservationis constitutionis assignationis decreti voluntatis statuti et mandati infringere vel ei ausu temerario contraire Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit

incursurum Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quarto Pridie nonas februarii Pontificatus nostri anno tertio decimo *(sic)* [1].

Bulla do papa Clemente VIII a Domingos, bispo eleito Fulsiculense

1605 — Fevereiro 7

Clemens episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Dominico electo Fulsiculensi Sincere devotionis affectus, quo nos et Romanam revereris ecclesiam promeretur ut votis tuis quantum cum Deo possumus favorabiliter annuamus Hodie siquidem ecclesie Fulsiculensi tunc certo modo quem haberi voluimus pro expresso pastoris solatio destitute de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate duximus providendum preficiendo te illi in episcopum et pastorem prout in nostris inde confectis litteris in quibus voluimus quod postquam illas haberes expeditas ad praefatam ecclesiam te conferres, et apud illam personaliter resideres quodque extra tuas civitatem et diocesem Fulsiculensem pontificalia officia exercere nequires plenius continetur. Cum autem sicut accepimus tu ad dictam ecclesiam que in partibus infidelium Aphrice existit commode nequeas te conferre et apud illam personaliter residere Nos volentes te praemissorum meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratioso tuis in hac parte supplicationibus inclinati tibi quoad dictam ecclesiam accedere et apud illam personaliter residere minime tenearis Quodque postquam munus consecrationis susceperis in civitate et diocesi Goanensi duntaxat que valde ampla et vasta est de expressa licentia venerabilis fratris nostri Alexii et pro tempore existentis archiepiscopi Goanensis qui suffraganeum habere consuevit cum assignatione solitorum quingentorum cruciatorum monete Portugallie quos dictus Philippus Rex quotannis in illis partibus exolvi mandat exercere libere et licite valeas priori volun-

[1] Arch. Nac., Maç. 11 de Bullas, num. 14.

tate nostra praefata ac constitutionibus, et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis nequaquam obstantibus dicta auctoritate tenore presentium de speciali gratia indulgemus Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri indulti infringere vel ei ausu temerario contraire Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quarto, Septimo idus februarii Pontificatus nostri anno tertio decimo *(sic)* [1].

Bulla do papa Clemente VIII a Domingos Torrado, bispo eleito Fulsiculense

1605—Fevereiro 13

Clemens episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Dominico Torrado electo Fulsiculensi salutem et apostolicam benedictionem Apostolatus officium meritis licet imparibus nobis ex alto commissum quo ecclesiarum omnium regimini divina dispositione presidemus utiliter exequi coadiuvante Domino cupientes solicito corde reddimur et solertes ut cum de ecclesiarum ipsarum regiminibus agitur committendis tales eis in pastores preficere studeamus qui populum sue cure creditum sciant non solum doctrina verbi sed etiam exemplo boni operis informare, commissasque sibi ecclesias in statu pacifico et tranquillo velint et valeant auctore Domino in spiritualibus et temporalibus salubriter regere et feliciter gubernare. Sane ecclesia Fulsiculensis que in partibus infidelium Aphrice existit ad presens certo modo pastoris solatio destituta Nos verum et ultimum dicte ecclesie vacationis modum quem etiam si ex illo quevis generalis reservatio etiam in corpore juris clausa resultet presentibus pro expresso habentes, et ad provisionem eiusdem ecclesie celerem et felicem, ne illa longe vacationis exponatur incommodis paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam

[1] Arch Nac., Maç. 38 de Bullas, num. 7.

utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem Demum ad te ordinem fratrum Heremitarum Sancti Augustini professorem in presbiteratus ordine constitutum, et hodie in domo Goanensi dicti ordinis commorantem qui habes fidem a superioribus dicti ordinis de idoneitate ac commendaris de vita et moribus, et pro quo charissimus in Christo filius noster Philippus Portugallie et Algarbiorum Rex Catholicus de venerabilis frater noster Alexius archiepiscopus Goanensis nobis ad hoc per suas litteras humiliter supplicarunt cuique apud nos de religionis zelo, litterarum scientia, vite munditia, honestate morum spiritualium providentia et temporalium circumspectione aliisque multiplicum virtutum donis fide digna testimonia perhibentur direximus oculos nostre mentis Quibus omnibus debita meditatione pensatis de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta praefate ecclesie de ipsorum fratrum consilio apostolica auctoritate providemus teque illi in episcopum preficimus et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo firma spe fiduciaque conceptis quod dirigente Domino actus tuos praefata ecclesia regetur utiliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens curam et administrationem praefatas sic exercere studeas solicite fideliter et prudenter quod ecclesia ipsa gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam Tuque preter eterne retributionis premium nostram et apostolice sedis beneficium et gratiam exinde uberius consequi merearis. Volumus autem quod postquam presentes litteras habueris expeditas ad praefatam ecclesiam te conferas et personaliter resideas apud eandem quodque extra tuas civitatem et diocesim Fulsiculensem pontificalia officia nequeas exercere et antequam pontificalia officia huiusmodi exerceas et munus consecrationis susceperis fidem catholicam iuxta formam quam sub Bullis nostris mittimus introclusam profitearis alioquin provisio et prefectio praefate nulle sint dictaque ecclesia vacare censeatur eo ipso Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quarto Idus februarii Pontificatus nostri anno tertio decimo *(sic)* [1].

[1] Archi. Nac., Maç. 38 de Bullas, num. 7.

Breve do papa Paulo V ao Arcebispo de Goa

1606—Fevereiro 6

Paulus Papa v—Venerabilis Frater salutem et apostolicam benedictionem. Alias postquam per nostras sub plumbo expeditas literas inter alia castrum de Cranganor, olim Cochinensis dioecesis, a dicta dioecesi Cochinensi dismembraveramus, ac in illud sic dismembratam ecclesiam, Sedem tunc Episcopalem, nunc Archiepiscopalem Angamalensem dilectis filiis Capitulo Ecclesiae Angamalensis, ac omnibus et singulis eorum juribus, bonis, et ornamentis transtuleramus, per nos acceptis, qui tunc existens Episcopus Cochinensis sub quibusvis praetextibus dismembrationem, et translationem hujusmodi impedire tentabat, et propterea, et forsan aliis de causis inter eum et Archiepiscopum Angamalensem variae dissentiones, et controversiae cum censurarum ecclesiasticarum hinc inde promulgatione non sine magno populi scandalo exortae erant.

Nos praemissis obviare, et pro tempore existenti Archiepiscopo Angamalensi certam dioecesim assignare volentes, venerabili fratri Alexio, tunc Goanensi, nunc Bracharensi Archiepiscopo, et in ejus defectio, personae ecclesiasticae regimini Ecclesiae Goanensis interim praepositae, ac illo legitime impedito, dilectis filiis Vicariis Provincialibus Ordinum Fratrum Praedicatorum, et Fratrum Eremitarum Sancti Augustini per nostras etiam in simili forma brevis expeditas literas comisimus, et mandavimus, quatenus ipse Archiepiscopus Goanensis, seu persona ecclesiastica, aut in eventum praedictum dicti Vicarii conjunctim procedentes de praemissis se diligenter informarent, et adscito, si discordes fuissent, haereticae pravitatis Inquisitore in officio hujusmodi antiquiore, vel si ille abesset, alio similiter Inquisitore antiquiore in tempore immediate sequenti certam dioecesim, districtum et territorium praedictae Ecclesiae Angamalensi auctoritate nostra assignaret, et si ita eis expedire videretur, quaecumque loca ad dioecesim Cochinensem et Meliaporensem spectantia, etiam intus regiones ipsas existentia ab eisdem dioecesibus perpetuo dismem-

brarent, separarent, illaque sic dismembrata et separata cum incolis, et habitatoribus eorumdem praedictae Ecclesiae Angamalensi pro ejus dioecesi etiam perpetuo assignarent, necessariasque scripturas, et declarationes desuper facerent.

Ac propterea Archiepiscopo Goanensi, seu personae ecclesiasticae, aut Vicariis, et Inquisitoribus praedictis praemissa et quaecumque alia circa ea necessaria et opportuna faciendi, dicendi, gerendi, et exercendi, ac quae fecissent, dixissent, gessissent, et exercuissent sub censuris ecclesiasticis, et aliis penis eorum arbitrio imponendis et applicandis, executioni demandari et observari faciendi licentiam et facultatem dicta auctoritate concessimus, et impartiti sumus, prout in aliis nostris literis in forma brevis sub die tertia Decembris 1609 *(sic)* desuper expeditis, quarum tenor praesentibus pro expresso haberi volumus, plenius continetur.

Cum autem, sicut charissimi in Christo filii nostri Philippi Hispaniarum Regis Catholici nomine nobis nuper expositum fuit, dictus Alexius Archiepiscopus ad executionem literarum in forma brevis deveniens, maturis, et gravibus, diversisque tractatibus, et deliberatione praehabitis, ac vocatis vocandis suam diffinitivam sententiam desuper latam sub die 22 Decembris, quae ob non interpositam, seu intra legitima tempora non prosecutam appellationem transivit in rem judicatam, certam dioecesim, et districtum, ac territorium praedictae Ecclesiae Angamalensis assignaverit, dismembraverit, et separaverit, prout in dicta sententia, cujus tenor praesentibus haberi pro sufficienter expresso plenius dicitur contineri.

Cumque parum sit sententias ferre, nisi sit qui illas debitae executioni demandet. Idcirco nos justis ipsius Philippi Regis supplicationibus, desuper nobis humiliter porrectis inclinati, Fraternitatae Tuae per praesentes committimus et mandamus, ut ad executionem dictae sententiae juxta illius continentiam et tenorem dicta auctoritate procedas: contradictores quislibet et rebelles per sententias, censuras et poenas ecclesiasticas, aliaque opportuna juris et facti remedia compescendo, invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis.

Non obstantibus quatenus opus sit felicis recordationis Bonifacii Papae VIII praedecessoris nostri de una, et in Concilio Generali edita de duabus, dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate praesentium ad judicium non trahatur, ac omnibus illis, quae in nostris in forma brevis

expeditis literis praedictis volumus non obstare, caeterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris die 6 Februarii 1606. Pontificatus nostri anno II *(sic)* [1].

Breve do papa Paulo V a el-Rei

1606—Julho 21

Paulus Papa V—Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem.

Majestatis Tuae in nos et Apostolicam Sedem meritis inducimur ut ejus votis quantum cum Deo possumus libenter annuamus.

Cum itaque, sicuti accepimus, statutis, seu stabilimentis Militiarum Jesu Christi, Sancti Jacobi de Spata, et Sancti Benedicti de Avis Regni Portugalliae, quarum tu perpetuus Administrator Apostolica auctoritate deputatus existis, caveatur expressè, quod Milites dictarum Militiarum praeceptorias, commendas, vel alia beneficia consequi non possint, nisi prius integrum triennium in partibus Africae cum duobus servientibus contra infideles militaverint.

Tu vero animadvertens innumera damna, quae a rebellibus Majestatis Tuae insularum Hollandiae, et in Zelandiae classe per eos nuper instructa, mercatoribus aliis quae ex Indiarum partibus ad tua Regna et dominia Europae navigant, inferrentur, eorumdem piratarum conatibus obsistere, et unam, vel plures ad hunc effectum ingentes classes instruere intendas, et ut classes tuae militibus strenuis instruantur, cupis Apostolicae benignitatis auctoritate per nos indulgeri, ut milites qui in quarumque tua classe per quinquennium una cum duobus servientibus pro tempore militaverint, praeceptorias quasvis dictarum Militiarum perinde consequi valeant, ac si in Africae partibus per triennium militassent.

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 47, pag. 633.— *Sobrescrito:* Venerabili Fratri Christophoro Archiepiscopo Goanensi.

Nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, eidem Majestati Tuae concedimus et indulgemus ut quicumque Milites, qui in qualibet tua classe contra infideles tamen aut haereticos per quinquennium continuum tàm aestivo quàm hyemali temporibus cum duobus servientibus militaverint, quascumque dictarum Militiarum, et cujusvis earum respectivè commendas seu praeceptorias consequi et obtinere possint, et valeant perindè, ac si in Africa juxta praedicta statuta militassent.

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, ac dictarum Militiarum, etiam juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, stabilimentis, usibus, et naturis, privilegiis quoque indultis, et literis Apostolicis in contrarium praemissorum quomodolibet concessis, confirmatis et approbatis. Quibus omnibus et singulis, eorumque tenores praesentibus pro expressis, et ad verbum insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat specialiter, et expressè derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romae apud Sanctum Marcum die 21 Julii 1606. Pontificatus nostri anno secundo [1].

Bulla do papa Paulo V ao Vigario Geral de Lisboa

1606—Julho 24

Paulus episcopus servus servorum Dei dilecto filio Officiali Ulixbonensi salutem et apostolicam benedictionem Ex iniuncto nobis desuper apostolice servitutis officio circa quarumlibet personarum regularium statum curis intendentes assiduis illa eis libenter provisionis auxilia impendi mandamus que ad religionis propagationem et infidelium conversionem ac animarum salutem profutura cognoscimus et per que ipse persone regulares in suis necessitatibus congrue et decenter adiuvantur Dudum siquidem per felicis recordationis Pium Papam v predecessorem nostrum accepto pro fide Catholica tam in partibus Indiarum Brasilii et Guinea

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 47, pag. 541.

rum filiorum Provincialis Provincie ac Prioris et fratrum domus Sancti Dominici Ulixbonensis ordinis huiusmodi petitio continebat dum pecunie pro expeditione litterarum concessionis gratie predicte perquirerentur dictus predecessor rebus fuerit humanis exemptus ipsique fratres aliud Collegium magis insigne et eis commodum in civitate Ulixbonensi instituere pretenderent et alias ob eorum paupertatem litteras apostolicas super concessione gratie huiusmodi expediri facere non potuerint seu distulerint et propterea dicte uniones suum hactenus sortite non fuerint effectum dictum autem Collegium in prefata civitate Ulixbonensi de presenti institutum reperiatur ac in dicta civitate vigeat studium generale et una artium necnon alie quatuor theologie lectiones habeantur illiusque domus centum fratrum capax existat et nonnulli eorum temporibus debitis ad Indias pro infidelium conversione de superiorum suorum mandato se transferant ac exinde multos fructus referant ipsaque domus Ulixbonensis redditus ad sufficientem fratrum huiusmodi numerum qui onera predicta supportent congrue et decenter sustentandum non habeat pro parte Provincialis ac Prioris et fratrum domus huiusmodi asserentium fructus redditus et proventus Sancti Bartholomei super quibus una trecentorum Joanni Pinto da Cunha sexcentorum et quinquaginta et Sancti Joannis de Medin super quibus alia centum et sexaginta Emanueli de Beja trecentorum et viginti ac Sancti Michaelis super quibus reliqua pensiones annue octuaginta millium regalium monete Portugallie Sebastiano Madureira clericis dilectis filiis apostolica auctoritate reservate reperiuntur centum et octuaginta necnon Sancte Leocadie cuius ducentorum et octuaginta ac Sancti Cipriani trecentorum et quinquaginta ac Sancti Joannis de Miomãis ducentorum et viginti et Sancte Christine de Toutosa centum ac eiusdem Sancte Christine de Figueiro ducentorum et Sancti Laurentii parrochialium predictarum et illis forsan annexorum aliorum ducentorum ducatorum auri de Camera summam duorum millium et quingentorum ducatorum similium constituentes secundum communem extimationem valorem annuum non excedere nobis fuit humiliter supplicatum quatenus parrochiales ecclesias prefatas eidem domui Ulixbonensi perpetuo unire annectere et incorporare aliisque in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur Provincialem ac Priorem et fratres domus Ulixbonensis huiusmodi ac eorum singulos a quibusvis excomunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa

latis si quibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes necnon aliarum unionum dicte domui Ulixbonensi factarum tenores presentibus pro expressis habentes huiusmodi supplicationibus inclinati Discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus vocatis qui fuerint evocandi Sancti Bartholomei et Sancti Michaelis ac Sancte Christine de Toutosa necnon Sancti Laurentii et Sancti Cibronis seu Cipriani ac Sancte Christine de Figueiro et Sancte Leocadie ac Sancti Joannis de Miomãis et Sancti Andree de Medin ecclesias predictas eidem domui Ulixbonensi ex nunc prout ex tunc et e contra postquam et cum primum illas per cessum etiam ex causa permutationis vel decessum aut privationem seu quamvis aliam dimissionem vel amissionem illas ad presens obtinentium aut alias quibusvis modis etiam in mensibus quibuscunque etiam nobis et Romani Pontifici pro tempore existenti et sedi apostolice reservatis aut ordinariis Collatoribus etiam per constitutiones apostolicas pro tempore editas vel edendas seu litteras alternativarum aut alia privilegia et indulta concessis hactenus et imposterum concedendis simul vel successive vacare contigerit etiam si actu nunc quibusvis modis et ex illas ad presens obtinentium vel quorumvis aliorum personis seu per liberas eorumdem vel quorumvis aliorum resignationes de illis in Romana Curia vel extra eam etiam coram notario publico et testibus sponte factas aut constitutionem pie memorie Joannis Pape xxij etiam predecessoris nostri que incipit Execrabilis vel assecutionem alterius beneficii ecclesiastici quamvis auctoritate collati vacent seu earum aliqua vacet etiam si tanto tempore vacaverint quod earum collatio iuxta Lateranensis statuta Concilii ad dictam sedem legitime devoluta ipseque parrochiales ecclesie dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservate existant et super eis inter aliquos lis cuius statum et merita cause nominaque et cognomina Judicum et Collitigantium eorumque ac dictas ecclesias obtinentium aut quorumvis aliorum concessiones provisiones presentationes institutiones aliaque iura et titulos necnon verum et ultimum singularum ecclesiarum predictarum si omnes aut earum aliqua ad presens vacent vacationis modum etiam si ex illo quevis generalis reservatio etiam in corpore iuris clausa resultet presentibus haberi volumus pro expressis pendeat indecisa cum illis forsan annexis ac omnibus iuribus et pertinentiis suis universis auctoritate nostra perpetuo unias annectas et incorpores Ita quod si unionem annexionem et incorporationem huiusmodi per tę

vigore presentium fieri contigerit ut prefertur liceat modernis et pro tem— pore existentibus domus Ulixbonensis huiusmodi fratribus parrochialium ecclesiarum et annexorum iuriumque et pertinentiarum suorum omnium et quorumcunque predictorum corporalem realem et actualem possessionem per se vel alium seu alios eorum et domus Ulixbonensis huiusmodi nomine propria auctoritate libere apprehendere et apprehensam perpetuo retinere fructus quoque redditus proventus iura obventiones et emolumenta quecumque illarum et cuiuslibet illarum percipere exigere levare recuperare locare dislocare arrendare ac in domus Ulixbonensis et fratrum predictorum usus et utilitatem convertere diocesani loci vel cuiusvis alterius licentia desuper minime requisita Ac unam in Sancti Bartholomei et aliam in Sancti Michaelis ac aliam in Sancte Christine de Toutosa necnon aliam in Sancti Laurentii et aliam in Sancti Cibroni seu Cipriani ac aliam in eiusdem Sancte Christine de Figueiro et aliam in Sancte Leocadie ac aliam in Sancti Joannis de Miomãis et reliquam perpetuas vicarias de quibus occurrente earum vacatione previo examine per concursum iuxta formam Concilii Tridentini provideri debeat reservationibus et affectionibus apostolicis semper salvis in Sancti Andree parrochialibus ecclesiis predictis eadem auctoritate nostra etiam perpetuo sine alicuius preiudicio erigas et instituas necnon tot proprietates et bona stabilia ab eisdem parrochialibus ecclesiis et reliquis earum bonis quorum singulorum valor ad centum ducatos auri de Camera similes annuatim iudicio Ordinariorum ascendat similiter perpetuo dicta auctoritate nostra dismembres illaque sic dismembrata eisdem vicariis sic erectis et earum singulis pro tot presbyteris vicariis in dictis parrochialibus ecclesiis qui illarum parrochianorum animarum curam exerceant etiam perpetuo applices et appropries Decernendo presentes litteras semper et perpetuo validas et efficaces existere suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere illasque sub quibusvis similium vel dissimilium gratiarum revocationibus suspensionibus derogationibus aut aliis contrariis dispositionibus etiam per quascunque constitutiones apostolicas vel Cancellarie apostolice regulas etiam per nos et successores nostros Romanos Pontifices etiam motu simili et consistorialiter ac sub quibuscunque tenoribus et formis ac cum quibusvis clausulis et decretis pro tempore etiam in crastinum assumptionis cuiuscunque Romani Pontificis ad summi Apostolatus apicem factas et concessas etiam unionum aliarumque similium gratiarum effectum non sortitarum revocatoriis non comprehendi nec comprehensas esse vel

per te earundem presentium vigore fieri contigerit ut prefertur dicte parrochiales ecclesie debitis non fraudentur obsequiis et animarum cura huiusmodi nullatenus negligatur sed earum congrue supportentur onera consueta Datum Rome apud Sanctum marcum anno Incarnationis Dominice Millesimo sexcentesimo sexto nono kalendas augusti Pontificatus nostri anno secundo [1].

Breve do papa Paulo V

1608 — Junho 11

Paulus Papa v—Universis et singulis praesentes litteras inspecturis salutem etc. *(sic)* Sedis Apostolicae providentia circumspecta, quae ratione suadente aliquando decrevit, experientia deinde comperto mutatione indigere nonnumquam immutat, prout re maturè discussa in Domino iudicat expedire. Alias siquidem felicis recordationis Gregorius Papa xiii Praedecessor noster certis tunc expressis causis adductus per suas in simili forma brevis litteras sub datum die 28 Januarii 1585 Pontificatus sui anno decimo tertio omnibus Patriarchis et Episcopis etiam Provinciae Chinae et Japonis sub interdicti ecclesiastici, et suspensionis ab ingressu ecclesiae et Pontificalium exercitio, aliis vero sacerdotìbus, clericis et ministris ecclesiasticis tam saecularibus quam cuiusvis ordinis regularibus cuiuscumque status gradus ordinis et conditionis existerent sub excommunicationis maioris poenis ipso facto incurrendis interdixit et inhibuit ne ad easdem Regiones et Provincias Japonicas Evangelii praedicandi, vel doctrinam christianam docendi, aut sacramenta ministrandi, aliave munia ecclesiastica obeundi causa sine sua et Sedis Apostolicae expressa licentia proficisci auderent. Postmodum autem recolendae memoriae Clemens Papa viii similiter Praedecessor noster accepto quod tam Chinae et Japonum quam aliae illius vicinae et adiacentes insulae Regiones et Provinciae ac finitima Regna Indiae Occidentalis amplissima et populis refertissima erant, et pro tanta animarum multitudine ad fidem catholicam

[1] Arch. Nac., Collecção Especial, Caixa 14.

cogi, et compelli possent, prout in dictis Gregorii, ac praefati Clementis Praedecessorum desuper etiam in forma brevis sub datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 12 Decembris 1600 Pontificatus sui anno nono confectis litteris plenius continetur. Cum autem sicut ex insinuatione carissimi in Christo filii nostri Philippi Hispaniarum Regis Catholici accepimus experientia compertum sit, quod prohibitio accedendi ad Indias et civitatem Goanam aliàs quam per Lusitaniam nec qui sperabatur ex eo fructum protulit, neque Catholicae fidei propagationis negotio utilis fuit Nos pro pastoralis officii nostri debito ut tantum opus Dei, omni sublato impedimento liberè peragi possit, quantum humilitati nostrae ex alto conceditur providere volentes, dictarumque litterarum Gregorii et Clementis Praedecessorum tenores praesentibus pro expressis habentes, omnibus et singulis Mendicantium ordinum Magistris, Ministris, seu Prioribus generalibus, aut alio quocumque nomine nuncupatis ordinum capitibus nunc et pro tempore existentibus, ut cum necessitas postulaverit quoslibet ordinis sui spectatae vitae et eruditionis religiosos quos nimirum ad praefata officia et munia idoneos et utiles fore in Domino iudicaverint ad Superiores ordinum in illis partibus existentes etiam per aliam viam quam per Lusitaniam in Japonicas et alias illis proximas adiacentes et finitimas insulas Provincias et Regiones praedictas servata in reliquis dictarum litterarum Clementis Praedecessoris forma in omnibus et per omnia et non aliàs transmittere liberè et licitè valeant auctoritate apostolica tenore praesentium indulgemus, non obstantibus interdicto, et prohibitionibus ac litteris dictorum Praedecessorum aliisque praemissis, nec non Apostolicis ac synodalibus provincialibus et universalibus Conciliis editis specialibus vel generalibus constitutionibus et ordinationibus nec non praefatae Societatis Jesu, aliarumque Religionum, Provinciarum et Religionum praefatarum iuramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque indultis et litteris Apostolicis illis eorumque Praelatis superioribus et personis etiam particularibus sub quibuscumque tenoribus et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis ac irritantibus et aliis decretis etiam motu proprio et ex certa scientia ac de Apostolicae potestatis plenitudine in genere vel in specie, ac alias quomodolibet concessis approbatis, et innovatis. Quibus omnibus etiam si pro illorum sufficienti derogatione, alias de illis, eorumque totis tenoribus specialis specifica expressa et individua ac de verbo

tibi assignandum per dictum Nuntium duximus destinandum, ut ipsi Episcopi vel eorum alter illud tibi assignarent seu assignaret juxta formam, quam illis sub bulla nostra misimus introclusam, et a te nostro et Romanae Ecclesiae nomine fidelitatis debitae juxta formam, quam eis sub alia bulla nostra direximus, solitum reciperent, vel reciperet juramentum, prout in singulis nostris desuper sub plumbo expeditis literis plenius continetur. Cum autem sicut nobis nuper exponi fecisti, tibi valde laboriosum, et incommodum esset ob locorum distantiam ad dictos Episcopos pro recipiendo hujusmodi pallio accedere nobis idcirco humiliter supplicari fecisti, ut tibi in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur commoditati tuae, quantum cum Domino possumus consulere, teque specialibus favoribus, et gratiis prosequi volentes, et a quibusvis excommunicationis etc. *(sic)* censentes nec non singularum literarum praedictarum tenores praesentibus pro expressis habentes hujusmodi supplicationibus inclinati, de dilectorum filiorum nostrorum Roberti Sanctae Mariae in via Belarminii, ac Hieronimi Sancti Blasii de Annulo Pamphilii, nec non Joannis Garziae Sanctorum Quatuor Coronatorum titulorum Millinii Presbyterorum Cardinalium nuncupatorum, quibus hoc negotium examinandum commisimus, sententia, tibi ut a dilecto filio Archidiacono dictae Ecclesiae Angamalensis pallium praedictum, servata in reliquis omnibus praedictarum literarum forma tibi assignandum, recipere, nec non ipsi Archidiacono, ut illud tibi, ut petitur tradere libere et licite possitis, et valeatis, tenore praesentium licentiam et facultatem impartimur. Non obstantibus praemissis ac omnibus illis, quae in singulis literis praedictis voluimus non obstare. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 21 Martii MDCIX. Pontificatus nostri anno quarto [1].

[1] *Copia, na* BIBLIOTH. D'AJUDA, Sym. Lus., tomo 51, fol. 197.— *Sobrescrito:* Dilecto filio Francisco electo Angamalensi.

Breve do papa Paulo V

1609 — Julho 8

Paulus Papa v — Ad futuram rei memoriam. Accepimus non sine animi nostri molestia, religiosos qui Religionis Catholicae propagandae, et aliàs in vinea Domini laborandi causa ad Indiarum partes, et certas illius Provincias à suis superioribus delegantur, destinatas sibi Provincias, et loca non petere, verum vel in ipso itinere immorari, vel aliò deflectere, non sine religionis eiusdem dispendio, et salutis animarum detrimento; quare nos pro nostra pastoralis officii sollicitudine, omnium saluti intendentes apostolica auctoritate, tenore praesentium omnibus et singulis cuiuscumque ordinis et congregationis ac societatis regularibus personis, qui ad partes Indiarum ad fidem Catholicam praedicandam sive alia ecclesiastica ministeria exercenda, et in messem Domini operarii mittentur, sub excommunicationis poena ipso facto incurrenda praecipimus et mandamus, ut memores voti obedientiae per eos emissi ad eas Provincias et loca rectè se transferant, ad quae ab eorum superioribus missi fuerint, nec quovis praetextu absque eorumdem superiorum licentia legitimo tamen impedimento cessante in itinere immorentur, vel ad loca eis non destinata declinent, non obstantibus constitutionibus, et ordinationibus apostolicis, nec non ordinum, quorum illi professi fuerint, etiam iuramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque indultis, et litteris Apostolicis, illis, eorumque superioribus et personis sub quibuscumque tenoribus et formis in contrarium praemissorum quomodolibet concessis, confirmatis, et approbatis; quibus omnibus, et singulis eorum tenores praesentibus pro expressis, et ad verbum insertis habentes illis alias in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter et expressè derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Volumus autem, ut praesentium transumptis etiam impressis manu alicuius notarii publici subscriptis, et sigillo personae in dignitate ecclesiastica constitutae munitis eadem prorsus fides in judicio et extra adhibeatur, quae ipsis praesentibus adhiberetur, si fo-

rent exhibitae, vel ostensae. Praesentibus ad nostrum et Sedis Aposto-
licae beneplacitum duraturis. Datum Romae apud Sanctum Marcum di-
8 Julii 1609. Anno 5.° [1].

Breve de papa Paulo V

1609 — Dezembro 3

Paulus Episcopus servus servorum Dei Ad perpetuam rei memo-
riam. Cum nobis notum esset non sine magno dolore venerabilem Fra-
trem Episcopum Cochinensem una cum Angamalensis sedis nonnullis
iconomis obsistere intentasse literis nostris Apostolicis sub plumbo, qui-
bus inter alia Cranganorensem arcem, et parochialem illius ecclesiam
cum omnibus et quibuscunque redditibus à Cochinensi dioecesi ad An-
gamalensem olim episcopatum nunc verò archiepiscopatum transferebа-
mus quam avulsionem et transmutationem ad aliam dioecesim venerabi-
lis Frater Cochinensis Episcopus impedire tentavit sub aliquo praetextu
undè quamplurimae inter utrumque Episcopum discordiae et controver-
siae exortae sunt ex utraque parte excommunicationibus et ecclesiasticis
censuris non sine magno subjecti populi scandalo promulgatis.

Nos qui hac eadem die alio hujus Apostolicae Sedis diplomate eam-
dem translationem et avulsionem confirmamus intentantes huic scandalo
opportune occurrere, et in posterum providere, ne similia aliquando jur-
gia exoriantur cupientesque Archiepiscopo Angamalensi et successoribus
certam dioecesim designare ac diffinire praedicti diplomati nostri teno-
rem pro expresso habentes praesentis virtute committimus, injungimus
et jubemus venerabili Fratri Goensi Archiepiscopo, et (illius defectu)
dilecto filio *(sic)* vel cuicumque qui Goanensem ecclesiam gubernaverit,
et si hic legitime impediatur dilectis filiis Vicariis Provincialibus Ordinum
Fratrum Divi Dominici, et Eremitarum Divi Augustini, ut venerabilis fra-
ter Archiepiscopus Goensis vel ecclesiastica persona substituta vel in di-
cto casu junctis Vicariis Provincialibus diligenter inquirant de hisce rebus,

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 194.

Non obstantibus supradictis nec nostra lege jure quaesito non tollendo, et aliis constitutionibus et Apostolicis statutis nec aliis moribus aut statutis Angamalensis, Cochinensis, et Meliaporensis Ecclesiae juramento, vel quacunque auctoritate etiam Sedis Apostolicae firmatis et sancitis. Nec obstantibus moribus, privilegiis, indultis, exceptionibus, immunitatibus, literis Apostolicis cujuscunque tenoris et formae quibuslibet clausulis, et exceptionibus confirmatis et concessis quae quomodocunque supradictis obstent (quarum tenorem pro sufficienter expressum haberi volumus, et earum vim quoad alia omnia stabilem ac ratam esse jubemus) ad hoc tamen derogamus, et irritam facimus si forte praesenti diplomati contradicat.

Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris 3 Decembris anno 1609. Pontificatus nostri anno 5 [1].

Breve do papa Paulo V

1611 — Agosto 12

Paulus Papa v — Ad perpetuam rei memoriam. In supereminenti militantis Ecclesiae specula, meritis licet imparibus, divina dispositione, praesidentes, ad universa orbis loca potissimum omnipotentis Dei misericordia per Catholicos Reges et Principes fidei Catholicae praedicationi, et introductioni patefacta aciem nostrae meditationis reflectimus, et ut in locis hujusmodi in dies magis plantetur, et plantata confirmetur Christi religio, eorumque incolae et habitatores propriorum Pastorum assistentia et regimine suffulti proficiant semper in fide, et operibus christianis, opem et operam libenter impendimus efficaces, prout eorumdem Regum exposcit devotio, nosque locorum et rerum circumstantiis maturè pensatis, ad fidei orthodoxae conservationem, et propagationem, animarumque salutem et profectum conspicimus in Domino salubriter expedire. Alias siquidem in partibus Indiarum Occidentalium cathedralis ecclesia Sancti Salvatoris Apostolica auctoritate erecta, et illi pro parte dioecesis, et cleri,

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 47, pag. 651.

ac populi Provincia de Pernambuco vulgo nuncupata concessa, et assignata fuit. Cum autem, sicut charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae et Algarbiorum Rex Catholicus nobis nuper exponi fecit, pro tempore existens Episcopus Sancti Salvatoris ob dictae Provinciae de Pernambuco distantiam, marisque incommodam, ac difficilem, et dispendiosam navigationem, piratarumque illic discurrentium periculum, curae, regimini, et administrationi sui gregis in dicta provincia consistentis, prout ejus pastorali officio incumbit, non sine illius salutis dispendio intendere nequeat; hincque incolae et habitatores dictae provinciae nec fidei doctrina, nec pie vivendi praeceptis instrui, nec si quid deliquerint corrigi ab Episcopo suo possint: et propterea si dicta Provincia de Pernambuco à praedicta ecclesia Sancti Salvatoris separaretur, et dismembraretur, illaque sic dismembrata et separata in vicariam, seu administrationem spiritualem Provinciae de Pernambuco nuncupandam pro uno vicario, seu administratore in spiritualibus Provinciae de Pernambuco nuncupando, qui inibi omnimodam spiritualem et ecclesiasticam, ac ordinariam, et quasi episcopalem jurisdictionem tam in foro interiori, quam exteriori haberet, et exerceret, erigeretur, et institueretur, ex hoc Provincia de Pernambuco hujusmodi profecto foelicioribus proficeret incrementis, illiusque cleri, et populi praedictorum saluti, et dictae fidei profectui, et exaltationi, divinique cultus incremento, et tot incommodis, et animarum periculis opportune consuleretur: quare idem Philippus Rex nobis humiliter supplicari fecit, quatenus eamdem provinciam ab ecclesia et dioecesi Sancti Salvatoris hujusmodi perpetuò separare, et dismembrare, ac inibi vicariam seu administrationem praedictam erigere et instituere, aliasque in praemissis opportunè providere dignaremur. Nos igitur, qui fidei cultum, et incrementum ac locorum quorumlibet salutarem directionem cum animarum christifidelium salute et spirituali consolatione intentis desideramus affectibus quascumque alias dismembrationes aliarum provinciarum et locorum ab ecclesia et dioecesibus praedictis hactenus Apostolica auctoritate factas praesentibus pro expressis habentes, hujusmodi supplicationibus inclinati, ad omnipotentis Dei laudem et gloriam, ac gloriosissimae ejus Genitricis Mariae, totiusquè Curiae Coelestis honorem, et ipsius fidei Catholicae exaltationem, dictam Provinciam de Pernambuco cum illius territorio, oppidis, villis, locis, necnon clero, populo, et personis, ac monasteriis, ecclesiis, collegiis, et piis locis, ac beneficiis ecclesiasticis saecularibus, et quorumvis ordinum regularibus ab ecclesia Sancti Sal-

vatoris et dioecesi praedictis perpetuò separamus et dismembramus ab omni jurisdictione, subjectione, superioritate, correctione, visitatione, et potestate pro tempore existentis Episcopi Sancti Salvatoris, ejusque vicariorum, et officialium, ac a solutione quorumcumque jurium eidem Episcopo, et dilectis filiis capitulo dictae ecclesiae Sancti Salvatoris per clerum, populum, et personas Provinciae de Pernambuco hujusmodi ratione subjectionis, jurisdictionis, superioritatis, aut visitationis, etiam dioecesis, ita quod de caetero praedictus Episcopus Sancti Salvatoris aliquam jurisdictionem spiritualem, praeterquam in his, quae sunt ordinis, ac demptis inferius expressis in oppida terminos, territoria, villas, et loca, ac clerum, populum, personas, monasteria, ecclesias, et loca pia, necnon beneficia sub separatione, et dismembratione hujusmodi comprehensa exercere, nec eadem beneficia, quae antea ipsius collationem, provisionem, institutionem, vel quamlibet aliam dispositionem pertinebant conferre, seu de illis etiam providere, aut alias disponere, vel fructus, redditus, proventus, jura, obventiones, et emolumenta per eum in Provincia de Pernambuco, illiusque terminis, territoriis, oppidis, villis, et locis praedictis ratione visitationis aut legis dioecesi percipere nullatenus possit dicta auctoritate etiam perpetuo eximimus, et totaliter liberamus, ipsamque Provinciam de Pernambuco sic dismembratam et separatam in vicariam, seu administrationem spiritualem Provinciae de Pernambuco nuncupandam pro uno praesbytero saeculari, vel cujusvis ordinis regulari vicario seu administratore in spiritualibus Provinciae de Pernambuco nuncupando in theologia, seu decretis graduato, vel aliàs praevio examine, seu judicio deputatorum Senatus Mensae Regiae Conscientiae et Ordinum Militarum, in quo quamplures viri tam saeculares, quam regulares literarum scientia, et virtute insignes reperiuntur, habili et idonei ad alios docendum approbato, ac per ipsum Philippum, et pro tempore existentem Portugalliae et Algarbiorum Regem perpetuis futuris temporibus, etiam hac prima vice liberè, nullius ad hoc requisito consensu, etiam ad tempus sibi bene visum deputando, et constituendo, qui deputationis, et constitutionis huiusmodi vigore, absque alia Romani Pontificis, vel Episcopi Sancti Salvatoris pro tempore existentium, aut cujusvis alterius confirmatione, approbatione, licentia, vel consensu, curam, regimen, et administrationem Provinciae de Pernambuco, et cleri et populi, tam christiani, quam gentilis, necnon oppidorum, terrarum et locorum in illius districtu, limitibus, terminis et locis praedictis consistentium habere, et inibi prae-

dicare et praedicari facere, gentilesque praedictos ad orthodoxae fidei cultum convertere, procurare, et conversos in eadem fide instruere, et confirmare, eisque baptismi gratiam, et confirmationis sacramentum impendere, et tam illis sic conversis, quam aliis omnibus fidelibus in Provincia de Pernambuco, ac illius oppidis, terris, villis, locis, territoriis, limitibus, et tam praedictis pro tempore degentibus, et ad ea declinantibus sacramenta ecclesiastica, et alia spiritualia munera, non tamen ea, quae sunt ordinis, ut praefertur, ministrare, et administrari etiam facere, et procurare, ac quaecumque beneficia ecclesiastica sub separatione et dismembratione huiusmodi comprehensa, et quae antea ad ipsius Episcopi Sancti Salvatoris collationem, provisionem, institutionem, seu quamvis aliam dispositionem pertinebant, conferre, et de illis disponere, ac in eis instituere calices, campanas, vestimenta, corporalia, et alia paramenta, et ornamenta consecrare, et benedicere, ecclesias, coemeteria, et loca ecclesiastica sanguinis, et seminis effusione, sive alias quomodolibet polluta, vel prophanata aqua per se ipsum benedicta reconciliare, ipsasque ecclesias, et loca sub Provincia de Pernambuco praedicta comprehensa, et illorum personas visitare, ac in illorum statum, regimen, statuta, consuetudines, vitam, ritus, mores, delicta, et disciplinam tam in capite, quam in membris inquirere, necnon Evangelicae et Apostolicae doctrinae, sacrorumque canonum, et generalium conciliorum decretis, et institutis inhaerendo, quaecumque mutatione, correctione, emendatione, punitione, revocatione, ac etiam ex integro editione indigere cognoverit, reformare, mutare, corrigere, punire, et etiam de novo condere, necnon beneficiales, matrimonialesque, et quascumque alias causas ecclesiasticas et civiles, ac ad forum ecclesiasticum quomodolibet pertinentes motas, et incheatas, ac interim movendas, cum earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis et connexis audire, decidere, et fine debito, prout juris fuerit, terminare, seu causas ipsas alii vel aliis idoneis modo et forma praedictis cum simili, vel limitata potestate pariter audiendas, decidendas, et terminandas delegare, ac denique plenam, meram, et omnimodam spiritualem et ecclesiasticam, ac ordinariam jurisdictionem, tam in foro interiori, quam exteriori habere, et eam, ac omnia alia, et singula quae pro tempore existens Episcopus Sancti Salvatoris in illis partibus hactenus habere, gerere, et exercere debuit, potuit, et convenit similiter, et pariformiter, nullaque prorsus differentia, exceptis tamen iis, quae, ut dictum est, sunt ordinis, prout divini cultus augmento, ac ipsorum cleri, et populi animarum saluti expe-

dire cognoverit, gerere, exercere, facere, et exequi, cum omnibus, et singulis aliis privilegiis, facultatibus, exemptionibus, libertatibus, jurisdictionibus, praeeminentiis, favoribus, gratiis et indultis, qui inde Ormuz et Mocambique, ac Cofala, necnon Maluco, aliisque provinciis et locis erectae administrationes, et illarum pro tempore deputati administratores similiter ordinariam, ut praefertur, jurisdictionem inibi habentes utuntur, potiuntur, et gaudent, ac uti, potiri et gaudere possunt, et poterunt, quomodolibet in futurum, auctoritate et tenore praedictis similiter perpetuo erigimus et instituimus. Decernentes praesentes literas nullo unquam tempore, ex quavis causa, etiam quod praedictus Episcopus Sancti Salvatoris, aut quomodolibet interesse habentes ad hoc vocati minimè fuerint, de subreptionis, vel obreptionis vitio, aut intentionis nostrae, vel quopiam alio defectu notari, vel impugnari, aut in jus, et controversiam vocari, nec contra illas restitutionem in integrum, reductionem ad terminos juris, aut quodvis aliud gratiae, vel juris remedium impetrari posse, nec causas, propter quas praemissa concessa fuerunt minimè verificare, nec ob id viribus carere, minusque sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revogationibus, limitationibus, suspensionibus, aut aliis contrariis dispositionibus, et eis in toto, vel in parte derogantibus, vel obviantibus, etiam à nobis et dicta Sede quomodolibet pro tempore emanatis nullatenus compraehendi, sed semper validas, et ab illis prorsus exceptas, et quoties illae emanabunt, aut sub eis quovismodo comprehendi viderentur, toties in pristinum, et eum, in quo antequam illae emanassent, statum restitutas, repositas, et plenariè reintegratas, ac de novo concessas esse, et censeri, et ad hoc, ut sub illis non compraehendantur, vim validi et efficacis contractus inter nos et dictam Sedem, ac Philippum, et pro tempore existentem Regem praedictum initi, et stipulati, et omni tempore suos plenarios et integros effectus sortiri: sicque per quoscumque judices ordinarios et delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, etiam Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales, sublata etc. *(sic)* attentare. Non obstantibus praemissis, et quibusvis Apostolicis, ac in provincialibus et synodalibus conciliis editis specialibus, vel generalibus constitutionibus, et ordinationibus, necnon dictae ecclesiae Sancti Salvatoris, etiam juramento etc. *(sic)* roboratis statutis, et consuetudinibus, ac fundatione, erectione, institutione, privilegiis quoque, indultis, et literis Apostolicis eidem ecclesiae Sancti Salvatoris, et illius Praesuli pro tempore existenti, ac praedictis capitulo, et aliis personis sub quibuscumque te-

noribus et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis, irritantibusque, et aliis decretis in genere, vel in specie, etiam motu proprio, et ex certa scientia, ac de Apostolicae potestatis plenitudine, ac etiam consistorialiter, vel alias quomodolibet concessis, confirmatis, et innovatis. Quibus omnibus, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, et individua, ac de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, ac forma in illis tradita observata, inserti forent, praesentibus pro sufficienter expressis, et ad verbum insertis habentes, illis etc. *(sic)* permansuris, hac vice dumtaxat specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Volumus autem, ac statuimus, et ordinamus, quod clerus, et populus, aliique incolae et habitatores tam sub per presentes erecta Provinciae *(sic)* de Pernambuco, quam de caetero, earumdem praesentium vigore erigendis vicariis, seu administrationibus praedictis compraehensi, et compraehendendi, in his, quae sunt ordinis, ut praefertur, ad praedictum Episcopum Sancti Salvatoris pro tempore existentem, habitis tamen à suis vicariis, seu administratoribus, ad id literis dimissoribus, recurrere teneantur, quodque Provincia de Pernambuco, et alii praesentium vigore pro tempore deputati vicarii, seu administratores ratione personarum suarum dumtaxat visitationi, correctioni, superioritati, et jurisdictioni praedicti Episcopi Sancti Salvatoris pro tempore existenti subsint, et à sententiis diffinitivis tantum, seu vim diffinitivam habentibus, et quarum gravamen per appellationem à diffinitiva reparari nequeat per ipsos vicarios, seu administratores, seu eorum officiales pro tempore latis appellationes ad eumdem Episcopum Sancti Salvatoris pro tempore existentem interponere, ipsarumque appellationum causa per eum cognosci, decidi, et fine debito, prout juris fuerit, terminari possint. Datum Romae apud Sanctum Marcum etc. *(sic)* die 12 Augusti 1611. Anno septimo [1].

[1] *Copia, na* Bibliotheca d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 52, fol. 73 v.

Carta d'el-Rei ao papa

1611 *(?)*

Muito santo em Christo Padre etc. Por estar vago o arcebispado de Evora por falecimento do Arcebispo Dom Diogo de Sousa (que Deus perdoe) que delle foi ultimo possuidor e cumprir muito ao serviço de Deus e ao bom governo espiritual daquela igreia provella logo de prellado que acuda as obrigacoes della e cumpra nisso inteiramente com a sua, e vendo como em Dom Jose de Mello Bispo de Miranda concorrem virtude letras e outras boas partes e calidades de que se pode ter por serto que dara de sy no governo do dito arcebispado a mesma satisfação com que procedeo no de Miranda de que se tem experiencia como tudo mais largamente constara dos papeis de sua abelitação o nomeo a Vossa Santidade pera o dito arcebispado e peco a Vossa Santidade por merce lhe aceite a renunciacão que faz do bispado de Miranda em mãos de Vossa Santidade e o proveja delle na forma que lhe propora mais particularmente de minha parte o meu agente o que receberei de Vossa Santidade em especial graca e merce Muito santo etc. [1].

Breve do papa Paulo V

1612—Janeiro 18

Paulus Papa v—Ad futuram rei memoriam. In beati Petri Principis Apostolorum solio nullis nostris meritis a Domino constituti, Ecclesiarum omnium tranquillitati ex qua divinus cultus suscipit incrementum, et animarum augetur salus ita invigilare tenemur, ut scandalis, et anima-

[1] *Minuta sem data, no* Arch. Nac., Collecç. de S. Vicente, Liv. 14, fol. 184.

lico, seu aliàs quomodolibet qualificata existerent, vel forent, alicui, seu aliquibus personis de genere, seu stirpe haebreorum descendentibus, ex paterna et materna linea vel earum altera usque ad septimum gradum inclusivè a tempore conversionis illorum computando originem trahentibus conferri, talesque personae ad illa eligi, praesentari, vel alias assumi, aut in eis institui nullatenus nullove modo possent, et aliàs, prout in ipsius Clementis praedecessoris in simili forma Brevis sub die xviij Octobris M. D. C. expeditis literis plenius continetur. Cum autem sicut dicti Philippi Regis nomine nobis nuper expositum fuit, ad publicam dictorum regnorum ecclesiarum quietem, et salutem non parum intersit ut etiam personis tàm secularibus, quàm regularibus ex haebreorum genere, seu stirpe descendentibus exercitium curae animarum tàm in secularibus, quam cuiusvis ordinis regularibus ecclesiis interdicatur. Idcirco nos eiusdem Philippi Regis supplicationibus nobis humiliter porrectis inclinati dictarum literarum tenores veriores presentibus pro expressis habentes, de consilio venerabilium fratrum nostrorum Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalium haereticae pravitatis generalium Inquisitorum hac nostra similiter perpetuo valitura constitutione statuimus, et ordinamus quod nullus ex haebreorum praefatorum genere, seu stirpe praefatis descendens in literis Clementis praefatis comprehensus usque ad septimum gradum inclusivè secularis, sive cuiusvis ordinis, vel militiae regularis in ecclesiis dictorum regnorum saecularibus, vel cuiusvis ordinis, aut militiae regularibus munus vicarii exercentis curam animarum etiam amovibilis sub quovis praetextu exercere, nec ad eam exercendam admitti possit, nec debeat districtè praecipiendo locorum ordinariis, ac monasteriorum, et regularium locorum regnorum huiusmodi praelatis, superioribus, et aliis ad quos spectat, ne contra presentis nostrae constitutionis tenorem personas ex haebreorum praefatorum genere seu stirpe descendentes usque ad septimum gradum inclusive ad exercendam curam animarum deputare audeant, seu praesumant. Decernentes presentibus literis per quascunque alias literas apostolicas etiam quasvis generales vel speciales etiam derogatoriarum derogatorias, aliasque efficaciores, et insolitas clausulas, ac irritantia, et alia decreta sub quibuscunque verborum formis concepta in se continentes nullatenus derogari, nec derogatum censeri, nisi in illis de impuritate generis, stirpis, et sanguinis personarum huiusmodi specialis mentio fiat: sicque in praemissis omnibus, et singulis per quoscunque judices ordinarios, et delegatos, etiam causarum palatii apostolici Auditores, et San-

Breve do papa Paulo V

1612—..... 21[1]

Paulus papa quintus ad perpetuam rei memoriam. Insuper eminenti militantis ecclesiae specula meritis licet imparibus divina dispositioni praesidentis ad universa orbis loca potissimum omnipotentis Dei misericordia per catholicos Reges et Principes fidei catholicae praedicationi et introductioni patefacta aciem nostrae meditationis reflectimus et ut in locis huiusmodi indies magis plantetur et plantata confirmetur Christi religio eorumque incolae et habitatores propriorum pastorum assistentia et regimine suffulti proficiant semper in fide et operibus christianis opem et operam libenter impendimus efficaces, prout eorundem Regum exposcit devotio Nosque locorum et rerum circunstantiis mature pensatis ad fidei orthodoxae conservationem et propagationem animarumque salutem et profertum conspicimus salubriter in Domino expedire. Alias siquidem in partibus Indiarum Orientalium metropolitana ecclesia Goanensis apostolica auctoritate erecta, et illi pro parte diocesis et cleri ac populi provincia sive districtus insulae de Mocambique vulgo nuncupatus concessus et assignatus fuit. Cum autem sicut charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae et Algarbiorum Rex Catholicus nobis nuper exponi fecit pro tempore existens archiepiscopus Goanensis ob dictae provinciae sive districtus insulae de Mocambique locorum infrascriptorum distantiam marisque incommodum ac difficilem et dispendiosam navigationem curae regimini et administrationi sui gregis in dicta provincia sive districtu locisque huiusmodi consistentis prout eius pastorali officio incumbit non sine illius salutis dispendio intendere nequeat hincque incolae et habitatores dictae provinciae sive districtus et locorum huiusmodi nec fidei doctrina, nec pie vivendi preceptis ita commode instrui nec si quid delinquerint corrigi ab archiepiscopo suo possint et propterea si dicta provincia seu districtus de Mo-

[1] *A 15 de Maio de 1612 acaba o anno 7.° do Pontificado de Paulo V, não pode ir pois a data alem de 21 de Abril.*

pulum ac personas provinciae sive districtus insulae de Mocambique huiusmodi ratione subiectionis superioritatis iurisdictionis aut visitationis etiam diocesis, ita quod de caetero praefatus archiepiscopus Goanensis aliquam iurisdictionem spiritualem praeterquam in his quae sunt ordinis ac demptis inferius expressis in oppida terminos territoria villas et loca ac clerum populum personas monasteria ecclesias et loca pia necnon beneficia sub separatione et dismembratione huiusmodi comprehensa exercere nec eadem beneficia, quae antea ad ipsius collationem provisionem institutionem vel quamlibet aliam dispositionem pertinebant conferre seu de illis etiam providere, aut alias disponere vel fructus redditus proventus iura obventiones et emolumenta per eum in provincia seu districtu insulae de Mocambique illiusque terminis territoriis oppidis villis et locis praefatis ratione visitationis aut legis diocesis percipere nullatenus possit dicta auctoritate etiam perpetuo eximemus et totaliter liberamus ipsamque provinciam seu districtum insulae Mocambique sic dismembratum et separatum in vicariam seu administrationem spiritualem provinciae seu districtus insulae de Mocambique nuncupandus pro uno presbitero saeculari vel cuiusvis ordinis regularis vicario seu administratore in spiritualibus provinciae seu districtus insulae de Mocambique nuncupando in theologia seu decretis graduato vel alias praevio examine seu judicio deputatorum senatus mensae regiae conscientiae et ordinum militiarum in quo quamplures viri tam seculares quam regulares literarum scientia et virtute insignes reperiuntur, habili et idoneo ad alios docendum approbato, ac per ipsum Philippum et pro tempore existentem Portugalliae et Algarbiorum Regem perpetuis futuris temporibus, et hac prima vice libere nullius ad hoc requisito consensu etiam ad tempus sibi benevisum deputando et constituendo qui deputationis et constitutionis huiusmodi vigore absque alia Romani Pontificis vel archiepiscopi Goanensis pro tempore existentium aut cuiusvis alterius approbatione confirmatione licentia vel consensu curam regimen et administrationem provinciae seu districtus insulae de Mocambique ac cleri et populi tam christiani quam gentilis, necnon oppidorum terrarum et locorum in illius districtu limitibus terminis et locis praefatis consistentium habere et inibi predicare et praedicari facere, gentilesque praefatos ad orthodoxae fidei cultum convertere provocare et conversos in eadem fide ministrare et confirmare eisque baptismi gratiam et confirmationis sacramentum impendere, et tam illis sic conversis quam omnibus aliis fidelibus in provincia seu districtu insulae de Mocambique ac illius oppidis terris

villis locis territoriis limitibus et tam praefatis pro tempore degentibus et ad ea declinantibus sacramenta ecclesiastica et alia spiritualia munera, non tamen ea quae sunt ordinis ut praefertur ministrare et administrari etiam facere et procurare ac quaecunque beneficia ecclesiastica sub separatione et dismembratione huiusmodi comprehensa, et quae antea ad ipsius archiepiscopi Goanensis collationem provisionem institutionem seu quamvis aliam dispositionem pertinebant conferre et de illis disponere, ac in eis instituere calices campanas vestimenta corporalia et alia paramenta et ornamenta consecrare et benedicere ecclesias coemiteria et loca ecclesiastica sanguinis et seminis effusione seu alias quomodolibet polluta seu prophanata aqua per se ipsum benedicta reconciliare ipsasque ecclesias et loca sub provincia seu districtu insulae de Mocambique huiusmodi comprehensa et illorum personas visitare ac in illorum statum regimen statuta consuetudines vitam mores ritus delicta et disciplinam tam in capite quam in membris inquirire, necnon evangeliorum et apostolicae doctrinae sacrorumque canonum et generalium conciliorum decretis et institutis in haerendo quaecunque mutatione correctione emendatione punitione revocatione ac etiam ex integro editione indigere cognoverit reformare mutare corrigere punire et etiam de novo condere, necnon beneficiales matrimonialesque et quoscunque alias causas ecclesiasticas et civiles ad forum ecclesiasticum quomodolibet pertinentes motas et inchoatas, ac interim movendas cum earum incidentibus emergentibus annexis et connexis audire decidere et prout iuris fuerit terminare seu causas ipsas alii vel aliis idoneis modo et forma praefatis cum simili vel limitata potestate pariter audiendas decidendas et terminandas delegare, ac denique plenam meram et omnimodam spiritualem et ecclesiasticam ac ordinariam iurisdictionem tam in foro interiori quam exteriori non tamen in his quae sunt ordinis ut praefertur habere et eam ac omnia et singula alia quae pro tempore existens archiepiscopus Goanensis in illis partibus hactenus habere gerere et exercere debuit potuit et convenit similiter et pariformiter, nullaque prorsus differentia exceptis tamen iis quae ut dictum est sunt ordinis prout divini cultus augmento ac ipsorum cleri et populi animarum saluti expedire cognoverit gerere exercere facere et exequi cum omnibus et singulis aliis privilegiis facultatibus exemptionibus libertatibus iurisdictionibus praeeminentiis favoribus gratiis et indultis qui inde Ormuzo et Mocambique ac Sofala necnon Maluco aliisque provinciis et locis erectae administrationes similiter ordinariam ut praefertur iurisdictionem inibi

habentes utuntur potiuntur et gaudent, ac uti potiri et gaudere possunt et poterunt quomodolibet in futurum auctoritate et tenore praefatis similiter perpetuo erigimus et instituimus. Decernentes praesentes literas nullo unquam tempore ex quavis causa, etiam quod praefatus archiepiscopus Goanensis aut quomodolibet interesse habentes ad hoc vocati non fuerint de subreptionis vel obreptionis seu nullitatis vitio aut intentionis nostrae vel quopiam alio defectu notari vel impugnari, aut in ius vel controversiam vocari nec contra illas restitutionem in integram reductionem ad terminos iuris aut quodvis aliud gratiae vel iuris remedium impetrari posse nec causas propter quas praemissa concessa fuerunt minime verificari, nec ob id iuribus carere minusque sub quibusvis similium vel dissimilium gratiarum revocationibus limitationibus suspensionibus aut aliis contrariis dispositionibus etiam eis in toto vel parte derogantibus vel obviantibus etiam a nobis et dicta sede quomodolibet pro tempore emanatis nullatenus comprehendi, sed semper validas et ab illis prorsus exceptas et quoties illae emanabunt aut sub eis quovis modo comprehendi viderentur toties in pristinum et eum in quo antequam illae emanassent erant statum restitutas repositas et plenarie reintegratas ac de novo concessas esse et censeri, et ad hoc sub illis non comprehendantur vim validi et efficacis contractus inter nos et dictam sedem ac Philippum et pro tempore existentem regem praefatum initi et stipulati, et omni tempore suos plenarios et integros effectus sortiri sicque per quoscunque judices ordinarios et delegatos etiam causarum palatii Apostolici Auditores etiam sanctae Romanae ecclesiae cardinales sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate iudicari et diffiniri debere ac irritum et inane si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus praemissis ac quibusvis apostolicis ac in provincialibus et synodalibus conciliis editis generalibus vel specialibus constitutionibus, necnon dictae ecclesiae Goanensis etiam iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus ac fundatione ac fundatione *(sic)* erectione et institutione, privilegiis quoque indultis et literis apostolicis eidem ecclesiae Goanensi et illius praesuli pro tempore existenti, et praefatis capitulo ac quibusvis aliis personis sub quibuscunque tenoribus et formis ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus et insolitis clausulis ac irritantibus, et aliis decretis in genere vel in specie etiam motu proprio et ex certa scientia, ac de apostolicae potestatis ple-

Carta d'el-Rei a Francisco Pereira Pinto

1613—Fevereiro 16

Lecenceado Francisco Pereira Pinto Eu ElRei vos envio muito saudar, por estar vago o bispado da cidade de Angra das ilhas Terceiras, por renumciação que delle tem feito nas mãos de Sua Sanctidade o Bispo Dom Jeronimo Teixeira, que foi promovido ao de Miranda, nomeo para elle a Sua Sanctidade a Dom Agostinho Ribeiro Bispo de Ceita e Tangere por nelle concorrerem as letras e mais partes necessarias para poder governar aquela igreja, com toda satisfação, como o tem feito na que atégora teve ha sua conta, como o escrevo a Sua Sanctidade. E asi vos encomendo e mando, que como esta receberdes, lhe deis a minha carta que sera com ella, de que se vos envia a copia, e lhe peçaes de minha parte, aia por bem de lhe aceitar a renumciação que faz do dito bispado de Ceita e provelo no das Ilhas na forma que se lhe propoem e com esta se vos envião com as provanças do dito Dom Agostinho, seus consentimentos, e os mais papeis necessarios para esta expedição, em forma bastante, e credito para o despacho das Bullas, no qual procedereis com todo cuidado e diligencia. E as enviareis com ella por duas vias dirigidas aos meus secretarios conforme a ordem que tendes, fasemdo para isso todos os officios convenientes. Escrita em Lisboa a 16 de Fevereiro de **1613.**— Rey. . . —Ho duque de Villahermosa—Conde de Ficalho.

Para o Agente de Roma [1].

[1] Arch. Nac., Collecç. de S. Vicente, Liv. 14, fol. 183.— *Sobrescrito:* Por ElRey: Ao lecenceado Francisco Pereira Pinto seu Agente em Corte de Roma.

dire, che queste provisioni appartenevano a lui in solidum per una provisione che aveva della mensa degli Officiali di Portogallo.

Per difendersi dalle violenze, che vorriano fare li Vescovi con censure, desidera un breve di esenzione, che in evento che non gli faccino giustizia in qualsivoglia causa, egli possa farlo notificar loro per qualsivoglia persona.

Che i suoi antecessori avevano brevi amplissimi da Sommi Pontefici predecessori, per li quali erano rispettati da Vescovi, ma si sono perduti nelle guerre de Giacchi.

Supplica che possa concertarsi col Vescovo e Capitolo sopra le decime, che averà da pagare ogni anno, e che possa presentare i canonici e dignità della sua catedrale, come fa nelle sue il Rè di Portogallo, del che fa istanza, perche sin'ora ha presentato, e presenta l'istesso Rè di Portogallo per un assegnamento che dà a detti canonici e dignità, la dove egli dà loro molto maggior somma, et avendo fatta istanza all'istesso Rè per la medesima presentazione, gli ha conceduto che la faccia, ma in suo nome, et avendolo rechiesto che restasse di dar la paga a suoi canonici il sudetto Rè se n'è contentato, ma vuole che tuttavia la presentazione si faccia a suo nome.

Che egli soffre molti mali trattamenti fattigli da portoghesi ecclesiastici e secolari, per non dar gusto ai Rè gentili, che lo tengono assediato, sperando, che sostentando la Santità Vostra la sua autorità, possano facilmente convertirsi i medesimi Rè gentili.

Che la religione cattolica patisce per mancamento di ministri, poiche i forastieri procurano di arrichirsi per ritornarsene subito alle case loro, onde rappresenta a Vostra Santità, che i religiosi da mandarsi in quelle parti siano i Mariani Carmelitani Scalzi, che vi andarono in tempo del Rè suo padre, e fecero molto frutto. E per ovviare che non s'ingerischino in quel che non devono, come fecero due Domenicani, desidera aver ordine da poterli contenere in officio, perche non eschino dagl'oblighi loro.

Supplica di una facoltà al Vescovo per breve di poter dispenzare sopra tutti i casi e difetti di persone eminenti, che vorrano promuoversi ad ordini sacri.

Di dispensare anco ne i gradi proibiti di consanguinità et affinità, e che la facoltà sia in modo, che il Vescovo non abbia a repugnare, ne meno se gli apre la porta al suo volere, ma che abbia a fare quello che Vostra Santità commandarà e dal Rè sarà richiesto.

Vescovo è stato un anno senza provederle, dicendo, che non son sue, e che egli non è suo Vescovo. Il che egli soffre per non alterar le cose.

Non finisce d'intendere di chi sia la messa di terza, poiche egli et il Rè di Portogallo pagano.

Che il Vescovo nella visita fù cosi rigoroso, che obligò giovanetti di quatordici anni, et altri idioti con pena di scomunica a rispondere à cose fuor d'interrogazione.

È rigoroso nelle condanne, e non porta rispetto ai capitolari, facendone condur sei in un giorno nelle carceri publiche. Non vi è capitolo, ne osserva loro i privilegii del concilio Tridentino. Gli ammonisce in publico, ancor stiano vestiti all'altare.

Tiene per nemici tutti i portoghesi e chierici che servono il Rè, e li minaccia di volerli trattare a suo modo, dicendo di aspettar parenti del Rè di Portogallo per mandargli fuori del regno.

Per non dare uno schiavo non volse comprare una misura di vino, del quale ci era necessità per la messa [1].

Bulla do papa Paulo V a el-Rei

1613—Julho 29

Paulus episcopus servus servorum Dei Carissimo in Christo filio Philippo Portugaliae et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratiae divinae praemium et humane laudis praeconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Praelatis presertim Pontificali dignitate praeditis oportuni favoris praesidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem venerabilem nostrum Augustinum episcopum Angrensem nuper Septensem et Tingensem a vinculo quo Septensi et Tingensi ecclesiis invicem unitis quibus tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et Apostolicae potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Angrensem certo tunc expresso modo pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus ipsumque

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 29, fol. 283.

rigat, et bona ecclesiae sibi commissae non solum gubernet utiliter sed etiam multimodis efferat incrementis Sane ecclesia Angrensis quae de jure patronatus carissimi in Christo filii nostri Philippi Portugaliae et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio apostolico, cui non est hactenus derogatum fore dignoscitur tunc ex eo quod nos pridem venerabilem fratrem nostrum Hieronimum episcopum Mirandensem olim Angrensem à vinculo quo dictae ecclesiae cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolicae potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Mirandensem tunc certo modo pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus praeficiendo ipsum eidem ecclesiae Mirandensi in episcopum et pastorem per translationem huiusmodi pastoris solatio destitutae nos ad provisionem eiusdem Angrensis celerem et foelicem ne illa longe vacationis exponatur incommodis paternis et sollicitis studiis intendentes post deliberationem quam de praeficiendo eidem ecclesiae Angrensi personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem demum ad te episcopum nuper Septensem et Tingensem invicem unitis hactenus laudabiliter praefuisti eamdem ecclesiam Angrensem scies voles et poteris auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernari duximus oculos nostrae mentis intendentes igitur tam praedictae ecclesiae Angrensi quam eius gregi dominico salubriter providere, te licet absentem a vinculo quo dictarum ecclesiarum Septensis et Tingensis quibus tunc praeeras tenebaris de consilio et potestatis plenitudine similibus absolventes, te quem praedictus Philippus Rex nobis ad hoc per suas literas praesentavit ad dictam ecclesiam Angrensem de pari consilio auctoritate praedicta transferimus, teque illi in episcopum et pastorem curam et administrationem ipsius ecclesiae Angrensis tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo liberamque tibi ad dictam ecclesiam Angrensem transferendi licentiam tribuendo, firma spe fiduciaque conceptis quod dirigente Domino actus tuos praedicta ecclesia Angrensis per tuae circumspectionis industriam et studium fructuosum regetur utiliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa. Volumus autem quod antequam regimini et administrationi dictae ecclesiae Angrensis te in aliquo immisceas in manibus dilectorum filiorum jurium Camerae Apostolicae debitorum collectori in regno Portugaliae commoranti ac Ulixbonensis et Angrensis ecclesiarum decanis professionem fidei catholicae juxta unam expresse facias ac fidelitatis debite solitum praestes juramentum juxta alteram for-

averà Vostra Signoria da travagliar'molto per questa parte in quel Regno, ma procurare di mantenere, et accrescere la medesima pietà, et obedienza, con quella desterità, e cura, che è propria della prudenza di lei, alla quale per perseverare il solito, non si è voluto pretermettere di dare questa breve istruzione.

Nel Regno di Portogallo quanto alla conservazione, et augumento della religione Cattolica, sogliono essere vigilantissimi gli Ordinarii, et il Tribunale della Santa Inquisizione, nel quale i ministri di questa Santa Sede non vi hanno che fare, se non quanto da Nostro Signore e dalla Sagra congregazione qui del Santo Officio gli vien commessa qualche diligenza.

Nell'Indie come procedano le cose della Religione non è facile di averne avvisi, per esser'luoghi tanto remoti, e per l'impedimento che ci interpongono i ministri Regii se bene non si sà la caggione, poiche non mantenendosi quei popoli nella vera fede con buoni mezzi, che solo possono uscire da questa Santa Sede, ne succederà facilmente un'giorno qualche grande inconveniente, e rivolta, si havranno però le parti di Vostra Signoria da fare con desterità in buona congiuntura col Vice Rè, e con qualche diligenza, perche voglia far riflessione sopra questo negozio, e considerare attentamente, che quei Regni averiano bisogno di persona disinteressata da questa Santa Sede, non meno per servizio del Rè, che di quelle anime, e che l'autorità di Nostro Signore non è mai pregiudiziale, e con simile officio si ricordi anco à Monsignor di Capua di fare con Sua Maestà medesima, come si crede ch'avrà già fatto.

La missione de Padri Gesuiti in quelle parti dell'Indie è di non poco frutto, come hà mostrato l'esperienza più volte, ma pareva che i ministri principali del Regno di Portogallo, e Sua Maestà medesima per alcune sinistre relazioni non vi fusse troppo disposta, et ultimamente si ristringeva a i soli Padri della nazion portoghese, e di altri suoi Regni di Spagna, escludendone gl'italiani. Ma essendo stato rappresentato à Sua Maestà, che anzi la missione de Padri italiani è più necessaria di ogn'altra, come de Religiosi, che riescono di più diestra maniera nel trattare, e più prudenti, e conseguentemente più atti à fare in quelle parti il servizio di Dio era uscita risoluzione dal consiglio che vi si potessero mandare anco de Padri italiani della detta Compagnia di Gesù, con questa ristrettiva però, che fussero delli stati di Sua Maestà in Italia, e dello stato di Nostro Signore, se bene era nata dipoi speranza che fusse per concedersi indifferen-

temente per qualunque Padre della nazione italiana, atteso che il restringersi a quelli delli stati di Sua Maestà, e di Sua Beatitudine potesse esser'causa che si lasciassero addietro i megliori con pregiudizio dell'intenzione e fine, a chi si fà la detta missione, parendo molto conveniente che l'elezzione de sogetti si faccia da i loro superiori, che hanno sufficiente notizia delle qualità, et idoneità de i loro Padri, in qualunque luogo si dà parte à Vostra Signoria di quanto passa in questo negozio ad ogni buon'fine, et in specie perche alle occasioni secondo il bisogno possa trattarne col Vice Rè, et altri ministri Regii, et indurli à non opporsi, ma a facilitare simili missioni, delle quali ella dovrà intendersi con Monsignor Nunzio in Spagna, perche possa anche esso da quella parte muovere li suoi officii bisognando.

Doppo essersi detto brevemente quello che appartiene alla religione, si dice ora, che il maggiore e il più importante pensiero, che ella dovrà avere, sarà la diffesa, e il mantenimento della giurisdizione et immunità Ecclesiastica, stando attentissima sempre, che le usurpazioni di essa non creschino in suo tempo, anzi si tolghino via, e si rimuovino, à che sarà di non poco aiuto la publicazione in latino e volgare della bolla in coena Domini, la quale quando sia stata publicata per il passato, doverà procurare che si continui di publicarla secondo il solito, ricordando agli Ordinarii che faccino bene apparire per mezzo de confessori, e di altri l'importanza di detta bolla.

Dovrà spesso, e con prudente maniera inculcare agli Ordinarii quanto Sua Santità porti buona opinione de Vescovi, che aiutono e difendono la giurisdizione Ecclesiastica, e quanto sia disposta à protegerli e gratificarli nelle occasioni, e per l'opposito quanto si disgusti di quelli che l'impediscono, e la perturbano, insinuando loro quanto Sua Beatitudine sia sollecita di esser bene avvisata del proceder di essi in questa materia per distinguere in tutte le occorrenze i meritevoli dagl'altri. E perche s'intende che i medesimi Vescovi volentieri si avanzano, averà Vostra Signoria da stare oculata, che non si ingerischino nelle cose spettanti à questa Santa Sede, e che non s'impedischino l'esecuzioni delle provisioni Apostoliche, come dice che sogliono fare, almeno indirettamente dove sono interessati.

In tal proposito saprà Vostra Signoria che per far eseguire in Portogallo le provisioni Apostoliche non si ricerca l'exequatur Reggio, come vogliono che si faccia in Spagna, ma senz'altro si eseguiscono et i Ves-

covi se l'usurpano sotto varii pretesti, e di qui derivano gl'impedimenti e tardità come loro più piace.

Ma molto maggiore impedimento riceve la giurisdizione et immunità Ecclesiastica in quel Regno da i ministri Regii e magistrati secolari, i quali sotto pretesto di diverse costituzioni e consuetudini cercano di pregiudicarli quanto più possono, fomentando questa loro azzione con allegare privileggio prescritto per l'osservanza immemorabile, e per un breve di Gregorio XIII, delli quali se ne manda copia. Sarà però carico di Vostra Signoria di opporsi mostrando nelle occorrenze con raggione la vanità della pretensione per la parte loro, e che Gregorio XIII non averebbe mai approvato quelle consuetudini, per le quali si fosse violata la giurisdizione Ecclesiastica. In che se Vostra Signoria bisognando si farà intendere fondatamente, et in specie con alcuni stimati valent'uomini nell' università di Coimbra, da quali s'intende che dipendono in gran parte le opinioni de ministri Regii, guadagnando questa per se, potrà alla giornata facilitare assai la conservazione della giurisdizione Ecclesiastica per mezzo dell'autorità loro con li ministri secolari, ma ciò convien di fare et operare com molta prudenza e destrezza.

Contro quelli, che impetrano beneficii in questa corte senza sodisfazione del Rè, sogliono da certo tempo in quà i ministri Regii disnaturarli, a che doverà Vostra Signoria opporsi vivamente, nascendo nuovi casi, ad uno inconveniente si grande, per il quale si viola la libertà Ecclesiastica, e s'incorre in gravissime censure.

Le azzioni de cristiani nuovi, essendo state rappresentate quà dagl' Ordinarii, e dai ministri Regii per molti sospetti di poca sincerità verso la Religione Cattolica diede occasione a Sisto Quinto di escluderli per breve dagl'ordini e benefizii, il qual breve è stato poi confermato da Pontefici successori, i quali si sono nel breve medesimo serbata facoltà di dispensare, il che non si fà, se non con molta circospezzione, e causa, e di rado, et alle volte ad istanza de proprii Ordinarii, con tutto ciò, i ministri del Rè, e gli Ordinarii istessi per loro interesse si oppongono ben'spesso contro il provisto Apostolico, perche non conseguisca il possesso del benefizio con l'eccezzione che sia cristiano nuovo senza avvertire, che non possino in alcun'modo contradire alla dispensazione Apostolica, poiche oltre che il Papa retinet penes se majorem auctoritatem nelli detti brevi s'è riservato alla Sede Apostolica facoltà di dispensare, e si dice di più, che venendo contro tali dispensazioni perdono il privilegio, il che

gorio Decimo in quel Regno, ma in nessuno di detti quaranta capi, sopra i quali fu fondata la concordia, si fà menzione alcuna che si dia facoltà al Rè Don Dionisio, ò suoi successori di far simili proibizioni agli Ecclesiastici, ma si tratta d'altre materie, et aggravii, anzi in detto registro si trova un breve di Papa Gregorio Nono diretto al Rè di Portogallo, dove si ammonisce quel Rè a non fare osservare simili leggi, l'esorbitanza delle quali è stata sempre esagerata da Monsignor Nunzio in Spagna, che però ottenne ultimamente che si soprasedesse all'esecutione di esse per un'altr' anno, et intanto scrive di far'continuamente officii opportuni per la totale rivocazione, come Vostra Signoria intenderà da lui medesimo.

L'editto è senza dubio dannabile, perche è diretto contro la libertà Ecclesiastica, e contrarissimo alle raggioni della Chiesa, e simili legge sono state condannate dal Concilio Lateranense celebrato sotto Innocenzo 3,° che fù uno delli più insigni concilii, che siano stati celebrati nella Chiesa di Dio, et il decreto di quel concilio si contiene nel capitolo primo in fine de Immunitate Ecclesiastica libro 6,° dove si dice chiaramente che non è lecito a secolari forzare gl'Ecclesiastici a vendere, e distraere i loro beni.

Questo istesso capo fù discusso, e ventilato molto nelle controversie, che si ebbero gl'anni addietro con la republica di Venezia, che aveva fatta una simil legge contro la libertà Ecclesiastica, e la Rota Romana, nella quale intervengono auditori di tutte le nazioni, la dichiarò concordemente nulla, et invalida, e che però giustamente si era proceduto alle censure contro detta republica, como appare da una decisione fatta, e sottoscritta di mano propria di tutti gl'auditori, che si conserva nel Archivio di Castel Sant'Angelo, i quali dissero conforme à una dottrina d'Estiense nel detto capitolo cum Laicis, seguitata communemente da canonisti, che quando in simili materie ci sia qualche inconveniente ò eccesso rispetto agli Ecclesiastici, si deve ricorrere al Papa per il rimedio, e per la provisione.

Monsignor Nunzio in Spagna, conforme all'ordine, che ne ebbe nella sua istruzzione ha messo più volte i suoi uffici appresso la Maestà del Rè, e ministri, perche l'editto sudetto pregiudiziale alla libertà Ecclesiastica, si rivocasse, e che pretendendosi da Sua Maestà che per i molti acquisti de beni stabili, che facevano le religioni in quel Regno, si recasse gran danno al publico, e facesse dedurre alla notizia di Sua Beatitudine i damni et inconveniente, e ricercasse rimedio dalla Santità Sua medesima, che sola ha legittima autorità di poterlo fare, con tutto ciò non si è fra qui presa risoluzione in Spagna di annullare e rivocare l'editto prefato, ma

e che si faccia osservare la riforma delle tasse fatte in tempo che l'Arci-duca Alberto vi era Cardinale Legato, le quali Monsignor di Sant'Angelo doppo molti richiami, fece publicare di ordine di nostro Signore, et hà fatto osservare sin qui, come hà anche dà far'lei.

Consiste avuta la Collettoria, per quel che appartiene alla giustizia nella cognizione delle causè, che per via d'appellazioni interposte da Vescovi, et Arcivescovi venghino al tribunale del Collettore, et intorno alle dette cause, e modo di commetterle Vostra Signoria si governerà secondo quel che dispongono i sacri canoni, et è stato sin qui osservato in quel tribunale.

Si dà ancora appellazione al tribunale della Collettoria dalle sentenze del Conservatore degl'ordini militari, che si dicono dell'Abbito di Cristo, di San Giacomo, e di San Benedetto de Avis, il qual Conservatore vien posto dal Rè Cattolico come Gran Maestro in virtù de privileggi Apostolici, e questo deve conoscere solamente le cause di manifesta violenza, che corrono trà persone laiche et Ecclesiastiche e detti cavalieri, e se bene gli antecessori di Vostra Signoria hanno avuto molto che fare con detto Conservatore, e Monsignor Caraccioli in specie fu sino necessitate di porre l'interdetto publico in Lisbona, per non volersi il Conservatore dare per inibito, ne obbedire alle provisioni del tribunale doppo aver'data sentenza, ad ogni modo l'antecessore di Vostra Signoria per evitare gl'inconvenienti trattò al principio del suo carico col signor Don Cristofaro di Mora all'ora Vice Rè, e col mezzo del Cancelliere maggiore del Regno si venne ad una concordia stabilita per scrittura, e sottoscritta dall'antecessore di Vostra Signoria, e dal Cancelliere, nella quale si dichiara espressamente che quando detto Conservatore avesse sentenziato doveva darsi subito per inibito, e trasmettere gl'atti senza potersi più intromettere in dette cause conforme al breve di Clemente VIII santa memoria spedito ad istanza di Sua Maestà dell'anno 1603, e così ancora da appellazione dalle sentenze di altri Conservatori de regolari, ma con questa occasione si dice à Vostra Signoria che ella non venghi mai a simili concordie, senza darne conto à Sua Santità, et aspettare ordine di quà.

E ben'vero che quanto alle cause civili, che vertono trà cavalieri e cavalieri è un'altro giudice particolare pure persona Ecclesiastica deputata medesimamente da Sua Maestà per privileggio Apostolico come Gran Maestro, e dalle sentenze di questo non si dà altrimente appellazione al tribunale della Legazia, ma ad un'altro tribunale detto della Mensa della

nascessero difficoltà, delle quali non potessero convenire fermarli, che non passino a rottura, scriverne à Madrid al Nunzio, e consultarne la Sede Apostolica, acciòche da simili controversie degl'Ecclesiastici non abbia à restare scandalizato il popolo, com'è avvenuto l'anno passato per causa di acerbe discordie nate frà l'Arcivescovo d'Evora et il presente Conservatore, che si fulminarono le censure l'un l'altro, se bene a quest'ora si ha il tutto per accomodato.

Si dirà ora degl'Arcivescovi e Vescovi di quel Regno, e del modo con che Vostra Signoria si averà dà regolare con essi loro.

In quel Regno congiunto con quello dell'Algarbe sono tre Arcivescovi con nove Vescovi suffraganei, oltre alli Vescovi dell'isola della Madera, dell'isole Tersere, di Capoverde, e dell'isola di San Tommaso, del Brasil, e di Cueta *(sic)*, e dai loro tribunali vanno le cause per appellazione a quello della Legazia per il suo corso. Saranno però le parti di Vostra Signoria di passare con loro ufficii amorevoli di persuasione, dove non avesse occasione manifesta di rigore, et in specie perche stiano alle loro residenze, visitino personalmente le loro diocesi, et adempischino il loro debito nelle funzioni episcopali, e nel servizio delle chiese, dove conseguentemente introduchino la riforma con l'esempio.

Resta a dire qualche cosa de regolari, e monasteri de monache del lor'ordine, che sono sottoposte al loro governo, della qual materia se le diranno alcuni disordini, che nascevano dalle varie interpretazioni, che si davano da dottori in Portogallo alli brevi di Sisto v, e Clemente viij sopra le riclamazioni, che facevano i religiosi circa l'invalidità delle loro professioni, di che avendo Monsignor di Sant'Angelo dato conto in congregazione sopra i regolari, e fatto istanza per la dichiarazione di quello, che si dovesse osservare in questa materia, poiche sempre che qualche religioso male affetto reciveva qualche penitenza, ò castigo, per sua colpa, ricorreva per il più a questo rimedio non senza gran scandalo e rilassazione della disciplina regolare, la Sagra Congregazione doppo aver'prima esaminato il caso con la solita accuratezza venne a risoluzione, che passato il quinquennio nessuno possa essere più ascoltato conforme alla determinazione del Sagro Concilio di Trento, risoluzione veramente santissima, e ricevuta in quel regno con straordinaria consolazione; ma è necessario, che se bene Vostra Signoria dalle facoltà, che se le danno avrà soprainten-denza in tutti le regolari di quel regno, di usare molta prudenza, e d'ingerirsi parcamente nelle cause loro, e senon quando il bisogno lo ricerca.

niera, e che difenda in questa, come anco in tutte le altre cose la sua giurisdizione, e le consuetudini, e li stili introdotti a favore di essa, avvertendo però a Vostra Signoria in questo proposito, che sebene Sua Santità desidera che detta giurisdizione si conservi, ama però, che il Ministro procuri con ogni studio di evitare le rotture, e che non sia posta la Santità Sua in necessità di rimedii rigorosissimi.

Appartiene anco all'officio di Vostra Signoria il mantenere non solo le raggioni della Camera sopra gli spogli nelli casi sopradetti, ma di fare in questa materia quel che hanno fatto li suoi antecessori in alcune isle, e luoghi verso l'Indie, di che lei potrà avere informazione dall'auditore del Nunzio di Spagna, che è stato lungo tempo in quel tribunale, e dall'Andreoli, i quali la potranno informare non solo di quello, ch'è stato fatto per il passato, ma anco del modo, che si è tenuto, non intendendo Sua Santità, che si faccino novità in quelle parti, ma si camini come si è fatto per il passato al presente.

L'esiggere quinquenni, e farne qualche rimessa a tempi debiti è particolar cura del Collettore, come anco l'esazzione di quel, che si deve alla Cruciata per la fabrica di San Pietro, che quanto abbi bisogno di danari lo mostra il lavoro di tanta spesa, che si fà continuamente, e Vostra Signoria può evitare *(sic)* in questo negozio la sua diligenza da se medesima, come quella, che ne è testimonio oculato, ma se le dire *(sic)* di più, che non solo avrà da procurare il pagamento dei termini, che corrono al suo tempo, ma dei decorsi ancora al tempo del suo antecessore, se non saranno già stati pagati, poiche restava la Camera Apostolica creditrice di buona somma, come meglio potrà intendere dall'Auditore Giulio Andreoli, e da Monsignor Nunzio in Spagna, che ne è similmente informato del tutto.

Presuppone Nostro Signore, che Vostra Signoria sia per valersi sempre d'Auditor forastiero, e non portoghese, con tutto ciò ha voluto che se le dia per avvertimento preciso, che non si vaglia mai per qualsivoglia capo di persona di quella nazione all'uffizio sudetto, anzi ne stia più tosto senza, e ciò per rispetti di grandissima considerazione, e consequenze, che non accade di riferirle quì.

S'assicura Sua Santità che al buon'esempio, che è per dare a questo regno Vostra Signoria sia per accompagnarsi ancora quello de suoi servitori, e d'ogn'altro, ch'ella averà seco, poiche ella vorrà, che siano simili a se, e diano buon nome e splendore alla sua casa, onorando la missione di lei a carico così principale, tuttavia ricorda Sua Beatitudine, che l'avere

loro occhio addosso, et il procurare, che non diano una minima offensione sarà parte laudatissima dell'accorgimento di Vostra Signoria.

Si consegnano a Vostra Signoria brevi di Nostro Signore, e lettere mie per Sua Maestà, signor Duca di Lerma, Padre Confessore, Monsignor Arcivescovo di Braga, Vice Rè di Portogallo, signor Conte di Salinas, et altri, et anco lettera mia per Monsignor Nunzio, che doverà essere la sua guida.

Se le danno anco due cifre, l'una da servirsene per scrivere quà le cose più segrete, l'altra da usare con Monsignor Nunzio in Spagna, e in casi simili.

Vada pur lietamente Vostra Signoria al suo viaggio, al quale Nostro Signore l'accompagna con la sua santa benedizione. Roma il primo Giugno 1614. Il Cardinale Borghese [1].

Bulla do papa Paulo V a el-Rei

1615—Fevereiro 16

Paulus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Hispaniarum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem venerabilem fratrem nostrum Sebastianum Episcopum Cochinensem nuper Sancti Thome de Meliapor a vinculo quo ecclesie Sancti Thome cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolvimus ac ad ecclesiam Cochinensem in Indiis Orientalibus tunc ex eo quod venerabilis frater noster Andreas Episcopus Cochinensis nuper regimini et administrationi dicte ecclesie Cochinensis cui tunc preerat in manibus nostris sponte et libere cesserat Nosque cessionem huiusmodi duxeramus admittendam Pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus ipsumque illi in Episco-

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 18, fol. 149.

pum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie Cochinensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Sebastianum Episcopum et dictam ecclesiam Cochinensem sue cure commissam habeas pro nostra et sedis apostolice reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Sebastianus Episcopus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi dicte ecclesie Cochinensi regimine possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quartodecimo Quartodecimo kalendas Martii Pontificatus nostri anno decimo [1].

Bulla do papa Paulo V a el-Rei

1615—Maio 18

Paulus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Mirandensi tunc per obitum bone memorie Hieronymi Episcopi Mirandensis extra Romanam Curiam defuncti Pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Joannis Electi Mirandensis nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate providimus ipsum illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris

[1] Arch. Nac., Maç. 37 de Bullas, num. 68.

inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Joannem Electum ac prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Joannes Electus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure Pastoralis officio possit Deo prosperari *(sic)* ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quintodecimo Quintodecimo kalendas Junii Pontificatus nostri anno decimo *(sic)* [1].

Bulla do papa Paulo V a el-Rei

1615 — Maio 18

Paulus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim Pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Sancti Thome de Meliapor tunc ex eo quod nos nuper venerabilem fratrem nostrum Sebastianum Episcopum Cochinensem olim Sancti Thome a vinculo quo dicte ecclesie cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes ipsum ad ecclesiam Cochinensem certo tunc expresso modo vacantem de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus preficiendo ipsum illi in Episcopum et Pastorem Pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Ludovici Electi Sancti Thome de fratrum eorundem consilio dicta auctoritate providimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem eiusdem ecclesie

[1] Arch. Nac., Maç. 30 de Bullas, num. 12.

Sancti Thome sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Ludovicum Electum et praefatam ecclesiam Sancti Thome sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Ludovicus Electus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure Pastoralis officio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo quintodecimo Quintodecimo kalendas Junii Pontificatus nostri anno decimo *(sic)* [1].

Carta d'el-Rei ao Conde de Castro

1615—Setembro 20

Illustre D. Francisco de Castro Conde de Castro, Duque de Taurisano del mi consejo, y mi Embajador en Roma.

En la flota de Nueba España del año pasado venieron a estos reynos fray Luis Sotelo descalço de la orden de San Francisco y un japon con cartas del Rey de Boju, uno de los tonos sujetos al Emperador de aquellos reynos, para Su Santidad, y para mi, y haviendoles oydo et visto-se sus pretensiones, y respondidoles a ellas lo que por agora a parezido mas conveniente al servicio de Nuestro Señor, havra veynte dias que partieron para essa corte romana a dar la ovediencia a Su Santidad y a postrar se a sus pies, y porque despues se ha reparado en que valiendose de vos podrian yntentar que Su Santidad les conceda algunas de las cosas que aqui se les han denegado, considerando que si con su plena potestad las concediese una vez, se podran seguir dello muchos ynconve-

[1] Arch. Nac., Maç. 24 de Bullas, num. 18.

nientes, a parezido preveniros con enviarvos relacion de los puntos sobre que pidieron resolucion con la respuesta que a cada uno dellos les mande dar, para que estando advertido de lo que ha pasado, en caso que a Su Santidad propongan, y supliquen algo de esto, lo impidais por los medios prudenciales, que de vos fio, porque conforme al estado, que las cosas de la christiandad tienen en aquellos reynos no se ha considerado por de sustancia su venuda, respeto de no haver sido con orden del Emperador sino del Rey de Bosu, y en lo demas que se les ofreziere, y mirare al bien espiritual de sus almas y no a las cosas de govierno que han yntentado, los ampareareis y patrocinareis como a gente estrangera de partes tan remotas, con cuya consideracion y por haverse aqui reducido a nuestra santa Fee, y recivido el bautismo los he honrrado y hecho merced, y de lo que en todo se hiziere me avisareis. De Burgos a xx de Septembre de 1615. Yo el Rey [1].

Breve do papa Paulo V a Christovam, arcebispo de Goa

1616—Fevereiro 6

Paulus papa v. Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem. Alias postquam per nostras sub plumbo expeditas literas inter alia castrum de Cranganor olim Cochinensis diocesis a dicta diocesi Cochinensi dismembraveramus ac in illud sic dismembratum ecclesiam sedem tunc episcopalem nunc archiepiscopalem Angamalensem dilectis filiis capitulo ecclesiae Angamalensis ac omnibus et singulis eorum juribus bonis et ornamentis transtuleramus per nos acceptum qui *(sic)* tunc existens episcopus Cochinensis sub quibusvis pretextus dismembrationem et translationem huiusmodi impedire tentabat, et propterea et forsan aliis de causis inter eum et archiepiscopum Angamalensem variae dissensiones et controversiae cum censurarum ecclesiasticarum hinc inde promulgationi non

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 29, pag. 197.—*Sobrescrito:* Al illustre Don Francisco de Castro, Conde de Castro Duque de Taurisano del mi consejo y mi Embajador en Roma. ElRey.

sine magno populi scandalo exortae erant Nos praemissis obviare, praefatoque et pro tempore existenti archiepiscopo Angamalensi certam diocesim assignare volentes venerabili fratri Alexio tunc Goanensi nunc Bracharensi archiepiscopo et in eius defectu persone ecclesiastici regimini ecclesie Goanensi interim propositae, ac illo legitime impedito dilectis filiis vicariis provincialibus ordinum fratrum Predicatorum et fratrum Heremitarum Sancti Augusti *(sic)* per nostras etiam in simili forma Brevis expeditas literas commisimus et mandavimus quatenus ipse archiepiscopus Goanensis seu persona ecclesiastica aut in eventum praefatum dicti vicarii coniunctim procedentes de praemissis te diligenter informent et adjuto si discordes fuissent hereticae pravitatis inquisitore in officio huiusmodi antiquiore, vel si ille abesset alio similiter inquisitore antiquiore in tempore immediate sequenti certam diocesim et districtum territorium predictae ecclesiae Angamalensi auctoritate nostra assignarent, et si ita eis expedire videretur quaecunque loca ad diocesim Cochinensem et Meliapor spectantia etiam intus regiones ipsas existentia ab eisdem diocesibus perpetuo dismembrarent et separarent, illaque sic dismembrata et separata cum incolis et habitatoribus eorundem praedictae ecclesiae Angamalensi pro eius diocesi etiam perpetuo assignarent necessariasque scripturas et declarationes desuper facerent, ac propterea archiepiscopo Goanensi seu personae ecclesiasticae aut vicariis et inquisitoribus predictis premissa et quecunque alia circa ea necessaria et opportuna faciendi dicendi gerendi et exercendi, ac quae fecissent dixissent gessissent et exercuissent sub censuris ecclesiasticis et aliis penis eorum arbitrio imponendis et applicandis executioni demandari et observari faciendi licentiam et facultatem dicta auctoritate concessimus et impartiti sumus prout in aliis nostris literis in forma Brevis sub die tertia Decembris M. D. C. IX desuper expedictis, quarum tenor presentibus pro expressis haberi volumus plenius continetur Cum autem sicut carissimi in Christo filii nostri Philippi Hispaniarum Regis Catholici nomine nobis nuper expositum fuit dictus Alexius archiepiscopus ad executionem literarum in forma Brevis praefatarum deveniens maturis et gravibus diversisque tractatibus et deliberatione praehabitis, ac vocatis vocandis suam diffinitivam sententiam desuper latam sub die xxii Decembris 1610 que ob non interpositam seu intra legitima tempora non prosecutam appellationem transivit in rem iudicatam certam diocesim et districtum ac territorium predictae ecclesiae Angamalensis assignaverit dismembraverit et separaverit prout in dicta sententia, cuius

tenor presentibus haberi volumus pro sufficienter expressis plenius dicitur contineri Cumque parum sit sententias ferre nisi sit qui illas habitae executioni demandet idcirco Nos iustis ipsius Philippi Regis supplicationibus desuper nobis humiliter porrectis inclinati fraternitati tuae per presentes commictimus et mandamus ut ad executionem dictae sententiae iuxta illius continentiam et tenorem dicta auctoritate procedas contradictores quoslibet et rebelles per sententias censuras et penas ecclesiasticas aliaque opportuna juris et facti remedia compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis non obstantibus quatenus opus sit felicis recordationis Bonifacii papae octavi Predecessoris nostri de una et in concilio generali edita de duabus dietis dumodo ultra tres dietas aliquis auctoritate presentium ad judicium non contrahatur *(sic)* ac omnibus illis quae in nostris in forma Brevis expeditis literis predictis volumus non obstare caeterisque contrariis quibuscumque Datum Romae apud S. Mariam Maiorem sub anulo Piscatoris die sexta februarii 1616 Pontificatus nostri anno undecimo [1].

Breve do papa Paulo V a el-Rei

1616—Abril 12

Paulus Papa v—Charissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem. Allatum ad nos fuit magna sane cum animi nostri molestia venerabilem fratrem Episcopum Portugallensem affectum fuisse gravissimis injuriis, atque contumeliis a nonnullis ministris curiae saecularis in illa civitate, quarum te nescium esse plane nobis persuademus; certi enim sumus quod si Majestati tuae innotuissent, nunquam aequo animo tulisses tam gravem offensionem Deo in sacerdote suo factam. Novimus eximium tuae pietatis zelum, et quod non ignoras, dixisse Dominum Nostrum discipulis suis, quorum vices Episcopi in terris gerunt, qui vos spernit me spernit, sicut et alibi scriptum est, qui vos tangit tangit pupillam oculi mei; propterea mandavimus venerabili fratri Antonio Ar-

[1] *Inserto num transumpto authentico, no* Arch. Nac., Maç. 13 de Bullas, num. 9.

chiepiscopo Capuano Nuncio nostro Apostolico ut diligenter Majestatem tuam de omnibus certiorem faceret, nostroque nomine a te peteret, ut cum haec omnia patrata fuerint gravissimo ac publico cum scandalo, mandare velis, ut delinquentes ea ratione, ac modo corripiantur, ut exemplo illorum caeteri in posterum admoniti cavere debeant ab hujusmodi excessibus; quod à Majestate tua summa animi contentione, et pari fiducia in tua egregia pietate petimus, ut uberius noster Nuncius tibi declarabit, quae consueta humanitate audiri abs te cupimus, et Majestati tuae cum omni charitatis affectu nostram Apostolicam benedictionem impartimur. Datum Tusculi sub annulo Piscatoris pridie Idus Aprilis 1616. Pontificatus nostri anno undecimo [1].

Breve do papa Paulo V a Fernando, bispo de Faro

1616—Julho 4

Paulus Papa v—Venerabilis frater salutem, et apostolicam benedictionem. Cum officium generalis Inquisitoris contra haereticam pravitatem in Portugalliae, et Algarbiorum regnis per obitum bonae memoriae Petri olim episcopi Leyriensis vacaverit, et vacet ad presens; Nos quibus potissima, et summa cura est ut sancta fides catholica ubique floreat et augeatur, atque omnis haeretica pravitas è cunctorum mentibus depellatur, nostrae sollicitudinis studium diligenter adhibemur, ut qui a caula Dominici gregis diabolica fraude seducuntur ad eam, aspirante Domino reducantur, vel si in eorum damnato proposito, et obstinato animo pertinaciter perseverare contendant, ita debita animadversione puniantur ut eorum poena aliis transeat in exemplum, ac sollicite providentes, ne propterèa in dictis regnis eadem sancta fidei aliquam iacturam, aut gravia inde damna sustineat in perniciem animarum christifidelium, et dispendium salutis aeternae, de praeficiendo in locum dicti Petri episcopi huic muneri ecclesiastici ordinis viro, religione, prudentia, atque experientia

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Collecç. Geral, Tomo 143, num. 34.— *Sobrescrito:* Charissimo in Christo filio nostro Philippo Hispaniarum Regi Catholico.

prestanti sollicite cogitantes, ad fraternitatem tuam de cuius doctrina, fide, pietate, et catholicae fidei zelo fidedigna apud nos testimonia perhibentur mentis nostrae aciem convertimus, firma spe freti, te precipuum hoc munus, dirigente Domino, consilia et actiones tuas ad ipsius gloriam, et catholicae fidei exaltationem, atque ad populorum charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae, et Algarbiorum Regi Catholico subditorum salutem feliciter obiturum. Motu igitur proprio, et ex certa nostra scientia, et deliberatione te in praefati Petri episcopi locum apostolica auctoritate tenore presentium Generalem Inquisitorem adversus omnem haereticam, et apostaticam à sancta fide christiana pravitatem in Portugalliae, et Algarbiorum, et ab eis dependentibus regnis, principatibus, ac dominiis eidem Philippo regi mediatè, vel immediatè subiectis, cum potestate, et auctoritate contra omnes, et quoscunque haereticos, et quibusvis haeresibus et erroribus infectos, ac eorum, et cuiuscunque damnatae haeresis sectatores, et dogmatistas, atque ab eadem sancta fide apostatas etiam defunctos, et eorum memoriam, necnon de haeresi, seu apostasia à fide suspectos, sortilegia, manifestam haeresim sapientia, divinationes, et incantationes, aliaque diabolica maleficia, etiam prestigia committentes, aut magicas, et negromanticas artes exercentes, illorumque credentes, sequaces, defensores, fautores, et receptatores, vel eis opem, auxilium, consilium, vel favorem directè vel indirectè, publicè, vel occultè prestantes, atque eorum libros, et scripta ementes, legentes, et retinentes cuiuscunque status, gradus, conditionis, dignitatis, et praeeminentiae existant, tàm laicos quàm ecclesiasticos saeculares, et cuiusvis ordinis regulares, ac in aliis causis de iure, vel consuetudine ad officium Inquisitionis spectantibus, et pertinentibus per te, vel alium, seu alios, prout iuris fuerit inquirendi, procedendi, et exequendi, seu inquiri, procedi, et exequi faciendi, contradictores quoslibet, et rebelles, ac tibi in praemissis non parentes per censuras ecclesiasticas, ac alias poenas etiam pecuniarias, ac alia iuris, et facti remedia opportuna compellendi, compescendi, coercendi, mulctandi, et puniendi, atque in his, et praefatis omnibus, et singulis, si, et quoties opus fuerit auxilium brachii saecularis invocandi, et implorandi. Praetereà in quibusvis civitatibus, et diocesibus regnorum, principatuum, et dominiorum praefatorum unum, vel plures dictae haereticae, et apostaticae pravitatis Inquisitores, providos, et idoneos, ac bonae famae et sanae conscientiae viros catholicae fidei zelo, doctrina, et experientia pollentes cum simili, vel limitata potestate, necnon dicti officii

consiliarios, procuratores, tabelliones, et alios ministros, et officiales opportunos quoties tibi placuerit per te, vel alium, seu alios instituendi, et deputandi, ac tàm hactenus institutos et deputatos per dictum Petrum episcopum, et alios quoscunque quam etiam per te instituendos, et deputandos quandocunque tibi videbitur revocandi, et amovendi, aliosque in eorum locum subrogandi, et substituendi, illos visitandi, ac de gestis, et administratis ab eis rationem petendi, et exigendi, ac quos culpabiles in officiis eis commissis repereris iuxta excessuum, et delictorum qualitatem tuo arbitrio corrigendi, et puniendi, ipsasque per te perpetuo vel ad tempus impositas poenas in toto, vel in parte moderandi, et remittendi, ac quibuscunque judicibus, et personis quavis etiam episcopali, vel archiepiscopali dignitate fulgentibus quibus tibi inhibendum videbitur, etiam sub censuris ecclesiasticis, ac poenis etiam pecuniariis inhibendi, ac ipsos inobedientes in eas incidisse declarandi, aggravandi, et reaggravandi usque ad invocationem auxilii brachii saecularis inclusive, et ab eis postquam mandatis tuis paruerint, et obediverint, vel parere, et obedire promiserint absolvendi in forma ecclesiae consueta, ac omnia alia, et singula in praemissis et circa ea necessaria, et quomodolibet opportuna, necnon quae ad officium generalis Inquisitionis huiusmodi de iure, vel consuetudine pertinent, aut pertinere noscuntur faciendi, gerendi, exercendi, et exequendi auctoritate apostolica tenore presentium ad nostrum, et sedis apostolice beneplacitum creamus, facimus, constituimus, et deputamus, ita ut tu omnibus, et singulis honoribus, et oneribus, emolumentis, gratiis, facultatibus, privilegiis, indultis, praerogativis, superioritate, et praeeminentia, quibus alii Generales Inquisitores, qui pro tempore fuerunt, uti, et gavisi sunt, aut uti, frui, et gaudere poterunt, et consueverunt, uti, frui, et gaudere possis, et valeas, statuentes insuper appellationes seu provocationes, et recursus à quibusvis sententiis, et decretis per quoscunque Inquisitores dictorum regnorum, principatuum, et dominiorum, tàm à praefato Petro, seu ab aliis Inquisitoribus generalibus praedecessoribus tuis hactenus deputatos, quàm à te in posterum deputandos occasione praemissorum promulgatis, et promulgandis ac gravaminibus illatis, et inferendis ad te interponi, teque causas appellationum, seu provocationum, et recursuum huiusmodi unà cum omnibus, et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, et connexis per te, vel alios audire, cognoscere, et fine debito terminare posse, et debere, ac decernentes irritum, et inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel igno-

ranter contigerit attentari. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae viij, praedecessoris nostri de una, et in concilio generali edita de duabus dietis, et aliis apostolicis constitutionibus, et ordinationibus, ac etiam in provincialibus, et synodalibus conciliis editis generalibus, vel specialibus, ac statutis, et consuetudinibus etiam iuramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, privilegiis quoque indultis, et litteris apostolicis per praedecessores nostros quibusvis personis cuiuscunque qualitatis, gradus, ordinis, et conditionis existentibus, ac capitulis, collegiis, congregationibus, universitatibus, et confraternitatibus sub quibuscunque tenoribus, et formis concessis quibus omnibus illorum tenores presentibus, ac si ad verbum insererentur pro sufficienter expressis, et insertis habentes, hac vice dumtaxat specialiter, et expressè derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem quod infra sex menses à die quo tu officium huiusmodi exercere inceperis computandos regimini, et administrationi ecclesiae Pharaonensis in manibus nostris cedere omnino tenearis, alioquin dicta ecclesia vacet, et vacare conseatur eo ipso, quodque presentium literarum transumptis manu notarii publici subscriptis, et tuo, vel alicuius alterius personae in dignitate ecclesiastica constitutae sigillo munitis plena fides, ubique gentium, et locorum in iudicio, et extra aequè ac si ipsismet praesentibus adhibeatur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris die iiij Julii M. D. C. xvj. Pontificatus nostri anno duodecimo [1].

Bulla do papa Paulo V a el Rei

1617—Setembro 18

Paulus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum prelatis presertim pon-

[1] ARCH. NAC., Papeis varios do Santo Officio, (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 274.—*Sobrescrito:* Venerabili fratri Ferdinando Episcopo Faraonensi.

tificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Egitaniensis ex eo quod nos nuper venerabilem fratrem nostrum Alphonsum Episcopum Colimbriensem nuper Egitaniensem a vinculo quo dicte ecclesie cui tunc preerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes ipsum ad ecclesiam Colimbriensem certo tunc expresso modo vacantem de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus preficiendo ipsum illi in Episcopum et Pastorem Pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Francisci Electi Egitaniensis de fratrum eorundem consilio dicta auctoritate providimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie Egitaniensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Franciscum Electum et prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et apostolice sedis reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod ipse Franciscus Electus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure Pastoralis officio possit Deo propritio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo decimo septimo Quarto decimo kalendas Octobris Pontificatus nostri anno tertio decimo [1].

Bulla do papa Paulo V a el-Rei

1617 — Setembro 18

Paulus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium

[1] Arch. Nac., Maç. 17 de Bullas, num. 29.

acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem venerabilem fratrem nostrum Laurentium Episcopum Elvensem nuper Funchalensem a vinculo quo ecclesie Funchalensi cui tunc preerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes ipsum ad ecclesiam Elvensem tunc per obitum bone memorie Roderici Episcopi Elvensis extra Romanam Curiam defuncti Pastoris solatio destitutam de simili consilio apostolica auctoritate transtulimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie Elvensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis literis plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Laurentium Episcopum et prefatam ecclesiam Elvensem sue cure commissam habens pro nostra et sedis apostolice reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos tui favoris presidio prosequaris quod idem Laurentius Episcopus tue celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure Pastoralis officio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo decimo septimo Quarto decimo kalendas Octobris Pontificatus nostri anno tertio decimo [1].

Breve do papa Paulo V a el-Rei

1617 — Outubro 4

Paulus Papa v—Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Cogimur pastoralis officii nostri debito iterum alloqui Maiestatem tuam molesto illo genere litterarum quo te nondum annus est inviti allocuti

[1] Arch. Nac., Maç. 24 de Bullas, num. 21.

sumus, sed si tunc cum animi nostri angore id officium fecimus, nunc facere idem compellimur, testis est Dominus, etiam cum horrore, tantum enim excreverunt mala, ut nisi opportunum adhibeatur remedium, quod te facturum confidimus, horribilia Ecclesiae Christi in tuis Portugalliae et Algarbiorum Regnis non metuere non possimus, quod et ipsa Maiestas Tua, pro iis, quae divina bonitas tibi abundanter elargita est, christianae pietatis, honoris sui zeli, ac verae sapientiae donis, facile cognoscet, si rei gravitati excelsae mentis tuae intenderis considerationem, de causa libertatis et immunitatis ecclesiasticae in Regnis Portugalliae et Algarbiorum praefatis pessimè habitae, nos agere te intelligere non dubitamus, in iis enim Maiestatis Tuae judicum inaudita licentia non solum non cessat, sed eorum in dies magis grassantur excessus. Parum siquidem iis visum fuerat potestatem sibi sumere contra Episcopos, quos Deus constituit regere Ecclesiam suam, et legationem pro Christo fungi in terris, tanto saecularibus potestatibus sublimiores, quanto Apostoli Dei, quorum locum tenent, caeteros homines antecellunt: siquidem venerabilem fratrem Octavium Episcopum Forosemproniensem iurium et spoliorum Camerae Apostolicae debitorum Collectorem generalem, ne per delegatum, et Auditorem suum ecclesiasticum iudicium exerceret impedire non sunt veriti, et ut abissus abissum invocat, ne idem Octavius Episcopus et Collector defenderet iurisdictionem suam adversus illatum impedimentum, contra sacros canones, sacrorum conciliorum, et apostolicarum constitutionum decreta prohibere praesumpserunt extremae necessitatis adhibita verum famulis etiam clericis et beneficiatis in habitu et tonsura capiendis, aquam etiam et panem, vitaeque necessariorum omnium usum illi interdicendo, neque hic constitit praesumptio, commissum est etiam ut Ulixbonensis civitas plena omnium nationum videret domum Episcopi Apostolicae Sedis officialis tamquam hostis aut criminosi à satellitibus publicis indignissimè obsideri; nihili factus est excommunicationis gladius, nihili ecclesiasticum interdictum, sed cum magna afflictione fidelium, praesertim servorum Dei illud diù substinuerunt quae quantum religioni, quantum catholicorum nomini officiant, et quanto cum Maiestatis Tuae existimationis committantur detrimento, cuius insignis pietas, et eximia religio praedicatur in universo mundo, satis ipsa per se despicere potest quemadmodum etiam quantum scandalum fidelibus, ac Maiestati Divinae laesionem inferant, non ignoramus eos qui haec faciunt, iure à se fieri profiteri, communis enim haec est omnium transgressorum excusatio, sed vivit et

Breve do papa Paulo V ao Collector de Portugal

1617—Outubro 6

Paulus Papa v—Ad perpetuam rei memoriam. Ad audientiam Apostolatus nostri nono sine iusto et gravi cordis nostri dolore, pervenit, quod procedente nuper in causa ecclesiastica in civitate Ulixbonensi pro sui muneris auctoritate venerabilis fratris Octavii Episcopi Forosemproniensis jurium et spoliorum Camerae Apostolicae debitorum in Portugalliae et Algarbiorum Regnis Collectoris generalis Auditore, et Judice delegato cum pars altera ad judices saeculares temerè recursum habuisset, judices huiusmodi et postmodum alii pariter saeculares, non solum contra Auditorem praefatum, sed etiam contra eumdem Octavium Episcopum et Collectorem occasione dictae causae suis iniustis et invalidis decretis et mandatis contra immunitatem, ac libertatem ecclesiasticam attentatis, iurisdictionem pariter ecclesiasticam, et Sanctae Sedis apostolicae officialium perturbando et impediendo procedere praesumpserunt, et ad quoddam eidem ecclesiasticae libertati, et immunitati maximè adversans decretum devenerunt, per quod decreverunt ut Octavii Episcopi, et Collectoris huiusmodi, iumenta et illis servientes caperentur, nisi à servitio eius desisterent, et ne pecuniae suorum stipendiorum à Thesaurario Camerae Apostolicae ei solverentur, neque panis illi venderetur, et alia similia, unde in eius executionem factum fuit, ut non solum iumentum aquarii captum, et familiaris dicti Octavii Episcopi et Collectoris clericus beneficiatus in habitu et tonsura publicè à satellitibus, tamquam vilis malefactor violenter similiter captus, sed etiam domus eiusdem Octavii Episcopi et Collectoris ab iisdem satellitibus obsessa fuerint, spretis eiusdem Octavii Episcopi et Collectoris in sententiam excommunicationis, et alias ecclesiasticas censuras et poenas incursus declarationibus, et interdicti ecclesiastici appositione gravi cum scandalo totius civitatis, ac divinae Maiestatis offensa graviori. Quamobrem nos qui in sede Beati Petri, quamquam immeriti à Domino positi sumus, ne excessus huiusmodi, ac ecclesiasticae libertatis et immunitatis tam enormis violatio dissimuletur, et transeat in exemplum

quisita forma ad hoc servanda foret praesentibus pro plenè, et sufficienter expressis, et ad verbum insertis haberi volumus. Aut si praefatis, vel quibusvis aliis personis ab eadem sit sede indultum quod interdici etc. *(sic)* mentionem. Volumus autem quod praesentes litterae seu illarum exempla manu notarii publici subscripta, et sigillo alicuius personae in dignitate ecclesiastica constitutae munita, et ad valvas ecclesiae Ulixbonensis affixa ita omnes arctent, et afficiant, ac si unicuique personaliter intimata fuissent. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem, die 6ª Octobris 1617. Anno 13º [1].

Carta d'el-Rei ao papa Paulo V

1617 *(?)*

Molto santo in Cristo Padre e molto beato Signore etc. *(sic)* Ho ricevuto il breve della Santità Vostra intorno alle materie delli procedimenti di quelli miei Ministri del Tribunale della città Portugallense usorno con il Vescovo di essa per detto Vescovo non voler conferire la parochiale chiamata di Fandignannes a Don Giovanni de Sylva, essendo in essa presentato per il mio Vice patrono, al quale apparteneva, e me ne rincrebbe assai che detti Ministri porgessero occasione della quale la Santità Vostra pigliasse fastidio per il modo con che si portorno, e desiderando io assai che la Santità Vostra abbia molta sodisfazione di tutto quello che si fà in materie di giurisdizioni in tutti i miei regni ho fatto che in particolare questa si vedesse, e con la considerazione che la Santità Vostra racommandò, e per rispetto di ciò ho fatto fare la dimostrazione che conveniva con il Giudice principale che processe, e con i suoi corresponsali, avertendoli insieme che con tutta la integrità servassero il jus canonico e libertà ecclesiastica, perche l'intentione mia è che li Ministri secolari sodisfacendo con il debito suo nella osservanza della mia giurisdizione rispettino la osservanza ecclesiastica, talmente che avendo inteso li conviene non perdere la propria, abbiano anche saputo che ne per ciò hanno da

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 39, fol. 212.

traslaciare per qualsivoglia via di osservare a pieno quella della Santità Vostra. E perche nel excesso de Ministri del predetto Tribunale ho fatto fare quello che la ragione et obbligo mio richiedeva, ricordo alla Santità Vostra che in corrispondenza di ciò deve fare rimproverare al Vescovo d'introdurre nuovità rispetto alla mia giurisdizione Reale, e della osservanza di essa, poi l'intenzione che ebbe nelli suoi procedimenti fù il non ubbidire al decreto del Supremo Tribunale della Giustizia di Lisbona, contro il jus, concordati, stile, consuetudine, e privilegii di questi Regni.

Di più ricordo alla Santità Vostra che mi arrivorno molti lamenti delli Collettori, quali abusandosi della cortesia, con la quale sono trattati per essere Ministri della Santità Vostra contro il debito temperamento e santa intenzione della Santità Vostra, quale è il dovere che rappresentino in tutte le sue azzioni, si intromettono nella giurisdizione secolare senza alcun fondamento; e così supplico la Santità Vostra quanto so e posso per quello che conviene alla pace e concordia, nella quale i suoi Ministri conviene che mostrino quella che la Santità Vostra desidera, e tanto raccomanda fra fedeli cristiani, comandi li sia riprovato che intentino e pretendano usurpare la mia giurisdizione impedendo la buona amministrazione di essa, perche oltre li rispetti predetti la sperienza ha mostrato essere questo quello che più conviene al governo della giustizia, quiete de sudditi, et autorità della Santa Sedę Apostolica, e facendo la Santità Vostra questo officio per parte sua dando ad intendere esattamente il dispiacere che ha, di che per li ecclesiastici si dia occasione a simili disordini, con quelli che io ho fatto, e ne seguitarò a fare per la mia in quello che mi apparterrà, sia la Santità Vostra certo che ci sarà fra le due giurisdizioni buona corrispondenza e cessaranno molti altri inconvenienti, quali solamente per questo mezzo si possono prevenire e rimediare. Molto santo in Cristo padre etc. *(sic)* [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 33, fol. 134.

Este documento é precedido pelo seguinte titulo: Interpretazione della lettera della Maestà Cattolica per la Santità di Nostro Signore Papa Paolo v intorno alle giurisdizioni di Portogallo.

***A data deve ser** 1617 provavelmente, pois a carta do Nuncio em Madrid que participa ao seu Governo o modo por que el-Rei resolveu o negocio, e que vem a fol. 137 do mesmo volume, é de 17 de julho do dito anno.*

Carta d'el-Rei ao Papa

1620—Abril 10

Muito Santo em Christo Padre e muito bem aventurado Senhor, o vosso devoto, e obediente filho, Dom Phelipe por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guine, e da conquista, navegação e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. com toda a humildade envio beijar vossos santos pes. Muito Santo em Christo Padre e muito bem aventurado Senhor. Dom Alvaro d Atayde filho de Dom Antonio d Atayde, do meu Conselho, meu gentilhome da boca e capitão geral da armada da Coroa de Portugal tem cem mil reis de pensão sobre os frutos da igreja da Erra, que he dapresentação do Conde da Atalaya; e quarenta mil reis nos rendimentos do arcebispado de Braga; e porque hora entrou em religião tomando o habito dos Carmelitas Descalços, e Dom Antonio seu pay por sua qualidade e serviços he muy benemerito de todo o favor, e tem outros filhos em cujo beneficio sera justo que se conservem as pensões que Dom Alvaro havera de deixar; me pareceo pedir a Vossa Santidade (como o faço com toda a instancia) haja por bem de lhe conceder, que antes de fazer profissão, possa renunciar as mesmas pensões em favor de Dom Bernardo de Atayde, seu irmão, que he bacharel na faculdade de Canones, e collegial do collegio de S. Pedro da universidade de Coimbra, e sogeito em que esta graça será bem empregada. Muito Santo em Christo Padre e muito bem aventurado Senhor Nosso Senhor por largos tempos conserve a Vossa Santidade em seu santo serviço. Escrita em Madrid a 10 de Abril de 620.—ElRey [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., *Liv. mss.*, num. 1155, fol. 373.— *Sobrescrito:* Ao muito Santo em Christo Padre e muito bem aventurado Senhor Paulo Quinto por Divina Providencia hora Prezidente na universal Igreja de Deos.

Breve do papa Gregorio XV a el-Rei

1622 — Março 5

Gregorius XV — Charissime etc. *(sic)* Lusitaniae Regnum cui novos terrarum orbes Christiana Respublica debet Religionis arcem ac virtutum omnium portum haberi par est: Inde enim oriens ex alto Evangelii lux, utriusque Indiae populis affulsit, quos gemmarum, atque auri ditissimos, coelestisque veritatis egenos in perpetuis vinculis tamdiu habuerat princeps tenebrarum, sed tanti facinoris decus, quod veterum Romanorum, Graecorumque laudes fermè observavit, cum ei Regno generis humani studium, ac totius coeli benevolentiam comparaverit, inestinguibiles conflavit inferiorum hostium inimicitias. Saeviunt impacata rabie furentes gliennae lupi, e quorum faucibus opimae illae, atque securae dapes ereptae sunt, quas ad sempiternos lanianus ignotum olim Americae ovile saginabat, nihilque impensius student, quam ut in eo Regno Catholicam Religionem proterant, e cujus portu illa ad exteras provincias navigavit. Sed enim populorum pietate, ac Catholicorum Regum virtute freti speramus impios conatus frustra illis semper fore: tamen cum urgeamur obsidione perpetua, excubiae diligenter agendae sunt, ne prius obsessi cives vincantur, quam arma rapere possint. Quare ex altissima hac Apostolicae dignitatis statione Majestatem tuam in presentia alloquendum esse duximus o Reipublicae Christianae decus et laborantis Religionis praesidium! Nobis enim praecipuè dictum esse intelligimus, clama, et quasi tuba exalta vocem tuam. Ergo de Lusitaneae salute et Majestatis tuae gloria solliciti, tibi hisce Apostolicis litteris detegendas esse arbitramur insidias, quibus Regnum illud Religioni, tibique subripere conatur impacatus humani generis hostis. Videt ille ex Hispaniae provinciis haeresim exultantem, et Maurorum impietatem eliminatam, incredibile dictu est, quàm aegrè patiatur se vinci in Regnis Majestatis tuae, qui de tot christiani orbis nationibus triumphavit, proinde eas artes diligenter expedit quibus Orientale Imperium Christo eripuit e Britania Pontificum auctoritatem expulit, propugnacula haeresibus in Germania extruxit, Galliamque assiduis im-

piorum factionibus perturbat. Ne putet Majestas tua palam et temerè contra Catholica Regna diabolum belligerare coepisse, non tàm viribus quàm insidiis victorias peperit. Proceres qui ab Apostolica Sede desciverunt primum delinire coepit potentiae dulcedine inde humanae leges tamquam morosi censores odio fuere. In templis atque aris cum apertè dominari nefas esset, eo tamen patrocinii nomine, aut falsa religionis specie auctoritatem intrudere suasit, paulatimque eo perventum est, ut palam fieret fortitudo eorum, lex injustitiae, et de sacerdotum contemptu felicitatis argumento gloriarentur. His machinis quot principatus evertit, quot provincias populatus est? Nec sane notissimas septentrionis atque orientis clades, aut vetera divinae ultionis flagella commemorare necesse est. Clamor enim Lusitanarum ecclesiarum nos admonet, ut desperata relinquentes vulnera medelam oportunam adhibeamus, quae ad salutem converti haud difficulter posse videntur. Accipimus quotidie tantam Majestati tuae injuriam inferri a quibusdam Lusitaniae ministris, ut Regia auctoritate tua, quam religionis propugnaculum esse vis abutantur ad sacrosanctam Beati Petri potestatem opprimendam. Quod quidem periniquum est, et nullo pacto ferendum: sacerdotes ad laicorum tribunalia violenter abripi, canonum decreta antiquari, spiritualia Apostolicae veritatis et auctoritatis arma contemni in eo Regno audivimus, atque ingemiscimus. Ita ne quos Deus edificavit, illi destruent, quos plantavit, violent? Quid autem efficere tandem putantur, cum ecclesiasticam ditionem imminutam eunt? an eam tamquam parietem inclinatum, maleque coherentem maceriam facilè à se labefactatum iri arbitrantur? o stulti et tardi corde ad credendum, quos suae miseriae tandem aliquando docebunt Principem Apostolorum Angelicis legionibus circumvallatum pro ecclesiae suae auctoritate excubare, neque enim solummodo arcus impiorum confringitur, sed plerumque gladius eorum intrat in corda ipsorum, et sepelliuntur in fovea quam fecerunt. Jam vero quid aliud tandem impensius curat Apostolica auctoritas quàm ut Caesari, quae Caesaris sunt, et quae Dei Deo reddantur? Hanc qui evertere student, falsa potestatis specie decepti Regnorum fundamenta evellunt, atque Principibus ipsis ruinae periculum struunt. Satis est charissime fili de tanta re admonuisse Majestatem tuam, neque enim credimus id frustra tibi significari. Te regnante atque incolumi tantum Catholicae Religioni vulnus infligi in Regnis tuis non patietur christiana illa pietas quam a majoribus tuis ecclesiasticae libertatis vindicibus tamquam haereditate acceptam, propriis quoque meritis amplificare velle cre-

deris. Cum autem ad tremendum Christi tribunal Reges omnes aliquando sistendi sint, causam aequo cum caeteris jure dicturi, noles, credimus, ministrorum tuorum audacia accumulari tibi furorem in die irae. Quare te in visceribus Jesu Christi oramus, ut animae tuae saluti et Regii nominis dignitati consulens late serpentem hanc pestem ea auctoritate coerceas, quam tibi ad Regnum Dei propagandum dominantium Dominus dedit, in orbe terrarum amplissimam. Ut autem pateat ad paternas, praecipuasque nostras causas Regnorum tuorum felicitatem pertinere isthuc in presentia allegamus venerabilem fratrem Antonium Episcopum Vigiliensem Praelatum nostrum domesticum, et assistentem generis nobilitate ac pietatis studio insignem, ut tibi Apostolicam benedictionem deferens cum Majestate tua nostro nomine de tanta re disserat. Ei ergo ut eadem quam nobis fidem habeas postulamus, Deumque in cujus manu cor Regis est, obsecramus eam Majestati tuae mentem det per quam ecclesiasticae libertatis assertor, et Pontificiae auctoritatis custos in Ecclesia Dei vociteris. Datum Romae die v Martii 1622 *(sic)* [1].

Breve do papa Gregorio XV a el-Rei

1623—Janeiro 4

Gregorius XV. Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Christianae religioni aditum per ignotos oceani fluctus patefacere, ejusque ditionem in novos terrarum orbes propagare Austriacae potentiae decus est, quae ut magnitudinis suae fundamenta in coelo jacta esse ostendat, sacerdotum, sacrorumque cultui se prima felicitatis suae incrementa debere gloriatur. Cum autem imperia iisdem artibus retineantur, quibus initio parta sunt, diligentissimè semper Austriaci Principes curarunt, ut divini nominis defensores, et orthodoxae fidei propagatores nuncuparentur. Quare eos timore Domini, qui invictae clypeus fortitudinis est, communitos tamquam hostibus inexpugnabiles coeloque gratissimos cunctae terrarum partes venerantur. Hanc tantae pietatis, et gloriae haereditatem

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Collecç. Geral, tomo 143, num. 18.

Majestati tuae Hispani Reges reliquerunt meritorum tuorum accessione amplificandam. Quare cum ea potentia sis, ut facile multisque modis possis Regem Regum in ecclesiastico ordine regnantem demereri ad id te assidue inflammare debent, qui veris Regis nominis laudibus favent. Nos certe quorum votum est Majestatis tuae gloria, et Regnorum istorum foelicitas nihil unquam praetermittemus, de quo pro paterna nostra in te charitate te admonendum censeamus. Sane cum superiore anno in Lusitaniam legaremus venerabilem fratrem Antonium Episcopum Vigiliensem ei litteras dedimus ad Majestatem tuam, quibus declarabamus quanta tuae pietati inferveretur injuria a Regiis illarum provinciarum magistratibus Apostolicae Sedis jura contemnentibus, et Christos *(?)* Domini ecclesiastica libertate divinitus constituta spoliantibus. Nunc autem malum id in dies ingravescere dolenter sane accipimus, eique ob id ab authoritate tua opportunum remedium sollicite exposcimus. Charissime fili noster, christiani orbis decus, ac firmissimum fidei praesidium, patieris ne sacri ordinis immunitatem in iis regionibus naufragari, e quorum portubus religio ad novi orbis accolas navigavit? Cum Pontificiae aucthoritatis hostes salutaribus armis in Hollandia profliges, quare eam ministri tui pestilentibus consiliis in Portugallia oppugnabunt? Sacerdotii jura, Dei beneficia, et Regnorum stabilimenta sunt atque ea qui Principes tuentur, veras regnandi artes edocti in eorum arcibus militiae coelestis exercitus excubat. Cogitet Majestas tua qui tandem animo potentiae suae conservationem petere posset ab exercituum Deo terribili apud Reges terrae, si sacram ejus heréditatem in Regnis tuis diripi, ac in sanctuario dominari patieris laicos magistratus, qui illuc non nisi sacerdotibus aperientibus ingredi debent? praesertim cum a te Princeps Apostolorum Pontificia voce loquens tantum ecclesiae suae beneficium petat. Ea te pietate, ac prudentia esse scimus, ut intelligas Reges tunc feliciter triumphare, cum demisse serviunt Domino, ac firmissimis aggeribus communiri propugnacula Principatuum, cum illi petre innituntur, contra quam *(?)* neque hominum vires, neque portae inferi unquam prevalebunt. Quare speramus maxima Majestati tuae propediem beneficia debitum iri in Lusitania ab ecclesiastico ordine qui te suae libertatis vindicem, dignitatisque restitutorem nuncupare cupit. Quae quidem cognomenta adeo illustria sunt, ut ea non debeas Rex potentissimus aspernari. Cum autem hanc Majestati tuae gloriam comparari summopere cupiat Episcopus Vigiliensis Generalis Spoliorum Collector virum agendarum rerum peritum, et pietatis studio praestantem allegabit quampri-

mum ad Majestatem tuam, qui una cum venerabili fratre Innocentio Episcopo Briconoriensi Nuntio Apostolico te adibit, et negotium hoc gravissimum diligenter disseret: iis ergo eandem quam nobis fidem haberi poterit Majestas tua, cui Apostolicam benedictionem amantissime impartimur. Datum Romae apud Sanctum Petrum etc. *(sic)* die 4ª Januarii 1623. Pontificatus nostri anno 2.º [1].

Bulla do papa Urbano VIII a el-Rei

1623 — Outubro 23

Urbanus episcopus servus servorum Dei Charissimo in Christo filio Philippo Portugallie et Algarbiorum Regi Catholico salutem et apostolicam benedictionem Gratie divine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis presertim pontificali dignitate preditis opportuni favoris presidium et honor debitus impendatur Hodie siquidem ecclesie Sancti Thome tunc per obitum bone memorie Petri Episcopi Sancti Thome extra Romanam Curiam defuncti pastoris solatio destitute de persona dilecti filii Francisci Electi Sancti Thome nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate providimus ipsumque illi in Episcopum prefecimus et Pastorem curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur Cum itaque fili charissime sit virtutis opus Dei ministros benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Franciscum Electum et prefatam ecclesiam sue cure commissam habens pro nostra et sedis apostolice reverentia propensius commendatos in ampliandis et conservandis juribus suis sic eos benigni favoris auxilio prosequaris quod idem Franciscus Electus tue celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Collecç. Geral, tomo 143, num. 35.— *Sobrescrito:* Charissimo in Christo filio nostro Philippo Hispaniarum Regi Catholico.

pastoralis officio possit Deo propitio prosperari ac tibi exinde a Deo perennis vite premium et a nobis condigna proveniat actio gratiarum Datum Rome apud Sanctam mariam maiorem Anno Incarnationis Dominice millesimo sexcentesimo vigesimo tertio Decimo kalendas Novembris Pontificatus nostri anno primo [1].

Breve do papa Urbano VIII

1624—Fevereiro 10

Urbanus Papa VIII—Ad futuram rei memoriam. Decet Romanum Pontificem aequi bonique supremum assertorem iuxta creditum sibi desuper apostolicae servitutis officium opportunè providere ut gratiae per praedecessores suos ad fidei catholicae propágationem Sanctaeque Romanae Ecclesiae exaltationem necnon Dominici gregis custodiam salubriter concessae sublatis quibuslibet impedimentis debitum sortiantur effectum. Aliàs siquidem à felicis recordationis Gregorio Papa XV praedecessore nostro emanarunt litterae tenoris subsequentis videlicet: Gregorius Papa XV Ad futuram rei memoriam. In suprema militantis ecclesiae specula nullo licet meritorum suffragio immensa Dei et Domini nostri benignitate constituti intra mentis nostrae arcana attentius considerantes principes et potentes tenebrarum adversus quos ecclesia sancta assidue colluctatur ad eiusdem ecclesiae ruinam et catholicae religionis excidium incessanter vigilare non possumus totis visceribus non commoveri et licet certam spem et fiduciam habeamus in Domino Deo exercituum qui sponsam suam ecclesiam sanctam sub umbra manus suae protegit cogimur tamen iuxta creditum nobis desuper apostolicae servitutis officium in id omni cogitatione omnique cura incumbere ut provisionis nostrae ministerio non solum oves Christi adversus rapacium luporum insidias communita secura in tranquillitate reddant Domino abundanter fructus suos sed etiam in omnem terram verbi Dei sonus exeat et nomen illius cum felici eiusdem religionis propagatione ubique gentium collaudetur et glorificetur unde nos

[1] Arch. Nac., Maç. 26 de Bullas, num. 4.

super his iugiter soliciti catholicorum Regum vota vias et modos exquirentium quibus nefarii hostium ipsius fidei ausus reprimi et dissipari et hac ratione infideles ipsos ex infidelitatis tenebris ad veri Dei agnitionem adducere fideles verò ab infidelium invasionibus rapinis et securitate liberare valeant libenter et merito ampletimur et officii nostri partes ad tam sanctum et Deo acceptum opus congruis quantum fieri potest ad id suppeditatis auxiliis favorabiliter interponimus aliaque facimus statuimus et ordinamus prout rerum temporum ac locorum qualitatibus debite pensatis conspicimus in Domino salubriter expedire. Exponi siquidem nobis nuper fecit charissimus in Christo filius noster Philippus Portugaliae et Algarbiorum Rex Catholicus quod suscepta per nationes septentrionales diabolica haeresum fraude seductas à multis annis citra in Indias Orientales navigatione ex lucro inde facto ditiores et potentiores redditae non solum ingentem navium multitudinem compararunt et nonnulla propugnacula in illarum partium maioris momenti portubus occuparunt sive construxerunt sed etiam ad loca et propugnacula per eundem Philippum Regem in eisdem partibus acquisita occupanda animum adiecerunt neque eas tot classes et armatam in eisdem Indiarum quam regni Portugaliae partibus cum immensa patrimonii ipsius Philippi Regis expensa ad hunc finem instructa debellare potuerunt immo illae praevaluerunt praesertim post occupatum à Persis earumdem nationum auxilio suffultis propugnaculum de Ormus ita ut nisi de opportuno remedio provideatur evidentissimum periculum adsit ne caetera eiusdem Philippi Regis loca et propugnacula ibidem existentia amittantur. Cum autem sicut eadem expositio subiungebat idem Philippus Rex proprium ipsius regni Portugaliae patrimonium praemissorum occasione vendiderit gravissimum aes alienum pro recuperandis et conservandis locis et propugnaculis praefatis per quae tam cleri quam populi eiusdem regni Portugaliae utilitatibus et commoditatibus necnon catholicorum in dictis Indiarum partibus existentium saluti atque securitati consulitur contraxerit; contributiones vero generales dicti regni et ultra summam ducentorum millium cruciatorum per dilectos filios communitatem et homines civitatis Ulixbonensis eidem Philippo Regi ad hunc effectum donatam non suppetant ad ecclesiasticarum personarum subsidium confugiendum compellitur nobis propterea dictus Philippus Rex humiliter supplicari fecit ut super promissis *(sic)* opportunè providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur licet ab ipso pontificatus nostri initio nihil antiquius habuerimus quam ecclesias omnes illarumque

praesules et personas non solum ab omni exactionis molestia immunes preservare verum etiam quantum in nobis foret commodis et honoribus afficere animo tamen revolventes etiam ad clerum et ecclesiasticos dicti regni Portugaliae huiusmodi necessitates pertinere eiusdem autem regni opes ad tantam molem bellorum quae in pluribus et diversis locis contra christiani nominis validissimosque hostes geruntur vix ut praefertur sufficere posse et ad nostrum pastorale officium spectare pro ea quae tuendi et propagandi religionem nobis incumbit cura et solicitudine non solum pias et devotas supplices catholicorum Regum preces benignis accipere auribus verum etiam assiduis eorum laboribus periculis incommodis et dispendiis quae ad honorem Dei et catholicae ecclesiae exaltationem indefessè perferunt prospicere peculiarium ecclesiarum opes atque redditus pro necessaria illarum suorumque filiorum et christianae ac tam clericorum quam laicorum causae atque salutis defensione et ipsius catholicae religionis augmento larga manu suppeditari debere dignum et iustum reputamus. Itaque supplicationibus dicti Philippi Regis nomine nobis super hoc humiliter porrectis inclinati unum subsidium ducentorum millium scutorum monetae dicti regni cruciatorum nuncupatorum pro una vice tantum solvendam ab infra scriptis personibus ecclesiasticis et exigendum per collectores desuper deputandos infra tempus venerabili fratri Antonio Episcopo Vigiliensi jurium et spoliorum Camerae Apostolicae in eisdem Portugaliae et Algarbiorum regnis Collectori generali ac duabus personis ecclesiasticis per eundem Philippum Regem et clerum dicti regni ut infra nominandis benevisum iuxta vires etiam infra tactarum personarum et temporis congruitatem dummodo tamen tempus quadrienii non excedat tam pro recuperatione et custodia oppidorum et locorum quae in dictis Indiarum Orientalium partibus clarae memoriae Portugaliae Reges dicti Philippi praedecessores Christianae Reipublicae sua virtute et industria adiecerunt et in futurum ipse Philippus Rex non minore spei ardore divina favente clemencia adiicere intendit quam contra infideles haereticos vel scismaticos in dictis partibus existentes sive ad offentionem sive ad deffentionem et non pro aliis usibus (super quo ipsius Philippi Regis ac Antonii Episcopi et personarum huiusmodi conscientiam oneramus) super omnium et singularum cathedralium et metropolitarum collegiatarum et aliarum ecclesiarum monasteriorum prioratuum hospitalium in quibus actu hospitalitas non servatur et aliorum quorumvis benefitiorum ecclesiasticorum cum cura et sine cura secularium et Sancti Benedicti Sancti Augustini .

Cisterciensis Sancti Hieronimi et aliorum quorumvis etiam ex privilegio vel alias certos fructus habentium necnon Cassinensis et Sanctae Justinae Sancti Salvatoris Sancti Georgii in Alga seu Sancti Joannis Evangelistae ac aliorum congregationum et canonicorum regularium et collegiorum regularium etiam Societatis Jesu (mendicantibus tamen certos et perpetuos fructus non habentibus exceptis) etiam si secularia canonicatus et praebendae portiones dignitates etiam in cathedralibus etiam metropolitanis post pontificales maiores et collegiatis ecclesiis personales personatus administrationes et officia in cathedralibus etiam metropolitanis vel collegiatis ecclesiis aut parochiales ecclesiae vel earum perpetuae vicariae cappellae cappellaniae perpetuae praestimonia praestimoniales portiones et simplicia etiam servitoria beneficia ecclesiastica regularia verò beneficia huiusmodi prioratus praeposituraе praeceptoriae praepositatus dignitates etiam conventuales prioratus administrationes vel officia etiam claustralia fuerint et ad illa consueverint qui per electionem assumi eisque cura immineat animarum in quibuscunque civitatibus et diocaesibus aliisque locis Portugaliae et Algarbiorum regnorum consistentibus ac capitularium conventualium et aliarum mensarum necnon universitatum reditus ecclesiasticos percipiendis fructibus redditibus proventibus iuribus obventionibus et emolumentis ad eiusdem Antonii Episcopi moderni et pro tempore existentis collectoris huiusmodi ac duorum aliorum unius videlicet per ipsum Regem et alterius per universum clerum eiusdem regni nominandorum Episcoporum seu ecclesiarum praelatorum post iustam et proportionabilem compartitionem et distributionem per ipsos faciendas mandatum et ordinationem collectoribus qui tamen personae ecclesiasticae esse debeant per eos deputandae per venerabiles fratres nostros Archiepiscopos et Episcopos ac dilectos filios abbates priores abbatissas priorissas capitula congregationes et collegia conventus praeceptores commendatarios caeterasque personas ecclesiasticas seculares et quorumvis ordinum regulares ecclesias monasteria prioratus praeceptorias praepositatus canonicatus et prebendas dignitates personatus administrationes et officia caeteraque beneficia secularia et regularia huiusmodi in titulum commendam administrationem et alias quomodolibet etiam ut unita obtinentium ita quod quicunque fructus redditus proventus jura obventiones et emolumenta sibi et loco pensionis annuae acẽt *(sic)* pensiones annuãs sibi super similibus emolumentis et sub quovis exemptionis et immunitatis à similibus vel dissimilibus oneribus genere reservata et assignata

habentes et percipientes pro rata veri valoris ecclesiarum monasteriorum et aliorum beneficiorum super quibus pensiones huiusmodi reservatae constitutae fuerint contribuere teneantur cuiuscunque status gradus ordinis vel conditionis fuerint venerabilibus tamen fratribus nostris Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus qui pro universali ecclesia iugiter nobiscum laborant necnon militibus Hierosolimitanis ac clericis qui unum seu forsan plura beneficia ecclesiastica insimul valorem annuum quadraginta ducatorum auri de camera non excedentia obtinent et apud illa seu aliquod eorum personaliter resident dumtaxat exceptis annis singulis in certis locis et terminis ad id per ipsum Antonium Episcopum modernum et pro tempore existentem Collectorem praefatum aliasque ut praefertur nominandas personas statuendis integre persolvendis et penes aliquem fide et facultatibus idoneum seu alium ipsius Antonii Episcopi et personarum arbitrio eligendum locum tutum et securum realiter deponendos et ad ipsius Regis requisitionem ac Antonii Episcopi et personarum praetactarum mandatum in usum praefatum dumtaxat erogandos apostolica auctoritate et tenore presentium imponimus constituimus et ordinamus Archiepiscopos Episcopos Abbates Priores et alias utriusque sexus ecclesiasticas tam seculares quam regulares personas praefatas hortantes illisque districte praecipientes mandantes ut tota christianae charitatis propensione incumbentes hanc necessariam opem alacriter amplectantur et libenti animo exequantur, Nos enim subsidium praemissum sic impositum ut praefertur exigi deponi insumi et converti ac Archiepiscopos Episcopos Abbates Priores omnesque et singulas alias personas necnon capitula congregationes collegia et universitates fructus ecclesiasticos in universa Portugalia percipientes ad illius contributionem pro rata teneri et obligatos esse censurisque et poenis tam ecclesiasticis pecuniariis ipsius Antonii Episcopi arbitrio imponendas quacunque appellatione aliovè subterfugio cessante cogi et compelli et sic per quoscunque iudices et commissarios quavis authoritate fungentes sublata eis quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate iudicari et definiri debere ac irritum et inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari decernimus. Quocirca venerabilibus fratribus Archiepiscopo Bracharensi et Episcopo Colimbriensi necnon dilecto filio Inquisitori generali contra haereticam pravitatem in eodem regno apostolica auctoritate deputato mandamus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios presentes literas et in eis contenta quaecunque

ubi et quando opus fuerit et quando et quoties pro parte ipsius Regis Philippi aut Antonii Episcopi et nominandarum personarum desuper fuerint requisiti solemniter supplicantes *(sic)* eisque in praemissis efficacis defensionis praesidio assistentes faciant auctoritate nostra litteras et in eis contenta huiusmodi firmiter observari ac quos ipsae literae concernunt illis in omnibus parere et obedire contradictores quoslibet et rebelles per sententias censuras et poenas tam ecclesiasticas quam pecuniarias suo arbitrio imponendas moderandas et applicandas appellatione postposita compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Non obstantibus piae memoriae Bonifacii Papae VIII praedecessoris nostri de una et concilii generalis de duabus diaetis dummodo quatenus auctoritate presentium ultra tres diaetas ad iudicium non trahatur ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac ecclesiarum monasteriorum ordinum aliorumque regularium locorum praefatorum etiam iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus stabilimentis usibus et naturis ac tam praefatis quam aliis immunitatibus et exemptionibus per nos concessis privilegiis quoque indultis et literis apostolicis ecclesiis monasteriis congregationibus collegiis universitatibus ordinibus eorumque superioribus et personis praefatis sub quibuscunque tenoribus et formis ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus et insolitis clausulis ac irritantibus et aliis et vim contractus inducentibus decretis in genere vel in specie et ad Imperatorum et Regum instantiam ac aliàs quomodolibet concessis confirmatis approbatis et innovatis etiam si de illis eorumque totis tenoribus specialis specifica et expressa et individua non autem per clausulas generales idem importantes mentio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret tenores huiusmodi ac si de verbo ad verbum insererentur praesentibus pro sufficienter expressis habentes illis alias in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus ac illis sufficienter et ad hoc ut nulla prorsus immunitas aliavè quantumlibet consideratione et nota digna exemptio cuiquam adversus praesentium tenorem suffragari debeat derogatum esse declaramus contrariis quibuscunque aut si aliquibus communiter vel divisim ab Apostolica sit sede indultum quod ad subsidiorum huiusmodi solutionem cogi aut interdici suspendi vel excommunicari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi ac eorum personis locis ordinibus et etiam propriis

nominibus mentionem et quibuslibet aliis privilegiis indulgentiis et literis apostolicis generalibus vel specialibus quocunque tenore existant per quae presentibus non expressa vel totaliter non inserta effectus huiusmodi gratiae impediri valeat quomodolibet vel differri et de quibus quorumque totis tenoribus habenda sit in nostris literis specialis mentio quae quatenus praemissis adversentur cuiquam volumus nullatenus suffragari. Caeterum quod difficile foret praesentes literas ad singula quoque loca in quibus expediens esset deferre volumus et auctoritate apostolica decernimus quod earundem praesentium transumptis alicuius notarii publici manu subscriptis et sigillo Antonii Episcopi praefati aut cuiusvis in dignitate ecclesiastica etiam constitutae personae munitis ea prorsus fides in iudicio et extra in omnibus et per omnia adhibeatur quae ipsius praesentibus adhiberetur si forent exhibitae vel ostensae. Datum Romae apud Sanctam Mariam maiorem sub annulo Piscatoris die vigesima secunda Junii millesimo sexcentesimo vigesimo tertio Pontificatus nostri anno tertio. Cum autem sicut dictus Philippus Rex nobis nuper exponi fecit universus eiusdem regni Portugaliae clerus congregari non soleat et si eundem clerum pronominando Episcopo sive Prelato huiusmodi ad effectum in praeinsertis literis expressum convocari oporteret effectus gratiae per dictum Gregorium praedecessorem ut praefertur concessae non modo in maximum dicti pii operis detrimentum deferretur sed etiam gravissima expensarum onera subeunda forent Nobis propterea dictus Philippus Rex humiliter supplicari fecit ut super praemissis opportunè providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur attentè considerantes negotium huiusmodi dilationem minimè pati pioque et laudabili ipsius Philippi Regis desiderio quantum cum Domino possumus annuere volentes huiusmodi supplicationibus inclinati eidem Antonio Episcopo moderno et pro tempore existenti Collectori huiusmodi per presentes committimus et mandamus ut venerabili fratri Archiepiscopo Ulixbonensi ac dilectis filiis clero civitatis Ulixbonensis terminum decem dierum praefigat quo durante Archiepiscopus et clerus praefati Episcopum sive Prelatum ad effectum in praeinsertis literis expressum nomine totius cleri regni praefati nominare teneantur quo quidem termino elapso et non facta per Archiepiscopum et clerum praefatos nominatione huiusmodi eidem Antonio Episcopo et pro tempore existenti Collectori ut Episcopum sive Praelatum huiusmodi vel alium in dignitate ecclesiastica in aliqua cathedrali constitutum decretorum doctorem vel in aliqua publica academia licenceatum ad effectum

praefatum nominare ac una cum illo in altero ex casibus praefatis necnon ab eodem Philippo Rege respective nominandis ad omnimodam praeinsertarum dicti Gregorii praedecessoris literarum servata aliàs illarum forma executionem procedere omniaque et singula in praemissis et circa ea necessaria et quomodolibet opportuna facere dicere gerere et exequi liberè et licitè possint et valeant in omnibus et per omnia perinde ac si Episcopus sive Praelatus ab Archiepiscopo et clero civitatis Ulisiponensis seu Antonio Episcopo et pro tempore existenti Collectore ut praefertur nominandus ab universo eiusdem regni clero nominatus fuisset apostolica auctoritate tenore praesentium concedimus et indulgemus Non obstantibus praeinsertis literis huiusmodi omnibusque illis quae dictus Gregorius Praedecessor in eis voluit non obstare caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus autem ut praesentium transumptis manu alicuius notarii publici subscriptis et sigillo Antonii Episcopi vel cuiusvis alterius personae in dignitate ecclesiastica constitutae munitis eadem prorsus fides in iuditio et extra adhibeatur quae praesentibus adhiberetur si forent exhibitae vel ostensae. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die decima Februarii millesimo sexcentesimo vigesimo quarto Pontificatus nostri anno primo [1].

Instrucção a Monsenhor Palotta, Collector em Portugal

1624 — Junho

Il regno di Portogallo benche non abbia li suoi antichi Regi, ritiene nondimeno la grandezza acquistata per tante gloriose vittorie nelle più remote parti dell'Affrica e dell'Asia. Rese celebri il nome di questa natione un generoso ardimento, col quale costeggiando lidi incogniti con altretanta pericolosa quanto maravigliosa navigatione, diedero notizia al secolo nostro de nuovi mondi. A questa gloria di tanto scoprimento aggiunsero nuovi trofei, non solamente dagl'acquisti dell'imperio col valore

[1] *Copia, no* Arch. Nac., Livro 90 do Santo Officio.

dell'armi, ma della propagatione della fede di Cristo, con la pietà mandando per tutto cultori evangelici per piantar la santa fede in quelle vastissime parti dell'Affrica, e dell'Asia. È benche nel mantenimento degli acquisti fatti avessero gagliardi incontri per la quantità innumerabile de nemici, e per la lontananza de soccorsi, nondimeno superando le difficoltà con la fortezza dell'animo difesero gloriosamente quei dominii, e resero formidabili a quei popoli le armi portoghesi.

Da questa prosperità d'avenimenti ebbe origine il fasto, e l'alterigia di quella natione, et il desiderio che tiene di sostener quando non possa con opre almeno con apparenza l'autorità del suo potere. Quindi avviene, che si renda malagevole il maneggio di quelle genti, e che con difficoltà si sottoponghino all'obbedienza ancora in cose ragionevoli.

Da queste cose può Vostra Signoria agevolmente inferire quanta prudenza e destrezza, accompagnate da intrepidezza di animo vi si ricerchi per esercitare con profitto la Collettoria, che in effetto è la legatione Apostolica appresso quelle genti.

Per provedere questa di soggetto degno la Santità di Nostro Signore ha rivolto gl'occhi sopra la persona di Vostra Signoria, la cui prudenza, e destrezza, zelo, e pietà cristiana ha voluto Sua Beatitudine impiegare nel servitio di Dio, e di questa Santa Sede porgendo le occasioni, e cure non ristrette a brevi termini, ma che solcato l'oceano faranno sentire i suoi effetti nel nuovo mondo.

Io accompagnerò Vostra Signoria com'è costume con alcuni brevi ricordi, rimettendo il restante all'accortezza e sagace avvedimento di lei.

E per procedere con qualche ordine, ridurrò le mie presenti memorie ad alcuni capi, il primo de quali tratterà degl'affari della religione, il secondo de Vescovi e religiosi, il 3° della giurisditione ecclesiastica, il 4° del Tribunale della Legatione, il 5° et ultimo dell'offitio del Collettore.

Cominciando dunque dal primo intorno alle cose della nostra santa fede, le quali doveranno sempre esser principali, e primario oggetto di tutti i pensieri di Vostra Signoria siccome sono di Sua Beatitudine

Dico che a questo apporta notabil detrimento l'occulto giudaismo radicato vivamente nelle viscere di quel regno, che col suo mortifero contaggio penetra sino ne chiostri de religiosi, e delle monache.

Questo velenoso seme d'infedeltà è giunto non solo ad addoltrare l'animo di Nostro Signore, ma lo spaventa ancora; imperoche non ostante i castighi, le pene, e l'ignominie proposte a colpevoli, le somme diligenze

Questo pestifero contaggio si è dilatato ancora nei regni di Angola, Congo, Capo Verde, della Serra lliona, e dell'Isola di S. Lorenzo; laonde ha dato occasione al Vescovo di Bisegli antecessore di Vostra Signoria di constituire visitatore apostolico in quei paesi l'eletto Vescovo di S. Tommaso, accioche in compagnia di altri ministri d'Inquisitione, si opponga alla veemenza d'un tanto male, e di questo particolare si dà notizia a Vostra Signoria acciò possa valersene conforme che le detterà la prudenza e l'occasione.

Essendo che dal regno di Portogallo metropoli e quasi cominciamento del nuovo mondo, si è sparsa nell'Indie, e nelle più remote parti dell'Affrica la fede di Cristo, sarebbe dovere ancora che da quello ricevesse conservatione et augumento, con tutto ciò da un tempo in quà, perche il pretesto delli interessi temporali e della ragione di stato abbia a tal segno sottratto l'alimento spirituale a quelle parti, che non si permette accesso ad altri operarii, che a soli Gesuiti della natione portoghese, benche poi è stata distesa la facoltà agl'italiani sudditi del Rè Cattolico e della Chiesa. *(sic)*

Questa mal intesa gelosia apporta notabil danno alla fede, poiche restringendosi a luoghi determinati l'elettione degl'operarii, viene a restringersi in un medesimo tempo il numero e la sufficienza di quelli; d'onde è nata la poca cognitione che si ha del mantenimento e del progresso della religione in quelle parti, e il giusto timore che gl'olandesi col velene delle loro eresie infettino quei popoli semplici e destituti dell'aiuto de sufficienti e buoni maestri della fede.

Potrà dunque Vostra Signoria opportunamente rappresentare à chi bisogna la necessità della libera concessione del transito in quelle parti à Gesuiti ed altri buoni religiosi di ogni natione, adducendo non potersi aver raggionevole gelosia da religiosi tanto applicati al servitio di Dio, e tra quali non vi è distintione di greco, ò di barbaro, stringendoli tutti insieme il medesimo modo di carità, avvenga che col mutamento della religione facile à seguire dove non vi è chi la coltivi si muta con esso l'imperio e che scorrendo con forze gagliarde quei mari gl'olandesi, cercano di spogliare il Rè Cattolico de suoi dominii non meno con l'armi, che con la sovversione della religione.

Alla cura spirituale di Vostra Signoria apparterrà vincere con dolcezza le difficoltà, provedere con le missioni di buoni e dotti religiosi, investigare con accuratezza il presente stato della religione appresso quei

Con questi tanti mezzi averanno fine tante acerbissime guerre, e spargimento di sangue cristiano, trà detto Prencipe e quel di Congo, oltre l'opportunità si aprirà l'addito alle missioni più lontane.

Tal buon successo porge occasione a Vostra Signoria di riscaldarsi più nell'elettione del sudetto vescovato di Congo, perche il vescovo d'Angola, moltiplicata, che gli sarà la messe, non potrà impiegare quella poca opera, che prima spendeva in aiuto di quei di Congo.

La Santità di Nostro Signore à richiesta del Rè Cattolico, fattale per mezzo del Collettore, ha rinovato il breve credentiale per un Ambasciadore da inviarsi in nome della Sede Apostolica al Rè di Persia in persona del sacerdote Francesco Costa, che altre volte mandato in quelle parti da Clemente Ottavo maneggiò fruttuosamente i negotii commessigli. Il fine del Cattolico è ricuperare per via di trattato la fortezza d'Ormus, e staccare il persiano dall'amicitia degl'olandesi, ma quando ciò non seguisse servirà nondimeno questa ambascieria per aiuto spirituale de cristiani, che in gran numero si trovano nella Persia, e nell'Armenia Minore, et anco per mantener viva la sollecitudine et il zelo col quale promovano la fede in quelle parti li padri Agostiniani, Domenicani, e Carmelitani Scalzi.

Con lettere di Luglio passato avvisò l'antecessore di Vostra Signoria che aveva cominciato in esecutione degl'ordini avuti di quà la visita de collegii istituiti per propagar la fede, e che mandarebbe la relatione dello stato di quelli, come anco de religiosi, e cristiani che si trovano nel Brasil, nell'Affrica, e nell'Asia, e quello, ch'egli non averà potuto perfettionare resta alla diligenza di Vostra Signoria.

Di questo affare importantissimo di religione, farò passaggio all'altro circa il modo, col quale Vostra Signoria s'hà da governare ne publici e privati maneggi co'vescovi, e religiosi di quel reame.

Sono nel regno di Portogallo congionto con quello d'Algarbe trè arcieviscovati di Borga *(sic)* che ha titolo di primati, di Lisbona, e d'Evora, e nove vescovati oltre à quello dell'isola di Madera, delle Terzere di Capo Verde, e di S. Lorenzo.

I prelati di detto regno partecipano communemente dell'alterigia nativa, e per esser lontani da Roma trapassano spesso i confini della loro autorità dandosi ad intendere di sostener la riputatione col non obbedire à gl'ordini, che di quà gli vanno, e questa loro mala dispositione viene fomentata ancora da ministri regii; trattano con tutto ciò con riverenza e

Il principal fabricatore di questa unione è stato il priore di Cintra, uomo dell'infima plebe, e di pessima natura infensissimo alla Sede Apostolica, e che cerca di privarla affatto dalla collatione di que'beneficii.

Il fine di quest'uomo è di acquistare con questi mezzi la gratia del Rè, e di poter conferire à suoi parenti questi benefitii.

Coloriscano questa novità, e dicano che essendo i priorati di patronato regio sono della medesima natura i benefitii sottoposti à quegli massimamente perchè già furono smembrati dalli beni di detti priorati: à questo aggiungano qualche provisione fatta da loro di detti benefitii à mesi passati, e per mettersi in necessità d'avere à eseguire questa prava intentione hanno fatto venire un'ordine dal Rè alli ministri, che ricuperino i benefitii stati usurpati da altri non ostante qualsivoglia prescrittione, ancorche di tempo immemorabile, la quale contro gl'interessi di Sua Maestà non vuole che abbi luogo.

Ciò quanto sia mal fondato l'evidenza della ragione lo convince, e molto più l'uso e la consuetudine. Imperoche dovrebbe in tal caso à detti priori attener solamente l'institutione di quegli, che dal Rè fossero stati à tal benefitii presentati; ma avendogli loro conferiti sempre liberamente ne quattro mesi non riservati manifesto segno è che non hanno riconosciuto mai il Rè per padrone di detti benefitii. Alla ragione del petitorio s'aggiunge il possesso antico e pacifico della Sede Apostolica di conferirgli ne mesi riservati, come si dirà appresso.

Per andar incontro à queste fraudi, oltre agl'ufficii che monsignor Albergati ha passato con li Governatori, col Cappellano Maggiore, et altri ministri regii, con affermar loro asseverantemente che non seriano state tollerate. Egli secondo che scrive ha fatto mettere in chiaro per via di processo il possesso della Sede Apostolica nella collatione di questi benefitii nelle vacanze, et hà osservato di conferirgli subito, et à persone di polso per non dar luogo à priori di mettere in possesso gl'intrusi, e per aver chi aiuti alla difesa delle ragioni apostoliche. In oltre hà scommunicato il prior d'Obides *(sic)* e di Cintra, et i provisti da loro, e se bene questi hanno preso ricorso al magistrato laico, il quale ha commandato all'Auditor della Legatia che li assolva l'Auditore non ha voluto farlo altrimente.

Per questi inconvenienti, et altri, che Vostra Signoria ha udito di sopra, et udirà più à basso si era pensato di far che monsignor Albergati nel suo ritorno trattasse col Rè de rimedi, ma essendo tant'oltre la sta-

gione, che à lui metterà conto di venirsene più presto, che gli sia possibile, toccherà alla vigilanza e zelo di Vostra Signoria farne parola con Sua Maestà, e lasciar bene instrutto monsignor Nuntio perseverando negl'uffitii co'ministri regii di Portogallo, da quali ricevono fomento et assistenza questi usurpatori, e col Procuratore della Corona, che à istigatione del Prior di Cintra ha abbracciato l'impresa di levar la collatione alla Sede Apostolica.

Procuri Vostra Signoria con solleciti avvedimenti d'interporsi per comporre le controversie di giurisditione solite à partorire accidenti poco convenevoli fra il Conservatore degl'Ordini Militari e gl'Ordinarii del Regno, e trovando durezza nelle parti cerchi d'ottenere almeno la suspensione sino che ò col Nuntio à Madrid, ò quà resti consultata la contesa. Dà vescovi io passo à Religiosi, i quali in Portogallo vivono con maggiore osservanza di regola, che forse in altra Provincia de Regni di Spagna. Sopra di questi si dà a Vostra Signoria la medesima autorità, che hanno li Nuntii Apostolici, della quale ella dovrà servirsi discretamente, e con prudenza, e carità a fine di non dare occasione à Ministri Regii di ricorrere alla Sede Apostolica per la moderatione di quella, come sin ora hanno provato più volte.

Cammini Vostra Signoria avveduto nel concedere à frati essentioni, e privilegii per non diminuire l'autorità de loro superiori, la quale dovrà da lei esser sostenuta, quando non miri à distruggere la discipliua regolare.

Non si mostri partiale delle fattioni, che per lo più sogliono regnare ne regolari in occasione particolarmente d'elettioni di Prelati. Usi maturità e circonspettione nel sentire, et ammettere le relationi delle cose fratesche, ben spesso sotto speciosa apparenza piene di passioni, e d'interessi.

Alcuni religiosi del Regno, che hanno in cura le monache abusano delle loro facoltà dando licenza à secolari d'entrare nella clausura, et alle monache d'uscire per qualche tempo fuori contro la dispositione de sacri canoni.

E benche per gl'ordini altre volte dati, e per le diligenze usate dovrebbe essere cessato quest'abuso, nondimeno resta luogo alla vigilanza di Vostra Signoria di non lasciarlo rigermogliare, e di sradicarlo affatto.

Monsignor de Bisegli fece alcune riforme in questa materia de religiosi, e di monache, e s'elle avranno cominciato à mettersi in prattica l'esperienza scoprirà a Vostra Signoria il bene, e'l male che portano, et in

qual parte meritino di essere mantenute, ò corrette a benefitio de Monasteri, e de Religiosi.

La santa memoria di Papa Gregorio diede potestà a monsignor de Bisegli di conceder licenza à dodici serve zitelle da educarsi ne i monasteri pe'l tempo che doveva esercitare la carica di Collettore. Nostro Signore si contenta che Vostra Signoria abbia la medesima autorità in tutto il tempo, che risederà in quel Regno, e se le ne dà la fácoltà per lettera della Sacra Congregatione de Regolari; ma perche Sua Beatitudine vuole che dette licenze siano in tutto gratiose, Vostra Signoria per levare à suoi ministri ogni occasione di trarne utilità dovrà di suo pugno mettere sopra di esse gratis ubique.

S'intende che'l Commissario Generale di Corte dell'Osservanti di S. Francesco in tutte l'occasioni ricorra à tribunali laici in pregiuditio della giurisditione Ecclesiastica, la quale puoco religiosa dispositione d'animo hà dimostrato particolarmente nella controversia, che hanno i frati di quell' ordine con le monache di Santa Chiara, di Santa N. *(sic)* Questa causa dopo avere straccato trè Collettori antecessori di Vostra Signoria, e stata ultimamente commessa da Nostro Signore alla Congregatione de Regolari, si crede che la cagione di così dispiacevole operatione di questo Padre sia il desiderio di conseguire vescovati, mostrandosi ardente per la giurisditione Regia, con scemar quella della Sede Apostolica. Vegga Vostra Signoria d'applicare conveniente rimedio a tanto male, e con quelle maniere, che dalla sua maturità e sollecitudine le saranno insegnate vadi reprimendo l'orgoglio e l'ardire di questo non lodevole Religioso.

Tutto questo negotio de Vescovi e Religiosi Nostro Signore incarica alla prudenza di Vostra Signoria, e si promette che quando ella lo maneggerà con saggio consiglio, e spogliata d'affetti e interessi particolari succederà felicemente à gloria di Dio, e con salute dell'anime.

Passo alla giurisditione Ecclesiastica, la quale in quel Regno è forse più travagliata, che in qualsivoglia altra parte della Cristianità e l'offese, gl'abusi, e gli strapazzi sono arrivati à segno d'intollerabilità l'adoperare per rimedio la potestà Ecclesiastica contra i contumaci, e ribelli, essendo scemata la fede, e raffredata la carità, può non riuscire profittevole, poiche per lo più credano i laici di sostenere la propria riputatione, quando conculcano quella della Sede Apostolica, e se bene l'interdetto al quale l'anno 1617 sottopose la città di Lisbona Monsignor Accoramboni Collettore fù osservato con riverenza, e fù efficace rimedio à far rivocare

gl'atti interposti da ministri Regi contro l'Auditore della Legatione, e contra il Collettore medesimo, nondimeno essendo durata l'ostinatione per dieci mesi, et arguendosi da questo il pericolo del disprezzo totale delle censure, si giudica savio consiglio tenere altra più dolce via, e piutosto andare delicatamente toccando le piaghe della coscienza, che incallire con percosse poco temute le vecchie ferite.

A questo sarà di non picciolo aiuto la publicatione della Bolla in Coena Domini tanto nella lingua latina, quanto nella volgare del paese, caso però che sia stato praticato di publicarla dagl'antecessori di Vostra Signoria, et allora procuri che i Vescovi nelle loro Diocesi faccino il medesimo, e che per mezzo de Confessori, et altri dimostrino l'importanza di questa sacra Bolla. Rappresenterà ancora Vostra Signoria à Vescovi medesimi le gratie, che nelle loro occorrenze possono promettersi da questa Santa Sede, mentre cooperaranno all'indennità della giurisditione Ecclesiastica conforme à che gli obbligha la dignità e l'uffitio Episcopale.

Monsignor Albergati mando qui nota di ventitre capi d'aggravii, che sono fatti all'immunità della Chiesa dalla Corte secolare, de quali si dà copia a Vostra Signoria accioche unitamente col Nuntio ella possa trattarne col Rè in Madrid, ò lasciare bene instrutto il medesimo Nuntio, quando Vostra Signoria giudicasse più opportuno il riconoscere prima da se medesima la verità de fatti presupposti. Dovrassi dunque rappresentare a Sua Maestà la vanità d'alcune leggi antiche del Regno di Portogallo, con le quali si fanno scudo quei ministri contro la giurisditione Ecclesiastica, imperoche queste leggi, se pur vi sono, oltre che non operano, dove non si stende la potestà del legislatore, quali sono tutte di materie Ecclesiastiche non ebbero pacifica esecutione; e con abrogarle Sua Maestà corrisponderà alla sua molta pietà, e zelo verso le cose di Dio, e della sua Chiesa, et assicurarà lo stato temporale di quel Regno, imperoche caminando questi abusi ad un manifesto scisma, et alterandosi per questa via la religione Cattolica, può con ragione temere il Rè di qualche alteratione nel suo dominio. Deve dunque Sua Maestà come prudentissima smozzare le scintille, anchor che picciolissime di questo incendio. Si dà notitia di tutto ciò a Vostra Signoria accioche per ogni buon rispetto sappia quanto passa.

Oltre la sudetta nota d'aggravii avrà Vostra Signoria più piena informatione di essi, et d'altre occorrenze da Monsignor Albergati, e più particolarmente dal Dottor Ambrosio Cardosio Priore di S. Andrea de Lisbona, persona molto zelante, e che con rischio della sua vita ha pu-

blicato scritture in difesa dell'immunità Ecclesiastica, et autorità di questa Santa Sede. Questo suggetto merita di essere stimato, accarezzato, e protetto da Vostra Signoria, et io caldamente gle lo raccomando.

I Ministri Regii di Portogallo molestano quel clero per fargli pagare l'impositioni sopra beni Ecclesiastici, e le gabelle del vino, della carne, del sale, et altro contro l'immunità, e contro all'usato fine al presente, perciò Monsignor Albergati, secondo ch'egli scrisse quanto alle gabelle inibi, e quanto all'impositione sopra li beni, che importano da quaranta mila scudi l'anno publicò un monitorio contro li Doganieri, e scrivendone al Rè, e per quanto s'intese Sua Maestà commandò che si soprasedesse; nondimeno que Ministri pigliano nota de beni ecclesiastici, e danno à divedere che tuttavia persistono nella loro iniqua pretentione.

Di tutto questo il Clero sudetto ha presentato un memoriale a Nostro Signore del quale se ne dà copia a Vostra Signoria accioche di questo aggravio ancora ella dia un cenno à Sua Maestà nel passaggio, ch'ella farà da Madrid, lasciandone à pieno informato il Nuntio à difesa del Clero, e per liberarlo conforme al dovere da questa molestia, ma trattanto che il Rè risolve Vostra Signoria non lasciarà d'applicar que rimedii ch'alla propria sua prudenza sovverranno, se non sopragiungerà avviso che qui sia stata presa sopra di ciò altra risolutione.

Non è meno ingiusta la pratica che cercano d'introdurre i Ministri laici di Lisbona contro le provisioni beneficiali di Roma; poiche non lasciano che i provisti levino di possesso gl'intrusi, se non dopo a tre sentenze conformi nel giuditio ordinario, affinche altri stanchi per le spese, altri impotente à farle abbandoni la causa in pregiuditio notabile della Sede Apostolica. Così è avvenuto alla causa del Penitentiere, e d'un Quartaonario della Chiesa maggiore di Lisbona in quella dell'Arcidiacono di Braga del Canonicato faconense *(sic)* impetrato da Martino da S. Iago, e nella Tesoreria de Guimarais del Dottor Agostino Barbosa. Adunque è necessario che à questo inconveniente Vostra Signoria trovi efficace rimedio per difesa delle ragioni di questa Santa Sede.

Il ricorso che dalle sentenze e decreti de Giudici Ecclesiastici sotto pretesto di forza fanno in quel Regno gl'Ecclesiastici stessi alli Tribunali laici uno che chiamano Dos feitos del Rey, *(sic)* e questo esercita la giuriditione, che chiamano di forza, l'altro del Disimbarco del Barco *(sic)*, ch'è Tribunale supremo, e sotto speciosa apparenza opera diversa *(sic)* contrariamente alla libertà Ecclesiastica; laonde conviene che Vostra Signo-

dove prima Sua Maestà soleva tenere un Vice Rè forestiere il quale andava temperando la rigidità de portoghesi, e perche non aveva fine d'augumentare la licenza loro piegava al camino della ragione; ora si è introdotto di far trè Governatori portoghesi, e riesce molto più malagevole il guadagnarli bastando la contradittione d'un solo ad impedire ogni buon successo.

Avrà dunque Vostra Signoria tanto maggior campo di fare mostra del suo valore mentre se gli offeriscano più frequenti difficultati.

Ma se per avventura fusse vero che il serenissimo Arciduca Carlo venghi Vice Rè di Portogallo, Vostra Signoria averà più facilità di ridurre le cose al suo giusto segno, col favore di Sua Altezza essendo questo Principe religiosissimo, e dovendosi sotto di lui restituire l'antica forma di governo, mutata da Filippo terzo in quà, come di sopra hò detto, e tanto basti havere accennato circa la giuriditione ecclesiastica.

Vengo ora al tribunale della Legatia, al quale appartengono le speditioni di giustitia e di gratia, di quelle di giustitia hò accennato di sopra alcune cose, quando trattai de Vescovi e della giuriditione, aggiungo solamente, che al detto tribunale attengano l'appellationi da Conservatori de Regolari, et in particolare da quello degl'ordini militari dell'abito di Cristo, di S. Giacomo e di S. Benedetto di Avis, il qual Conservatore vien posto dal Rè, come da Gran Mastro in virtù del privilegio Apostolico, e questo conosce solamente le cause di manifesta violenza, che corrono fra laici et ecclesiastici e detti cavalieri.

Dopo un lungo contrasto, che nacque una volta in questa materia, fù stabilito finalmente per concordia a tempo di Monsignor Paluzzi bona memoria, che quando detto Conservatore avesse sententiato dovesse subito darsi per inibito, e trasmettere gl'atti senza più intromettersi in dette cause, conforme al breve di Clemente Ottavo santa memoria spedito ad istanza di Sua Maestà l'anno 1603. Con quest'occasione ricordo a Vostra Signoria che in evento di simili controversie ella non venga ad alcuna concordia senza darne conto à Nostro Signore, con aspettare poi gl'ordini di Sua Beatitudine.

È solito concedersi à Collettori di Portogallo per la gran lontananza da Roma la facoltà di dispensare in quarto grado inter vere pauperes nella forma ch'ella vedrà dal suo indulto. Nell'esercitio di questa facoltà servendosi male li ministri et uffitiali del Collettore, et ampliando troppo largamente il senso delle parole fanno pregiuditio gravissimo alla Dataria

e Cancellaria Apostolica, e molto più all'anime di dispensati, mentre appoggiano la loro coscienza sopra una dispensa nulla et invalida.

Però mi è parso ricordare à Vostra Signoria trè regole date ancora al suo antecessore l'una si è ch'ella non facci ammettere fedi sopra la povertà de vicarii foranei, de quali per la larghezza delle diocesi ve n'è quantità grande in quelli vescovati et arcivescovati, essendo questi vicarii le più volte gente non degna di molta fede: ma si osservi in questo lo stile di Roma di dar solamente luogo alla fede de Vicarii generali.

L'altra che richiedendosi in Roma in questa sorte di dispenze pochissima spesa conforme à questa deve essere regolata la povertà, la quale acciò sia capace della gratia deve esser di quella sorte che possiede poco, ò niente, come quella di persone chiamate miserabili non potendosi in altra maniera verificare le parole vere pauperes.

La terza che alli figlioli sub patria potestate, e che non abbino peculio castrense vel quasi può con verità farsi fede della povertà, ma quando ancora questi avessero il padre facoltoso non potriano chiamarsi vere pauperes.

Le continue doglienze fatte sino in tempo di Papa Paolo v santa memoria da ministri Regii, che nel tribunale della Legatia si desse luogo ad ogni sorte di persone senza distintione di nascita di letteratura e di costumi diedero materia à Monsignor di Bisègli di fare una congregatione di tutti i ministri del tribunale compresivi ancora gl'avvocati e scrivani, nella quale hà stabilito il numero, e fatta la scielta de migliori, con avere ancora decretato che per l'avvenire non vi si ammetta alcuno senza diligente inquisitione sopra la sua nascita, letteratura e costumi. Troverà Vostra Signoria questa riforma messa in pratica, e penso sia bene mantenervela per riputatione del tribunale, quando ella non avesse urgente cagione d'alterarla, ò di rimuoverla.

Monsignor Brisegli *(sic)* hà fatto una certa riforma di tasse del tribunale ristringendo l'autorità de ministri inferiori, e mandò copia di detta riforma, la quale se bene era stata approvata da una congregatione instituita da Monsignore à quest'effetto ristringendosi nondimeno per quella li giusti e consueti emolumenti del Collettore, e gl'interessi della Camera, fù ordinato all'istesso Monsignore di Brisegli *(sic)* che rivocasse tal riforma, volendo essere uditi i camerali, egli replicò che la riforma risultava à maggior utile della Camera, poiche per mezzo di essa si toglievano via alcuni impedimenti posti da ministri Regii all'esattioni camerali di gran momento.

Di questo particolare, e di tutti gl'altri interessi camerali Vostra Signoria seguiterà gl'ordini di Monsignor Protesauriero, che se gli danno annessi alla presente, à quali in tutto io mi riferisco.

Resta per ultimo che io accenni à Vostra Signoria qualche cosa dell'uffitio della Collettoria, dal quale hà preso nome la sua carica. Quest' uffitio in Spagna quando era distinto dalla Nuntiatura consisteva principalmente in tener conto degli spogli, ma non avendo luogo lo spoglio in Portogallo il Collettore in quel Regno è quello che raccoglie altri proventi della Camera Apostolica in quelle parti.

Attengono alla Camera i beni, che restano dopo la morte degl'apostati scacciati dal chiostro della Religione per le loro colpe, e di quegli che volontariamente apostatano dopo aver fatto la professione, conforme alla bolla di Gregorio decimo terzo, e benche pretendessero i ministri Regii che la sudetta bolla avesse luogo solamente negli apostati, che deposti spontaneamente gl'abiti morivano fuori della Religione, nondimeno ne contrasti nati sopra di ciò sostennero il contrario, e si mantennero in possesso Monsignor Caraccioli, Monsignor di Sant'Angelo, e Monsignor di Fossombrone, cosi dovrà far Vostra Signoria si nasceranno di simili controversie.

Appartengano ancora alla Camera suddetta i beni che da Santo Uffitio si levano à chierici inquisiti, ma perche questi negl'altri Regni di Spagna s'applicano al fisco Regio in ricompensa delle spese, che fà il Rè per uso di quel tribunale, pretendono che ciò debba osservarsi ancora nel Regno di Portogallo; nondimeno essendo stati proveduti i tribunali dell' Inquisitione di Portogallo della Sede Apostolica con pentioni e con benefitii sufficienti, non ha luogo la sudetta ragione. E per ciò l'Inquisitor maggiore mostrò di quietarsi, ma essendogli sopragiunto ordine contrario dal Rè, non sappiamo se la diligenza di Monsignore Albergati abbia operato qualcosa à prò della Camera Apostolica. Vostra Signoria intenda da esso come passi questo negotio, e ponga in buono stato quello ch'egli per mancamento di tempo non avesse potuto fare.

Tra le cure de Collettori è quella ancora di esiggere li quinqueni, *(sic)* et à suo tempo farà quà la rimessa, come parimente il risquotere la portione della Cruciata per la fabrica di San Pietro. Ella dunque impieghi nell'una e n'ell'altra esattione la sua opera con ogni accuratezza.

Della Camera finalmente sono i pagamenti tassati alle dispense, alle commissioni di cause matrimoniali, et ad altre speditioni, il denaro del

quale entra subito nel Tesoriero col quale si salda ogni mese i conti, et ogni semestre si fà la rimessa à Roma.

Per fuggire le doglienze contro i ministri tanto circa l'aggravare indebitamente le parti, quanto al fraudare la Camera fù ordinato, che tutte le speditioni, tanto di gratia, quanto di giustitia si registrassero non nel libro *(sic)* dell'Abbreviatore, e per rincontro in quello del Tesoriere. Questo come profittevole dovrebbe esser stato posto in uso, e se ne dà cenno à Vostra Signoria perche lo pratichi, ma di ciò ragiona con esso lei Monsignor Protesoriero nell'aggiunta scrittura.

Hanno tentato altre volte i ministri Regii di levare i Succollettori; massimamente nelle parti oltramarine, e quanto à beni di Regolari può avvenire che tornino à tentare nuovamente lo stesso.

Per ciò si ricorda à Vostra Signoria ch'ella hà da mantenere il consueto senza innovar cosa alcuna, non solo in Portogallo ma nell'Indie ancora e nell'Affrica e nell'isole. Il Vescovo d'Angola, che fù Succollettore Apostolico in que paesi, morì gl'anni passati, e lasciò da novanta mila scudi, la maggior parte cavati dallo spoglio de Preti negotiatori. Il Suares fratello del Vescovo e Segretario del Rè à tempo di Paolo v compose con la Camera per cinquecento scudi, stimandosi questo poco un guadagno trovato.

Seppe dopo Monsignor Albergati che il Suares andava risquotendo molte migliaia di scudi, e non comportando una si fatta lesione indusse detto Segretario ad obligarsi per instromento di pagare alla Camera oltre à cinquecento scudi sudetti, dieci per cento per quello risquoterebbe pigliando sopra di se la cura dell esattione, e di difenderla dalle contradittioni de ministri Regii e del nuovo Vescovo, i quali pretendevano in detto spoglio.

In questo affare dunque Vostra Signoria procuri che il Suares adempisca intieramente quanto hà promesso.

Non occorre che io le ricordi quanto convenga che ella abbi l'occhio alla sua famiglia, e sopra tutto alle mani de suoi ministri, accioche vivino con quella modestia e con quel desinteresse, che conviene à chi fà communi le sue attioni con un Prelato e con un Uffitiale della Sede Apostolica esposti à gl'occhi d'ogn'uno.

Sole dirò bene che quelle genti sogliono curiosamente spiare gl'andamenti de forestieri, e specialmente di quegli che collocati in eminente grado debbano essere norma ad altri.

Con le Maestà del Rè e della Regina di Spagna con gl'altri serenissimi Principi di quella Casa, e co'personaggi pe'quali si danno à Vostra Signoria brevi Pontificii e mie lettere, ella passerà in voce quegl'uffitii che sono proportionati à ciascheduno tanto à nome di Sua Beatitudine, come à mio.

Ecco che io hò spiegato à Vostra Signoria più tosto per usanza, che perche io conosca essere ella bisognevole di simili ricordi. Al rimanente supplirà la prudenza e l'accorto avvedimento di Vostra Signoria per tutto quello che riguarda l'onore di Dio, la riputatione di questa Santa Sede, el *(sic)* buon servitio di Nostro Signore, il quale la benedice, et io l'accompagno con affettuose preghiere per la sua felicità. Di Roma *(sic)* Giugno 1624 [1].

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1624—Agosto 9

Urbanus Papa VIII—Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Mirari non debet Europa tam illustribus omnipotentis clementiae beneficiis decorari Hispaniarum imperium, quae tot Sanctos educarunt regnantes in templis, et triumphantes in caelo. Qui Regnis istis invident Peruanos thesauros, et Indicas gazas discant ibi non rarò letissimum esse felicitatis proventum, ubi uberrima floret sanctimoniae seges. Quatuor Beatis Hispanis non ita pridem triumphalia sanctitatis ornamenta praedecessor noster una die decrevit. Consimilis honor non paucis isthic genitis quotidie postulatur. Et cum catholicas aras castellanus nuper arator obtinuerit, in tantae nunc gloriae societatem vocatur lusitana Regina, ut pateat utrique terrarum orbi, nullum in provinciis Maiestati tuae subiectis esse hominum genus, aut tam vili inopia deformatum, aut tam superbificis opibus praepollens, quod sanctorum ferax non sit. Gratulamur Maiestati Tuae caelestem hunc hispanorum cum Christo regnantium chorum, quorum patrocinio non minus, quam legionum excubiis tranquillitas provinciarum custo-

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 39.

ditur. Quod vero ad Beatam Isabellam Reginam pertinet, laudamus cum primis pietatem Maiestatis Tuae radiatum diadema Regali capiti postulantis, cupimusque et tantae Reginae honoribus consulere, et provinciarum istarum, et Regiae domus vota consolari. Jussimus ergo acta confici, et testimonia explorari diligentissime. Porrò autem accuratissimis precibus rogabimus Patrem luminum, ut Regium hoc sydus fulgens splendoribus sanctorum Pontificiae menti ita detegat, ut illud toti Ecclesiae adorandum proponere quamprimum possimus. Caeterum quanto studio negotium tam grave conficiendum curemus, nobilis vir Dux Pathanae, qui Regias literas reddidit, et caelestem hanc causam elegantissimè disseruit luculenter testabitur Maiestati Tuae, cui Apostolicam benedictionem amantissimè impertimur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem die 2 Augusti MDCXXIIII. Pontificatus primo *(sic)* [1].

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1624—Agosto 3

Urbanus Papa VIII—Charissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem. Turcicae impietatis tyrannis tot Provincias oppressit, *(sic)* ut sacrilegis armis maria exterreat, christiani orbis non modo fines circumsonet sed viscera etiam aliquando crudeliter laniet. Nos autem etsi speramus Majestatis Tuae potentiam barbaricae temeritatis excidium fore, tamen eorum etiam omnium conatibus suffragamur, qui ad liberandas tam saeva pestilentia terras animum adjiciunt. Dignum ob id singulari laude judicavimus Nivernensis Ducis consilium qui non minus magnanimos, quam pios spiritus gerens, et vitam, opesque Beatae Virgini devovit, et aliarum Nationum Principes in praeclaram quandam Religionis propagandae, et extinguendae impietatis societatem vocat. Proinde Ordinem Militiae Christianae institutum in Virgineae Conceptionis honorem auctoritate Apostolica confirmavimus, et patrocinio nostro tuebimur. Hunc autem magna meditantem armari cupimus auctoritate Majestatis

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 85.

Tuae, cujus favor tanti est in orbe terrarum, ut aliquando pro magno exercitu habeatur. Proinde testamur nobis fore gratissimum si aliquem dignitate et virtute praecipuum magnatem isthic nominabis, qui ordinem hunc in tuis Hispaniae et Lusitaniae Regnis instituat. Id beneficium si equitibus tuis detuleris videberis signum aliquid in Europa extollere ad bene de hac militari conspiratione sperandum. Quod si eorum armis propitius aderit exercituum Dominus in gloriae societatem illi semper vocabunt Majestatem Tuam. Negotium hoc disserenti Nuntio nostro eandem quam nobis fidem habere poterit Majestas Tua cui Apostolicam benedictionem amantissime impartimur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem etc. *(sic)* die 3 Augusti 1624. Pontificatus primo *(sic)* [1].

Breve do papa Urbano VIII ao Inquisidor Geral

1625—Abril 22

Urbanus Papa VIII—Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem. Sedes Apostolica pia mater Sanctorum Apostolorum qui pastoralis officii formam tradentes nascentis ecclesiae infantiam lacte provectam vero eius aetatem solido cibo nutrierunt verbo et exemplo edocta neophitorum omnium à suscepta Christi fide deviantium statui et imbecillitati libenter compatitur ac illos tamquam parvulos *(sic)* et teneras dictae ecclesiae plantas pietatis et benignitatis suae uberibus confovendo nonulla eis etiam post relapsum condonat et remittit quae in provectioribus merito essent acerbius corrigenda et punienda. Cum itaque sicut accepimus charissimus in Christo filius noster Philippus Portugalliae et Algarbiorum Rex Catholicus nobis nuper exponi fecit quamplures provinciarum insularum transmarinarum pro tempore existentis Portugaliae et Algarbiorum Regis temporali dictioni subiectarum incolae et habitantes de gentilitatis et infidelitatis errorum tenebris ad veri luminis qui est Christus cognitionem noviter conversi ac sacri baptismatis lavacro abluti ex mutua inter se ac etiam indiscreta eorum cum aliis gentilibus et infidelibus conversatione

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 86.

vel alias humani generis antiqui hostis fraude à fide catholica deficiant et quandoque ad eam reducti in pristinos gentilitatis seu infidelitatis errores ac etiam in alias a Sancta Ecclesia damnatas et reprobatas haereses atque suprestitiones *(sic)* relabantur sed postmodum cognitis suis erroribus maxima contritionis signa nunquam amplius ab eiusdem fidei sinceritate discedendi proposita prae se ferentes eidem Sanctae Matri Ecclesiae reconciliari summopere desiderent et pro illorum salute plurimum expediat ut sic poenitentes benigne recipiantur nec curiae saeculari propter illorum relapsum iuxta iuris rigorem debita animadversione puniendi relinquantur ne desperatio vaeniae *(sic)* eos ad prestinam *(sic)* perditionem faciat recidivos ipsique ac alii gentiles et infideles metu corporalis suplicii ab eorum futura ad christifidelium conversione retrahantur Non *(sic)* illius qui misericors et miserator existens non vult mortem peccatoris sed magis ut convertatur et vivat vices gerentes in terris pro ea potestate quam ab eo per filium suum habemus iuris rigorem mansuetudine temperando noviter conversos praedictos nec *(sic)* acta in eis fidei praefatae semina arescant aut diaboli malitia eradicentur sed benignitatis dictae Sedis rore aspersa coalescant ac firmis radicibus stabilita incrementum suscipiant et usque ad perfectionem perdurent omni qua possumus misericordia et clementia prosequi et confovere volentes piis ipsius Philippi Regis in hac parte supplicationibus inclinati fraternitati tuae cum Tu *(?)* haereticae pravitatis in regnis praedictis generalis Inquisitor existas ac pro tempore existenti in regnis huiusmodi generali Inquisitori ut durante quinquenio a die quo praesentes literae tibi fuerint praesentatae computando per Te vel alium seu alios haereticae pravitatis in eisdem regnis et provinciis et insulis pro tempore deputatos Inquisitores adiunctis etiam locorum Ordinariis vel illorum officialibus seu vicariis in spiritualibus generalibus aut illis recusantibus seu negligentibus etiam absque illis omnes et quoscunque utriusque sexus regnorum provinciarum et insularum huiusmodi neophitos ex gentilibus et infidelibus originem ducentes qui post Christi fidem per eos susceptam in crimen apostasiae ab ipsa fide vel in damnatas et reprobatas haereses et errores semel et iterum vel etiam tertio non tamen ulterius relapsi fuerint cognita in eis vera et non ficta ac simulata poenitentia necnon apostasia a fide ac haeresibus et erroribus huiusmodi prius per eos publice vel privatim prout tibi et pro tempore existentibus generali seu aliis Inquisitoribus praefatis videbitur detestatis abiuratis et anathematisatis à sententia excommunicationis aliisque ecclesiasticis censuris et poenis quas propterea

quomodolibet incurrerunt vel quae contra ipsos per sacras constitutiones tam generales particulares *(sic)* quomodocunque statutae ac alias promulgatae fuerint iniuncta eisdem pro modo culpae poena arbitraria vel alia poenitentia salutari quam iis qui secunda et tertia vice relapsi fuerint aggravari volumus auctoritate nostra in utroque foro in forma ecclesiae consueta absolvere et liberare atque ad eiusdem ecclesiae graemium recipere et admittere ac tam eos tradendi curiae saeculari propter primum secundum tertiumque relapsum huiusmodi a iure statutis quam etiam alias corporales et capitales ac confiscationis omnium bonorum et caeteras quascunque talibus delinquentibus inflictas et irrogatas poenas ipsis misericorditer remittere et condonare libere et licite positis *(sic)* et valeatis auctoritate apostolica tenore praesentium de speciali gratia indulgemus Tibique ac generali et aliis Inquisitoribus praefatis plenam et liberam desuper facultatem auctoritatem et potestatem ad dictum quinquenium duntaxat duraturam tribuimus et impartimur. Non obstantibus praemissis et apostolicis ac in synodalibus provincialibus et generalibus conciliis editis constitutionibus et ordinationibus necnon legibus etiam municipalibus et imperialibus ac officii Inquisitionis regnorum provinciarum et insularum huiusmodi etiam juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque indultis et literis apostolicis sub quibuscunque tenoribus et formis ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus et insolitis clausulis ac irritantibus et aliis decretis in genere vel in specie etiam motu proprio et ex certa scientia ac de apostolicae potestatis plenitudine etiam consistorialiter ac alias quomodolibet concessis approbatis et innovatis. Quibus omnibus et singulis illorum tenores ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso et forma in illis tradita observata inserti forent presentibus pro expressis et insertis habentes illis alias in suo robore permansuris hac vice duntaxat specialiter et expresse derogamus caeterisque contrariis quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 22 Aprilis 1625. Pontificatus nostri anno secundo [1].

[1] *Copia, no* Arch. Nac., Livro 94 do Santo Officio.

personatuum administrationum officiorum caeterorumque beneficiorum ecclesiasticorum cum cura et sine cura saecularium non tamen quoad curata eorum quorum centum quo vero ad simplicia quorum fructus redditus et proventus valorem annuum viginti quatuor ducatorum auri de Camera non excedunt necnon Sancti Benedicti Sancti Augustini Cluniacensis Cisterciensis Praemostratensis ac quorumcumque aliorum ordinum regularium necnon militiarum praeterquam Sancti Joannis Hierosolymitani caeterorumque locorum etiam exemptorum in regnis Portugalliae et Algarbiorum ac de tuo iure patronatus sive ad nominationem tibi legitime competentium disponi solitorum tantum existentium de quibus quovis modo etiam per translationem vacaturis quascunque personas quavis etiam cardinalatus dignitate fulgentes ad presentationem seu nominationem tuam praefici vel provideri sive illas in eis quomodolibet institui seu quibus pensiones ipsas reservari contigerit ut praefertur per personas in dignitate ecclesiastica constitutarum à dilecto filio magistro Joanne Baptista Pallota in utraque signatura nostra referendario moderno et pro tempore existente jurium et spoliorum Camerae Apostolicae debitorum in eisdem regnis Collectore generali ad hoc specialiter deputandas à quibuscunque Primatibus Archiepiscopis Episcopis Abbatibus Prioribus Praepositis Praeceptoribus Canonicis Praebendatis Rectoribus et personis saecularibus et regularibus etiam militiarum huiusmodi necnon pensionariis praefatis cuiuscunque dignitatis etiam cardinalatus et conditionis fuerint percipienda exigenda et levanda tibique integre persolvenda tenore presentium concedimus et assignamus. decernentes Primates Archiepiscopos Episcopos Abbates et denique universum clerum saecularem et regularem praefatum ac quoscunque quibus super fructibus redditibus proventibus iuribus obventionibus et emolumentis huiusmodi pensiones annuas apostolica auctoritate reservari contigerit in praefata solutione pro rata pensionum ac mensis huiusmodi parte concurrere debere et obligatos esse eosque solutionem seu praestationem huiusmodi etiam occasione praeteritarum contributionum impositionum sive onerum vel damnorum possessorum aut etiam enormis vel enormissime laesionis vel quocunque alio praetextu in toto vel in parte minime effugere seu differre dictosque Primates Archiepiscopos Episcopos Abbates universorumque clerum saecularem et regularem huiusmodi portionem et ratam partem pensionariis pro tempore tangentem ad effectum solutionis praefatae detrahere et retinere respective posse sicque et non aliter per

quoscunque judices ordinarios et delegatos etiam causarum Palatii Apostolici Auditores et Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales etiam de Latere Legatos et Nuncios quavis auctoritate fungentes sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate ubique judicari et definiri debere ac irritum et inane si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari Quocirca moderno et pro tempore existenti Collectori generali praefato per presentes committimus et mandamus quatenus ipse per se vel alium seu alios ut praefertur deputandos ubi et quando opus fuerit ac quoties pro parte tua fuerit requisitus solemniter publicantes faciat auctoritate nostra tibi fructus redditus proventus iura obventiones et emolumenta praefata a Primatibus Archiepiscopis Episcopis Abbatibus ac denique universo clero saeculari et regulari eorumque singulis iuxta praesentium tenorem ac etiam per illorum aut aliorum bonorum non tamen sacrorum subtractionem sive sequestrationem integre persolvi seu quibus volueris consignari contradictores quoslibet et rebelles per sententias censuras et penas ecclesiasticas aliaque opportuna iuris et facti remedia appellatione postposita compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii saecularis. Non obstantibus quatenus opus sit felicis recordationis Bonifacii Papae octavi praedecessoris nostri de una et in concilio generali aedita de duabus dietis dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate presentium ad iudicium non trahatur necnon chancellariae apostolicae regulis et praesertim *(?)* illa de iure quaesito non tollendo aliisque constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon ecclesiarum monasteriorum militiarum et aliorum locorum ecclesiasticorum praefatorum etiam juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque indultis et litteris apostolicis sub quibuscunque tenore et formis ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus et insolitis clausulis irritantibusque et aliis decretis in genere vel in specie ac alias in contrarium quomodolibet concessis confirmatis et innovatis. Quibus omnibus etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis eorumque totis tenoribus specialis specifica et expressa ac de verbo ad verbum non autem per clausulas generales idem importantes mentio seu quaevis alia expressio habenda esset illorum omnium tenores presentibus pro plene et sufficienter expressis habentes illis alias in suo robore permansuris hac vice duntaxat specialiter et expresse harum serie derogamus caeterisque contrariis quibuscunque. Vo-

lumus autem quod pecuniae quas ex presenti concessione percipies in alios usus quam catholicae religionis defensionis et propagationis necnon obedientiae erga Romanam Ecclesiam conservationis pro quibus duntaxat concessio ipsa fit nullatenus convertantur super quo Maiestatis tuae et ministrorum tuorum conscientiam oneramus. Quibus dico quodque presentium transumptis etiam impressis manu alicuius notarii publici subscriptis et sigillo personae in dignitate ecclesiastica constitutae munitis eadem prorsus fides ubique in juditio et extra illud adhibeatur quae ipsis presentibus adhiberetur si forent exhibitae vel ostensae Presentibus ad quindecim annos proximos tantum valituris per easdem autem presentes iuribus Camerae apostolicae quoad fructus vacantes nullatenus praeiudicare sed ea illaesa et illibita *(sic)* praeservare intendimus. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die XXXI Maii M.DC.XXV. Pontificatus nostri anno secundo [1].

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1625—Junho

Urbanus Papa VIII—Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Parum novisse videtur ingenium Majestatis Tuae Lusitanus Magistratus Ulixipponensibus imperitans. Cum enim Austriacae pietatis lacte nutritus diadema perfecti decoris existimes regalem auctoritatem humiliare sub potenti manu Dei, et sacerdotis jus, id est ditionem divinitatis propugnare, ille non ita pridem temere conatus est tibi tantam gloriam eripere contemptu Apostolicae dignitatis et ecclesiasticorum ministrorum oppressione. Misera certe haec Principum conditio est, quibus testis meritorum fama audet alienas etiam culpas exprobare. At non deest tanto Regi facultas sacrilegi criminis suspicionem ab se segregandi. In manu enim Majestatis Tuae est efficere, ut qui hoc tempore in eo regno violata ecclesiae jura conquerentur, discere etiam possint, iisdem facinoribus, quibus divinae ultionis fulmina accenduntur regiae pietatis indignationem exardescere.

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., Livro 90 do Santo Officio.

Horret animus ea referre, quae contra Collectoris nostri ditionem lusitani judices Ulixipone patrarunt. Neque enim satis fuit eorum audaciae pontificios magistratus vocare ad tribunalem saecularis fori et laicam manum in caeli messem extendere; sed moerens ea civitas spectavit aedes Apostolici Ministri armatis satellium vilissimorum cohortibus obsessas, ibique fores intimorum conclavium sacrilegis effractas securibus in dictum exilium, rerumque pene omnium usum iniquissima interdictione ademptum legationis Auditori quem jus gentium in hostili etiam solo satis contra furentium populorum injurias armasset, ipsum auctoritate nostra munitum Collectorem temerè despectum ludibrio habitas excommunicationes, quae sunt fulmina Omnipotentis. Tam atrox spectaculum lacrymantibus oculis in eo variarum nationum portu prospexit moerens ecclesia, quae regnorum fundamenta iisdem machinis quati scit, quibus sacerdotis dignitas oppugnatur. Neque enim adeo desipiunt filii tenebrarum, quos aliquando filiis lucis prudentiores evangelica vox appellat, ut in ulla fidelium provincia palam jactitent se querere sedem, et principatum haeresi. Una enim nominis adeo invisi mentio piorum populorum iras facilè contra ipsorum conatus armaret. Instruitur dolis infernus, ejusque venena non rarò sub cibi specie delitescunt. Prudentiam illam mundi, quae stultitia est apud Deum, sociam sibi plerumque adjungit, atque ea dum Principum ditionem amplificaturam se pollicetur, paulatim suadet contemptum ecclesiasticae auctoritatis, qua dejecta confestim effrenis licentia vitiorum impunè debaccatur; atque ea demum haereticae impietati fores patefacit, et civitates prodit. Quis vero nescit huiusmodi ariete usum esse Satanam ad Longobardorum Regum in Italia, et Graecorum imperium in oriente evertendum? Id certè non ignorarunt parentes Majestatis Tuae scientiam salutis edocti. Ii enim, ut omnes aditus haeresibus seditiones progignentibus intercluderent in Hispania, religioso magnanimae liberalitatis consilio non timuerunt ex ista navi egerere venenatos illos thesauros, id est mauritanas nationes, quarum multitudo, et opulentia poterat multarum provinciarum votis invocari. Hanc Catholicorum Regum gloriam nisi penitus obliti essent Lusitani Magistratus adduci ne potuissent in spem fore, ut tam audaci facinore regale patrocinium promererentur? Ubi ejusmodi nuncius Apostolicae Senatus aures vulneravit vix dici potest quantam omnium ordinum consensus injuriam pietati tuae illatam esse doluerit. Nunc autem conversae sunt omnium mentes in Majestatem Tuam atque a te illa exempla expectantur, quae doceant regios omnes ministros, iis-

dem artibus, quaeri favorem Regis et benevolentiam Dei. Exurge Rex impiorum odiis clarissimè, age causam caeli, et Pontificis sempiternè majestatem in ecclesiasticis ministris laesam placa iis remediis, quae documenta sint pietatis Austriacae, et solatia afflictae religionis. Quantam in te spem Romana Ecclesia, et Pontificia sollicitudo constituerit uberiùs declarabit venerabilis frater Episcopus Gravinensis Nuncius noster. Ei ergo fidem habere poterit Majestas Tua, cui apostolicam benedictionem impartimur. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die *(sic)* mensis Junii 1625. Pontificatus nostri anno secundo [1].

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1626 — Março 4

Urbanus Papa VIII — Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Laudes a nobis exigere, et praemia a Majestate Tua expectare non temere potest fides, ac prudentia dilecti filii Michaelis Suarez Pereirae, qui Lusitani Regni negotia in hac nationum patria curat. Ei enim non solum plaudunt omnes urbis ordines, quos ille dicitur morum elegantia demeruisse, sed etiam favere videntur beati caelitum chori, cum Sancta Lusitaniae Regina eo procurante caelestes sanctitatis triumphos nuper in Christiana Republica sit consecuta. Nos certe pronis auribus ejus orationem excipimus, in qua degustare licet suavissimum illam mixturam pietatis cum prudentia. Quare Lusitanae nationis laudibus consulentes, cupimus hujus viri virtutem fieri illic patrio Regno fructuosam. Id autem continget, si ad Episcopale Lusitanae alicujus ecclesiae sacerdotium quamprimum vocetur. Regia suffragatione si illum Majestas Tua decoraverit, fatebimur, praemium virtuti, et Pontificiae charitati tributum esse solatium. Hoc autem dum propediem expectamus, Majestati Tuae, cujus potentiam Lusitania credit esse tutelam virtutum, Apostolicam benedictionem amantissime impartimur. Datum Romae apud Sanctum Petrum etc. *(sic)* Die 4 Martii 1626. Pontificatus etc. *(sic)* tertio [2].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 90 v.
[2] *Idem*, idem, fol. 110.

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1626 — Junho 6

Urbanus Papa VIII — Charissime in Christo fili noster salutem etc. *(sic)* Utriusque orbis commercio, atque humani generis commoditati Lusitaniam patere jam diu fatetur Europa. At enim ad Apostolicae authoritatis fines proferendos Regni illius opportunitatem selegisse videtur, cum illud Catholicis Regibus famulari voluit dominantium Dominus. Ut enim Beati Petri ditionem ab imperii sui rationibus non sejungunt hispani Regnatores sic curant, ut proprii Regni propagatio Catholicae Religionis incrementum habeatur. His igitur artibus non solum in terris amplificare, sed etiam super maria potentiam suam firmare dicuntur manum suam supponente Domino. Quare in Lusitaniam alacer proficiscitur venerabilis frater Fabius Archiepiscopus Consanus, qui ibi Generalem Spoliorum Collectorem aget. Dum enim ibi Beati Petri jura defendet, propugnacula muniet Austriacae dominationis, et fretus patrocinio Majestatis Tuae, sperat facile conciliatum in omnes controversias, quibus pater discordiarum dirimere semper conatur salutarem illam humano generi concordiam Regni et sacerdotii. Caeterum Neapolitanae nobilitatis claritudo diuturna rerum experientia, et insigne pietatis studium illi haud difficulter Majestatis Tuae benevolentiam quaerent. Is enim artibus Ecclesiasticos Magistratus et modeste petiit, et sapienter gessit. Ab eo Apostolicam benedictionem accipies, cui hujus Sanctae Sedis negotia curanti fidem habere non secus ac nobis ipsis poteris. Testamur autem ea omnia beneficia Pontificiae sollicitudinem solatium allatura, quibus regia humanitas illum in Lusitania commorantem decoraverit. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem etc. *(sic)* die 6 Junii 1626. Pontificatus nostri anno tertio [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 104.

Breve do papa Urbano VIII aos Governadores do Reino

1626—Junho 6

Urbanus Papa VIII—Dilecte fili nobilis vir salutem etc. *(sic)* Ibi enixè curandum est, ut Catholica Religio feliciter dominetur, unde lumen veritatis petunt nationes in tenebris ambulantes. Quare in Lusitano Regno, cui tanta beneficia debet uterque terrarum orbis Pontificia sollicitudo una cum Vestris Nobilitatibus excubat. Neque enim in ista Religionis arce umquam cessabit princeps tenebrarum dolos substruere egerrimè ferens sacerdotales legiones quotidie isthinc proficisci ad expugnandam diabolicam barbaricae impietatis tyrannidem. Cum igitur istuc Generalis Spoliorum Collector allegandus esset venerabilem fratrem Fabium Archiepiscopum Cousanum selegimus, qui bonarum artium disciplina imbutus veram illam gloriam esse existimat, quae Ecclesiasticae dignitatis tutela, et salutis publicae procuratione paratur. Si Nobilitatum Vestrarum authoritas, ut speramus, illius piis conatibus suffragabitur, non veremur quin Beati Petri ditio habeatur in Lusitania beneficium caeli, et praesidium Regni. Illi ergo perinde ac nobis ipsis loquentibus credere, et omnem opem praestare poteritis. Sic enim et Dei causam agent, et Pontificiam benevolentiam mirificè sibi obstringent Nobilitates Vestrae quibus ille Apostolicam benedictionem impartietur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem etc. *(sic)* die 6 Junii 1626. Pontificatus nostri anno tertio [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 105 v.

Breve do papa Urbano VIII ao Duque de Villa Hermosa

1626—Junho 6

Urbanus Papa VIII—Dilecte fili noster salutem etc. *(sic)* Trophaea inferni sunt, et damna provinciarum eae controversiae, quibus concordia dirimitur inter Regios et Ecclesiasticos magistratus. Non praeterit Nobilitatem Tuam quam pestifera in ejusmodi zizaniis latrant semina calamitatum. Quare diligenter praefocanda sunt, priusquam radices agant et ferant labruscas amaritudinis. Nos certe mirè sollicitos diu habuerunt ea dissidia, quae in Lusitaniae Regno Pontificios ministros ab Ulisiponensi Magistratu sejunxerunt. Nunc autem speramus fore, ut omne virus evomerit pater discordiarum, et pateat illi nationi jura Ecclesiae defendi authoritate Regis, nec tutiorem publicae felicitatis optari posse tutelam, quam ditionem sacerdotii. Quare optima spe fretus illuc proficiscitur venerabilis frater Fabius Archiepiscopus Consanus, qui Generalem Spoliorum Collectorem in eo Regno aget. Exploratum illi est quantum praesidium sacerdotalibus negotiis esse possit in officiis Nobilitatis Tuae, cujus voluntatem iis artibus quaeret, quibus sacros Magistratus hactenus gessit. Miscere enim solet pietatem cum prudentia, et quaerens ubique Regnum Dei parare etiam studia populorum et patrocinium Principum. Neapolitano genere clarus tum suis rationibus praeclare consultum esse arbitrabitur, cum Dei negotia curans insigne aliquod gaudium afferre poterit Catholico Regi. Caeterum voluntatem nostram supra quam dici potest demerebitur, suffragans piis illius conatibus Nobilitas Tua, quae illi eandem, quam nobis fidem habere poterit. Quod a tua pietate solatium expectantes, Apostolicam benedictionem tibi impartimur, et patrocinium nostrum pollicemur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem etc. *(sic)* Die 6 Junii 1626. Pontificatus etc. tertio *(sic)* [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 106 v.

Breve do papa Urbano VIII a Francisco, bispo da Guarda

1630—Janeiro 19

Urbanus Papa VIII—Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem. Cum officium generalis Inquisitoris contra haereticam pravitatem in Portugalliae et Algarbiorum regnis per obitum bonae memoriae Ferdinandi olim episcopi Pharaonensis vacaverit et vacet ad presens, Nos quibus potissima et summa cura est, ut sancta fides catholica ubique floreat et augeatur, atque omnis haeretica pravitas è cunctorum mentibus depellatur, nostrae sollicitudinis studium diligenter adhibemus, ut qui à caula Dominici gregis diabolica fraude seducuntur, ad eam, aspirante Domino reducantur, vel si in eorum damnato proposito, et obstinato animo pertinaciter perseverare contendant, ita debita animadversione puniantur, ut eorum poena aliis transeat in exemplum, ac sollicitè providentes ne propterea in dictis regnis eadem sancta fides aliquam iacturam, aut gravia inde damna sustineat in perniciem animarum christifidelium, et dispendium salutis aeternae de praeficiendo in locum dicti Ferdinandi episcopi huic muneri, ecclesiastici ordinis viro religione, prudentia, atque experientia praestanti sollicitè cogitantes ad Fraternitatem tuam, de cuius doctrina, fide, pietate, et catholicae fidei zelo fide digna apud Nos testimonia perhibentur, mentis nostrae aciem convertimus firma spe freti te praecipuum hoc munus dirigente Domino consilia et actiones tuas ad ipsius gloriam, et catholicae fidei exaltationem, atque ad populorum Charissimo in Christo filio nostro Philippo Portugalliae et Algarbiorum Regi Catholico subditorum salutem feliciter obiturum; motu proprio, ac ex certa nostra scientia, et deliberatione Te in praefati Ferdinandi episcopi locum apostolica auctoritate tenore presentium generalem Inquisitorem adversus omnem haereticam, et apostaticam à sancta fide christiana pravitatem, in Portugalliae et Algarbiorum, et ab iis dependentibus regnis, principatibus, et dominiis eidem Philippo Regi mediatè, vel immediatè subiectis cum potestate, et auctoritate contra omnes et quoscunque haere-

ticos, et quibusvis haeresibus et erroribus infectos, ac eorum, et cuiuscunque damnatae haeresis sectatores, et dogmatistas, atque ab eadem sancta fide apostatas etiam defunctos, et eorum memoriam nec non de haeresi seu apostasia a fide suspectos, sortilegia manifestam haeresim sapientia, divinationes, et incantationes, aliaque diabolica maleficia, etiam praestigia committentes, aut magicas, et negromanticas artes exercentes, illorumque credentes, sequaces, defensores, fautores, et receptatores, vel eis opem, auxilium, consilium, vel favorem directè, vel indirectè, publicè, vel occultè praestantes, atque eorum libros et scripta ementes, legentes, et retinentes cuiuscunque status, gradus, conditionis, dignitatis, et praeeminentiae existant tam laicos, quam ecclesiasticos saeculares, et cuiusvis ordinis regulares, ac in aliis causis de iure, vel consuetudine ad officium Inquisitionis spectantibus et pertinentibus per te, vel alium, seu alios prout iuris fuerit, inquirendi, procedendi, et exequendi, seu inquiri, procedi, et exequi faciendi, contradictores quoslibet et rebelles, ac tibi in praemissis non parentes per censuras ecclesiasticas, et alias poenas etiam pecuniarias, ac alia iuris et facti remedia opportuna compellendi, compescendi, coercendi, mulctandi, et puniendi, atque in his, et praedictis omnibus, et singulis, si et quoties opus fuerit, auxilium brachii saecularis invocandi, et implorandi. Praetereà in quibusvis civitatibus et diocesibus regnorum, principatuum, et dominiorum praefatorum unum, vel plures dictae haereticae et apostaticae pravitatis inquisitores providos, et idoneos, ac bonae famae, et sanae conscientiae viros catholicae fidei, zelo, doctrina, et experientia pollentes cum simili, vel limitata potestate, nec non dicti officii consiliarios, procuratores, tabelliones, et alios ministros et officiales opportunos quoties tibi placuerit per te, vel alium, seu alios instituendi et deputandi, ac tam hactenus institutos et deputatos per dictum Ferdinandum episcopum, et alios quoscunque, quam etiam per te instituendos et deputandos quandocunque tibi videbitur, revocandi, et amovendi, aliosque in eorum locum subrogandi, et substituendi, illos visitandi, ac de gestis et administratis ab eis rationem petendi, et exigendi, ac quos culpabiles in officiis eis commissis repereris iuxta excessuum et delictorum qualitatem tuo arbitrio corrigendi, et puniendi, ipsasque per te perpetuò, vel ad tempus impositas poenas in toto, vel in parte moderandi et remittendi, ac quibuscunque iudicibus et personis quavis etiam episcopali, vel archiepiscopali dignitate fulgentibus, quibus tibi inhibendum videbitur etiam sub censuris ecclesiasticis, ac poenis etiam pecuniariis inhibendi, ac ipsos in-

obedientes in eas incidisse declarandi, aggravandi, et reaggravandi usque ad invocationem auxilii brachii saecularis inclusivè, et ab eis postquam mandatis tuis paruerint, et obediverint, vel parere et obedire promiserint, absolvendi in forma ecclesiae consueta, ac omnia alia et singula in praemissis, et circa ea necessaria, et quomodolibet opportuna, nec non quae ad officium generalis Inquisitionis huiusmodi de iure, vel consuetudine pertinent, aut pertinere noscuntur, faciendi, gerendi, exercendi, et exequendi apostolica auctoritate tenore presentium ad nostrum et Sedis Apostolicae beneplacitum creamus, facimus, constituimus et deputamus, ita tu omnibus et singulis honoribus et oneribus, emolumentis, gratiis, facultatibus, privilegiis, indultis, praerogativis, superioritate, et praeeminentia quibus alii generales Inquisitores qui pro tempore fuerunt, usi, et gavisi sunt, ac uti, frui, et gaudere potuerunt, et consueverunt, uti, frui, et gaudere possis et valeas. Statuentes insuper appellationes, seu provocationes et recursus à quibusvis sententiis et decretis per quoscunque inquisitores dictorum regnorum, principatuum, et dominiorum tam à praefato Ferdinando, seu ab aliis Inquisitoribus generalibus praedecessoribus tuis hactenus deputatos, quam in posterum deputandos occasione praemissorum promulgatis et promulgandis, ac gravaminibus illatis et inferendis ad te interponi, teque causas appellationum, seu provocationum, et recursuum huiusmodi una cum omnibus et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis et connexis per te, vel alios audire, cognoscere, et fine debito terminare potere et debere, ac decernentes irritum et inane si quid secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari; Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae viij praedecessoris nostri de una, et in concilio generali edita de duabus dietis, et aliis apostolicis constitutionibus et ordinationibus, ac etiam in provincialibus et synodalibus conciliis editis generalibus vel specialibus, ac statutis et consuetudinibus etiam iuramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, privilegiis quoque indultis, et litteris apostolicis per praedecessores nostros quibusvis personis cuiuscunque qualitatis, gradus, ordinis, et conditionis existentibus, ac capitulis, collegiis, congregationibus, universitatibus et confraternitatibus sub quibuscunque tenoribus et formis concessis, quibus omnibus illorum tenoribus presentibus, ac si ad verbum insererentur pro sufficienter expressis, et insertis habentes hac vice dumtaxat specialiter et expressè derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque. Volumus

quibus quomodolibet innodatus existis ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes, et absolutum fore censentes, supplicationibus dicti Philippi Regis nobis super hoc humiliter porrectis inclinati, dictos sex menses ad alios sex menses à primodictorum sex mensium fine computandos quibus durantibus regimini, et administrationi ecclesiae Egitaniensis huiusmodi in manibus nostris cedere omnino tenearis, alioquin eisdem sex mensibus per presentes prorogatis elapsis, dicta ecclesia vacet, et vacare censeatur eo ipso apostolica auctoritate tenore presentium extendimus, et prorogamus. Non obstantibus omnibus illis, quae in dictis litteris voluimus non obstare, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub annulo Piscatoris, die XV Junii M.DC.XXX. Pontificatus nostri anno septimo [1].

Bulla do papa Urbano VIII a João, arcebispo eleito de Evora

1635—Dezembro 8

Urbanus Episcopus servus servorum Dei, Venerabili fratri Joanni Episcopo Lamacensi in Archiepiscopum Elborensém electo salutem, et Apostolicam benedictionem. Romani Pontificis, quem Pastor ille caelestis, et Episcopus animarum potestatis plenitudine sibi tradita ecclesiis praetulit universis solicitudo requirit, ut circa cuiuslibet ecclesiae statum sic vigilanter excogitet, sicque prospiciat diligenter, ut per eius providentiam circunspectam, nunc per simplicis provisionis effectum, quandoque vero per ministerium translationis accommode prout personarum, locorum, et temporum qualitas exegit, ac ecclesiarum utilitas suadet ecclesiis singulis pastor accedat idoneus, et rector providus deputetur, qui populum suae curae creditum salubriter dirigat, et bona ecclesiae sibi commissae non solum gubernet utiliter, sed etiam multimodis efferat incrementis. Sane ecclesia Elborensis ad quam dum pro tempore vaccat nominatio personae

[1] ARCH. NAC., Papeis varios do Santo Officio, (Caixa 26 de Bullas), Maç. 1, num. 276.—*Sobrescrito:* Venerabili fratri Francisco Episcopo Egitaniensi.

narie committendo, liberamque tibi ad eandem ecclesiam Elborensem transeundi licentiam tribuendo firma spe, fiduciaque conceptis, quod extera *(sic)* Domini tibi assistente propitia prefata ecclesia Elborensis per tuae circunspectionis industriam, et studium fructuosum regetur utiliter, et prospere dirigetur, ac grata in eisdem spiritualibus, et temporalibus suscipiat incrementa. Volumus autem, ut antequam regimini, et administrationi dictae ecclesiae Elborensis te in aliquo imisceas in manibus venerabilium fratrum nostrorum Francisci olim Egitaniensis, et Neocastrensis Episcoporum, seu alterius eorum fidelitatis debitae solitum praestes iuramentum iuxta formam, quam sub Bulla nostra mittimus interclusam, quibus, et eorum cuilibet per alias nostras litteras mandamus quatenus ipsi, vel alter á te nostro, et Romanae Ecclesiae nomine huiusmodi recipiant, seu recipiat iuramentum. Fraternitati vero tuae per Apostolica scripta mandamus quatenus ad dictam ecclesiam Elborensem cum gratia nostrae benedictionis accedens, curam, et administrationem praedictas sic exercere studeas, solicite fideliter, et prudenter quod exinde sperati fructus proveniant, ut tuae bonae famae odor ex tuis laudabilibus actibus latius defundatur, ipsaque ecclesia Elborensis gubernatori provido, et fructuoso administratori gaudeat se commissam, tuque praeter aeternae retributionis praemium, nostram, et Sedis Apostolicae benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis. Nos enim dictam ecclesiam Lamacensem per solam translationem, et praefectionem huiusmodi vacare decernimus. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo sexcentesimo trigesimo quinto, tertio nonas Decembris Pontificatus nostri anno tertio decimo [1].

[1] *Copia, no* ARCH. NAC., *Liv. mss.*, num. 419, fol. 83.

Bulla do papa Urbano VIII

1637 — Fevereiro 9

Urbanus Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Antonio de Rosario Electo Malacensi salutem et Apostolicam benedictionem. Apostolatus officium, meritis licet imparibus, nobis ex alto commissum, quo ecclesiarum omnium regimini divina dispositione praesidemus, utiliter exequi, coadjuvante Domino cupientes soliciti corde reddimur, et solertes ut cum de ecclesiarum ipsarum regiminibus agitur committendis, tales eis in Pastores praeficere studeamus, qui populum suae curae creditum sciant non solum doctrina verbi, sed etiam exemplo boni operis informare commissasque sibi ecclesias in statu pacifico, et tranquillo vellint, et valeant, auctore Domino salubriter regere, et feliciter gubernare.

Sane ecclesia Malacensis in Indiis Orientalibus, quae de jure patronatus charissimi in Christo filii nostri Philippi Portugalliae, et Algarbiorum Regis Catholici ex privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, fore dignoscitur, tunc ex eo quod nos nuper venerabilem fratrem nostrum Gundisalvum Episcopum Tingensem, et Septensem, olim Malacensem à vinculo quo dictae ecclesiae, cui tunc praeerat tenebatur de fratrum nostrorum consilio, et Apostolicae potestatis plenitudine absolventes, illum ad ecclesiam Tingensem et Septensem, certo tunc expresso modo vacantem de simili consilio, Apostolica auctoritate transtulimus, praeficiendo ipsum in Episcopum et Pastorem Pastoris solatio destitutae, nos ad provisionem ejusdem ecclesiae Malacensis celerem et felicem, ne longae vacationis exponatur incommodis, solicitis studiis intendentes, post deliberationem, quam de praeficiendo eidem ecclesiae Malacensi personam utilem, et etiam fructuosam cum eisdem fratribus habuimus diligentem demum ad te ordinis Sancti Dominici congregationis Indiae Orientalis, ac theologiae professorem ex legitimo matrimonio, ac honestis, et catholicis parentibus procreatum in sexagesimo tuae aetatis anno, et a pluribus annis in sacro presbyteratus ordine constitutum, et ad alios docendum idoneum, quem praedictus Philippus Rex nobis ad hoc per suas

literas praesentavit, et de cujus vitae munditia, morum honestate, spiritualium providentia, et temporalium circumspectione, aliisque multiplicum virtutum donis apud nos fidedigna testimonia perhibentur, direximus oculos nostrae mentis. Quibus omnibus debita meditatione pensatis, de persona tua nobis, et eisdem fratribus ob tuorum exigentiam meritorum accepta, praedictae ecclesiae Malacensi de eodem consilio, auctoritate praedicta providemus, teque illi in Episcopum praeficimus, et Pastorem curam, et administrationem ipsius ecclesiae Malacensis tibi in spiritualibus, et temporalibus plenariè committendo in illo, qui dat gratias, et largitur praemia, confidentes, quod dirigente Domino actus tuos, praedicta ecclesia Malacensis sub tuo felici regimine regetur utiliter, et prospere dirigetur, ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa. Jugum igitur Domini tuis impositum humeris prompta devotione suscipiens, curam et administrationem praedictas sic exercere studeas solicite, fideliter, et prudenter, quod ipsa ecclesia Malacensis gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissum; tuque praeter aeternae retributionis praemium nostrum, et Sedis Apostolicae benedictionem et gratiam exinde uberius consequi merearis. Volumus autem ut theologalem et poenitentiariam praebendas, necnon seminarium praescriptum concilii Tridentini erigi, et montem pietatis fieri cures, conscientiam tuam in hoc onerantes. Utque antequam possessionem dictae ecclesiae Malacensis adipiscaris, ac illius regimini, et administrationi in aliquo te immisceas, professionem fidei in manibus venerabilium fratrum nostrorum Archiepiscopi Cranganorensis, et Cochinensis, et Sancti Thomae Episcoporum, vel alicujus eorum emittere tenearis juxta formam, quam sub bulla nostra mittimus introclusam. Quibus et eorum cuilibet per alias nostras literas mandamus ut ipsi, vel aliquis eorum a te fidei professionem huiusmodi recipiant. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae 1636 quinto Idus Februarii Pontificatus nostri anno 14 [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 48, fol. 25.

Breve do papa Urbano VIII

1638—Julho 5

Urbanus Papa octavus—Ad futuram rei memoriam. Quamvis juxta canonicas sanctiones, et constitutiones Apostolicas etiam in conciliis universalibus editas, ac in bulla in Coena Domini quotannis legi solita innovatas, et approbatas prohibitum, et expresse interdictum sit, ne bona semel Deo dicata ad laicales, seu profanos usus convertantur, neve Judices, et Principes laici super bonis ecclesiarum, et monasteriorum, beneficiorumque ecclesiasticorum, ac piorum operum manus apponant praesertim ad illorum occupationem, ipsarumque ecclesiarum, monasteriorum, beneficiorumque ecclesiasticorum, ac piorum operum, et locorum praefatorum, ac ultimarum voluntatum etiam antiquarum a christifidelibus pro tempore pro ipsorum animabus apud Deum adjuvandis dispositarum, et relictarum abrogationem, praejudicium, et gravamen etiam contra leges civiles, quae illorum integram exequutionem, et plenam observantiam expressè jubent et mandant nihilominus, ut accepimus in Portugalliae et Algarbiorum Regnis sub praetextu assertarum legum, seu ordinationum illorum Regnorum, etiam si illac a piae memoriae Gregorio Nono, et aliis Romanis Pontificibus praedecessoribus nostris, etiam occasione confirmationis concordatorum inter Regem, seu Reges, ac Praelatos, et clerum aliàs initorum annullatae, revocatae, et abrogatae fuerint, attentarunt, et inceperunt nonnulli etiam officiales, et ministri Regii inquietare, et perturbare ecclesias, monasteria, beneficia, opera, et loca pia hujusmodi, eorumque possessiones super suis bonis etiam ab antiquo tempore per christifidelium diversas largitiones relictis, et acquisitis Capellas vulgo nuncupatis de facto etiam auctoritate laicali, et Regia, et coram judicibus laicis vexare et molestare, et aliqui forsan etiam nulliter, ac de facto injustè, et debitè illis easdem ecclesias, et monasteria, beneficia, operaque, et loca pia praedicta, eorumque possessores expoliarunt, alii, et occupantibus, et molestantibus, nedum auxilium, et favorem tam in agendo, et occupando, quam in retinendo, et alias quomodolibet praestiterunt in animarum suarum praeju-

dicium, ac damnationem, sed etiam in violationem immunitatis ecclesiasticae, et usurpationem jurium ecclesiarum, monasteriorum, beneficiorum, operum et locorum piorum hujusmodi, ac Sanctae Matris Ecclesiae contemptum, et in scandalum plurimorum, censuras et poenas in praedictis sacris canonibus, constitutionibus Apostolicis, universalibusque conciliis, ac Bulla Coena Domini inflictas damnabiliter incurrendo. Et quia a nonnullis asseritur quod aliqui in dictis Regnis ministris Sedis Apostolicae, et forsan etiam Collectores supradicta, vel eorum aliqua tacita conniventia, seu incuria tolerarunt, seu permiserunt, aut nonnullos etiam actus, etiam per modum declarationis, seu alias qui praetenduntur tendere in praejudicium ecclesiarum; monasteriorum, beneficiorum, operum, vel locorum piorum, aliorumque praefatorum super praefatis capellis, et aliàs contra jurisdictionem, libertatem, et immunitatem ecclesiasticam, et jura Sanctae Sedis Apostolicae, aliaque praemissa fecerint, etiam si actus quorumcumque officialium, et ministrorum Sedis Apostolicae etiam Collectorum, vel eorum taciturnitates conniventiae, tolerantiae, promissiones, omissiones, et acta quaecunque non possint eidem Sedi Apostolicae, ac jurisdictioni, libertati, et immunitati ecclesiasticae in aliquo praejudicare, absque scientia, et approbatione nostra; nihilominus ad abundantiorem cautelam nos, ad quos ex debito pastoralis officii nobis divina dispensatione injuncti pertinet ecclesias, monasteria utriusque sexus, beneficia, operaque, et loca pia, piasque christifidelium elargitiones, et capellas praedictas, illarumque possessores, libertatem, immunitatemque ecclesiasticam, ac jura, et jurisdictiones Sanctae Matris Ecclesiae, et Sedis Apostolicae ab indebitis molestiis, vexationibusque, et gravaminibus quibuscumque tueri, et liberare super his de mentis nostrae declaratione, et de opportuno remedio, quantum nobis ex alto conceditur debitè providere volentes, necnon praefatarum legum, ordinationum, statutorum ipsorum Regnorum, ac quorumcumque tam ab officialibus, et ministris Regiis, et aliis quibuscumque, cujuscumque status, gradus, conditionis, praeheminentiae, ac dignitatis etiam ecclesiasticae, et Regalis, ac alias etiam speciali nota, et expressa mentione dignis, quàm à quibuscumque officialibus, et ministris Sedis Apostolicae, ac etiam Collectoribus super praemissis quomodolibet forsan factorum, et gestorum, seu è contra omissorum, vel qualitercumque permissorum, et commissorum, ac inde secutorum quorumcumque tenores etiam maiores, et veriores, litiumque, et causarum, si quae etiam de facto super praemissis exortae, et pendentes sint,

vitio, intentionisque nostrae, ac quocumque alio defectu quantumlibet substantiali etiam ex eo quod in praemissis quomodolibet interesse habentes, vel habere praetendentes quicumque etiam ministri, et officiales praedicti, ac praesertim judices, ministri, et officiales Regii praedicti, et alii quicumque cujuscumque qualitatis, status, gradus, dignitatis, conditionis et praeheminentiae etiam speciali nota digna existant praemissis non consenserint, nec ad ea vocati, et auditi; solemnitatesque, et quaevis alia servanda, et adimplenda nullatenus servata, et adimpleta, et causae propter quas praesentes emanaverint adductae, verificatae, seu aliàs sufficienter, aut etiam in aliquo justificatae, non fuerint, ac quocumque alio colore, praetextu, occasione, et causa etiam in corpore juris clausis, et alia quacumque quantumvis rationabili, justa, et privilegiata etiam tali, quae ad effectum validitatis praemissorum necessario exprimenda foret à quoquam notari, impugnari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, vel adversus illa quodlibet juris, facti, vel gratiae remedium impetrari, vel sic impetrato, ac etiam motu, scientia, et potestatis plenitudine paribus etiam consistorialiter, aut alias quomodolibet concesso quemquam uti, seu se juvare in judicio, et extra minime posse, sed illa semper valida, firma, et efficacia existere, et fore, suosque integros, et plenarios effectus sortiri, et obtinere, sicque et non aliter in praemissis per quoscumque judices ordinarios, et delegatos etiam causarum Palatii Apostolici auditores, Nuncios Apostolicos, ac Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales etiam de latere legatos, ac quoscumque alios quavis auctoritate, et potestate fungentes, sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter judicandi, et interpraetandi facultate, et auctoritate judicari, et definiri debere, irritumque, et inane quidquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari decernimus, et declaramus. Non obstantibus praemissis, ac constitutionibus, et ordinationibus Apostolicis, et Cancellariae Apostolicae regulis, et quatenus opus sit illa de non tollendo jure quaesito, ac praedictis, et quibusvis aliis Regnorum praedictorum legibus, et ordinationibus, statutis, stylis, et consuetudinibus, etiam immemorabilibus, ac etiam juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate aliqua roboratis, privilegiis quoque indultis, et litteris Apostolicis quibusvis, sub quibuscumque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis derogatoriarum, derogatoriis, aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis, ac irritantibus, et aliis decretis, etiam per viam legis, aut contractus, vel statuti perpetui in genere, vel in specie, aut aliàs quomo-

che prima le possedevano. Onde i ministri Regi, che pretendono che la legge sia stata approvata da Sommi Pontefici come necessaria in quel Regno, dove dicono essersi posta in uso da longo tempo, strepitano contro il Collettore, affinche rivocando i suoi procedimenti riponga ogni cosa nello stato di prima. All'incontro si afferma per parte degli ecclesiastici che la legge è stata sempre improvata, et abrogata dalla Sede Apostolica; e che non solo non s'è mai osservato; ma che più tosto si è praticato in ogni tempo il contrario, essendo i primi atti, che si allegano dai Regi a favore della pretesa osservanza dal 1670 *(sic)* in quà, et a questi si è pur anche contradetto.....[1].

Breve do papa Urbano VIII ao Collector de Portugal

1639 — Outubro 22

Urbanus Papa Octavus—Venerabilis frater salutem etc. *(sic)* Quae lusitanus magistratus adversus fraternitatem tuam nuper patrasse fertur, uberem tibi laudis materiam attulerunt cum etenim scuto bonae voluntatis munitus ecclesiastica jura sedulo propugnaveris, totque labores atque incommoda divino servitio constanter devoveris, insigni religiosae fortitudinis exemplo non vulgarem constantiae commendationem apud veros Ecclesiae filios consecutus es. Nos quidem animi firmitatem apostolico ministro apprimè dignam summopere probamus, et pontificiae charitatis testimonio libenter prosequimur, tùm quòd te paternè diligimus, tum quod tibi exploratum esse volumus, virtutes tuas praeter existimationem, quam in bonorum omnium mentibus nactae sunt, a nobis etiam magnifieri. Dominus stet à dextris tuis, et clementer tueatur fraternitatem tuam, cui nos apostolicam benedictionem ex animo impertimur. Datum Romae die 22 Octobris 1639 *(sic)*[2].

[1] *Extracto da copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 14, fol. 182 e 184.
[2] *Copia,* idem, tomo 19, fol. 227.

Breve do papa Urbano VIII a el-Rei

1639—Outubro 31

Urbanus Papa Octavus—Charissimo etc. *(sic)* Pastoralis muneris nostri debitum, et honoris domus Dei zelus quibus pro tuendis Sanctae Ecclesiae juribus assiduè praemimur, nos impellunt, ut ea silentio non praetereamus, quae maxima cum Dei offensione in ipsius Ecclesiae, ac Sedis Apostolicae detrimentum per officiales, ac ministros Majestatis tuae in Regnis Portugalliae et Algarbiorum nedum contra sacrorum canonum dispositionem, sed etiam contra jus naturale, et gentium nuper commissa fuerunt, et forsan ipsi committere non desinunt. Cum itaque sicut non sine gravi animi nostri molestia accepimus venerabilis frater Alexander Episcopus Neocastrensis jurium et spoliorum Camerae Apostolicae debitorum in dictis Regnis Collector generalis cum facultate Nuntii Apostolici existens ad consulendum saluti animarum, et ad evitandam usurpationem legatorum piorum, et bonorum à christifidelibus pro suarum animarum suffragio diversis ecclesiis ac monasteriis etiam sanctimonialium, et locis piis relictorum, ab eis per plures annos pacificè possessorum, quae inibi Capella nuncupantur à Majestatis tuae ministris tunc comminatam, et fortasse incaeptam, fecisset generalem monitionem contra spoliantes, spoliareque volentes ipsas ecclesias, monasteria, et loca pia, monendo illos de incursu censurarum, et poenarum ecclesiasticarum, ex ipsis occupationibus resultante, ipsi officiales, et ministri, ut quosdam laicos potentiores ditarent, Dei timore postposito, nedum easdem ecclesias, monasteria, et loca pia suis bonis etiam ad victum, et sustentationem respectivè necessariis spoliarunt, sed etiam in praedictum Alexandrum eorum superiorem ecclesiasticum, ac Beati Petri, nostrumque et Sedis Apostolicae officialem praecipuum, et Episcopum inhumaniter saevire ausi fuerunt, nulliter enim, ac de facto contra ipsum nulli, nisi nobis, et Sanctae Sedi subditum processerunt, et sua pertinacia in deterius utendo, ipsum propria libertate etiam naturali, ac cibariis, commoditateque; missam audiendi, et confessarium sibi necessarium habendi privarunt, famulosque ab ejus

servitiis violenter amoverunt, ac etiam per milites, et satellites in ejus propria domo obsederunt, ac etiam eidem ad se dejiciendum è fenestra cum vitae periculo ne talia pateretur, causam dederunt, et interdictum ecclesiasticum ab eo positum, Dei iracundiam provocando parvi fecerunt; ac deinde a monasterio fratrum ordinis Sancti Francisci civitatis Ulixbonensis, ad quam ex exteris nationibus etiam infideles, et haeretici causa commercii confluunt, non sine catholicorum scandalo, ac orthodoxae fidei inimicorum derisione, sacrilegè extraxerunt, illumque invitum extra praedicta Regna ad instar facinorosi, et hostis duxerunt in ipsius vilipendium, et Sedis Apostolicae contemptum sententias, censuras et poenas ab eisdem sacris canonibus, et conciliorum universalium decretis, ac constitutionibus Apostolicis, etiam in bulla in die Coenae Domini legi solita, ipso jure inflictas damnabiliter una cum complicibus suis incurrendo. Nos autem, ut Deus ab ecclesia sua huiusmodi gravem afflictionem avertat, ad eum levabimus oculos nostros, et religiosi coetus orationes fundere non intermittent donec in Domino faciamus virtutem. Interim vero, cum non videatur credendum à Rege Catholico scienter talia emanasse idcirco sperantes Majestatem tuam omnia esse in integrum reposituram, et contra delinquentes animadversuram, quantumque adverso animo illa acceperit patefacturam, eamdem Majestatem tuam paternè in Domino hortamur, et enixè rogamus, ut avitae virtutis, ac pietatis emulatrix, Regumque Portugalliae et Algarbiorum, qui in similibus negociis pro oportuno remedio ad Sedem Apostolicam recursum habuerunt, vestigiis inhaerens praedicta omnia et singula impedimenta et oppressiones removeat ac removeri faciat, ut idem Alexander Collector debita cum dignitate ad eadem Regna quamprimum reverti, et in exercitio sui muneris continuare, et prosequi, ut prius possit et valeat, nos enim praedictorum innovatorum remotionem à Majestate tua sedulo postulamus, Sedes enim Apostolica sicuti semper facere consuevit, ab aequitate non recedet, nobis etiam persuadentes illam gloriam, quam tua Majestas pietate in Deum, et propensa voluntate in Sedem Apostolicam, aliisque magnis meritis hucusque assecuta est, inde non parvum argumentum esse recepturam. Et quidquid in favorem praedicti Collectoris à tua Majestate gestum fuerit nobis tam gratum erit, quam quae gratissima accidere possunt. Et super hoc gravissimo negotio cum Majestate tua fusius disseret venerabilis frater Caesar Archiepiscopus Damiatensis Nuncius noster, ac dum nostram Apostolicam benedictionem Majestati tuae iterum imparti-

mur, fusis ad Deum precibus petimus ut coelestium gratiarum dona eidem jugiter elargiatur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem die 31 Octobris 1639. Anno decimo septimo *(sic)* [1].

Breve do papa Urbano VIII ao Collector em Portugal

1639—Dezembro 22

Urbanus Papa VIII—Venerabilis frater etc. *(sic)* Cum nuper, sicut non sine gravi animi nostri molestia accepimus ministri regii in regnis Portugalliae et Algarbiorum, Dei timore postposito, in suarum animarum damnationem et christifidelium etiam ipsorum regnorum scandalum, jurisdictionisque et immunitatis ecclesiasticae violarint ac Sedis Apostolicae contemptum ausi fuerint in civitate Ulyssiponensi nedum absque jurisdictione contra fraternitatem tuam in dignitate episcopali existentem ac munus primarii officialis, et ministri nostri, ac Sedis Apostolicae insuper Collectoris Generalis jurium Camerae Apostolicae, cum facultatibus Nuncii in eisdem regnis exercentem, et nulli nisi nobis, et Sanctae Sedi subditum procedere, sed etiam eandem fraternitatem tuam temere sacrilege, ac non sine maxima violentia actibusque valde inhumanis tractare, cibariisque tam animae quam corporis, ac servitio solito famulorum, quos etiam carceribus mancipare fecerunt privare, teque in domo tua obsidere, et in duobus illius cubiculis, etiam militibus et satellitibus armatis obsessum retinere, ac deinde in monasterio fratrum ordinis Sancti Francisci dictae civitatis capere, et ab illo etiam pro delinquentibus immuni, violenter extrahere, ac ab eisdem regnis expellere, et extra ipsa regna invitum abducere, et in loco a civitate Pacensi regni Castellae octo milliaribus circiter distante injuriose dimittere; idcirco cum pro vindicandis tot gravaminibus et injuriis Sanctae Ecclesiae illatis, eadem fraternitas tua, juxta sacrorum canonum conciliorumque universalium et constitutionum apostolicarum etiam in die Coenae Domini legi solitae, dispositionem ad censu-

[1] *Impresso, na* Biblioth. d'Ajuda, Collecç. Geral, tomo 143, num. 26.

rarum et poenarum ecclesiasticarum tam in eis inflictarum quam a te forsan promulgatarum declarationem, ac etiam aliarum poenarum tibi benevisarum fulminationem condemnationem et denunciationem procedere debeat et minister apostolicus, praecipuè facultatibus Nuncii munitus ubicumque existens possit in expulsores animadvertere facultatesque et jurisdictiones sibi in certa provincia, civitate, seu loco concessas in ejus subditos exercere, ac si expulsus non fuisset, et propterea ambigendum non videatur quin motus a tua provintia, ut prefertur expulsus possis in alia provincia tam Hispaniarum, quam ubique locorum, ubi securè commorari voleas ad praefata juris remedia, ac alia necessaria et opportuna ac sibi bene visa etiam ad propulsandas offensiones et injurias tibi illatas nedum extrajudicialiter devenire, tam contra praefatos expulsores, et illos qui eis in cuilibet eorum auxilium, consilium, vel favorem quomodolibet prestiterunt, quam quoscumque alios etiam participes seu complices et fautores etiam sub generali et universali sermone non comprehensos cujuscumque qualitatis, status, gradus, conditionis ac dignitatis etiam ecclesiastices sint, vel fuerint, ac alias quomodolibet speciali et individua expressione dignos, etiam ultra duas, ac tres et quotcumque dictas legales degentes seu moram trahentes et habitantes, sed contra quoscumque etiam judicialiter procedendo inquirere, nihilominus nos ad omnem dubitandi occasionem amovendam et abundantiorem cauthelam adhibendam facultatesque facultatibus addere volentes motu proprio certàque scientia ac matura deliberatione nostris, deque apostolicae potestatis plenitudine, omniumque expulsionis praefatae, et excessuum quorumcumque a praedictis et complicibus contra te, jurisdictionemque et immunitatem ecclesiasticam, ac Sedis Apostolicae superioritatem et jura perpetratorum, ac circumstantiarum, et qualitatum quomodolibet aggravantium, aliorumque praesentibus forsan inserendorum vel exprimendorum quorumcumque tenoris etiam maioris, et verioris pro sufficienter insertis, et expressis habentes, fraternitati tuae praesentium tenore committimus, et mandamus, ac concedimus, ut tam intra, quam extra praefata regna, et ubivis locorum et in quacumque aliena provincia, civitate, dioecesi et jurisdictione ubi nunc et pro tempore te etiam itinerando, vel transeundo existere, seu morari contigerit, omnibus et singulis tam conjunctim quam divisim juris remediis opportunis etiam ex officio seu per inquisitionem, etiam non requisito episcopo dioecesano, metropolitano, primate et quocumque alio cujuscumque status, gradus, conditionis, qualitatis ac dignitatis etiam ec-

clesiasticae et speciali nota, ac mentione individua digno, nullaque petita, nec obtenta licentia illorum vel aliorum quorumcumque nedum facultates et jurisdictiones a nobis tibi in eisdem Portugalliae et Algarbiorum regnis concessas in jurisdictionis tuae subditos, ac si expulsus non esses, et in praefatis regnis morareris, ac etiam in alios non subditos, tibi vim aliquam inferentes, seu quomodolibet te offendentes exerceas exercereque libere et licite possis et valeas sed etiam contra expulsores eorumque complices et fautores, aliosque praefatos etiam summarie simpliciter et de plano, etiam sine strepitu et figura judicii, sola facti veritate inspecta, omni et quacumque appellatione remota procedas super praemissis rebusque aliis in actis causae et causarum huiusmodi a tuo procuratore fiscali vel ab alio per te loco illius deputando, exprimendis, ac deducendis contra praefatos omnesque alios quantumlibet magnum et maximum numerum constituentes et quomodolibet qualificatos quoscumque et qualescumque sint et fuerint, sententiasque, censuras et poenas ad tui defensionem, et injuriarum etiam illatarum propulsationem et vindictam nedum extrajudicialiter sed etiam judicialiter procedendo infligas et fulmines, inflictasque et fulminatas etiam a jure et constitutionibus apostolicis declares ac denuncies, aggravesque et reaggraves aliaque desuper necessaria et opportuna etiam si speciali expressione indigerent facias, decernas et exequaris toties quoties opus erit, vel tibi videbitur nec non quaecumque interdicta ecclesiastica tam personalia, quam localia et mixta in una, seu pluribus civitatibus, ac terris et locis, ac etiam in toto regno, seu regnis Portugalliae et Algarbiorum, et castella regia ipsorum regnorum cessationemque a divinis decernas et ponas, nos enim ad praemissorum effectum plenam, amplam et sufficientem facultatem fraternitati tuae desuper tribuimus et impertimur cum facultate deputandi ubique alium vel alios cum simili vel limitata facultate, prout tibi videbitur ad faciendum gerendum et exequendum omnia et singula praefata ac alia quae tibi videbuntur, et quae erunt quomodolibet necessaria et opportuna illumque et illos mittendi ad civitates, terras et loca quaecumque tibi bene visa tam intra quam extra praefata regna consistentes ac etiam cum facultatibus citandi praedictos, omnesque alios etiam per edictum publicum constito etiam summariè quantum tibi sufficere videbitur de non tuto accessu illisque toties quoties opus fuerit inhibendi etiam sub sententiis, censuris et poenis etiam pecuniariis per te, vel tuos deputatos tuo vel eorum arbitrio infligendis, applicandis et moderandis, et quaecumque alia quomo-

dolibet necessaria et opportuna gerendi, decernendi, mandandi et exequendi non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae VIII de una, et concilii generalis de duabus dietis aliisque apostolicis et in conciliis universalibus provincialibusque et synodalibus editis generalibus vel specialibus constitutionibus et ordinationibus nec non dictorum regnorum, ac ecclesiarum, monasteriorum, ordinum, congregationum, institutorum, et militiarum quorumlibet, ac quarumvis civitatum, terrarum et locorum etiam juramento etc. *(sic)* constitutionibus, stabilimentis, legibus, usibus, naturis ac ordinibus, privilegiis etc. *(sic)* apostolicis dictis regnis, illorumque incolis, et quibusvis aliis locis et personis tam conjunctim quam divisim sub quibuscumque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus etc. *(sic)* in specie vel in genere, etiam motu, scientia et potestatis plenitudine similibus etiam consistorialiter et alias quomodolibet in contrarium praemissorum etiam pluries, et iteratis vicibus concessis, confirmatis et innovatis. Quibus omnibus et singulis etiam si pro sufficienti eorum derogatoriarum de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica individua, et expressa non autem per clausulas generales etc. *(sic)* servanda foret tenore huiusmodi ac si de verbo ad verbum inserererentur praesentibus pro expressis et insertis et formam huiusmodi pro servata habentes illis etc. permansuris etc. *(sic)* derogamus caeterisque contrariis quibuscumque aut si eisdem regnis illorumque incolis et quibusvis aliis locis et personis communiter etc. *(sic)* indultum quod ad parendum alicui cogi et compelli, aut quod citari, seu in judicium coram judicibus de eorum consensu non deputatis, vel extra regna huiusmodi, et loca suae habitationis evocari, vel quod interdici etc. *(sic)* mentionem et qualiter alia ejusdem Sedis judicia generali etc. *(sic)* specialiter. Datum Romae apud Sanctum Petrum sub die 22 Decembris 1639 anno vero decimoseptimo [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 19, fol. 229.—*Sobrescrito:* Venerabili fratri Alexandro Episcopo Neocastrensi in Portugalliae et Algarbiorum regnis spoliorum et jurium Camerae nostrae Apostolicae debitorum Collectori Generali.

Carta do Marquez de Castello Rodrigo, Embaixador em Roma, a el-Rei

1640—Maio 19

Senhor—Tenho dito a Vossa Magestade como havia fallado a Sua Santidade nas couzas do Colleitor, e lhe dey o memorial de que vay a copia, que Dom João Chumaceiro tirou do papel, que lá se fez, havendo parecido ao Cardeal Albernos, a elle, e a my, que não se podia deixar de dar papel sobre ella pelo grande ruido, que este negocio havia feito aqui, e despois hey lembrado a Sua Santidade a satisfação que Vossa Magestade esperava das desordens do Collector, agora ha mandado a my os Monsenhores Maraldi e Albezi, que ahi foi Auditor do Nuncio Monti, e me hão dito que o que eu reprezentava continha duas partes, hũa a justificação da ley, e a outra os procedimentos do Collector: que na primeira se fora certo o que diziamos de concordias, e confirmação dellas dos Papas corria a materia sem difficuldade; mas que isto he totalmente ao contrario, porque as concordias dos onze capitulos, que traz Gabriel Pereyra, foi antecedente á dos sessenta e dous, na qual estão incluzos os que naquella se confirmarão, e tudo o maes ficou annullado; e porque elle Gabriel Pereyra não meteo a data dos onze, *(sic)* que esta ley ha sido contradita pelos Papas desde seo principio, que o que se lhe *(sic)* como exemplar da confirmação feita por ElRey Dom Fernando Magno ao mosteiro de Lorvão he hũa confirmação como então se uzavão em todas as doaçoens, ainda dos Princepes em que confirmavão os ricos homens, e que seria hum absurdo dizer que todos os bens que se conquistavão erão dos Reys, para lhes poder por as condiçoes que quizessem, pois nem a Igreja, nem os descendentes dos antigos possuidores das terras de Hespanha havião prescrevido os direitos que antes tinhão com a invazão dos mouros, por serem injustos possuidores, e que ElRey Dom Affonso 2º fora o primeiro que o havia feito, e logo o contradisse Gregorio 9º como constava de seu breve, excomungando por isso aquelle Rey, o qual morreo neste estado, e que a ElRey Dom Sancho o segundo lhe havião tirado o

reino por querer guardalla, e que para que ElRey Dom Affonso o 3º pudesse ser Rey o obrigarão os prelados a jurar que a não guardaria, que os exemplares que traziamos de sua pratica desde ElRey Dom Manoel para cá, erão menos dos que elles tinhão do contrario com a fundação de hũa infinidade de capellas, que daquele tempo a esta parte se havião feito, de que os eccleziasticos estavão em posse, e que estas se fazião por testamentos, a que estavão prezentes notarios, e testemunhas que não deixarião de accuzallas, se a ley estivera em observancia, mayormente tendo pennas graves, se o não fizessem, e que as bullas e capitulos que sobre isto havia mas mostrarião, se quizesse vellas. Que no que tocava aos procedimentos do Collector Sua Santidade estava informado de quão ajustados havião sido, e que as palavras que no monitorio havião metido contra esta ley não havião sido suas, senão referindo as de Gregorio 9º e que assi esperava Sua Santidade que Vossa Magestade por sua grande piedade faria demonstração com os ministros que nestas materias havião andado. Eu lhes repliquey que os ministros de Vossa Magestade nunca allegavão couzas falças, nem mudavão datas, couza que só se podia sospeitar de Roma, donde tanto se uzava, que as doações dos Reys era verdade que as confirmavão no antigo os senhores, mas não os Reys as delles naquelle sentido, senão so no de suprir a que fosse contra as leys, *(sic)* e que a mortandade havia sido tão grande quando a guerra, e tanto o tempo que os mouros havião occupado a terra que ninguem pertendia successão no que delles se havia tirado, antes constava por todas as historias das repartições feitas pelos Reys das terras que hião conquistando entre as igrejas, ordens militares e barões, e os demais conquistadores, que não se podia dúvidar que quem as dava podia fazello com as condições que quizesse, que o que me dizião do tempo da ley, o avella escrito ElRey Dom Affonso 2º não tirava que fosse ella muito mais antiga, pois no tempo de seo pay e avô não se atendia a escrever leys, senão a pellejar, e tinhamos disto bom exemplar na ley mental, que havendo a feito ElRey Dom João o 1º em tempos mais quietos, não a havia escrito senão ElRey Dom Duarte muitos annos depois, e que naquelles primeiros tempos se uzava tão pouco o escrèver os Reys leys, que havia dous mil exemplares de que cada povo fazia as que havia mister, que o haver tirado o governo do reyno a ElRey Dom Sancho não havia sido por isso, senão por sua incapacidade, e que se ElRey Dom Affonso 3º havia jurado outra couza, devia ser antes de entrar na administração para alcançar

com isso o favor do Papa e dos Prelados que lhe derão, e que neste cazo cada hum jurava tudo o que lhe pedião, mas que era certo que elle a não haveria guardado. Confessarão que o juramento se havia feito sendo Conde de Bolonha, estando em Pariz. Ao da posse que allegavão lhes disse que não ma mostrarião de que havendo sse controvertido se ficassem com ella, como succedia nas nossas que ElRey e seus ministros não estavão obrigados a saber tudo o que se fazia contra as leys, a executallas sim, quando se tinha noticia que eu não necessitava de ver papeis, porque Vossa Magestade estava certo de seo direito, e não me mandava disputar, senão responder a Sua Santidade ás queixas que desta materia me havião dado, e dar lhe conta do pouco fundamento com que o Collector se havia movido, e que me espantava muito que me dicessem que elle se havia governado bem, pois quando fora certo o que presuppunhão, não tocava a hum Collector desfazer o que não havião podido tantos Reys e Prelados como elles confessavão que havião trabalhado nisso, e que havia grande differença de Gregorio 9° a hum Collector, e de Vossa Magestade a ElRey Dom Affonso 2° com o que se via quam grande exceso elle havia cometido, quando não houvera todos os demais dezatinos, que eu já tinha reprezentado, e que o querer manter os ministros nos disparates que fazião cauzava que se tivesse muito menos força no que houvesse razão, e que assi eu tornava a pedir a Sua Santidade fizesse com o Collector as demonstrações que merecia, e que a ley era tão justa que quando a não houvera, e fora necessaria a ajuda de Sua Santidade, era certo que assi, como em outras se fazião a Vossa Magestade se faria nesta tudo o que permitisse o justo e conveniente. Respondi lhes que em outras materias as esperava de Sua Santidade, mas que em esta não necessitavamos della, nem de pedir por graça o que tão justamente se tinha. Dizem que o Collector recorreo muitas vezes a Vossa Magestade por suas cartas, mas que como os ministros, a cujas mãos vinhão erão interessados nas capellas, não chegavão ás de Vossa Magestade. Disse lhes que eu o havia sido alguns annos, e sabia que não havia sido algum tão ouzado, ainda em materias de menos ruido, que deixasse de as mostrar logo no concelho, donde immediatamente se consultavão a Vossa Magestade estas se havião visto em muitas juntas, como elles sabião, e que estas não erão materias pera cartas do Collector. Sobre tudo isto não os tenho por muy assegurados de sua razão, e conhessem o pouco juizo do Collector, aos que aqui hão visto o memorial lhes ha parecido asaz justificado, e hão me

dito que acudirão la com os papeis. Hoje me queixey a Sua Santidade desta reposta de seos ministros, e tornamos aos mesmos lances que com elles, e a rezolução foi que faria informar a Vossa Magestade, cuja catholica pessoa guarde Deos como a christandade ha mister. Roma 19 de Mayo de 1640. O Marquez de Castel Rodrigo [1].

Instrucção aos Embaixadores em França

1641—Fevereiro 2

Francisco de Mello monteiro mór, e Doutor Antonio Coelho de Carvalho, Embaxadores Amigos, Eu tenho nomeado (como sabeis) por meu Embaxador pera hir por mym dar obediencia ao Santo Padre e informalo do direito e justiça com que fui restituido á Coroa destes meus Reynos, a Dom Miguel de Portugal, do meu Conselho Bispo de Lamego, de cuja partida se fica tratando, e porque a viagem que podia fazer pello estreito he muito arriscada, haverá antes de ser daqui a França tomando porto na Rochella, ou Burdeos, e atravessando aquelle Reyno até Marselha, embarcarsse e navegar a Civitá vechia, o qual caminho não seria tambem siguro sem particular licença, passaporte e favor de ElRey Christianissimo E assy tratareis deste negocio logo que chegardes, pedindo a ElRey de minha parte passaporte pera o Bispo entrar em seu Reyno e fazer a jornada por elle, e ordens particulares pera todos os Menistros concorrerem em comprimento do passaporte, e assistirem ao Bispo em tudo o que se offerecer pera sua passagem, e segurança de sua pessoa, familia, dinheiro e roupa, e ser favorecido e amparado de modo que não receba molestia, nem detença; e o passaporte e ordens refferidas lhe enviareis por duas vias aos portos da Arrochella e Burdeos, deregidos a pessoas conhecidas que lhas dem em chegando a qualquer delles.

Pedireis tambem a ElRey Christianissimo, que mande logo sinalar e aprestar duas ou mais galez, que em chegando o Bispo a Marselha, o

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Miscel., tomo 12, fol. 17.

passem a Civita vechia, porque sem ellas será impossivel continuar a jornada a respeito dos impedimentos que acharia hindo por terra.

E pera milhor disposição da jornada do Bispo pedireis tambem a ElRey que mande escrever a Republica de Genova, e ao Grão Duque de Toscana, fazendolhes a saber como eu sou amigo e confederado seu, e que se passar por seus portos e terras o Embaxador que envio a Sua Santidade o favoreção como amigos, ou se ajão com elle neutralmente.

Tratareis com o Cardeal de Rochilieu, e com os Menistros de ElRey Christianissimo do modo e segurança com que o Bispo podera por via de França enviar cartas pera mym e escrever logo a Roma pera os avizos que antes de sua chegada aquella Corte deve procurar, de que lhe avizareis a Rochela e a Burdeos juntamente com os passaportes.

E para que se facelite a entrada do Bispo em Roma procurareis tambem que ElRey escreva logo ao Cardeal Barberino Protector de França e ao seu Embaxador que com seus adherentes sigão a minha parte, e fação o que convier pera que Sua Santidade admitta a embaxada e mande differir as propostas della como he justo e devido, e alcansando estas ordens as fareis encaminhar a Roma com o primeiro correo que se offerecer, e de tudo o que se obrar em conformidade desta instrucção me avizareis com a mayor brevidade que ouver lugar em quaesquer embarcações que primeiro vierem, e em falta dellas fretando hũa ligeira pera que o Bispo sem se deter possa hir advertido do que se ouver negoceado e dispor milhor sua jornada; João Pereyra de Sottomayor a fez em Lisboa a 2 de Fevereyro de mil seiscentos e quarenta e hum. E eu Francisco de Lucena o fiz escrever.—*Rey*.

Instrucção de que hão de uzar Francisco de Mello monteiro mór, e o Doutor Antonio Coelho de Carvalho Embaxadores de França sobre a passagem do Embaxador de Roma—Para Vossa Magestade ver [1].

[1] Arch. Nac., Collecç. de S. Vicente, Liv. 14, fol. 17.

Instrucções a D. Miguel de Portugal, Bispo de Lamego, Embaixador a Roma

1641—Abril 7

Reverendo Dom Miguel de Portugal Bispo de Lamego sobrinho amigo, na embaxada com que vos envio a nosso muito Sancto Padre Pappa Urbano oitavo guardareis a instrução seguinte:

Pellos Embaxadores que forão a França mandey tratar com ElRey Christianissimo sobre vos haver de conceder passagem por seu Reyno, e galles, em que vades de Marselha a Civita Vechia, a respeito de ser aquella jornada menos arriscada que a do districto *(sic)* de Gibaltar, e porque he de crer que a terão alcançado fareis vossa viagem no navio que vos esta sinalado, em dereitura a Rochela, ou a outro porto de França que mais comodamente possais tomar E entrando na Rochela, dareis a minha carta que levaes ao Grão Prior da Ordem de São João que ally governa, em que lhe aggradeço o bom tratamento e gazalhado que fez aos meus Embaxadores, e lhe encomendo a disposição da vossa jornada, ou lhe enviareis a carta do porto que tomardes se for outro E não achando recado dos Embaxadores, sobre o que houverem negoceado com ElRey, acerca da vossa jornada (como levarão a cargo enviarvolo) os avizareis logo em dilligencia para que vos advirtão do que fareis, e se havereis de passar por Paris, e parecendo vos conveniente ganhar tempo e hir caminhando entretanto para que possaes entrar em Roma antes das mutações do verão o fareis assy, e se passardes por Paris, vizitareis a ElRey Christianissimo de minha parte, e lhe dareis a carta que levaes e tratareis de a haver sua, para que o seu Embaxador de Roma vos assista, e passando por outra parte escrèvereis aos meus Embaxadores que a peção, e tambem lhes dareis, ou remetereis a minha carta para elles que levaes.

Por atalhar quanto seja possivel as duvidas e contradições que se vos podem mover por parte dos ministros de ElRey de Castella em razão de serdes admitido por meu Embaxador, convira que tanto que dezembarcardes em Italia prosigaes o caminho de Roma, sem vos deter nem

esperar licença E sendo necessario enviar diante algum aviso ou recado o fareis por termos acautelados, e de que se não possa tomar occasião de duvidar, ou vos mandar deter, e quando todavia se faça, e hajaes de parar, procurareis instantemente facillitar a entrada, pellos meos que conforme ao estado das couzas e qualidade da duvida se vos offerecerem, trabalhando sem vos declarar de todo por entrar em Roma hũa vez, porque despois de entrado ficara menos dificultozo consiguir que Sua Sanctidade vos trate e ouça como a Embaxador meu, no que he de crer que vira, posto que por parte de ElRey de Castella se impugne, pois nenhum Principe deixa de ouvir o Embaxador de outro, e menos se deve esperar que estando eu justamente restituhido a Coroa destes Reynos, e obedecido nelles repare Sua Santidade Cabeça da Igreja Catholica e Pay universal em haver de dar lugar a demonstração que Eu como filho obediente della faço mandando lhe por vos dar conta de minha restituyção, e a obediencia que os senhores Reys meus antepassados sempre costumarão dar a See Appostolica, e aos Summos Pontifices antecessores de Sua Santidade.

Levaes cartas minhas para Sua Sanctidade para o Collegio dos Cardeaes em comum, e em particullar para os Cardeaes sobrinhos e irmão de Sua Sanctidade, e para os mais, muitas dellas sem sobrescrittos que o Secretario da Embaxada lhes pora com noticia certa de seus nomes e titulos, e vão as cartas com defferente estillo, hũa em que se lhes falla por Eminencia, e outras, hũa só vez por Eminencia, e as demais por vós, para que uzeis das que julgardes que mais convira a respeito do tempo, advertindo que ategora se lhes escrevia por vos como os senhores Reys Portuguezes o costumavão, e que com boas considerações mandey eu escrever ao Cardeal Rochaleeu por Eminencia do que pode ser se tenha ja noticia em Roma, e descontemtarense os Cardeaes de se uzar com elles estillo differente.

Tambem levaes cartas para o Embaxador de França, Cardeal Palotto e Conde de Patinoleu, tio do Conde de Arcos que agora he camareiro secretto do Pappa e se affirma ter lugar com elle e com os Cardeaes seus sobrinhos, e outra carta para o Padre João de Mattos assistente do geral da Companhia de Jesus, as quaes dareis despois de chegado a Roma se vos não detiverem no caminho, ou lhas enviareis antes de chegar como vos parecer mais acertado para que se não duvide a entrada no que o Padre João de Mattos poderá tambem obrar.

Fareis toda a dilligencia possivel por ter brevemente audiencia de Sua Santidade havendo a disposto primeiro por meyo dos Cardeaes seus sobrinhos e irmão, e do Cardeal Palotto, se elle corresponder a confiança que se entende se pode fazer de sua pessoa para as couzas de meu serviço e destes Reynos, e porque he costume dar Sua Santidade nas audiencias banco aos Embaxadores dos Reys, fareis quanto puderdes para que se guarde comvosco o mesmo, supondo o por couza assentada, sem a por em questão, mas quando se duvide e se queira uzar comvosco o estillo que se teve com o primeiro Embaxador que o Emperador que hoje he enviou a Sua Santidade ao qual não deu assento e vos pareça que o não podereis vencer com a brevidade que requere o negocio, a que hides, tomareis o logar que se vos der protestando que não he o que vos tocca, e que Sua Santidade melhor informado vos havera de mandar restituir a elle.

O que em substancia haveis de dizer a Sua Santidade de minha parte quando lhe fallardes em negocio, he que por fallecimento do senhor Rey Dom Henrique meu tio tocou directamente de justiça a successão da coroa destes meus Reynos a serenissima senhora Dona Catherina minha Avó como filha legitima e herdeira de seu irmão o senhor Iffante Dom Duarte meu bisavô, cuja pessoa sua Alteza reprezentava, precedendo no mesmo direito, e excluindo a ElRey Dom Phelippe 2° de Castella, ao qual não tocava por ser filho da Emperatriz Dona Isabel, e que reprezentava a pessoa de sua may, e por ser estrangeiro, e assy valendo sse da violencia e força das armas, individa, e tiranicamente occupou estes Reynos, e esbulhou delles a dita senhora Dona Catherina minha Avó, e a mesma individa e injusta occupação forão continuando os Reys de Castella seu filho e netto, Dom Phelippe 3° e Dom Phelippe 4° opprimindo e avexando estes Reynos e os naturaes delles como Reys intrusos e tiranos, com tam pezado governo, tantas injustiças e tributtos incomportaveis que aprouve a Deos nosso Senhor restituhir lhes sua liberdade, e a mym a coroa que me estava uzurpada, e assy o primeiro dia de Dezembro do anno passado por acclamação e consentimento geral da nobreza e povo desta cidade de Lisboa fui nella appellidado, e alevantado por Rey e dentro de muito breves dias se fez o mesmo em todas as villas e lugares destes Reynos, sem duvida nem contradição algũa, e se me renderão e entregarão sem derramamento de sangue as fortalezas em que havia guarnição de gente de guerra castelhana, ficando eu pacificamente

em posse de tudo, como tambem na mesma forma e com as solemnidades costumadas fuy em Cortes geraes dos tres Estados da Nobreza, Povos e Prelados jurado e obedecido por Rey e o Principe Dom Theodozio meu muito amado e prezado filho primogenito, por meu herdeiro, e successor nestes Reynos, cujas fronteiras tenho guarnecidas, e previnidas dos capitães e gente necessaria a sua defensão para em caso que ElRey de Castella intente molestalas perturbandome na posse real e verdadeira que tomey desta Coroa por cuja conservação estabelecimento e segurança estão dispostos todos meus vassallos a dar as vidas e despender as fazendas; e que reconhecendo eu a grande e particular merce que Deos nosso Senhor foy servido de me fazer na restituyção desta Coroa, e dezejando imitar aos senhores Reys portuguezes meus predecessores na piedade, e devação, e obediencia que sempre tiverão a Sancta See Appostolica e aos Summos Pontifices fazendo o com particular e mais affectuosa demonstração, determiney enviarvos a Sua Santidade por meu Embaxador para de minha parte lhe dardes conta de tudo, e a devida e costumada obediencia que espero Sua Santidade asseite de tam boa vontade como a merece a com que Eu por meo desta Embaxada e de vossa pessoa reconhecendome obediente filho da Igreja Catholica me prostro a seus pees como de Vigairo de Christo nosso Senhor e lhe peço sua sancta benção para melhor poder acertar no governo e administração da justiça que estão a meu cargo e me prometo de Sua Santidade toda assistencia favor e graça convenientes para milhor satisfazer a obrigações tam grandes.

Na substancia do que fica refferido fallareis a Sua Santidade sem por em duvida o notorio direito que sempre tive, e com que fuy restituydo a esta Coroa, e em caso que repare nelle, e se movão algũas questões, a que se haja de responder o fareis com comunicação do Doutor Pantaleão Rodrigues Pacheco do meu Conselho e do geral do Sancto Officio da Inquisição que vay em vossa companhia para servir de Agente, e com outras pessoas de letras e confiança que vos parecer e uzando dos papeis e documentos que se vos entregarão, não para pedir a Sua Santidade declaração ou confirmação do Reyno, mas para o informar do direito e justificação com que estou de posse delle de que devo ter por certo que Sua Santidade entendendo o assy o mostre em publicas significações, e favores paternaes, e se asegure que quanto me for possivel hey de trabalhar por merecer a Sua Sanctidade e a Sancta See Appostolica que se multipliquem, empregando eu as forças e cabedal desta Coroa, e dos

Reynos e Provincias sogeitas a ella em dillatar a fee catholica nas mais remotas partes do mundo, e procurando reduzir ao gremio da Igreja (com o mesmo cuidado que os senhores Reys meus antecessores o fizerão) as nasções barbaras, a que ate agora não havia chegado a palavra do sancto evangelho, para o que confio na mizericordia divina stabelecerá e confirmara as couzas destes meus Reynos de modo que possa eu lograr compridamente o dezejo que tenho de o fazer.

Disporeis as cousas para que Sua Santidade haja por bem que lhe deis privadamente a obediencia reprezentando as conveniencias que de ambas as partes se offerecem de prèzente para ser assy, e que ao diante sendo necessario fazerse em publico, e com mayor ostentação se não faltara a tudo que for de mais satisfação de Sua Santidade.

Com a minha carta para o consistorio dos Cardeaes lhes falareis na forma que se costuma, e os vizitareis a cada hum em particullar dando lhes as cartas que para elles levaes, e depois continuareis em os ver, e fallar, segundo os negocios e occurrencias delles, e o que ouverdes alcançado de seus animos o pedirem e dos que mostrarem mais particullar affeição a meu serviço se formara relação que me enviareis para a esse respeito se continuar com elles, E com os Cardeaes vassallos de ElRey de Castella (sendo vos admitido por meu Embaxador) vos havereis, se elles derem a isso lugar segundo o estillo, e em cazo que vos faltem na cortezia devida escuzareis tambem fazerlha dando conta de tudo ao Pappa; porem se Sua Santidade tardar em vos reconhecer por meu Embaxador emquanto o não fizer sera acertado andardes por Roma com as cortinas da carrossa corridas por escuzar questões, e os inconvenientes que dellas se podem seguir.

E com Dom Thadeo Perfeito de Roma sobrinho de Sua Santidade vos avereis sendo admitido por meu Embaxador como o fazem os de França e Castella, não lhe consentindo differença.

Se na capella de Sua Santidade ou em outros actos publicos concorrerdes com Embaxadores de outros Reys dareis precedencia aos que por estillo antigo a tiverão, como são os de Alemanha, França e Castella, e não a outros alguns E encontrando vos na rua com o Embaxador de Castella que se entende vos não vizitará lhe fareis a cortezia que elle vos fizer.

Se acontecer que estando vos em Roma vague o Pontificado vos inclinareis para a elleição futura a parte dos Papalinos, ou a de França

qual entenderdes que tem milhor partido, procedendo porem com a cautella necessaria para que o Embaxador de França se não descontente se descubertamente vos declarardes em favor da parte contraria pelo muito que importa conservar a amizade e boa correspondencia de ElRey Christianissimo.

A protecção destes Reynos sendo necessario darse logo a offerecereis de minha parte a hum dos Cardeaes sobrinhos e irmão de Sua Santidade qual estiver habil e dezempedido para ella, e entendendo que elle se satisfará de se lhe dar tambem a propossição dos Bispados o fareis e quando a não aceite a oferecereis ao Cardeal Palotto.

Os negocios da Embaxada comunicareis com Pantaleão Rodrigues Pacheco que envio em vossa companhia por Agente e vosso conselheiro, fiando delle por sua pessoa letras e experiencia que vos assistira e ajudara em tudo, e tambem dareis a Rodrigo Rodrigues de Lemos do meu Dezembargo e Dezembargador da caza do Porto que vay por Secretario da Embaxada a parte dos mesmos negocios que he razão e por elle correrão os despachos cartas e papeis tocantes a seu officio, e muito vos encomendo que tenhaes com ambos particullar conta.

Levaes sifra para me escreverdes por ella e se vos responder, e outra para vos corresponderdes com os Embaxadores de França aos quaes se remete hũa copia della com a minha carta que se vos dara com esta instrução, e lha encaminhareis, ou entregareis quando passardes por França. E tornando a estes Reynos deixareis a sifra ao Agente.

Escrevermeeis pela via de França dirigindo as cartas aos meus Embaxadores que agora assistem junto a ElRey Christianissimo e em seu deffecto as pessoas que elles vos avisarem.

Os negocios ordinarios desta Coroa correrão pelo Agente e nos de importancia e que for necessario porpordellos a Sua Santidade o fareis levando o Agente comvosco quando vos parecer.

Para os gastos extraordinarios da Embaxada se vos proverão agora sinco mil cruzados que fareis entregar a pessoa que vos parecer que hade dar delles conta nos meus contos do Reyno e caza, e se quando voltardes da Embaxada, ouver sobejado algum dinheiro deste se carregara ao Agente com a mesma obrigação de dar conta, e o seu conhecimento se tomara em satisfação a quem tiver despendido e recebido o mais dinheiro.

O que nesta instrução se vos não advirte deixo a vossa prudencia e bom zello tendo por certo que procurareis encaminhar tudo de maneira que fique Eu bem servido. Vicente de Sottomayor a fez em Lisboa a 7 de Abril de 1641 [1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Junho 14

Com grande contentamento recebi a carta de Vossa Excellencia de 5 do passado, por me segurar da chegada de Vossa Excellencia a salvamento ao porto da Rochela, esperando que d'esta jornada de Vossa Excellencia hão de rezultar os effeitos que dezejamos no serviço de Sua Magestade Deus o guarde.

Eu me acho pouco adiantado no recebimento d'esta embaxada, porque sendo entrado de 20 de Novembro nesta Curia, não pude, té o prezente, alcançar audiencia de Sua Santidade ou do senhor Cardeal Barberino. Ao Agente se tem concedido algũas, e depoes de varias propostas, que se lhe fezerão mostra a Congregação deputada para o negocio, que antes de se tratar da aceitação de obediencia de Sua Magestade, convem darsse satisfação á Sé Appostolica no particular da prizão dos ecleziasticos, e da controversia das cappellas, para o que se reprezentarão por nossa parte alguns meyos ajustados com as ordens de Sua Magestade. E porque se não contentão d'elles plenariamente, sendo de novo significado ao senhor Cardeal que da ultima rezolução darei só conta a Sua Santidade a boca, ou a Sua Eminencia, para o que me tem mandado declarar, que nesta semana, que entra, me ouvira como particular, fora do Paço de S. Pedro, no da Chancallaria, na sustancia da reposta que Vossa Excellencia entenderá pello papel incluzo, não hei d'alterar couza

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza) fol. 71.

Copia mandada pelo Governo ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França. Vide: Carta d'el-Rei a este de 19 de Abril de 1643, no dito vol., a fol. 70.

algũa, por assy m o haver Sua Magestade ordenado, e so lhe reprezentarei, como tendo sse comprido de nossa parte em tudo com o respeito devido a Sua Santidade quando nos falte a correspondencia, procuraremos d'attender á conservação da authoridade Real, insinuando lhe que me voltarei para o Reyno posto que de prezente o não posso executar, e so esperar que Sua Magestade me mande licença para o fazer, como o tempo refrescar.

Na justiça da cauza esta bem inteirada a Congregação, e assy so da dilação ha que recear e que os barberinos queirão buscar subterfugios para não cheguar a ultima resolução durando este pontificado.

O Marques de Fontané Embaxador d'ElRey Christianissimo, com quem estou ainda hospedado, por assy convir para melhor expediente do negocio me assiste com grande affecto, Vossa Excellencia me fará merce de render por isso as graças a Sua Magestade Christianissima e ao senhor Cardeal de Richiliu.

. . . . . [1]

Por hora he precizamente necessario mandar Vossa Excellencia assentar correspondencia segura pella via, que ahi se escolher, para nos podermos comunicar frequentemente, e remetter as cartas de Sua Magestade.

Com Manuel Fernandes Villa Real, e com os mais christãos novos portuguezes trate Vossa Excellencia com grande cautella porque são os maiores enimiguos que tem a Coroa de Portugal e a pessoa de Sua Magestade. A tudo que tocar ao serviço de Vossa Excellencia acudirei sempre com muito gosto. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 14 de Junho de 1642.— *O Bispo Dom Miguel de Portugal*[2].

[1] ***Assumpto extranho.***

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 65.

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Agosto 10

Depois d'escrever a Vossa Excellencia ficava entregue da primeira via, chegou a segunda, a cauza porque faltei a Vossa Excellencia com carta, procedeo da incerteza com que os propios francezes falavão na terra em que assistia Sua Magestade Christianissima, e porque a mesma havia para duvidar onde Vossa Excellencia se achava, e tambem pella dilação, com que chegavão as postas de Leão, ou por embaraçadas na passagem do estado de Milão, ou pellas novidades que nesse reyno succederão, agora que tem cessado este inconveniente, e Vossa Excellencia tem ja praticado com o mestre das postas a direcção da correspondencia como Vossa Excellencia aviza na de 12 do passado, não faltarei em comunicar a Vossa Excellencia os passos que for dando no serviço d'ElRey meu Senhor, nem em procurar boas novas da saude de Vossa Excellencia.

Bem mostrão as muitas deligencias que Vossa Excellencia vai applicando, o muito zelo com que trata do serviço de Sua Magestade Deus o guarde poes andando pellas hostiarias não perde occazião. A copia da carta que Vossa Excellencia escreveo ao Cardeal Mazarino, vi, he escritta com tanto acerto, que não ha que acrescentar, mas so continuar as propias instancias com o mesmo Cardeal, para qué o Cardeal Duque queira mandar ao Marques de Fontané fassa de novo algum esforsso grande; porque tudo o maes tem feito com bom animo, e o esforsso que só pode obrar melhoramento para que Sua Santidade me receba, he vir ordem ao Embaxador d'ElRey Christianissimo dizer que saira de Roma se eu não for recebido por Embaxador em termo certo: quando Vossa Excellencia não possa alcanssar tanto, bom sera persuadir ao mesmo Embaxador que a Magestade Christianissima me mandara navios em que me recolha, porque nesta forma o representara a Sua Santidade com mayor affecto. Com a chegada d'ElRey Christianissimo a Paris terá Vossa Excellencia audiencia que importará muito pois fica lugar para Vossa Excellencia

falar pessoalmente nos negocios, de que espero caminhara esta embaxada, a qual os castelhanos com seus poderes e insolencias tem dilatado tanto tempo, que passa de nove mezes que estou nesta Curia sem Sua Santidade me ter dado audiencia, nem como a Bispo de Lamego, nem querer aceitar as cartas d'ElRey meu Senhor e d'ElRey de França, bastantes motivos para me eu sair de Roma, porem falta me ordem de Sua Magestade para o fazer, sendo que a tenho pedido muitas vezes por ser só o que convem a authoridade e reputação de Sua Magestade, e emquanto me não chega vou dando a entender que me voltarei com brevidade se não for logo admittido.

O estado do negoceo depoes que escrevi a Vossa Excellencia he que aos 20 de Junho me veio dizer Monsenhor Bique, irmão do Cardeal Bique, podia ir falar naquella tarde ao Cardeal Barberino ao Paço das Quatro Fontes, que he da caza Barberina, e que fosse em carroça do Embaxador de França, com quatro lacayos seus, e o seu mestre de Camera para não ser sentido dos castelhanos, que podião encontrar me no caminho, mostrei me sentido do modo com que me mandavão ir, mas sem e alterar fui, falei ao Cardeal, e dice lhe o sentimento e admiração com que Sua Magestade estava da dilação que havia em ser recebida a sua embaxada, pello mal que com ella se correspondia, as demonstrações e zello com que se recorrera a Sé Appostolica, porem que se prevalecessem respectos particulares e contradicções castelhanas, seria forssado remediar o dano que padecia a authoridade Real mandando me recolher ao Reyno: Respondeu que se não tinha feito aggravo, porque era costume da Sé Appostolica proceder com toda a madureza em negocios de tanta importancia, que o propio se fizera com Henrique 4°, e com o senhor Rey D. João o 1°, que elle vinha aquelle lugar para eu lhe dar satisfação aos dois particulares dos ecclesiasticos e cappellas a que lhe satisfis com a resposta, que ja se lhe dera aquelles dois pontos: A despedida lhe dei conta de como me mudara para este paço em que vivo, e que aluguei pello Natal, saiu dizendo o trataria na Congregação, respondi lhe que não era meu intento pedir licença a elle, ou a Congregação.

Mudei me dizendo me Monsenhor Bique da parte de Sua Santidade que o podia fazer, e andar incognito, só com tres lacayos, quartinas corridas, e que Sua Santidade não segurava minha pessoa, a que respondi com liberdade persuadido da semrazão de Sua Santidade me não segurar, e que por essa cauza traria comigo carroças de criados meus que me

defenderião. Mandei pedir ao Cardeal Antonio audiencia respondeo que daria conta a Congregação, fis logo a mesma deligencia com o Cardeal Decano que he tambem dos da Congregação deputada para este negocio, que ma deu no propio dia em que lha pedi.

Sentio o Cardeal Barberino esta minha saida, e falar ao Cardeal Decano, e para que eu não continuasse em falar aos maes me mandou no dia seguinte Monsenhor Bique a dizer da parte de Sua Santidade elle estava sentido de eu buscar o Cardeal Decano antes de lhe falar a elle, e tambem estranhava o acompanhamento com que fora, que queria considerar hũa e outra couza, que me abstivesse de sair fora hum dia ou dous: respondi como depoes de entrar em Roma so tratara de alcançar licença sua para lhe beijar os pes, e de ter audiencia e dos Cardeaes seus sobrinhos, e porque nem elle nem os Cardeaes ma concederão, buscara ao Cardeal Decano, e determinava buscar os maes para lhe pedir acabassem com Sua Santidade me ouvisse, que o acompanhamento fora o que trataramos.

O que rezultou da reflecção que Sua Santidade quis fazer foi mandarme dizer pelo propio Prelado, que me segurava, que não vizitasse Cardeaes nem Prelados, e que podia andar pella cidade, mas com numero certo de criados, ordenando que as carroças que me acompanhassem fossem longe da minha, e que tudo aquillo era para encaminhar milhor o negocio principal. Respondi que o animo seria bom porem que as obras erão contrarias, que Sua Santidade naquella forma me tirava a liberdade de que eu devia uzar como Embaxador, e que assy não podia consentir no que me ordenava, que se Sua Santidade porem quizesse dar termo certo dentro do qual receberia a embaxada, ou me permitisse que lhe fosse beijar o pe, e falar aos Cardeaes, que faria o que se me propunha. Não tem defirido té hoje, e estou por isso rezoluto a sair como a primeira ves, e ver os Cardeaes, para lhe reprezentar a justificação com que me tenho havido, e os inconvenientes que se seguirão de Sua Santidade me não admittir, inda que de me não dar audiencia o Cardeal Saquete mandandolha pedir entendo he certo o que me disse Monsenhor Bique de que elles tinhão ordem de me não falar, com o que me não fica lugar para encaminhar hum negocio tão justificado, que lhe não foi posta duvida pellos Ministros da Sé Appostolica, e me torno a ratificar no muito que convem mandarme Sua Magestade recolher, porque de outra maneira crescerão os desprezos, e alcançará o Cardeal Barberino seu intento, que he dilatar esta embaxada por todo o tempo que durar este pontificado.

Não tenho falado nas culpas dos ecclesiasticos prezos, porque so trato da recepção da embaxada, antes da qual a nenhũa outra proposta querem defirir, particularmente a esta que he hum dos dous pontos sobre que andamos pleiteando.

Nesta corte maes que em outra algũa os castelhanos divulgar *(sic)* mentiras, por conservarem com ellas sua oppinião, e de prezente não são elles sos os que fingem muitas contra nos, porque os christãos novos estão nossos inimigos em sumo grao, e no mes d'Julho publicarão estes que ElRey nosso Senhor Deus o guarde fora morto, em 18 de Junho, e entrão a dar estas novas os propios que vem a esta caza, do cuidado que me deu esta falssidade me livrarão *(?)* por via dos castelhanos, sirva esta advertencia a Vossa Excellencia para se acautelar de Manoel Fernandes de Villa Real, e dos maes desta casta, porque ainda que Vossa Excellencia só lhe de entrada nos exteriores, e particulares *(sic)* se ha de meter tanto de dentro, que sera prejudicial, estes mesmos são os que dizem que os olandezes tomarão a nao que foi para a India, que mandarão hũa armada ao Brasil, para o conquistarem todo, que Portugal não tem dinheiro, fortificação, nem armas, e que brevemente tornara a sogeição de Castella, e não digo tantas novas, mas qualquer dellas basta para por em dilação os negocios nesta Curia.

. . . . . [1]

A carta de Vossa Excellencia para o Conde de Castel Vilhano lhe não tenho dado, porque suspendo tambem hũa que Sua Magestade lhe escreve com o tratamento de primo, honra que não ha merecido, porque não fala neste negocio palavra algũa, e receo que Vossa Excellencia lhe mande outra, ou lhe acuze esta que ca tenho, de que Vossa Excellencia me deve avizar, e farei o que Vossa Excellencia me ordenar.

Esse masso me fará Vossa Excellencia merce remeter a Lisboa, e todos irei mandando ao mestre das postas de Leão na forma que Vossa Excellencia avizou, e aqui pagarei os portes das que vierem. Toda a occazião que Vossa Excellencia me der de o servir estimarei muito. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Roma 10 d'Agosto de 1642[2].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 73.

Tem no fim a seguinte nota por lettra do Conde da Vidigueira: Roma — Do Bispo Embaixador de Roma de 9 *(sic)* de Agosto de 1642, recebida em 9 de novembro do mesmo anno; *e no principio por lettra egual á da carta:* Copia da carta de 9 *(sic)* d'Agosto de 1642.

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, a el-Rei

(1642)—Agosto 24

Senhor—Em carta de vinte seis de Julho dei conta a Vossa Magestade como Monsenhor Bique me dicera, que contentando me de andar por esta Corte com pouco acompanhamento de lacayos, Sua Santidade me segurava prometendo dar me disso hum escrito: e ainda que reparou despois em mo dar, por não ser estilo usado da See Appostolica comtudo se ratificou verbalmente, na segurança de Sua Santidade, o que tãobem confirmou ao Agente o Cardeal Barberino, em prezença do mesmo Monsenhor Bique. Nesta conformidade acompanhado só de dous lacayos, e dos meos acrescentados em duas carroças desviadas da de minha pessoa, na forma que se me havia ordenado, fui visitar o Embaxador de ElRey Christianissimo na tarde de quarta feira vinte do corrente, e porque de minha caza té á do Embaxador me seguio hũa espia do Marques dos Velles, e pellos ameaços que andava fazendo, mandei descobrir se havia algũa inquietação em sua caza, avizarão me que com grande deligencia se preparavão carroças e armas para elle sair. Acrescentou sse, que sendo chamado no mesmo tempo o Agente da parte do Cardeal Barberino, veio no discurso da audiencia a entender, com occazião de se referir ao Cardeal, que eu estava então em caza do Embaxador de ElRey Christianissimo; que o Marques dos Velles estava resoluto a me assaltar a primeira ves que saisse fora, e vio mandar logo o Cardeal fazer prevençoens pellos Ministros da justiça a fim de evitar a insolencia do Marques; e vindo me o Agente com muita pressa dar noticia desta novidade a caza do Embaxador avisou ao Secretario para que com seos criados viese para nos, e eu mandei buscar as armas e resto da familia. Comecei me a recolher junto ás Ave Marias acompanhado de todos os criados do Embaxador, de alguns portugueses e catelães que se ajuntarão. Logo na primeira rua me saio ao encontro o Marques com quarenta lacayos do seu acompanhamento ordinario, quasi todos soldados do presidio de Gayeta

com sete ou outo carroças cheas de capitães e officiaes de guerra que mandara vir de Napoles, e de outros castelhanos de sua facção, deixando tomadas as outras ruas com diferente gente armada, para que em nenhum acontecimento me pudesse recolher, sem ser assaltado. O Mestre de Camera do Embaxador se passou diante da minha carroça com a mayor parte dos companheiros, para sustentar o primeiro acometimento sem perigar minha authoridade, e vida. Como fomos descubertos dos castelhanos bradarão que parassem ao Embaxador de Hespanha, respondeu-se lhes da nossa parte que parassem elles, com que começarão a sair os seus das carroças com as espadas nuas, e despois de uma brevissima suspenção dispararão hum tiro de fogo, a que se seguirão muitos outros assi da nossa parte como da sua. O que rezultou foi ficarem mortos dos que me acompanhavão hum cavaleiro de Malta frances pagem do Embaxador, e hum lacayo seu italiano, e outro meu tãobem italiano, e hum pagem do Agente por nome Julião Ferreira natural de Torres Vedras ficou ferido naquelle conflito, e não aparecendo em toda aquella noite, foi achado ao dia seguinte em hũa igreja morto, e entendesse que o matarão a sangue frio em caza do Cardeal Albornos, são feridos dois ou tres francezes, dos quais hum ajuda de Camera do Embaxador está em perigo de morte. Da parte dos castelhanos ficarão logo no campo alguns, em que entrou hum capitão chamado Vargas de quem fazião a maior confiança e de presente se sabe serem mortos oito, e estarem feridos muitos maes, e por muitas circunstancias se entende ser hum delles o Marques. Porem não consiste nisto a sustancia da reputação senão em que o Marques fugio vergonhosamente pello espaldar da carroça deixando a no campo com os cavallos mortos, e se meteo em hũa tenda donde depoes o levarão para caza do Cardeal Albornos, e ainda que os castelhanos matarão tãobem hum cavallo da carroça do Agente comtudo a pode trazer a caza.

Eu me recolhi a caza do Embaxador por estar muito vesinha, na qual nesta minha, e na do Marques mandou logo Sua Santidade por guarda de soldados, e ordenar me pelo Conde de Castel Vilhano me deixasse estar, por ser o termo que tãobem se praticava com os Cardeas Cueva, Albornos, e Montalto, que se achavão em caza do Marques, porem depois de algũas replicas que fiz se me permetio recolher me na mesma noite para minha caza em companhia do proprio Conde. O successo escandalisou as pessoas dezapaixonadas de maneira que forão muitos gentishomens romanos offerecer sse ao Cardeal Antonio para reprimirem a insolencia de Hespanha,

por julgarem que tanto offendia a Republica Romana como a Sua Santidade. Té o presente não tem havido outra demostração maes, que continuar se com a guarda, que se tem posto para a defenssão desta caza, a qual consta de duas companhias de infantaria, e hũa de cavallos. Os castelhanos confusos, e envergonhados deste cazo, procurão persuadir que eu fui o agressor com rizo e zombaria de quem lho ouve, e espero que na mesma forma seja recebida esta sua invenção de Sua Santidade, e dos Cardeaes seus sobrinhos, como boas testemunhas dos antecedentes, e da soberba com que lhes respondia o Marques quando lhe falavão na segurança de minha pessoa e familia.

Por esta relação do que tem succedido, será prezente a Vossa Magestade o aperto e sobresalto com que posso estar receando que os castelhanos intentem outros insultos mayores pello grande poder que tem Italia, e particularmente nesta Corte na qual quasi todas as pessoas grandes são interesadas com elles: e ainda que nesta occazião me achei bem acompanhado da fidilidade dos nossos, que todos acudirão a sua obrigação com grande pontualidade, e mayor da que se esperava de alguns cazados aqui em Roma carregados das obrigaçoens de mulheres e filhos, e bem assistido dos francezes, que se ouverão com tanto valor como se pelejarão em prezença do seu Rey particularmente o Mestre de Camera do Embaxador comtudo he certo que soo a Providencia divina nos livrou com honra de tão manifesto perigo.

Se com este accidente Sua Santidade nam tomar ultima resoluçam no recebimento da embaxada de Sua *(sic)* Magestade, que he o meo que se julga por mais conveniente para nossa segurança e quietaçam e quizer continuar nos respeitos de que te gora se deixou levar e dos ameaços que lhe fazem os ministros castelhanos me parece que nam posso deixar de me sair desta Corte com os ministros de Vossa Magestade em me dando o tempo lugar por se não poder esperar no estado das couzas que tem sobrevindo a licença que por muitas vezes tinha pedido a Vossa Magestade. Nesta conformidade aviso ao Conde da Vidigueira me haja delRei de França comodidade de embarcação para me poder passar a França no mes de Outubro e do que de novo succeder irei dando conta a Vossa Magestade [1].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$, (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 9.— ***Tem á margem por lettra egual á do Secretario do Bispo, que é a d'esta e de quasi todas as cartas,*** Copia da carta que escreve o Bispo de Lamego Embaxador Extraordinario de Roma a Sua Magestade em 24 de Agosto.

Relação e instrucção da Santa Sé ao Nuncio em Hespanha[1]

Stabilita dai tre Stati, cioè ecclesiastici, nobiltà, e popoli delli regni di Portogallo l'elezione, et acclamatione in Re del Duca di Braganza intitolato D. Giovanni il Quarto, ne pubblicarono i portughesi l'effetto con le loro asserte ragioni, e D. Giovanni fece diverse spedizioni a potentati, et ancora s'intese che mandava il Vescovo di Lamego per ambasciatore a Nostro Signore.

Ciò presentito del signor D. Giovanni Chiumazzero ambasciatore della Maestà Cattolica fece istanza a Sua Santità che condannasse con suo breve per ingiusta la revoluzione che chiamava ribellione del regno di Portogallo, e che comandasse al Duca di Braganza, e suoi aderenti sotto pene e censure di desistere dai loro procedimenti che il Duca di Braganza non fosse sentito, quando mandasse da Sua Beatitudine, ne meno per interposita persona, se prima non avesse desistito che Sua Santità dasse con breve autorità a due o tre giudici spagnoli di procedere contro i prelati, persone ecclesiastiche e religiose, che avessero avuta parte nella sollevazione, per castigarli.

Rispose Sua Santità, che ha sentito, e sente gravissimo cordoglio d'ogni sinistro accidente accaduto alla Maestà del Rè Cattolico, e vorrebbe potergli ovviare con viscere di vero, et affettuosissimo padre, e rimediare ad ogni disturbo di Sua Maestà, e condescendere ad ogni richiesta, che da Sua Maestà sia fatta alla Santità Sua, ma che dall'altro canto è costretta di procedere giustificatamente in ogni azione, e massime nelle piu gravi non trovare che i Pontefici suoi antecessori abbiano proceduto nella maniera, che si lascia intendere il signor ambasciatore Chiumazzero in ogni caso non conoscere come si possa condannare alcuno, senza prima procedere giudicialmente, e sentire le sue ragioni e questo per giustificare la sua azione appresso Dio, il mondo, et a medesimi popoli di Portogallo,

[1] *Imprimem-se esta e a subsequente* Relação *como illustração á materia dos documentos proximos.*

acciò essi non piglino occasione di perdere il rispetto alla Sede Apostolica, e di cadere in precipizii maggiori.

Al secondo rispose la Santità Sua quello altre volte hà risposto, cioè di non aver sicurezza che qui venghino mandate persone da Portogallo, ne con qualità e quando ciò segua, si considererà il caso con il riguardo che conviene al luogo, che tiene il Vicario de Cristo. Al terzo rispose che la Sede Apostolica non è stata solita di concedere facoltà di procedere contro gl'ecclesiastici, se non dopo che la provincia sollevata sia ridotta all'ubbidienza di prima, acciò il giudizio possa avere la sua esecuzione: perche li portughesi pretenderiano non dover comparire in Castiglia avanti giudici spagnoli, mentre oggi non è libero il commercio, anzi son chiare le differenze, et apparati di guerra. Così essersi osservato, quando Portogallo venne in potere del Rè Filippo secondo, et anco in Francia in occasione dei moti cagionati dal Duca d'Orleans.

Diede poi l'ambasciatore altri memoriali pretendendo che il Vescovo di Lamego non si deva ricevere.

1° Perche sia pergiuro.

2° Perche il Duca di Braganza, dal quale è mandato sia parimente pergiuro, notorio ribelle, e primo autore dello spoglio, e perciò non può essere udito in giudizio, senza prima restituire il tolto, et obbligarsi all'osservanza del giuramento, qual'esso Duca ha fatto al Rè di Spagna.

3° Perche si suppone che Sua Santità abbia riprovata la ribellione condannando li suoi autori, e conseguentemente non si devano far atti, per li quali si approvi la detta ribellione.

4° Perche tutto quello, che il Duca e Vescovo potesse trattare, lo può trattare per mezzo di terza persona.

5° Non si deve ammettere; perche Paolo 2° così fece, che non volse ammettere gl'ambasciatori d'Alfonso, qual'era stato acclamato Rè da molti baroni di Castiglia dopo la deposizione d'Enrico IV Rè di Castiglia suo fratello, se prima non rivocavano il giuramento, ch'avevano fatto a detto Alfonso, e avendoli poi uditi, li riprese.

6° Per gl'inconvenienti, che ne possono nascere; e perche ammettendosi nascerà grande perturbazione tra le nazioni portughese e castigliana; perche altrimente pigliarebbe il principal fomento dalla Chiesa.

7° Perche gl'eretici in questa turbulenza sperano dilatare la loro eresia, tanto più che di già Portogallo communica con gl'olandesi, et eretici d'Alemagna.

8° Che non si deve ammettere il Vescovo con il titolo di venir ad limina, perche quando bene non se gli faccino gl'onori soliti farsi agl'ambasciatori regii, cioè riceverli nell'ingresso, e darli da sedere, in ogni modo tale sarà tenuto da tutti mentre egli nel resto delle ostentazioni si trattarà come ambasciatore, cioè in aprir casa sontuosa, carrozze, livree, fiocchi, campanella, corteggi, et altro.

In un altra audienza lasciò un altro memoriale, rispondendo ad alcune obiezioni, e particolarmente a chi avesse detto, che se il Turco volesse venire a Roma per riconoscere la potestà del Papa, non potria la Santità negare d'ascoltarlo, portando le differenze, che sarebbero tra questo caso a quello del Vescovo di Lamego; soggiungendo di più, che desiderandosi da alcuno che si esibisse la forma del giuramento prestato dalli Duchi di Braganza, acciò si potesse vedere se era pergiuro, dice non esser necessaria l'esibizione del giuramento, per esser notoria la forma che si tiene, quando si giura fedeltà al Principe; e che dopo lo spazio di 60 anni non potersi presumere che il Duca non abbia giurato, e tanto più, mentre l'affermano anco le istorie. Che etiam che il Vescovo venisse come da se, è complice della ribellione, e reo del pergiuro in virtu delli giuramenti, che prestarono li bracci ecclesiastico e militare. La obbligazione di Sua Beatitudine di scacciarlo essere il peccato che risulta dalla rottura del giuramento, ancorche Gregorio nono parli per causa di giuramento la materia chiara non aver bisogno d'esempii; in ogni modo che ve ne sono fra gl'altri molti due di Martino v, altri due di Stefano 9°, e Paolo 2°. Per il rigore del Re D. Alonso il Savio alcuni grandi, e città del regno si diedero all'Infante D. Sancio suo figliolo, il quale accettò per forza, per non dar calore a D. Alfonso della Cerda pretensore al regno, et in ogni modo Martino IV lo scomunicò, e pose l'interdetto a tutte le città che lo seguirono. Il medesimo Papa scomunicò, e privò per sentenza il Re D. Pietro delli regni d'Aragona e Valenza, ponendo in essi l'interdetto, per aver occupato il regno di Sicilia. Stefano 9° inviò legato apostolico contro li Principi e comunità del regno di Francia e di Borgogna, acciò ubbidissero a Ludovico 4° figlio di Carlo il Semplice, con minaccie che lo scomunicheria, con che ubbidirono. Paolo 2° non volse ammettere ne suoi stati gl'ambasciatori dell'Infante D. Alonso di Castiglia, quando si sollevò contro il Re D. Enrico suo fratello se prima non renunciava al giuramento da loro fatto all'Infante, e poi gl'udì per riprendergli della sedizione, et ordinò che li ribelli fossero scomunicati, e così ritornarono all'ubbidienza.

Il vero esempio essere il dettame naturale di fare ad altri quello vorrebbe fatto a se in un caso simile al che più d'ogni altro è tenuta Sua Beatitudine per il luogo che tiene. Gl'esempii che alcuno ha voluto portare in contrario non essere a proposito. Dicono che Giulio 2° ricevesse il tributo di Napoli tanto dal Re di Francia quanto da quello di Spagna; ma essere differente il caso: perche li due Re andarono giuntamente a conquistare il regno, e nel dividerlo essendo poi allemani, ogn'uno pagò il tributo per non pregiudicarsi: tanto più che niuno di essi teneva ancora l'investitura, e l'acquisto fatto del regno era freschissimo: dove che nessuna di queste ragioni può adattarsi alla sollevazione di Portogallo. Quello che si dice di Gregorio xiii esser molto meno a proposito, poiche essendo partito di Polonia incognito, e con ogni segretezza il Duca d'Angiò, fù eletta regina Anna sorella dell'ultimo Re con patto, che si casasse con Stefano Battori Principe di Transilvania, e così fu fatto. In questo mentre il nuovo Re scrisse al Papa, il quale avendo che alcuni avevano dato il voto a Massimiliano Imperatore, per dubbio di disgustarlo soprasedè di rispondere al Re; ma essendo morto Massimiliano diede risposta al Re. Dal qual esempio più tosto si cava il rispetto del Papa verso i Principi ne fra i canoni, ne per altri esempii ritrovasi che con ributtarsi il Vescovo di Lamego si allontanaria il regno di Portogallo dalla Chiesa; anzi esservi ragioni efficacissime da credere il contrario, come largamente si deduce in tre periodi seguiti del medesimo memoriale.

Tutte le altre ragioni sono de verbo ad verbum le medesime poste nel primo memoriale.

Dall'altra banda fu esibita un altra scrittura in forma di memoriale contenente che si sente con molto disconsolo della nazione portughese, e con molta maraviglia di tutta la corte che se bene si conosca quanto sia giusta l'admissione del Vescovo di Lamego all'ubbidienza della Santa Sede per il Regnante di Portogallo, nondimeno per l'opposizione de castigliani si pensi non già di negare al Vescovo l'effettiva admissione all'ubbidienza, ma si bene negargli la solennità del ingresso ed altre fonzioni apparenti solite a precedere il medesimo atto dell'ubbidienza, sotto pretesto che ancora Sua Santità legalmente non sappia chi è quello che venga, in che qualità venga, e con che mandato, o facoltà. Tender ciò a mira, che le prime azioni del nuovo Re qui comincino dal discredito; che l'ubbidienza stessa quando si riceva, mancando delle sue solennità solite, e preambulari, riesca in un certo modo clandestina, torbida, e viziosa; massime se

si ammettesse con clausule e riserve. Che ciò saria ingiuria al Rè e Regno di Portogallo tanto divoto alla Santa Sede, e per tal novità, e perche la medesima Sede, che è il più sacrosanto tribunale che abbia non solamente la religione, ma anco la giustizia in questo mondo, bis judicaret in id ipsum con diversità e parzialità di giudizio.

Che Gregorio xiii ammesse all'ubbidienza per il regno di Portogallo l'ambasciatore di Filippo 2° Re di Castiglia, che nel concorso di tanti pretendenti alla successione di quel regno e di tante università, che canonizavano le ragioni chi dell'uno, chi dell'altro, non mostrò altro jus, altro mandato, ne altra facoltà di rendere ubbidienza per quel regno, se non quello dell'armi, e della violenza; e nondimeno la sua ubbidienza fu ammessa senza difficoltà (anzi senza consulte e congregazioni) con tutte le solennità consuete, ne fu parlato di clausole, o di riserve, come si può vedere dagl'atti concistoriali sotto li 18 Marzo 1581 e dal Diario de maestri di cerimonie sotto l'istessa data: sopra di che nella scrittura si dice sono d'avvertirsi più cose e prima che quando detto Re Filippo rese l'ubbidienza, D. Antonio acclamato per Re dai popoli, et entrato in possesso del regno, ne riteneva tuttavia de gran pezzi, com'erano l'Indie e l'isole Terzere. Il Duca di Braganza non aveva ancora voluto cedere le sue ragioni al Re Filippo; la Regina Caterina di Francia mandava grosse armate per mare all'impresa dell'isole sudette, et il Duca di Parma, e gl'altri se ne stavano tuttavia con le loro pretensioni in essere, dolendosi con tutto il mondo che il più potente si facesse ragione da sua posta, e non restasse agl'altri dove ricorrere. Antepone la scrittura che è da ricordarsi che il Rè Filippo 2° tanto in vita, quanto dopo morte del Cardinal Enrico ricusò sempre ogni giudice, et ogni compromissario, e specialmente la Sede Apostolica, alla quale gl'altri si contentavano di rimettersi, e la legazione del Cardinal Riario finì di chiarire questa partita. Che al incontro il Duca di Braganza, venutagli con miracolosa providenza di Dio la palla al balzo, invitato, et acclamato da tutto il regno, senza eserciti, e senza sangue entra in possesso di ciò, ch'era suo sessant'anni prima (o almeno di ciò, che veniva giudicato tale da tante università, e da tanti jurisconsulti, quanti ne producesse per se Filippo 2°) e se gli vuol contendere o difficultare ciò che non fu conteso, ne difficultato al suo competitore, al suo concussore, et al declinatore de giudizii della Santa Sede, che ha ricevuto quello con solennità e con pompa, ha da ricevere clandestinamente e senza honore questo che gl'ha portato e porta ogni rispetto.

Soggiunge la detta scrittura che i castigliani dicono che il Duca di Braganza è ribelle, e pergiuro, come anche il Vescovo di Lamego, e che ciò circa l'esser rebelli è un assumere per supposto id quod est in questione non mai decisa, ne che mai li Rè di Castiglia hanno voluto che si decida, ne che pur legitimamente si conosca che il Duca di Braganza non intenta azione alcuna avante il Pontifice, onde abbia bisogno d'assoluzione dal giuramento che non abbia rinonciato al suo jus che non si reputa abbia dato l'assenso ad una enormissima lesione; ne che contro se stesso si sia voluto obbligare, e per così dire uccidersi colla propria spada che vi è chi sostiene, che quando il giuramento comprende non solo il proprio jus, ma il bene d'altri, non tiene, oltre alla regola, che il giuramento non deve esser vincolo d'iniquità, se bene la materia corrente non sia del pergiuro, o ribellione, ma se Sua Santità deva ricevere il vescovo di Lamego, e nel modo che se poi ricorrano al possessorio bastarebbe il rispondere che costa notoriamente de ipsius initio vicioso, poiche seguì con violenza e forza possessione plena, et lite pendente, nel qual caso è certo che non suffraga: e si sà che anche il possesso centenario non induce prescrizione quando constat de titulo vitioso; ma senza descendere a questi particolari, aggiunge il memoriale che si dimandi a castigliani, se oggi intendano di venire contro il Rè D. Giovanni giudicialmente o estragiudicialmente. Se vengono giudicialmente, si dichiarino, che se li darà sodisfazione, così bene sopa *(sic)* il possessorio, come sopra il petitorio della causa, e parimente sopra il giuramento, e se in tal caso di giudicialità non daranno sodisfazione, etiam per quel che tocca il giuramento, si contentaranno li portughesi d'esser ripulsi a limine judicii, benchè sia notorio quanto facilmente si riceva l'assoluzione ad effectum agendi. Si consideri pero che il Duca di Braganza pretende esser reo ma che se i castigliani non vengano giudicialmente, e declinano di sottomettersi al giudicio in una differenza, che ha distratto in partes le penne, e gl'ingegni de jurisconsulti di tutta Europa, ne anco entrino a parlare ne di possessi, ne di precarii, ne di termini, che non s'allegano, e non s'adattano senon ne giudizii perche fuori di quelli niuno vien escluso sotto pretesto di pergiuro, ne d'altro da qualsivoglia azione, o fonzione per altro comune et usitata, altrimente ciò sarebbe un far sentire gli effetti della condanna a chi non è stato ancora ne condanato ne quisito.

Che la bolla aurea asserisce quello doversi tenere per elettore che si trova in possesso dell'elettorato esser officio del Pontefice di pascere

le pecorelle, et abbracciare il gregge, che lo seguita, et imitar gl'antecessori che l'atto dell'ubbidienza, che vuol fare il Vescovo di Lamego opera che la sua ambasciata si deva chiamare sacra, e non profana, e come tale non ammette le discussioni temporali d'usurpazione e di violata promessa, e giuramento, e di ribellione, le quali eccezioni devono allora considerarsi, quando il Pontifice assumendo l'ufficio di giudice, potesse chiamare, e sforzar le parti alla giustificazione delle loro istanze, il che non concorre oggi, mentre niuna delle parti ricorre al Papa come giudice; ma la Spagna lo vorrebbe unito seco come parte. Dice S. Agostino, che tra le persone delle diece tribu, che rebellarono a Roboam posto per esempio di perdizione v'erano Elia et altri uomini santi, e che la separazione portava la divisione nel Regno, e non della religione; aggiungendo, che se bene si dividono li Regni de cristiani, la Cattolica Chiesa si trova in quegl'istessi Regni divisi.

L'atto dell'ubbidienza esser un'atto, che non si fa in forma di giudizio, e che però s'ammette senz'altra discussione per qualsivoglia causa, o colore, et in specie ex causa possessionis qualiscumque; e che sia il vero il Rè Philippo secondo (come s'è detto) fu ammesso dalla Sede Apostolica all'ubbidienza del Regno di Portogallo solamente, perche n'era in possesso, anchor che non pacifico, ne intiero, violento e di pochi mesi.

Che Pio 2° agl'ambasciatori di Federico Imperatore che si dolevano che Mattia Corvino fosse stato ricevuto all'ubbidienza per il Regno d'Ungaria (non ostante ch'esso Imperatore fosse stato eletto anch'egli al medesimo Regno, e ne avesse accettata l'elezione) rispose moris esse Sedis Apostolicae eum Regem appellare qui Regnum teneat e mentre Renato e Ferdinando pretendevano il Regno di Sicilia, preferì Alfonso *(sic)* a Renato, considerando anco la ragione che Alfonso *(sic)* era possessore, come si vede nelli commentarii del medesimo Pio secondo al lib. 5 dove dice Rhenato si quid juris competiit haud ablatum est Ferdinando Regni Principes, Duces, Barones, Comites, populares omnes obediebant, eumque sibi constitui Regem petierant, et in ejus verba juraverant, aut Regnum ex testamento patris ad Ferdinandum pertinuit, et jure illi concessum est, aut ad Rhenatum, et nihil ei ablatum; cum salvum esse velint Apostolicae literae jus alienum at cum de jure dubium esset, et uterque coloratum per se titulum ferret, licuit possessorem praeferre: la quale determinazione asseriscano, che se ebbe luogo nelle ragioni temporali, molto più deve procedere

nel presente caso, nel quale si tratta delle spirituali, che sono proprie della Sede Apostolica.

Che il Rè de goti anticamente si disponeva all'arbitrio in Spagna.

Chè Zaccaria quando consultato quello si avesse da fare dei Rè di Francia mentre essi avevano il nome, et altri li fatti di Rè, esso decretò, che quello doveva stimarsi per Re che esercitava e teneva con i fatti la somma autorità e fece ungere Pipino in Re.

Che Gregorio XIII ricevè l'ubbidienza del Regno di Polonia da Stefano Battori incontenente che ne fu eletto Re, e messo in possesso, non ostante una elezione e possesso antecedente di Enrico Re di Francia, senza che prima fosse stato sentito il medesimo Enrico sopra la pretensione di ritener quel Regno (anco dopo esser diventato Re di Francia) e di non averne mai deposto ne il titolo, ne il possesso civile nondimeno con una gagliarda contradizione, che fece il suo ambasciatore a quel di Polonia, non riportò dalla Sede Apostolica altro, che una sola clausola sine praejudicio Regis Galli.

Che all'incontro Innocenzo 8° ricevè l'ubbidienza da Ricardo Re d'Inghilterra, etiam per il Regno di Francia, ancorche non lo possedesse (ma che se n'intitolasse, come se n'intitola ancor oggi per certe pretentioni antiche) e che l'ambasciatore francese presente a quell'azione li protestasse contro, e disse Regem Angliae non esse Regem Franciae, come suppone si legga nel Diario de Maestri di Ceremonie del medesimo Innocenzo sotto li 18 Febbraro 1485.

Che Giulio 2° ammise all'ubbidienza del Regno di Napoli (che pur era suo feudo) i francesi et i spagnoli in un medesimo tempo, ricevendone dall'uno, e dall'altro pur nel medesimo tempo il tributo, benche con gran contrasto fra le parti; e pure le investiture date da Alessandro 6° all'uno et all'altro erano recenti, e pareva che avessero dovuto levare ogni occasione di contrasto fra le parti, o almeno di dubietà nel Papa.

Che Antonio di Borbone fu ammesso da Pio IV (et Enrico suo figlio da Gregorio XIII) all'ubbidienza per il Regno di Navarra, che da una picciola parte in fuori (chiamata il Principato di Bearne) era posseduta dai Re di Castiglia, e quel ch'importa gl'autori de Borboni n'erano stati privati, et i castigliani se n'erano impadroniti per vigore d'una scomunica della Sede Apostolica, e così ammettendogli all'ubbidienza in qualità di Re di Navarra, poteva parere che la medesima Sede non solo pregiudicasse ai Re di Castiglia, ma a se medesima, e mettesse in dubbio o la

validità, o la giustizia di ciò ch'altre volte aveva fatto; e tuttavia senza arrestarsi a questa discussione passò innanzi a ricevere l'ubbidienza, benche colla clausola sine praejudicio cujuscumque et praesertim Regis Catholici.

Soggiunge di più la scrittura dei portughesi che s'intende che i castigliani rispondendo a questo esempio, anzi a questi esempii (che tuttavia continuano in tutte l'ubbidienze dei Re di Francia per la Navarra) sostengano che i Principi della casa di Borbone si possano chiamare Re di Navarra; perche una parte che conservano di detto Regno si chiama della Bassa Navarra et anco perche quelli che hanno perduto il possesso d'un Principato si sogliano onorare con riserbarli il titolo. Che quanto alla prima ragione si vede che fu allegata già dal Duca di Luxemburgo a Papa Clemente 8°, e non menatali buona, il quale sotto detto pretesto chiedeva che s'ammettesse la sua ubbidienza liberamente, e senza la clausola sine praejudicio, et in effetto il medesimo Papa dubitando di qualche pregiudizio della Sede Apostolica nel nominare Enrico 4° non solo per Re di Francia ma di Navarra nell'atto dell'assoluzione, e successivamente nel ricever l'ubbidienza, dichiarò prima con suoi brevi a parte, che tutte le volte che gli fosse occorso di nominare Enrico per Re di Navarra intendeva di farlo sine praejudicio jurium Sedis Apostolicae. Anco Francesco di Vera ambasciatore del Re Filippo 2° a Venezia avendo pochi anni prima sentito nominare al Duce *(sic)* il Re Enrico per Re di Navarra, non lasciò passare quella parola senza censura, dicendo che non era Re di Navarra altro che il Re Filippo suo signore. Che quanto alla seconda ragione di onorarsi col titolo chi ha perduto il possesso, oltre che non è generalmente vera, è anco certo che non ha luogo rispetto a quei possessi, che si sono persi per delitto, et a quei Principi che per occasione di delitto hanno multato e privato altri, e così ne li Re di Spagna hanno mai onorato di questo titolo i Principi di Borbone, dopo che gliene levarono il possesso, ne la Sede Apostolica tampoco senon quando v'è stata costretta da qualche rispetto particolare, et allora anco con precauzioni, e cautele come sopra.

Allegano inoltre altri esempii et in particolare come dopo la morte di Alessandro 3° Re di Scozia pretesero il Regno Fiorenzo conte d'Olanda, Giovanni Baliolo, Roberto de Brus, Giovanni d'Astinges, et altri baroni. La causa della successione fu vista, e conosciuta da Odoardo Re d'Inghilterra, quale per li suddetti pretendenti fu riconosciuto per loro so-

vrano signore, e promisero d'ubbidire a quello che da esso fosse determinato l'anno 1292. Il Regno di Scozia fu aggiudicato a Giovanni di Basiliolo; ne prese il possesso pacifico, e tenne per alcuni anni. Roberto de Brus dopo la terminazione della causa rimase suddito di Giovanni Re di Scozia, come anco del Re d'Inghilterra, al quale essendo in Scozia, li magnati di Scozia, et esso Roberto aveva giurato fedeltà, e fatto l'omaggio come a Re di Scozia. L'anno 1307 detto Roberto, occupando il Regno di Scozia si fece coronare solennemente, benche Odoardo Re d'Inghilterra possedesse attualmente il Regno di Scozia, e Giovanni Re di Scozia, et anco suo figlio vivessero come esuli, e privati del Regno, et esso Giovanni avesse ceduto il Regno al Re d'Inghilterra. Dopo la coronazione Roberto prese l'armi contro il Re d'Inghilterra, ch'era Re di Scozia, et essendo stato superato si ritirò fuggendo. Passati alcuni anni Roberto assalì il Regno d'Inghilterra et ottenne alcune vittorie. Odoardo trovandosi strettamente travagliato, supplicò a Giovanni xxii che volesse come Padre comune intromettersi per l'aggiustamento. L'anno dunque 1317 mandò il Pontefice due Cardinali in Inghilterra, et altre parti per concordare detto Roberto et Odoardo con ordine di pubblicare la tregua tra di loro come fu pubblicata; ma perche per parte di Roberto non fu osservata, fu dichiarato scomunicato l'anno 1318. Nel principio del anno 1319 due Ambasciatori mandati da Roberto Re di Scozia a Giovanni xxii furono ricevuti, et ammessi all'audienza, e trattorno molti negozii concernenti il loro Re e Regno di Scozia, et ad instanza de medesimi fu ordinato che si soprasedesse nel possesso che si faceva contro alcuni, che non avevano osservato l'interdetto messo per occasione della tregua rotta.

Ricardo Re d'Inghilterra fratello d'Odoardo iv parimente Re d'Inghilterra s'impadroni del Regno facendo morire Enrico 6°, che possedeva il Regno, et Odoardo suo figlio, et un'altro Odoardo, e Ricardo figli d'Odoardo iv quali dovevano succedere nel Regno dopo la morte d'Enrico 6° e del suo figlio.

L'anno 1485 mandò tre Ambasciatori ad Innocenzo 8°, quali furono ricevuti et ammessi, e prestarono l'ubbidienza nel publico concistoro li 28 Febbraro del medesimo anno, e nondimeno era certo che Ricardo 3° non era Re legitimo, ma più tosto occupatore, pergiuro e tiranno.

Enrico 7° Re d'Inghilterra ammazza Ricardo 3° parimente Rè d'Inghilterra, occupa il Regno, manda fuor Ambasciatori ad Innocenzo 8°, sono ammessi, uditi e resero la solita ubbidienza nel pubblico concistoro

li 13 Maggio 1487. Due Ambasciatori mandati da Giovanni primo Re di Portogallo eletto dal popolo, furono ricevuti da Bonifazio IX, benche detto Giovanni fosse bastardo figlio di Pietro primo Re di Portogallo, e vivesse Beatrice maritata al Re di Castiglia figlia legitima di Ferrando primo Re di Portogallo, e Giovanni e Dionisio figli di D. Pietro, ch'erano ritenuti dal detto Giovanni Re di Castiglia, et a quali dopo la morte di Ferrando primo si doveva il Regno.

Che li cavalieri Teutonici furono spogliati da polacchi d'una parte della Prussia; in questo mentre vacò la chiesa di Culma; et il Cardinal Fermano protettore de Teutonici faceva istanza a Calisto 8°, che si provedesse della chiesa ad istanza d'essi cavalieri, quali inclinava di gratificare; ma avendo poi sentito il Cardinal Enea determinò che si creasse un'economo per la chiesa, considerando che i polacchi erano in possesso, e che se avesse concessa la chiesa ad istanza de Teutonici, il Vescovo eletto non avrebbe potuto avere il possesso.

Che nell'Evangelo si dice di non toccar la zizania aspettando l'agricoltore il tempo della messe, lasciando nel suo stato tutto il grano, perche se sradicando la zizania non patisca il frumento.

Molti Re eretici si riconoscono dai Principi cattolici per tali, che pare secondo il rigore della Chiesa non sarebbero per tali ricevuti ne sia testimonianza il trattato di Monzone, nel quale fu riservata la sovranità della Valtellina ai Grisoni, tra quali e tanta quantità d'eretici; et ultimamente la Valtellina resa loro quanto alla sovranità, e quanto alla proprietà. Che mai sono stati riconosciuti i Re eretici privati dalla Santa Chiesa come fu da Carlo V Enrico 8° Re d'Inghilterra, e la Regina Elisabetta da Filippo 2° e da Enrico 4°.

Che quando dalla santa memoria di Paolo V furono scomunicati li veneziani, furono da Stefano IV e da Filippo 3° ritenuti gl'Ambasciatori d'essa Repubblica, non ostante che la Santa Sede gl'avesse privati della comunione de fedeli.

Che la Sede Apostolica si contenta d'una protesta quando riceve la chinea per il Regno di Napoli; e perciò con il riceverla non stima farsi pregiudizio, et ultimamente con tutte le pretensioni, che ha la Chiesa in riguardo de cavalieri Teutonici su la Prussia, della quale il Re di Polonia investe un Principe eretico, se la passa con fare una protesta avanti il sudetto Re.

Che convinti da questi et altri esempii, e dal solito della Sede Apo-

stolica i castigliani vanno divulgando che niuno degl'esempii suddetti, od altri, che si potessero allegare, tratta di controversia fra Principe e suddito, o fra sovrano e ribelle, come nel caso presente, ma solo fra Principi e Principi; ma che saria bene che dimostrassero che questa fosse una differenza sostanziale, il que non mostrano, e dureranno fatica a rinvenirla. Secondariamente che bisognaria si ricordassero quello è stato detto di sopra, cioè che assumunt in propositione id quod est in questione; poiche li portughesi non ammettono, et i castigliani non provano legitimamente che il Re D. Giovanni sia mai stato suddito del Re di Castiglia, o che il Re di Castiglia sia mai stato sovrano di D. Giovanni, ancorche per tanti anni li sia convenuto di sottomettersi de facto alla calamità de tempi. Intorno a che quando occorrerà daranno le dovute sodisfazioni. 3° che il Re Giovanni d'Albret autore d'Antonio di Borbone era stato privato del Regno di Navarra ad titulum spiritualitatis, cioè d'aver sprezzato i precetti e le scomuniche della Chiesa, bisogna perciò dire che come Principe cristiano, et tamquam ovis Dominici gregis avesse peccato contro il suo (in spiritualibus) sovrano, così come pretende il Re di Castiglia ch'abbia peccato contro di lui il Rè D. Giovanni Quarto.

Che finalmente è molto considerabile che per le admissioni all'ubbidienza si trovino tanti esempii di tante sorti, e di tanti Pontefici, e che dall'altra parte non si trovi in quest'istessa materia d'ubbidienza un solo esempio, ne un solo caso di repulsa; onde vogliano i castigliani dopo tanti secoli introdurre in Roma questa pratica al tempo del presente Pontifice, e cominciarla dalla persona di D. Giovanni 4°, che i portughesi chiamano loro Re, e dal vilipendio del Regno di Portogallo.

Che quanto agli esempii che dicono di Martino 4°, e di Stefano 9°, e di Paolo 2° non hanno punto che fare col caso dell'ubbidienza, ne tampoco d'alcuna ambasciaria, se non quanto gl'ammutinati di Castiglia che seguivano il nome dell'Infante D. Alonso mandarono a Roma alcuni Ambasciatori per l'assoluzione d'una scomunica promulgata da un Legato della Sede Apostolica, e bisognò prima d'essere ammessi che parerent mandatis ecclesiae, come dice il Mariano istorico castigliano. Che il caso del Re D. Pietro d'Aragona, che fu scomunicato per aver occupato la Sicilia, parla d'un feudo della Sede Apostolica, alla quale ne spettava la cognizione jure proprio. Gl'altri due casi de spagnoli apportatisi dal Re D. Alonso il Savio, e de francesi inobbedienti a Ludovico 4° Re di Francia non pongono dubbio che i due Re suddetti erano i sovrani, e che

quegl'altri erano loro sudditi non pertendenti jus alcuno al Regno, ne alla libertà; ma de facto s'erano voluto ribellare, e così l'ingiustizia et il peccato era certo, et indubitato, e si trattava dicono i canonisti d'un scisma facti, et non juris.

Che non solamente in Roma e nelle ambasciate d'ubbidienza (che solo sono proprie di questa Corte, e che non portano altro che ossequio alla Sede Apostolica) non è stato solito esaminare i titoli legitimi de Principi, ch'hanno mandato a presentarla, e massime quando sono stati in attual possesso del Principato; ma anco altrove non s'è caminato, ne si può moralmente caminare con questi rigori e sottigliezze, quando si tratta d'ammettere in qualsivoglia modo rappresentanti de Principi. Che veghino i castigliani medesimi come n'usava Filippo secondo al tempo d'Elisabetta d'Inghilterra, che non solo era eretica, e privata del Regno per sentenza della Sede Apostolica, ma anco illegitima di nascita, e pure il Re Filippo la riconosceva per Regina, tenendo Ambasciatore appresso di lei, et Ambasciatori di lei nella Corte propria. Che non ci è, ne ci è stato da un pezzo in qua Principe alcuno in Germania, et altrove che non abbi riconosciuto Gostavo e suo padre per Re di Suezia, ancorche le ragioni di detto Regno notoriamente, e senza controversia alcuna appartenghino al Re di Polonia, per non parlar ora de Svizzeri, degl'olandesi, e d'altri, i primi de quali sono trattati da tutti come Principi legitimi, et i secondi da una gran parte del mondo, ancorche gl'uni e gl'altri si siano sottrati de facto da *(sic)* casa d'Austria, e che gl'olandesi non siano mai stati in possesso pacifico dell'usurpata libertà. Che il possesso naturale e presentaneo, o pacifico, o non pacifico che sia pare quello che principalmente guida queste materie. Que più di tutte l'altre pare che deva guidar quella dell'ubbidienza 1° perche si tratta d'un'ubbidienza solamente spirituale; onde non deve il Papa a chi la rende far un processo addosso di temporalità, e per occasione di essa repellerlo da quell'atto religioso e d'ossequio, almeno fin'a tanto che un giudizio legitimo e una re judicata non l'abbia dichiarato per usurpatore, e predone formato. 2° Perche si tratta d'un atto estragiudiciale e momentaneo, che non dà, ne toglie ragione al principato; ma solo serve per fare che quel tale, che l'ha in titolo o in possesso, o in qualunque altro modo (ancorche diffetoso e invalido) in quanto ne voglia usare (etiam che n'usasse de facto) ne debba sempre usare con quella professione di Principe cattolico e con quella subordinazione spirituale alla Santa Chiesa, che si deve da chiunque è nato in grembo di

essa. 3° Perche essendo questa fonzione non comune tra Principi secolari, ma dovuta solamente al Sommo Pontefice, e da lui non reciprocabile a nessuno, si correrebbe pericolo di fargli perdere, o rendere meno frequente in progresso di tempo con queste difficoltà l'uso del jus, che ha la Sede Apostolica di ricevere l'ubbidienza, a posta di voler arrestarsi su gl'interessi e differenze d'altri.

Concludono i portughesi che non possono lasciar di dire, benche con ogni dovuto rispetto e riverenza, che non potendosi senza molto detrimento della salute spirituale del Regno di Portogallo, e degl'altri Regni e provincie da quello dependenti tener in sospeso molte provisioni et ordinamenti spettanti al clero secolare e regolare, e generalmente alla salute di quei popoli, non è possibile che le bolle, i brevi, e gl'ordini della Sede Apostolica siano per aver esecuzione in quelle parti, se saranno accompagnati da altri termini che proporzionati allo stato presente di quel Regno, e di quel Re, et alla costituzione presente di quella jerarchia; à segno che quando bene il Re per la sua molta pietà, et osservanza verso Sua Santità lo volesse permettere, i popoli se ne offenderebbero infinitamente, e massime per esser loro stati i primi autori della mutazione, ch'è seguita, e della realtà, che s'è introdotta (anzi rimessa) nei naturali di quel Regno.

Che pertanto viene Sua Santità supplicata a non tener più in sospeto gl'effetti della buona giustizia del nuovo Re, del Vescovo, e della nazione, sendo massime notorio che detto Vescovo è Ambasciatore, e che per tale è stato riconosciuto per dove fin'ora è passato nel suo viaggio da Portogallo in Italia; oltre che non è solito d'impedirsi gl'ingressi solenni degl'Ambasciatori, e le altre fonzioni preambulari, all'obbedienza, sotto pretesto di non aver vedute le loro commissioni, e i loro poteri, e qualità. Che oltre che Sua Santità farà atto di giustizia e prevenirà molti inconvenienti che potrebbero nascere in Portogallo all'avviso di questa scarsezza e defferenziamento dagl'altri Ambasciatori obbligherà anco in perpetuo quella nazione divota a questa Santa Sede, et alla persona di Sua Beatitudine.

Avendo dunque Nostro Signore inteso quanto è stato esposto dall' Ambasciatore Chiumazzero, e quanto è stato esplicato nella scrittura, o sia memoriale dato per parte de portughesi, per più maturamente consultare l'affare di tanto momento, ne ha fatto tener proposito in una congregazione dove è solito che si discutino le materie pubbliche e private

di Stato, e per ponderarlo maggiormente, vi ha aggionto quattro Cardinali primarii e reputati ben'affetti alla Corona di Spagna, dove in più volte essendosene trattato, s'è prima conchiuso, che il Vescovo di Lamego non si possa, ne deva ricusare, ne impedirgli la venuta, e che il più che si sarebbe potuto fare sarebbe stato di procurare (se si fosse potuto) che si fermasse in qualche luogo convicino, o che facesse l'ingresso privatamente senza pompa, e nella medesima maniera si trattenesse, finche dichiarasse la causa della sua venuta, e per così dire legitimasse il suo ministero, per dare col temporeggiare e con i prefati modi tutto quello che si può concedere con la dilazione del tempo alla reputazione del Re Cattolico; ma che si deve ricever da lui l'ubbidienza in qualità d'Ambasciatore, come si legge esser stato osservato sotto Pio 2°, Giulio 2°, Gregorio XIII et altri Pontefici, ponderandosi che l'ubbidienza è un'atto religioso e spirituale, non pregiudiciale ad alcuno, non facendosi in forma di giudizio; e che dalla Sede Apostolica sono stati ammessi gl'Ambasciatori di quei Principi, che avevano il possesso del Principato, e non il titolo, et altri che avevano il titolo, e non il possesso; e fin quelli che non avevano ne l'uno, ne l'altro; come successe nelli Principi di Borbone per il Regno di Navarra, bastando la sola detentazione *(sic)* o possesso naturale ad effetto dell'ubbidienza, et anco il solo titolo colorato. Che il Duca di Braganza si ritrova nel possesso naturale, et è fornito ancora di titolo regio colorato così per l'acclamazione, o elezione de popoli, come per le ragioni della successione toccate già da tanti giurisconsulti et università, senza che la controversia sia stata decisa (come dicono li portoghesi) senon con l'armi. Che in altri tempi si è ben fatto istanza che si ricusasse d'ammettere all'ubbidienza chi veniva a prestarla, ma poi non essersi reclamato ab admissione. Che l'ubbidienza si deve esiggere da tutti li Principi cristiani, come omaggio spirituale per il Principe e per i popoli; e che è necessario per l'esecuzione delle bolle, et altre spedizioni e spiritualità in Portogallo. Che quel Regno ha tenuto quì sempre l'agente fermato. Che i bisogni che può portar il Vescovo di Lamego di tutto quel Regno si devono sentire. Che Braganza è figlio, e non può diseredarsi dalla sua legitima spirituale (per così dire) senon per titolo d'ingratitudine verso Iddio, e verso il Papa, cioè o per eresia, o per offesa. Che non si trova esempio che sia stata ributtata l'ubbidienza, nella quale la Sede Apostolica utitur jure suo, ne fa torto ad alcuno in proseguirlo, non entrando nel resto a canonizzare, et approvare le ragioni del temporale. Che d'ogni

disordine che nascesse nella Chiesa di Dio in rejettar il Vescovo si metterebbe la colpa sopra Sua Santità, e non nel Re Cattolico. Allegare i portoghesi che il Duca non ha giurato contro se stesso, oltre all'esser stato sforzoso, e di più che si come Sua Beatitudine non pone la mano a giudicare sopra la pertinenza del Regno, così ne anco entra a discutere il giuramento. Che bene si procuri d'insinuare al Re Cattolico il dispiacere che ha Nostro Signore degl'accidenti sopragiunti in quei Regni, per il paterno affetto che porta alla Maestà Cattolica, alla quale, et a suoi popoli desidera ogni bene; e che Sua Beatitudine avrà tutto quel riguardo, che sarà possibile alle sodisfazioni della Maestà Sua in procurare che si dia luogo alle proteste, o ad altre *(sic)* rimedii, che preservino le ragioni, che competer possino a Sua Maestà, a cui non da ne toglie l'atto meramente spirituale dell'ubbidienza; la quale di necessità non si può ricusare, come s'è veduto dagl'esempii e ragioni suddette, et apparisce dal successo in tempo di Filippo 2°, che non s'alterò, anzi che Sua Beatitudine considererà la dichiarazione che potrà farsi, anche per breve, essendo la mente di Sua Santità di non pregiudicare al Re Cattolico, e di far apparire ogni affettuosa stima verso Sua Maestà, alla quale, et a suoi ministri monsignor Nunzio porterà questo negozio con i modi proprii della sua destrezza e valore, sì che restino persuasi della ragione, e che continuerà sempre Sua Santità intatta et illesa la sua ottima paterna disposizione verso il Re Cattolico, dal quale scambievolmente si promette tutto quello che può derivare dall'ossequioso amore filiale verso Sua Beatitudine. E potrà parimente dire monsignor Nunzio che in riguardo della premura, che si ha in tutto quello concerne il servizio del Re, se n'è di quà voluto spedir corriere espresso. Frattanto quì al signor Ambasciatore Chiumazzero non si darà risposta senon in generale, con significarli dipoi che a monsignor Nunzio per corriere spresso sono stati pienamente dati gl'ordini opportuni in questo affare di quel che dovrà trattare con Sua Maestà e suoi ministri [1].

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 19, fol. 24.

Relação do encontro do Bispo de Lamego com o Embaixador de Hespanha[1]

Venne li mesi passati il signor Marchese de los Veles Ambasciatore del Re Cattolico a questa Corte di Roma con opinione grande di persona molto fiera, bizzarra, conduttiero d'eserciti, di buon negoziante, e d'uomo esecutivo nelle sue azioni e risoluzioni.

In quel tempo si trovò a questa Corte il Prencipe di Gallicano Colonnese, che in pochi giorni radunò quì 200 uomini di Regno, avendo colà tutti i suoi castelli senza sapersi a che effetto. Per una rissa seguita tra essi et alcuni soldati carabini di Perugia, nella quale accidentalmente s'incontrò il signore Cardinale Antonio, che con la sua prudenza et autorità quietò il rumore ma con risco grande della sua persona, fu necessario darne parte a Nostro Signore quale con la sua solita paterna vigilanza fece commandare a detto Prencipe di Gallicano che in termine di poche ore facesse sgombrare da questa città e stato tutta quella gente sotto pena capitale. Così fu obedito, e dopo pochi giorni sgombrò lui ancora.

Partita questa gente il signor Ambasciatore Marchese de los Veles per continuare la materia de suoi pensieri in tempo di notte fece abbrugiare parte di una picciola porta di dietro il suo stesso palazzo, e fattala poi di giorno risarcire pubblicamente, prese da questa occasione di volere armare, e far venire gente per difendere le scritture del suo Re, non le stimando sicure senza questa provisione, et in esecuzione del suo pensiero cominciorno qui a comparire varii regnicoli distribuiti in allogiamento parte nel suo palazzo, e parte nelle case vicine al suo quartiero.

Ma in poco tempo, come piacque a Dio, si scopersero li suoi disegni, perche andando monsignore Vescovo di Lamego, destinato Ambasciatore del nuovo Re di Portogallo per sua divozione verso il mese di Maggio una mattina alla Madonna degli Angeli a dire messa, ivi a canto

[1] *O titulo que está no documento é:* Relazione della zuffa seguita in Roma tra il Marchese de los Veles ambasciatore del Rè Cattolico e Monsignor Vescovo di Lamego destinato ambasciatore del nuovo Rè di Portogallo.

essendo il giardino del Cardinal Montalto, si scoverse che li spagnoli lo volevano pigliare, e mandare a Napoli, come fu fatto al Prencipe di Sanso, ma la spia non giunse in tempo all'Ambasciatore di Spagna, che gli potesse riuscire la sua machina, perche fu mezz'ora più tardi di quel che bisognava. Di questo fu avvisato da persona divota alla Corona di Francia il suo Ambasciatore, quale essendo sagace di natura dolce e flemmatico inimicissimo di rumore e novità, ma vigilantissimo nel servizio del suo Re sinceramente s'informò del fatto, e trovatolo vero ne diede parte a palazzo, che pure ne aveva qualche incontro.

Pochi giorni dopo finse il suddetto monsignor Vescovo di voler andare per sua divozione un doppo pranzo a Santa Maria Maggiore, e colà si viddero subito molti regnicoli a quella divozione, et in quelle osterie, e molti aggiungono che nel giardino del signor Cardinale Montalto ve ne fossero molti, ma non essendone stati visti, conviene stare alla pubblica voce e fama della città.

Nel principio di Giugno di notte fu a Monte Citorio fermato il cavvazzino *(sic)* del signor Cardinale Antonio, che conduceva a casa sua monsignor Cornaro veneziano già Auditore di Rota, ora Vescovo di Padova, che aveva cenato con Sua Eminenza da 12 mascherati, quali aperte le bandinelle, e visto che non era chi loro pensavano, lo lasciorno andare.

Vedendosi qui dalle cose precedenti che l'ardire d'alcuni passava ogni termine di convenienza, furono da padoni *(sic)* mandati commissarii alli confini del Regno, perche non lasciassero passare altri regnicoli alla corte con ordine preciso che a passaggieri che andassero o venissero s'aprissero tutte le lettere che portavano, ancorche che *(sic)* fossero di Palazzo, o del Nunzio, e trovando in esse cosa di momento li carcerassero, e mandassero le lettere a Padroni. In pochi giorni vi furno arrestati da venti, e quivi ne furono carcerati altri, a molti de quali si trovò il passaporto del Vice Re di Napoli per Roma per servizio di Sua Maestà Cattolica, sopra quali carcerati si formò processo non ancora pubblicato, ma però per corriero espresso mandato al Nunzio di Spagna acciò ne fusse con quella Maestà. *(sic)*

Vedendosi non ostante queste diligenze, che per via delle marine capitavano gente alla sfilata all'Ambasciatore di Spagna, fu risoluto di mettere guardie alle porte di questa città sotto pretesto che li soldati non uscissero a danneggiar le vigne, e questi ebbero ordine preciso di fare esattissime diligenze con tutti li forastieri, che entrassero in Roma, con

notare dove andavano ad alloggiare, di dove venissero, quanto tempo che erano partiti, col nome, cognome, e patria.

Successivamente si pubblicò bando molto necessario contro vagabondi sotto pena della galera et altre arbitrarie che partissero da questa città chi non avesse impiego d'arti o di servitù, e con questa occasione sfrattorono gran quantità di borgognoni et altre genti venuti senza sapersi a che effetto, senon per commun voce e fama si diceva che volessero attaccare fuoco alle stalle e finili di questa città dove loro stavano, e correndo il popolo all'incendii, questi armati con le armi, che ha in casa l'Ambasciator di Spagna, che oltre all'armaria ordinaria di cinquecento uomini avava *(sic)* da Napoli fatto venire gran quantità di moschetti per due mila uomini, e continuavano a venire altri in guisa tale che a Ripa Grande furono levati da una barca napoletana 600 moschetti coperti de melangoli, e condotti in Castel Sant'Angelo, voleva con questa gente andare al palazzo di monsignor Vescovo di Lamego per pigliarlo, et altri aggiungono che vi fusse pensiero di dare un sacco a questa città: e questo ha del verisimile, avendosi l'Ambasciatore lasciatosi uscir di bocca con più persone che voleva lasciare eterna memoria di se alla Corte di Roma, e questo è notorio a tutta la città.

Avendo visto il signor Ambasciatore di Spagna che li ripari fatti dalla prudenza de Padroni troncavano il filo a suoi disegni, dimandò licenza a Palazzo di tenere alcuni uomini per sua guardia, e gli fu da Padroni risposto ch'era loro pensiere di fare che gli Ambasciatori vivessero sicurissimi in questa Corte senz'altra guardia, e che non volea introdur questo abuso. Rispose l'Ambasciatore che averebbe cresciuto il numero de suoi parafreniere, al che non fu fatto riflesso.

Gli augumentò dunque da sedici sino a quaranta tutti regnicoli, e di questo non contento conduceva di più 30 uomini tutti capitani et officiali riformati, che quando usciva lo seguitavano alla lontana a due a due vestiti ognuno a suo capriccio.

Con questa scolta di gente oprò che il Cardinale Albornoz passasse officio col signor Cardinale Barberino che se dal signor Ambasciatore di Spagna sarà incontrato il Vescovo di Lamego, e non le fermasse, l'averebbe fatto fermare per forza. Fu perciò preso temperamento a Palazzo che per ora dovesse il medesimo Vescovo andare incognito con quattro staffieri solamente dietro la carrozza e con simile ordine l'Ambasciatore, mentre avesse ancora le bandinelle chiuse, se bene non gli fermasse,

S'incontrò alcune settimane sono l'Ambasciatore suddetto nell'Inquisitore del Regno di Portogallo, il quale con molto termine di cortesia se gli fermò e salutò, ma il medesimo Ambasciatore le chiuse le bandinelle della carrozza in faccia. Pensava ora nell'istesso modo e forse peggio trattare il Vescovo di Lamego, fermandosegli, e di poter poi dire che con quell'atto gli aveva reso l'obbedienza come Ambasciatore del suo Re, e che lui l'aveva sprezzato, e mortificato come rebello, e se non si fermava, pigliava occasione di eseguire la trama de suoi pensieri, senza aver riguardo alla dignità ne al carattere che porta.

Alli 20 del corrente mese d'Agosto pochi giorni dopo la parlata del signore Cardinale Albornoz uscì di casa dopo pranzo il signor Ambasciatore di Spagna con la sua solita comitiva, et andò a casa del signor Cardinal Roma, e nel smontare che fece di carrozza se gli accostò un spagnuolo giovane in abito lungo, e gli disse, per quanto dimostrò il successo, che monsignor di Lamego era uscito di casa, che il medesimo Ambasciatore parlasse ad uno de suoi, e poi andò sopra a visitare il suddetto Cardinale. Monsignor Vescovo seguitato sempre da una spia spagnola andò dal signor Ambasciatore di Francia per suoi negozii con quattro staffieri incognito, e non ostante la parola data dal signore Ambasciatore di Spagna, in meno d'un ora vennero del vicolo dietro al palazzo del signor Cardinal Roma due carrozzate piene d'armi di fuoco, cioè pistoni, carabine, terzaroli e pistole per armare 36 persone, e perche non era in casa colui, che teneva la chiave dell'armaria, fu scassata la porta a viva forza (così ha detto l'istesso armarolo a persona sua confidente) e furon distribuite alla gente di esso Ambasciatore, e dopo si radunorono al cortile del suddetto Cardinale, et in anticamera di Sua Eminenza casualmente si sparò una pistola d'uno de gentiluomini dell'Ambasciatore che fu sentito da vicini che viddero medesimamente le distribuzioni dell'armi suddette; et in quanto allo sparo della pistolla crederono alcuni che fusse stata sparata a posta per dar segno all'Ambasciatore che il tutto era all'ordine.

Fu intanto avvisato il signor Ambasciatore di Francia di simile apparecchio qual'Ambasciatore desiderando la quiete della città e la sicurezza del suo amico, per un suo gentiluomo ne avvisò li Padroni, facendoli dire in specie che trovandosi in casa sua monsignor Vescovo di Lamego Ambasciatore del Re di Portogallo confederato col suo Rè non poteva far di meno di non assistergli contro l'insidie che gli venivano preparate da

spagnoli, e farlo condurre sicuro alla sua casa, che però rimediassero allo scandalo che poteva succedere.

Onde li Padroni ordinorno al bargello che con grossa comitiva a cavallo vedesse *(sic)* evitare i rumori, et a monsignor Fausto Poli Maggiordomo di Nostro Signore che parlasse al signore Ambasciatore di Spagna, e diedero altri ordini necessarii per la quiete universale.

Uscì finalmente il signore Ambasciatore di Spagna dal signore Cardinal Roma verso il Corso da Capranica per gli Orfanelli con la sua caterva a lento passo, e di quando in quando si andava fermando, e massime di rincontro alla porta del signore Marchese Raggi in Piazza Colonna, aspettando il segno dell'uscita del Vescovo di Lamego, per il qual segno v'erano due spie a Santa Maria in Via, e l'altra alla bocca del vicolo del Pasticciere nel Corso, e verso l'ave Maria essendo avvisato il signore Ambasciatore di Francia che quello di Spagna stava girando intorno a suoi quartieri tracciando il suddetto Vescovo stimò bene di distribuire le armi alla sua famiglia et a quella di Lamego et ordinò che fosse condotto sicuro a casa sua.

Finalmente fu dato segno da quello di Santa Maria in Via con un fazzoletto in alto all'altro che stava alla cantonata dell'istesso vicolo al Corso, e questo alla volta della carrozza dell'Ambasciatore di Spagna che monsignore Vescovo di Lamego era uscito dal palazzo dall'Ambasciatore di Francia, e faceva la strada solita, che veniva a sboccare alla cantonata della chiesa di Santa Maria in Via, marciava di vanguardia alla sua carrozza una truppa di gente con le carabine alle mani, e medesimamente di retroguardia alla carrozza vi era una truppa simile con l'istesse armi. Spagna imboccò con gran celerità subito ch'ebbe il segno del fazzoletto il vicolo della Stufa del Conte Spada che dal Corso va a Santa Maria in Via, e pervenuto alla cantonata che sbocca nella strada fece alto fintanto che vidde spuntar li francesi dal vicolo a canto detta chiesa, e subito li spagnuoli dissero eccoli, arme, arme, e la carrozza interzò *(sic)* li cavalli nella strada, a segno che quella restava mezza coperta dalla cantonata. Vi si affrontò il bargello con settanta uomini, ma non essendo in tempo d'infraponersi fra gli uni e gli altri per impedire, fece pregare i francesi a fermarsi, perche non succedesse tanto male, ma quelli risposero che loro caminavano per condurre a casa l'Ambasciatore di Portogallo, e che volevano passare, e che non averebbero dato fastidio, se prima non le veniva dato, e s'incaminorono alla volta de spagnuoli, li

quali gridorno li quattro primi però ch'erano avanti, ferma all'Ambasciatore di Spagna. Fu risposto subito da francesi che non avevano da trattar con lui, alla quale risposta uno de spagnoli sparò una pistola, e gli altri tre a tirar sassi contro la carrozza di Lamego. Al che i francesi risposero con sparo delle carabine alla volta della carrozza dell'Ambasciatore di Spagna, e così fu attaccata la zuffa.

In questo dal palazzo del signor Cardinale Albornoz uscirono otto uomini con armi di fuoco, et entrorono nel vicolo del Pasticciero, credendo di mettere in mezzo Lamego, ma trovorno che detto monsignore era trapassato il vicolo sudetto, et avanzatosi alla volta di Spagna. Durò questa zuffa un miserere con l'armi da fuoco, e dopoi si venne all'armi bianche.

Monsignor Vescovo di Lamego si salvò in casa d'un gentiluomo ivi vicino, e la carrozza sua non potendo passare, essendo stata attraversata la strada da quella di Spagna, che aveva li cavalli morti, ritornò in dietro in casa dell'Ambasciator di Francia, dove si condusse poco doppo monsignor Vescovo, che poi all'otto ore di notte dal Conte di Castel Villano fu condotto in Piazza Navona con buona scorta de soldati.

Il signor Ambasciator di Spagna doppo aver visti morti li cavalli della sua carrozza, e ferito il cocchiere, stimò bene mettersi in sicuro, uscendo di carrozza accompagnato da alcuni suoi andò in casa del signor Cardinale Albornoz.

Ad un'ora di notte il signor Cardinale Albornoz, et il signor Cardinal Montalto accompagnarono il detto signor Ambasciatore a casa sua. La Corte dice ch'era ferito in una spalla, perche il medico Fonseca li fece subito cavar sangue da tutte due le braccia, ma fu per altra causa, e non per la ferita.

Li morti tra tutti saranno da venti, e non fu proseguito più avanti, perche con la partenza del signor Ambasciatore di Spagna li spagnuoli si sbandorno, e li francesi si ritirorono a casa. Questi vi hanno lasciato morto subito un parafreniere di Portogallo d'archibugiata. Vi restò anco morto un paggio di Francia cavaliero di Malta d'una archibugiata, avendo di prima però ammazzato il capitano delle lance spezzate *(sic)* de spagnuoli, e se non li mancava il vigore aveva di già con la pistola preso a mira l'Ambasciatore ma mancandoli il spirito, l'Ambasciatore salvò la vita e restato ancora ferito malamente l'ajutante di camera, che spoglia e veste il signor Ambasciatore di Francia, ma ancora non è morto, anzi vi è speranza che camperà la vita.

Per parte de spagnuoli restò morto il gran capitano con altri sei in strada. Sono morti però altri sedici ch'erano feriti, et il cerusico dice che altri sei stima che non possino campare, ma che gli altri tutti guariranno, quali stanno compartiti per questi opitali.

L'avantaggio de francesi fu che la risa seguì in strada stretta, che se li spagnuoli cercavano il lor vantaggio con attacarla in largura, essendo superiori di gente, facilmente restavano vincitori.

L'istessa notte per evitar maggiori inconvenienti si posero due corpi di guardia, uno tra Francia e Spagna a Sant'Andrea delle Fratte, e l'altro intorno al palazzo di monsignor Vescovo di Lamego in Piazza Navona, che consistono in una compagnia de moschettieri e carabine per ciascheduno e così stà il negozio.

Il signor Ambasciator di Spagna esclama ch'è stato assaltato dal Vescovo di Lamego, mentre lui se n'andava divotamente a S. Bernardo non avendo arme di fuoco, ma il successo è seguito in tempo che si vedeva, e vi era gran popolo. In quella strada per essere picciola e stretta rare volte si vanno Prencipi et Ambasciatori, anzi questi mai.

L'ora non era per divozione essendo l'ave Maria sonata. Li negozii antecedenti dichiarano li susseguenti, l'armamento in casa di Roma fu di giorno e pubblico, le ferite de morti parlano da se, se vi erano per parte de spagnuoli arme di fuoco, o nò, le fermate per le strade, e li segni de fazzoletti parlano la di lui intenzione [1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Agosto 24

Pella copia incluza da carta que escrevo a Sua Magestade que Deus guarde, entenderá Vossa Excellencia o que me succedeo quarta feira 20 do corrente, sem haver naquella materia couza de que maes avizar a Vossa Excellencia. Por ella constará bem a Vossa Excellencia como não

[1] *Copia, na* Biblioth. d'Ajuda, Sym. Lus., tomo 19, fol. 56.

he ja possivel esperar a licença que por muitas vezes tenho pedido a Sua Magestade para me haver de recolher, e assy estou rezoluto a me sair desta Corte, com os maes Ministros de Sua Magestade, no cazo que Sua Santidade não tome occazião deste accidente para me receber logo. Vossa Excellencia me fassa merce procurar instantemente que as embarcações em que houver de passar ou o senhor Cardeal Bique ou o senhor Cardeal Mazarino tragão ordem para nos levar a qualquer porto desse Reyno. E quando Suas Eminencias não hajão de ser aqui por todo Outubro, Vossa Excellencia seja servido de procurar a mesma ordem, para qualquer navio ou galé franceza nos vir buscar ao porto de Civita Vechia té o fim d'aquelle mes por conta da fazenda de Sua Magestade. E em cazo que Vossa Excellencia não possa conseguir nenhũa destas ordens, me fassa merce despachar logo avizo, a toda a deligencia, para eu buscar por ca algum remedio, se o puder haver de modo que em todo o acontecimento me possa embarcar no termo referido. Fico prestes para tudo o que for do serviço d' Vossa Excellencia. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 24 d'Agosto de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego* [1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Agosto 31

Pella importancia de chegarem estas cartas a Vossa Excellencia mando os duplicados incluzos, assy da carta, que escrevi a Sua Magestade Deus o guarde como a Vossa Excellencia em 24 do prezente, quando succeda não chegarem as primeiras destas copias poderá Vossa Excellencia avizar a Portugal. As couzas estão no mesmo estado, a guarda posta para defenssão de minha caza continua ainda, porem nenhũa outra demonstração se tem feito, nem me tem mandado recado algum, pello que me ratifico maes no que digo a Vossa Excellencia na incluza. O Marques dos Velles saiu desta Corte q.ta feira a tarde para Aquila, forão

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 78.

em sua companhia os dous Cardeaes Albornos e Montalto, e dizem que tambem irá o Cardeal Cueva, e os Auditores da Rota castelhanos, com o que se intimidão muito os que nos governão.

Recebi a carta de Vossa Excellencia do ultimo do passado, festejo as boas novas que Vossa Excellencia me dá da saude d' Sua Magestade Deus o guarde e da Caza Real, e os bons successos das fronteiras, e que Vossa Excellencia haja chegado a essa Corte com saude. Para servir a Vossa Excellencia fico certo. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 31 d'Agosto de 642.—*D. M. Bispo de Lamego*[1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1642 — Setembro 2

Conde Almirante Embayxador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo.....
.....[2]

A dilação que em Roma tem havido sobre o recebimento da minha embaxada he de maneira que se não pode ja dissimular mais sem muito descredito, pelo que mando escrever ao Bispo de Lamego que se ate 20 de novembro, que cumpre hum anno que entrou em Roma não for admittido, se despida e volte logo a este Reyno, ficando por conta do Pappa e de seus sobrinhos e conselheiros os escandallos e graves inconvenientes que podem resultar de termo tão injusto, e indigno do Vigario de Christo nosso Senhor, e cabeça da Igreja catholica, como he não receber a obediencia de hum Rei Christão que não quer de Sua Santidade outra cousa que prestar lhe a obediencia devida a See Apostolica. Com este supposto certo he necessario que aperteis agora mais as diligencias para que El-Rey Christianissimo as mande fazer taes, por meo do seu Embaxador, e dos Cardeaes de sua devação que possão mover a Sua Santidade a re-

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 79.

[2] *Assumpto extranho.*

cepção da embaxada e se o Embaxador de França se sahisse com o meu ou pelo menos fizesse tal demonstração que os Italianos se persuadissem que se havia de sahir, grande aballo faria nelles, mayormente que se presume de algũas inteligencias secretas que elles tem determinado de receber a embaxada chegados a este termo. È para encaminhar que ElRey o ordene ao seu Embaxador foi muito acertada a prevenção que fizestes com o cardeal Mazarini, escrevendo lhe na forma das copias que vierão com a vossa ultima carta de 30 de julho. È porque eu estou particularmente obrigado a affeição que mostra a minhas cousas, havendo entendido da carta que me escreveo sobre sua creação que estaria ja em Roma lhe mandava la escrever com ordem ao Bispo embaxador que lhe desse a carta; mas agora que pelo que referis nesta ultima vossa, parece que está mais devagar, vay outra minha quasi da mesma sustancia que lhe dareis, ou remetereis adonde se achar, significandolhe que estou muito aggradecido do que faz, e com muito desejo de lho gratificar.

. . . . . [1]

Escrita em Lisboa a 2 de Setembro de 642.—*Rey*. . . —Para o Conde embaxador de França.—Duplicado [2].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a Francisco de Lucena

1642—Setembro 9

Para Sua Magestade me chegou no ultimo correo de Roma esse gram maço do Embaxador que remetto nesse navio, e supposto que havia alcançado audiencia particular do Cardeal Francisco e ficava ja em cazas suas, não tem certeza de quando será recebido como Embaxador e a isto diz o Secretario Chavegni que em materia de tanta importancia

[1] *Assumpto extranho.*

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza) fol. 13 v.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho e seu Embaxador junto a pessoa de ElRey Christianissimo.

he necessaria cordura, e hũa pouca de paciencia para a dillação, que de novo se farião mais diligencias em Roma por parte do Christianissimo, e tem por sem duvida ser o Bispo recebido brevemente.

. . . . . .[1]

Do Cardeal Francisco me vierão a mão dous grandes maços para o Vice Collector desse Reino, a Sua Magestade os remeto, por se for servido ver nelles algũa couza, quando o não seja disto, sirvasse Vossa Merce mandar que se lhe entreguem.

. . . . . .[2]

Quinta feira a tarde 4 deste me mandou dizer Madama a Duqueza de Aguilhon sobrinha do Cardeal que naquella hora chegara a sua caza o Secretario do Marichal de la Milharé, que passava com cartas a ElRey, e com as capitulações da entrega de Perpinhão, que se havia de fazer hoje 7 de Setembro, he nova digna de grande estimação, e muito para se festejar nesse Reino, porque della resultarão grandes novidades em Italia (segundo nos dizem) e o recebimento do Bispo de Lamego, ao qual avizei logo no correo de 6ª feira. . . . . .[3]

Pariz 7 de Setembro de 1642[4].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Setembro 14

Em carta de 24 e 31 d'Agosto dei conta a Vossa Excellencia do emcontro que tive com o Marques dos Velles, Embaxador d'ElRey de Castella e da reputação com que delle havia saido, e da rezolução com que me achava de voltar a Portugal, no cazo em que Sua Santidade me

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*
[3] *Idem.*
[4] *Copia authentica, na* Bibliotheca Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 242v.

não receba loguo a embaxada de Sua Magestade pedindo a Vossa Excellencia fosse servido de me procurar comodidade d'embarcação, ou de me despachar correio de como não se podia ahi alcançar para eu ter lugar d'a buscar por minha via dentro no mes d'Outubro, ao que espero havera Vossa Excellencia mandado dar satisfação, com a pontualidade com que acode ao serviço d'ElRey meu Senhor, e me faz a mym merce.

Passados alguns dias depoes deste emcontro, vendo que nem por parte de Sua Santidade nem dos Cardeaes seus sobrinhos se tinha comigo comprimento algum, nem se fazia na materia outra demonstração maes, que continuar com a companhia de guarda que assiste a esta caza, pareceo que o Agente fosse ao Cardeal Barberino, para o que lhe mandou pedir audiencia por Monsenhor Bique, irmão do Cardeal Bique com pretexto de lhe querer render as graças da honra que nos fazia em nos mandar guardar. Sua Eminencia não foi servido de lh a conceder, nem de dar esperança de se deixar ver brevemente. A esta secura do Cardeal se ajuntou ter noticia certa de que se procurava formar o processo com tal destreza que assi os aggressores como os asaltados ficassemos tendo culpa a fim de se poder escrever como de ffeito se escreveo ao Nuncio dessa corte, e ao Vicecolleitor de Portugal, que os portuguezes e francezes erão os culpados, e ao Nuncio de Madrid que o erão os castelhanos; procurando assi com esta rezão politica ter dependentes todos os Principes, e não dar lugar a se lhe pedir algũa satisfação por parte de Sua Magestade e d El-Rei de França. Fechandosse sobretudo de maneira no negocio principal que por nenhũa via posso alcanssar, não so a rezolução final, mas nem ainda o tornaremno ao estado em que antes d'este successo. Nesta conformidade fis a saber a Sua Santidade por meio do Embaxador d'ElRey Christianissimo a dezauthoridade com que assistia nesta corte, posto em necessidade de ser guardado, e sem se me declarar que ou logo, ou dentro em breve tempo se receberia a embaxada de ElRei meu Senhor que era só o meio com que me daria por assigurado, fora do qual era forssado passar em continuas perturbações, de maes da grande quebra que padecia a reputação Real com tantas dilações. Pello que pedia a Sua Santidade se service de me mandar deferir, declarandolhe, que no cazo contrario me rezolvia em voltar para Portugal, com certeza de que deixava justificada com Deus e com os homens a cauza d'ElRey meu Senhor.

O Embaxador me mandou dizer ontem pello seu Secretario que Sua Santidade depois de o ouvir neste particular lhe não dera reposta algũa,

e que com o mesmo termo se ouvera o Cardeal Barberino; com isto retefico na rezolução que tenho tomado de me sair desta corte, porque estar nella como prezo, sem poder fazer deligencia algũa nem por mim, nem por terceira pessoa com tam manifesto periguo da vida, não pode ser serviço de Sua Magestade, e me sera estranhado de todos deter me em terra aonde publicamente me quizerão matar, estando segurado pello senhor della sem haver castiguo para os culpados.

O que agora me da maior cuidado he acertar no caminho que hei de tomar porque em todos ha grandissimas dificuldades pelo muito poder ..... [1] e com o primeiro avizo d' Vossa Excellencia me rezolverei de todo, e darei conta a Vossa Excellencia do que obrar.

..... [2]

Para servir a Vossa Excellencia fico certo. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Roma 14 de Septembro de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego* [3].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao Embaixador d'este paiz em Roma, o Marquez de Fontenay

1642—Setembro 19

Excellentissimo Senhor—Supposto que tee gora me falta reposta da que escrevi a Vossa Excellencia da Arrochella, não faltarey eu em beijar de novo a mão a Vossa Excellencia pello continuado favor que o senhor Bispo recebe, e sempre reconheceremos todos por mui particular que *(sic)* Vossa Excellencia lhe fez no dia em que teve o encontro com o Marquez de los Veles, que bem se cree que havia de sahir castigado, pois se atreveo a querer offender hum tão grande servidor de Vossa Excellencia, em

[1] *em cifra.*
[2] *Assumpto extranho.*
[3] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 69.

cujo amparo não podia de conseguir *(sic)* tão bom successo, e por meyo de Vossa Excellencia espero inda outros mayores, que como as couzas de Portugal correm tanto por conta de França, não haverá poder que lhe estorve seus intentos, nem mayor bem para my que muitas occaziões do serviço de Vossa Excellencia a quem Deus guarde. Pariz, e Setembro 19 de 642 [1].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao Agente em Roma, Pantaleão Rodrigues Pacheco

1642—Setembro 19

Desculpa he de me faltar Vossa Senhoria com carta sua achar se tão occupado em o negocio de armas e outros muitos que resultarião d elle. Bem sei que em todas as occaziões mostrará Vossa Senhoria que não impedem as ropas ecclesiasticas o valor portuguez, quando atrevidos o querem exprimentar.

Dou lhe a Vossa Senhoria o parabem do sucesso, que em tanta desigualdade de partido ynda foy mayor, e achar o enemigo tanto vituperio donde queria fazer algũa afronta. Promessas castelhanas poucas vezes se acompanhão de muitas obras. Vossa Senhoria está victorioso, e eu alegre de que já que o contrario buscou a occazião tirasse della o fructo que merecia intento tão insolente. O Secretario Chavegni me deu os parabens da victoria, dando m os tambem em carta sua o Cardeal Mazicini *(sic)* com grande affecto e estimação dizendo que esperava no negocio d essa embaxada felecissimo acerto. Sobre o que escrevo ao senhor Bispo no particular da mudança que me aviza verá Vossa Senhoria mais largamente o que sinto nelle. E hoje com o rendimento de Perpinhão (de que assistimos esta tarde na acção de graças que o Christianissimo fez) aynda he mais conveniente a paciencia que tem *(sic)* esta e muito soffrimento não se vencem negocios grandes, quanto mais o que he mayor que todos.

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 246.

Creya Vossa Senhoria que esta nova de Perpinhão he muy solicitada de todas as partes, e que em todas se esperão grandes consequencias de sua certeza, e pois temos esta devemos esperar aquellas, que tambem se podem ter por infalliveis.....[1] Pariz, e Setembro 19 de 642[2].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Setembro 22

Achasse Vossa Excellencia sem carta minha porque emquanto me não veio carta de Vossa Excellencia ser chegado a essa Corte deixei de escrever, porem tanto que a recebi dei razão de mym em 10 do passado, e do successo que tive no emcontro com o Marques dos Velles em 24 e 31 do mesmo. Da rezolução em que estava e deligencia que já havia feito com Sua Santidade por meyo do Embaxador de França, em 14 do prezente todas espero que Vossa Excellencia haja recebido, pella muita segurança que nestes correios expirimento.

O ultimo estado do negocio era haver eu mandado dizer a Sua Santidade pello Embaxador de França, a dezauthoridade com que assistia nesta Curia posto em necessidade de ser guardado, e sem se me declarar que ou logo ou dentro em breve termo seria recebida a embaxada de Sua Magestade que Deus guarde, que era só o meyo com que me daria por assigurado, pello que pedia a Sua Santidade se service de me mandar deferir, declarandolhe, que no cazo contrario me rezolvia em voltar para Portugal, com certeza de que deixava justificada com Deus e com os homens a cauza d'ElRey meu Senhor. O Embaxador me dice que Sua Santidade o ouvira, e discorrera largamente sobre o que lhe dicera, mas sem lhe dar reposta affirmativa, nem negativamente, e que o Cardeal Barberino seguira o mesmo termo.

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 248.

Estando assy as couzas dice Monsenhor Bique ao Inquizidor da parte do Cardeal Barberino, que a Congregação havia rezoluto que eu não fosse recebido por Embaxador por se acharem na minha pessoa impedimentos depoes do emcontro com o Marques, e que os Cardeaes julgavão não ser conveniente a Sé Appostolica, quando tinha hũa guerra com o Duque de Parma, querer outra com ElRey Catholico. Este recado do Cardeal comuniquei ao Embaxador de França, e porque elle se resolveo em fazer a saber aos Cardeaes da Congregação, que se me mandavão de Roma se havia de sair em minha companhia, respondi ao Cardeal que eu não podia sair desta Corte com satisfação que dar a ElRey meu Senhor se elle me não mandasse notificar em forma publica. Não me tornou reposta ainda, porque o embaraça a rezolução do Embaxador d'ElRey Christianissimo, e assy receo que me dilatem a reposta, se as guerras de Parma não fizerem aperto, e me deixem estar sem me ouvirem nem fazerem cazo de mym. Pello que estou com a mesma rezolução esperando avizo d'Vossa Excellencia. Para servir a Vossa Excellencia estou sempre certo. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 22 de Setembro de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego*[1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Outubro 12

Acabo de receber com o correio de hoje as cartas d'Vossa Excellencia de 12, e 18 do passado, da ultima dellas entendi haverem chegado as mãos d'Vossa Excellencia as de 24 e 31 d'Agosto, com o que recebi grande contentamento, pello cuidado, que me dava o descaminho da que escrevi a Vossa Excellencia em 9 do mesmo mes de que agora invio copia para que Vossa Excellencia tenha noticia dos antecedentes e a altura em que estava o negocio.

Bem certo estava de que se alegraria quanto he justo Vossa Excel-

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 63.

lencia com ficar a reputação de Sua Magestade que Deus guarde no emcontro do Marques dos Velles tanto em seu lugar, e não menos me tem alegrado o certificar me Vossa Excellencia que este mesmo juizo se tem formado nessa corte.

Pella carta de 14 do passado será prezente a Vossa Excellencia tudo o que havia succedido té aquelle dia, logo dahi a poucos mandou o Cardeal Barberino declarar ao Agente por Monsenhor Bique como a Congregação tinha rezoluto, que eu não fosse recebido pellos accidentes, que de novo sobrevierão em minha pessoa, e por se julgar, que não convinha a Sé Appostolica tendo hũa guerra com o Duque de Parma querer ter outra com ElRey de Hespanha, e que assy se me fazia a saber como dali em diante seria tratado como particular, e se removeria a guarda, que assiste a esta caza, porem que não era sua tenção excluir de todo a embaxada de Sua Magestade.

Comuniquei esta novidade ao Embaxador de França o qual se tem empenhado com o mesmo Cardeal, em que sendo eu mandado sair desta corte, se saira elle juntamente comigo. E mui bom fora, que não só este empenho lhe seja mandado approvar, mas que uze do mesmo termo se me não quizerem receber.

Nesta conformidade respondeo o Agente a Monsenhor Bique, que ainda que eu não podia deixar d'obedecer as ordens de Sua Santidade, e de seus Ministros, comtudo era necessario, para dar satisfação de mym a Sua Magestade que se me notificasse em forma publica aquelle assento da Congregação. Com esta deligencia ficou suspenssa a execução de me lançarem fora, mas esta em seu ser a rezolução da Congregação de que eu não seja recebido, e assy continuão em me não ouvir por via algũa, mas antes suppondo que se me havia assinado termo certo para me sair desta Corte fes a saber o mesmo Monsenhor em 6 do prezente ao Secretario, que o Cardeal entendia que té 10 deste mesmo mes se acabava o tal termo, e que determinava de remover a guarda, o que te o prezente não executou por lhe ratificar o Embaxador de França pessoalmente a sua determinação, mas cada hora o poderá fazer com o que me sera forssado voltar me para Portugal com os Ministros de Sua Magestade.

Conforme a isto me não poderão ser de proveito as embarcações que Vossa Excellencia procurar depoes d'esta minha carta recebida, porque não chegarião a tempo capas de navegação, pello que sendo forssado partir me logo procurarei por minha via outra comodidade para passar a

qualquer porto *(?)* desse Reyno, e dando as couzas lugar para me poder ir entretendo, e dilatando a partida, em tal cazo tornarei avizar a Vossa Excellencia para Vossa Excellencia ser servido de continuar as deligencias que ahi tera principiado com os Ministros d'ElRey Christianissimo a este fim.

Todas as razões com que Vossa Excellencia discorre nesta sua carta, para me persuadir a continuar nesta Curia, me parecem dignas do grande zelo com que Vossa Excellencia procura emcaminhar o serviço d'ElRey meu Senhor, e do bom animo com que Vossa Excellencia me deseja ver acertar em tudo, porem como Vossa Excellencia se acha tão distante desta Curia, e sem inteira notia *(sic)* do estado das couzas prezentes nella, posso ter confiança para dizer a Vossa Excellencia, que nunca podera parecer conveniencia o persistir em querer estar nesta terra contra vontade do senhor della, e com tão manifesto perigo de ser opprimido de nossos inimigos, e não pareça a Vossa Excellencia que por haver passado o primeiro encontro, e se haver auzentado o Marques dos Velles tem cessado o fundamento do temor, porque os poderes d'ElRey de Castella em Roma não dependem da assistencia do seu Embaxador poes quazi todos os Princepes e Barões romanos são seus vassalos, e o que Vossa Excellencia aponta do socorro dos soldados, que me pode vir de Portugal a Liorne mostra bem que não esta Vossa Excellencia ainda informado de que pellas terras dos Princepes d'Italia não pode passar milicia estrangeira, e que aquelle Porto he do Grão Duque tão dependente d'ElRey de Castella, que me não atrevi eu a desembarcar nelle, e sobretudo pouco importaria este soccorro quando os castelhanos podem aqui por em campo maes gente que em Castella, porem nenhũa destas razoens me obrigará a me voltar emquanto houver algũa minima esperança de se melhorar o serviço de Sua Magestade.

Muito grande merce me fes Vossa Excellencia em me comunicar as boas novas do Reyno que espero se acrescentarão com os progressos da armada.

. . . . . [1]

No particular da conezia de Lisboa não posso servir a Vossa Excellencia por me ter rezoluto a não fazer petições ao Cardeal emquanto não difere a embaxada de Sua Magestade, e por esta razão deixei passar

[1] *Assumpto extranho.*

a occazião do Deado de Evora, que era a milhor que poderia ter, para hum de meus sobrinhos. As cartas para Ferdinando Brandão, e para o Assistente se lhe entregarão, e do creditto se uzará quando pellas deligencias que elles fizerem seja necessario.

O papel que contem copia das capitulações para a liga *(?)* de Italia, em que dizem quer entrar Sua Santidade mando a Vossa Excellencia, não para se lhe haver de dar outro creditto maes que o que basta para alcançar o intento dos castelhanos neste particular. Em tudo o que se offerecer do serviço d' Vossa Excellencia me empregarei sempre com muito gosto. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Roma 12 d'Outubro de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego* [1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Novembro 9

A tres cartas d' Vossa Excellencia devo reposta, são de 3, 10 e 17 do passado, as quaes com esta darei satisfação no sustancial dellas. Refere me Vossa Excellencia como dando conta o secretario dessa embaxada ao Cardeal Mazarine, e a monsieur de Chavigni, da rezolução com que me achava de voltar para Portugal, por não querer Sua Santidade aceitar em tanto tempo a obediencia d'ElRey meu Senhor, nem conceder me audiencia como a pessoa particular, negando me de todo os meios de lhe poder reprezentar as razões que justificão esta embaxada forão elles de parecer que a minha saida de Roma era agora intempestiva pella occazião que se dava a ElRei de Castella tornar a mandar Embaixador a esta Curia, e ajustar suas couzas com o Cardeal Barberino, significando ultimamente a Vossa Excellencia que seria conveniente deter me eu por tempo de dous mezes esperando que dentro deste termo se poderia tomar inteira resolução, e que o Marques de Fontane ajudaria com dizer que não sendo eu ouvido se havia de sair comiguo, e eu podia di-

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 61.

zer tambem todos os dias que me hia porem que nenhum de nos effeituaria esta resolução sem nova ordem. Como não acho nesta relação que Vossa Excellencia me fas feita menção de que o secretario comunicasse áquelles ministros, que depoes d'eu me haver valido d'Vossa Excellencia para a comodidade d'embarcação, em que pudesse passar a esse reyno como tinha determinado, sobreviera de novo mandar me declarar o Cardeal Barberino, como a Congregação rezolvera que eu não fosse recebido, e que d'ali em diante seria tratado como pessoa particular, e se removeria a guarda, que assistia a esta caza, como maes miudamente tenho escritto a Vossa Excellencia: e ultimamente avizara Sua Magestade a Vossa Excellencia como me ordenava, que se até 20 do prezente me não admitise Sua Santidade, ou não sinalace dia para o fazer me houvesse por respondido, e saisce de Roma com os maes ministros, voltando me para Portugal: fico tendo algũa razão de duvidar que se o Cardeal Mazarini e monsieur de Chavigni teverão aquella noticia assi circunstanciada forão por ventura de contrario parecer e não julgarão por particular opinião minha o que he ja agora execução das ordens de Sua Santidade e de Sua Magestade e assy quando este negocio parara só em ser necessario satisfazer a Vossa Excellencia, entendo que assas justificado estava em tomar hũa rezolução, que depoes vimos ter tomado Sua Magestade no mesmo tempo: porem como para a ser *(sic)* necessaria satis *(sic)* aos ministros de França a quem tanto devemos folgo muito de me someter ao seu juizo e lhes pode Vossa Excellencia dizer significar *(sic)* que eu me accomodo a me deter ate os dous mezes de novembro e dezembro, maes por mostrar a veneração com que abraço o seu conselho, que por esperar melhoramento algum poes te o propio Marques de Fontane me dis, que tem por certo que neste Pontificado se não defirira a esta embaxada, e com muito gosto tomo sobre mim a obrigação de dar conta a Sua Magestade desta alteração de suas ordens esperando do do *(sic)* Cardeal Duque de Rocheliu mande fazer o ultimo esforço nesta materia o qul *(sic)* so consiste em o Marques de Fontane se empenhar em se sair comigo porem de 20 deste por diante hei de dizer que me saio na forma do que dis a carta de 15, quando succeda quererem por em pratica outra maior detença advirto a Vossa Excellencia, posto que não sera necessario que neste particular se respeita mais a conveniencia de França que o serviço de Sua Magestade, porque França interessa muito em não vir Embaixador dElRei de Castella a Roma nesta occazião em que tanto se trata da guerra

de Italia, e o serviço de Sua Magestade intereca tão pouco nisso, como a experiencia tem mostrado, não se me declarando que não seria recebido senão depois que aqui faltou o Embaixador de Castella, e posto que o interesse dos amiguos obrigue a muito não ha de ser com tanta perda da reputação propria.

O masso que recebi de Sua Magestade com a carta d' Vossa Excellencia de 10 do passado era a segunda via, espero pella primeira com cuidado.

A Liorne chegou hũa embarcação de Lisboa partio em 8 do passado, e ainda que te o prezente não são chegados despachos de Sua Magestade os passageiros portuguezes assigurão, que Suas Magestades ficavão com saude, e erão entrados naquelle porto Antonio de Saldanha com as duas navetas da India arribadas a ilha Terceira, Antonio Telles com 2 naos de preza, e a frota do Rio de Janeiro, nas fronteiras avizão que ouve entradas de consideração com bom successo dos nossos de que me pareceo dar parte a Vossa Excellencia, porque não haverá porventura tido novas de tão pouco tempo, e de tanto gosto. Fico certo a tudo o que tocar ao serviço d' Vossa Excellencia. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 9 de Novembro de 1642.

[1]Nese masete pera o senhor Cardeal Mazarino vai hũa carta de Sua Magestade e na minha me remeto a Vossa Excellencia no que toca a informação do estado em que esta esta embaijada—*D. M. Bispo de Lamego*[2].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

. 1642—Novembro 10

Pello correio ordinario tenho escrito a Vossa Excellencia hontem 9 do corrente, e porque despois me vio o Marques de Fontane pera conferirmos a forma com que deve representar a Sua Santidade o que ElRei

[1] *Este paragrapho é da lettra do Bispo.*

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 58.

meo Senhor ordena sobre a minha despedida desta corte me paresceo avisar logo a Vossa Excellencia por este gentilhomem que o mesmo Marques envia a essa corte, como comunicandolhe o que Vossa Excellencia me refirio do senhor Cardeal Mazarino e monsiur de Xaveni *(sic)* em resão de não aprovarem a resolução de me sair agora de Roma sem esperar que passase mais dous mezes por poder acontecer que dentro nelles se melhorassem as cousas, significando que o Marques me ajudaria, com publicar que se sairia comigo, o achei muito alheio de tal determinação, e me deo a emtemder que se não achava com essa ordem, posto que em toda outra demostração estevesse com o affecto a nossas cousas com que sempre me assistio, Conforme a isto se vai obrando em execução da ordem de Sua Magestade de modo que se antes de acabado o termo de dous meses, se offerescer ocasião de me partir o não deijarei de fazer, e Vossa Excellencia se pode servir de dar resão de si e de mim aquelles menistros quando seja necessario, não a fim de lhes mostrar sombra de queixa, em não haverem avisado ao Marques na forma que praticarão ao Secretario de essa embaxada, senão pera se segurarem das resões porque não faco maior dilação nesta corte, as quais são tão justificadas diante dos que nella residem que o proprio Marques mas aprova, acrescentando que convira ao serviso de Sua Magestade tomarem a mesma resolução os portuguezes que aqui se acharem mais avultados, do que for socedendo irei dando conta a Vossa Excellencia, pidindo sempre a Vossa Excellencia continuas ocupações de seo serviso. Guarde Deus a Vossa Excellencia como dezejo. Roma 10 de novembro 642. Sofra Vossa Excellencia a minha ma letra, que o Secretario impidido de hum achaque não pode fazer estas regras.—*D. M. Bispo de Lamego* [1].

[1] *Toda escripta pelo Bispo.*

Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 57.

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Novembro 16

Depoes de haver escritto a Vossa Excellencia em carta de 9 do prezente em reposta ás de Vossa Excellencia de 3, 10 e 17 do passado, na qual dizia a Vossa Excellencia que folgava muito de someter o meu juizo ao dos ministros dElRei Christianissimo em quanto achavão ser conveniente deter me aqui por tempo de dous mezes esperando que nelles se poderia tomar inteira rezolução e que o Marques de Fontané ajudaria com declarar que não sendo eu recebido se sairia comigo: tornei avizar a Vossa Excellencia em 11 do corrente como communicando ao mesmo Marques o que Vossa Excellencia me referira o achara muito alheo de se sair agora desta Corte dando me a entender que não recebera tal ordem conforme ao que signifiquei a Vossa Excellencia que se antes d'acabado o termo dos dous mezes se offerecesse occazião de me partir o não deixaria de fazer: neste estado me chegarão as de Vossa Excellencia de 23 e 25 do passado, das quaes fiquei entendendo haver se tomado assento pellos ministros dElRei Christianissimo que não convinha em nenhum acontecimento sair me de Roma voluntariamente, e que antes devia esperar ser lançado por ordem de Sua Santidade acrescentando Vossa Excellencia que isto mesmo parecia ao Embaixador de Olanda, e a todos os ministros de Sua Magestade, e que no cazo contrario tinha Vossa Excellencia por certo perderiamos todas as assistencias dElRei Christianissimo, e perigaria o bem commum e publico desta embaixada, concluindo Vossa Excellencia que eu me devia accomodar ao Marques de Fontané, não me resolvendo sem sua aprovação. Confesso a Vossa Excellencia que he grande o desprazer que tenho com ver a Vossa Excellencia tão empenhado nesta materia parecendo que não he servido deixar algũa parte do bom acerto della ao cuidado com que a tenho tratado ha tanto tempo, na mesma Corte em que assistem os ministros que a hão de rezolver, tendo todas as noticias do que tem succedido, e dos dezignios maes par-

ticulares que se pretendem, depoes de se haverem tido diferentes audiencias, e feito todas as deligencias, que forão possiveis, que são circunstancias que não concorrem nas pessoas com quem Vossa Excellencia conffere estes particulares: principalmente porque quanto Vossa Excellencia me tem referido procede de se não haver feito menção da rezolução que se me declarou de que não seria recebido por Embaxador e da ordem que ElRei nosso Senhor me tem dado para me partir, porque não he de crer, que se aquelles ministros forão inteirados destas duas circunstancias tomaram o assento que Vossa Excellencia significa, porque so antes dellas intervirem puderão ter lugar as rezoens em que se fundão. Quanto mais que em lhes parecer seria mais conveniente mandar me sair Sua Santidade, e não mostrar eu que o faço por ordem de Sua Magestade são contrariados até do Marques de Fontané, e não posso deixar de me admirar de Vossa Excellencia estar persuadido a que nos faltarão as assistencias dElRei Christianissimo por eu fazer o que o meu Rei ordena tão conforme a sua auctoridade real, e se a minha assistencia nesta Corte importa aos interesses dessa Coroa, fora justo que muito sinceramente se declarasse a Vossa Excellencia para eu entar *(sic)* procurar de me deter so a esse fim sem attender a execução do que Sua Magestade me manda, porem não se declarando esta importancia a Vossa Excellencia, não se limitando tempo a minha detença, nem se ordenando ao Marques de Fontané que se saia comigo como de antes se dava a entender parece que pode Vossa Excellencia estar sem receo de perdermos a boa amizade dos francezes, porque sobretudo tenho neste particular approvação do mesmo Marques, a quem tenho dado conta não so destes particulares, mas de tudo o mais que se tem obrado nesta embaixada, e se eu me ouvera de governar pello seu parecer, ja em maio me aconselhava elle, e monsieur de Leão que convinha a reputação de Sua Magestade voltar me logo então para Portugal.

Confforme a isto o estado em que me acho de prezente he ter dado hum memorial ao Marques para que o dê a Sua Santidade, no qual referindo lhe todas as rezoens que Sua Magestade aponta na sua ultima carta, e declarando lhe que se te cinco deste me não admittir por Embaixador, ou sinalar dia para o fazer tenho ordem de Sua Magestade para me haver por respondido, e lhe peico *(sic)* queira considerar com sua piedade e justiça as demonstrações que Sua Magestade tem feito, a desconsolação que no espiritual se padece naquelle Reino, e as desordens

que se podem seguir ao diante para não deixar passar mais tempo sem receber a obediencia de hum Principe christão, que so o busca como pai universal da igreja catholica. Da entrega deste memorial, que se dará no principio desta semana pende o tratar eu de minha partida. De tudo o que for succedendo, e se offerecer, avizarei a Vossa Excellencia.

O manifesto que compos o Secretario dessa embaxada Antonio Monís de Carvalho me tem parecido muito bem, e me fes Vossa Excellencia muita merce em me dar parte delle. Para servir a Vossa Excellencia estou com boa vontade. Deus guarde a Vossa Excellencia. Roma 16 de Novembro de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego*[1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Novembro 21

Na conformidade da ordem de Sua Magestade que Deus guarde fis entregar a Sua Santidade pello Marques de Fontané, na audiencia de hoje 21 do corrente hum memorial cuja copia será com esta, o qual em effeito lhe ficou na mão, posto que no principio reparasse muito em o aceitar; e porque desta ultima diligencia, muito bem executada pello Marques, não rezultou esperança alguma de Sua Santidade me querer deferir, tenho declarado minha partida, de que dou conta a Sua Magestade com a carta que esta acompanha: e succedeo ser em tão boa occazião, que na propia audiencia se despedio tambem o mesmo Marques, para juntos sairmos desta Curia té o principio do mes que vem. Conforme a isto ficará Vossa Excellencia fora do receo com que se achava de que por esta minha resolução poderiamos perder as assistencias d'ElRei de França. Do que for succedendo de novo darei conta a Vossa Excellencia, porque agora não da este trasordinario lugar a escrever maes largo, para servir a Vossa Excellencia estarei sempre muito certo. Deus guarde a Vossa Excellencia por largos annos. Roma 21 de Novembro de 1642.—*D. M. Bispo de Lamego*[2].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{8}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 51.

[2] Idem, idem, fol. 11.

Memorial do Bispo de Lamego ao Papa

(1642—Novembro 21?)

Santissimo Padre e Beatissimo Senhor—Dom Miguel de Portugal Bispo de Lamego, reprezenta a Vossa Santidade com este memorial, por não ter licença para o fazer ajoelhado aos sagrados pees de Vossa Santidade, como logo, que os tres estados do Reyno de Portugal acclamarão por Rey ao Serenissimo Dom João Duque de Bragança como successor universal da Serenissima Senhora Dona Caterina sua Avó, usando da faculdade, que de direito lhes competia pera resolver, julgar, e determinar a duvida da successão por morte do Serenissimo Rey Dom Henrique, que fâlecera sem descendencia, foy elle Orador destinado por aquella Magestade, para em seu nome vir render obediencia a Vossa Santidade e impetrar sua benção Appostolica; e sendo entrado nesta Curia em 20 de Novembro de 641, e procurando dar cumprimento á sua comissão, bejando os sagrados pees de Vossa Santidade, lhe foy ordenado fizesse enformar primeyro a Congregação, que Vossa Santidade pera o tal effeito depûtara, e dando se execução a esta ordem por palavra, e por escrito, não só se não tomou resolução no sustancial da aceitação desta obediencia mas nem ainda se lhe premitio chegar á prezença de Vossa Santidade: do que sendo enformado a Magestade do dito Rey, e da desautoridade e pouca segurança com que elle Orador assistia nesta Curia, houve por bem de rezolver, que se athe outro tal dia de 20 do prezente mez de Novembro, no qual se cumpre hum anno inteiro de sua entrada nesta Curia, Vossa Santidade não fosse servido de o admitir como Embaxador, ou sinalar dia pera o fazer, se houvesse por respondido, e saisse de Roma, porquanto da parte de Sua Magestade se tinha justifiquado, e feito notorio ão mundo todo, quão inteiramente comprira com a obrigação de Rey Catholico, e obediente filho da Igreja Romana, e Seé Appostolica acudindo logo que foy restituido aos Reynos, que de direito e justiça clara lhe pertencião, e com violencia lhe havião sido usurpados, e dos quais plenariamente em todas as partes, e membros daquella Coroa, estava de posse ha dous annos,

jurado e obedecido, sem duvida nem contradição a dar a devida obediencia a Vossa Santidade em seu nome e dos seus reynos reconhecendo o, e venerando o, como pay universal do Povo Cliristão, Cabeça da Igreja Catholica, e successor do Apostolo S. Pedro, sem pedir a Vossa Santidade declaração ou confirmação do titulo de Rey, de que não necessitava, nem ajuda pera se defender e sustentar, nem outra couza mais que a benção Appostolica de Vossa Santidade: sendo tãobem notorio, que os gloriosos Summos Pontifices predecessores de Vossa Santidade admitirão sempre as embaxadas, e receberão as obediencias dos Principes possuidores dos Reynos, posto que com contradição de outros Princepes e ainda dos intrusos, sem que jamais excluisem ainda as dos herejes e infieis, e havendo hum anno que só a este negocio assistia elle Orador nesta Curia, fazendo tantas instancias, e tão apertadas diligencias pera haver de ser ouvido e admitido, e provado com evidentes razões, exemplos, e documentos a precisa obrigação que havia pera haver de ser recebida esta embaxada, não somente se lhe não diffirira, mas nem elle Orador foy ouvido, como pretendente ordinario, negando se lhe a entrada a Vossa Santidade ainda privadamente, pera lhe reprezentar o escandalo e graves inconvenientes que podião rezultar de ser assi tratado dando se com isso occazião a se poder presumir, que obrava mais com Vossa Santidade as contradições d ElRey de Castella, que a justiça e obrigação da Suprema Cabeça da Igreja, que não devia atender a outra dependencia mais que a da mesma justiça, sem se inclinar a parsialidades temporaes em materia meramente spiritual, qual he hum acto de hum Rey Christão render a obediencia ao Vigario de Christo; e assi, que havendo Sua Magestade cumprido tudo o que devia, fiquava por conta dos que aconselhavão a Vossa Santidade o haverem na de dar diante do divino tribunal dos danos que se seguissem de resolução tão pouco esperada, e que não podendo a reputação real tolerar mais tempo a desestimação e pouco respeito com que he tratado publicamente, hera forçoso conhecer o dezengano de que neste pontefiquado não havia que esperar milhoria do aggravo, que se lhe tinha feito, reservando pera outro a emenda e satisfação d elle; pello que com a devida reverencia e humildade, postrado de novo aos sagrados pees de Vossa Santidade pede elle Orador instantemente se sirva Vossa Santidade de considerar com piedade paternal as demostrações que se tem feito por parte de Sua Magestade as desconsolações e desordens que de prezente se padecem naquelle reyno no spiritual, e os perigos e danos que po-

dem resultar ao diante, pera que inclinado a sua natural piedade e justiça, queira aceitar a obediencia do dito Rey e reyno e lançar lhe sua bençâo Appostolica [1].

Carta de Fernando Brandão [2], ao Conde da Vidigueira

1642—Novembro 26

Eccellentissimo Signore..... [3]
Molte cose unite haveranno fatto facilmente risolvere la Maestà Christianissima a dar ordine à Monsù di Fontanè suo Ambasciatore à licentiarsi da Nostro Signore e de *(sic)* questa Corte, ancorche dalli più intendenti si discorra non sii per partirsi, et in ordine al comandamento della Maestà del Rè di Portogallo à Monsignor Vescovo di Lamego, che passato l'anno della sua entrata in Roma, nè essendo da Sua Santità ricevuto si desse per risposto, come lo fece intendere con un memoriale presentato venerdi matina da detto Monsù di Fontanè, ha voluto godere di questa ocasione di partire, e và disponendo la partenza in sua compagnia, che pare molto à proposito per quello possa apprendersi generalmente, che l'Ambasciatore di Francia parta da Roma per non ricevere Nostro Signore l'Ambasciatore del Rè di Portogallo senza distinguere vi siino altre raggioni congiunte, e stando li negotii dell'accettatione alterati con il sucesso della baruffa de spagnoli, e sospesi, non sapendo dove potessero portare li sentimenti di Sua Santità, si stima la congiuntura essere bellissima, et per salvarsi il credito in questo à Sua Maestà, et al Regno, e per quello importa particularmente per la sicurezza della persona propria di Monsignor Vescovo di Lamego, la maggior parte de portughesi religiosi e corteggiani

[1] *Copia mandada pelo Bispo Embaixador ao Conde da Vidigueira. Vide a carta antecedente* (1642—Novembro 21).

Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 12.

[2] *Já então, parece, tratava de negocios de Portugal, e depois, com certeza, os tratou juntamente com o Padre João de Mattos.*

[3] *Assumpto extranho.*

si preparano di accompagnarlo e servirlo in questo viaggio, che darà da considerare vedendo abbandonarsi Roma da un corpo di gente, che dava utile e comodo à questa città, e con il dubbio di quello possa pigliarsi di resolutione da Sua Maestà in proposito delle cose ecclesiastiche essendo io sempre per esser di sentimento che non se le perda il rispetto, ne totalmente si lasci di mantenere in qualche parte viva la negotiatione in Roma, ò per via de Ministri, ò persone adherenti à Francia, ò altre essendo troppo importante all'interesse politico del Regno di Portogallo non mostrar, ne dar ocasione di rottura con il Papa, che sebene si viveva con qualche scredito con la delatione si faceva di ricevere l'Ambasciatore di Portogallo, oltre alla speranza viva con la quale si tenevono li popoli, che d'hora in hora fosse per riceversi, era di grandissimo danno all'interessi di Spagna l'esser qui un'Ambasciatore portughese, li teneva in continuo timore, ò sospetto che il Papa l'havesse a ricevere, che però come di sopra dico sarò sempre d'opinione che con Roma non s'innovi, et si passi ogni buona corrispondenza, potendo poco tempo tardare l'ammettersi, ò da questo, ò da altro Pontefice l'Ambasciatore portughese, non mi parrebbe senon molto conveniente al servitio di Sua Maestà, che questo posto fosse occupato da Vostra Eccellenza, non praticandosi di farlo essercitare da persone ecclesiastiche, quali come sudditi di Sua Santità, non è a loro permesso, ne di parlare con quella libertà, che conviene al servitio del suo Prencipe, ne far molte funtioni, che non disconvengono ad un secolare nella persona di Vostra Eccellenza, e concorrendo la grandezza della sua nascita, et il proprio talento e valore aggiuntavi l'esperienza e la notitia maggiore che haverà appreso delle cose del mondo con la carica che al presente essercita appresso la Maestà Christianissima, non potrà solo che apportare grandissimo beneficio, et à Sua Maestà, et al Regno, et à me sarà di quella consolatione che potrei desiderar maggiore per poter reverir e servir di presensa un Signore dell'essere, e qualità come è Vostra Eccellenza ponendo in consideratione a Vostra Eccellenza che à questa carica è molto pregiuditiale l'esser accompagnate *(sic)* d'altro Ministro, ò con titolo di collega, ò d'agente, come l'esperienza li ha mostrato con il danno patente, che ha fatto al servitio di Sua Maestà et à Monsignor Vescovo di Lamego Pantaleone Rodrigues, che volendo competere di parità con questo Signore, e prima con lettere, e doppo arrivato in Roma indistintamente publicato, e dato parte a Cardinali, che doveva restare doppo la sua partenza Ambasciatore Ordinario di Sua Maestà, et in recompensa di essere

stato principale autore della sua esaltatione nominato per Cardinale, et havendo spedito cinque persone à Portogallo sotto diversi colori à passar mal ufficio contra la persona di Monsignor Vescovo per facilitar maggiormente la sua pretentione, e penetrandosi queste male sodisfationi da Padroni e dalla Corte ha redondato in grandissima disistimatione e vilipendio di questa imbasciata.....[1]

Roma 26 Novembre 1642.

.....[2]

Devotissimo et obligatissimo servitore *(?)—Ferdinando Brandano*[3].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1642—Dezembro 17

Em 21 do passado escrevi a Vossa Excellencia como em execução da ordem de Sua Magestade, fis entregar a Sua Santidade hum memorial, cuja copia remeti a Vossa Excellencia, e porque depoes d'aquella deligencia se certeficou maes não querer Sua Santidade por agora defirir a esta embaxada, lhe mandei pedir licença para lhe bejar os pés, como Bispo, e dar lhe conta da minha Igreja, dilatarão me a reposta por muitos dias, e quando ma derão, foi que Sua Santidade me queria ouvir como a Bispo, com a condição de que havia de declarar por escritto as palavras que quizece dizer, e que fosse de noite, entrando por hũa escada, e que sairia por outra diferente, com outras taes condições, que respondi julgava dellas a pouca vontade, que Sua Santidade tinha de me falar, poes me mandava o fizesse de maneira, que não convinha a minha authoridade. Considerarão com maes vagar no que lhes mandei dizer, e a vespera do dia em que me determinava partir, me avizarão, tirando todas as condições, que podia ir, respondi que estavão ja os meus criados

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*
[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 79.

bemos tégora com que occasião, por ventura que terá Vossa Excellencia ahi melhor noticia della. Como chegar a Florença escreverei a Vossa Excellencia maes largo, e ao Padre Frei Antonio de Cerpa, porque esta serve só de avizo. Deus guarde a Vossa Excellencia, e lhe de muito bons principios de anno novo como dezejo. Roma 27 de Dezembro 1642.— *Pantaleão Roiz Pacheco.*

Senhor Conde Almirante [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1642—Dezembro 28

Conde Embaxador amigo; Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. O primeiro avizo, que tive do successo que ouve em Roma, entre o Marquez dos Velles Embaxador de Hespanha, e o Bispo de Lamego, meu muito amado sobrinho, e meu Embaxador naquella Curia, foi o que me destes por carta de 26 de outubro passado, que posto que procurado pelo Marquez, e que ao Bispo succedeo tão favoravelmente, não pude deixar de receár, que de tal novidade resultasse alguã alteração, e maior dilação á recepção da minha Embaxada, que he o mesmo, que o tempo vai mostrando; Este avizo vos aggradeço muito, e igualmente as diligencias que fizestes com o secretario de Estado Chavini, por meo do secretario da Embaxada, e despois com os Cardeaes Rochilieu e Mazarini, e o que com elles se passou em razão de o Bispo embaxador se haver de deter em Roma todo o tempo que fosse necessario para justificar a minha cauza sem embargo de eu lhe aver ordenado que não sendo recebido ate os 20 do mez passado se sahisse logo de Roma. E porque tudo o que neste negocio fizestes foi bem considerado, e eu o esperava assy de vossa prudencia, e do zello que tendes para as couzas de meu serviço, o aprovei, porque ainda que a minha resolução sobre a saida do Bispo foi tomada com todas as boas considerações, a

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$, (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 99.

alteração que despois ouve, com o successo entre o Marquez dos Velles e o Bispo meu Embaxador não dava lugar a se proceder como eu o havia mandado o que fica mais justificado com os pareceres dos Cardeaes Rochilieu e Mazarini, conforme aos quais não convinha nem convem que o Bispo se saya de Roma salvo sendo deitado, como elles mesmos apontão com tanta sciencia das couzas da curia romana; e porque para este caso, e para os que podem sobrevir importaria muito estar ElRey Christianissimo tão empenhado no que me toca, que tomando o por sua conta, no caso de o Bispo ser mandado sahir de Roma, mandasse tambem sahir ao Marquez seu embaxador vos encomendo e mando, que por esta rasão, e pellos respeitos que se devem ter a ElRey Christianissimo, e a seus Ministros não intenteis, nem façais couza, que lhe não comuniqueis, pedindo lhe sempre seu parecer em todas, e de minha parte, emquanto se não offerece occasião de escrever a ElRey Christianissimo, lhe dareis de minha parte as graças pelo amparo e favor que mandou fazer ao Bispo, e o muito que toma a sua conta os negoceos que me tocão, o que sempre lhe hey de procurar merecer, e este mesmo officio fareis com os Cardeaes Rochilieu e Mazarini, significando lhe que tenho grandes dezejos de lhes grateficar a affeição que mostrão a minhas couzas, e do que vos responderem ElRey e os Cardeaes, e se for offerecendo, me avizareis, e juntamente do assento, que se tomar na pratica que se havia movido entre E e o principe de Parmi, *(sic)* que folgarei que se acomode de maneira que E fique devedor desta compoziçam e amizade a H; e assy o dezejo muito, pelo que a todos convem; Escrita em Lisboa a 28 de Dezembro de 1642. —*Rey*. . . .

Para o Conde da Vidigueira Embaxador em França [1].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 28.— *Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho e seu Embaxador de França.

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1642 — Dezembro 31

Eccellentissimo Signore.....[1] Monsignor Vescovo di Lamego partì da Roma in 18 stante senza haver visto in tutto il tempo è stato quì al Papa, che se bene le sarebbe stato permesso, era però con tali limitationi, che forse ha stimato per il meglio il non farlo questo Signore puol essere compatito per la poca fortuna de suoi negotiati, essendosi alterati pure assai per il successo con li spagnoli che se bene si sarebbe tardato à receverlo, non però si sarebbe prolongato molto tempo. Egli partì di sua casa, et andò à quella dell'Ambasciatore di Francia, di dove partirono e viaggiorono di conserva sino à Viterbo luogo da quì discosto dodeci leghe, et ivi si divisero, essendo remasto l'Ambasciatore di Francia poco lontano da quella città in un luogo chiamato Buonmazo di certi Signori di casa Orsini, e monsignor Vescovo seguito il suo viaggio verso Firenze, di dove vi è nova fosse arrivato, accompagnandolo monsu di Lusart maestro di cammera di detto Ambasciatore, e con questo svanisce il concetto formato in questa Corte, che l'Ambasciatore di Francia si partisse di Roma, per non volersi da Nostro Signore accettare come Ambasciatore di Portogallo monsignor Vescovo di Lamego: e si va discorrendo possa retornarsene quì.

Pantaleone Roiz partì hieri in seguimento di monsignor Vescovo, il Signor Iddio le dia meglior fortuna nel suo viaggio di quella ha havuto quì, e nel suo governo, e ne suoi negotiati, e sicome io fui di parere sino in Luglio et Agosto dell'anno passato 1641 che questi Signori non dovessero venire a Roma, et apertamente lo protestai, ma di doversi fermare in Francia con pretesto di poca sanità, ò altro, come Vostra Eccellenza vedrà dall'acclusa copia di lettera scritta da me in 28 Settembre dell'anno sudetto à Duarte Nunez da Costa in Amburgo, havendo mandato la medesima copia nell'istesso tempo al Serenissimo Infante à Pas-

[1] *Assumpto extranho.*

sau, dove era all'hora trattenuto; et in Lisbona, et altre parti, come pronostico di quello haveva à succedere; così anche il lasciarsi questa piazza vota non potrà solo che apportare grandissimo pregiuditio all'interesse politico del Regno; poiche il meglior gioco che si possa fare à spagnoli gl'è venuto alle mani, acquistando assai di credito e reputatione nell'universale che l'Ambasciatore portughese sia partito da Roma, non solo non accettato, nè ricevuto, ma nè meno ammesso all'audienze del Papa e del Cardinale Barberino, al quale solo mesi sono per molto favore parlò una volta: di maniera che resta largo il campo à questi politici di potervi discorrere sopra se sia stata, ò nò accertata questa resolutione.

.....[1]

Roma 31 Dicembre 1642.....[2]

Devotissimo et obligatissimo servitore..... *Ferdinando Brandano*[3].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1643—Janeiro 4

Em 17 de Dezembro deixei escritto a Vossa Excellencia como me partia de Roma naquelle mesmo dia, em companhia do Marques de Fontané, e pella não perder deixei de esperar os dias, que o Bispo elleito d'Elvas se detinha para recuperar as forssas que lhe faltavão para se por em tempo tão rigurozo a jornada tão dilatada. Em Viterbo cidade do estado eclesiastico duas jornadas de Roma, se ficou entretendo o Marques esperando o correo que mandou a essa corte. Eu vim caminhando a esta cidade de Florença té onde me acompanhou monsieur de Luzar mestre de Camera do Marques, cheguei vespera de Natal, a Deus graças, com saude. Aqui me detenho sem passar a Liorne em razão de serem chegadas aquelle porto as doze gales de Cezilia e Napoles, as quaes se reco-

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Idem.*

[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 84.

lherão com o primeiro bom tempo, e logo eu passarei para aquelle lugar, a tratar de embarcação, poes me acho sem a que esperava de Portugal.

Nas terras do Grão Duque vou experimentando toda a boa pasagem e segurança, e nesta onde elle se acha o mesmo. Em 28 do passado recebi a carta d'Vossa Excellencia de 27 de novembro, nella me torna Vossa Excellencia a repetir o assento, que estava tomado pellos ministros d'ElRey Christianissimo sobre a minha estada em Roma, e como o seu Embaxador o não seguio, em nenhum cazo eu podia deter me naquella Corte sem ser recebido, e com a falta d'Embaxador de França, ainda quando me faltara a ordem de Sua Magestade, e muito menos convindo tanto a authoridade d'ElRey meu Senhor não sofrer maes tempo o pouco respeito com que, com que *(sic)* o Cardeal Barberino se descuidava do recebimento de hũa embaixada tão justificada, darei parte a Vossa Excellencia do que se for offerecendo.

Vossa Excellencia logre bons principios d'annos com muitos bens, para servir a Vossa Excellencia estarei sempre certo. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos Florença 4 de Janeiro de 1643.—*D. M. Bispo de Lamego* [1].

Carta do Bispo de Lamego, Embaixador em Roma, ao Conde da Vidigueira

1643—Janeiro 20

Duas cartas de Vossa Excellencia recebi hoje, hũa de 19 do passado pello coreio, e outra de 23 pello Secretario, ambas me dão a entender o bem que ElRey Christianissimo tomou a rezolução do Marques de Fontané, com que me alegro muito, porque de não tornar para Roma se confirma a authoridade com que sai em companhia do Marques, bejo as mãos a Vossa Excellencia por todas as deligencias que fes para se lhe agradecer, e louvar acção tanto em proveito do serviço de Sua Magestade, porque ainda que não fosse a cauza principal de sua despedida,

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 49.

na oppinião de quazi todos, he a que o moveo, com o que ficamos assas airozos por julgarem daqui a muita amizade que entre as Magestades d'ElRey meu Senhor e d'ElRey Christianissimo se trata. O Cardeal Barberino queria persuadir que o Marques não seguiria a jornada esperando que o seu Rey lho mandasse assy, e porventura embaraçasse a seu thio com isto para que não mudasse de parecer, sendo que para alcançar este fim só buscou o meyo de mandar hum correio ao Nuncio, sem appontar algum ao Marques, que todo seu governo consiste em entreter, como se ve de mandar dizer que pedia ao Marques esperasse em Roma a reposta, por cuidar que viesse conforme a sua vontade, sem dar satisfação algũa.

Tenho escrito a Vossa Excellencia de Roma como nos puzemos a caminho em 18 do passado, e o que passou sobre a audiencia, que pedi ao Papa como Bispo, de Florença em 5 do corrente de haver ali chegado, e d'achar toda a segurança no estado do Grão Duque, que por vezes me tem mandado regalos. De Florença sai em 8 entendendo que as gales se tivessem ido para Napoles, e porque ainda estavão em Liorne, me detive nesta cidade de Piza. Amenhaã me passo a Liorne donde partirão ja para Napoles as gales, e vou tratar d'embarcação no que acho grandes deficuldades vendo que não acaba de chegar a que havia de vir de Lisboa.

Do que se offerecer, e caminho que tomar avizarei a Vossa Excellencia, as boas novas que Vossa Excellencia me da de sua saude estimo muito, peço a Vossa Excellencia mas continue, e me mande em que o sirva. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Piza 20 de Janeiro de 1643—*D. M. Bispo de Lamego* [1].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{2}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 48,

Carta d'el-Rei ao Dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco

1643—Fevereiro 24

Doutor Pantaleão Roiz Pacheco amigo: Eu ElRey vos envio muito a saudar. Dom Francisco de Sotto maior Bispo de Targa me deu conta de como mandava recorrer a Sua Sanctidade sobre o prover na Conezia que na See deste Arcebispado vagou por falecimento do Conego Eugenio Cabreira, e porque o Bispo por suas boas partes, virtude, e letras he merecedor della vos quis encomendar, como o faço procureis falar a Sua Sanctidade, e significar lhe da minha parte quam bem empregado ficara no Bispo este provimento fazendo para assi o conseguir todas as mais diligencias que for pocivel, e vos parecer. Escrita em Lisboa, a 24 de fevireiro de 1643—*Rey*. [1]

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao P.e João de Mattos, Assistente da Companhia

1643—Março 6

Creyo que as que remeti a Vossa Paternidade para me encaminhar ao senhor Bispo, não haveria lugar de se lhe remeterem, porque ja tive carta sua escrita em Marselha donde determinava fazer sua jornada ao Porto da Arrochella.

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 49.— *Sobrescrito:* Por ElRey—Ao Doutor Pantaleão Roiz Pacheco do seu Concelho, do geral do Santo Officio seu agente na Corte de Roma Eleito Bispo d Elvas. em sua auzencia ao Padre João de Mattos assistente da Companhia de Jesus.

Por aqui se diz, que Monsieur de Fontané torna a essa Curia para se lhe dar satisfação a suas queixas, succedendo assy, não deixará Vossa Paternidade de procurar perssuadir lhe que convem a sua authoridade e reputação da grandeza de França fazer toda a instancia por que se satisfaça ao ponto da recepção da embaxada de Portugal, supposto ser o motivo principal com que sabio dessa Curia; e muito mais se deve fazer sendo tão justificada a cauza de Sua Magestade, e havendo mais de dous annos, que está de posse, sem que o enemigo tenha praça algũa no Reino, ou suas conquistas, pelo que se deve instar mais na satisfação deste ponto, o que Vossa Paternidade applicará como de sy, mostrando que o obriga a esta diligencia não haver ahi outro ministro de Portugal, e de tudo o que Vossa Paternidade alcançar neste particular, e aynda em outros, que pareça nos não podem tocar senão muy remotamente me dará Vossa Paternidade avizo, para que eu possa informar a Sua Magestade com toda a clareza, e assy espero que per todos os correyos me não faltem cartas de Vossa Paternidade, e muitas occaziões de o poder servir como devo. Nosso Senhor etc. *(sic)* Paris e Março 6 de 1643 [1].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao P.e João de Mattos, Assistente da Companhia

1643 — Março 13

A de Vossa Paternidade de 5 do passado recebi com a estimação, que sempre farey das boas novas de sua saude, que festejo summamente a possua Vossa Paternidade tão prospera..... [2]

Os senhores Ittalianos discurção, mas não desejão ahi Embaixador portuguez, e quando chegue a effecto o que desejamos, tem Sua Magestade sobjeitos tão grandes, que deixarão a essa Corte, com a satisfa-

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 211 v.

[2] *Assumpto extranho.*

ção, que de my não poderá alcançar. O senhor Bispo me escreveo já de Marcelha, donde se punha a caminho para a Arrochella, a esperar embarcação.

A Dom João Baptista Judice Fiesco não vejo ha muitos dias: hontem me disserão estivera nesta caza com o meu confessor, e devia deixar de me ver, respeito de hũas vesitas com que estava. Tenho alcançado que he pessoa das prendas, que Vossa Paternidade me tem referido, e o servirey sempre em tudo o que puder com muy boa vontade.

Por que Vossa Paternidade saiba que he obra da malicia castelhana tudo o que ahi corre da desunião de Portugal, lhe mando a copia inclusa, que he de tudo o que ha succedido atee 29 de Janeiro segurandose Vossa Paternidade que os grandes e piquenos estão muy conformes, e tão deliberados a fazer a guerra, que offerecerão a Sua Magestade 2 milhões cada anno como ja avizey a Vossa Paternidade.....[1]

Paris e Março 13 de 1643.....[2]

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao Cardeal Bicque

1643—Abril 17

Eminentissimo Senhor—Pellas ultimas cartas que vierão de Avignon entendi a brevidade com que Vossa Eminencia se havia de embarcar, de que me parece que ja esta alcançará a Vossa Eminencia na Curia, e que será com boa saude livre dos enfados do mar, e molestia da jornada, que tudo estimarei me avise Vossa Eminencia haver passado tão felixmente como lhe dezejo; e sera para mi merce mui particular, que a estas boas novas que espero, junte Vossa Eminencia muitas occupações de seu serviço; porque em cada hũa dellas testemunharei com o effecto a vontade grande que devo a servir a Vossa Eminencia.

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 202 v.

dos, com tanto risco da administração daquella christandade, por poder faltar o referido Arcebispo, que he mui enfermo.

As ilhas dos Açores estão por este mesmo respeito sem Bispo algum, e dentro em Portugal estão vagos 7 bispados e hum arcebispado; auzentes estão tres, e hum impedido, de que se infere bem a necessidade de remedio em negocio de tanta importancia. Do animo de Vossa Eminencia confio o proporá a Sua Santidade em tal forma, que espero por meyo de Vossa Eminencia ver neste negocio o fim que lhe dezejo, que he o que em mym precede a todos por ser tanto do serviço de Deos, lembrando a Vossa Eminencia ultimamente, que ha quasi trez annos que Sua Magestade que Deos guarde possue todos seus Reinos e Conquistas ultramarinas, que são tão dilatadas, como a todos he notorio, e que sendo todos os Reys de Portugal summamente amados de seus vassallos, Sua Magestade o he tanto dos mayores, e menores, que aynda excede a seus accendentes.....[1]

Deos guarde a Vossa Eminencia felicissimos annos como dezejo. Pariz, e Abril 17 de 643[2].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643—Abril 18

Conde Almirante Embaxador amigo: Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Antes de ver a carta de 12 de Março, em que avizais o que vos referio o Cardeal Mazarine, sobre o particullar de Embaxador de Roma, tinha resoluto despacha vos *(sic)* ordens para passardes áquella Corte, na forma que o Cardeal vos propos, porque logo, que me fizestes avizo do que se entendia nesta materia, mandey ver o que mais converia a meu serviço. Pareceo, encarregar vos de tão grande negocio,

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 191 v.

no caso em que se dispusesse o effeito delle; e pois que este se acha tão emprompto, como prometem os avizos do Marques de Fontané, convirá que esteis a ponto, para vos partires logo que receberes avizo com certeza de que vos não arisqueis a algũa dilação, que obrigue a volta menos ayrosa; e para com mais facilidade vos previnires para a passagem, que parece deveis fazer aforrado, vos mando passar hum creditto de quantia de seis mil cruzados, e todas as ordens e despachos necessarios para a jornada, e bons effeitos della, que tudo vos será com esta, e instrução do que haveis de obrar na Curia, e cartas para as pessoas della, esperando que de tudo deis tam boa conta, que correspondais á satisfação que tenho de vossa pessoa, e se adiante muito o dezejo que tenho de vosso acrecentamento. Escrita em Lisboa a 18 de Abril de 1643.

Para o Conde Almirante [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643—Abril 19

Conde Almirante Embaxador Amigo; Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por se ter entendido que Sua Sanctidade reconhecendo as razões de meu direito na successão destes Reynos, e as obrigações que lhe correm, como cabeça universal da Igreija Catholica, de acceitar, com boa vontade a obediencia que lhe mandey offerecer, logo que fui restituido á posse de minha Coroa, que então não quis admittir, e agora, segundo o que me escreveis, detrimina aceitar, e que neste cazo convirá acudir com toda a brevidade a obrigação de verdadeiro filho da Igreija Romana, enviando áquella Corte pessoa que possa reprezentar a minha; me pareceo, pois vos achais tanto em via encomendar vos este negoceo, para o qual, demais da instrucção, que levou o Bispo de Lamego, cujo traslado se vos envia, para uzardes delle no que ainda puder

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V. $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 68.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho e seu Embaxador de França.

ter lugar, vos mando dar estas advertencias, para com ellas procederdes neste negoceo, da maneira que sempre o fizestes em todos os de meu serviço.

Logo que receberdes avizo do Marquez de Fontané, de que Sua Sanctidade quer receber Embaxador meu, vos partireis a Roma, estando, desde logo, prevenido, para ganhardes tempo, assy na brevidade da partida, como no progresso da jornada, advertindo porem vos não inquieteis, sem a certeza que baste para vos segurar, que não sobrevindo algum accidente extraordinario, sereis bem recebido, subordinando vos sempre em tudo ás ordens, e conselho, de ElRey Christianissimo, em tal forma, que a disposição seja sua e a execução vossa, e nesta vos dareis toda a preça, que parecer necessario para atalhar qualquer accidente, que se possa offerecer em alteração do acordo de Sua Sanctidade que justamente deveis recear, suppostas as grandes deligencias, e poderoso sequicto de ElRey de Castella, e por esta razão, procurareis, quanto vos for possivel, que se não sinta vossa jornada antecipadamente.

Chegado a Roma (em que vos deve buscar logo o Marquez de Fontané) entendereis delle, despois de lhe dar a carta que vos envio, e as devidas recomendações, com que me sinto obrigado á boa vontade, que mostra a minhas couzas, o estado, em que se acha Sua Sanctidade a meu respeito, e com o que achardes nelle procurando sempre ajustar vos com seu parecer, resolvereis o termo que haveis de seguir, em pedir audiencia a Sua Sanctidade, prevenindo primeiro para ella, com as minhas cartas, os Cardeaes Sobrinhos, e os mais, para que tambem vão cartas, em commum e em particular, muitas dellas sem sobreescrito, que lhe mandareis por, com inteira noticia de seus nomes, e titolos.

Chegado o dia da audiencia, supporeis, com toda a advertencia, por couza indubitavel, que se vos ha de dar banco, porque assy o custuma Sua Sanctidade fazer aos Embaxadores dos Reys; porem, quando, sem embargo de vossa boa deligencia, e de este lugar vos tocar se queira uzar comvosco deffierente estilo (como ja se uzou com outros) aceitareis o lugar que se vos der, protestando, que não he o que se vos deve, e que Sua Sanctidade melhor informado, vos haverá de mandar restituir a elle.

Reprezentareis a Sua Sanctidade que a particular devação com que respeito a Sancta See Apostolica continuando o exemplo dos Reys meus progenitores, me obrigou logo, que fui restituido a posse de meus Rey-

nos, por acclamação de todos os Estados delles, mandar manifestar a Sua Sanctidade minha restituição, dando lhe a devida obediencia, que como verdadeiro filho da Igreija Romana lhe reconheço; e que não sendo bastante a desconsolação que pudera receber de não acceitar aquella demonstração de meu amor e obediencia, para me julgar desobrigado de a continuar, pois parece tinha satisfeito o reconhecimento e obediencia, que no spiritual devo a Sua Sanctidade, como a cabeça universal da Igreija Catholica, me pareceo attender mais que a tudo, ás razões de verdadeiro filho della, mandando vos a seus pees, para da minha parte lhos beijares e que espero delle aceite esta minha obediencia, de tão boa vontade, como merece a com que eu por meyo de vossa pessoa, reconhecendo me obedientissimo filho, me postro a seus sanctos pees, como de Vigairo de Christo nosso Senhor, e lhe peço sua sancta benção para melhor poder acertar na administração da justiça e governo dos Reynos, que estão a meu cargo e me prometo de Sua Sanctidade toda a assistencia, favor e graças convenientes para satisfazer inteiramente a obrigações tão grandes.

E como vossa jornada aquella Corte se ordena só á deligencia referida vos havereis por respondido, logo que satisfizerdes a ella, e vos podereis fazer na volta de França a continuar com os intentos de vossa primeira embaxada, e me avizareis com a mayor brevidade, logo que fores chegado, para ter entendido o que passastes em Roma (donde tambem procurareis escrever me), e o que nessa Corte achares de novo, depois de vossa auzencia, e sereis advertido que na sahida de Roma tereis todo o devido comprimento com Sua Sanctidade, se segundo os estilos dessa Curia achardes que deveis ter mais algum com Sua Sanctidade, que o da vezita, que fica apontado, e o mesmo comprimento tereis com os Ministros, e mais em particular com os Cardeaes Sobrinhos, asseguran do os que logo mandarey Embaxador ordinario para assistir naquella Corte.

E porque com a vossa auzencia não fica em Roma pessoa, que possa assistir aos negoceos desta Coroa, emquanto do Reyno não vay Embaixador, que haja de tratar delles; os encomendareis da minha parte ao Padre João de Matos, para o que lhe dareis a minha carta, que será com esta; encomendando lhe queira, por me servir, fazer officio de meu Agente para os negoceos ordinarios, emquanto daqui não mando pessoa, que os possa fazer, o que será brevemente. E quando, ou por falta da licença do seu geral, ou por outra qualquer razão acheis inconveniente

tal, que seja de impedimento a esta comissão, escolhereis nessa Curia a pessoa, que para ella vos parecer mais a preposito, e a qualquer que seja podereis offerecer satisfação e ordenado muito conveniente. Ao Doutor Antonio Moniz de Carvalho, secretario da vossa embaxada deixareis em França com titulo de Rezidente, emquanto não voltaes, para poder dar calor aos negoceos e avizar me do que nelles for succedendo, e lhe deixareis ordem para abrir as minhas cartas, que forem para vos, se acazo chegarem algũas antes de eu ter noticia de que sois partido; Escrita em Lisboa a 19 de Abril de 1643.—*Rey*· ⋮ ·

Para o Embaxador de França [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643—Maio 11

Conde Almirante Embaxador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Sendo obrigação minha attender particularmente aos negocios de nossa santa fee que se tratão no Tribunal do Santo officio, me pareceo encomendar vos muito (como por esta carta faço) que em Roma tratteis delles com toda a applicação, e cuidado, conforme as instrucções que se vos enviarão por parte do Bispo Inquizidor geral, e em particular procurareis (sendo necessario) informar a Sua Santidade, e seus ministros da rezão, que o Santo officio teve nas duvidas que em Evora se moverão, entre os Inquizidores daquella Cidade e Padres da Companhia, que con intrevenção minha se composerão em favor do Sancto officio, como me constou merecia seu procedimento, para que inteirado della, se não altere na materia couza algũa. Escrita em Alcantara a 11 de Mayo de 1643.—*Rey*· ⋮ ·

Para o Conde Almirante Embaxador [2].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 70.— *Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho, e seu Embaxador de França.

[2] Idem, idem, fol. 84.—Idem.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao P.e João de Mattos, Assistente da Companhia

1643—Junho 12

Não ey tido neste ultimo correyo, nem no antecedente, carta de Vossa Paternidade, que estimarei não seja por lograr menos saude da que lhe dezejo a Vossa Paternidade.

Já agora havera chegado a essa Curia o senhor Cardeal Bichi, a quem Vossa Paternidade não deixará de lembrar com toda a instancia os negocios de Portugal, pellos quaes me prometteo faria tudo o que de seu bom animo espero. O que esses senhores Ittalianos tem nesta materia he necessario que Vossa Paternidade com toda a destreza o procure alcançar, e avisar me de tudo muy particularmente para com essa noticia se dispor mais cabalmente o que convem em negocio de tanta concideração.

. . . . . [1]

Hontem estive com o senhor Cardeal Mazirini, e com outro Ministro, e com effecto irá no correyo da sommana que vem as ordeẽs que digo ao senhor Embaxador a quem de novo se escreve, e juntamente ao senhor Cardeal Bich sobre as couzas de Portugal. Vossa Paternidade faça todo o esforço por conseguir hũa resolução grande de que aquelle Reino lhe fique devedor e Sua Magestade obrigado fazendo esta boa obra sua, em que a pessoa de Vossa Paternidade e Relligiam merecerão por ella particular nome e gloria, e Vossa Paternidade aperte quanto for possivel com estes dous senhores para que adiante este negocio em que tanto nos vai, representando lhe Vossa Paternidade os riscos a que se tem posto a Christandade da India, e todas as mais razões que a Vossa Paternidade são bem prezentes, avizando me Vossa Paternidade de tudo por todas as vias que ouver para cá.

. . . . . [1]

Pariz, e Junho 12 de 643 [2].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 199.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643—Outubro 5

Conde Almirante Embaxador amigo; Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por algũas noticias, que se me derão das couzas de Roma, soube como naquella Curia se havia eleito a Celio Picolomini, primo com irmão do Cardeal Biche para Viçe Colector destes meus Reynos, e que era ja enviado a essa Corte de ElRey Christianissimo com grande segredo, para della se vir a este Reyno; e porque conforme o estado das couzas, he muito conveniente, e ainda neçessario, que por todas as vias se atalhe o intento e jornada deste Celio Picolomini, e o meyo que para isso se considera mais adequado a todas as razões e respeitos de meu serviço he o de se lhe impedir a passagem para este Reyno; vos encomendo muito, e encarrego procureis fazelo assy, uzando para isso de termos, que o persuadão a entender, que estou bem inteirado do que seus primos o Cardeal, e Monsenhor Biche tem obrado em meu serviço e muito prompto para a este respeito lhe fazer merçe mas que não convem admittilo, senão com o titulo e poderes de Nuncio e que de nenhũa maneira exercitará em meus Reynos jurisdição em outra forma, e do que em tudo se vos offereçer, e fizerdes, me dareis conta para o ter entendido. Escrita em Evora a 5 de Outubro de 1643.—*Rey*.

Para o Conde Almirante Embaxador — 2ª via [1].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 106.—*Sobrescrito:* Por ElRey — A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante da India, do seu Conçelho, e seu Embaixador em França.—2ª via.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643 — Novembro 20

Conde Almirante Embaixador Amigo: Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Do procedimento de Ferdinando Brandão tenho a satisfação que persuade a informação que delle me fazeis em carta de 30 de Agosto, porem de seus avizos, e dos do Padre João de Matos, se alcança que durante o estado em que se achão os Ministros de Sua Santidade a respeito de minhas couzas não convem que em Roma se trate requerimento ou negoceação algũa por despacho e ordem minha, podereis avizar lhe que continue na forma em que o ha feito certo que de tudo me dareis conta, para lhe mandar fazer a merce que ouver lugar quando se offereça tempo e occazião.

. . . . . [1]

Escrita em Lisboa a 20 de Novembro de 1643. — *Rey*.

Para o Conde da Vidigueira Embaxador em França [2].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643 — Novembro 20

Conde Almirante Embaixador Amigo: Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Tendo entendido com a copia da carta do Padre João de Matos inclusa em a de 12 de Agosto, o estado em que se achão os Ministros da Santa Igreija a respeito de meus particulares, e

[1] *Assumpto extranho.*

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 145. — *Sobrescrito:* Por ElRey — A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conçelho e seu Embaixador em França.

reconhecendo por conveniente o proposto por ellas, resolvi se convocasse hũa junta na forma do decreto que sera com esta, e que outrosy se fizesse averiguação sobre a confiança do Viçe Collector. Espero que de tudo resultem tais açertos que se possa encaminhar o que mais convenha ao serviço de Deos, e meu, com grande utilidade e consolação de meus vassallos, o que assy o assegurão as razões de minha justificação ajudada da posse trienal tão poderosa, como deverão reconhecer os Rezidentes de Roma. Escrita em Lisboa a 20 de Novembro de 1643.—*Rey*.

Para o Conde da Vidigueira Embaxador em França [1].

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1643—Dezembro 8

Eccellentissimo Signore..... [2]

Vedrà Vostra Eccellenza quel tanto contiene la lettera, che io scrivo à Sua Maestà e la dispositione delli suoi negotiati in questa Corte, supplico Vostra Eccellenza farle godere occasione sicura per il recapito di essa, et essendo finito il mese di novembre, ne essendosi fatta la Congregatione sopra li negotii di Portogallo per molti impedimènti legitimi, Monsignore Spada Secretario di Stato mi promette nella prossima settimana sia per farsi, e per quello vado raccogliendo dalli Cardinali e Prelati di essa, siamo quasi con certezza di haversi a pigliare resolutione sopra il negotio delli Vescovati, e se si stabilisse la pace come si va negotiando s'ammetterebbe l'Ambasciatore della Maestà Sua, non vi essendo ragione, che la possi oppugnare, cõn il Marchese di Fontane mi vedo spesso, e dubito di non esserle molesto, poi che doppo l'aggiustamento seguito con il signore Cardinal Barberino non lascio di riccrdarli spesso per l'essecutione della parola datali per mezo del Padre Mazzarini, e per venardi mi promette farlo con ogni calore e forsi se il Padre Assistente

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V. $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 151.—*Sobrescrito*: Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conçelho, e seu Embaixador em França.

[2] *Assumpto extranho.*

et io giudicaremo sia a proposito, sarò assieme con Sua Eccellenza all'audienza del Papa e del Cardinal Barberino per maggiormente accalorare l'instantie; dal detto Ambasciatore io ricevo infiniti favori, e da Sua Eccellenza sono approvati tutti li miei negotiati, e con applauso di honorevolezza e di stima, et al suo ritorno in Francia, ben credo sarà per testificare a Vostra Eccellenza qual sia il servitio che presto alla Maestà Sua .....[1]

Roma 3 Dicembre 1643.

.....[2]

Devotissimo et obligatissimo..... *Ferdinando Brandano*[3].

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1643 — Dezembro 17

Eccellentissimo Signore.....[4]

Per hoggi finalmente restò intimata, e si farà la Congregatione de Cardinali e Prelati sopra li negotii di Sua Maestà, et havevo per ferma la resolutione delli Vescovati, se un corriero venuto due giorni sono di Spagna con lettere delli 24 novembre non l'inturbida portando avviso della destinatione in Roma per Ambasciadore ordinario al Conte di Siruela, la mutatione del Duca di Medina Vice Rè di Napoli, venendo l'Almirante di Castiglia, che hoggi è Vice Rè di Sicilia, et in suo luogo vi và a governare il Marchese de los Veles, che essendosi dal Papa desiderato novo Vice Rè in Napoli per la poca buona corrispondenza, che si haveva con il Duca di Medina, et anche si mandasse novo Ambasciadore in Roma non saprei che giuditio farmi di quello sii per resolversi in questa Congregatione non lasciando di sperarne bene, tutti questi giorni il Padre Assistente et io habbiamo informato tutti li Cardinali e Prelati de la Congregatione.....[5]

[1] ***Assumpto extranho.***
[2] ***Idem.***
[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 53.
[4] ***Assumpto extranho.***
[5] ***Idem.***

Confido però possa pigliarsi resolutione favorabile, e per hoggi ho fatto l'accluso memoriale per darlo come si principii la Congregatione per maggiormente per via della conscienza, et interesse della Sede Apostolica obligarli, discorrendo io che le comple il pigliarla avanti che quì venga il Conte de Siruela novo Ambasciatore, e che trovi negotio finito, per non havere in principio della sua imbasciata a contestare liti sopra questa materia, et io poco spero di avvantaggiare con la venuta del signor Marchese di San Jomont, ne altri, che quando al Papa non lo mova la giustitia della causa e l'interesse della Sede Apostolica poco sarà per differire all'instantie d'altri, quando però la Francia con le armi alla mano, e con le collegationi non l'obligasse, ne creda Vostra Eccellenza *che niun Principe sarà per mettere in disordine li suoi interessi per li nostri, ma si bene procuraranno con li nostri, solo fosse per riuscire d'avvantaggiare li loro,* che la ragione di stato, et la fina politica non permette che l'utile proprio, o come torni a se non si fa caso del compagno, non havendosi reguardo ne a fede, ne a parentele, ne qualsivoglia respetto humano o divino, purche redondi di profitto a suoi interessi, e con questa massima Vostra Eccellenza bilanci lo stato presente delle cose del mondo, e le vederà pesate tutte con questa statera del proprio commodo.

. . . . . [1]

La nota delle persone nominate da Sua Maestà alli cinque Vescovati del Regno e bonissima, e me ne valgo nella presente congiuntura della Congregatione, e stavo considerando che se si piglia resolutione chè si devano spedire conforme le nominationi et ordini di Sua Maestà qui non vi sono ne lettere Reggie con le presentationi, ne instruttioni, ne crediti per poter fare le speditioni havendo tutto portato via il Padre Pantaleone Rodrigues, usando della medessima diffidenza con il Padre Assistente, che con me.

. . . . . [2]

Roma 17 Dicembre 1643.

. . . . . [3]

Perpetuo devotissimo et obligatissimo servitore *(?)— **Ferdinando Brandano*** [4].

[1] ***Assumpto extranho.***
[2] ***Idem.***
[3] ***Idem.***
[4] Biblioth. Nac., ***Mss.*** P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), **Carta 28.**

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1643—Dezembro 20

Conde da Vidigueira Embaixador Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Com muito bom acerto executastes tudo o de que me avizais em carta de 9 de Setembro, e em particular o que referis da vizita ao Cardeal, e instancia sobre a vinda de Embaixador, que deveis continuar com todo o calor, logo que for chegado o Marquez de Cascaes. E quanto a expedição das bulas dos Bispados foi muito bem advertida a reposta que escrevestes ao Padre João de Matos, na mesma conformidade lhe avizareis, que sobre este particular sigua a ordem despachada em carta minha, sem consideração algũa ao avizo do Bispo elleito do Porto; porque esta se devia remeter por inadvertencia sua. Escrita em Lisboa a 20 de Dezembro de 1643.—*Rey*. ⋮ .

Para o Conde da Vidigueira [1].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Janeiro 3

Senhor— ..... [2]

Pella carta que com esta vai de Fernando Brandão sabera Vossa Magestade o estado em que estavão os negocios de Roma, e falando sobre elles com o Conde de Briena Secretario de estado me disse que o

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 194.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conselho e seu Embaixador em França.

[2] *Assumpto extranho.*

Marques de Fontané avia escritto em carta de 10 de dezembro que falara largamente a Sua Santidade sobre os negocios de Portugal, e que ouvira ja tudo sem se apaixonar, e que dissera que avia mister algum tempo para responder, e que entendia que brevemente se diffiriria a Vossa Magestade; e eu recomendei ao ditto Secretario que escrevesse de novo apertadamente, para se alcançar o effeito, por me parecer ser mui necessario para os negocios de Munster o estar já Vossa Magestade reconhecido por Sua Santidade. Avizei a Vossa Magestade que pellas noticias que avia seria bom protector d'esse reino o Cardeal Bique, mas por cartas, que ao depois tive do Padre João de Mattos, e Francisco *(sic)* Brandão, entendo que o Cardeal Antonio sobrinho do Papa estimará o fazelo Vossa Magestade protector, e assi esta diante de todos, e sendo o elle se não pode agravar o Cardeal Bique, ao qual neste cazo podia Vossa Magestade deixar contente e obrigado dandolhe 4 ou 5$ cruzados de pensões, pello muito que importa o ter Cardeaes obrigados e bem affectos em Roma, e ficar suprindo na Agencia que faltar ao Cardeal Antonio. O [1] Marques de Fontane tornou a soldar com o Cardeal Francisco e continua nas audiencias do Papa e se tem por serto avera acomodamento entre Sua Santidade e Principes de Italia e neste caso pouca duvida avera ao aver tambem com Vossa Magestade.

. . . . . [2]

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644 — Janeiro 20

. . . . . [3]

Fis lhe queixa *(ao Cardeal Mazarini, na audiencia que d'elle teve)* das dilações de Roma em darse satisfação a Vossa Magestade, e me respondeo que era necessario agora mostrar Vossa Magestade que podia

[1] *Desde aqui até* Vossa Magestade *é da lettra do Embaixador.*

[2] *Assumpto extranho.— Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 13.

[3] *Assumpto extranho.*

sustentar se em seu Reino sem a aceitação da obediencia que offerecera, e que quereria Deos que os bons successos da campanha que vem pudessem dar resolução a tudo, e falando nos dous Cardeais, que o Papa fez de novo, dos quais he o Padre de Lugo da Companhia de Jesus castelhano, e hum Bailio de Malta monsieur de Valancey frances, me disse, que Sua Santidade não fizera algũa couza nisso a Coroa de França, que inda que era hum frances não fora pedido por esta Coroa, e que o Papa o fizera por lhe satisfazer seus serviços da guerra, e o assegurar nelles de novo, e que o outro Cardeal era, *(sic)* e fora pedido por Castella.

. . . . . [1]

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Janeiro 24

Senhor— . . . . . [2]

Diselhe *(ao Cardeal Mazarini na audiencia que este lhe concedeu em 17)* que tivera cartas de Roma com avizo de se aver feito a congregação de Portugal, e que não avião differido a nada, e me respondeo que em aquella hora acabava de falar nisso aó Nuncio do Papa que lá esteve, e que elle respondera que era necessario ver esta campanha, que vem, torneilhe em reposta que Vossa Magestade não esperaria tanto, ao que me disse, que nisso era so de considerar hũa couza, se faria isso dano com os povos a conservação de Vossa Magestade, porque não o fazendo, tinha Vossa Magestade dado bastante satisfação ao mundo; diselhe que nenhum dano, porque amavão todos muito a Vossa Magestade, e que elRey de Castella não avia de tornar a selo de Portugal senão quando não ouvesse portugues vivo e deilhe conta de como me avizavão de Roma, que avião chegado tres correos extraordinarios de Castella dentro de poucos dias, e que se entendia que o Papa se accomodaria com os castelha-

[1] *Assumpto extranho.— Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 21 v.

[2] *Assumpto extranho.*

nos, calou se rindo se dando a entender que avia algũa couza, e dizendo que se escrevia que o Papa ficava mui mal tratado. Disse lhe, como me avião contado, que o Conde de Briena fora a caza do Nuncio a queixar se da parte da Rainha da elleição que Sua Santidade fizera dos dous Cardeais, e que falara muito alto, e o Cardeal me deu a entender que assi fora.....[1]

Carta d'el-Rei ao Padre João de Mattos, Assistente da Companhia de Jesus

1644—Janeiro 25

Por cartas que ontem se reseberão de Ferdinando Brandão Romano entendi que em muitos breves dias se rezolveria na junta que Sua Santidade mandou criar para a expedição das letras dos Bispados do Reyno, a forma em que se devião conceder, e segundo aviza ao Bispo eleito do Porto, parece que querem se expidão a favor dos nomeados por my sem se fazer menção da prezentação que delles fis, e pareseu me dizer vos que por este modo se altera o estilo, e ainda parece se prejudica ao direito desta Coroa a que eu devia atender sobre todas as couzas temporaes, principalmente sendo passado o trienio de minha posse, e coroação, e por esta rezão vos emcomendo o mais apertadamente que posso procureis se passem na forma em que te gora se custumarão expedir, sem clauzulla, nem alteração em contrario, no que, quando o possais alcançar receberei de vos muito particular serviço. Porem como o meu primeiro e mais principal yntento he acudir à cura das almas dos fieis que na falta dos prelados padesem o dano, que vos he prezente, quando as não possais alcançar na forma referida vos ordeno as expidais na que aponta Ferdinando Brandão na carta do dito Bispo eleito, com advertencia que na secretaria, e officio por onde se expedirem, fique guardada minha nomeação, e cobreis sertidão de que ali fiqua, que vira junta com as Bullas

[1] *Assumpto extranho.—Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 25 v.

para que nessa Curia, nesta Corte, e em toda a parte, conste sempre que ainda que nas bullas se não fas menção de nomeação minha se consideram e expedirão em vertude della, e advirtireis mais que nas bullas não venha clauzula algũa de que declaradamente se sigua prejuizo a meu direito, e a expedição se fazer assim nesta forma, quando não possais alcançar que se faça na primeira, que vos hei por muito emcomendada, me averei por muito bem servido de vos, e mostrarei a vossas couzas por este serviço o agradecimento que exprimentareis, e ainda que mando escrever a Ferdinando Brandão lhe agradesereis da minha parte o cuidado e bom effeito com que servio neste particular, em suas cartas avizo dos creditos para a expedição, e respondo ao mais sobre que me escreveo por via de França volo tenho mandado fazer a todas as cartas que te gora resebi vossas, tambem me aviza Ferdinando Brandão que sera necessario nomear Cardeal protetor assy para a expedição das letras dos Bispados como para os mais negocios deste Reyno, que se offerecerem nessa Curia, por ser falecido o Bispo de Lamego me informei sobre este particular com o Doutor Patalião Roiz Pacheco, e me não soube apontar couza de que possa lançar mão. Pareceu me fiar de vos este negocio com serteza de que com vossa prudencia e zelo o sabereis encaminhar como mais convenha a meu serviço, e para poder ser assy vos vereis logo que receberdes esta carta com o Embaxador de ElRey Christianissimo, e lhe comonicareis da minha parte esta materia dizendo lhe que levais ordem minha para lhe dar della conta, e para vos acomodardes a pessoa que elle apontar, e nesta forma parecendo vos conviniente o que elle disser, o seguireis e emquanto não mando escrever ao Cardeal lhe podereis da minha parte *(sic)* sendo precizamente necessaria esta brevidade, queira aseitar a proteção destes meus Reynos, uzando para esta seremonia e vizita dos termos e cortezias que vos parecerem necessarias, segundo o uzo dos outros Principes, em ocazioes semelhantes, e quando para a expedição das letras dos Bispados não seya necessaria proteção de Cardeal, escuzareis esta diligencia, e me avizareis da pessoa que vos parecer devo escolher, para que mandando aqui conciderar este negocio mais seriamente, vos mando avizar do que deveis seguir escrita em Lisboa a 25 de Janeiro de 1644 [1].

[1] *Copia junto á* Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, de 31 de Janeiro. *Vide adiante*, fol. 375.—Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 238.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Janeiro 27

Conde Almirante Embaxador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo.....[1]

Em cartas que ontem se escreverão a João de Matos lhe avizei, que comonicando com o Marquez de Fontane, escolhesse para Cardeal Protector desta Coroa o que lhe parecesse mais a proposito, e segundo o que me avisaes, he de crer escolherá o Cardeal Antonio, se acaso for necessario nomealo para a expedição dos Bispados, que me avisarão estavão em termos de se concluir convenientemente, e se não fosse necessario Cardeal Protector para este cazo lhe pedisse o parecer sobre a escolha para me resolver nella mais seriamente, e tenho por certo, que ou se escolha em Roma por ser necessaria esta brevidade, ou Eu o haja de escolher aquy, será sempre o dito Cardeal.....[2]

Escrita em Lisboa a 27 de Janeiro de 1644.—*Rey*.

Para o Conde da Vidigueira Embaixador em França[3].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Idem.*

[3] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 206.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conselho, e seu Embaxador em França.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Janeiro 27

Conde Almirante; Embaixador Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Frey Fernando de Menezes, e frey Gonçalo da Gama passão a Roma, enviados pello seu Provincial ao Capitolo Generalissimo da sua ordem de São Domingos, e posto que por asento tenho mandado que nenhum religioso passe aquella Curia, por se me mostrarem cartas de frey Miguel Masarini escritas a estes mesmos religiosos, em que mostrava gosto de sua jornada, lhe mandei dar passaporte, e vol os envio, para que os possais ahy offerecer ao Cardeal, para dispor delles, como de tudo o destes meus Reynos, como for seu gosto. Escrita em Lisboa a 27 de Janeiro de 1644.—*Rey*. . .

Para o Conde da Vidigueira Embaixador em França [1].

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1644—Janeiro 29

Eccellentissimo Signore.....[2]

Ho communicato al Padre Assistente la lettera di Vostra Eccellenza e li particolari della cifra del negotiato con il Papa dal Marchese di Fontane non è d'avvantaggio dello scritto da noi a Sua Maestà et a Vostra Eccellenza e le speranze havevo vedere avvantaggiati li negotii della Maestà Sua in questa Corte *me le veggo diminuite stante le sodisfactioni date da spagnoli al Papa di mutare il Vice Rè di Napoli, li mali successi della*

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 218.—*Sobre escrito*: Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante da India, do seu Conçelho, e seu Embaixador em França.

[2] *Assumpto extranho.*

guerra, la poca speranza della pace, e la sua infirmità, mi fa dubitare che in avvenire si siano per difficultarsi maggiormente le nostre negotiationi, hieri il Marchese di Fontane, con il quale hebbe un discorso di due hore sopra l'interessi di Sua Maestà, anche è del medesimo parere, approvandosi da Sua Maestà tutto quello viene operato da me, e mi dice di volerne scrivere alla Maestà Christianissima, et al ritorno suo a Parigi di significare a Vostra Eccellenza quanto si dia per sodisfatto delle miei negotiati, e veramente li favori, che ricevo da questo signore sono grandi, et io le vivo obligato per vederlo tanto animato per l'interessi di Sua Maestà.

. . . . . [1]

Roma 29 Gennaro 1644.

Sin quì scritto vengo avvisato da bonissima parte che il Papa si ritrova con megliore salute, et in pensiere di far fare la Congregatione sopra li negotii di Portugallo, e provedere per motu proprio le Chiese vacanti del Regno in soggetti portughesi, e che non siino diffidenti di Sua Maestà, ma che li vuol nominare lui, e forse nelle persone nominate da Sua Maestà; ma non nelli Vescovati destinateli da Sua Maestà, ma con tramutarli cosa pregiuditialissima alli nostri interessi; questo non puol esser altro che negotio aggiustato con castigliani, e con il pretesto di remediare in quanto al mondo quello concerne all'anime, fare a loro un servitio singolarissimo, in uscendo di casa andarò a trovare maggior rincontro di quest'avviso, et essendo vero, sarò dal Padre Assistente per essere assieme dall'Ambasciatore di Francia, per consultare quello stimaremo per il meglio per impedire questa resolutione, supplicando Vostra Eccellenza di far renovare gl'ordini della Maestà Christianissima al Marchese di San Jomont accio assistino all'interessi di Sua Maestà poiche non solo questo è in ordine a quello mi scrive Vostra Eccellenza haver detto il Papa al Marchese di Fontane, ma quasi una aperta dichiaratione di non sentire bene della giustitia di Sua Maestà, se bene in Portugallo non sarà per ammettersi questa resolutione, con tutto ne sarebbe di patente scredito all'universale. Vostra Eccellenza ne assista, e con l'aiuti, e con il conseglio per potere operare, et accertare al servitio di Sua Maestà. . . . . [2]

Devotissimo et obligatissimo. . . . . *Ferdinando Brandano* [3].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Idem.*

[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 20.

valer para algum gasto secreto se acaso vos for necessario, e nesta quantia dos dose mil crusados entrão os seis da letra de Roberto Coque que se vos tornou a remeter, fazendo se corrente o impedimento com que ahi se vos empedio o pagamento della; E tem em vossas mãos tam boa fortuna todas as couzas de meu serviço que espero sejaes vos o que executeis o bom sucesso dellas. Escrita em Lisboa a 31 de Janeiro de 1644.—*Rey*.

Para o Conde Almirante [1].

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1644—Fevereiro 18

Illustrissimo et Eccellentissimo Signore..... [2]

Soggiongono le medesime lettere *(de Lisboa a 21 de Janeiro)* che nella giunta ultima tenuta in Lisbona sopra li negotii di Roma alli 20 Gennaro, dicono si risolvesse di mandare persona quì a Roma in nome del Clero per assistere sotto questo colore del negotio delle Chiese, alli negotii di Sua Maestà, che quanto questa resolutione possa essere dannevole al negotio principale, alle negotiationi fatte dal Marchese di Fontane, dal Padre Assistente, e da me, e per li concetti sparsi con il Cardinal Barberino, e Cardinali, e Prelati della Congregatione, che in Portugallo si sarebbe licentiato, il Vice Collettore è venuto ad altre deliberationi de poco gusto di Sua Santità, secondo le lettere, et instruttioni datene da Vostra Eccellenza, mentre quì havevamo destramente intermesso il negotiare potrà Vostra Eccellenza con molta facilità discorrere, e piaccia a Dio che io non sia il pronostico delle male nove, che scoprendosi questa debolezza, et in cambio di farsi in Portugallo qualche resoluta demostratione à capo a quatr'anni, tornino a far nuove instantie con mandare persona quì a gettare assieme con il credito il danaro e come dal Vice Collettore, che risiede in Lisbona, ne saranno, et il Papa, et il Cardinal

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V. $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 237.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conçelho e seu Embaixador em França.

[2] ***Assumpto extranho.***

risposta di lettere et ordini resta tutto incagliato, e per non sapere li sentimenti della Maestà Sua non potiamo stringere il negotio. Il signore Marchese di Fontané hieri mi disse, che il signore Cardinal Spada le haveva detto, che questo negotio caminarebbe bene, e che il signore Cardinal Bichi e Sua Eccellenza ne havevano parlato con ogni calore al signore Cardinal Barberino prima della partenza di detto signore Cardinal Bichi per Venetia, si tiene per certo, che il Papa non sia sodisfatto delli spagnoli, *et se la pace segue, potiamo sperare assai, assai* se havessimo ordini, Io sarei di parere stringessimo il negotio delle Chiese mentre però fosse con sodisfactione di Sua Maestà, e perdendosi questa bella congiuntura presente, Dio sa quello possi portare il tempo d'alteratione, e particolarmente in questi nostri negotii che vengono combattuti, poi che ottenutasi la gratia della cruciata, superato questo negotio delle Chiese, ogni poca di dimostratione si facesse (che anche forse qui sarebbero per stimare darseli quest'occasione) contro il Vice Collettore, crederei si fosse per mandar Nuntio, e fosse per riceversi l'Ambasciatore, e stimarei fosse per essere di gran consolatione alli popoli il vedere proviste le Chiese de suoi Pastori, piaccia a Dio stii permanente questa santa intentione, sino a tanto ne pervenghino l'ordini della Maestà Sua, e credo che a quest'hora sariano venuti se dal Vescovo di Lamego e dal dottore Pantaleone Rodrigues non fossero stati perturbati, che come non riusci di negotiarsi da loro, cosi non potevano diggerire questa gloria s'acquistasse da altri. „

. . . . . [1]

Roma 5 Marzo 1644.

. . . . . [2]

Devotissimo et obligatissimo . . . . . *Ferdinando Brandano* [3].

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*
[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 16.

remetter as ajudas de custo e ordem para se me pagarem as mesadas que aqui se me dão partindo eu logo para a embaixada de Roma confforme ao que nessa corte se entendeo pello que avizei ao Conde Capitão e me veo a copia da carta que Vossa Magestade escreve ao Padre João de Mattos e assi deixei para esta carta a reposta do que avia e entendia a respeito dos negocios de Roma. E respondendo a que deu as esperanças de minha passagem, a rezão que tive de não avizar a Vossa Magestade della foi a muita incerteza que avia, e tanta quanto logo se experimentou em mudarem os negocios de face, e assi escrevi so ao ditto Conde Capitão o que me parecia pellos avizos que avia recebido, e como não estava seguro nelles, nem avia algũa resolução certa, me pareceo que sem ella não devia avizar a Vossa Magestade. Ja por cartas minhas que ao depois forão podera Vossa Magestade estar inteirado como da junta que se fes em Roma sobre os bispados não resultou algũa milhoria nos despachos, e que os que se propunhão não convinhão, e que de novo não avia esperança proxima de se diffirir a Vossa Magestade como convem, e assi ao prezente não ha occazião desta embaixada.

. . . . . [1]

Respondendo ao que Vossa Magestade me aviza, e ao que contem a copia da carta que Vossa Magestade manda ao Padre João de Mattos, pois Vossa Magestade me fas merce de dar licença para que avize o que por quá se entende de tudo não posso deixar de dizer o que se me reprezenta em os dous pontos de que ella trata.

Em primeiro lugar vejo como Vossa Magestade por sua grande piedade resolve, que não se podendo conseguir a expedição dos Bispados com a declaração da nomeação de Vossa Magestade se aceite o provimento nos nomeados sem ella ser inserida nas bullas, avendo as mais cautelas que se encomendão, e neste ponto confesso a Vossa Magestade que se estivera em Roma como oje esta o Padre João de Mattos me não atrevera a dar esta ordem a execução sem primeiro rescrever a Vossa Magestade as rezões que se offerecem em contrario.

He a primeira e principal ser esta tolerancia ou permissão o meo mais certo para que o Papa dando hũa grande satisfação a Castella, não diffira nunqua a Vossa Magestade em o recebimento de Embaixador, nem em o reconhecimento de sua coroa, porque sabendo sse que Vossa Ma-

[1] *Assumpto extranho.*

gestade consente a que elle o não reconheça nas bullas, tambem ficará quieto a o não reconhecer na embaixada, pois os motivos que o obrigão a não querer exprimir a nomeação, por não declarar a Vossa Magestade, são os mesmos que lhe impedem o reconhecimento solene da obediencia que Vossa Magestade lhe manda dar, e assi como he costume dos Principes que entrão a reinar mandarlhe Embaixadores e de Sua Santidade recebelos, assi he dereito e costume dessa coroa nomear os Bispos, e do Papa aprovarlhe a nomeação. A cauza de Vossa Magestade he ser reconhecido, a cauza que Sua Santidade vai sustentando he dilatar este reconhecimento; e pois como pode deixar de ser prejudicial a de Vossa Magestade o darlhe meos para que o não reconheça?

He a segunda rezão ser certo que a maior instancia que ha, e a que mais aperta a Sua Santidade para reconhecer a Vossa Magestade he o escrupulo de estarem por prover os Bispados, e estarem as igrejas sem prelados, e o culto divino com perigos, e em segundo lugar o serlhe necessario o dinheiro das letras e das rendas para as despezas da Santa See Apostolica. Pois se Sua Santidade com toda esta instancia se não resolve a reconhecer a Vossa Magestade que he o meo para acudir a tudo, que podemos esperar oje, que Vossa Magestade lhe desembaraça o escrupulo, lhe tira a instancia e os apertos, consentindo em hum meo pello qual acode elle a tudo o que dezeja, e fica continuando com Castella, fazendolhe grande merecimento de não nomear a Vossa Magestade; e a certidão de serem os nomeados os providos quando muito, prova, que he Vossa Magestade Rei encuberto e não reconhecido delle, nem nomeado, isto he o que entendo neste ponto, sobre o qual escrevo ao Padre João de Mattos na mesma forma, e que quanto a mim o mais a que podia cederse, he ao que Vossa Magestade tem feito, de consentir a clausula sem prejuizo.

Em segundo lugar remette Vossa Magestade a elleição de Cardeal protector ao padre João de Mattos, avizandolhe que se veja logo com o Embaixador de França e da parte de Vossa Magestade lhe comunique esta materia, para se accomodar a pessoa que elle apontar, e parecendolhe conveniente o que elle diser o sigua, e em contrario se offerecem as rezões seguintes.

He a primeira o parecer grande sumissão que se fas a coroa de França pedirlhe a aprovação para hum acto, de que ella não recebe prejuizo, ellegendose hum protector que não seja da facção dos inimigos, e

com isso terá occazião de esperar que do mesmo modo se lhe communiquem outros actos politicos que não convem.

He a segunda não esperar esta coroa nem ter os olhos em que se lhe faça este comprimento, e se lhe peça esta nomeação, e bastaria so dar lhe conta do Cardeal que Vossa Magestade ouvesse ellegido, e se isto respeitava aos empeños que obrou o Marques de Fontané, pello que se deve tambem a sua pessoa e pellas noticias que tinha he certo que elle está de caminho para França, e que o Marques de Sant Chaumont fica agora de novo com os negocios.

A terceira he poder se entender por certo, que o dito Marques de Fontané ellegeria ao Cardeal Bichy por elle o merecer, e pellas obrigações que França lhe tem, e por serem ambos mui amigos, e ou o ellegesse a elle ou a qualquer outro, lhe pagaria França com isso fazendo sse auctora da elleição e do cargo, de modo que as obrigações ficassem mais em França que em Portugal o que não convem aó Real serviço de Vossa Magestade, mas antes, que o Cardeal que for elleito receba essa merce da grandeza e favor de Vossa Magestade, e lhe fique por ella affeiçoado, e isto he o que parece nesta materia.

Sobre a elleição do Cardeal Antonio parece que tambem deve advertir se, que sendo a principal rezão por que convem o ser nepote de Sua Santidade, esta fiqua a periguo de cessar cedo porquanto a melhoria de Sua Santidade com sua muita idade não he de dura, segundo todos dizem, e ficão os nepotes desemparados, e sobre tudo o Cardeal Antonio não he muito agente nem efficás, e he protector de França e lhe fica em segundo lugar mais asombrada a protecção do Reino de Portugal e assi fora de parecer que he mui conveniente o eleger Vossa Magestade por protector ao Cardeal Bichy, que França se satisfará muito d isso, e Vossa Magestade ficará bem servido, porque he de tanta agencia e efficacia que contra a vontade do Cardeal Francisco Barberino, e outros muitos contrastes, effeituou a pas de Italia, e fes as capitulações d ella que ja estão aprovadas por Sua Santidade, de que ficou com grande reputação, e mostra grande zelo ao real serviço de Vossa Magestade, e assi que em todo o tempo servirá bem e em o prezente alem da auctoridade, he necessario buscar muito a industria das pessoas.

Nesta corte, e em muitas partes correo a nova que se fazia nesse Reino sobre as couzas d ella, *(sic)* e se esperavão grandes effeitos da justiça e rezão de Vossa Magestade, e agora sei que já se escreve a Roma,

dado de novo a copia da que escrevi a Vossa Magestade sobre não ser conveniente expediren se agora sem ser declarada a aprezentação e nomeação de Vossa Magestade pellas resões, que ja tenho avizado. . . . . .[1]

Na semana santa chegarão a esta caza os Padres Frei Fernando de Menezes e Frei Gonçalo da Gama, diffinidores da ordem de S. Domingos que vão para assistirem ao seu capitulo general, e me entregarão a carta que trazião de Vossa Magestade de 27 de Janeiro, e avendo audiencia do Cardeal quinta feira mayor foi com elles o doutor Antonio Monis de Carvalho *(?)* Secretario desta embaixada, e os aprezentou ao Cardeal com as rezões por onde eu não hia tomar lhe o tempo, Leo lhe a carta de Vossa Magestade, e os offerecimentos que nella vinhão, e o Padre Frei Fernando lhe reprezentou como Vossa Magestade os mandara com muito gosto, tanto que soubera que o Padre Frei Miguel Mazarini seu irmão o tinha em que elles fossem, dizendo lhe mais como Vossa Magestade lhes encomendara que procedessem de modo que ficasse Sua Eminencia mui satisfeito. O Cardeal agradeceo isto muito, dizendo que não era novo em Vossa Magestade o fazer lhe honrras e merces, e que seu irmão dezejava so o bem da religião, e que assi os instruiria do que fosse para isso mais conveniente, e lhe escreveria logo, e que tratassem de partir cedo, para irem em duas galés que estavão em Marcelha esperando ao Cardeal de Leão que vai para Roma a quem encomendaria sua passagem; e assi partirão logo no outro dia. Ao Padre Frei Antonio dos Anjos agente da provincia da India, que tratava da separação della escrevi que se recolhesse a esse Reino, e deixasse a curia, e os negocios de que tratava, na forma que Vossa Magestade me ordenou, e o que mais se passou com o Cardeal vai em outra carta por ser de differente materia e pertencer ao negocio de que nella avizo a Vossa Magestade. A muito alta, e muito poderosa pessoa de Vossa Magestade guarde Deos, como a christandade ha mister etc. *(sic)*[2].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 52 v.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Abril 27

Conde Almirante Embaxador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Tendo sse sobre as razões da vossa carta de 20 de março que trata dos negoceos de Roma a devida consideração, fuy servido conformar me com o vosso parecer no tocante a expedição dos Bispados; e de deffirir para melhor tempo a nomeação de Cardeal Protector; e posto que ja se fez aviso d esta resolução ao Padre João de Matos para proceder em conformidade d ella, pareceo se vos devia dar tambem conta, para que fiqueis entendendo quanto se deffirio ao que propuzestes acerca d estes particulares, e que dos Bispados se não deve aceitar graça senão na mesma forma em que te gora se passou aos Reys meus predecessores. Escrita em Alcantara a 27 de Abril de 1644.—*Rey*. . . .

Para o Conde da Vidigueira Embaxador em França [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Abril 29

Conde Almirante Embaixador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Com carta de 23 de março se reçebeo a inclusa do Padre João de Matos para o Bispo de Lamego que Deos perdoe, e memorial sobre o cambio que os banqueiros de Roma pretendem

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 260.—*Sobrescrito*: Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conselho, e seu Embaixador em França.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Maio 1

Senhor—.....[1]

Tive carta do Padre João de Mattos em reposta da copia que lhe mandei da que escrevera a Vossa Magestade sobre não ser conveniente aceitarem se as bullas dos Bispados, sem expressa menção de Vossa Magestade e com seu nome e real decoro, e me aviza que he do mesmo parecer, e que o contrario será hũa ruina de todos os negocios, e das esperanças que temos, e que assi não avia de fazer nada sem nova ordem de Vossa Magestade, e mandou hũa carta que com esta vai: Escreve me que se estava esperando pella vinda do Cardeal Bichi com muitos aplausos, e que so elle era o que podia adiantar e fazer dar conclusão aos negocios de Vossa Magestade, e que so elle era o que convinha para protector desse Reino, e que o Cardeal Antonio vinha so em consideração a respeito do Papa seu tio cuja muita velhice e doença fazia cessar essa cauza[2].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Maio 8

Senhor—.....[3]

Fui vizitar nesta Corte ao Marques de Fontané, que chegou de Roma, e praticando com elle sobre os negocios de Vossa Magestade em

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 66.

[3] *Assumpto extranho.*

fique, que se com effeito não der nisso satisfação e se sair de Roma Vossa Magestade mandará proceder a seu respeito na forma que mais convier ao serviço de Deus que Vossa Magestade nisso deffende, e ao que mais for de seu Real serviço; A muito alta, e muito poderosa pessoa etc. *(sic)* [1].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Junho 12

Senhor—..... [2]

Pedi lhe *(ao Cardeal Mazarini na audiencia que d'elle teve a 8)* que Sua Eminencia fosse servido de querer fazer hum capitulo particular na carta que escreve cada correo ao Marques de Sant Chamont Embaixador desta coroa em Roma em que lhe encarregasse que com todas as veras tomasse mui a peito e a sua conta fazer com Sua Santidade que recebesse Embaixador de Vossa Magestade, e mandasse Nuncio para esse Reino, e que eu tinha entendido que se o dito Marques fizesse esta deligencia com calor que se avia de diffirir a ella, e diseme que assi o entendia, e lhe tornei a dizer que para este particular não queria carta delRey nem da Rainha Christianissima, senão este capitulo na sua, ao que me respondeo que assi o faria e que desse a memoria a seu primeiro Secretario Monsieur de Lion a quem se entregou com outra sobre os passaportes de Munster para que avizasse neste correo. Diseme mais que Castella não podia ter mayor sentimento, nem couza que lhe fizesse mais dano, que o irem cada ves passando mais annos em que Vossa Magestade se establecia em seus Reinos e ganhava cada ves mais o amor de seus vasallos.

..... [3]

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 83.

[2] *Assumpto extranho.*

[3] *Idem.— Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 80 v.

que Sua Santidade aceite minha obediencia como he justo e receba minha embaixada, que he o ponto principal em que vai tudo, pois para satisfazer ao zelo de meus vasallos que se queixavão ja de meu sofrimento fis fazer hũa junta com cujas resoluções o justificasse, buscando meos para não ser culpado na remissão de meu sentimento e que advirtão aos ministros de Sua Santidade do prejuizo que ha na dilação com certeza de que se com as ultimas instancias que se lhe fizerem por minha parte se não resolver a receber meu embaixador, e a dar satisfação a palavra que se deu ao Padre Frey Miguel Mazarini mestre do Sacro Palacio no tempo em que se retirou de Roma o Marques de Fontané embaixador dessa coroa me será forcoso uzar dos meos que convem a auctoridade, e conservação de meus Reinos, sem que alguem possa culpar me, e que do mesmo modo avizem que eu não receberei nem admittirei provimento algum em os bispados e prelazias que estão vagas sem ser na forma em que se passarão sempre a nomeação dos Reis meus avos, e do mesmo modo avizareis ao Padre João de Mattos pera que reprezente hũa e outra couza em a curia de Roma na forma que lhe tenho ordenado e me avizareis do que alcancardes nesta materia. Escritta em Lisboa a 13 de Junho de 644. Pantalião Figueira a escrevi [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644 — Junho 23

Conde da Vidigueira Embaixador Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. A Junta que mandey formar sobre os negocios de Roma se compoem de tantos e taes ministros, como virieis pello decreto della, cuja copia vos mandei remeter; e confesso vos, que por mais que dezejo seguir vosso parecer, assy pela authoridade de vosso,

[1] *Rascunho da lettra de Antonio Moniz, Secretario da Embaixada, embora no titulo, conforme fica dito, venha como copia.* — Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 87.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, ao P.e João de Mattos, Assistente da Companhia

1644—Junho 24

Tenho alcançado por aviso certo, que o Jeral elleito da ordem de Sam Domingos o padre Turcho se mostra tam obrigado e parcial de Castella que com novos e injustos decretos offende a coroa de Portugal, e o respeito de Sua Magestade sendo hum delles mandar que se confirmasse hum decreto do capitulo geral que se fes em Bolonha no anno de 1615 em que se ordenava que o convento que está na cidade de Macáo, na China, e pertence á congregação da India de Portugal se entregue á Provincia das Philipinas, que he de castelhanos, por aver sido fundado por ella, e alem de que isto se não executou nunqua, ainda no tempo que as coroas de Portugal e Castella estavão unidas, nem lá se consentirão castelhanos, nem em todos os estados da India, e ouve cinco capitolos geraes, e se não falou nunqua nisso, depois do sobreditto de Bolonha, e ainda que os fundadores forão das Philipinas, não faz isso dereito algum, pois, como Vossa Paternidade sabe, isso não obra em Reinos diferentes, e com Reis soberanos, e se vé que os fundadores da relligião de S. Bernardo em Portugal forão de França, os da relligião de Iheronimo *(sic)* forão de Castella e nem por isso ficarão sogeitos nem o são a outro Reino, ou provincia delle, e pouco ha que em rezão das desunião *(sic)* dos dous Reinos alcançarão os Carmelitas Descalços ficarem independentes em Portugal, e assi he contra a rezão de justiça a novidade em que agora fala o Padre geral.

O outro decreto foi sobre separar da provincia de S. Domingos de Portugal os conventos da mesma ordem que estão na India, de maneira que no mesmo tempo em que ajunta aos castelhanos das Philipinas os frades portugueses de Macáo, em dous Reinos contrarios, e differentes, só por cauza da fundação offende a mesma nos fundadores, que forão de Portugal, e aparta os portugueses dos portugueses, e os membros de hũa só coroa com separalos.

e o Cardeal Mazarini as fes particulares em suas cartas, e assi recorra Vossa Paternidade ao embaixador de França, e aos mais amigos, pera ver se podemos avançar isto, pera o que dezejará muito que se achara ja ahi o Cardeal Bichi. Deos guarde a Vossa Paternidade Paris etc. *(sic)* [1]

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Julho 21

. . . . . [2]

Sobre as couzas de Roma tive cartas do Padre João de Mattos e de Ferdinando Brandam em que me avizão que sobreviera hum accidente ao Papa de que esteve sem poder falar, e que ficava muito enfermo, e com esta remetto a Vossa Magestade hũa lista dos nomes dos Cardeais, e hum papel italiano que se fes sobre as esperanças de novo conclave relatandosse todos os que podião concorrer ao Papado, e as partes e circunstancias de cada hum, e por não aver tempo em que se traduzisse vai escritto na lingua italiana [3].

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 83 v.

[2] *Assumpto extranho.*

[3] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 97.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Agosto 10

Senhor—Com esta remetto a Vossa Magestade cartas do Padre João de Mattos, e de Fernão Brandão, pellas quais saberá Vossa Magestade como falleceo o Papa Urbano 8 em 29 do passado, com as mais particularidades de que avizam, ás quais me remetto, as dittas cartas me chegarão por hum extraordinario que o Marques de Saint Chaumond despachou a ElRey Christianissimo com esta nova, e com a occazião della, foi o Doutor Antonio Monis Secretario desta embaixada falar logo a monsieur de Lioni primeiro Secretario do Cardeal Mazarini, e lhe recomendou muito da minha parte, que em todas as cartas, que na expedição deste extraordinario escrevessem ao embaixador de França e aos Cardeais amigos desta Coroa, em nome do ditto Cardeal Mazarini lhes recomendasse muito os negocios de Vossa Magestade e o assistirem ás deligencias, que sobre elles se fizessem nesta occaziam do conclave, e nas em que os Cardeais se juntassem, a effeito de ser recebido embaixador de Vossa Magestade tanto que se creasse novo Pontifice, e a mesma deligencia foi fazer com o Conde de Briana Secretario de estado, para que as recomendasse em as cartas delRey Christianissimo o que hum e outro prometerão, e eu escrevi ao ditto Marques de Saint Chaumond, e aos Cardeais Bichi e Theodoli, a Nantes avizei que não estando prestes para partir para esse Reino hum navio, que se esperava, se fretasse logo hum barco ligeiro para Vianna, de modo que pudesse Vossa Magestade ter com toda a brevidade esta nova, e fazer com a noticia della o que mais fosse de seu real serviço. A muito alta, e muito poderosa etc. *(sic)* [1].

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 101.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644 — Agosto 22

Senhor — .....[1]

Toquei-lhe *(ao Cardeal Mazarini)* nos negocios de Roma para saber delle se seria conveniente depois da exaltação do novo Pontifice ir embaixador de Vossa Magestade para darlhe a obediencia como os dos mais Principes sem se esperar que elle mande avizo, ao que me respondeo que sempre era necessario ter eu as ordens necessarias em meu poder, e que o que se podia fazer era dizer o Cardeal Bichi ao novo Papa, que Vossa Magestade lhe mandava embaixador e que ja vinha, porque inda não tirasse resolução de todo avizaria ao menos se estavão as couzas em estado que fosse logo, antes que o Papa o avizasse, apertandoo com essa diligencia, e isto mesmo he o que eu tinha ja escrito ao Cardeal Bichi na mesma forma. Aqui ha bons indicios de que os Barberinos se ajuntarão com França para a elleição, porquanto querendo os Cardeais de Castella que se tirasse o bastão de geral das armas a Dom Tadeo irmão dos dittos Barberinos, elles o sustentarão contra os de Castella por mais dous votos, e o Cardeal Antonio pós as armas de França á sua porta, o que não tinha feito em vida de seu tio, do que mais for succedendo irei avizando a Vossa Magestade. A muito alta, etc. *(sic)*[2].

[1] ***Assumpto extranho.***

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 107 v.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644 — Setembro 17

Conde Almirante Embaixador Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. O estado ecclesiastico deste Reyno me pedio licença para enviar a Roma o Doutor Nicolao Monteiro Prior da Colegiada de Sedofeita tratar com Sua Sanctidade e seus ministros alguns negoceos, que diz tem naquella Curia, e porque se podem offerecer nella alguns de meu serviço a que seja necessario acudir, e Nicolao Monteiro he pessoa, que dará de todos muito boa conta, assy por suas letras, partes, e vertudes (de que faço grande estimação) como porque leva do Reyno mais e melhores noticias, que as pessoas que em Roma corrião com elles, despois que meus Embaixadores se recolherão, Ouve por bem deffirir ao estado ecclesiastico, concedendo lhe a licença que me pedia, e cometer ao mesmo ministro todos meus negoceos, que se offerecessem daquella parte avizando a João de Matos e Ferdinando Brandão se abstivessem delles ajudando e assistindo a Nicolao Monteiro com seus pareceres para poder acertar assy melhor em meu serviço. Ordenei lhe passasse em direitura a essa Corte, ainda que isso lhe atrazasse a jornada que convem fazer com toda a brevidade, tanto para o ajudardes com cartas da Rainha Christianissima, para seu Embaixador, e do Cardeal Masarini para os Cardeaes e pessoas de seu sequito, como para que tomando convosco noticias do estado das couzas de Roma, pudesse (entendendo as melhor) encaminhar os requerimentos com mayor acerto. Leva ordem minha para vos communiquar a Instrucção que lhe mandei dar, e a que tambem lhe der o estado ecclesiastico, para conferir comvosco cada hum dos particullares della. Encomendo vos muito o aconselheis, e ajudeis em tudo, e tenhais com elle antes e despois de partido a correspondencia que for necessaria, e para o poderdes fazer nas materias de segredo o fareis pella cifra, de que uzais, de que aqui se lhe deu a copia. E espero que se passardes a Roma, no cazo em que volo ordeno por outras cartas minhas, vos seja

elle (assy para dispor algũas couzas antes de vossa chegada, como para vos assistir, e ajudar despois della) muito bom amigo e companheiro. Escrita em Lisboa a 17 de Setembro de 1644.—*Rey*. ⋮ .

Para o Conde Almirante Embaixador em França [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Setembro 17

Conde Almirante Embaixador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Com a vossa carta de 12 de Junho, e com o que nella me referis sobre a particullar noticia, que em Roma se tinha de tudo o que aqui se fazia a seu respeito, mandei tirar hũa devassa com sumo segredo, e aperto, e constou por ella quem fora a pessoa que deu a copia da Consulta, que se me fez pela Junta que mandey convocar sobre os particullares daquella Curia, e de crer he, que pela mesma via, porque he ella acomodada para tudo se saberião os mais avizos, porem ja este ministro não dará outros. Com occazião desta mesma carta apertey mais a prohibição de se não dar licença para vassallos meus passarem a Roma, se não for com cauza muito preciza e justificada. Com a hida do Doutor Nicolao Monteiro não tem lugar a patente de meu Agente, que vos parecia poderia mandar a Ferdinando Brandão, creo delle as boas partes, que me avizais, e conforme ao serviço que me fez, dezejo mandarlhe fazer merce no que ouver lugar. Escrita em Lisboa a 17 de Setembro de 1644.—*Rey*. ⋮ .

Para o Conde da Vidigueira Embaixador em França [2].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 372.— *Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho e seu Embaxador em França.

[2] Idem, idem, fol. 380.—Idem.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Setembro 18

Conde Almirante Embaixador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Com carta vossa de 10 do passado se recebeo aviso do falecimento de Sua Santidade, e do mais que com esta nova dispuzestes, em ordem a minhas couzas naquella Curia, tudo vos aggradeço muito, e porque espero, que com estas deligencias, com a mudança do Pontiffice, e com a justificação de minha cauza, queira Sua Santidade receber meus Embaixadores, e conceder me sua benção Appostolica (que he só o que pertendi nestes quatro annos, despois de minha restetuição) me rezolvy a mandar prevenir nova embaixada, que será forçado façais em meu nome, não só porque vos achais dessa parte, mas porque me tem mostrado a experiencia, que ninguem milhor que vos poderá satisfazer a negocio tão importante, como este he para o Reyno, e dar delle a boa conta, que espero de vossa prudencia, e do zello e amor com que tratais de meu serviço, que são as rezões porque elle se adianta tanto em vosso poder.

Mas porque não convem cometter segunda embaixada, sem certeza de ser admetida pella Santa See Appostolica, pellas rezões que facilmente entendereis, ainda que vos envio tudo o necessario para ella, a não cometereis sem o parecer da Rainha, e Cardeal Mazarino, e sem tal probalidade *(sic)* de serdes admetido, que não possa acontecer o dezar de voltardes de Roma menos ayroso. Para o cazo que ouverdes de passar a Roma, usareis da Instrucção que se deu ao Bispo de Lamego, que Deus perdoe, e da que se vos enviou para passardes áquella Curia, em tempo que se entendeo, que poderieis ser nella admetido, de cada hũa, no em que se puder aplicar á embaixada prezente. Tambem levareis a copia da Instrucção que hora se deo ao Doutor Nicolao Monteiro; e porque fora destes papeis se não offerece por hora couza de novo que advertir, se vos não faz outra Instrucção, tendo por certo que a milhor de todas será vossa

prudencia, e a noticia que tendes das cousas do Reyno para as dispordes e encaminhardes como mais convem a meu serviço.

As da embaixada que fazeis nessa Corte, deixareis a cargo do Marques de Cascaes, para continuar com ellas, emquanto dura vossa auzencia, e assy lho mando ordenar por carta minha. Procurareis que ella seja de pouca dura, assy porque não estareis para as despezas de Roma, que tenho por mayores que as de Pariz, como porque não convem a meu serviço que vossa pessoa falte por hora em França por muito tempo; e a Sua Santidade e a seus ministros direis, que por ganhar tempo, fostes pella posta a darlhe obediencia em meu nome, e que logo que me chegar avizo de que o tendes feito, mandarey partir Embaixador ordinario para aquella Curia.

Para esta passagem vos mando prover por letras que serão em companhia deste carta, dose mil cruzados de ajuda de custo, e oito mil para as despezas de gastos secretos; e porque procurando hora (com occazião de hũa carta vossa, que se recebeo) entender do Conçelho da Fazenda se vos tinha provido os oito mil cruzados de ajuda de custo de que antecipadamente vos tinha feito merce, com as occaziões de vossas despezas, se achou que não bastavão para esta quantia os effeitos que tinha remetidos, por esta rezão vos mando prover mais os ditos oito mil cruzados, com advertencia, que tendo cobrado algũa cousa por ordem do Conçelho da Fazenda, tanto quanto tiverdes cobrado por aquella via cobrareis de menos por esta; e se as couzas do Reyno não estiverão no estado, que podereis julgal *(sic)*, de tantos gastos, differentemente vos mandara prover, para tão grande occazião como esta he.

Levareis em vossa companhia ao Secretario dessa embaixada para fazer o mesmo officio na que ouverdes de fazer em Roma, e nella uzareis da mesma sifra, que ultimamente se vos enviou; e torno a encomendar vos procureis sahir vos de Roma o mais depressa que vos for possivel.

Se naquella Curia puderdes favorecer em algũa couza os negocios da Junta de Muster, receberey particular serviço em o fazerdes com todas as veras, pois sabeis a importancia de que são.

Emquanto não tenho noticia da eleição de novo Pontiffice, me pareceo não declarar Cardeal protector, alem de que se entendeo aquy, que emquanto o não declarava poderia, com esta esperança, ter milhor inclinados os Cardeaes, e não ha para que apressar em couza de que não ha preciza necessidade como esta.

Com esta serão novas cartas para o Papa e Cardeaes, e serão mais, embarco, *(sic)* quatro firmas, por se acazo for necessario escrever algũa carta mais, ou enmendar algũa das que se vos envião.

Escrita em Lisboa a 18 de Setembro de 1644.—*Rey*. ⋮ .

Para o Conde Almirante Embaixador [1].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Setembro 18

Conde Almirante Embaixador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. O estado ecclesiastico destes Reynos envia á Corte de Roma, a negocios seus, ao Doutor Niculao Monteiro Prior da Collegiada de Sedofeita, pessoa de muitas letras, partes e vertudes, de quem por esta rezão, e pello zello que tem de meu serviço, faço toda a estimação; leva tambem ordem minha para tratar todos os negocios de meu serviço que se offerecerem daquella parte, e em particular para vos avizar de tudo o que aly puder alcançar, tocante aos negocios de que vos encarregei, e para fazer tudo o que dahy lhe avizardes em ordem a elles. Podeis vos comunicar, e ajudar deste ministro com toda a confiança, encomendandolhe o que vos parecer necessario pella sifra de que uzaes, cuja copia lhe mandey aqui dar para este effeito, e espero eu o faça de maneira que tenha muito que lhe agradecer. Escrita em Lisboa a 18 de Setembro de 1644.—*Rey*. ⋮ .

Para o Conde Almirante [2].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 388.—*Sobrescrito:* Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama Conde da Vidigueira Almirante da India do seu Conselho e seu Embaxador em França.

[2] Idem, idem, fol. 392.—Idem.

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1644—Outubro 30

Excellentissimo Senhor.....[1]

Eu protesto a Vossa Excellencia que o que aqui digo nam he para escusar ao Cardeal Antonio, nem porque entenda eu que as resoluçoens dessa Coroa nam sejam prudentissimas, mas como criado de Sua Magestade, que Deos guarde, que tanto desejo o seu Real serviço, quizera que a authoridade de França fosse poderosa nesta Corte pello bem que podia redundar aos interesses delRey nosso Senhor, pois com este sucesso fazendo se os Barberinos espanhoes, nam poderá resultar nenhum bem as nossas cousas; que se os negocios de Portugal se remeteram as Congregaçoens dos Cardeaes, donde entrevem quasi todos creaturas de Barberino, considere Vossa Excellencia que favor nos quereram fazer; porque a necessidade ha de obrigar aos Barberinos a deitar se aos pés delRey Catholico, para ter emparo e protecçam; e nam convindo aos Reyes ser vingativos, mas mesericordiosos e clementes, como vemos nas historias, assi como fizeram com os sobrinhos de Clemente vnj se crè que aceitaram os de Urbano. E com este sucesso aprenderam os sobrinhos dos outros Papas a ter muita circunspeçam em tomar protecçoens de Coroas por nam por se em semelhante laberinto de disgostos.

.....[2]

Despois com o correyo ordinario recebi sesta feira 28 outras duas cartas de Vossa Excellencia dos 8 e X deste; nellas me obriga Vossa Excellencia de tal maneira que nam reparo abalançar me a tudo em ordem aò serviço de Vossa Excellencia e obediencia de seus mandamentos. Os que Vossa Excellencia usa comigo passam os termos da mesma cortesia. E Deos que foi servido de dar me entendimento para algumas cou-

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*

sas, me fez tambem conhecer a verdade e a fineza do nobilissimo animo de Vossa Excellencia, e com este dictamen sem reparar em cousa nenhuma me ponho a obedecer as ordens de Vossa Excellencia em serviço de Sua Magestade, que ainda que estava determinado a nam tratar mais destas materias, *nam me podendo sustentar de palavras* que nam sejam da boca de Deos, resolvendo me a ver que fruito haviam de dar estas esperanças de Sua Magestade *antes de se me acabar a vida entre ellas,* com tudo proseguirei com os mesmos gastos e despezas.

Mas primeiro de tudo he necessario ponderar as consideraçoens feitas na carta que eu escrevi a Sua Magestade no primeiro d'Outubro que vay com o mesmo conceito de Vossa Excellencia nesta dos 8 do presente; somente discordamos em hum ponto, e he, que eu quizera que quando falasse a Sua Santidade sobre os negocios de Sua Magestade ou o Cardeal Bique, ou o Padre Assistente, ou eu, lhe representasse, que logo que o mesmo Senhor soube a nova felice da eleiçam de Sua Santidade, no mesmo ponto pello particular affecto, que tem aos merecimentos grandes da sua pessoa, e obsequio que lhe deve, e reverencia a Santa Sede Apostolica, nomeou por seu Embaxador o tal sogeito declaradamente para lhe vir a dar a divida obediencia e parabens da sua exaltaçam; e juntar a isto o mais, que lá julgaram a proposito. Mas hir dizer ao Papa Sua Magestade tem já nomeado Embaxador para Vossa Santidade e se perguntar, quem he o nomeado? Ficamos corridos, e logo verá que he traça, e com este Pontifice nam ha senam tratar com muita pontualidade, que eu o conheço, e sey o que quer, pois tive fortuna de falar e tratar com Sua Santidade muitas vezes, e sempre com gosto seu, e satisfaçam do meu proceder.

Demais disto considero outro inconveniente; aqui já está hum criado de Nicolao Monteiro com o seu fato, e ordem de meter a casa e carrosa em ordem como tambem Vossa Excellencia havera visto pela carta escritta ao Padre Assistente que mandei no passado. E assi podemos crer, que com a nova da morte do Papa, que chegou em 26 de Agosto, sendo despois partido este criado em 12 de Settembro, nam mudaram a resoluçam de o mandar, pois me diz o criado que seu amo parteria com a primeira embarcaçam para França. Que diligencia podemos fazer aqui, que seja acertada, nam sabendo Vossa Excellencia, nem o Padre Assistente, nem eu que ordens traz Monteiro, e que cousa assentaram em Portugal despois da morte de Urbano. Se himos a tratar com Sua Santidade sobre os

negocios delRey facilmente podera *estar avisado das resoluçoens que lá se tomaram em Portugal por carta do Vice Collector,* e quando o que lhe dicessemos fosse contrario ao que lhe houvesse escrito, como nos acharemos? Desta maneira sempre himos a perder mais que a ganhar, sem tratar com certeza sobre o que manda Sua Magestade, que com muita commodidade em negocio tam importante podia mandar avisar os seus intentos havendo corrido 17 dias de tempo desde 26 de Agosto, que chegou o aviso da Sede Vagante até os 12 de Settembro, que partio o navio para Genova. E a nam se saber aqui a vinda de Monteiro, eu tinha aqui muitas occasioens de falar a Sua Santidade sobre os negocios Reaes, e de servir a Sua Magestade em boa maneira. Mas como quer Vossa Excellencia que eu possa falar nestas materias, e entre em os negocios delRey empenhando me nelles com hum novo Papa, quando posso com rezam duvidar, que mandando Sua Magestade a Monteiro, *nam me cumprindo a sua Real palavra, se se dá, ou nam, por bem servido de mim,* tanto mais que me nam escreve nada desta sua vinda *(sic)*. Nam he justo, Senhor Excellentissimo, que eu queira acabar de destruir me, e aventurar o conceito, que Sua Santidade tem de mi, e a opiniam; mas antes me convem que Sua Santidade saiba de mi mesmo que faltando me de Portugal com o prometido, e nam me pagando o que se me deve e eu gastei em serviço de Sua Magestade, por nam poder continuar com os gastos necessarios me excusei de servir. E nisto eu digo verdade de que Vossa Excellencia he testemunha abonada, pois sabe que sam muitos meses que as minhas cartas falam sobre esta materia. E havendo me sido até agora Portugal de danno, nam será justo que me acabe de percipitar com a fazenda a reputaçam juntamente. Empenhei me em tempo de Urbano, cuidando que o meu trabalho, zelo, fedelidade, intelligencia, serviço, desprezo de perigos, e tudo o mais que Vossa Excellencia quizer, fossem remunerados, e eu correspondido; agora nam me está bem fazer semelhantes empenhos. Se Sua Magestade nam foi servido de me declarar seu Agente, nam importaria a seu Real serviço, e eu sem este titulo em Roma nam sarei menos estimado de todos, e serei intruduzido em muitas partes mais do que fui até agora. Mas se Sua Magestade nam me fizer merce de me mandar pagar os gastos feitos em seu Real serviço, isto he o que eu sinto, e sentirei toda a vida.

Eu me verei com o Padre Assistente e tambem comunicarei isto com o Padre frei Fernando de Meneses que he entendente e muy zeloso

do bom serviço de Sua Magestade, e do que resultar do parecer de todos faremos o que mais convenha ao serviço de Sua Magestade que este em todo o tempo e em qualquer maneira o porei sobre os olhos; mas eu sou de parecer que esperassemos até Vossa Excellencia ter cartas de Sua Magestade que he impossivel possam tardar, e segundo ellas faremos o que ordenará Vossa Excellencia.

Todos os Principes grandes dam arbitrio a seus Ministros de fazer sempre o que estiver bem a seu serviço, segundo o tempo e accasiam o requerer, ainda que elles nam sejam informados do que passa. Nestas materias de Roma *se devia dar a Vossa Excellencia toda a authoridade por mayor Ministro,* por mais vezinho, e por estar em huma Corte Christianissima, e tambem podiam ter seu arbitrio os Ministros que estam por estas partes, para com mayor brevidade se poderem tomar as resoluçoens que o tempo pedir sem haver de esperar respostas de Portugal que querem hum anno, e primeiro que venham se passa a conjuntura de negocear bem, e de servir a Sua Magestade. E lá antes de fazerem nenhuma resoluçam das cousas de Roma devem tomar os pareceres de seus Ministros que por cá estam, e nam destruir com huma resoluçam contraria o que aqui estiver intentado, ou feito.

O Reyno de Portugal nam está como no tempo dos outros seus Reyes naturaes, que eram podorosissimos, e opulentissimo o comercio das conquistas, e grande o de todas as partes do mundo por ser emporio do Oriente, e todas as riquezas de India e mercadorias vinham a Lisboa e de alli se espalhavam pella Europa, trazendo a si todo o precioso que havia em seus Reynos e Provincias.

O que mais importa he, que tinha pazes com todos, e por huma e outra cousa eram juntamente amados, respeitados e venerados das outras Naçoens, e desejavam a sua amizade todos os Principes do mundo. E assi eram arbitros, e podiam tratar com Roma, e nas outras partes, como lhe milhor parecesse. Mas hoje esta Corte considera Portugal em muy differente estado; cançado pello mao tratamento que lhe deram os castelhanos por 60 annos que o opprimiram, cercado por todas as partes do inimigo e com continua guerra. Pois a restauraçam de Sua Magestade achou o Reyno destruido, sem gente e sem dinheiro, o comercio desbaratado e dividido; e bem que o novo governo animou os portugueses a muito, com tudo nam se pode considerar mais do que era, faltandolhe o comercio de Castella, donde lhe vinha o dinheiro; e ainda que se abrisse com

França e Ollanda destas partes nam mandam dinheiro. Demais, que faltando a grandeza do comercio da India se achou com dois inimigos tam potentes, como espanhoes e ollandeses, huns que tem o Reyno em continuo motu em terra, outros que nam tratam no mar mais que de fazer se senhores das suas conquistas. E o peor he, que se considera este Reyno só, sem auxilio nem de gente, nem de dinheiro de nenhuma parte de fora, e assi difficilmente se crè que com estes dois inimigos possa por si só conservar se, sabendo se que para o sustento da guerra lhe foi, e he necessario alterar o verdadeiro valor da moeda e de impor o tributo de pagar as decimas durante a guerra, que se pode temer perpetua, que he o mais pessado que nenhum Principe chegou a pòr em nossos tempos, e o que mais dá que cuidar he que *nam se perdoa aos ecclesiasticos*, cujas immunidades os Potentados da Christandade nam offenderam, se nam foi com occasiam de guerras contra infieis; e ainda que se diz que sam decimas voluntarias, hum momorial que se deu a Urbano vnj por parte de muitos clerigos de Portugal provava que nam eram tais, pois rigurosamente eram executados, e forçados a pagar, e que nenhum se atreve a dizer que esta decima he mal tomada por falta de consentimento de Sua Santidade, duvidando de ser como traidor prezo e castigado. E que para ser voluntaria devia toda pessoa ecclesiastica cobrar o seu, e despois livremente dar cada hum o que mais lhe parecesse. Sobre esta materia tam grave e importante discorrerei com Vossa Excellencia em outra occasiam mais de vagar, e com mayor fundamento porque ha novo sogeito.

Todas estas cousas consideradas de por si de prudentes e capazes Ministros, como Vossa Excellencia, bem se vè que o Reyno de Portugal nam pode tratar com Roma com aquellas bizarrias que fizeram Inglaterra e outros Reynos e Principes nas occasioens de pouco gosto com os Papas; assi pella natural inclinaçam religiosa dos portuguezes, argumento donde eu tomei o parecer *que se aceitasem os Bispados ex motu proprio*, como pellas suas poucas forças. Importa portanto que com machinas, negoceaçoens, e intelligencias licitas e honrosas pello que tem de prudentes tratem todos os Ministros de Sua Magestade de aventejar seu partido em toda a parte, e de engrandecer sua Monarchia.

A effeito que Portugal intentasse aquella façanha honrosa com que sahio de acclamar a Sua Magestade por seu legitimo Rey, lhe houvera acodido França com gente, com dinheiro, e com armadas no mar; e haveria estabelecida huma liga, para continuarem por muitos annos, com

todas as condiçoens que os portugueses quizessem. E o mesmo fariam tambem os ollandeses. Mas vendo estas duas Naçoens os portugueses empenhados, e que ja nam podem deixar de sustentar a guerra, os ollandeses nam querem perder occasiam de conquistar o Brasil e as mais conquistas de India, para tirar todo o comercio a Portugal e trazelo a seus estados, e ser sós na venda das drogas e de tudo o que pruduz o Brasil e a India, para de Amstradam repartirem por toda Europa, como de Lisboa faziam os portugueses, despois que descobriram com tanta gloria da Naçam lusitana e dos progenitores gloriosos de Vossa Excellencia estas famosas navegaçoens.

Os franceses, por outra parte, procuram alargar os limites do seu imperio, vendo empenhados os espanhoes com esta diversam de Portugal sacando fruito para si somente da nossa restauraçam, nam acodindo a nos ajudar, como Vossa Excellencia diz, em cousa nenhuma, aproveitandose das nossas guerras, dos nossos bens ou males, que de tudo temos, e tudo o nosso lhe serve para seus intentos.

E quando os franceses e ollandeses nos digam, que se nam foram as guerras deversivas que fazem em tantas partes do dominio de Espanha, nam poderiam os portugueses manter a guerra contra a potencia do castelhano por muito tempo, ainda que nisto havia muito que dizer, com tudo a mais facil resposta he, que as guerras que huns e outros fazem a Coroa de Espanha eram antes da restauraçam de Portugal com que elles ficaram tam melhorados de partido como com evidencia conhece todo o mundo.

Os ollandeses de mais do mal, que fazem a Portugal querendo senhorear as suas conquistas, acrecentam o damno na opiniam dos homens parecendolhe que quasi certos *(sic)* que Portugal nam tenha forças para conservarse contra a potencia dos castelhanos, querem ganhar as conquistas antes que lhe tornem á mam.

França nam dando a Portugal nem gente, nem dinheiro, e faltando de acodir as instancias dos catalaens para diversam das armas de Castella, parece que nenhuma conta faz de Portugal e nesta forma tambem nos vem a perjudicar.

De tudo o referido nace huma ponderaçam que se deve considerar muito, que o Papa e todos os Principes de Europa querem o equilibrio da *(sic)* duas potencias de França e Espanha, e tanto desejaram a grandeza delRey Christianissimo quanto que pudessem fazer contrapeso a poten-

cia da Casa de Austria, mas vendo ja que aquella de França crece muito, e que se pode duvidar que nam abata totalmente a de Espanha, sendo certos que qualquer destes Reyes que for superior ao outro sera senhor de toda Europa, e os Principes italianos ficaram acabados, e a estimaçam do Papa deminuida, tratam de fazer agora a favor de Espanha o que fizeram por França, porque com estas duas Monarchias iguaes vive o Papa venerado e os Principes com estimaçam.

Com este preludio nam posso deixar de dizer a Vossa Excellencia que ainda que os progressos da Coroa de França se devem desejar dos portugueses, porque manifestamente se ve que se encaminham a sua conservaçam, quando porem fossem, e continuassem demasiados, nam se devem desejar nem festejar, mas antes se se pudessem se deviam impedir.

Pellas mesmas rezoens de acima se vio que festejaram os Principes de Europa a restauraçam de Portugal porque entam os franceses nam tinham feito outras conquistas, mas despois da restauraçam que ham visto perderse Perpinham, o Condado de Roxilhon e o resto de Catalunha e outras tantas praças que se accomodaram com os Principes de Saboya; que fizeram ao Transilvano mover guerra ao Emperador e em Flandes e Germania fazer notaveis progressos duvidando de mayores, pella propria conservaçam *já nam desejam tanto a de Portugal* mas procuram com todas suas forças que Espanha o recupere por donde lhe for possivel, e se Espenha *(sic)* nam houvera despois feito tantas perdas, todos os Principes de Europa concorreriam a sustentar Portugal.

Nam despreze Vossa Excellencia este descurso que tem fundamento de verdadeira politica. Assi quando Vossa Excellencia exalta as victorias de França a mi nam me alegram porque o nosso remedio nam depende dos bens dos outros, mas do nosso proprio, quando sendo causa da grandeza de França nam he Portugal igualmente correspondido de esta Coroa, antes envejado dos outros Potentados, como instrumento de seu temor e damno.

Tudo isto me pareceo dizer, *pois Vossa Excellencia me manda que fale com liberdade o que entendo por serviço de Sua Magestade* com a ingenuidade de hum coraçam portuguez, e de hum verdadeiro servidor de Vossa Excellencia cuja mayor grandeza e gloria desejo pella medida de minhas obrigaçoens.

Nam persuadirá Vossa Excellencia nunca aos francezes que assistam como he importante a conservaçam de Catalunha, nem a dar gente

e a nam ter eu numero grande de amigos, e cada dia saber grangear muitos, nam sey que fora de mi.

. . . . . [1]

Sobre o negocio da Inquisiçam de Evora, com a vinda a Roma de tres padres da Companhia, parece que o Vigairo Geral devia falar ao Papa sobre nam se darem a execuçam os Breves impedidos por Sua Magestade que nam se publicassem; isto nam pode causar nenhum bem a seus reaes negocios. E bem vè o Padre frey Fernando que he necessario compor estas differenças em Portugal. O ponto está que os Padres querem que se faça alguma demostraçam publica contra os Inquisidores de Evora. E se aqui proseguirem alcançaram tudo o mais que desejam. Eu somente posso hir entretendo os Padres, e persuadir lhe que considerem os damnos publicos, que poderam resultar a todo o Reyno e ao credito da mesma Companhia. Outras formas de composiçam se podiam achar, mas eu me vejo tam pouco favorecido de Portugal que nam tenho animo de servir, nam sabendo a quem obrigo; o Padre frey Fernando deve escrever largo a Vossa Excellencia sobre esta materia, e como ja está em bom estado o negocio do Padre frey Fernando dell Hone *(?)*.

. . . . . [2]

Roma 30 de Outubro 1644.

. . . . . [3]

De Vossa Excellencia — Devotissimo et obligatissimo . . . . . .
Ferdinando Brandano.

Senhor Conde Almirante [4].

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*
[3] *Idem.*
[4] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 54.

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Novembro 6

Conde Almirante Embaixador amigo: Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Pella copia do capitolo da carta de Luis Pereira de Castro, que será com esta, entendereis a descortezia com que foy tratado dos Plenipotenciarios de Sua Santidade e de Veneza mediatores da paz, de que se trata na cidade de Munster; Ordeno vos que logo, que receberdes esta carta, vos queixeis em meu nome a ElRey Christianissimo e seus Ministros, de tão ruim termo, procurando se mande escrever aos Plenipotenciarios dessa Coroa, que aly assistem sobre a materia, com o aperto e resolução que convem, e que o mesmo se faça por sua parte aos Embaixadores que tem em Roma e Veneza, para que se queixem a Sua Santidade e á Senhoria desta descortezia; procurando se emende para o diante, pois este he hum, ou o mayor dos cazos, em que me ha de ajudar, e valer a amisade e aliança de ElRey Christianissimo. Tambem mando escrever sobre a materia ao Doutor Nicolao Monteiro, que supponho estará ja em Roma, o que vereis pella copia da sua carta, que se vos remete. E não posso deixar de vos mostrar grande sentimento de que fação os Plenipotenciarios de França menor tratamento e cortezia ao Doutor Luis Pereira do que os de Suecia fazem ao Doutor Rodrigo Botelho de Moraes, pois este he tratado em tudo como verdadeiro Embaixador, e o não he assy o Doutor Luis Pereira, sendo que era justo, e devido, que França desse exemplo a todos nas couzas que me tocão. Escrita em Lisboa a 6 de Novembro de 1644.—*Rey*.

Para o Conde da Vidigueira Embaixador em França [1].

[1] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 405.—*Sobrescrito*: Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira Almirante da India, do seu Conselho e seu Embaixador ordinario em França.

Carta d'el-Rei ao Doutor Nicolao Monteiro, Agente do Estado Ecclesiastico

1644—Novembro 6

Doutor Nicolao Monteiro Eu ElRey vos envio muito saudar. Pello capitulo da carta do Doutor Luis Pereira de Castro que será com esta entendereis a descortezia com que o Plenipotenciario de Sua Santidade na Junta de Munster tratou ao Doutor Luis Pereira de Castro. Mando me queixar deste termo a ElRey Christianissimo para que por via do seu embaxador nessa Curia faça prezente a Sua Santidade este agravo procurando como he justo, emenda delle para o diante. Encomendo vos muito que façais em ordem a este fim as diligencias que ahy se vos offerecerem porque he de outra casta esta descortezia defferente da que ahy se fes tegora a meus embaxadores porque a junta não se fas em nome do Papa nem isso he aução ou obra da santa Igreja, senão hum ajuntamento de ministros de muitos Principes em que entrão alguns que não reconhecem a Igreja Romana e he muito indigna couza que o que se concede a estes que he a cortezia e tratamento, que urbanamente se lhe deve, se negue aos meus em que concorrem tão defferentes razões. E para isto vos ajudareis do Padre João de Mattos no em que vos puder ser de prestimo e creio delle o fara com o mesmo zello e amor com que tegora acodio a tudo o de meu serviço. Escrita em Lisboa a 6 de Novembro de 1644. Rey [1].

[1] *Copia mandada pelo Governo ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França. Vide a* Carta *antecedente.*—Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 406.

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Novembro 9

Senhor—Na occazião que em Roma teve o Bispo de Lamego com o Marques de los Velles, era mestre de camara dos embaixadores de França Monsieur de Luzarche, que inda oje o he, e foi o que capitaneou todos os franceses que acompanharão ao Bispo, que Deus tem, e se acharão naquella occazião, avendo se com tanta resolução e valor, que foi grande parte do bom successo, que então se alcançou; o Bispo lhe avia escritto, segundo me avizão, que Vossa Magestade lhe promettera de agradecer com algum effeito de sua grandeza o bom serviço que lhe avia feito Monsieur de Luzarche com algũa pensão posta em algũa comenda, ou beneficio, ou com outra algũa merce que melhor parecesse a Vossa Magestade. Aqui se me deu hũa memoria sobre o mesmo, e me consta o muito que valeo sua assistencia no dito *(?)* tempo, e que será de credito e satisfação aos estrangeiros a merce que Vossa Magestade lhe fizer, e assi fis este avizo sobre isso, para que Vossa Magestade ordene o que mais for de seu Real serviço.

. . . . . [1]

A muito alta e muito poderosa etc. *(sic)* [2].

[1] *Assumpto extranho.*

[2] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 139 v.

Carta de Fernando Brandão ao Conde da Vidigueira

1644—Novembro 21

Excellentissimo Senhor.....[1]

O Padre frey Fernando de Meneses avisará a Vossa Excellencia o que passa no negocio da Inquisiçam com os Padres, e do que faço para contemporizar, ainda que nam basta, porque *os Padres ja tem ceumes de mim pellas instancias que lhe faço de ajustamento.* E permita Deos que estes bons desejos que tenho de servir em negocio tam importante nam me dem na cabeça, e que os Padres nam se ponham contra mi.

Sobre esta materia gravissima e importantissima tenho ja escritto a Vossa Excellencia quanto importa o ajustamento e o dar se alguma satisfaçam publica aos Padres pois nam se trata de menos que de quebrantar os privilegios a Inquisiçam, do que nam pode redundar nenhum beneficio aos interesses de Sua Magestade que Deos guarde nem do Reyno. E crea me Vossa Excellencia que quanto mais cedo for será muito milhor. Porque qualquer outra queixa que se juntar da Gente de Naçam, *com muy pouca negoceaçam que se fizer,* se poderam tomar resoluçoens prejudiciaes ao presente Governo do Santo Officio. O Padre frey Fernando vè, e considera tudo, e avisará sobre esta materia largamente o que *temos descursado, que he evidencia.*

.....[2]

Nam deixo de fazer o que devo sobre o negocio da Cruzada, que está já reduzido a termos, e como tiver mais certeza avisarei a Sua Magestade. E a tudo que pertence a seu Real serviço acudo com todo cuidado. Se vem chegando o Natal, e com este titulo de criado de Sua Magestade será força dar as manchas que se devem dar com mayor largueza por ser o Ponteficado e Ministros novos. Bem que nenhuma espe-

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*

rança tenho de alcançar nada de Portugal nam posso negar que desejo fazer muito por o bem do Reyno e serviço de Sua Magestade, e assi continuo e me deixo governar pellos mandamentos de Vossa Excellencia com tanto mayor gosto quanto se me avezinha o tempo de poder ver, e servir a Vossa Excellencia nesta Corte.

.....[1]

Sobre a vinda de Vossa Excellencia a Roma, e do que será necessario para isto avisarei a Vossa Excellencia largamente com o primeiro, por ser materia que pede mayor consideraçam que permite a brevidade do tempo em que escrevo esta. Somente digo, que as más novas que correm de Catalunha nam ajudam muito o principio do nosso negocio.

.....[2]

Roma 21 de Novembro 1644.

De Vossa Excellencia—Devotissimo e obrigadissimo.....
Ferdinando Brandano.

Senhor Conde Almirante[3].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Novembro 23

Senhor—Chegou a minha casa nesta corte o Doutor Nicolau Monteiro Prior da collegiada de Sodofeita em 17 do prezente, e me entregou os despachos, que me trazia de Vossa Magestade. Estimei muito sua vinda, assi pello acerto de sua missão, como pella acertada ellecçam, que se fes de sua pessoa, em que concorrem as virtudes e letras igualmente. Elle me commonicou as ordens que trazia de Vossa Magestade para os negocios a que vay, e confferi com elle todas as noticias que quá tinha, e lhe dei por escrito as que me parecerão mais necessarias. Parecco que convinha

[1] *Assumpto extranho.*
[2] *Idem.*
[3] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 63.

apressar suas jornadas a Roma, ficando á minha conta o ilo avizando de tudo o que achasse no Cardeal Mazarini, e remetterlhe as cartas de favor, que pudesse alcançar aqui para os ministros desta coroa, que estão, ou estiverem na Curia, e assi irei continuando sua correspondencia com toda a confiança, e cuidado, que Vossa Magestade me encomenda, e elle merece, e creo que de todos os negocios de Vossa Magestade que lhe são encarregados dará boa conta com muita inteiresa e satisfação, primitta Deos ajudalo para que obre seu zelo e deligencia; com o que fica respondido as duas cartas que recebi de Vossa Magestade sobre sua vinda hũa de 17 e outra de 18 de Setembro. A muito alta, e muito poderosa pessoa etc. *(sic)* [1].

Carta do Conde da Vidigueira, Embaixador em França, a el-Rei

1644—Dezembro 4

Senhor—.....[2]

Deixadas estas noticias que aqui refferi na ordem em que o Cardeal foi discorrendo, lhe falei nas couzas de Roma, dandolhe conta de como Vossa Magestade me ordenava que fosse com embaixada a Sua Santidade comonicando primeiro tudo a Sua Eminencia e me respondeo, que se fora Papa o Cardeal Saquetti, pudera dispor delle, mas que com este tinha muita duvida o successo, que Sua Santidade fazia muitas demonstraçoens de ter grande amor a esta coroa e a elle cardeal, em tanto que não quizera receber em Roma ao Duque de Vandoma dizendo que não era amigo de quem o não era delRey Christianissimo e do cardeal Mazarini, mas que com tudo isto a vontade e animo de Sua Santidade era de Castella, e que os castelhanos o fizerão, disselhe como era partido o Doutor Nicolau Monteiro e que era necessario que se avizasse ao Cardeal Bichy e ministros desta coroa que o ajudassem indo cartas de

[1] *Copia authentica, na* Biblioth. Nac., *Mss.* I, $\frac{6}{6}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 147 v.

[2] *Assumpto extranho.*

nas audiencias que tive de Sua Santidade nas materias de Portugal eu nam estou arrepentido; antes folgo de o haver feito, por deixar a gloria inteira desta negoceaçam ao Doutor Nicolao Monteiro. Que supposto que a Corte se deixa presuadir que vem a nome do Clero, sem que Sua Magestade que Deos guarde ter nome nesta embaxada, elle avisará a Vossa Excellencia da resulta destes negoceados; e com ella tomará Vossa Excellencia a resoluçam que for servido, que eu nam sou bom conselheiro de gente que faz ao revez tudo o que se lhe advirte, e lhe pode estar bem.

Nam pode Vossa Excellencia entreter duas horas a furia com que vem Monteiro, tanto foi o vento que lhe deviam dar em Portugal para nam malograr a prompta occasiam do novo Ponteficado. A mi me doe que nam posso acudir ao remedio como Ministro do Papa. *Mas Vossa Excellencia tem tempo de escrever e esperar resposta de Portugal antes de fazer nenhum motivo de sua partida para Roma;* e eu como servidor de Vossa Excellencia lhe rogo encarecidamente *que se nam mova de Paris até que primeiro o Nuncio de Sua Santidade nam lho diga,* porque de outra maneira he perder a fazenda, por em perigo a reputaçam. E eu nam quizera ver a Vossa Excellencia em semelhantes lances.

Excellentissimo Senhor, eu ja tinha escrito a Vossa Excellencia que os desenganos nam se costumam dar, mas que quem tem juizo os toma a tempo, que lhe sirvam. E assi nam me esteve bem perder a occasiam de melhorar meu partido, sem esperar tantas respostas de Portugal. E assi procurei, e aceitei a graça que Sua Santidade me quiz fazer para livrar a Sua Magestade do empenho de me declarar seu Agente, e a Vossa Excellencia de me procurar esta honra, de que ja estou fora, sem esperanças e chimeras com que me arrastavam a vida.

Por respeito deste cargo, que Sua Santidade me deu para minha quietaçam ficando Ministro publico, estive duvidoso de responder precisamente aos mais negocios, que Vossa Excellencia me apponta sobre os interesses de Sua Magestade, mas com declaraçam que o faço por servir a Vossa Excellencia somente, sem nenhuma outra esperança.

E primeiro de tudo por estar fora de pretençoens nam posso deixar de dizer livremente e com toda a divida reverencia o que ingenuamente sinto.

Esta vinda de Nicolao Monteiro assi como prejudicial *(sic)* ao serviço de Sua Magestade vinha direitamente a ferir a minha reputaçam a nam me achar em lugar equivalente. E bem que Vossa Excellencia dis-

corre com prudencia que os Ministros dos Principes nam recebem por aggravo que lhe mandem outros ao mesmo lugar donde se acham, digo que se eu estivera comendo, e com salario corrente, e nam gastando do meu (como Vossa Excellencia apponta nos exemplos) folgara muito, mas nam sendo os termos conformes, nam corre a regra que Vossa Excellencia dá.

Bem conheço que sam todas as razoens que Vossa Excellencia, que Vossa Excellencia *(sic)* escreve consolaçam do disgosto que eu pudera ter, a nam me anticipar o reparo do golpe; porem nam duvido que interiormente *conhece Vossa Excellencia a verdade,* e se nam approva, compadece Vossa Excellencia a minha resoluçam. Tanto mais que Vossa Excellencia sabe estimar os engenhos italianos. A mi me estaria milhor a disimulaçam por seguir o conselho de Tacito: *nullum insidiarum remedium esse, si non intelligerentur,* mas eu me vou por outro caminho, porque Deos me deu capacidade de adivinhar, e de saber prevenir.

Sua Magestade me prometeo com sua Real carta de 25 de Janeiro passado de mandar me os despachos de seu Agente, e dinheiro, e isto com o primeiro navio; passaram muitos, e quasi hum anno, *e nam me escreveram mais sobre isto. Fazer hum despacho, mandar passar huma ordem em duas horas se ajusta. Para inviar Monteiro foi necessario formar juntas conferir pareceres, gastar muito tempo, e muito dinheiro, emfim se conclue esquecendo se de mi, que servi, e gastei o meu dinheiro.*

Passou o golfo lançado, veyo voando por França com ordens tam apertadas, *que Vossa Excellencia com entender que nam convinha ao serviço delRey passar de Paris, nam se atreveo a entretello huma hora,* pois logo calçou os talares de Mercurio; diligente Embaxador achou o Clero! Graciosa cousa me parece o que Vossa Excellencia refire, que em Portugal nam suspenderam a sua vinda despois de sabida a morte de Urbano, que foi em 26 de Agosto, porque elle tinha mandado em 12 de Setembro do mesmo anno para Roma hum criado e dinheiro, *que hum e outro podia tornar a Portugal acrecentado.*

Que Monteiro venha aos negocios da Igreja he cousa de riso; *bem sabe o mundo o pretexto;* e eu tenho por certo que nam passaram dous meses despois da sua felice chegada a Roma, que nam meta a mam nos negocios de Sua Magestade, *e tire das minhas* ainda os particulares cometidos a minha pessoa, que *eu desde aqui lhe renuncio de boa vontade.* E bem que me traga cartas de Sua Magestade sam *de comprimento, mas nam comprimento do prometido.* E nesta parte Vossa Excellencia perdoe,

se acaso passo os termos, pois peço licença para fallar com liberdade; sou bem afortunado em meus pronosticos, e com a vamgloria, que soube acertar em tantas cousas, estou certissimo que adivinharei esta tambem. E pello contrario tenho observado que a matamatica de Vossa Excellencia tem algumas falencias, quando se tratta de meu favor particularmente, ainda que Vossa Excellencia faz o que pode a meu favor.

Nunca fiz milhor resoluçam em minha vida, que em nam tomar neste novo Ponteficado, nem com Sua Santidade, nem com os Ministros, ou outras pessoas, na boca, o nome ou negocios de Sua Magestade antevendo o que me socedia; assi me resolvi, por nam perder o meu credito e reputaçam; porque para dizer a Vossa Excellencia a verdade *em Roma nam se faz conta de pessoas, que trattam negocios sem serem pagos;* e tanto sam authorizados respeitados e estimados do Papa e de toda a Corte *quanto se sabe que sam salariados*, e favorecidos de seus amos. Eu Excellentissimo Senhor nam hei de mudar esta maxima. E se acaso parecer a alguem que eu poderei servir a Sua Magestade se nam receber primeiro satisfaçam do que tenho gastado, e a remuneraçam de quatro annos de serviço a merce, *(sic) nam trattarei com ninguem, nam fallarei palavra, nem moverei hum passo por seus Reaes negocios;* porque nam sou de aquelles homens, que estimam somente ser mandados. E folgarei que entenda Roma, que eu deixei de servir *por nam gastar do meu, como Portugal pretendia para me fazerem favor lá no dia do Juizo donde todos nos veremos.*

E eu hei mister presentaneamente o necessario para sustento da minha pessoa e casa, que nam sofrem dilaçoens particularmente de Portugal *donde vem as respostas com os annos.*

Eu quizera experimentar a grandeza de Sua Magestade, de que Vossa Excellencia de tanto tempo a esta parte e com tantas cartas me assegura o effeito, para della poder dizer alguma cousa. A Vossa Excellencia he facil presuadirme com duas regras, que continue a servir a Sua Magestade, mas eu acho ser impossivel *acrecentar o meu damno, deixando o logro das minhas esperanças e serviços, a penna do Doutor Monteiro que traslade as queixas dos portugueses pretendentes contra mi a Sua Magestade representandolhe outros respeitos, e logo tinhamos concluido com todas as pretençoens.*

Ja por impedimento do meu officio eu nam posso publicamente servir a Sua Magestade, e quando *se me permetisse, o nam farei, senam com salario fixo, e debaixo das ordens de hum Embaxador.*

Se preceder a satisfaçam eu assistirei, e aconselharei a Nicolao Monteiro nos negocios de Sua Magestade com toda fedilidade e amor e com proveito, de outra maneira torno a dizer a Vossa Excellencia com toda liberdade *que nam estou para fazer finezas* por Portugal, ainda que a Vossa Excellencia lhe parece que mas nam desmerece, quando eu e meu irmam Francisco Brandam experimentamos roinas. Bastem as que tenho feito, *que eu sey que me degollaram.*

Por rezam deste meu officio me he forçoso trattar com todos, como esta somana me aconteceo com o Cardeal Albornoz, e trattarei com o Embaxador de Espanha por lhe nam dar ceumes e occasiam de se queixarem de mi ao Papa. E assi me convem caminhar com destreza; mas quando *eu esteja satisfeito* e obrigado, nam me faltaram meyos e modos de servir a Sua Magestade e ao Reyno.

. . . . . [1]

Pesame do que me avisa Vossa Excellencia que os quatro criados diviam vir de Lisboa brevemente a Liorne para servir a Vossa Excellencia em Roma, e das encomendas que se haviam de mandar; porque como a resoluçam de se receber Embaxador de Portugal hade hir de vagar, assi nam fora bem que os criados fizessem gastos, e estivessem aqui com pouca estimaçam, e as encomendas padecessem. Eu lhe assistirei, e servirei em tudo, que basta trazerem o titulo de criados, e cousas de Vossa Excellencia, para fazer o que devo.

Emquanto a casa ainda que seja com a moderaçam e sem excesso dexaido as ostentaçoens e apparencias de Embaxador extraordinario de obediencia, e se forme como de hum Embaxador ordinario de França e Espanha, nam trazendo Vossa Excellencia armaçoens para se por em ordem, com as cousas necessarias, que se fazem nos principios, nam bastam 25 para 30$ cruzados, e os gastos e occasioens de gastar sempre crescem. E para continuar a viver em Roma com lucimento, entrando os gastos extraordinarios de hospedar, de dar manchas, esmolas, e pagar espias, sam necessarios 20$ cruzados cada anno. E de tudo se tiver tempo farei huma notta com distinçam.

Vossa Excellencia de nenhuma *maneira faça motivo de Paris ate que nam saiba da chegada do Doutor Monteiro, e o que o Cardeal Bique deve responder, e he impossivel que sendo hum Senhor tam prudente nam sejamos conformes neste parecer.* E ainda que eu me ritiro de servir a

[1] *Assumpto extranho.*

Portugal nam deixarei de hir avisando o que for sucedendo para aviso e instruçam de Vossa Excellencia.

. . . . . [1]

Roma 19 de Dezembro de 1644.

De Vossa Excellencia—a quem de novo supplico como seu devotissimo e verdadeiro servidor a não façer motivo da sua pessoa pera façer jornada pera Roma até não ter carta do Doutor Monteiro, estando em Roma pouquo maduros os negocios de Sua Magestade, e não quisera ver a Vossa Excellencia senão que com muyto gosto—Devotissimo et obligatissimo. . . . . *Ferdinando Brandano.*

Senhor Conde Almirante [2].

Carta d'el-Rei ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França

1644—Dezembro 31

Conde Almirante Embaixador amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Logo que aqui chegou nova do fallecimento do Pontifice Urbano, mandey ver por Ministros de toda a satisfação se conviria que com occazião da vacante da See Apostolica mandasse sahir destes Reynos ao Vice Collector, e seus officiais, em ordem ás consequencias que me propoz Fernando Brandão com a inclusa em carta vossa de 11 de Setembro; e com o que se me consultou, ouve por bem resolver que se não fizesse novidade, esperando mais da justiça do novo Pontifice, que de outro qualquer meyo, ainda que se manifestasse tão efficaz, como o da expulsão do dito Vice Collector. Escrita em Lisboa a 31 de Dezembro de 1644.—*Rey*. . .

Para o Conde da Vidigueira [3].

[1] ***Assumpto extranho.***

[2] Biblioth. Nac., *Mss.* P, $\frac{5}{33}$ (Corresp. de Fernando Brandão), Carta 62.

[3] Biblioth. Nac., *Mss.* V, $\frac{4}{27}$ (Corresp. do Marquez de Niza), fol. 427.—***Sobrescrito***: Por ElRey—A Dom Vasco Luis da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, do seu Conselho e seu Embaixador em França.

ADDITAMENTO

Carta do Doutor Antonio Pinto a el-Rei

1583—Maio 23

Senhor—Antre outras cartas que receby de Vossa Magestade aos xx deste mes, vinha hũa feita em viiij de março, per que mandou significar a satisfação que recebera do que fiz de minha parte no despacho da legatia de Portugal em pesoa do Serenissimo Cardeal Archiduque e a diligentia com que se despacharão e enviarão as letras do Arcebispado de Goa, e do palio. Beijo a Real mão de Vossa Magestade por esta merce que he grande consolação a quem serve, como deve, entender que seu serviço e trabalho seija accepto.

Diz Vossa Magestade nesta mesma carta que me quer mandar responder mais particularmente do que podia ser ao tempo que se fez aquelle despacho, sobre a materia da incorporação dos mosteiros nas congregações: e que entretanto proceda no que sobre ella me tem mandado.

Pareceo devido advertir de novo Vossa Magestade que o Papa se ha por demasiadamente importunado de mim nella porque me disse a semana antepassada que lhe não devia fallar mais nisto, pois tinha entendido sua vontade e me tinha respondido tantas vezes, e que os Cardeaes de Como e Maffeo a quem Vossa Magestade mandou escrever, vendo que o Papa se lhes mostra difficil não lhe querem dar enfadamento: Pareceme que algũa cousa poderia aproveitar mandar Vossa Magestade ao Conde de Olivares que fallasse nella a Sua Santidade porque lhe terá mais respeito, e entenderá que preme o effecto della a Vossa Magestade, e eu terei o cuidado de informar o Conde de tudo o que for necessario pera elle poder nella proceder.

O Papa fiqua com prospera saude, entrado no duodecimo anno de seu Pontificado, e certo que mostra tal disposição que parece durará outros doze annos pello menos, e no collegio dos Cardeaes não se vê pesoa mais conveniente que a sua pera bom governo da igreja.

De Veneza me enviou hum gentilhomem hum macette de cartas pera Vossa Magestade que envio com esta, eu tive tambem carta do capitão do Capitão *(sic)* dormuz de xxjx de março do anno passado, na qual não me diz cousa algũa do estado daquellas partes: Vierão estas cartas em hũa nao venezeana, que veo de Tripoli de Soria *(sic)* neste mes: Nem se offrecendo outra cousa nosso Senhor guarde e acrecente a vida e Real estado de Vossa Magestade, de Roma xxiij de Mayo M. D. lxxxiij. *O doutor Antonio Pinto* [1].

Carta de Francisco Vaz Pinto a Lopo Soares

1591—Abril 14

Senhor—A 10 deste mes chegou ca o ordinario com as cartas de 23 de fevereiro, e por elle receby a de Vossa merce desta data, pella qual entendo a vontade que tem de me fazer merces, que corresponde bem com as obras, que vejo nas occasiois, e com o que o senhor Antonio Pinto me escreve que devo a Vossa merce pella lembrança, e cuydado com que trata de me fazer merces, as quais eu reconheço no animo e gratidão como sou obrigado em quanto não posso per outra via servillas: E porque tenho escrito a Vossa merce quanto basta no particular de minha pretensão em se dever tomar resolução sobre minha estada e assentar se me sallario com que possa servir não quero mais cansallo neste particular, esperando que Vossa merce em tudo me fara as merces que costuma.

As cartas que pedy pera o Papa e Cardeal Sfrondato sobre minha Agentia e serviço vierom por via de Madrid, e a do Papa que veo primeiro lhe presentey, e Sua Santidade responde a Sua Magestade o que Vossa merce vera pella copia que aquy lhe mando.

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. 1.ª, Maç. 111, Doc. 101.—*Sobrescrito:* A El-Rey Nosso Senhor.

Com esta serão as bullas de mil cruzados de pensão sobre o Arcebispado de Lisboa que Sua Magestade mandou nomear ao mosteiro de Belem por xx annos mas nem Sixto v.° nem este Papa a quiserom conceder mais que por xv: a despesa se fez a custa dos frades que mandarom credito de Eytor Mendez a quem escrevo o custo que se fez.

.Escrevi a Vossa merce como tinha despachados todos os breves que Sua Magestade mandou pidir pera prover de comendas a pessoas que não servirom em Africa, e pello mesmo correo mandey os breves de Alexandre de Sousa, Dom Fernando Carrilho, Simão da Gama Fragoso, D. Manoel da Cunha, Paulo Affonso Nogueira, que tinhão dado ordem pera os custos. Fiquão esperando esta ordem Ruy Diaz de Meneses, Nicolao de Faria, Pero da Costa, D. João da Cunha e João de Mendoça.

Pella carta que escrevo a Sua Magestade vera Vossa merce as diligensias que ca usarom os procuradores do dottor Francisco Fernandez Galvão pera se proverem de dispensação, sem esperar as diligencias que conforme ao breve se deverão fazer, e estava ordenado pello Cardeal Sfrondato que se fezessem, como se vera pella sua carta ao Arcebispo de Evora, com cujo favor ysto se negoceou.

Dey conta a Sua Magestade como estes ministros novos do Papa pretendem introduzir prover beneficios a forasteyros do Reyno dizendo que não ha ley nem costume que o prohiba, ao que me oppus, mas por o negocio ser grave, e ser qua muyta contradição, cumprira que se Sua Magestade o quiser defender, como parece razão, que escreva ao Papa, e ainda seria bom neste pontificado pretender hũa bulla per que ysto se prohiba perpetuamente.

O Mestrescollado de Braga se concedeo a Sua Magestade pera a pessoa que mandar nomear, não se dilate a nomeação, e o senhor a quem tocar envie ordem pera consentir pensão e dar della francas banquarias, porque doutra maneira não se lhe dara.

O negocio de visitar limina Apostolorum, não se melhorou ategora em dar licença aos bispos pera cumprir ysto com mandar ca nomear hum procurador que o faça em seus nomes. E com tudo Vossa merce faça que o senhor Bispo de Ceyta me mande sua procuração, e hum instrumento das causas que tem pera não poder vir nem mandar pessoa de la, e hũa relação do estado daquelle bispado, e veremos se ysto se pode remedear.

Ao padre Luis de Moraes dey o recado de Vossa merce a que cuydo

respondera, o ar de Roma não lhe he favoravel, e assy me parece determina de o mudar cedo, e tornar se a Vossa merce cuja muyto illustre pessoa *(?)* nosso Senhor guarde. De Roma 14 de Abril dia de Pascoa que Deus de a Vossa merce muy boas de 1591.

Bejo as mãos de Vossa merce—*Francisco Vaz Pinto.*

Senhor Loppo Soarez [1].

Carta de Francisco Vaz Pinto a Lopo Soares

1591—Novembro 25

Senhor—Por hum correo extraordinario que partio aos 18 deste mes escrevy a Vossa merce e disse como o P.º Delbe *(?)* recebera hũa carta sua de 25 de Settembro escrita na quintã onde estava retirado até convalecer de suas indisposições, de que permitta nosso Senhor dar lhe a perfeyta saude que deseja, e seus servidores lhe desejamos. Nesta me diz Vossa merce como no mesmo dia fallara ao senhor Miguel de Moura em meu particular, e teria lembrança de continuar em me fazer merce: certifiquo a Vossa merce que tenho nisto tanta confiança, que nenhũa outra me da alento a continuar este trabalho, e por sua mão espero sair delle, que verdadeyramente ysto entendo he o que me mais cumpre, porque estou desenganado que eu com minha fazenda não posso viver em Roma como cumpre a Ministro de Sua Magestade neste cargo, e que o de la corre tam devagar e com tanta violentia, que não bastão os favores de todos os senhores que me desejão fazer merces, e as instantias que meu tyo me escreve faz, de maneira que no estado em que oje me acho cuydaria fazerem me grande merce se me provessem pera pagar o que estou devendo, e começar de novo a mindigar pera o diante viver que..... pera minha condição estremamente traba..... verdadeiramente folgaria sair daquy, enviando... Magestade outra pessoa pera este lugar, e se fosse servido dar me a mym la outro conveniente em que podesse servir o farey, e quando não farey o que me mandarem. Porem orde-

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. 1.ª, Maç. 112, Doc. 79.—*Sobrescrito:* Ao muyto Illustre Senhor Lopo Soares Secretario de Sua Magestade—meu Senhor—Lisboa.

nandose me que fique em Roma por mais tempo, peço a Vossa merce me ajude em dous pontos o hum que se limite o tempo que ey de estar, o outro que se me de logo assignamento onde ey de acudir pello meu sallario, de maneira que me não seja necessario padecer o que ategora. E pois tem começada esta materia de me fazer merce com o senhor Miguel de Moura, lhe peço não canse ate lhe por a ultima mão.

Nesta mesma carta me advirte Vossa merce do que cumpre ao particular da despensa que Sua Magestade mandou pedir ao Papa pera prover hum fidalgo de hũa comenda sem embargo do defeyto do nacimento, no que ja estava advirtido. Eu tenho fallado a Sua Santidade e como tiver o despacho o enviarey com outros de materias de comendas.

Com o ordinario que chegou aos 21 receby duas cartas de Vossa merce sobre negocios particulares de 24 e 27 de Settembro, na primeira me encomenda a coadjutoria do senhor Fernam da Sylva sobre que receby carta de Sua Magestade. Deste negocio não he ainda tempo de tratar, porque Sua Santidade tem deputada hũa congregação de Cardeaes pera tomarem apontamento das materias que se..... ceder e das que não, que se dara ao Datario..... Sua Santidade não quer ouvir tratar materias extrao..... mas a seu tempo terey deste negocio o cuydado que Vossa merce me manda, e o mesmo da pensão de Hieronymo Correa da Sylva, que pella outra carta me encomenda. O que mais se offrece de negocios vera Vossa merce pellas cartas que escrevo a Sua Magestade. Nosso Senhor guarde a muito Illustre pessoa de Vossa merce. De Roma 25 de Novembro 1591.

Bejo as mãos de Vossa merce—*Francisco Vaz*.....
Senhor Loppo Soarez [1]

[1] *Documento lacerado, no* Arch. Nac., Corp. Chron., Part. 1.ª, Maç. 112, Doc. 109. —*Sobrescrito:* Ao muito Illustre Senhor Lopo Soares Secretario de Sua Magestade — meu Senhor — Lisboa.

Carta do Doutor Gonçalo Mendes de Vasconcellos a el-Rei

1596 (?)—Agosto 29

Senhor—Acerqua do neguocio das precedencias tratei loguo com Sua Santidade e se nam resolveo, mas espero que o faça cedo e loguo escreverei a Vossa Magestade a resoluçam. No neguocio da conesia de dom Joam Luis falei a Sua Santidade e aos officiaes da dataria, disem que nam se podem impedir as letras per duas resões, a primeira porque a dataria nam custuma negar expedicam de letras das quaes vem proveito a Camera Apostolica, a segunda que os officiaes da dataria nam sam de justiça e que expedem as bullas segundo a supplica das partes, as quaes se nam falaram verdade, fiquam as letras surrepticias e assi nam valem nada o que as partes requereram em juizo ordinario e nisto se resolvem.

Vossa Magestade me mandou que ouvesse do Papa uma licensa pera poder emprazar em vidas e dar em fateozim perpetuo os bens das ordens militares, a qual licença os capitulos das ordens custumavão dar aos Reis como a gram mestres das ditas ordens o Papa respondeo que queria ver a faculdade que os capitulos das ditas ordens tinham pera dar a dita licença, e como era solito darem a dita licensa aos Reis, convem que venha isto provado.

Aqui mando as diligencias que fis com Miguel de Maris e com Miguel de Labanha, que Vossa Magestade me mandou fisesse mas por nam dar occasiam aos ministros do Papa se queixarem e diserem que isto ee impedirem letras apostolicas e impetraçam de beneficios me parecia que se devia proceder contra elles per uma provisam de Vossa Magestade pela qual os desnaturalizasse por serem desobedientes aos mandados de Vossa Magestade sem diser sobre que, o que Vossa Magestade pode faser com sciencia particular pois ee certo que os Reis podem condenar sem sciencia publica senam com particular, a qual Vossa Magestade tem per certidam e carta do agente, e pode a provisam levar clau-

sula justificativa pera que as partes possam mostrar seu direito e resam e defenderem se, e nam parecia que neste caso se devia proceder em juizo ordinario, nem especificando se as causas nem acostando a certidam do agente aos autos porque estaa o Papa e seus ministros nestas materias de modo que parece que convem furtar o corpo e nam dar occasiam pera que se queixem, mas em nenhum modo convem deixar Vossa Magestade de mandar proceder contra o dito Miguel de Maris e contra Miguel de Labanha porque se os nam castigarem por este modo nam se tera respeito ao agente de Vossa Magestade nesta Corte nem ao que elle da parte de Vossa Magestade requerer e tanto isto assi que Alvaro Soares tinha impetrado a mestrescollia de Braga de Lopo Soares d Albergaria e eu acodi a isso e o Papa mandou sobrestar no neguocio e estaa esperando o successo de Miguel de Maris e de Miguel de Labanha pera segundo elle ir por diante em a impetraçam duma dignidade de pesoa tam qualificada como Lopo Soares d Albergaria e que Sua Magestade custuma ordinariamente prover.

O Miguel de Labanha tem dado escandalo publico nesta Corte falando contra as leis do reino e seus ministros, tachando o proceder das justiças seculares e publicando o nesta Corte, fasendo muitas descortesias ao agente de Vossa Magestade por entender que se requeria ao Papa o que Vossa Magestade lhe mandava e aguora novamente impugna o breve de Sisto 5 contra os christãos novos disendo que espirou per morte do mesmo Papa; com elle acompanha e o faverece Antonio Barreto d Aguiar ao qual Vossa Magestade deu uma carta pera que eu falasse ao Papa sobre o dispensarem na obrigaçam que tem de ser religioso, e o Papa o dispensou a instancia minha, o qual esquecido destas merces, que Vossa Magestade lhe fes e doutras se ajunta nesta Corte com os christãos novos e gaba o dito Miguel de Labanha publicamente, sabendo que eu diguo por mandado de Vossa Magestade que elle ee christão novo e adulterino e determina incitar a todos que tem letras apostolicas contra o direito e mandado de Vossa Magestade, que façam executar *(?)* as ditas letras e assi o dise ao Alvaro Soares que fosse por diante na pretençam da mestrescollia de Braga de Lopo Soares d Albergaria.

Por via de Heitor Mendes me veo um credito dirigido a Manoel d Affonsequa de mil crusados de camera velha pera expedir as bullas da pensam em os cinquo mosteiros de S. Bernardo, o dito Manoel d Affonsequa nam cumpre o credito convem que se lhe mande dee outro mais

seguro pera o Pinelo ou outro banquo que o pague loguo porque o neguocio se nam expede por falta de dinheiro.

Por esta mesma resam se nam expedem as bullas do bispado de Congo porque os banqueiros me nam querem dar dinheiro por saberem que Vossa Magestade escreve ao Papa contra os christãos novos e se fas com instancia o officio contra elles acresentando que nam podem arrecadar o dinheiro em Lisboa e que eu nam tenho beneficio ou renda pela qual elles se possam entregar em caso que nam possam arrecadar na fasenda o dinheiro.

Escrevi a Vossa Magestade o que tinha feito na eleiçam da pesoa pera Bispo diguo *(?)* Arcebispo dos christãos de S. Tome conforme ao que Vossa Magestade tinha escrito ao licenciado Francisquo Vaz Pinto que era estar nesta Corte um frade de S. Dominguos que tinha quatro annos de theologia e era de naçam e lingua Caldeo homem virtuoso e conveniente pera aquelle carguo. Podia se mandar tratar com o geral que deve estar neste tempo em Espanha.

Tambem escrevi sobre a resoluçam que Sua Santidade tomava sobre desobrigar os Bispos e Prelados da India da visitaçam limina apostolorum, estou esperando per reposta pera concluir aquelle neguocio.

Estou mui apertado dos credores nesta Corte avendo muito tempo que lhe devo dinheiro de que me sustento sera merce mandar Vossa Magestade que com muita brevidade se me mande credito a pagar loguo, porque convem muito ao serviço de Vossa Magestade nam me ver em aperto nesta Corte e nam perder o credito, e mandar a Heitor Mendes que nam passe creditos tam longuos, mas que digua que a vista se paguem loguo porque isto convem muito pera expediçam dos neguocios os quaes se detem somente a esta conta. Nosso Senhor vida de Vossa Magestade por larguos annos acresente, conserve e augmente seus estados de Roma a 29 daguosto de 96 *(?)*.— *O Doutor Gonçalo Mendez de Vasconcellos* [1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. 1.ª, Maç. 112, Doc. 104.— *Sobrescrito*: A El-Rey Nosso Senhor.

FIM DO DECIMO SEGUNDO VOLUME

INDICE

		PAG.
1581		
Fevereiro 11.	Edicto *Tendo nos* expedido em nome de Alexandre Riario, cardeal de Araceli, pelo qual impõe a pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda* aos prégadores e confessores que tratarem de cousas concernentes á materia do Estado do reino de Portugal; salvo o que disser respeito á paz e quietação d'elle.....	1
Fevereiro 11.	Carta monitória *Entendendo que*, passada em nome do sobredito cardeal, contra os ecclesiasticos que tomaram armas em favôr de D. Antonio prior do Crato.....	2
Fevereiro 16.	Breve *Nuper ad aures*, a Jorge, arcebispo de Lisboa, para que se informe da vida escandalosa e da má administração de Bartholomeu, bispo de Sant'Iago de Cabo Verde, e remetta o competente processo.....	4
Novembro 6.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, participando-lhe que proveu João Affonso no arcebispado de Braga.....	5
Dezembro 23.	Breve *Exposuit nobis*, a el-rei, approvando a concessão das commendas e habitos das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz por elle e pelos seus antecessores feitas a pessoas que não tinham militado nem na Africa, nem na India, e permittindo-lhe que nos seis mezes proximos dê as que forem vagando a benemeritos nas mesmas circumstancias.....	6
1582		
Janeiro 22.	Breve *Consueverunt superiores*, a el-rei, para que a exemplo	

			PAG.
	1582		
		de seus predecessores, continue a prover ao sustento e mais necessidades da Companhia de Jesus na India, sem o que ella não poderá alli permanecer e produzir os seus bons fructos.....	7
Março	18.	Breve *Pro parte*, a Antonio bispo de Leiria, para processar e punir João de Portugal, bispo da Guarda, pelos seus enormes excessos e delictos.....	8
	1583		
Janeiro	31.	Bulla *Divina disponente*, a Vicente da Fonseca, provendo-o no arcebispado de Goa.....	11
Janeiro	31.	Bulla *Gratiae divinae*, a el-rei, recommendando o sobredito arcebispo.....	12
Junho	3.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Pedro, novo bispo de Leiria.....	13
Junho	28.	Breve *Ex injuncti nobis*, concedendo ao inquisidor geral e aos outros inquisidores, metade dos fructos e rendimentos dos canonicatos que vagarem nas sés de Lisboa, Evora e Coimbra, e a terça parte dos que vagarem nas outras sés do Reino.....	14
Outubro	15.	Breve *Exponi nobis*, aos arcebispos e bispos, para que possam entregar ás justiças seculares todos os ecclesiasticos seculares e regulares que conspirarem e moverem o povo com offensa d'el-rei	18
	1584		
Agosto	8.	Breve *Alias precibus*, ao inquisidor geral e aos outros inquisidores, para que desistam na graça que lhes fôra concedida nos rendimentos dos canonicatos que vagassem em todas as sés, do que respeita ao canonicato conferido a Affonso Colonna.....	19
	1585		
Junho	3.	Bulla *Romani Pontificis*, para que tenha pleno effeito a pensão de mil duzentos e cincoenta cruzados, imposta nos rendimentos da sé de Faro a favor do bispo de Ceuta e Tanger, não obstante faltar-lhe o assenso de Jeronimo, prelado d'aquella egreja....	21
Julho	15.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Diogo, novo bispo de Ceuta e Tanger.....	22
	1586		
Janeiro	25.	Breve *Inter alias*, ao cardeal archiduque Alberto, nomeando-o inquisidor geral.....	23
	1588		
Janeiro	25.	Breve *In uno stesso*, allegando os motivos porque não póde condescender com a vontade d'el-rei quanto á união dos frades de S. Jeronimo de Portugal aos da mesma ordem de Castella.....	28
Janeiro	25.	Breve *Dudum charissimi*, ao cardeal archiduque Alberto, para que se sobresteja nas provisões de beneficios ecclesiasticos por-	

			PAG.
1588			
		ventura concedidos pela Santa Sé a descendentes de hebreus, contra o que estava determinado, por falta de conhecimento dos impetrantes, até ulterior determinação da mesma Santa Sé, depois de devidamente informada	29
Fevereiro	20.	Bulla *Romani Pontificis,* a Matheus, provendo-o no arcebispado de Goa	30
Fevereiro	20.	Bulla *Gratiae divinae,* a el-rei, recommendando o sobredito arcebispo	32
Fevereiro	20.	Bulla *Gratiae divinae,* a el-rei, recommendando-lhe André novo bispo de Cochim	33
Fevereiro	20.	Bulla *Cum Nos hodie,* a Matheus, arcebispo eleito de Goa, concedendo-lhe que receba o pallio das mãos do deão e do chantre da mesma sé, e perante elles preste o juramento de fidelidade costumado	33
Fevereiro	20.	Bulla *Apostolatus offitium,* a André de Santa Maria, provendo-o no bispado de Cochim	35
Fevereiro	20.	Bulla *Ad cumulum,* ao arcebispo de Goa, recommendando-lhe André, novo bispo de Cochim	35
Fevereiro	20.	Bulla *Cum Nos pridem,* ao mesmo bispo de Cochim, concedendo-lhe licença para ser consagrado por qualquer prelado catholico, assistido de dois ou tres outros bispos catholicos, ou, na falta d'elles, por pessoas constituidas em dignidade ecclesiastica, e prestar juramento de fidelidade á Santa Sé	37
Fevereiro	20.	Bulla *Hodie venerabilem,* ao deão e ao chantre da sé de Goa para que, na falta de bispos, confiram o pallio ao arcebispo eleito da mesma egreja e lhe tomem o juramento de fidelidade á Santa Sé	40
Setembro	26.	Breve *A questi giorni,* respondendo a tres cartas d'el-rei sobre os canonicatos de Balbastro, e o de Miranda conferido a Gaspar Mendes, christão novo; e sobre a cruzada por cinco annos no reino de Portugal	41
1589			
Maio	15.	Breve *Exponi nobis,* a el-rei, revalidando as infracções dos estatutos das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz, commettidas por elle e pelos reis D. Sebastião e D. Henrique, e concedendo-lhe que reforme as ditas ordens	42
1591			
Março	16.	Breve *Permittimus Maiestati,* para que proveja em qualquer commenda vaga das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz a Fernando Carrilho, que serviu o reino muitos annos na guerra, ainda que o não fizesse nos logares de Africa, etc., como determinam os estatutos das mesmas ordens	45

			PAG.
		1592	
Maio	21.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe o novo bispo de Portalegre, Jeronimo	46
Outubro	1.	Breve *Mandavimus venerabili*, a el-rei, recommendando-lhe Fabio, patriarcha de Jerusalem, que manda como collector para Portugal	47
		1593	
Janeiro	29.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Luiz, bispo eleito de Tiberiades, que nomeou coadjutor e futuro successor de Pedro bispo de Funay, no Japão	47
Janeiro	29.	Bulla *Cum nos hodie*, ao arcebispo de Lisboa, e aos bispos de Elvas e de Leiria, para que recebam d'elle n'aquella qualidade o juramento de fidelidade á Santa Sé	49
Janeiro	29.	Bulla *Romanus Pontifex*, a Luiz Cerqueira bispo eleito de Tiberiades, constituindo-o na coadjutoria e futura successão do bispado de Funay	50
Janeiro	29.	Bulla *Apostolatus officium*, ao mesmo, provendo-o na mencionada egreja de Tiberiades	53
Janeiro	29.	Bulla *Sincerae devotionis*, ao mesmo, para que, por não poder residir na egreja de Tiberiades, o faça sómente junto ao bispo de Funay, e ahi exerça as suas funcções pontificaes	55
Janeiro	29.	Bulla *Ad cumulum*, ao arcebispo de Goa, recommendando-lhe o mesmo Luiz Cerqueira como coadjutor e successor do bispo de Funay	56
		1594	
Agosto	2.	Breve *Clamor gravium*, a el-rei, queixando-se dos graves excessos commettidos em Portugal contra a liberdade ecclesiastica, e pedindo que lhes ponha côbro	57
Agosto	2.	Breve *Qui Reipublicae*, ao conde de Portalegre, no mesmo sentido e invocando o seu auxilio e o dos seus collegas para remediar tantos males	60
		1595	
Fevereiro	13.	Bulla *Gratiae divinae*, a el-rei, recommendando-lhe Aleixo, novo arcebispo de Goa	61
Fevereiro	13.	Bulla *Divina disponente*, a Aleixo de Jesus, provendo-o no arcebispado de Goa	62
Julho	4.	Breve *Bellum hoc*, ao bispo de Lamego, pedindo-lhe que ajude, com a quantia que quizer, a Santa Sé nos armamentos que faz em auxilio do imperador na guerra que este sustenta contra o Turco	64
		1596	
Maio	20.	Bulla *Super specula*, creando o bispado de S. Salvador do Congo	65

			PAG.
1596			
Julho	12.	Breve *Cum nuper*, a Antonio, bispo de Elvas, nomeando-o inquisidor geral.....	70
Outubro	16.	Breve *Accepimus tum*, ao bispo de Silves, lamentando as calamidades causadas á sua egreja pelos herejes, e confortando-o...	73
1598			
Março	11.	Bulla *Personam tuam*, a Jeronimo, bispo eleito Calamense, concedendo-lhe quinhentos cruzados de pensão.....	74
Março	11.	Bulla *Apostolatus officium*, provendo o mesmo no bispado Calamense, *in partibus infidelium*.....	75
1599			
Janeiro	22.	Breve *Sedes Apostolica*, ao bispo de Elvas, inquisidor geral, para que possa absolver durante cinco annos os naturaes das provincias e ilhas ultramarinas, convertidos á Fé, do crime de apostasia e heresia, e perdoar-lhes as penas em que por isso incorreram.....	77
Abril	1.	Breve *Multam in Domino*, ao arcebispo de Goa, louvando-o pelos serviços que tem feito na conversão dos gentios.....	80
1600			
Agosto	4.	Breve *In supremo*, applicando e appropriando ao bispado de Angamale a pensão de quinhentos cruzados, e concedendo aos reis de Portugal o direito de apresentação ao dito bispado.....	
Setembro	4.	Breve *Regum Catholicorum*, a el-rei, participando-lhe que manda ao prepósito geral da Companhia de Jesus que faça partir alguns religiosos da India e das provincias mais proximas á Persia para este paiz, a fim de ajudarem as tendencias que o rei d'elle mostra a favor da egreja, e pedindo-lhe que escreva ao vice-rei d'aquelle estado para facilitar a ida dos ditos religiosos...	83
Outubro	14.	Breve *Honestis Catholicorum*, para que os freires das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz possam gosar e testar dos seus bens, com tanto que déem meia annata dos seus rendimentos de um anno para a fabrica dos conventos das mesmas ordens.....	85
Outubro	18.	Breve *Decet Romanum*, para que os descendentes dos hebreus até ao septimo grau não possam obter beneficios ecclesiasticos...	91
Dezembro	20.	Breve *Exponi nobis*, confirmando o breve por que Pio IV determinou ao cardeal infante D. Henrique destinasse certa porção dos fructos das commendas das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz para a utilidade e necessidades das egrejas das mesmas commendas, e ampliando-o com varias clausulas.....	96
1601			
Maio	19.	Breve *Divinam Dei*, ao bispo de Angamale, mostrando a sua satisfação pelos frequentes synodos que o arcebispo de Goa celebrara.....	99

			PAG.
		1602	
Junho	26.	Bulla *Gratis divine*, a el-rei, recommendando-lhe Gonçalo novo bispo de Portalegre	103
Julho	29.	Breve *Cum venerabilis*, a D. Alexandre, creando-o inquisidor geral	104
Agosto	7.	Breve *Alias a nobis*, ao capellão-mor *(?)*, para que possa conhecer das causas de appellação das sentenças dos conservadores das ordens militares, interpostas para a Santa Sé, e terminal-as	107
Setembro	23,	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Constantino, novo bispo do Brasil	110
		1604	
Janeiro	31.	Instrucção d'el-rei a D. José de Mello, enviado como seu agente á Côrte de Roma para entender nos negocios e cousas que tocarem aos reinos e senhorios da coroa de Portugal	111
Maio	22.	Breve *Exponi nuper*, a Affonso, bispo de Coimbra, concedendo-lhe que, no desempenho do seu cargo de vice-rei, possa intervir nas causas criminaes, votar n'ellas, e fazel-as executar	115
Julho	13.	Carta do rei do Congo ao papa. Rendendo-lhe obediencia participa-lhe que, mandando um embaixador ao rei de Hespanha, envia, tambem, a sua sanctidade um outro embaixador, D. Antonio Manuel portador d'esta carta, pedindo-lhe que attenda as suas supplicas, etc	116
Agosto	23.	Breve *Cum officium*, a Pedro, bispo de Leiria, creando-o inquisidor geral	118
Agosto	23.	Breve *Postulat à Nobis*, de perdão geral á gente de nação	121
Agosto	30.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Christovam, novo bispo de Malaca	129
Dezembro	13.	Bulla *Ecclesiarum ac*, concedendo á capella real cento e vinte mil reaes de pensão	130
		1605	
Fevereiro	4 [1]	Bulla *Ex debito*, concedendo ao collegio dos capellães cantores e dos ministros da capella real duzentos e cincoenta escudos de pensão	134
Fevereiro	4 [2]	Bulla *Ex debito*, concedendo ao mesmo outra pensão egual	137
Fevereiro	7 [3]	Bulla *Sincere devotionis*, a Domingos, bispo Fulsiculense, *in partibus infidelium*, concedendo-lhe que exerça o officio pontifical no arcebispado de Goa	140

[1] *Quanto á data d'esta bulla vê-se que é contada da coroação, que foi oito dias depois da consagração, a qual teve logar a 2 de fevereiro de 1592, isto é a 9 ou 10 d'este mez.*

[2] *Idem.*

[3] *Idem.*

		PAG.
1605		
Fevereiro 13[1]	Bulla *Apostolatus officium*, a Domingos Torrado, creando-o bispo Fulsiculense *in partibus infidelium*.....	141
1606		
Fevereiro 6.	Breve *Alias postquam*, ao arcebispo de Goa, mandando-lhe que proceda á execução da sentença de demarcação da diocese de Angamale.....	143
Julho 21.	Breve *Majestatis Tuae*, a el-rei, concedendo-lhe que possa dar commendas das ordens de Christo, de Sant'Iago e de Aviz aos que o servirem cinco annos na guerra contra os infieis e contra os hereticos.....	145
Julho 24.	Bulla *Ex injuncto*, ao vigario geral de Lisboa, para que una ao collegio da ordem de S. Domingos, de Lisboa, as egrejas parochiaes que Pio v mandara encorporar no collegio da dita ordem de Coimbra.....	146
1608		
Junho 11.	Breve *Sedis Apostolicae*, para que os frades das ordens mendicantes, embora não vão de Portugal, sejam admittidos nas ilhas do Japão e nas outras ilhas e regiões proximas.....	152
1609		
Março 21.	Breve *Alias nos*, a Francisco, bispo de Angamale, para que possa receber o pallio das mãos do arcediago da dita egreja....	155
Julho 8.	Breve *Accepimus non*, mandando a todos os religiosos, que forem para a India com o fim de exercer o ministerio ecclesiastico, que vão para os logares que lhes forem determinados, e directamente.....	157
Dezembro 3.	Breve *Cum nobis*, mandando proceder á demarcação do territorio da diocese de Angamale, como já determinara, e sobre o que havia opposição do bispo de Cochim.....	158
1611		
Agosto 12.	Breve *In supereminenti*, separando a provincia de Pernambuco do bispado de S. Salvador, e erigindo-a em vigairaria.....	160
1611?	Carta d'el-rei ao papa, pedindo-lhe que proveja no arcebispado d'Evora D. José de Mello, e que lhe acceite a renuncia, que faz, do bispado de Miranda.....	166
1612		
Janeiro 18.	Breve *In beati Petri*, para que os descendentes dos hebreus até ao septimo grau não possam exercer o logar de cura d'almas...	166

[1] *Esta data parece errada, pois pelo assumpto se colhe não poder ser posterior mas egual ou anterior á da bulla precedente. Em vez de* Idus *talvez devesse ser, como a d'essa bulla,* septimo Idus, *ou* sexto Idus, *até porque sendo só* Idus *não cahiria já dentro do anno decimo terceiro do pontificado, o qual, ainda contado da coroação, acabava a* 9 *ou* 10 *de fevereiro.*

		PAG.
1612		
..... 21.	Breve *Insuper eminenti,* separando a provincia de Moçambique do arcebispado de Goa, e erigindo-a em vigairaria.....	170
1613		
Fevereiro 16.	Carta d'el-rei a Francisco Pereira Pinto, ordenando-lhe que peça a sua santidade haja por bem acceitar a renuncia que D. Agostinho Ribeiro faz do bispado de Ceuta, e provel-o no de Angra...	176
Fevereiro 27.	Carta (summario de) do rei do Congo ao papa. Não podendo mandar de prompto embaixador, encarrega monsenhor Vives de fazer as suas vezes, e pede a sua santidade que acceite esta nomeação, bem como a do cardeal de Santa Cecilia a quem nomeia protector do seu reino. Faz-lhe varias outras supplicas, e queixas.....	177
Março 20.	Outra (summario de) queixando-se do bispo.....	179
Julho 29.	Bulla *Gratiae divinae,* a el-rei, recommendando-lhe Agostinho, novo bispo de Angra.....	180
Julho 29.	Bulla *Romani Pontificis,* provendo Agostinho no bispado de Angra.....	181
1614		
Junho 1.	Instrucção a Octavio Accorambono, bispo de Fossumbrune, que sua santidade nomeia collector no reino de Portugal, por fallecimento de monsenhor bispo de Sant'Angelo.....	183
1615		
Fevereiro 16.	Bulla *Gratie divine,* a el-rei, recommendando-lhe Sebastião, novo bispo de Cochim.....	195
Maio 18.	Bulla *Gratie divine,* a el-rei, recommendando-lhe João, novo bispo de Miranda.....	196
Maio 18.	Bulla *Gratie divine,* a el-rei, recommendando-lhe Luiz, novo bispo de S. Thomé.....	197
Setembro 20.	Carta d'el-rei ao conde de Castro, embaixador em Roma, prevenindo-o que partiram de Portugal para aquella corte frei Luiz Sotelo, franciscano, e um japonez, portadores de cartas do rei de Boju para el-rei e para sua santidade. Envia-lhe a relação dos pontos sobre que pediram resolução, e a resposta a cada um d'elles, para que evite que o papa lhes conceda algumas das cousas que em Portugal se lhes negaram, e a razão porque, etc.....	198
1616		
Fevereiro 6.	Breve *Alias postquam,* a Christovam, arcebispo de Goa, para que proceda á execução da sentença que determinou qual era a diocese do bispado de Angamale.....	199
Abril 12.	Breve *Allatum ad nos,* a el-rei, queixando-se das injurias feitas ao bispo de Portalegre, e pedindo-lhe que reprehenda os culpados.....	201

		PAG.
1616		
Julho 4.	Breve *Cum officium*, a Fernando, bispo de Faro, nomeando-o inquisidor geral	202
1617		
Setembro 18.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Francisco, novo bispo da Guarda	205
Setembro 18.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Lourenço, novo bispo de Elvas	206
Outubro 4.	Breve *Cogimur pastoralis*, a el-rei, queixando-se das violencias feitas no reino ao collector Octavio, bispo Forosemproniense, e pedindo-lhe que remedeie estes males	207
Outubro 6.	Breve *Ad audientiam*, declarando nullo e invalido tudo o que em Portugal se fez contra o sobredito collector	210
1617?	Carta d'el-rei ao papa, dando-lhe satisfação do procedimento dos ministros do tribunal do Porto contra o bispo da dita cidade, por causa do provimento de uma egreja; lembrando-lhe a conveniencia de censurar ao bispo o intrometter-se na jurisdicção real; e pedindo-lhe que o mesmo faça quanto aos collectores apostolicos em Portugal	212
1620		
Abril 10.	Carta d'el-rei ao papa, pedindo-lhe com instancia consinta que D. Alvaro d'Ataide, antes de fazer profissão, possa renunciar em favôr de D. Bernardo, seu irmão, as pensões que tinha sobre os fructos da egreja da Erra, e nos rendimentos do arcebispado de Braga.	214
1622		
Março 5.	Breve *Lusitaniae Regnum*, a el-rei, rogando-lhe que ponha cobro ás grandes violações das immunidades ecclesiasticas praticadas por seus ministros	215
1623		
Janeiro 4.	Breve *Christianae religioni*, a el-rei, no mesmo sentido	217
Outubro 23.	Bulla *Gratie divine*, a el-rei, recommendando-lhe Francisco, novo bispo de S. Thomé	219
1624		
Fevereiro 10.	Breve *Decet Romanum*, concedendo a el-rei por uma vez o subsidio de duzentos mil cruzados imposto sobre o clero para recuperação das cidades que perdera na India	220
Junho ...	Instrucção a monsenhor Palotta, collector em Portugal	227
Agosto 2.	Breve *Mirari non debet*, a el-rei, sobre a canonização de Santa Isabel	244
Agosto 3.	Breve *Turcicae impietatis*, a el-rei, pedindo-lhe que nomeie uma pessoa das principaes em dignidade e virtudes para instituir em Portugal e em Hespanha a ordem militar que confirmara em honra de Nossa Senhora da Conceição	245

			PAG.
	1625		
Abril	22.	Breve *Sedes Apostolica*, ao inquisidor geral, para que, durante cinco annos, absolva e receba no gremio da egreja os que nas provincias e ilhas ultramarinas até trez vezes se apartaram d'ella...	246
Maio	31.	Breve *Orthodoxae fidei*, a el-rei, concedendo-lhe os fructos, redditos e proventos dos beneficios e egrejas no primeiro mez depois de providos para se applicarem á defesa e propagação da Fé.	249
Junho	...	Breve *Parum novisse*, a el-rei, queixando-se das grandes violencias praticadas em Portugal contra o collector, e pedindo-lhe que as reprima.....	252
	1626		
Março	4.	Breve *Laudes a nobis*, a el-rei, louvando Miguel Soares Pereira, que trata dos negocios de Portugal na curia, e esperando que o recompense.....	254
Junho	6.	Breve *Utriusque orbis*, a el-rei, recommendando-lhe o novo collector em Portugal.....	255
Junho	6.	Breve *Ibi enixè*, aos governadores do reino, no mesmo sentido.	256
Junho	6.	Breve *Trophaea inferni*, ao duque de Villa Hermosa no mesmo sentido	257
	1630		
Janeiro	19.	Breve *Cum officium*, a Francisco, bispo da Guarda, creando-o inquisidor geral.....	258
Junho	15.	Breve *Nuper te*, a Francisco, bispo da Guarda, concedendo-lhe seis mezes para renunciar o bispado, alem dos seis que lhe concedeu ao ser nomeado inquisidor geral.....	261
	1635		
Dezembro	3.	Bulla *Romani Pontificis*, a João, nomeando-o arcebispo de Evora.	262
	1637		
Fevereiro	9.	Bulla *Apostolatus officium*, a Antonio do Rosario, nomeando-o bispo de Malaca.....	265
	1638		
Julho	5.	Breve *Quamvis juxta*, annullando todos os actos sobre as capellas, contra os seus possuidores, e contra a liberdade e immunidade ecclesiastica.....	267
	1639		
Maio	21.	Instrucção (extracto da) a monsenhor Facchinetti, nuncio extraordinario em Hespanha.....	271
Outubro	22.	Breve *Quae lusitanus*, ao collector em Portugal, louvando-o pelo modo que defendeu a immunidade ecclesiastica.....	272
Outubro	31.	Breve *Pastoralis muneris*, memorando as violencias praticadas contra o collector em Portugal, por causa da questão das capellas, e pedindo-lhe que remova essas perseguições, para que elle volte ao reino a exercer as suas funcções.....	273

		PAG.
1639		
Dezembro 22.	Breve *Cum super*, ao sobredito collector, concedendo-lhe que, embora fóra do reino, d'onde foi expulso, possa fulminar as penas que julgar necessarias para sua defesa e vindicta contra as pessoas d'elle ou estranhas, e lançar o interdicto ecclesiastico contra elle parcial ou integralmente.....	275
1640		
Maio 19.	Carta do marquez de Castello Rodrigo, embaixador em Roma, a el-rei, contando o que se passára com respeito ao irregular procedimento do collector.....	279
1641		
Fevereiro 2.	Instrucção aos embaixadores em França relativamente á viagem de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, que, na qualidade de embaixador, parte para Roma.....	282
Abril 7.	Instrucções a D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, nomeado embaixador a Roma.....	284
1642		
Junho 14.	Carta do bispo de Lamego, embaixador em Roma, ao conde da Vidigueira, dizendo que ainda lhe não foi possivel obter audiencia de sua santidade, nem do cardeal Barberino, etc.....	290
Agosto 10.	Outra, pouco mais ou menos no sentido d'esta antecedente, e narrando o que passou com o cardeal Barberino, etc.....	292
Agosto 24	Outra, a el-rei, dando parte do assalto que lhe fizeram os castelhanos, capitaneados pelo marquez de los Velles, e da defeza que se lhe oppoz, etc.....	296
.....	Relação e instrucção da Santa Sé ao nuncio em Hespanha...	299
.....	Relação do encontro do bispo de Lamego com o embaixador de Hespanha.....	315
Agosto 24	Carta do bispo de Lamego, embaixador em Roma, ao conde da Vidigueira, enviando-lhe copia da carta que escreveu a el-rei (*vide* pag. 296) e dizendo estar resolvido a sair d'aquella corte com os mais ministros caso sua santidade o não receba immediatamente, etc.....	321
Agosto 31	Outra, dizendo estarem as cousas no mesmo estado, e ratificando o que disse na que lhe dirigiu em 24. Que o marquez de los Velles saiu de Roma para Aquila indo em sua companhia os cardeaes Albornos e Montalto, etc.....	322
Setembro 2.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, embaixador em França, participando-lhe que manda dizer ao bispo de Lamego que se não for recebido pelo papa até 20 de novembro, dia em que perfaz um anno que entrou em Roma, se despeça, e volte logo para Portugal, etc.....	323
Setembro 7.	Carta do conde da Vidigueira, embaixador em França, a Fran-	

1642		PAG.
	cisco de Lucena. Diz que o bispo de Lamego não tem ainda a certeza de quando será recebido como embaixador; parece-lhe, porèm, que será brevemente. Que a duqueza de Aguilhon lhe mandara dizer que chegara a sua casa o secretario do marechal de la Milharé portador de cartas para el rei, e com as capitulações da entrega de Perpinhão	324
Setembro 14.	Carta do bispo de Lamego, embaixador em Roma, ao conde da Vidigueira, dizendo-lhe o que se passou depois do encontro que teve com o marquez de los Valles	325
Setembro 19.	Carta do conde da Vidigueira, embaixador em França, ao embaixador d'este paiz em Roma, o marquez de Fontenay, agradecendo-lhe a sua protecção ao bispo de Lamego	327
Setembro 19.	Carta do conde da Vidigueira, embaixador em França, ao agente em Roma, Pantaleão Rodrigues Pacheco, dando-lhe os parabens pelo bom resultado do encontro do bispo de Lamego com os castelhanos, etc	328
Setembro 22.	Carta do bispo de Lamego, embaixador em Roma, ao conde da Vidigueira, expondo o que mandara dizer pelo embaixador de França a sua santidade, e o que este respondera. Que a congregação havia resolvido que elle, bispo, não fosse recebido como embaixador, e as razões que para isso apresentava, etc	329
Outubro 12.	Outra, narrando o que se passou depois do que lhe mandou dizer em 14 de setembro, etc	330
Novembro 9.	Outra, respondendo a tres cartas do mesmo conde. Participa que chegaram a Liorne Antonio de Saldanha com duas navetas da India, Antonio Telles com duas naos de preza, e a frota do Rio de Janeiro	333
Novembro 10.	Outra, dizendo que se antes de dois mezes se lhe offerecer occasião de partir para Portugal, não o deixará de fazer pelas razões que aponta	335
Novembro 16.	Outra, no sentido da antecedente, e participando que entregou ao marquez de Fontenay um memorial para o dar a sua santidade	337
Novembro 21.	Outra, dizendo que o sobredito marquez entregara n'este mesmo dia o memorial, de que envia copia, e que n'essa occasião se despedira, para sair d'aquella curia em sua companhia	339
(Novembro 21?)	Memorial do bispo de Lamego ao papa	340
Novembro 26.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, fazendo varias considerações sobre a questão entre a Santa Sé e o bispo de Lamego	342
Dezembro 17.	Carta do bispo de Lamego ao conde da Vidigueira, participando-lhe que no dia seguinte partiria de Roma para Florença	

		PAG.
1642		
	em companhia do marquez de Fontenay, não se tendo avistado com o papa.....	344
Dezembro 27.	Carta de Pantaleão Rodrigues Pacheco, agente em Roma, ao conde da Vidigueira. Por estar doente não acompanhou o bispo de Lamego, conta, porém, partir para Florença, onde elle está, dentro de dois dias. O marquez de Fontenay ficou em Viterbo...	345
Dezembro 28.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, ordenando-lhe que agradeça em seu nome a el-rei christianissimo o amparo e favôr que mandou prestar ao bispo de Lamego. O mesmo praticará com os cardeaes Richelieu e Mazarini.....	346
Dezembro 31.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, participando a saída do bispo de Lamego e de Pantaleão Rodrigues para Florença, etc.....	348
1643		
Janeiro 4.	Carta do bispo de Lamego ao conde da Vidigueira, dizendo ter chegado a Florença vespera de Natal, e dando as razões porque não permanecera mais tempo em Roma.....	349
Janeiro 20.	Outra, datada de Piza, participando que no dia seguinte partiria para Liorne a procurar embarcação, visto não ter chegado a que devia ir de Lisboa.....	350
Fevereiro 24.	Carta d'el-rei ao dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco para que, da sua parte, pedisse a sua santidade provêsse o bispo de Targa no canonicato vago na sé do arcebispado, conforme elle requeria.....	352
Março 6.	Carta do conde da Vidigueira ao padre João de Mattos, assistente da Companhia de Jesus, lembrando-lhe que deve induzir Monsieur de Fontenay a instar por que se satisfaça ao ponto da recepção da embaixada de Portugal.....	352
Março 13.	Outra, participando-lhe ter o bispo de Lamego chegado a Marselha, d'onde partia para a Rochella a esperar embarcação, etc...	353
Abril 17.	Outra, ao cardeal Bichi, queixando-se de sua santidade não querer pôr o *fiat* nas apresentações dos bispados da India, Açores, e Portugal onde tambem está vago um arcebispado. A tal respeito pede a sua intercessão para com o papa, etc.....	354
Abril 18.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira. Convindo que esteja prompto a partir para Roma logo que receba aviso, lhe manda passar um credito da quantia de seis mil cruzados, e todas as ordens e despachos necessarios, bem como a instrucção do que deve praticar na curia.....	356
Abril 19.	Outra, enviando-lhe copia da instrucção que levou o bispo de Lamego, para d'ella aproveitar o que ainda for possivel, e fazendo-lhe varias outras advertencias relativas a esta embaixada, etc.	357

			PAG.
	1643		
Maio	11.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, recommendando-lhe que trate em Roma com todo o cuidado dos negocios do tribunal do Santo Officio, conforme as instrucções que se lhe enviarão da parte do bispo inquisidor geral, etc.....	360
Junho	12.	Carta do conde da Vidigueira ao padre João de Mattos, assistente da Companhia de Jesus, pedindo-lhe que, com toda a instancia, lembre ao cardeal Bichi os negocios de Portugal, pelos quaes prometteu fazer tudo o que estivesse ao seu alcance.....	361
Outubro	5.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, recommendando-lhe que evite a continuação da jornada de Celio Piccolomini, eleito em Roma vice-collector de Portugal, que não convem admittir senão com o titulo e poderes de nuncio. De nenhuma maneira exercitará outra jurisdicção em Portugal.....	362
Novembro	20.	Outra, dizendo-lhe que pode avisar Fernando Brandão que, relativamente ás cousas de Portugal, continue com a mesma conducta.....	363
Novembro	20.	Outra, participando-lhe que resolveu se convocasse uma junta conforme o decreto que envia, e que se fizesse averiguação sobre a confiança do vice-collector.....	363
Dezembro	3.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, dizendo o estado em que se acham os negocios de Portugal na corte de Roma, inclusivé o dos bispados.....	364
Dezembro	17.	Outra, no sentido d'esta antecedente.....	365
Dezembro	20.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, approvando tudo o que elle fez, e que menciona em carta de 9 de setembro; bem como o que respondeu ao padre João de Mattos relativamente á expedição das bullas dos bispados.....	367
	1644		
Janeiro	3.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, dizendo que o marquez de Fontenay falara ao papa sobre os negocios de Portugal, e qual fora a resposta de sua santidade. Parecia-lhe melhor nomear o cardeal Antonio protector de Portugal, dando uma pensão ao cardeal Bichi, etc.....	367
Janeiro	20.	Outra, narrando o que passara com o cardeal Mazarini, relativamente ás dilações de Roma em dar satisfação a el-rei, etc...	368
Janeiro	24.	Outra, ainda sobre a entrevista que tivera com o sobredito cardeal.....	369
Janeiro	25.	Carta d'el-rei ao padre João de Mattos, assistente da Companhia de Jesus, dizendo-lhe o que deve fazer com respeito á expedição das lettras dos bispados do reino, etc.....	370
Janeiro	27.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, communicando-lhe que avisara o padre João de Mattos que escolhesse para cardeal pro-	

1644			PAG.
		tector de Portugal quem lhe parecesse mais conveniente, talvez o cardeal Antonio	372
Janeiro	27.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, dizendo que lhe enviava frei Fernando de Menezes e frei Gonçalo da Gama, aos quaes mandara dar passaporte, que vão a Roma por ordem do seu provincial	373
Janeiro	29.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, relativamente á questão dos bispados, etc	373
Janeiro	31.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, dizendo-lhe que sendo provavel a sua partida para Roma dentro de tres mezes, na qualidade de embaixador, manda ao conselho da fazenda lhe forneça doze mil cruzados de ajuda de custo para esta passagem, etc	375
Fevereiro	18.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, sobre a negociação das egrejas do reino, etc	376
Março	5.	Outra, sobre o assumpto d'esta antecedente	377
Março	6.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, contando o que passara com o cardeal Mazarini relativamente as cousas de Roma	379
Março	20(?)	Outra, dizendo que não acha por emquanto razão para a sua embaixada a Roma. Faz algumas reflexões com relação ao que el-rei mandou dizer ao padre João de Mattos sobre o provimento dos bispados, eleição do cardeal protector, etc	379
(Fins de março ou principios de abril?)		Outra, ainda sobre a questão dos bispados. Diz que chegaram os padres frei Fernando de Menezes e frei Gonçalo da Gama, que no dia seguinte partirão para Marselha, de passagem para Roma	383
Abril	20.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, achando muito convincentes, e agradecendo muito, as reflexões que lhe enviou na sua carta de 20 de março, sobre o provimento dos bispados e eleição do cardeal protector	385
Abril	27.	Outra, no sentido d'esta antecedente	386
Abril	29.	Outra, remettendo-lhe uma carta enviada pelo padre João de Mattos para o bispo de Lamego, que Deus perdoe. Juntamente mandou o mesmo padre um memorial sobre o cambio que os banqueiros de Roma pretendem levantar, para o que se procurará remedio	386
Abril	29	Outra, accusando a recepção do macete, que lhe enviou, de Fernando Brandão, a quem mandou escrever directamente	387
Maio	1.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei. Recebeu carta do padre João de Mattos dizendo que, com respeito á questão dos bispados, não faria nada sem nova ordem de sua magestade, etc	388
Maio	8.	Outra, dizendo que o marquez de Fontenay, que chegara de	

1644			PAG.
		Roma, era do mesmo parecer d'elle conde, relativamente á expedição das bullas dos bispados.....	388
Maio	19.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, remettendo copia de uma carta de frei Fernando de Menezes, em vista da qual escreve ao padre João de Mattos que trate de impedir o andamento dos dois decretos sobre a casa de S. Domingos de Macau e erecção e separação da provincia da India, etc.....	389
Junho	12.	Outra, dizendo ter pedido ao cardeal Mazarini que nas cartas que escrevesse ao embaixador de França em Roma o encarregasse de obter de sua santidade que recebesse embaixador d'el-rei de Portugal, e que enviasse nuncio para este reino.....	390
Junho	13.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, dizendo-lhe que represente a el-rei, á rainha, bem como ao cardeal Mazarini, a offensa que tem soffrido com o comportamento da Santa Sé; pedindo-lhes que recommendem ao embaixador e cardeaes de França, que estão em Roma, façam com que sua santidade acceite a obediencia d'el-rei e receba a sua embaixada, etc.....	391
Junho	23.	Outra, participando-lhe que o estado ecclesiastico nomeou Nicolau Monteiro, prior da collegiada de Cedofeita, para ir a Roma representar a sua santidade os graves damnos que resultam de não serem admittidos os embaixadores de Portugal, nem confirmadas as nomeações dos dezesete bispados vagos, etc.....	392
Junho	24.	Carta do conde da Vidigueira ao padre João de Mattos, assistente da Companhia de Jesus, pedindo-lhe que se opponha ao que o geral da ordem de S. Domingos pretende relativamente ao convento da cidade de Macau, e aos conventos da ordem de S. Domingos de Portugal na India, etc., etc.....	394
Julho	27.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, participando-lhe que o papa estava muito enfermo, e enviando uma lista dos nomes dos cardeaes, e um papel sobre as esperanças do novo conclave, mencionando os que podiam concorrer ao papado.....	396
Agosto	10.	Outra, communicando o fallecimento do papa Urbano VIII, e dando parte das providencias que tomou por tal motivo... ...	397
Agosto	22.	Outra, contando o que se passara entre elle e o cardeal Mazarini sobre o que seria conveniente fazer depois da exaltação do novo pontifice.....	398
Setembro	17.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira. Ordenou ao dr. Nicolau Monteiro, prior da collegiada de Cedofeita, que, na sua ida para Roma, passasse por França para levar cartas da rainha para o seu embaixador, e do cardeal Mazarini para os cardeaes. Recommenda-lhe muito que o aconselhe e ajude em tudo que for possivel. Ao mesmo encarregou todos os negocios, avisando o	

1644		pag.
	padre João de Mattos e Fernando Brandão que se abstivessem de intervir n'elles, etc.....	399
Setembro 17.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, participando que apertou mais a prohibição da licença para vassallos seus passarem a Roma, e a razão porque o fez; e que, visto ir o dr. Nicolau Monteiro, não tem logar a patente de agente em Roma que se poderia passar a Fernando Brandão.....	400
Setembro 18.	Outra, dizendo-lhe que não emprehenda a jornada a Roma na qualidade de embaixador sem o parecer da rainha e do cardeal Mazarini, e sem a probabilidade de ser admittido, etc., etc....	401
Setembro 18.	Outra, assegurando-lhe que pode confiar e valer-se do dr. Nicolau Monteiro, prior da collegiada de Cedofeita, que vae a Roma tratar de negocios do estado ecclesiastico do reino, e de todos os de seu real serviço.....	403
Outubro 30.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira. Posto que tivesse resolvido não tratar mais dos negocios d'el-rei, *não se podendo sustentar de palavras,* proseguiria, comtudo, com os mesmos gastos e despezas. Faz muitas e varias considerações politicas e pessoaes; refere-se á ida do dr. Nicolau Monteiro; trata do negocio da inquisição d'Evora, etc., etc.....	404
Novembro 6.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, ordenando-lhe que, em seu nome, se queixe a el-rei christianissimo, e seus ministros, da descortezia com que foi tratado o dr. Luiz Pereira de Castro pelos plenipotenciarios de sua santidade e de Veneza, mediadores da paz que se tratava na cidade de Munster.....	413
Novembro 6.	Carta d'el-rei ao dr. Nicolau Monteiro, no sentido d'esta antecedente.....	414
Novembro 9.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, lembrando-lhe a justiça que faria contemplando com alguma pensão, ou outra mercê, o mestre de camara dos embaixadores de França em Roma monsieur de Luzarche, pelo serviço que prestou na occasião da escaramuça entre o marquez de los Velles e o bispo de Lamego...	415
Novembro 21.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, dizendo que frei Fernando de Menezes o avisaria do que se passava no negocio da inquisição com os padres, etc.....	416
Novembro 23.	Carta do conde da Vidigueira a el-rei, participando a chegada do dr. Nicolau Monteiro, prior da collegiada de Cedofeita, e achando muito acertada a sua eleição para tratar em Roma dos negocios relativos a Portugal.....	417
Dezembro 4.	Outra, contando o que respondeo o cardeal Mazarini quando lhe communicou a ordem que tinha recebido para ir com embaixada a sua santidade.....	418

		PAG.
1644		
Dezembro 19.	Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, participando que sua santidade o nomeara perfeito da componenda da dataria. Roga-lhe que não saia de Paris para Roma sem o nuncio de sua santidade lhe dizer que o pode fazer. Queixa-se d'el-rei lhe não ter mandado o promettido despacho de seu agente, nem dinheiro algum para remuneração, nem para as despezas que tem feito, etc., etc.....	419
Dezembro 31.	Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, dizendo que, em vista da consulta dos ministros, resolveu não mandar sair do reino o vice-collector e seus officiaes.....	424

ADDITAMENTO

1583		
Maio 23.	Carta do dr. Antonio Pinto a el-rei, agradecendo-lhe a satisfação que mostrava pelo que tinha feito relativamente ao despacho da legacia de Portugal na pessoa do cardeal archiduque, e ás lettras do arcebispado de Goa e do pallio. Participa o que ha a respeito da incorporação dos mosteiros nas congregações, etc...	425
1591		
Abril 14.	Carta de Francisco Vaz Pinto a Lopo Soares, accusando a recepção das cartas que pediu para o papa e cardeal Sfrondato sobre a sua agencia e serviço, e enviando as bullas de mil cruzados de pensão sobre o arcebispado de Lisboa, que el-rei mandou nomear ao mosteiro de Belem. Fala nos breves, pedidos por el-rei, para prover de commenda pessoas que não serviram em Africa; no mestre-escholado de Braga, etc., etc.....	426
Novembro 25.	Carta de Francisco Vaz Pinto a Lopo Soares, dizendo-lhe que, como ministro de sua magestade, não podia viver em Roma só de sua fazenda, e sem auxilio pecuniario para pagar o que devia. Quanto aos negocios particulares de que estava incumbido, d'elles trataria em tempo conveniente.....	428
1596(?)		
Agosto 29.	Carta do dr. Gonçalo Mendes de Vasconcellos a el-rei. Trata do negocio das precedencias; do da conezia de D. João Luiz; da licença para poder emprazar em vidas e dar em fateosim perpetuo os bens das ordens militares. Diz-lhe que não deve deixar de proceder contra Miguel de Maris e Miguel de Labanha; que está em Roma muito apertado pelos credores, etc., etc.....	430

ERRATAS

PAG.	LIN.	EM LOGAR DE	LEIA-SE
101	3	laborarit.....	laboravit
103	2	**Junho 27**.....	**Junho 26**
166	1	papa.....	Papa
198	23	visto-se	visto se
297	1	com sete.....	e com sete
354	17	**Bicque**.....	**Bichi**
437	18	bispado.....	bispado..... 80

13

Stanford University Libraries
3 6105 014 173 491

JX
A4
12
1902

Date Due

	OCT		

OCT 13 1937
OCT 17 1988
DOC APR 24 1989
STANFORD UNIVERSITY LIBRARIE
STANFORD, CALIFORNIA
94305